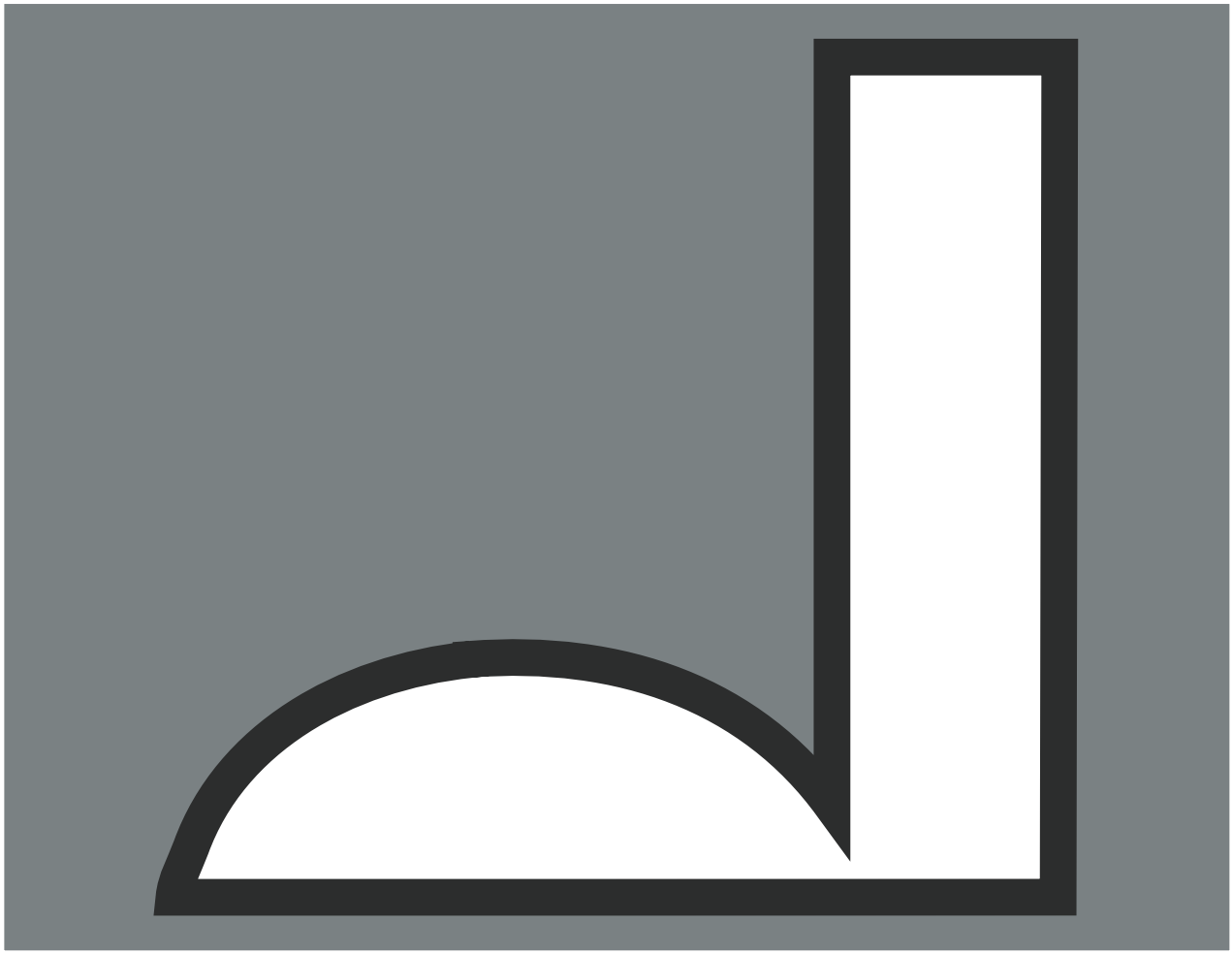
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 29, DE 2011-CN

(Mensagem nº 87, de 2011-CN - nº 345/2011, na origem)

Dispõe sobre o Plano Plurianual da União para o período 2012-2015

EMENDAS APRESENTADAS

VOLUME I
TOMO I

ANO LXVI – SUP. "B" AO Nº 205 – SÁBADO, 3 DE DEZEMBRO DE 2011 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Waldemir Moka - (PMDB-MS)(3,4)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)[2]

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - (1,5,6)
2º - João Durval - (PDT-BA)
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3.Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PV) - 24	**Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25**	**Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15**
Líder **Renan Calheiros - PMDB** ..... **Líder do PMDB - 17** **Renan Calheiros** Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner **Líder do PP - 5** **Francisco Dornelles** Vice-Líder do PP Ana Amélia (14) **Líder do PSC - 1** **Eduardo Amorim** **Líder do PV - 1** **Paulo Davim**	**Líder** **Humberto Costa - PT** Vice-Líderes Acir Gurgacz Antonio Carlos Valadares Inácio Arruda Marcelo Crivella ..... **Líder do PT - 13** **Humberto Costa** Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Ana Rita **Líder do PDT - 5** **Acir Gurgacz** Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque **Líder do PSB - 4** **Antonio Carlos Valadares** Vice-Líder do PSB Lídice da Mata **Líder do PC DO B - 2** **Inácio Arruda** **Líder do PRB - 1** **Marcelo Crivella**	**Líder** **Mário Couto - PSDB** (7) Vice-Líderes Jayme Campos (5) Maria do Carmo Alves Cyro Miranda ..... **Líder do PSDB - 10** **Alvaro Dias** Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (8) Paulo Bauer (9) Flexa Ribeiro (6) **Líder do DEM - 5** **Demóstenes Torres** (3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (5)
PR - 7 **Líder** **Magno Malta - PR** (11) Vice-Líder Clésio Andrade	**PTB - 6** **Líder** **Gim Argello - PTB** Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti	**PSOL - 2** **Líder** **Marinor Brito - PSOL**
PSD - 2 **Líder** **Kátia Abreu - PSD** (13) Vice-Líder Sérgio Petecão	**Governo** **Líder** **Romero Jucá - PMDB** Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
12. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
13. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
14. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
15. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
16. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
17. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Patrícia Freitas Portella Nunes Martins
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

PROJETO DE LEI DO PLANO PLURIANUAL PARA 2012/2015

(Projeto de Lei nº 29/2011-CN)

ESPELHO DAS EMENDAS INDIVIDUAIS

Presidente: Senador VITAL DO RÊGO (PMDB/PB)

Relator: Senador WALTER PINHEIRO (PT/BA)

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 1 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Ademir Camilo

EMENDA

20750001

EMENTA

Adequação de Trechos Rodoviários na BR-116 - Trecho: Governador Valadares - Teófilo Otoni - No Estado de Minas Gerais

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - Adequação de Trechos Rodoviários na BR-116 - Trecho: Belo Horizonte - Teófilo Otoni - No Estado de Minas Gerais

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/07/2011	31/12/2017	30.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa duplicar o trecho entre Governador Valadares e Teófilo Otoni, maior município dos Vales do Jequinhonha e Mucuri, trecho de 139 Kms, que necessita de urgente duplicação, visando a diminuição dos acidentes, melhoria no transporte de passageiros e cargas, tendo em vista tratar-se de corredor que escoa a produção da região nordeste para as regiões sudeste e sul.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 2 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Ademir Camilo

EMENDA

20750002

EMENTA

Ampliação do Hospital Universitário de Juiz de Fora - No Estado de Minas Gerais

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

INICIATIVA

NOVA - Obras de Ampliação do Hospital Universitário de Juiz de Fora - No Estado de Minas Gerais

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	10/04/2012	31/12/2015	50.000.000	100.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa alocar recursos para as obras para ampliação do hospital universitário com a construção dos blocos E, E-7, E-8, E-9, F, G, H, I, P, Estação de Tratamento de Esgoto e Estação Tratamento para águas de reuso e capela. Além de atender a toda comunidade da Zona da Mata, o novo HU irá trazer avanço na qualidade de ensino, pesquisa e extensão. No projeto elaborado pela equipe de arquitetura do HU, está prevista a construção de 11 blocos, com 30 leitos de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) adulto, 20 de UTI neonatal, internação pediátrica, maternidade, geral e psiquiatria, somando 347 leitos.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Ademir Camilo

EMENDA: 20750003

EMENTA: Construção do Aeroporto de Teófilo Otoni

PROGRAMA: 2017 - Aviação Civil

OBJETIVO: 0083 - Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.

INICIATIVA: NOVA - Construção do Aeroporto de Teófilo Otoni

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
50.000.000	30/03/2012	31/12/2015	15.000.000	35.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa construir aeroporto no Município de Teófilo Otoni, cidade pólo do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, Estado de Minas Gerais, permitindo o transporte aéreo de passageiros e cargas. O Município de Teófilo Otoni conta atualmente com um aeroporto, que não opera vôos comerciasi, em razão da impossibilidade de sua expansão, pois foi construído numa região entre montanhas, impedindo o trânsito de aeronaves de maior porte, não oferecendo segurança aos vôos operados nele. A região é um grande pólo mineral, necessitando investimentos neste modal de transporte, possibilitando o desenvolvimento econômico, através da atração de novos negócios e crescimento do turismo, sendo oportunizado pela construção do novo aeroporto, em outra área no Município.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Ademir Camilo

EMENDA: 20750004

EMENTA

Construção do Contorno de Teófilo Otoni, na BR-116, no Estado de Minas Gerais

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - Construção do Contorno de Teófilo Otoni, na BR-116, no Estado de Minas Gerais

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	01/06/2011	31/12/2015	50.000.000	100.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa desafogar o trafego de veículos que atravessam o perímetro urbano de Teófilo Otoni, causando muitos acidentes. Esta obra necessita o quanto antes de aporte de recursos para o início imediato das obras.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Ademir Camilo

EMENDA: 20750005

EMENTA

Construção do Contorno Rodoviário do Município de Mantena - na BR-381 - No Estado de Minas Gerais

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - Construção do Contorno Rodoviário do Município de Mantena - na BR-381 - No Estado de Minas Gerais

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	10/06/2012	31/12/2013	30.000.000	70.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa retirar do perímetro urbano do Município de Mantena, o trânsito pesado de ônibus e caminhões, afim de viabilizar a redução de acidentes, melhoria das vias urbanas, pois este não foi construído para suportar o pesado trafego que passa pelo centro da cidade.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Ademir Camilo

EMENDA

20750006

EMENTA

Construção do Hospital Universitário - No Município de Governador Valadares - No Estado de Minas Gerais

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

INICIATIVA

NOVA - Construção do Hospital Universitário - No Município de Governador Valadares - No Estado de Minas Gerais

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	01/01/2013	31/12/2015		150.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa colocar como prioridade do Governo Federal a construção de hospital universitário no Município de Governador Valadares, vinculado a Universidade Federal de Juiz de Fora, que irá implantar campus no município. Oferecer um serviço médico hospitalar de qualidade para a população valadarense e da região.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 7 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Ademir Camilo

EMENDA

20750007

EMENTA

Construção do Hospital Universitário - No Município de Teófilo Otoni - Estado de Minas Gerais

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

INICIATIVA

NOVA - Construção do Hospital Universitário - No Município de Teófilo Otoni - Estado de Minas Gerais

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	01/01/2013	31/12/2015		150.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa colocar dentre as prioridades do Governo Federal a construção deste hospital de ensino, vinculado a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, com o objetivo de formar médicos e oferecer a população de Teófilo Otoni e região um atendimento médico hospitalar de qualidade.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 8 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Adrian

EMENDA

27750001

EMENTA

Implantação da Infraestrutura de Rede Nacional de Banda Larga

PROGRAMA

2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

OBJETIVO

0751 - Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.

INICIATIVA

NOVA - Implantação da Infraestrutura de Rede Nacional de Banda Larga e Redes Sem Fio (Wireless) para Região Sudeste

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
400.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

A implantação da Infra-estrutura de Rede Banda Larga e Rede Sem Fio na Região Sudeste, tanto em capacidade como em abrangência exigirá ampliação dos investimentos. Para implantação da infra-estrutura da Região Sudeste, será necessária a aquisição de equipamentos de telecomunicações para ativação das fibras ópticas, usando tecnologia DWDM (Dense Wavelenght Division Multiplexing), criação de rede de transporte em rádio digital de alta velocidade para interligação dos Pontos de Presença (POPs) aos municípios (backhaul), integração da rede aos pontos de troca de tráfego Internet (PTTs), estruturação de rede IP para prestação de serviços multimídia e estabelecimento de parcerias para massificar o acesso em banda larga. Além disso, a operação e gerenciamento será realizada por meio de Centros de Manutenções terceirizados, cabendo à equipe própria da TELEBRÁS o acompanhamento e fiscalização dos respectivos contratos. Finalidade: Proporcionar o acesso à Internet em banda larga aos cidadãos, instituições, Governo, entidades da sociedade civil e empresas. Expandir a cobertura do servço, elevar a velocidade de transmissão. O principal objetivo é massificar o acesso à Internet em banda larga para os cidadãos, instituições do governo, entidades da sociedade civil e empresas. Resultado : acelerar o desenvolvimento econômico e social, promover a inclusão digital, reduzir as desigualdades social e regional, promover a geração de emprego e renda, facilitar aos cidadãos o uso dos serviços do Estado, promover a capacitação da população para o uso das tecnologias de informação e aumentar a autonomia tecnológica e a competitividade brasileiras. A partir da aprovação desta emenda, estaremos caminhando para alcançar o objetivo da expansão da cobertura do serviço e a elevação da velocidade disponível.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Aelton Freitas

EMENDA

20180001

EMENTA

CIÊNCIA E TECNOLOGIA - INSTALAÇÃO DE PARQUES TECNOLOGICOS NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROGRAMA

2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

OBJETIVO

0495 - Estimular a ampliação da inovação e dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento, mediante a maior utilização de instrumentos governamentais de apoio à inovação.

INICIATIVA

NOVA - FOMENTO À CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE EMPRESAS INOVADORAS INTENSIVAS EM CONHECIMENTO, EM ESPECIAL OS PARQUES TECNOLOGICOS EM MINAS GERAIS

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
570.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	470.000.000

JUSTIFICATIVA

Parques tecnológicos (ou cidades científicas, cidades tecnológicas, incubadoras, etc.) são locais geográficos onde ocorre uma concentração de empresas e instituições de pesquisa e inovação, universidades, Institutos Federais de Ensino Tecnológico e investidores públicos ou privados, que estabelecem diferentes formas de parcerias e arranjos de negócios em um ambiente compartilhado, visando a produção de bens e serviços baseados na ciência. O objetivo é abrigar empresas de médio e grande porte que atuem em tecnologia e vincular o desenvolvimento urbano, as instituições de pesquisa como as universidades, CEFET's e IFET's a estas empresas. É uma poderosa ferramenta para estimular mudanças estruturais na economia de uma região, fomentar o crescimento econômico e promover o desenvolvimento regional pela ação deliberada do estado na alocação de investimentos produtivos específicos. Podem ser organizados para atuarem como centros indutores de desenvolvimento de empresas de base tecnológica provenientes de instituições locais ou regionais, criando novos mercados de produtos e serviços, criando postos regionais de trabalhos especializados e aumentando a oferta regional de empregos, estimulando o desenvolvimento de novas atividades de alto valor agregado naquela região geográfica. Além disso, merece destaque o potencial de promover o desenvolvimento acelerado de um sistema regional de C,T&I, facilitar o surgimento de novas empresas de suporte as ações de P&D e aumentar a competitividade de empresas já estabelecidas via inovações tecnológicas específicas e promover a expansão das firmas existentes, com vistas ao atendimento de mercados nacionais ou internacionais. Este tipo de crescimento induzido é de fundamental importância para Minas Gerais. Minas Gerais já possui uma estrutura industrial com razoável integração produtiva e relativamente sofisticada tecnologicamente, forte estrutura universitária voltada para o ensino e pesquisa, agronegócio em franco desenvolvimento e mão de obra de bom nível educacional (tecnólogos, mestres e doutores), qualidade de vida urbana razoável, mas que carece de indutores específicos de desenvolvimento sócio-econômico sustentável. Deste modo, entendemos que a presença do estado na forma de emenda ao Plano Plurianual 2012-2015 de ações do Governo Federal para a consolidação das atividades dos Parques Tecnológicos utilizando-se das instituições federais de ensino existentes no estado, é imprescindível para promoção do desenvolvimento humano deste importante estado do país.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Aelton Freitas

EMENDA: 20180002

EMENTA

Complexo Aeronáutico MG

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0803 - Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.

INICIATIVA

NOVA - Implantação do Complexo Aeronáutico de Minas Gerais

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
700.000.000	01/01/2012	31/12/2015	200.000.000	500.000.000

JUSTIFICATIVA

As ações de pesquisa, capacitação e desenvolvimento tecnológico empreendidas por Universidades Federais e Centros de Pesquisa e Desenvolvimento e a implantação de empresas que estão desenvolvendo aeronaves no estado estão fazendo surgir, em Minas Gerais, uma nova indústria aeronáutica. Com polos em Tupaciguara, Itajubá, Lagoa Santa, Juiz de Fora, Barbacena e Confins, o Complexo Aeronáutico de Minas Gerais aponta para a diversificação da economina mineira, numa aposta na tecnologia de ponta como alavanca para o seu desenvolvimento. Essa emenda pretende viabilizar recursos para o alcance de todos esses objetivos.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 11 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Aelton Freitas

EMENDA

20180003

EMENTA

Construção de Trecho Rodoviário na BR 146

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0137 - Promover a expansão da malha rodoviária federal buscando a integração regional e interestadual e o atendimento aos fluxos de transporte de grande relevância econômica.

INICIATIVA

NOVA - Construção de Trecho Rodoviário na BR 146 - Trecho Bom Jesus da Penha no Sudoeste mineiro passando pela cidade de Passos/Serra da Canastra/Tapira, até a cidade de Araxá-MG

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/03/2013	30/12/2015	125.000.000	375.000.000

JUSTIFICATIVA

Esse trecho de rodovia "BR 146" promoverá o desenvolvimento o desenvolvimento socioeconômico das regiões do Triângulo mineiro/Alto Paranaíba com a região do Sudoeste / Sul de Minas Gerais. Cabe salientar que esta rodovia já tem 2/3 dela construído, o trecho Andradas / Poços de Caldas / Botelhos / Cabo Verde / Guaxupé / Bom Jesus da Penha e a outra extremidade Araxá / Patos de Minas - MG. Além de desemvolver e promover o turismo na região da Serra da Canastra "nascente do rio São Francisco" uma região linda e pronta para ser explorada, dependendo principalmente dessa rodovia "BR 146", faltando o trecho em questão par complementar a integração das regiões.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 12 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Aelton Freitas

EMENDA

20180004

EMENTA

Construção de Trechos Rodoviários na BR 461

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0137 - Promover a expansão da malha rodoviária federal buscando a integração regional e interestadual e o atendimento aos fluxos de transporte de grande relevância econômica.

INICIATIVA

NOVA - Construção de trechos Rodoviários na BR 461 - Trechos: Usina Hidrelétrica Água Vermelha div. MG/SP passando por Iturama/União de Minas/Chaveslândia/Usina Hidrelétrica de São Simão div. MG/GO - Gurinhatã/Ituitaba

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/03/2013	30/12/2015	125.000.000	375.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa à construção dos Trechos Rodoviários de mais ou menos 145 Km compreendido entre a Usina Hidrelétrica Água Vermelha divisa MG/SP passando por Iturama/União de Minas/Chaveslândia até a Usina Hidrelétrica de São Simão divisa de Minas Gerais / Góias e do Trecho de mais ou menos 65 Km entre o município de Gurinhatã/Ituiutaba - MG. As obras de construção na BR 461 nos mencionados trechos se tornarão viável visto o grande desenvolvimento regional, além de cumprir o papel de integração entre as regiões mineiras ricas em recursos naturais, porém, não dispõe de infraestrutura necessária. Esta rodovia é uma das principais vias de escoamento de produtos dos estados de Minas Gerais, Góias e Mato Grosso, aos Portos de santos e Paranaguá e a construção dos trechos da rodovia irá beneficiar as comunidades triangulinas e toda a classe produtiva do centro-Oeste do país. A região é um importante polo produtor do setor sucro-alcooleiro, contudo enfrenta adversidade no escoamento da sua produção aos mercados consumidores tanto quanto aos portos retrocitados. Trechos com várias Pontes relativamente grandes e obras de arte em grandes quantidades.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 13 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Aelton Freitas

EMENDA

20180005

EMENTA

Construção Rodoanel Sul e Norte de Belo horizonte

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0136 - Ordenar o tráfego rodoviário de passagem nos trechos de perímetro urbano que possuam nível de serviço inadequado ou alto índice de acidentes, por meio de intervenções nas rodovias federais.

INICIATIVA

NOVA - Construção do Rodoanel Sul e Norte de Belo Horizonte - MG

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
1.200.000.000	01/01/2012	31/12/2015	200.000.000	1.000.000.000

JUSTIFICATIVA

A construção do Anel Viário de Contorno da Região Metropolitana de Belo Horizonte, também conhecido como Rodoanel cujo objetivo principal é retirar o tráfego de longa distância do atual Anel Rodoviário reduzindo o volume do tráfego local em aproximadamente 20%. Com extensão de 67,5 km, passando por Betim, Contagem, Ribeirão das Neves, Vespasiano, Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Santa Luzia e Sabará, a nova via vai interligar rodovias e desviar parte do fluxo viário de Belo Horizonte. Serão duas faixas de tráfego que interligarão a BR-381, na saída para São Paulo, com essa mesma rodovia, mas no sentido Vitória. O Rodoanel cruzará a BR-040, próximo à Ceasa, em Contagem. O Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) já aprovou a licença prévia para as obras. Estimativas revelam que o trecho mais movimentado do Rodoanel será em seu entroncamento com a Via Expressa e a BR-381, em Betim, na saída para São Paulo. Caso o Anel Viário existisse , o volume seria de 35,7 mil automóveis por dia naquele trecho. Em 2025, esse número saltaria para 69,3 mil veículos em circulação no mesmo entroncamento. No lado sul, serão duplicados 35 quilômetros em uma região que abrange Betim e Ibirité, fazendo a ligação da BR-381 Sul (Betim), da BR-262 (Oeste-Triângulo Mineiro) e do Anel de Contorno Norte à BR-040 (Belo Horizonte-Rio de Janeiro) e à BR-356. A finalidade é desviar o tráfego de veículos provenientes de São Paulo e do Triângulo Mineiro que hoje passam pelo Anel Rodoviário e aliviar a Avenida Amazonas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 14 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Aelton Freitas

EMENDA

20180006

EMENTA

Duplicação da BR 262

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - Duplicação da BR 262 - Trechos: Nova Serrana / Uberaba

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
925.000.000	01/03/2013	30/12/2015	231.250.000	693.750.000

JUSTIFICATIVA

A duplicação da BR 262 nos trechos entre os municípios de Nova Serrana até Uberaba - MG terá mais ou menos 370 Km de obras que é de extrema necessidade para a população da região. As obras que serão executadas vão garantir maior segurança aos motoristas e será também de suma importância para o escoamento da produção agropecuária regional.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 15 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Aelton Freitas

EMENDA

20180007

EMENTA

Duplicação da BR 365

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - Duplicação da BR 365 - Trechos: Uberlândia/Patrocinio/Patos de Minas - MG com interseção com a BR 040

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
800.000.000	01/03/2013	30/12/2015	200.000.000	600.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa a duplicação da BR 365 nos trechos Uberlândia / Patrocínio / Patos de Minas - MG com interseção com a BR 040, totalizando aproximadamente 320 Km de rodovia. A BR 365 é de suma importância para o norte do estado de Minas Gerais, haja vista ser usada como uma das principais vias de escoamento da produção agroindustrial. Ademais, tal rodovia é vital para a interligação das regiões sudeste / Nordeste / centro-oeste.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 16 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Aelton Freitas

EMENDA

20180008

EMENTA

Estruturação da Rede de Saúde Especilizada em MG

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0717 - Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com as outras redes de atenção.

INICIATIVA

NOVA - Apoio na Estruturação atraves de construção, ampliação e aquisição de equipamentos para a rede Especializada de Saúde no Estado Minas Gerais

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
1.000.000.000	01/01/2012	31/12/2015	250.000.000	750.000.000

JUSTIFICATIVA

Minas Gerais necessita superar um novo desafio na Saúde Especilazada é preciso constituir um dos pilares para estruturação e descentralização dos sistemas e organização dos serviços de saúde em redes, tendo em vista possibilitar o direcionamento equitativo da implementação das políticas públicas. Para isso é necessário a construção e a aquisição de de equipamentos tendo em vista a estruturação em rede da saúde especializada em MG. Esta emenda visa promover a estruturação da rede de saude em MG estabelecendo uma política de saúde estrategica capaz de preparar a rede de saúde especiliazada para o atendimento da população.Ampliar o acesso da população aos serviços de atenção especializada em saúde por meio da expansão e estruturação do atendimento da saúde em Minas Gerais. Denominado como Plano Diretor de Regionalização (PDR), o Estado de Minas Gerais adota, desde 2002, divisão territorial específica visando à melhor resposta sanitária a determinadas situações de saúde, contendo assim 75 Microrregiões e 13 Macrorregiões. As microrregiões têm como característica desejada a autossuficiência em situações de média complexidade na área de saúde, para tanto se atribuiu a escala populacional mínima de 100.000 habitantes e a distância máxima ao polo microrregional de 60 minutos em estrada pavimentada deslocando-se a 60 km/h. As macrorregiões, em tese, devem ter autossuficiência em grande parte da alta complexidade e por isso se estabeleceu uma escala populacional mínima de 500.000 habitantes na referência territorial. Para garantir as implementação desta política se faz urgente e necessário a garantia orçamentária para a estruturação da rede pública especializada de saúde. Como resposta à demanda de urgência, torna-se fundamental estabelecer como processo central, do ponto de vista da organização da rede, uma comunicação fluida em todos os pontos de atenção, com adoção de linguagem única, que classifique os usuários por prioridade de risco e determine os tempos de resposta e o fluxo no sistema de atenção. As experiências mundiais vêm mostrando que a estratégia de Classificação de Risco é um poderoso instrumento articulador em uma rede de serviços de urgência. Os Hospitais macrorregionais são hospitais de maior resolutividade e capacidade de resposta a situações complexas. A organização da rede é feita por especialização da resposta aos dois principais problemas que aumentam os Anos Potenciais de Vida Perdidos (APVP): o trauma maior e a urgência em cardiologia e quadros cerebrovasculares. A implantação dessas redes, assim como a concentração de recursos tecnológicos (qualificação de pessoas, estrutura física adequada e coordenação da resposta), mostrou redução de mortalidade, e é fator fundamental na mudança do prognóstico. Para que esta rede possa funcionar adequadamente é extremamente necessário que esta previsão orçamentária esteja junto ao PPA, por isso esta emenda é defendida por toda a Bancada de Minas Gerais para que se possa implementar toda esta estruturação tão necessária para a toda a população mineira.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 17 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Aelton Freitas

EMENDA

20180009

EMENTA

Implantação Metro Eldorado Betim em BH

PROGRAMA

2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

OBJETIVO

0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

INICIATIVA

NOVA - Implantação do Trecho Eldorado-Betim do Sistema de Trens Urbanos da REgião Metropolitana de Belo Horizonte ¿ MG

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
1.200.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	1.100.000.000

JUSTIFICATIVA

A inclusão da expansão do Metrô de Belo Horizonte até Betim no Plano de Metas do Governo Federal ¿ PPA-2012/2015 visa dotar aquela Capital, cidade-sede das Copas de 2013 e de 2014, de mobilidade urbana conectada com as cidades-pólos da região metropolitana de BH-RMBH, com importante ênfase no legado a essas populações e na integração dessas cidades que a compõem, configurando-a como terceira maior aglomeração urbana do Brasil cujo PIB é de R$ 98,5 bilhões de reais (Fonte: IBGE 2008), e com a arrecadação de ICMS acumulado até Set/2011 de R$ 1.338.593,361,00 (Fonte: Granbel). Grande desafio para as Copas de 2013 e 2014, Belo Horizonte já enfrenta hoje gravíssimas dificuldades no trânsito e problemas de locomoção para as pessoas e, nesses próximos megaeventos desportivos a dificuldade será ainda maior, o que exige soluções para sanar os gargalos de mobilidade urbana nesse grande centro populacional, num esforço conjunto dos poderes públicos e privados para melhorar a qualidade de vida de milhares de seus cidadãos. O atual sistema de mobilidade da Região Metropolitana de BH ainda não satisfaz a necessidade, pois os cidadãos para usufruírem de alguns serviços e direitos básicos são obrigado a se deslocarem numa longa e demorada distância de carro ou de ônibus. Desta forma, a ligação da metrópole entre outras regiões da RMBH ao ser transformada em uma eficiente teia de mobilidade urbana através da expansão de ramais do atual metrô, é também um passo básico para desafogar as vias principais da Capital. Assim, extensão do metrô de BH até Betim é uma das obras mais esperadas pelos cidadãos betinenses e circunvizinhos, cuja população está hoje estimada em 378 mil habitantes que necessitam de um meio de transporte público coletivo mais ágil, moderno, barato e seguro beneficiando essa área densamente povoada, inclusive por populações de baixa renda, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível. O ramal que ligará o Eldorado-Betim, objeto desta presente emenda ao PPA 2012/2015, cuja extensão é de aproximadamente 18 km, é o de maior importância econômica para o sistema por se tratar de uma área industrial identificada pelas BR-381 (Rodovia Fernão Dias-SP), em intercessão com a BR-262 (Espírito Santo-Minas) e BR-040 (Rodovia Brasília-Rio), além do Arco Rodoviário Norte de Belo Horizonte. Nessa área estão localizadas empresas do complexo industrial Contagem-Betim e um aglomerado humano de 5 milhões de habitantes, segundo estudo de viabilidade. Há, inclusive, inúmeros movimentos sociais de Contagem e de Betim, municípios-pólos da RMBH, que culminaram com a criação da Frente Parlamentar de Defesa do Metrô Contagem-Betim, tendo por objetivo acompanhar as discussões nas esferas municipal, estadual e federal referentes ao apoio para a expansão das obras do sistema trens urbanos de Belo Horizonte. Portanto, a expansão do metrô Eldorado-Betim é, em suma, uma solução metropolitana, anseio dos mineiros que almejam a construção de uma solução definitiva e inadiável para a grave crise de mobilidade urbana dessa região, que representa um importante centro político, financeiro, comercial, industrial, educacional e cultural de Minas Gerais.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Aelton Freitas

EMENDA

20180010

EMENTA

Alteração do texto da iniciativa - Adequação BR 381 - MG

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

00AF - Adequação da Rodovia BR-381 de BH a Governador Valadares em MG

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA
2.868.477.148	15/02/1994	31/12/2017

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa apenas a mudança no texto da iniciativa acrescentado o texto "de BH a Governador Valadares". Esta emenda está sendo apresentada como texto pois a BR 381 inicia-se em BH e finaliza-se em Governador Valadares. Portanto não pretende-se aumentar valores nem trechos a serem construidos uma vez que o trecho é o mesmo, apenas mais detalhado. Esta iniciativa visa estabelecer a real previsão do trecho sem que existam dúvidas para a execução da obra.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Afonso Hamm

EMENDA

20980001

EMENTA

Construção e Reforma de Centros de Treinamento

PROGRAMA

2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

OBJETIVO

0686 - Coordenar, monitorar e fomentar os esforços governamentais de preparação e realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e eventos a ela relacionados.

INICIATIVA

NOVA - Financiar a construção e reforma dos Centros de Treinamento que hospedarão as 32 seleções nacionais da Copa 2014, com observância de critérios de sustentabilidade ambiental e de adequação do entorno, no âmbito do BNDES Procopa Arena.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
210.000.000	01/01/2012	31/12/2013	70.000.000	140.000.000

JUSTIFICATIVA

Aquelas cidades que não tiveram a oportunidade de ser cidade-sede da Copa do Mundo de 2014, têm a oportunidade de hospedar uma das 32 seleções nacionais. É uma oportunidade para gerar negócios, promover intercâmbio cultural e esportivo, mobilizar a cidade no período da realização da Copa do Mundo e deixar um legado para o desenvolvimento esportivo. Para isso, é fundamental que cidade tenha um centro de treinamento adequado para atender às necessidades das seleções nacionais e que a construção e reforma dessas instalações possa contar com as mesmas linhas de financiamento do BNDES - Procopa Arenas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Afonso Hamm

EMENDA: 20980002

EMENTA

Estradas vicinais

PROGRAMA

2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

OBJETIVO

0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.

INICIATIVA

NOVA - Recuperação e conservação de estradas vicinais sem pavimentação no Estado do Rio Grande do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
240.000.000	01/01/2012	31/12/2016	40.000.000	180.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa recuperar e conservar 16.000 Km de estradas vicinais no Estado do Rio Grande do sul, ao custo aproximado de R$ 15.000,00 reais o Km, sendo o custo total da obra R$ 240.000.000,00 e executada na seguinte forma: R$ 40.000.000,00 em 2012, R$ 60.000.000,00 em 2013, R$ 60.000.000,00 em 2014, R$ 60.000.000,00 em 2015, R$ 20.000.000,00 em 2016. É imperativo a aprovação desta emenda devido ao escoamento da produção agropecuária estar inserido nestas estradas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Afonso Hamm

EMENDA

20980003

EMENTA

Patrulha Mecanizada Urbana

PROGRAMA

2054 - Planejamento Urbano

OBJETIVO

0589 - Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social.

INICIATIVA

NOVA - Apoiar a aquisição de Equipamentos Urbanos mínimos que permitam a auto-sustentabilidade municipal de pequenos projetos

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
5.000.000.000	01/01/2012	31/12/2015	1.300.000.000	3.700.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa incluir no Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2012-2015 - Projeto de Lei nº 29/2011-CN, a inclusão de um Programa Nacional de Equipamentos Urbanos para pequenos municípios na execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano na área de Saneamento Integrado e Mobilidade Urbana, a ser intitulado PROGRAMA NACIONAL DE EQUIPAMENTOS URBANOS PARA PEQUENOS MUNICÍPIOS - PROGRAMA PATRULHA MECANIZADA URBANA, através da distribuição de equipamentos para uso em obras urbanas, tendo como órgão responsável o Ministério das Cidades. Pretende-se dessa maneira ajudar a prover uma melhora substancial da infraestrutura dos pequenos municípios. O programa visa tomar iniciativas que apóiem ações descentralizadas e executadas pelo próprio município, aumentando sua autonomia em tais iniciativas, usando o máximo a mão de obra local, promovendo ações desenvolvimentistas a nível local e criando alternativas de aumento de emprego e renda, utilizando alternativas ecologicamente corretas e sustentáveis. Também objetiva dentro da área municipal pleiteada a execução de projetos de infraestrutura sem a dependência hoje praticamente exclusiva da contratação de empresas de engenharia que tornariam tais processos mais difíceis e onerosos de serem executados; O público-alvo do Programa serão os municípios com até 50.000 habitantes, que continuamente necessitam expandir sua infraestrutura urbana e em geral não tem meios físicos para tal. O Ministério das Cidades através do PROGRAMA NACIONAL DE EQUIPAMENTOS URBANOS PARA PEQUENOS MUNICÍPIOS, proverá um conjunto de equipamentos mínimos que permitam a auto-sustentabilidade na execução de pequenos projetos de pavimentação, desassoreamento de pequenos rios e córregos e realização de obras de impacto locais e apoiadas pelo próprio município, sempre utilizando mão de obra local. O Programa Patrulha Mecanizada Urbana contempla o fornecimento de: Retroescavadeira, Pá Carregadeira, Perfuratriz para Poço Artesiano, Máquina para Fabricação de Blocos e Pavimentação e Equipamento para Dragagem de pequeno porte. Por fim consideramos em uma primeira abertura de sistemática do Programa, contemplar inicialmente de 1.000 a 4.000 municípios (contados numericamente dentro dos consórcios que porventura se formem) que atendam a todas as exigências do Programa. Os municípios contemplados, sob aval da União (e se for o caso, também dos estados) poderão efetuar serviços de dragagem (que diminuirão os futuros e sempre mais custosos serviços de drenagem) e remoção de resíduos sólidos de pequenos rios (rios com baixa vazão d'água), córregos, riachos, arroios, sempre indistintamente sofrendo assoreamento natural ou agressões ambientais provocadas pelo homem.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 22 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Afonso Hamm

EMENDA

20980004

EMENTA

Desenvolvimento da Fruticultura Nacional

PROGRAMA

2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

OBJETIVO

0747 - Elevar padrões de qualidade e competitividade da fruticultura brasileira ao patamar de excelência requerido pelo mercado internacional

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Apoiar 10.000 Projetos de Desenvolvimento do setor agropecuário	Apoiar 15.000 Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Norte	2.000	projeto
Região Sudeste	3.000	projeto
Região Sul	4.000	projeto
Região Nordeste	4.000	projeto
Região Centro-Oeste	2.000	projeto

JUSTIFICATIVA

A fruticultura brasileira, com produção de mais de 43 milhões de toneladas anuais, em área plantada de 2,8 milhões ha, responde pela terceira maior produção de frutas frescas do mundo, sendo superado apenas pela China e índia. A sua pauta de produção, caracterizada pela extensão e diversidade, é uma das mais complexas e incluí frutas de clima temperado, tropical e subtropical, além das chamadas exóticas. Os esforços do PROFRUTA priorizam ações para a qualificação de técnicos e gestores da cadeia das frutas, em estratégicas áreas temáticas, abrangendo os principais pólos do País, e representam um dos fatores de impacto nos resultados até aqui alcançados. Compreendem atividades em processos de incorporação tecnológica no campo e tratamentos em empacotadoras, em conformidade com requisitos de mercado internacional, como o do sistema da produção integrada de frutas - PIF, que se fundamenta em princípios da sustentabilidade ambiental e agrícola, segurança alimentar e saúde humana e, sobretudo, viabildade econômica, sem contar que é um dos segmentos do agronegócio que mais beneficia a economia brasileira. A fruticultura é uma das principais atividades geradoras de empregos no meio rural, tendo um grande impacto social e econômico. Cabe ressaltar que, embora o Brasil venha aumentando suas exportações de frutas frescas, ainda é um país marginal no comércio mundial, mesmo sendo o terceiro maior produtor de frutas do mundo. é importante a viabilização dessa ação para fomentar o setor frutícola.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 23 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Afonso Hamm

EMENDA

20980005

EMENTA

Desenvolvimento da Fruticultura no Estado do Rio Grande do Sul

PROGRAMA

2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

OBJETIVO

0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Apoiar 10.000 Projetos de Desenvolvimento do setor agropecuário	Apoiar 15.000 Projetos de Desenvolvimento do setor agropecuário

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Centro-Oeste	2.000	projeto
Região Nordeste	4.000	projeto
Região Norte	2.000	projeto
Região Sudeste	3.000	projeto
Região Sul	4.000	projeto

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda aumenta as metas para a Região Sul, no Programa 2014, Objetivo 0747, estimulando o Desenvolvimento da Fruticultura na região Sul, especificamente no estado do Rio Grande do Sul. A fruticultura é uma das principais atividades geradoras de empregos no meio rural, tendo um grande impacto social e econômico. Cabe ressaltar que, embora o Brasil venha aumentando suas exportações de frutas frescas, ainda é um país marginal no comércio mundial, mesmo sendo o terceiro maior produtor de frutas do mundo. é importante a viabilização dessa ação para fomentar o setor frutícola. A fruticultura no estado do Rio Grande do Sul está em expansão, com bons investimentos dos produtores na atividade. A área implantada já atingiu mais de 6.000 hectares. Os beneficiários são basicamente agricultores familiares que têm buscado a fruticultura como alternativa a outras atividades agrícolas. Incrementa a geração de empregos, pois para cada dois hectares implantados, um emprego direto é gerado, além de dois ou três indiretos nos demais segmentos da cadeia produtiva. Daí a importância dessa ação ser priorizada no PPA 2012-2015.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 24 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Afonso Hamm

EMENDA

20980006

EMENTA

Emenda de complementação que incluí o Programa Nacional de Equipamentos Urbanos

PROGRAMA

2054 - Planejamento Urbano

OBJETIVO

0589 - Programa Nacional de Equipamentos Urbanos para pequenos municípios na execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano na área de Saneamento Integrado e Mobilidade Urbana, intitulado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

56000 - Ministério das Cidades

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Criar, implementar e manter o serviço de atendimento à sociedade, aos entes federados e outros interessados	Apoiar a aquisição de equipamentos para Patrulha Mecanizada Urbana

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Nacional	4.000	unidade

JUSTIFICATIVA

OBJETIVO: 0589 - Órgão Responsável: Ministério das Cidades Metas 2012 - 2015 Nova Iniciativa: Aquisição de Equipamentos Urbanos mínimos que permitam a Auto-sustentabilidade Municipal na execução de Pequenos Projetos Programa Nacional de Equipamentos Urbanos para pequenos municípios na execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano na área de Saneamento Integrado e Mobilidade Urbana, intitulado - Patrulha Mecanizada Urbana A presente emenda visa incluir no Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2012-2015 - Projeto de Lei nº 29/2011-CN, a inclusão no âmbito de um Programa Nacional de Equipamentos Urbanos para pequenos municípios na execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano na área de Saneamento Integrado e Mobilidade Urbana, a ser intitulado PROGRAMA NACIONAL DE EQUIPAMENTOS URBANOS PARA PEQUENOS MUNICÍPIOS - PROGRAMA PATRULHA MECANIZADA URBANA, através da distribuição de equipamentos para uso em obras urbanas, tendo como órgão responsável do Ministério das Cidades. Pretende-se dessa maneira ajudar a prover uma melhora substancial da infraestrutura dos pequenos municípios. O programa visa tomar iniciativas que apóiem ações descentralizadas e executadas pelo próprio município, aumentando sua autonomia em tais iniciativas, usando o máximo a mão de obra local, promovendo ações desenvolvimentistas a nível local e criando alternativas de aumento de emprego e renda, utilizando alternativas ecologicamente corretas e sustentáveis. Também objetiva dentro da área municipal pleiteada a execução de projetos de infraestrutura sem a dependência hoje praticamente exclusiva da contratação de empresas de engenharia que tornariam tais processos mais difíceis e onerosos de serem executados; O público-alvo do Programa serão os municípios com até 50.000 habitantes, que continuamente necessitam expandir sua infraestrutura urbana e em geral não tem meios físicos para tal. O Ministério das Cidades através do PROGRAMA NACIONAL DE EQUIPAMENTOS URBANOS PARA PEQUENOS MUNICÍPIOS, proverá um conjunto de equipamentos mínimos que permitam a auto-sustentabilidade na execução de pequenos projetos de pavimentação, desassoreamento de pequenos rios e córregos e realização de obras de impacto locais e apoiadas pelo próprio município, sempre utilizando mão de obra local. O Programa Patrulha Mecanizada Urbana contempla o fornecimento de: Retroescavadeira, Pá Carregadeira, Perfuratriz para Poço Artesiano, Máquina para Fabricação de Blocos e Pavimentação e Equipamento para Dragagem de pequeno porte. Considero que a dotação orçamentária anual para o Programa deverá ser algo em torno de R$ 1.300.000.000,00 (Um bilhão e trezentos milhões de reais), sendo acrescido de R$ 65.000.000 (sessenta e cinco milhões de reais), devido à contrapartida dos municípios (ou consórcios municipais). Será permitida a participação de recursos provenientes dos estados, quando solicitados para complementar os recursos necessários a execução de metas propostas em programas peculiares e definidas pelos pequenos municípios ou consórcios; Por fim consideramos em uma primeira abertura de sistemática do Programa, contemplar inicialmente de 1.000 a 3.000 municípios (contados numericamente dentro dos consórcios que porventura se formem) que atendam a todas as exigências do Programa. Os municípios contemplados, sob aval da União (e se for o caso, também dos estados) poderão efetuar serviços de dragagem (que diminuirão os futuros e sempre mais custosos serviços de drenagem) e remoção de resíduos sólidos de pequenos rios (rios com baixa vazão d¿água), córregos, riachos, arroios, sempre indistintamente sofrendo assoreamento natural ou agressões ambientais provocadas pelo homem.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 25 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Afonso Hamm

EMENDA

20980007

EMENTA

Estradas vicinais complementação emenda de iniciativa

PROGRAMA

2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

OBJETIVO

0747 - Recuperação e conservação de estradas vicinais sem pavimentação no Estado do Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Apoiar a recuperação de 50.000 Km da malha de estradas vicinais	Apoiar a recuperação de 66.000 Km da malha de estradas vicinais

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sul	21.000	km
Região Centro-Oeste		
Região Nordeste		
Região Norte		
Região Sudeste		

JUSTIFICATIVA

OBJETIVO: 0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas. Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Metas 2012-2015 Apoiar a recuperação de 66.000 Km da malha de estradas vicinais Regionalização da Meta Total Unidade Região Centro-Oeste 20.000,00 km Região Nordeste 7.000,00 km Região Norte 8.000,00 km Região Sudeste 10.000,00 km Região Sul 21.000,00 km Nova iniciativa: XXXX ¿ Recuperação e conservação de estradas vicinais sem pavimentação no Estado do Rio Grande do Sul. Justificativa: Esta emenda visa recuperar e conservar 16.000 Km de estradas vicinais no Estado do Rio Grande do sul, ao custo aproximado de R$ 15.000,00 reais o Km, sendo o custo total da obra R$ 240.000.000,00 e executada na seguinte forma: R$ 60.000.000,00 em 2012, R$ 60.000.000,00 em 2013, R$ 60.000.000,00 em 2014, R$ 60.000.000,00 em 2015. É imperativo a aprovação desta emenda devido ao escoamento da produção agropecuária estar inserido nestas estradas. Aumentar de 5.000 km da regiao sul, para atender a emenda de estradas vivinais, confoem justificativa acima.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 26 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Afonso Hamm

EMENDA

20980008

EMENTA

Fortalecimento da cadeia produtiva do Leite na Agricultura Familiar

PROGRAMA

2012 - Agricultura Familiar

OBJETIVO

0411 - Apoiar a comercialização e produção do Leite na Agricultura Familiar

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Financiar 100 mil equipamentos da indústria nacional com tecnologia apropriada para a agricultura familiar no âmbito do Mais Alimentos	Financiar 110 mil equipamentos da indústria nacional com tecnologia apropriada para a agricultura familiar no âmbito do Mais Alimentos

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sul	10.000	unidade

JUSTIFICATIVA

Trata-se de uma sugestão de emenda visando fortalecer a Agricultura Familiar com a comercialização e a qualidade do leite para a cadeia produtiva láctea da Região Sul, especificamente no Estado do Rio Grande do Sul. O MDA tem trabalhado de forma decisiva na consolidação da Tarifa Externa Comum (TEC) para onze produtos lácteos de maior importância, considerados produtos especiais. Com o início das negociações do Mercosul em 1995, foram estabelecidas tarifas de 14 e 16% para os produtos importados de fora do bloco. De acordo com negociações da OMC, o Brasil poderia colocar 100 produtos com tarifas de importações diferenciadas por serem produtos mais sensíveis à importação. Onze produtos lácteos passaram a ter TEC de 27% para importações de fora do bloco. Com isso, as importações oriundas do Mercosul, que representavam 40% do total, em 1995, passaram para 85%, em 2006. Isso quer dizer que a TEC influenciou de forma decisiva para a diminuição das importações vindas de países que subsidiam a produção de leite. O perfil da agricultura familiar é essencialmente distributivo e seus sistemas produtivos, aliados à maleabilidade de seu processo decisório, trazem imensas vantagens comparativas sob o prisma ambiental. Por isso, os benefícios de uma estratégia de desenvolvimento rural que dê prioridade à promoção dessa classe de produtor ou agricultor são importantíssimos. Este segmento tem um papel crucial na economia das pequenas cidades, pois 4.928 municípios têm menos de 50 mil habitantes. Destes, mais de quatro mil têm menos de 20 mil habitantes. Estes produtores e seus familiares são responsáveis por inúmeros empregos no comércio e nos serviços prestados nas pequenas cidades. A melhoria de renda deste segmento, por meio de sua maior inserção no mercado, tem impacto importante no interior do País e, por conseqüência, nas grandes cidades. Entre os agricultores familiares, a pecuária de leite é uma das principais atividades desenvolvidas, estando presente em 36% dos estabelecimentos classificados como de economia familiar, além de responderem por 52% do Valor Bruto da Produção total, oriundos do leite. As propriedades de agricultura familiar da Região Sul e do Centro-Oeste são as que mais trabalham com a pecuária leiteira, pois o leite está presente em 61% dos estabelecimentos das duas regiões. Na Região Sudeste são aproximadamente 44% das propriedades que trabalham com leite e nas Regiões Norte e Nordeste esse valor é menor, quando comparado com outras regiões brasileiras, cerca de 24%.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Afonso Hamm

EMENDA

20980009

EMENTA

Projetos de Irrigação no Estado do Rio Grande do Sul

PROGRAMA

2013 - Agricultura Irrigada

OBJETIVO

0180 - Disponibilizar serviços de ATER para 10.000 pequenos produtores dos projetos de irrigação no Estado do Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

53000 - Ministério da Integração Nacional

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Disponibilizar serviços de ATER para 25.000 pequenos produtores dos projetos públicos de irrigação	Disponibilizar serviços de ATER para 35.000 pequenos produtores dos projetos públicos de irrigação

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sul	10.000	unidade

JUSTIFICATIVA

A nossa intenção é assegurar prioridade para a viabilização de investimentos em projetos de irrigação no Estado do Rio Grande do Sul. No Estado do Rio Grande do Sul, as perdas da agricultura têm sido recorrentes em razão do comportamento agroclimático irregular com prejuízos exponenciais a economia gaúcha e alterações no fluxo migratório rural-urbano com os seus traumas sociais. Objetiva-se com a implementação dessa ação estruturante oferecer maior estabilidade na produção agropecuária do Estado. A diminuição dos níveis de pobreza no País, especialmente os registrados nas zonas rurais de regiões de baixa disponibilidade de recursos hídricos ou naquelas onde eles estão sendo subutilizados, continua sendo um importante desafio. Muitos planos programas e projetos concebidos e implementados, não surtiram os efeitos desejados para a redução do problema. A agricultura irrigada é, comprovadamente, uma das mais efetivas ferramentas de combate à pobreza e distribuição de renda, gerando empregos para mão-de-obra, tanto qualificada quanto não, a custos inferiores a aqueles em outros setores da economia. Ela também resulta em aumento da oferta de alimentos a preços menores a aqueles produzidos nas áreas irrigadas, bem como o aumento substancial da produtividade dos fatores terra e trabalho. Em que pesem os benefícios advindos do Programa, a área irrigada percapita do Brasil continua sendo uma das mais baixas do mundo, colocando o País em desvantagem competitiva em termos de produtividade dos recursos envolvidos na implantação de áreas irrigadas. Em algumas regiões do estado do Rio Grande do Sul, a produção agropecuária é de alto risco e baixo rendimento sem a irrigação. Em outras regiões, sem a utilização da água como insumo agrícola, é possível a obtenção de uma safra por ano, significando uma substancial subutilização de investimentos realizados em infra-estrutura física e de apoio à produção, assim como em maquinaria agrícola. O crescimento da agroindústria é igualmente reprimido, haja vista a disponibilidade, apenas sazonal de matéria prima.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Alberto Mourão

EMENDA: 35970001

EMENTA

Crack - Programa 2015 - Objetivo 0718

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0718 - Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de Crack e outras drogas.

INICIATIVA

NOVA - Reestruturação da Rede de Atenção Psicossocial com a Implantação de Unidades Terapêuticas

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	01/02/2012	31/12/2015	20.000.000	80.000.000

JUSTIFICATIVA

O tratamento está voltado para uma nova organização do sistema nacional para a prática de saúde mental, detectando níveis hierárquicos de assistência como, clínicas específicas, ambulatório por linha de cuidado, evidências científicas, integração do sistema, entre outras alternativas. Essa integração se faz necessária, pois é compreendida por etapas como internação temporária (entre 40 e 50 dias), na qual ocorre uma abstinência total sob supervisão médica; atendimento nas clínicas especializadas; e por último e importante momento, o atendimento pelas comunidades terapêuticas e religiosas. Etapa que é composta de propostas para a manutenção do estado de sobriedade frente às dificuldades da vida. Destacamos nessa etapa a importância de unidades dirigidas por grupos religiosos, pois além da transparência no trabalho realizado, costuma ser um meio onde as recaídas são mais raras.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Alberto Mourão

EMENDA

35970002

EMENTA

Crack - Programa 2060 - Objetivo 0921

PROGRAMA

2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas

OBJETIVO

0921 - Apoiar a estruturação de projetos e serviços voltados ao atendimento de usuários de drogas e seus familiares, de forma articulada ao Sistema Único de Saúde e Sistema Único de Assistência Social.

INICIATIVA

NOVA - Apoio a Implantação de Clínicas Especializadas para o Tratamento de Dependentes Químicos

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	01/01/2012	31/12/2015	20.000.000	80.000.000

JUSTIFICATIVA

Estimado em mais de três milhões o número de dependentes químicos existentes em nosso país, se faz necessário um novo projeto no tocante a prevenção e tratamento desse mau, que atinge não só ao dependente como a toda sua família. Diante disso, necessita-se de um novo conceito de abordagens que, reconhecendo a doença mental como crônica, foi desenvolvido uma nova metodologia que é composta a partir da implantação de clínicas especializadas para internação adequada, atividades físicas de acordo com aptidões, processos terapêuticos (medicamentos e acompanhamento diuturno), e a presença dos chamados conselheiros, que são alcoólicos anônimos e narcóticos anônimos que estão presentes junto aos pacientes. O tratamento está voltado para uma nova organização do sistema nacional para a prática de saúde mental, detectando níveis hierárquicos de assistência como, clínicas específicas, ambulatório por linha de cuidado, evidências científicas, integração do sistema, entre outras alternativas. Essa integração se faz necessária, pois é compreendida por etapas como internação temporária (entre 40 e 50 dias), na qual ocorre uma abstinência total sob supervisão médica; atendimento nas clínicas epecializadas; e por último e importante momento, o atendimento pelas comunidades terapêuticas e religiosas. Etapa que é composta de propostas para a manutenção do estado de sobriedade frente às dificuldades da vida. Destacamos nessa etapa a importância de unidades dirigidas por grupos religiosos, pois além da transparência no trabalho realizado, costuma ser um meio onde as recaídas são mais raras.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Alberto Mourão

EMENDA: 35970003

EMENTA

Crack - Programa 2060 - Objetivo 0923

PROGRAMA

2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas

OBJETIVO

0923 - Introduzir melhorias na gestão da política sobre drogas, tendo como subsídio a realização de levantamentos acerca dos padrões de consumo de crack e outras drogas e a produção de conhecimentos científicos afetos ao tema; aperfeiçoando os marcos institucionais e legais; fortalecendo os mecanismos de articulação intersetorial e cooperação internacional; modernizando os instrumentos de acompanhamento e monitoramento das ações e fomentando a criação de estruturas locais de gestão, com a ampliação dos mecanismos de participação social.

INICIATIVA

NOVA - Implantação de Centros Terapêuticos Vinculados a Hospitais Administrados por Universidades Federais

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
80.000.000	01/02/2012	31/12/2015	20.000.000	60.000.000

JUSTIFICATIVA

Estimado em mais de três milhões o número de dependentes químicos existentes em nosso país, se faz necessário um novo projeto no tocante a prevenção e tratamento desse mau, que atinge não só ao dependente como a toda sua família. Diante disso, necessita-se de um novo conceito de abordagens que, reconhecendo a doença mental como crônica, foi desenvolvido uma nova metodologia que é composta a partir da implantação de clínicas especializadas para internação adequada, atividades físicas de acordo com aptidões, processos terapêuticos (medicamentos e acompanhamento diuturno), e a presença dos chamados conselheiros, que são alcoólicos anônimos e narcóticos anônimos que estão presentes junto aos pacientes. O tratamento está voltado para uma nova organização do sistema nacional para a prática de saúde mental, detectando níveis hierárquicos de assistência como, clínicas específicas, ambulatório por linha de cuidado, evidências científicas, integração do sistema, entre outras alternativas. Essa integração se faz necessária, pois é compreendida por etapas como internação temporária (entre 40 e 50 dias), na qual ocorre uma abstinência total sob supervisão médica; atendimento nas clínicas epecializadas; e por último e importante momento, o atendimento pelas comunidades terapêuticas e religiosas. Etapa que é composta de propostas para a manutenção do estado de sobriedade frente às dificuldades da vida. Destacamos nessa etapa a importância de unidades dirigidas por grupos religiosos, pois além da transparência no trabalho realizado, costuma ser um meio onde as recaídas são mais raras.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Alberto Mourão

EMENDA

35970004

EMENTA

Ferrovia São Vicente - Juquiá - Objetivo 0145

PROGRAMA

2072 - Transporte Ferroviário

OBJETIVO

0145 - Fomentar o transporte ferroviário de passageiros.

INICIATIVA

NOVA - Adequação de Ferrovias para Implantação de Trem de Passageiro no Trecho São Vicente - Juquiá / SP

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
550.000.000	01/02/2012	31/12/2015	150.000.000	400.000.000

JUSTIFICATIVA

O transporte ferroviário de passageiros entre Santos e Juquiá foi suspenso depois de 84 anos de funcionamento. O nosso objetivo é buscar a reativação de um trecho da linha férrea, o Samaritá, (São Vicente) a Juiquiá, numa extenção de 135 Km, o que permitirá revolucionar o atual quadro negativo de transporte coletivo de massa intermunicipal (regional). A referida linha contemplará moradores de São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe, Itariri, Pedro de Toledo, Miracatu e Juquiá. Ao longo dessa região residem por volta de 700 mil pessoas, que enfrentam grandes dificuldades de locomoção, vendo-se alijadas da acessibilidade aos benefícios sociais oferecidos pelo Poder Público, como o Vale do Ribeira, região bastante carente em investimentos. A reativação da linha para o transporte de passageiro, conforme plano do Governo Federal de Reativação de Rodovias, será indispensável para o desenvolvimento da região, fortalecendo toda a logística nas proximidades do Porto de Santos.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 32 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Alberto Mourão

EMENDA

35970005

EMENTA

Mobilidade Urbana - Objetivo 0574

PROGRAMA

2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

OBJETIVO

0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

INICIATIVA

NOVA - Imp.e Mod.do Sistema de Transp.Público Coletivo nas Regiões Metrop.do Estado de São Paulo

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
5.000.000.000	01/01/2012	31/12/2015	1.500.000.000	3.500.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa o fortalecimento do transporte viário de massa nas Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo, indispensável para o desenvolvimento econômico e estratégias fundamentais por se tratarem de grande centros. As regiões cresceram e o que era periférico hoje é central. O nosso serviço de transporte coletivo não acompanhou essas mudanças devido a falta de investimentos necessários em infraestrutura, deixando assim de valorizar o desenvolvimento integrado do uso do solo, transporte e trânsito. Com o grande crescimento populacional, se faz necessário inovações no sistema viário de transporte de massa, devido aos grandes congestionamentos, ocasionando um grande prejuízo nas áreas de logística e de pessoal. Com a aprovação dessa emenda, o relator adequará a meta referente ao investimento de R$ 18 bilhões de reais, conforme parecer preliminar.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 33 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Alceu Moreira

EMENDA

28580001

EMENTA

Agricultura / Leite

PROGRAMA

2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

OBJETIVO

0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.

INICIATIVA

NOVA - Plano de expansao da producao leiteira

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
50.000.000	01/12/2012	31/12/2015	20.000.000	30.000.000

JUSTIFICATIVA

A meta do plano de expansao da producao leiteira, promovera o fortalecimento para a agropecuaria sustentavel, abastencendo e comercializando, fortalecendo a pequeno produtor rural e suas associacoes e cooperativas promovendo a implantacao de melhorando a comercializacao.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 34 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Alceu Moreira

EMENDA

28580002

EMENTA

Saúde / Construcao de Hospital

PROGRAMA

---- - Programa do novo Objetivo

OBJETIVO

NOVO - Construcao de Hospital

INICIATIVA

NOVA - Construcao de Hospital Regional do Vale do Paranhama, vale dos sinos e Vale do Gravataí

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
120.000.000	01/12/2012	31/12/2015	40.000.000	40.000.000

JUSTIFICATIVA

esta emenda visa atendimento da populacao do vale do Paranhana, vale dos sinos e vale do Gravataí. do Rio Grande de Sul, carente deste recurso na questão de atendimento de cerca de 1.200 mil pessoas, a necessidade de buscar recursos para esta obra.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Alceu Moreira

EMENDA: 28580003

EMENTA: Saúde / Construçao de Hospital

PROGRAMA: ---- - Programa do novo Objetivo

OBJETIVO: NOVO - Construcao do Hospital Regional Pubico do Litoral Norte do Rio Grande do Sul

INICIATIVA: NOVA - Construção de Hospital

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
120.000.000	01/01/2012	31/12/2015	40.000.000	80.000.000

JUSTIFICATIVA

esta emenda visa atendimento da populacao do litoral norte do Rio Grande de Sul, carente deste recurso na questão de atendimento de cerca de 400 mil pessoas, a necessidade de buscar recursos para esta obra.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Alceu Moreira

EMENDA: 28580004

EMENTA: Turismo / Rota Turistica

PROGRAMA: ---- - Programa do novo Objetivo

OBJETIVO: NOVO - Pavimentação da Rota Turistica no estado do Rio Grande do Sul

INICIATIVA: NOVA - Pavimentacao estradas

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
80.000.000	01/01/2012	31/12/2015	20.000.000	60.000.000

JUSTIFICATIVA

esta emenda visa atender antiga reivindicacao da populacao dos Municipios de Riozinho / Barra do ouro / Maquiné conhecida como rota NATUR.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Alceu Moreira

EMENDA: 28580005

EMENTA

Turismo / Rota Turistica 2

PROGRAMA

---- - Programa do novo Objetivo

OBJETIVO

NOVO - Pavimentacao e estruturacao de Rota Turistica no Rio Grande do Sul

INICIATIVA

NOVA - Pavimentacao de estradas

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
80.000.000	01/12/2012	31/12/2015	20.000.000	60.000.000

JUSTIFICATIVA

esta emenda visa atender antiga reivindicacao da populacao dos Municipios de Torres, Mampituba e Cambara do Sul. visando a integracao de uma rota turistica, ligando o litoral norte do Rio Grande do Sul atraves de torres a partirdo litoral para a região dos canius. limitando ao sul do litoral catarinense, e beneficiara alem do turismo o desenvolvimento de pequenos produtores rurais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 38 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Alceu Moreira

EMENDA

28580006

EMENTA

P&D

PROGRAMA

2042 - Inovações para a Agropecuária

OBJETIVO

0842 - Pesquisar, desenvolver e transferir tecnologias para aumentar a competitividade e a produtividade da agropecuária brasileira, contribuir para a inclusão social dos produtores de base familiar e disseminar práticas ambientalmente sustentáveis, com foco em compromissos como a redução da emissão de carbono, no desenvolvimento sustentável e no uso racional dos recursos naturais.

INICIATIVA

03GI - Incentivar atividades de formacoao de jovens e adultos, por meio de parcerias com a iniciativa privada, que contribuiam para sustentabilidade da fumicultura

JUSTIFICATIVA

A participacao do juovem em atividades agricolas sofre diversas restricoes legais, o que prejudica a sustentabilidade ou continuidade das atividades de agricultura familiar. A presente iniciativa visa propriciar o desenvolvimento de atividades de formacao direcionadas ao jovem, para que ele possa adquirir conhecimentos que permitam sua insercao na atividade agricola quando atingir a maioridade.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Alex Canziani

EMENDA: 36800001

EMENTA

CONSTRUÇÃO DO CONTORNO RODOVIARIO LESTE DE LONDRINA

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0136 - Ordenar o tráfego rodoviário de passagem nos trechos de perímetro urbano que possuam nível de serviço inadequado ou alto índice de acidentes, por meio de intervenções nas rodovias federais.

INICIATIVA

NOVA - CONSTRUÇÃO DO CONTORNO LESTE - BR 369 - PR 445 - PARANÁ

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	400.000.000

JUSTIFICATIVA

A EMENDA TEM COMO OBJETIVO DOTAR DE MELHORES CONDIÇÕES DE TRAFEGO E SEGURANÇA A REGIÃO LESTE DE LONDRINA QUE LEVA AO AEROPORTO INTERLIGANDO A BR 369 À PR 445 COMPREENDENDO OS MUNICÍPIOS DE : LONDRINA,IBIPORÃ,JATAIZINHO, ALVORADA DO SUL, ASSAI, URAI,BELA VISTA DO PARAISO E ROLANDIA. A POPULAÇÃO DA REGIÃO CORRESPONDE A APROXIMADAMENTE 1,5 MILHÃO DE PESSOAS, CONSIDERANDO O DESTINO ATÉ O MATO GROSSO DO SUL. A ECONOMIA DE PERCURSO DEPOIS DA OBRA, EM RELAÇÃO AO QUE EXISTE HOJE É DE 20 KM , SENTIDO CAPITAL DO ESTADO, E MELHORARIA SENSIVELMENTE O ACESSO DESSAS POPULAÇÕES AO AEROPORTO DE LONDRINA. TRATA-SE DA ÚNICA REGIÃO DESSASISTIDA DE ACESSO À PR 445 PARA CHEGAR ATÉ CURITIBA. RESSALTAMOS QUE A CONSTRUÇÃO DO CONTORNO LESTE NA REGIÃO DE LONDRINA É DE ELEVADA IMPORTÂNCIA PARA TODA A REGIÃO POIS A POPULAÇÃO BENEFICIADA, A SEGURANÇA DOS MOTORISTAS,O CONFORTO DOS USUÁRIOS E A ECONOMIA DE PERCURSO JUSTIFICAM A INCLUSÃO DA EMENDA AO PPA 2012/2015. ÓRGÃO RESPONSAVEL: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DNIT META: 100% - CONSTRUÇÃO DE CONTORNO RODOVÍARIO NA BR 369 - PR 445 INDICADOR:TAXA BRUTA DE USUÁRIOS DA BR 369 E PR 445 UNIDADE DE MEDIDA: KM2 - PROJETO DESENVOLVIDO REFERENCIA: 01/01/2010

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Alfredo Kaefer

EMENDA

23990001

EMENTA

Agricultura Irrigada no Estado do Paraná

PROGRAMA

2013 - Agricultura Irrigada

OBJETIVO

0544 - Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado.

INICIATIVA

NOVA - Implantação de Projetos de Irrigação e o Desenvolvimento da Fruticultura no Estado do Paraná

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
200.000.000	01/01/2012	31/12/2015	20.000.000	180.000.000

JUSTIFICATIVA

O programa consiste em elaborar estudos de viabilidade de perímetros irrigáveis, promover a transferência de gestão e desenvolver a eficiência no uso da água no intuito de desenvolver a agricultura irrigada, com aumento da produtividade, como contribuição para o desenvolvimento regional. Aumentar a área irrigada como meio de promoção do desenvolvimento regional, visando a geração de empregos e distribuição da renda. A diminuição da pobreza nas zonas rurais de regiões de baixa disponibilidade de recursos hídricos, ou naquelas onde estes estão sendo subutilizados, continua sendo um grande desafio. A agricultura irrigada é uma das mais efetivas ferramentas de combate à pobreza e distribuição de renda, gerando empregos com baixos custos. Ela também eleva a oferta de alimentos a preços menores, na medida em que aumenta produtividade dos fatores terra e trabalho. Apear disso, a área irrigada per capita do Brasil é uma das mais baixas do mundo. No Semi-árido a produção agropecuária é de alto risco e baixo rendimento sem a irrigação. Nas demais regiões, sem a utilização da água como insumo agrícola, é possível a obtenção de apenas uma safra por ano, significando uma substancial subutilização de investimentos realizados em infra-estrutura física e de apoio à produção, assim como em maquinário. Por outro lado, o desempenho da agricultura irrigada instalada, tanto pública quanto privada, está longe do ideal. A produtividade média alcançada, a eficiência na utilização de água, o emprego de insumos modernos, a capacitação da mão de obra, a integração dos projetos com as cadeias produtivas, dentre outros aspectos, são passíveis de melhoria substancial. Por último, o viés paternalista das políticas de irrigação e de reforma agrária resultou na dependência da assistência financeira até para o custeio dos gastos de operação e manutenção dos perímetros públicos de irrigação. A grande maioria dos produtores de tais projetos nunca alcançaram os níveis de capacitação necessários para transformarem-se em pequenos empresários rurais. Assim, a transferência da gestão comprovou ser a medida mais eficaz para aumentar a produtividade das áreas beneficiadas. Para atingir a autogestão, é indispensável um período de adequação, denominado de operação inicial nos novos projetos e de reorganização nos projetos já em funcionamento, de modo a permitir que os produtores obtenham as condições mínimas para assumir os encargos financeiros decorrentes. Durante este período os agricultores são conscientizados do seu papel de empresários rurais, são capacitados em agricultura irrigada e para as tarefas de operação e manutenção dos sistemas. Fomenta-se a formação do distrito de irrigação

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Alfredo Kaefer

EMENDA: 23990002

EMENTA

Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização - Acesso ao credito rural

PROGRAMA

2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

OBJETIVO

0618 - Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.

INICIATIVA

NOVA - ampliar a ação de seus instrumentos de políticas públicas, o crédito rural, bem como os mecanismos de apoio à comercialização e gestão de risco rural.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
200.000.000	01/01/2012	31/12/2015	20.000.000	180.000.000

JUSTIFICATIVA

A agricultura ocupa uma posição de destaque na economia brasileira, tanto como setor demandante de insumos dos demais setores da economia, quanto para o fornecimento de produtos. Além do papel de suma importância para economia na função de contribuir com o fornecimento de alimentos e matérias-primas agrícolas, com conseqüente volume representativo nas exportações. Por ter a agricultura tamanha importância, esta emenda visa garantir acesso Credito Rural Brasileiro. Ampliação das fontes de financiamento de longo prazo. Neste caso, além de manter a forte atuação do BNDES. CEF e BB, o governo aposta no aprofundamento do mercado de capitais, e de crédito privado; Obviamente tais medidas não rivalizam com a robustez do instrumental de apoio para o agronegócio que somente para o crédito contará com um salto na oferta anual de recursos, de R$ 107.2 para R$ 140.5 bilhões. A coberta pelo seguro rural para o agronegócio expandirá da área de 6,7 milhões para 30 milhões de hectares e o número de produtores rurais beneficiados pelo Programa de Subvenção Prêmio do Seguro Rural crescerá de 56 mil para 250 mil. Sob esse segmento recaem grandes expectativas na geração de divisas externas e, por via de conseqüência, na manutenção de superávits na balança comercial e no enfrentamento da tendência de deterioração das transações correntes do país. O Brasil mantém sua produção agropecuária entre as mais prósperas do planeta. A safra 2010/2011 vai levar o país a um novo recorde na produção de grãos: 161,5 milhões de toneladas. O resultado está 8,2% acima da safra anterior, com variação positiva de 3,8% na área plantada e de 4,2% na produtividade. Tal desempenho coloca o país entre os mais competitivos do mundo, com capacidade de atender ao aumento da demanda por alimentos. O Brasil já é um dos principais fornecedores de proteínas no mercado internacional de alimentos, destinando o excedente de sua produção a 215 destinos do globo. O governo deve manter e ampliar a ação de seus instrumentos de políticas públicas, notadamente o crédito rural, bem como os mecanismos de apoio à comercialização e gestão de risco rural. O novo Plano Agrícola e Pecuário destaca-se pela magnitude dos recursos destinados ao setor: R$ 107,2 bilhões. Um aumento de 7,2% em relação à safra passada. O dinheiro será destinado ao financiamento de operações de custeio, investimento, comercialização e subvenção ao prêmio do seguro rural.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 42 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Alfredo Kaefer

EMENDA

23990003

EMENTA

Construção do Novo Aeroporto de Cascavel, no Estado do Paraná

PROGRAMA

2017 - Aviação Civil

OBJETIVO

0084 - Ampliar a oferta de transporte aéreo regular de passageiros e cargas.

INICIATIVA

NOVA - Construção do novo Aeroporto de Cascavel, no Estado do Paraná

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	400.000.000

JUSTIFICATIVA

O aeroporto novo de Cascavel cada dia mais próximo, apesar de ser uma reivindicação antiga, nos últimos anos houve uma grande evolução no andamento da concretização do sonho da região. Construção do novo aeroporto de Cascavel para propiciar o aumento da capacidade de tráfego aéreo da região e o aumento da demanda de aeronaves cargueiras e aviação regular. A presente indicação é feita, pois no município há necessidade da construção de um aeroporto para pouso e decolagem de aviões de pequeno e médio porte. Devido o desenvolvimento do município e consequentemente o aumento de pessoas que passaram a freqüentá-lo, visando o turismo e também negócios, Vale lembrar ainda que a construção deste seria de grande valia no caso de emergências, onde o transporte rápido é extremamente necessário, e também para recepcionar autoridades, que porventura venham visitar nosso município. Na certeza de contarmos com a vossa colaboração, apresentamos protestos de elevada estima, consideração e apreço

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Alfredo Kaefer

EMENDA: 23990004

EMENTA

Estrada Vicinais no Estado do Paraná

PROGRAMA

2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

OBJETIVO

0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.

INICIATIVA

NOVA - Implantação, Construção, Ampliação e Recuperação de Estrada Vicinais, no Estado do Paraná

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
200.000.000	01/01/2012	31/12/2015	20.000.000	180.000.000

JUSTIFICATIVA

A referida emenda facilitará o escoamento da produção e garantirá ao munícipe o direito de ir e vir, melhorando as condições de vida do homem do campo.pretende melhorar a trafegabilidade e oferecer mais segurança para os moradores da região. Programa Emergencial de Recuperação de Estradas Vicinais serão os produtores rurais, inclusive os que desenvolvem atividades relacionadas com a pecuária leiteira e/ou turismo rural, que terão melhores condições para a comercialização de sua produção, sobretudo na época das chuvas quando a maioria dessas estradas se tornam intransitáveis, e a população dos centros urbanos que poderá contar com oferta de melhores produtos, preços e serviços.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Alfredo Kaefer

EMENDA: 23990005

EMENTA

Implantação de Projetos de Irrigação

PROGRAMA

2013 - Agricultura Irrigada

OBJETIVO

0544 - Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado.

INICIATIVA

NOVA - Implantação de Projetos de Irrigação no Estado do Paraná

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
200.000.000	01/01/2012	31/12/2015	20.000.000	180.000.000

JUSTIFICATIVA

programa consiste em elaborar estudos de viabilidade de perímetros irrigáveis, promover a transferência de gestão e desenvolver a eficiência no uso da água no intuito de desenvolver a agricultura irrigada, com aumento da produtividade, como contribuição para o desenvolvimento regional. Aumentar a área irrigada como meio de promoção do desenvolvimento regional, visando a geração de empregos e distribuição da renda. A diminuição da pobreza nas zonas rurais de regiões de baixa disponibilidade de recursos hídricos, ou naquelas onde estes estão sendo subutilizados, continua sendo um grande desafio. A agricultura irrigada é uma das mais efetivas ferramentas de combate à pobreza e distribuição de renda, gerando empregos com baixos custos. Ela também eleva a oferta de alimentos a preços menores, na medida em que aumenta produtividade dos fatores terra e trabalho. Apear disso, a área irrigada per capita do Brasil é uma das mais baixas do mundo. No Semi-árido a produção agropecuária é de alto risco e baixo rendimento sem a irrigação. Nas demais regiões, sem a utilização da água como insumo agrícola, é possível a obtenção de apenas uma safra por ano, significando uma substancial subutilização de investimentos realizados em infra-estrutura física e de apoio à produção, assim como em maquinário. Por outro lado, o desempenho da agricultura irrigada instalada, tanto pública quanto privada, está longe do ideal. A produtividade média alcançada, a eficiência na utilização de água, o emprego de insumos modernos, a capacitação da mão de obra, a integração dos projetos com as cadeias produtivas, dentre outros aspectos, são passíveis de melhoria substancial. Por último, o viés paternalista das políticas de irrigação e de reforma agrária resultou na dependência da assistência financeira até para o custeio dos gastos de operação e manutenção dos perímetros públicos de irrigação. A grande maioria dos produtores de tais projetos nunca alcançaram os níveis de capacitação necessários para transformarem-se em pequenos empresários rurais. Assim, a transferência da gestão comprovou ser a medida mais eficaz para aumentar a produtividade das áreas beneficiadas. Para atingir a autogestão, é indispensável um período de adequação, denominado de operação inicial nos novos projetos e de reorganização nos projetos já em funcionamento, de modo a permitir que os produtores obtenham as condições mínimas para assumir os encargos financeiros decorrentes. Durante este período os agricultores são conscientizados do seu papel de empresários rurais, são capacitados em agricultura irrigada e para as tarefas de operação e manutenção dos sistemas. Fomenta-se a formação do distrito de irrigação

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 45 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Alfredo Kaefer

EMENDA

23990006

EMENTA

Programa de Irrigação Noturna (PIN).

PROGRAMA

2013 - Agricultura Irrigada

OBJETIVO

0544 - Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado.

INICIATIVA

NOVA - Implantação de Projetos de Irrigação Noturna (PIN).

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
200.000.000	01/01/2012	31/12/2015	20.000.000	180.000.000

JUSTIFICATIVA

as vantagens oferecidas pelo Programa de Irrigação Noturna são econômicas e ambientais. Isso porque a irrigação por aspersão ou gotejamento, técnica recomendada pela Seab, induz ao uso racional da água e reduz a necessidade de aplicação de agrotóxicos. exemplo maior esta acontecendo no Estado do Paraná.; Programa de Irrigação Noturna (PIN), que tem a irrigação como principal técnica para evitar a estiagem nas regioes paranaense. Além disso, com maior economia de energia, os produtores conseguem pastagens mais produtivas aumentando, consequentemente, a produtividade do rebanho leiteiro e a produção de leite. O PIN beneficia os agricultores familiares não só pela redução no custo da energia elétrica na propriedade rural, mas também com o aumento da produtividade das lavouras. O PIN incentiva a utilização da irrigação no período noturno, entre as 21h e 6 horas da manhã, com redução de tarifas entre 60% a 70% na fatura de energia elétrica. O uso da irrigação de forma racional e sustentável minimiza os custos de produção com a redução no custo de agrotóxicos e com a substituição de fontes de energia fósseis (petróleo). A tecnologia reflete ainda no incremento da produção agrícola auxiliando no equilíbrio da oferta de produtos alimentares, complementa.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 46 de 2315

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Alfredo Kaefer	23990007

EMENTA TEXTO

Conter metas reais de redução de despesas correntes, sempre inferiores ao valor estimado para o crescimento do PIB.

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Aditiva	Artigo 3

TEXTO PROPOSTO

Inclua-se § 1º ao art. 3º, com a seguinte redação:

§ 1º As leis de diretrizes orçamentárias, as leis orçamentárias anuais e as leis que as modifiquem, deverão conter metas reais de redução de despesas correntes, sempre inferiores ao valor estimado para o crescimento do PIB.

JUSTIFICATIVA

A Mensagem Presidencial apresentada ao Congresso Nacional contempla grandes objetivos de Governo que representam avanço no processo de crescimento nacional, com um significativo destaque para as áreas sociais, em especial para políticas de redução das desigualdades regionais e da pobreza. Alinhada com os programas apresentados e buscando a sua viabilização no plano prático, apresento emenda ao texto do Projeto de Lei do Plano Plurianual para estabelcer a necessária política de metas de redução das despesas correntes que hoje estão a impactar o alcance efetivo dos objetivos propostos pelo Governo.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Alfredo Kaefer	23990008

EMENTA TEXTO

DIRETRIZ - ART. 4º - EFICIÊNCIA NOS GASTOS PÚBLICOS

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Aditiva	Artigo 4

TEXTO PROPOSTO

VII - O AUMENTO DA EFICIÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS

JUSTIFICATIVA

A DIRETRIZ ADICIONADA AO ART. 4º VISA ASSINALAR A IMPORTÂNCIA DA RACIONALIZAÇÃO DO USO DOS RECURSOS PÚBLICOS VISANDO APRIMORAR O RESULTADOS DAS AÇÕES DO GOVERNO FEDERAL, INÚMERAS VEZES DEFICIENTE NA RELAÇÃO CUSTO/BENEFÍCIO.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 48 de 2315

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Alfredo Kaefer	23990009

EMENTA TEXTO

Redução lienar da Carga Tributaria em relação ao PIB

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Aditiva	Artigo 4

TEXTO PROPOSTO

Inclua-se inciso VII - ao art. 4º, seguinte redação:
VII - As leis de diretrizes orçamentárias, as leis orçamentárias anuais e as leis que as modifiquem, deverão conter determinação de redução linear da carga tributária em relação ao PIB, observado o limite de 50% do valor do superávit financeiro apurado no ano anterior.

JUSTIFICATIVA

A proposição de inclusão deste inciso ao art. 4º do Projeto de Lei busca compatibilizar os objetivos e metas propostos pelo Governo com os anseios de toda a sociedade brasileira, haja vista a alta carga tributária constatada em nosso cenário econômico. Os dados apresentados pela equipe técnica do Ministério da Fazenda indicam uma perspectiva de crescimento sustentável da receita da União gerando superávits primários em todos os 4 anos de que trata este Projeto de Lei. A política de diminuição de juros praticada atualmente pelo Banco Central do Brasil representará no futuro uma real diminuição das despesas do Governo com o pagamento de juros da dívida interna.Alie-se a isto o fato de que o Brasil possui hoje a maior carga tributária entre os países ditos emergentes, situação que está impedindo um maior crescimento de nossa economia como um todo. Tais razões impõem um tratamento mais benéfico por parte da União, dentro de limites sustentáveis, razão pela qual se optou por estabelecer relação entre a diminuição da carga tributária e o crescimento do PIB, limitando tal diminuição em 50% do valor do superávit financeiro apurado no ano anterior. O país encontra-se em uma armadilha fiscal: há um controle fiscal aparente quando se observa publicamente a consecução da meta de déficit primário fixado pela LDO. Mas, como atesta a elevação da carga tributária (de 28% do PIB para 38% do PIB) e o pífio crescimento ocorrido desde 1988, tal controle tem sido demasiado míope e parcial. É preciso modificar a visão atual, que dá por bem encaminhada a situação econômica do país uma vez que se obtenha o déficit primário que permite que a relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB não se eleve. Este fato é importante macroeconomicamente, mas tem relegado a um segundo plano a discussão relevante para o crescimento, o da asfixia do setor privado frente à demasiado elevada carga tributária. Para o administrador da coisa pública consciente da necessidade de reduzir despesas de custeio, a existência de entraves legais a correções do rumo fiscal via elevação de impostos proporciona grande ajuda para uma gestão mais austera. A LRF mostrou eficiência na redução dos déficits estaduais. Mas não conseguiu, infelizmente, dar a mesma contribuição no tocante ao total de despesas da União, mudando o foco da análise do simples equilíbrio contábil para a rentabilidade líquida dos investimentos, o alargamento da base tributária e o estímulo ao trabalho e à produção, todos dependentes das alíquotas de tributação. Fica politicamente difícil para o responsável pelas metas de superávit primário defender sacrifícios (cortes de despesas) quando a porta legislativa do fácil porém nocivo aumento continuado de impostos não se encontra devidamente fechada.Não basta mais apenas estipular percentuais de receitas na LRF (no caso das despesas de pessoal) ou superávits primários na LDO. É necessário daqui para frente estabelecer limites plurianuais para os montantes nominais de despesas, ainda que possivelmente contemplando diferentes estados da natureza (trajetórias da inflação, do câmbio, dos juros e do crescimento). O parâmetro a nortear tais limites deve ser uma redução gradual, porém segura, da carga tributária, de 38% do PIB para os patamares entre 20% e 30% do PIB vigentes em passado não muito remoto.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Alice Portugal

EMENDA: 13310001

EMENTA

Construção da sede da Superintendência do Departamento de Polícia Rodoviária Federal na Bahia

PROGRAMA

2070 - Segurança Pública com Cidadania

OBJETIVO

0833 - Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.

INICIATIVA

NOVA - Construção da sede da Superintendência do Dep. Polícia Rodoviária Federal na Bahia

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
40.000.000	02/01/2013	31/12/2015	0	40.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda pretende destinar recursos para a construção da Nova Sede da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Estado da Bahia. Atualmente, a sede da PRF/Bahia está abrigada em prédio do extinto Departamento Nacional de Obras de Saneamento DNOS. Trata-se de edificação antiga, com diversos problemas estruturais, que mesmo após reforma realizada no exercício de 2009, não conseguiu sanar todos os problemas do citado imóvel, como infiltrações, comprometimento estrutural, quedas de energia e curtos-circuitos em razão da precariedade e sobrecarga das instalações elétricas, inadequação da instalação da antena de comunicação via rádio. Ademais, o prédio não atende às necessidades do órgão em razão das limitações físicas para desempenho das atividades internas e de atendimento ao público tais como inexistência de estacionamento para visitantes e funcionários, quantidade de banheiros insuficiente para atendimento da demanda interna e externa, falta de estrutura para atendimento de portadores de deficiência motora, insuficiência de estacionamento para viaturas operacionais e administrativas, inexistência de área para realização de vistorias em veículos destinados a escoltas, inadequação do Auditório; ausência de sala para Capacitação etc. O número de atendimentos realizados na sede da 10ª SRPRF/BA gira em torno de 30.000 (trinta mil) anuais e a transferência da sede para nova área resultaria numa melhor prestação de serviço ao público, pois com a readequação da estrutura de atendimento tornaríamos os serviços mais ágeis e eficientes, oferecendo, ainda, área de estacionamento para os públicos interno e externo. Para solucionar tal problema, a PRF/BA conseguiu junto ao DNIT um terreno localizado na Rótula do Abacaxi, próximo à BR-324, um local estratégico para o deslocamento de viaturas e montagem de central de operações para grandes eventos, diminuindo consideravelmente o tempo de resposta às ocorrências próximas à capital, em virtude da possibilidade de mobilização rápida e fácil acesso à rodovia. A região fica próxima aos demais órgãos públicos com os quais a PRF constuma se comunicar, tais como: Advocacia Geral da União, Justiça Federal, Ministério Público Federal, Secretaria de Segurança Pública, Receita Federal, DETRAN, e outros órgãos localizados no Centro Administrativo da Bahia, que culminaria no atendimento mais rápido e eficaz às demandas da sociedade que necessitam de ações conjuntas da PRF com outros órgãos. O novo prédio abre possibilidade de instalação de base aérea na capital baiana, com construção de um heliponto, necessário para o pouso de aeronave, equipamento fundamental para o incremento da segurança pública e para o imediato socorro de vítimas de acidentes automobilísticos, bem como, de apoio aos demais órgãos municipais, estaduais e federais no raio de alcance operacional da aeronave, como ocorre em outros estados, onde a PRF é acionada para agir em caso de salvamento, calamidade pública, acidentes de grande vulto e repressão à prática de crimes no interior do estado.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Alice Portugal

EMENDA

13310002

EMENTA

Modifica a iniciativa 00XS do objetivo 0289 do programa 2071

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0289 - Estimular a geração de emprego, trabalho e renda, por meio da democratização e ampliação do crédito produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

INICIATIVA

00XS - (...) manutenção de trabalho e renda, com prioridade para as formadas majoritariamente por mulheres.

JUSTIFICATIVA

Segundo o II PNPM é no espaço do trabalho onde as discriminações e as desigualdades étcnico-raciais e de gênero se tornam ainda mais evidentes. "Às desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros. Destaque-se, ainda, que são as mulheres negras que sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça/etnia. Esta interseccionalidade contribui para criar um ordenamento social que coloca no topo os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras. Dentre todos, são elas que vivenciam na escala inferior da pirâmide social as piores condições de trabalho, as que recebem os menores rendimentos, as que mais sofrem com o desemprego e as que mais estabelecem relações informais (e sua conseqüente ausência de proteção social, tanto presente quanto futura) e as que ocupam posições de menor prestígio na hierarquia profissional." Assim, é imprescindível que o as políticas vinculadas ao crédito produtivo contribuam para a igualdade de gênero, raça e etnia no mundo do trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Alice Portugal

EMENDA: 13310003

EMENTA

Modifica iniciativa 02QO do objetivo 0715 do programa 2015

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.

INICIATIVA

02QO - (...) - com destaque com destaque para a violência sexual e doméstica, a distribuição de anticoncepcionais de emergência - e sofrimento psicossocial.

JUSTIFICATIVA

A gravidez indesejada e o abortamento continuam sendo uma das principais causa de mortalidade materna. As metas propostas estão previstas no II PNPM (Prioridades 3.3.1 e 3.3.2). O acesso fácil e gratuito do medicamento para contracepção de emergência contribuirá na redução da morte evitável das mulheres. Consta no Dossiê de Morte Materna da RedeSaúde: "A morte materna é um dos mais sensíveis indicadores das condições de vida de uma população e reflete, principalmente, a desarticulação, desorganização e qualidade inadequada da assistência de saúde prestada à mulher durante o ciclo gravídico-puerperal, pois a assistência pronta, oportuna e adequada pode evitar a maioria dessas mortes". De acordo com o Ministério da Saúde (DATASUS, 2001), as mortes maternas correspondem a cerca de 6% dos óbitos de mulheres de 10 a 49 anos no Brasil. Em 1998, a razão de mortalidade materna foi de 63,4 por 100.000 nascidos vivos. Aplicando o fator de correção por subnotificação, no ano referido, tivemos aproximadamente 127 por cem mil nascidos vivos. Este valor nos aproxima dos países mais pobres da América Latina. Diz ainda o Dossiê da Rede Nacional de Saúde: "Entre as causas obstétricas diretas, o aborto é a quarta causa de óbito materno no país, o que demonstra a completa falência da assistência à população, visto que o planejamento familiar é um direito garantido na Constituição de 1988. A morte de mulheres por aborto indica que as ações de planejamento familiar não estão funcionando adequadamente. Associada a isso, existe a questão da criminalização do aborto, que contribui para agravar ainda mais o problema, ao obrigar as mulheres a realizar a interrupção da gravidez na clandestinidade, sob condições precárias de assistência".

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 52 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Alice Portugal

EMENDA

13310004

EMENTA

Modifica iniciativa 02QR do objetivo 0715 do programa 2015

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.

INICIATIVA

02QR - (...) crianças e adolescentes mais vulneráveis e viabilizar a distribuição de anticoncepcionais de emergência através da Rede.

JUSTIFICATIVA

A gravidez indesejada e o abortamento continuam sendo uma das principais causa de mortalidade materna. As metas propostas estão previstas no II PNPM (Prioridades 3.3.1 e 3.3.2). O acesso fácil e gratuito do medicamento para contracepção de emergência contribuirá na redução da morte evitável das mulheres. Consta no Dossiê de Morte Materna da RedeSaúde: "A morte materna é um dos mais sensíveis indicadores das condições de vida de uma população e reflete, principalmente, a desarticulação, desorganização e qualidade inadequada da assistência de saúde prestada à mulher durante o ciclo gravídico-puerperal, pois a assistência pronta, oportuna e adequada pode evitar a maioria dessas mortes". De acordo com o Ministério da Saúde (DATASUS, 2001), as mortes maternas correspondem a cerca de 6% dos óbitos de mulheres de 10 a 49 anos no Brasil. Em 1998, a razão de mortalidade materna foi de 63,4 por 100.000 nascidos vivos. Aplicando o fator de correção por subnotificação, no ano referido, tivemos aproximadamente 127 por cem mil nascidos vivos. Este valor nos aproxima dos países mais pobres da América Latina. Diz ainda o Dossiê da Rede Nacional de Saúde: "Entre as causas obstétricas diretas, o aborto é a quarta causa de óbito materno no país, o que demonstra a completa falência da assistência à população, visto que o planejamento familiar é um direito garantido na Constituição de 1988. A morte de mulheres por aborto indica que as ações de planejamento familiar não estão funcionando adequadamente. Associada a isso, existe a questão da criminalização do aborto, que contribui para agravar ainda mais o problema, ao obrigar as mulheres a realizar a interrupção da gravidez na clandestinidade, sob condições precárias de assistência".

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Alice Portugal

EMENDA: 13310005

EMENTA

Modifica iniciativa 02W3 do programa 2076

PROGRAMA

2076 - Turismo

OBJETIVO

0740 - Divulgar no exterior a imagem do país, seus produtos, destinos e serviços turísticos, bem como apoiar a internacionalização das empresas brasileiras do segmento.

INICIATIVA

02W3 - Promoção, marketing e apoio a comercialização para a divulgação do turismo brasileiro no mercado internacional, inclusive vinculadas ao combate ao turismo sexual - Plano Aquarela

JUSTIFICATIVA

A expectativa do Ministério do Turismo é passar de 5 milhões para 8 milhões de turistas estrangeiros em nosso país até 2011. O combate ao turismo sexual é uma prática que deve ser adotada por todos aqueles que atuam direta e indiretamente no setor turístico, bem como por toda a sociedade brasileira. Assim, a emenda pretende deixar explicito as ações vinculadas ao combate ao turismo sexual

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 54 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Alice Portugal

EMENDA

13310006

EMENTA

Alteração de indicador para identificar sexo e cor/etnia no acesso ao serviço jurídico gratuito do programa 2020

PROGRAMA

2020 - ALTERAÇÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Modifica o seguinte INDICADOR: INDICADOR ATUAL: Cidadão assistido com prestação jurídica gratuita INDICADOR PROPOSTO: Pessoa assistida com prestação jurídica gratuita, por sexo, cor/etnia, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2011". Ao especificar o sexo, cor/etnia e a área geográfica, se terá informações mais qualificadas que poderão melhor orientar a aplicação dos recursos e efetividade da política pública. Além do mais, apesar dos avanços relativos a redução da pobreza, o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo, onde os 20% de brasileiros/as mais ricos ficam com 60% da renda nacional e os 20% mais pobres, ficam com 2,85% de nossas riquezas. "A concentração de renda impede que grande parcela da população usufrua direitos constitucionalmente assegurados e universalmente reconhecidos como indispensáveis para promoção da dignidade humana. As desigualdades ainda são acentuadas num contexto permeado pela discriminação racial, de gênero, geracional e de orientação sexual, entre outras. Além do mais, as formas de distribuição e concentração do espaço territorial também estruturam as desigualdades no Brasil". É necessário pois, garantir a essa população excluída do desenvolvimento, o acesso gratuito à justiça para efetivar seus direitos.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 55 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Alice Portugal

EMENDA

13310007

EMENTA

Inclui indicador para moradia coletiva para pessoas idosas, por sexo e cor/etnia no programa 2049

PROGRAMA

2049 - INCLUSÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Acrescentar INDICADOR: Percentual de pessoas atendidas em domicílios coletivos, por sexo e cor/raça, para o Brasil e segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação, Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". Em estudo do CFEMEA (Indicadores de Gênero e Raça no PPA 2008-2011, Capitulo 7 , autores: José Eustáquio Diniz Alves e Suzana Cavenaghi , Programa Habitação de Interesse Social) os pesquisadores José Eustáquio Diniz Alves e Suzana Cavenaghi sugeriram como cálculo para esse indicador: Cálculo: Número de mulheres (e homens) atendidos em domicílios coletivos particulares ou públicos dividido pelo total de pessoas idosas (60 anos ou mais) na categoria correspondente, por cor/raça (por cem). Ainda segundo os autores, o conceito desse indicador com periodiciade anual, é permitir: (...) monitorar se, ao longo dos anos cobertos pelo PPA, está havendo desigualdades no atendimento do programa às pessoas idosas com necessidades de habitação. Especialmente para as mulheres da terceira idade, que são a grande maioria das pessoas com mais de 60 anos, ¿ e principalmente entre a população mais pobre - o atendimento em instituições de longa permanência para idosos é de fundamental importância para a qualidade de vida destas pessoas e famílias.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 56 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Alice Portugal

EMENDA

13310008

EMENTA

Inclui indicadores ao programa 2019 explicitando atendimento às mulheres, por grupo de cor/raça

PROGRAMA

2019 - INCLUSÃO DE INDICADORES - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Inclusão dos Indicadores: - Percentual de mulheres responsáveis legais pelo beneficio, por grupos de cor/raça, segundo grandes regiões. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". - Percentual de mulheres que são responsáveis legais pelo benefício e sem cônjuge/companheiro(a) por grupos de cor/raça, segundo grandes regiões. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". A inclusão dos indicadores propostos pretende garantir visibilidade aos grupos beneficiários do programa, permitindo ao Poder Público a formulação e implementação de políticas específicas e complementares, que possam contribuir para a redução das vulnerabilidades sociais e desenvolvimento de suas potencialidades. Os indicadores propostos são viáveis, na medida em que os dados primários estão disponíveis no Cadastro Único para Programas Sociais, que é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 57 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Alice Portugal

EMENDA

13310009

EMENTA

Incluir indicador com número de creches e período de funcionamento no programa 2030

PROGRAMA

2030 - INCLUSÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Acrescenta o seguinte INDICADOR: - Número de creches existentes, por Grandes Regiões, Estados e Municípios e por período de funcionamento. Unidade de Medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2011". No jornal FEMEA, produzido pelo CFEMEA, de dezembro de 2009, foi publicada a matéria Falta de creches públicas sobrecarrega e empobrece as mulheres trabalhadoras que diz o seguinte: "O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM) tem como meta aumentar em 12% o número de crianças de zero a seis anos de idade freqüentando creche ou pré-escola na rede pública e construir 1.714 creches, entre 2008 e 2011. Mas, nesses dois últimos anos, foi feito muito pouco para cumprir a meta. Em 2009, foram gastos apenas 4,5% dos recursos previstos para a construção de creches (R$ 535 milhões). Nesse ritmo, o governo federal vai ficar muito longe de cumprir o compromisso firmado com as mulheres por meio do PNPM. Para 2010, está previsto cerca de R$ 1 bilhão. Nas famílias onde as crianças com até seis anos de idade estão em creche ou na pré-escola, a renda familiar por pessoa é 50% maior do que naquelas que não contam com essa opção, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001." Nas famílias mais pobres é que o impacto da oferta de creches e escolas é maior, segundo artigo da professora Bila Sorj, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nessas famílias, o salário das mães é 35% maior quando elas contam com educação para seus filhos, por causa da liberação de tempo (até duas horas diárias) para o trabalho remunerado. Nas famílias mais ricas, o aumento no salário cai para cerca de 14% e a jornada permanece igual. "Assim, podemos concluir que o grupo de renda que mais se beneficia do acesso à educação infantil são os pobres", diz Bila em seu artigo, para concluir: "Dessa maneira, a ampliação dos investimentos públicos na educação infantil deve ser considerada uma prioridade na agenda das políticas públicas voltadas à promoção de equidade de gênero". A meta no PPA 2012-2015 de 6.000 creches é quatro vezes ao que se tinha previsto no II PNPM, mas é preciso garantir que essa meta será cumprida. Esse ano de 2011 quantas creches foram inauguradas? Quantas estão em funcionamento em tempo integral, inclusive nas férias escolares? Quantas creches funcionam no

período noturno? Essas seis mil serão realizadas a média de 1500 por ano? A Ação orçamentária 09CW - APOIO A REESTRUTURACAO DA REDE FISICA PUBLICA DA EDUCACAO BASICA do Programa: 1448 - QUALIDADE NA ESCOLA que tem autorizado na LOA 2011, R$ 657,6 milhões até o dia 22/09/2011, empenhou só 61,9% (R$406,8 milhões) e liquidou apenas R$104.4 milhões, que representam 15,9% dos recursos autorizados para o corrente ano. Para que a sociedade possa melhor monitorar a realização dessa meta de 6000 creches é que se propõe o indicador com divulgação trimestral.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Alice Portugal

EMENDA

13310010

EMENTA

Incluir indicadores para identificar a particip de mulheres e pop negra no acesso ao crédito e ATER

PROGRAMA

2012 - INCLUSÃO DE INDICADORES - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Incluam-se os seguintes INDICADORES - Taxa de atendimento a beneficiários do Programa, por sexo, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". - Taxa de atendimento aos beneficiários do Programa, por cor/raça e enquadramento, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". - Percentual de egressos das ações de ATER, por sexo, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". - Número de pessoas com acesso ao crédito agrícola, por volume de recursos, por sexo, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de Medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2011". As metas do Programa de Agricultura Familiar bem como seus objetivos especificam claramente o opção de incluir a população feminina em suas ações. Entretanto os indicadores que servirão de base para a avaliação do Programa não trazem nenhuma indicação do sexo ou cor de seus beneficiários, daí a proposta de acréscimo desses três indicadores que permitirão, respectivamente: a. identificar a participação das mulheres na distribuição dos recursos do Programa, seja como principal beneficiária do Programa, seja na condição de cônjuge (2º titular); b. avaliar a distribuição dos recursos do Programa segundo a cor/raça dos beneficiários e sua representatividade em cada grupo de acesso do PRONAF; c. Medir a participação dos agricultores familiares homens e mulheres nas ações de ATER. O outro indicador proposto visa avaliar se as metas (que especificam o atendimento às mulheres rurais em 30 e 35%) previstas nos objetivos: ¿ OBJETIVO: 0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços. ¿ OBJETIVO: 0759 - Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar foram alcançadas como previsto no Programa. O valor de referência do indicador Disponibilização de recursos pelo Plano Safra da Agricultura Familiar é de R$16 bilhões de reais e,

observada a orientação geral das metas do Programa que estimam a participação das mulheres de 30% a 35% nas ações, nesses recursos então se teria R$5 bilhões a serem destinados preferencialmente as mulheres rurais.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 61 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Alice Portugal

EMENDA

13310011

EMENTA

Inclusão de indicador ao programa 2069

PROGRAMA

2069 - INCLUSÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Inclusão de Indicador: - População residente, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, por tipo de insegurança alimentar, segundo sexo, grupos de idade, cor ou raça. Unidade de Medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2011". O indicador proposto possibilita a identificação dos grupos populacionais mais vulneráveis relativamente a dimensão da segurança alimentar e nutricional e assim a adoção de políticas públicas que considerem tais especificidades. Ressalte-se que o IBGE tem realizado periodicamente, no âmbito da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios pesquisas que possibilitam o acompanhamento do indicador proposto, como em 2004 e 2009.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 62 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Alice Portugal

EMENDA

13310012

EMENTA

Modifica indicador do programa 2029

PROGRAMA

2029 - ALTERAÇÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

INDICADOR MODIFICADO: - Participantes sócios em empreendimentos econômicos Solidários , segundo sexo, cor/raça. Unidade de Medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2008", Índice de Referência "1.687.035". A especificação de sexo, raça/cor nos indicadores vinculados aos empreendimentos econômicos solidários é fundamental para a formulação e implementação das políticas públicas orientadas à igualdade de gênero, raça/etnia no mundo do trabalho. O indicadores sociais e econômicos disponíveis evidenciam, conforme explicita a própria Mensagem Presidencial as desigualdades de gênero raça e etnia no mundo do trabalho. Segundo II PNPM "as desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros".Para reverter tal quadro de injustiça é preciso acompanhar a partir dos parâmetros propostos a execução das políticas públicas direcionadas aos empreendimentos econômicos solidários.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 63 de 2315

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Alice Portugal	13310013

EMENTA TEXTO

Acrescenta parágrafos ao Art. 16

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Modificativa	Artigo 16

TEXTO PROPOSTO

Art. 16. O Poder Executivo promoverá a participação da sociedade no processo de monitoramento dos Programas do PPA2012-2015.
§ 1º. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão coordenará o Sistema Público de Monitoramento do PPA que terá efetiva participação social e transparência das informações
§ 2º. Caberá ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão disponibilizar, na internet, a execução orçamentária dos Programas do PPA e anualmente, o quantitativo alcançado de cada meta prevista, inclusive a posição das metas qualitativas especificadas, e a evolução dos indicadores, quando couber.
§ 3º. Caberá à Secretaria Geral da Presidência da República coordenar e viabilizar a divulgação, no Sistema Público de Monitoramento do PPA, das informações dos Conselhos de Controle Social e as deliberações das Conferências Nacionais e sua interface, no que couber, com os Programas Temáticos e Metas do PPA.
§ 4º O Fórum Interconselhos deverá compor o Sistema Público de Monitoramento do PPA, devendo se reunir no mínimo uma vez a cada semestre para monitorar a execução do PPA 2012-2015.

JUSTIFICATIVA

O Governo Federal realizou em maio último o Fórum Interconselhos, do qual participaram 400 pessoas: 285 representantes vinculados a 34 conselhos nacionais, dois comissões e CDES; 85 representantes de entidades regionais não representadas nos conselhos setoriais e representantes do Ministério do Planejamento, da Secretaria Geral e da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. Na oportunidade foi distribuída a Cartilha de Orientação para as Consultas à Sociedade sobre o Ciclo de Gestão do PPA 2012-2015 que traz a seguinte afirmação: "O PPA 2012-2015 será orientado, dentre outras características, por um amplo processo participativo, cuja finalidade é a de que o Plano seja um importante instrumento de interação entre o Estado e o cidadão, com vistas à efetividade das políticas públicas." Esse novo espaço de debate proposto pelo Governo federal, chamado de Fórum Inter Conselhos, para não repetir as experiências frustradas de participação social que ocorreram nos dois últimos PPAs (2004-2007 e 2008-2011), necessitará de informações oficiais e atualizadas sobre o gasto público e a execução das metas definidas pelo governo para cada Programa do PPA 2011-2015 - Plano Mais Brasil O Art 16 do Projeto de Lei 29/2011-CN não especifica quais órgãos do Executivo serão os responsáveis pela divulgação e transparência das informações indispensáveis para que a sociedade possa participar do processo e nem tão pouco define os meios de divulgação desses dados. Também os mecanismos para garantir a participação social no monitoramento do PPA e execução da LOA, não estão citados. Os acréscimos dos parágrafos ao artigo 16 vêm suprir essas deficiências ao definir os órgãos do Poder Executivo responsáveis pela sistematização e divulgação das informações (MPOG) e que garantirão (SG/PR) que os mecanismos hoje existentes: conselhos de controle social e conferências nacionais tenham suas decisões melhor incorporadas às peças orçamentárias da União. O Sistema Público de Monitoramento, contando pelo menos com o Fórum Interconselhos para monitoramento periódico e sistemático do PPA, além da divulgação ampla de informações pela internet sobre a execução das políticas governamentais previstas no PPA vai fornecer as condições básicas para uma efetiva participação social no monitoramento das políticas públicas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 64 de 2315

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Alice Portugal	13310014

EMENTA TEXTO

Altera a redação do inciso I do art. 4º

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Modificativa	Artigo 4 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

Art. 4º O PPA 2012-2015 terá como diretrizes:
I - a redução das desigualdades sociais, de gênero, étnico-racial e regionais;

JUSTIFICATIVA

A emenda pretende incorporar entre as diretrizes do Plano Plurianual 2012-2015 a redução das desigualdades de gênero e étnico-racial, que conforme dados constantes na Mensagem Presidencial que o encaminha, ainda são persistentes e estruturantes da exclusão social no Brasil "Nos últimos anos, o processo de inclusão social e redução das desigualdades retirou milhões de brasileiros da pobreza. Todavia, o perfil daqueles que ainda se encontram em situação de extrema pobreza indica que há segmentos mais vulneráveis, como a populações feminina e negra." Vale lembrar que nos dois últimos Planos, tal diretriz esteve explicita de forma enfática. No Plano Plurianual 2004-2007 as desigualdades manifestadas nas dimensões raciais e de gênero foram incorporadas como fatores que aumentam a injustiça e a exclusão social: "Tal registro é necessário para rompermos com a visão que nega a existência do racismo e discriminação da mulher como fator que aumenta a injustiça e a exclusão social." A incorporação da garantia da transversalidade de gênero, raça/etnia na formulação e implementação do conjunto das políticas públicas era uma das diretrizes gerais presentes no PPA 2004/2007. Dois desafios estavam colocados: Desafio 8: Promover a Redução das Desigualdades Raciais, com Ênfase na Valorização Cultural das Etnias Desafio 9: Promover a Redução das Desigualdades de Gênero, com Ênfase na Valorização das Diferentes Identidades No PPA 2008-2011 tais dimensões estão presentes no desafio "Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos", sendo explicitado "... a perspectiva de promoção da igualdade de gênero e raça deve estar presente na elaboração, execução e monitoramento de todas as políticas de governo, incorporada como princípio gerador de democracia, desenvolvimento e paz social." A emenda, portanto, vem resgatar tais dimensões estruturantes das desigualdades e da injustiça social no Brasil, entre as diretrizes do Plano Plurianual 2012-2015.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 65 de 2315

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Alice Portugal	13310015

EMENTA TEXTO

Suprime o inciso III, do § 5º, do art. 19, renumerando-se os demais

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Supressiva	Artigo 19 Parágrafo 5 Inciso III

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de lei do PPA 2012-2015 autoriza o Poder Executivo a alterar alguns atributos dos programas no decorrer do processo de implementação do Plano Plurianual. De fato, é preciso garantir algum grau de flexibilidade, na medida em que o Plano tem uma duração de 4 anos e a dinâmica de mudanças nos cenários e nos processos de execução das políticas públicas, requerem, para além da possibilidade de revisão anual, algum grau de autonomia do Poder Executivo, que viabilize uma adequação da sua programação. Mas, é preciso também que o Poder Legislativo garanta, nas alterações que envolvam mérito, a sua autorização específica. É o caso do atributo META. Assim, a presente emenda visa excluir a autorização para sua alteração no âmbito do Poder Executivo.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 66 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Aloysio Nunes Ferreira

EMENDA

28860001

EMENTA

Construção do Contorno Ferroviário na Região Metropolitana de São Paulo - Tramos Sul e Norte do Ferroanel

PROGRAMA

2072 - Transporte Ferroviário

OBJETIVO

0147 - Ordenar o tráfego ferroviário nos perímetros urbanos das cidades, de forma a reduzir os riscos de acidentes, melhorar a operação ferroviária e reduzir os impactos socioambientais.

INICIATIVA

NOVA - Construção do Contorno Ferroviário na Região Metropolitana de São Paulo - Tramos Sul e Norte do Ferroanel

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
1.200.000.000	01/01/2012	31/12/2015	200.000.000	1.000.000.000

JUSTIFICATIVA

O objetivo do contorno ferroviário - Ferroanel é permitir a transposição ferroviária da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), absorvendo o tráfego de trens de carga, para que a malha da CPTM possa ser intergralmente utilizada para movimentação metropolitana de passageiros. O Ferroanel envolve a construção apenas de dois tramos (norte e sul) que conectariam trechos ferroviários já existentes no entorno da RMSP. O Tramo Sul e Norte são prioritários porque facilitam o acesso ao Porto de Santos de cargas provenientes do Vale do Paraíba e do leste da RMSP, através da conexão das linhas MRS (bitola larga) com a bitola mista ALL em Evangelista de Souza e do interior do Estado através das redes da ALL e MRS. O Tramo Sul. de 50 km de extensão, está, em boa parte, integrado à faixa de domínio do Trecho Sul do Rodoanel, o que evitará dispêndios com desapropriação e reassentamentos, podendo ser prioritária a sua implantação. Esse projeto criará um rota de transposição ferroviária da RMSP sem a utilização da malha da CPTM, que seria utilizada exclusivamente para o transporte metropolitano de passageiros. A implantação de ambos os Tramos poderá ser feita em parceria entre o Governo Federal e do Estado de São Paulo, à semelhança do Rodoanel, mediante Convênio de Cooperação com delegação e transferência de 50% dos recursos necessários aos investimentos.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 67 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Aloysio Nunes Ferreira

EMENDA

28860002

EMENTA

Construção do Contorno Rodoviário na Região Metropolitana de São Paulo - Trecho Norte

PROGRAMA

2072 - Transporte Ferroviário

OBJETIVO

0147 - Ordenar o tráfego ferroviário nos perímetros urbanos das cidades, de forma a reduzir os riscos de acidentes, melhorar a operação ferroviária e reduzir os impactos socioambientais.

INICIATIVA

NOVA - Construção do Contorno Rodoviário na Região Metroplitana de São Paulo - Trecho Norte

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2.000.000.000	01/01/2012	31/12/2015	700.000.000	1.300.000.000

JUSTIFICATIVA

A implantação do Rodoanel Mario Covas - Trecho Norte estará concluindo o anel rodoviário Metropolitano que interliga as Rodovias que convergem para região Metropolitana de São Paulo, alcançando seus objetivos específicos que justificam plenamente sua implantação: - desviar e distribuir o tráfego de passagem, sobretudo de caminhões, para o entorno da região metropolitana de São paulo, principalmente na ligação Norte e Sul do País que hoje utiliza as marginais e vias locais; - Permite o acesso mais ágil ao Porto de Santos; - redefinir a plataforma logística de transportes da Região Metropolitana de São Paulo de radial para anelar; - estimular a participação do modal ferroviário na matriz de transporte do Estado; - eliminar e/ ou minimizar o tráfego de passagem na cidade de São Paulo, tendo como consequência a melhoria do trânsito dos veículos de transporte coletivo e individual, o que provoca benefícios econômicos e sociais; - diminuir o tempo gasto nos congestionamentos, os gastos com combustível e consequentimente a emissão de poluentes. O empreendimento foi dividido, para efeito de implantação, em quatro trechos: Oeste, Sul, Leste e Norte. Os trechos Oeste e Sul do Rodoanel já estão em operação e compete aos 2 últimos, a efetivação do objetivo primordial desse anel que viabilizará o contorno da Região Metropolitana de São Paulo articulando as 10 (dez) grandes rodovias que convergem para a capital do Estado de São Paulo: - Rodovia do Imigrantes e a via Anchieta, responsáveis pela ligação com a Baixada Santista e ao Porto de Santos; - via Anhanguera e Rodovia dos Bandeirantes, propiciando a ligação com a região metropolitana de Campinas, dando acesso às zonas norte e noroeste do Estado; - Rodovias Presidente Dutra e Ayrton Senna, que chegam ao Rio de Janeiro e à região nordeste do Estado, Vale do Paraíba e Porto de São Sebastião; - Rodovias Castello Branco e Raposo Tavares que levam à região Oeste do Estado e ao Norte do Paraná; - Rodovia Régis Bittencourt que chega ao Sul do País; e - Rodovia Fernão Dias que realiza a ligação com o Estado de Minas Gerais e as regiões Centro-Oeste do País. O Trecho Norte deverá ser concluído em 2014, com traçado que terá início no final do Trecho Leste, na interseção com a rodovia Presidente Dutra e término na Avenida Raimundo Pereira de Magalhães, do trecho Oeste. O trecho Norte terá um extensão aproximada de 44 km, possibilitando a interligação com o Aeroporto Internacional de Guarulhos, a interseção com a Rodovia Fernão Dias (BR-381) e o acesso à Avenida Inajar de Souza, na zona Norte da capital. Para implantação desse Trecho são necessários investimentos no Valor total R$ 6.110 bilhões, sendo R$ 1.913 bilhões de financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, R$ 2.196 bilhões de aporte do Governo do Estado de São Paulo e R$ 2 bilhões do Governo Federal (PAC 2).

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 68 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Aloysio Nunes Ferreira

EMENDA

28860003

EMENTA

Construção dos Terminais de Passageiros do Trem Expresso Aeroporto Junto aos terminais TPS1/2 e TPS31, do Aeroporto Internacional de Gurulhos e Terminal Remoto, na Área Central da Metrópole de S. Paulo

PROGRAMA

2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

OBJETIVO

0577 - Dotar as cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol 2014 de sistemas de mobilidade urbana que conectem os polos geradores de viagens do evento, com ênfase no legado e na integração entre aeroportos, estádios, áreas centrais e de hotelaria.

INICIATIVA

NOVA - Construção dos Terminais de Passageiros do trem Expresso Aeroporto Junto aos Terminais TPS1/2 e TPS31 do Aeroporto Internacional de Guarulhos e do Terminal Remoto, na Área Central da Metrópole de SP.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
440.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	340.000.000

JUSTIFICATIVA

A linha 13 Jade, com extensão de 12,8 km, fará a ligação entre a estação Engº Goulart, da Linha 12 Safira e o Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro, em Guarulhos, passando pela estação CECAP, a ser construída junto ao Conjunto Habitacional Zezinho de Magalhães. Desta forma, a Linha 13 Jade atenderá a demanda existente para a cidade de Guarulhos e também atenderá, com rapidez e regularidade a demanda de e para o Aeroporto Internacional de São Paulo, em Cumbica, tornando-se importante alternativa de deslocamento através de um sistema de alta capacidade para o aeroporto com o maior movimento de passageiros no Brasil, bem como servindo de atendimento aos trabalhadores locais. Para que isto se concretize, os estudos para a implantação da Linha 13 - Jade previram que esta linha deverá atender cerca de 200 mil passageiros/dia útil em 2020. CUSTO TOTAL O valor total estimado do projeto é de R$ 1.207.650.000 (Hum bilhão, duzentos e sete milhões e seiscentos e cinquenta mil reais), dos quais R$ 1.200.000.000,00 (Hum bilhão e duzentos milhões de reais) serão oriundos de financiamento. Estudos de Demanda A demanda projetada com os benefícios deste novo serviço será de 200 mil passageiros/dia útil em 2020, qualificando as linhas da CPTM para absorver o incremento de passageiros. Linha 13 Jade 2015 2020 Passageiros/Dia útil 120.400 200.676 Constata-se que a implantação da Linha 13 - Jade agrega novos usuários à demanda existente atualmente na CPTM, captando demanda que antes se deslocava neste eixo através de ônibus e automóvel. Ações Previstas para Implementação do Projeto Aquisição de oito trens com capacidade com oito carros cada; Implantação de toda a infraestrutura de via necessária ao projeto (pontes, acessos); Implantação de Via Permanente no trecho Engenheiro Goulart Aeroporto Internacional de São Paulo; Implantação de pátios e oficinas inerentes ao serviço proposto; Implantação de sistema de sinalização; Implantação de rede aérea entre as Estações Engenheiro Goulart e a Estação Aeroporto Internacional de São Paulo; Construção de subestações de energia e cabinas seccionadoras e aquisição do telecomando de energia; Implantação de sistema de sinalização; Modernização da estação Engenheiro Goulart; Construção das novas estações CECAP e Aeroporto Internacional de São Paulo; Mitigação de impactos ambientais decorrentes do projeto; Desapropriação de áreas; CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO Execução do Projeto: Início 1º semestre de 2012, conclusão em 2014. Obra civil e implantação de sistemas: de 2013 a 2014 Contratação do Material Rodante: de 2013 a 2014 Negociação com os agentes financeiros: 2º semestre 2011; Assinatura dos Contratos de Empréstimo: 1º semestre de 2012.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 69 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Aloysio Nunes Ferreira

EMENDA

28860004

EMENTA

Emenda que Inclui a Iniciativa Adequação do Sistema do Trem Metropolitano da Região Metropolitana de São Paulo, Operada pela CPTM

PROGRAMA

2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

OBJETIVO

0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

INICIATIVA

NOVA - Adequação do Sistema do Trem Metropolitano da Região Metropolitana de São Paulo, Operada pela CPTM

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
50.000.000	01/01/2012	31/12/2015	20.000.000	30.000.000

JUSTIFICATIVA

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM é a empresa responsável pelo transporte de passageiros que circulam na Região Metropolitana de São Paulo através do meio ferroviário. A CPTM opera uma rede de 270 km, transportando atualmente 2,2 milhões de passageiros/dia. A sua integração física, operacional e tarifária com 65km da rede do Metrô representa a constituição de uma rede metro-ferroviária de 335 km, transportando 4,5 milhões de passageiros/dia. A empresa tem investido na aquisição de novos trens, na implantação de novas substações retificadoras e de novos sistemas e na manutenção e reforma dos equipamentos mais antigos, mantendo ainda programas de desenvolvimento e capacitação profissional, com vistas ao aperfeiçoamento do seu quadro funcional. O Governo do Estado de São Paulo está empenhado na recuperação, modernização e expansão dos serviços, com o objetivo de transformar o trem em um serviço de metrô de superfície cada vez mais valorizado e indispensável para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da metrópole. Os investimentos priorizam as regiões mais carentes, permitindo maior mobilidade da população, através de sistema de alta capacidade. Particularmente, são necessários investimento em infraestrutura, para adequação das estações e permitir acessibilidade aos portadores de deficiência, que acabam tendo restrinções de utilização plena do sistema para sua locomoção.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 70 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Aloysio Nunes Ferreira

EMENDA

28860005

EMENTA

Implantar e implementar 20 centros de atenção psicossocial (CAPS) no Estado de São Paulo

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0718 - Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de Crack e outras drogas.

INICIATIVA

NOVA - Implantar e implementar 20 centros de atenção psicossocial - CAPS no Estado de São Paulo

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	01/01/2012	31/12/2015	40.000.000	60.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta Emenda visa atender o Estado de São Paulo na implantação de centros responsáveis para o tratamento de dependências químicas, em locais onde não possuem esses centros e melhorar o atendimento em locais que possuem, implantando novos centros para atender essa demanda.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Aloysio Nunes Ferreira

EMENDA: 28860006

EMENTA

Retirada de malha ferroviária no Centro da Cidade de São José do Rio Preto/SP

PROGRAMA

2072 - Transporte Ferroviário

OBJETIVO

0147 - Ordenar o tráfego ferroviário nos perímetros urbanos das cidades, de forma a reduzir os riscos de acidentes, melhorar a operação ferroviária e reduzir os impactos socioambientais.

INICIATIVA

NOVA - Retirar a Malha Ferroviária no Centro da Cidade de São José do Rio Preto/SP

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/01/2012	31/12/2015	200.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

A retirada dos trilhos no centro da Cidade de São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo, visa atender a solicitação da população local, que sobre com o transito devido a passagem dos trilho no meio da cidade. As cidades paulistas vem solicitando a retirada desses trilhos que estão inoperantes e que só atrapalham a circulação de automóveis e a locomoção por meio de outros meios de transporte.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Aloysio Nunes Ferreira

EMENDA

28860007

EMENTA

CORREDOR DE ÔNIBUS NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS NOROESTE, ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA

2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

OBJETIVO

0581 - Apoiar a implantação de medidas de moderação de tráfego visando a qualificação do sistema viário urbano nos pontos que apresentem conflitos entre os modais de transporte.

INICIATIVA

NOVA - INCLUSÃO DE CORREDOR DE ÔNIBUS NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS NOROESTE, ESTADO DE SÃO PAULO

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
144.500.000	01/01/2012	31/12/2015	43.350.000	101.150.000

JUSTIFICATIVA

CORREDOR NOROESTE O Corredor Noroeste na Região Metropolitana de Campinas atualmente interliga os Municípios de Sumaré e Hortolândia a Campinas, atendendo uma demanda de cerca de 61 mil passageiros por dia útil. O projeto total do corredor contará com 63,2 km, sendo que hoje possui 7 km em vias segregadas. Outros 7,2km necessitam de obras de infraestrutura como alargamento de vias, construção de viaduto e implantação de novo terminal. Além dessas obras está prevista a finalização do corredor numa extensão de 25,3 km concluindo o atendimento aos municípios de Santa Bárbara D¿Oeste, Americana e Nova Odessa. Esta ligação é de suma importância pois promoverá a integração regional e reduzirá as viagens pelo eixo da Rodovia Anhanguera, conferindo maior nível de conforto e segurança à população. A continuação do Corredor Noroeste beneficiará uma população de dois milhões de habitantes. Os estudos para a complementação desse trecho de 25,3 km de corredor apontam para um incremento na demanda na ordem de 20 mil passageiros/dia útil em 2014. As obras previstas para finalização do Corredor Noroeste estão divididas em dois Projetos: A) Trecho Nova Odessa - Santa Bárbara D¿Oeste (Complementação do Corredor Noroeste) incluem: ¿ Construção dos Terminais Americana e Santa Bárbara D¿Oeste; ¿ A reforma do Terminal Nova Odessa; ¿ Construção de 25,3km de viário; ¿ Ponte de transposição do Ribeirão dos Toledos em Sta Bárbara D¿Oeste ¿ Alargamento de via de transposição sob a Rodovia Luiz de Queiróz em Americana. B) Trecho Nova Odessa-Campinas (Obras remanescentes e trecho Sumaré-Nova Odessa) que incluem: ¿ A implantação do Terminal Sumaré; ¿ A implantação de sistema viário, pontos de parada entre estes os Terminais Sumaré e Nova Odessa (com aproximadamente 5,0 km); ¿ Construção de Viaduto em Hortolândia; ¿ Alargamento, pavimentação e implantação de pontos de parada na Av. Emancipação terminais (com aproximadamente 2,0 km); ¿ Instalação de duas paradas na Av. Lix da Cunha em Capinas. CUSTO TOTAL A) Trecho Nova Odessa - Santa Bárbara D¿Oeste (Complementação do Corredor Noroeste) ¿ Investimento de R$ 90.000.000 (Noventa milhões de reais). B) Trecho Nova Odessa-Campinas (Obras remanescentes e trecho Sumaré-Nova Odessa) ¿ Investimento de R$ 54.500.000 (Cinqüenta e quatro milhões e quinhentos mil reais). CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO A) Trecho Nova Odessa - Santa Bárbara D¿Oeste (Complementação do Corredor Noroeste) ¿ Contratação de Projetos Funcional, Básico e Executivo dez/2011 ¿ Edital de Pré-Qualificação de obras jun/2012 ¿ Contratação de Obras dez/2012 ¿ Ordem de início jan/2013 ¿ Término de obras jan/2014 B) Trecho Nova Odessa-Campinas (Obras remanescentes e trecho Sumaré-Nova Odessa) ¿ Contratação de Projetos Básico e Executivo mar/2012 ¿ Edital de Pré-Qualificação de obras jun/2012 ¿ Contratação de Obras dez/2012 ¿ Ordem de início jan/2013 ¿ Término de obras jan/2014

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 73 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Aloysio Nunes Ferreira

EMENDA

28860008

EMENTA

CORREDOR METROPOLITANO DE ÔNIBUS EM ITAPEVI - SÃO PAULO (BUTANTÃ)

PROGRAMA

2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

OBJETIVO

0581 - Apoiar a implantação de medidas de moderação de tráfego visando a qualificação do sistema viário urbano nos pontos que apresentem conflitos entre os modais de transporte.

INICIATIVA

NOVA - IMPLANTAÇÃO DE CORREDOR METROPOLITANO DE ÔNIBUS EM ITAPEVI - SÃO PAULO

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
326.210.000	01/01/2012	31/12/2015	67.730.000	258.480.000

JUSTIFICATIVA

CORREDOR METROPOLITANO ITAPEVI - SÃO PAULO (BUTANTÃ) O Corredor Metropolitano Itapevi - São Paulo (Butantã), com extensão de 30,4 km, será conectado à rede de transporte em sete terminais. Está previsto a implantação do Terminal Cohab Km 21, ao sul da ferrovia, nas proximidades da estação General Miguel Costa da CPTM. O Terminal Vila Yara em Osasco já atende a linhas municipais e metropolitanas e sofrerá obras de adaptação. E o Terminal Butantã com caráter multimodal, promoverá a conexão do sistema de média capacidade com o sistema estruturador sobre trilhos. Desta forma, O Corredor Metropolitano Itapevi - São Paulo (Butantã) deverá estabelecer a racionalização da rede de transporte coletivo da região, de modo a manter o papel do Trem Metropolitano enquanto estruturador dos deslocamentos da população dos municípios diretamente atendidos com destino à São Paulo, considerando os projetos para sua modernização, estruturando o atendimento interno dos municípios através de um sistema integrado de linhas de ônibus, possibilitando ainda a integração das redes municipais no sistema metropolitano, dimensionando o sistema sobre pneus de forma a garantir um atendimento adequado aos usuários e redução dos custos operacionais. A demanda estimada para o ano de 2014 é 130.000 passageiros por dia útil, podendo chegar a 150.000 no ano de 2025 (Informação a ser confirmada quando do aprofundamento dos estudos) CUSTO TOTAL O valor total estimado do projeto é de R$ 326.210.000,00 (Trezentos e vinte e seis milhões e duzentos e dez mil reais), sendo R$ 67.730.000,00 para o Trecho 1, R$ 105.260.000,00 (Cento e cinco milhões, duzentos e sessenta mil reais) para o Trecho 2 e R$ 152.225.000,00 (Cento e cinqüenta e cinco milhões, duzentos e vinte mil reais) para o Trecho 3. ESTUDOS DE DEMANDA A demanda projetada com os benefícios deste novo serviço será de 150 mil passageiros/dia útil em 2025. O Projeto será implantado em 3 Etapas: Trecho 1: Itapevi - Jandira (5 Km) em obras: ¿ Intervenção viária em trecho de 5 Km, para estabelecer nova ligação e melhorar a acessibilidade ao transporte público no extremo oeste da RMSP ¿ Projeto prioriza transporte coletivo no trecho, propondo vias com capacidade adequada para receber o transporte coletivo, mas também o individual, por um horizonte de 20 anos ¿ É prevista integração física entre ônibus metropolitanos, ônibus municipais e trens metropolitanos com terminais, áreas ou pontos de integração ¿ Compatibilização com os projetos de modernização das estações da CPTM neste trecho Trecho 2: Jandira - Osasco/Km 21 (15 Km): ¿ O Trecho terá 3 Terminais: Terminal Silveira e Carapicuíba, já existentes e Terminal Osasco Km 21 em projeto ¿ Contará com a implantação de 40 estações de embarque. ¿ Os trechos 1 e 2 proporcionarão uma redução média de tempo de 25 minutos, equivalente a uma redução de 16%. Trecho 3: Osasco/Km 21 - Butantã (10,4 Km): ¿ O Trecho terá 2 Terminais: Terminal Vila Yara, já existentes e Terminal Butantã em obras. ¿ Contará com a implantação de 71 estações de embarque. ¿ O trecho 3 proporcionará uma redução média de tempo de 47 minutos, equivalente a uma redução de 28%. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO Trecho Itapevi - Jandira: ¿ Obras das Estações de Transferência Itapevi e Jandira: Dezembro de 2012 ¿ Conclusão das Obras: 2° semestre de 2012 ¿ Solicitação e Obtenção de Licença de Operação: 2° semestre de 2012 ¿ Inicio da Operação: 2° semestre de 2012 Trecho Jandira - Osasco/Km 21: ¿ Projetos: Início: 12/2011 ¿ Término: 06/2012 ¿ Obtenção de Licença de Instalação: 12/2012 ¿ Obras: Início: 12/2012 ¿ Término: 07/2014 ¿ Solicitação e Obtenção de Licença de Operação: 2° semestre de 2014 ¿ Inicio da Operação: 2° semestre de 2014 Trecho Osasco/Km 21 - Butantã: Projetos e obras posteriores a 2014

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Aloysio Nunes Ferreira

EMENDA

28860009

EMENTA

Aquisição de 1.500 Ambulâncias para o Estado de São Paulo

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0717 - Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com as outras redes de atenção.

INICIATIVA

NOVA - NOVA - Aqusição de 1.500 Ambulãncias para o Estado de São Paulo

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	01/01/2012	31/12/2015	45.000.000	105.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa atender os municípios do Estado de São paulo, com Unidades Móveis de Saúde, substituindo as que estão funcionando precariamente, no atendimento aos pacientes que necessitam de um tansporte adequado para sua locomoção a um hospital especializado em sua região.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 75 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Amauri Teixeira

EMENDA

27360001

EMENTA

Construção do Trecho Rodoviário de Umburanas a Sento Sé na BR/324- No Estado da Bahia

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0137 - Promover a expansão da malha rodoviária federal buscando a integração regional e interestadual e o atendimento aos fluxos de transporte de grande relevância econômica.

INICIATIVA

NOVA - Construção do Trecho Rodoviário de Umburanas a Sento Sé na BR/324 - No Estado da Bahia

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
850.000.000	01/03/2012	01/03/2015	212.500.000	637.500.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda prevê a inclusão no PPA a construção de 167 km do trecho rodoviário da BR-324 compreendidos entre Umburanas e Sento Sé no Estado da Bahia, visando ofertar aos usuários uma via segura e proporcionar redução de custos no transporte de bens e pessoas, bem como estabelecer uma rodovia que garanta o tráfego na região. A rodovia BR-324, tem início em Salvador passando por Feira de Santana e a partir daí, coincide, uma extensão de aproximadamente 15 km com a BR-116, que segue para Serrinha, porém a altura do Km 15 reinicia-se a BR-324, em direção á Jacobina (202 km) passando em quatro cidades, entre elas Capim Grosso, de onde se interliga com a BR-407 que segue para Juazeiro. De Jacobina, continua em direção oeste, transpõe a Serra do Tombador, e segue em direção ás cidades de Ourolândia (grande centro de extração de mármore Bege Bahia) e Umburanas (Km 110), onde atualmente está o seu ponto terminal. A BR-324 no seu trecho BR-116 a Jacobina foi implantada na década de 40, e o trecho além de Jacobina na década de 50. Ela foi planejada para atingir, após Jacobina, os municípios de Sento Sé e Remanso, seguindo para São Raimundo Nonato no Piauí. Quando estavam executando o trecho que ligaria Jacobina a Sento Sé, as obras foram iniciadas também na direção Sento Sé a Jacobina, mas foram paralisadas. Esta rodovia, quando concluída, vai integrar à economia da Bahia, uma vasta região, que se constitui hoje um grande vazio com problemas, inclusive, de segurança, vez que não tem uma via segura de comunicação. Esta rodovia permitirá também escoar a futura produção de minério de ferro e de frutas de Sento Sé. No trecho que está implantado, além de Jacobina, é por onde se escoam as produções de sisal e mármore do alto sertão jacobinense. Diante do exposto, peço ao Ministro que analise, com o apreço que a Bahia merece, a recepção desse pleito tão importante para Bahia e para a economia brasileira.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Amauri Teixeira

EMENDA: 27360002

EMENTA

Construção Trecho Rodoviário Cocos - Carinhanha na BR/030 - No Estado da Bahia

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0137 - Promover a expansão da malha rodoviária federal buscando a integração regional e interestadual e o atendimento aos fluxos de transporte de grande relevância econômica.

INICIATIVA

NOVA - Construção Trecho Rodoviário Cocos - Carinhanha na BR-135/BA - No Estado da Bahia

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
573.500.000	01/03/2012	01/03/2015	143.375.000	430.125.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda prevê a inclusão no Plano Plurianual com vistas a construção de 100 km do trecho rodoviário da BR-030 compreendidos entre Cocos e Carinhanha no Estado da Bahia, visando ofertar aos usuários uma via segura e proporcionar redução de custos no transporte de bens e pessoas, assim como a redução de acidentes, bem como estabelecer uma rodovia que garanta o tráfego na região que hoje vive praticamente isolada.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 77 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Amauri Teixeira

EMENDA

27360003

EMENTA

Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura no Piemonte da Diamantina-no Estado da Bahia

PROGRAMA

2012 - Agricultura Familiar

OBJETIVO

0412 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

INICIATIVA

NOVA - Reestruturar os órgãos de Assistência Técnica e Extesão Rural (ATER) no Chapada Diamantina - No Estado da Bahia

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
60.000.000	01/03/2012	01/03/2015	15.000.000	45.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como obejtivo garantir para o Piemonte da Chapada assistência técnica e a extensão rural que são serviços de importância fundamental no processo de desenvolvimento rural e da atividade agropecuária. A legislação brasileira demonstra que atribuições legais de ações de extensão rural remontam ao século XIX. A análise da legislação federal da segunda metade dos séculos XX e atual demonstra que a obrigação legal da atuação em extensão rural sempre esteve presente, inclusive na Constituição Federal de 1988. A implantação de modelos de assistência técnica e extensão rural, por intermédio de metodologias específicas que valorizem os elementos culturais e os alimentos tradicionais. O desenvolvimento de parcerias com outros órgãos de governo, empresas e entidades públicas e da sociedade civil, permitindo as condições necessárias para a prestação dos serviços de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 78 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Amauri Teixeira

EMENDA

27360004

EMENTA

Implantação de Campus da UNIVASF - no Estado da Bahia

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

INICIATIVA

NOVA - Construção de Campus da UNIVASF - no Estado da Bahia

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
160.000.000	01/03/2012	01/03/2015	40.000.000	80.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa criar condições para a construção de Campus da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF em Jacobina, Irecê, Seabra, para ampliar o acesso à educação superior aos moradores das regiões. A criação do referido Campus trará efetivos benefícios para a região, ampliando a oferta de ensino superior e, assim como gerar conhecimentos científicos e tecnológicos necessários ao desenvolvimento, à prosperidade e ao bem-estar dos habitantes da região. A proposta prevê a implantação de um campus com equipamentos e infraestrura de ponta, como laboratórios, centro esportivo, piscinas olimpica, entre outros para o desenvolvimento de atividades. A implantação do Campus vai garantir o acesso ao ensino superior para pessoas pertencentes à famílias com renda insuficiente para manter seus filhos em Universidades Públicas Federais distantes ou para pagar mensalidades em Universidades que não sejam públicas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Amauri Teixeira

EMENDA: 27360005

EMENTA

Implantação do Aeroporto da Cidade de Maraú - BA

PROGRAMA

2076 - Turismo

OBJETIVO

0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro.

INICIATIVA

NOVA - Implantação do Aeroporto da Cidade de Maraú - BA

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
51.000.000	01/03/2012	20/12/2015	10.000.000	41.000.000

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista estar inserido entre os 65 destinos indutores do turismo nacional e internacional, praias belíssimas, extensa área de mata atlântica totalmente preservada, a Baía de Camamu (3º do Brasil) e levando em conta a infra-estrutura hoteleira existente e os diversos investimentos em curso nesta área, é de suma importância a implantação de um aeroporto para a promoção do turismo, criando melhores condições de acesso, logística e do desenvolvimento social e exonômico da região conhecida como Costa do Dendê, um das mais belas regiões da Bahia.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 80 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Amauri Teixeira

EMENDA

27360006

EMENTA

Implantação do Campus da UFOBA em Santa Maria da Vitória - No Estado da Bahia

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

INICIATIVA

NOVA - Implantação do Campus da UFOBA em Santa Maria da Vitória - No Estado da Bahia

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
54.000.000	01/03/2012	01/03/2015	14.000.000	40.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda pretende viabilizar a implantação de um Campus da Universidade Federal do Oeste da Bahia em Santa Maria da Vitória, objetivando aumentar a oferta de vagas da Educação Superior, no âmbito da graduação e da pós-graduação, e desenvolver atividades de pesquisa e extensão. A criação do referido Campus da Universidade Federal do Oeste da Bahia trará efetivos benefícios para a região, ampliando a oferta de ensino superior e, assim como gerar conhecimentos científicos e tecnológicos necessários ao desenvolvimento, à prosperidade e ao bem-estar dos habitantes da região. A implantação do Campus vai garantir o acesso ao ensino superior para pessoas pertencentes à famílias com renda insuficiente para manter seus filhos em Universidades Públicas Federais distantes ou para pagar mensalidades em Universidades que não sejam públicas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Amauri Teixeira

EMENDA

27360007

EMENTA

Implantação do Complexo Esportivo da UFBA

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

INICIATIVA

NOVA - Implantação do Complexo Esportivo da UFBA

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	01/03/2012	01/03/2015	25.000.000	75.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem o objetivo de tornar a universidade uma referência nacional no ensino, pesquisa e extensão da prática esportiva no Brasil. Atualmente a cidade não conta estrutura esportiva satisfatória. O empreendimento foi projetado de acordo com padrões internacionais e a intenção é que sirva de apoio para atletas que disputarão as Olimpíadas de 2016 no Brasil. O Centro de Esportes da UFBA teve inicio na década de 70 sua inserção no plano de expansão da UFBA, enquanto projeto político para ampliar nas instituições de ensino superior a prática obrigatória da educação física na universidade, mas nunca se teve o devido comprometimento com a plena execução do estudo da educação física como meio de inclusão social. Funcionou de forma precária. A educação física se desenvolveu no interior da UFBA, principalmente, pela força da legislação do período militar que previa a obrigatoriedade da educação física no ensino superior. Por força dessa legislação, surge a necessidade de um espaço físico para colocar tal legislação em prática onde fossem realizadas as aulas de Educação Física. Também houve a criação de um departamento que administrasse as aulas. Existem plantas arquitetônicas dos campi da UFBA, onde pode ser observado como foi pensada a construção de um centro esportivo nessa universidade. O projeto sempre previa um centro de esportes, o que, porém, sóse concretiza em 1974, quando sai da planta para ser construído o CEFE/UFBA. Em fevereiro de 1978, os alunos que então ingressaram na UFBA foram cadastrados em fichas de educação física, a fim de cursarem pelo menos 3 semestres de Prática Desportiva. Nesse período, segundo relatos de professores da época, constata-se que muitas atividades foram realizadas. O Centro de Educação Física e Esporte foi palco de muitas realizações, entre as quais treinos esportivos de equipes de futebol, que treinavam nas dependências por serem as mais avançadas da época. Constam também as atividades na área de atletismo, com a utilização da pista que foi construída dentro de parâmetros oficiais, entre muitas outras relacionadas à área do lazer e da recreação. Reflexo da precariedade no atendimento à comunidade acadêmica é que lamentavelmente não existem registros oficiais de muitas atividades da época e não se encontram elaborações teóricas que permitam a reflexão e o balanço crítico da produção do conhecimento científico. Em 1986 o Departamento III era responsável por 11 disciplinas ministradas aos graduandos da UFBA. No total, 4.505 alunos matriculados nos 2 semestres letivos. Essas atividades curriculares aconteciam no CEFE/UFBA, um espaço de muito movimento. Em 1987 é implantado o curso de Licenciatura em Educação Física na UFBA, e assim práticas pedagógicas do curso são desenvolvidas no CEFE/UFBA. Por força do Decreto-Lei nº 69.450, de 1971, o CEFE/UFBA é construído para atender aos estudantes da UFBA. Também é criado o Departamento de Educação Física, para ministrar disciplinas obrigatórias a todos os estudantes da UFBA, como Prática Desportiva, chegando a matricular 4.505 alunos em 2 semestres. Por fim, é criado o curso de Educação Física da UFBA, tendo como espaço principal o CEFE/UFBA,onde aconteciam todas as atividades práticas relacionadas à Educação Física na UFBA. Acompanhando um pouco mais detalhadamente a história do Centro no projeto de expansão da UFBA, desvelamos que, no projeto inicial de ocupação do Vale do Canela, o Centro de Esporte da UFBA não existia. Depois de feito um reajuste, por motivos de recursos e impedimento de compra de alguns terrenos naquela área, um novo plano foi elaborado, incluindo-o numa área da Graça. O complexo esportivo, contará com Parque Aquático, Ginásio Poliesportivo, Pavilhão Acadêmico, Unidade Multifuncional, campo de futebol oficial, e ainda vai contar com toda a parte de urbanização.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 82 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Amauri Teixeira

EMENDA

27360008

EMENTA

Implantação do Trecho Cajazeiras-Águas Claras do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA

PROGRAMA

2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

OBJETIVO

0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

INICIATIVA

NOVA - Implantação do Trecho Cajazeiras-Águas Claras do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
530.000.000	01/03/2012	01/03/2015	132.500.000	397.500.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo garantir um transporte público de qualidade para o bairro Cajazeiras e adjacêncais que hoje é o maior bairro popular da América Latina. O metrô para Cajazeiras atenderá e terá ainda como beneficiários Valéria, Palestina, Mussurunga, Pau da Lima, entre outras áreas adjacentes. A comunidade de Cajazeiras (Salvador, BA) e adjacências, que somam cerca de 1 milhão de cidadãos, de acordo com o Censo do IBGE de 2010, existe, portanto a necessidade da implantação do metrô para atender toda a região. Essa é uma demanda de mais de 20 anos que as pessoas que moram e trabalham esperam por esse empreendimento. Levar o transporte público de qualidade para as pessoas que residem na periferia, irá melhorar de forma definitiva a vida de seus moradores.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 83 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Amauri Teixeira

EMENDA

27360009

EMENTA

Pavimentação da BR-030 Trecho Maraú até a BR-101 com extensão de 82 km

PROGRAMA

2076 - Turismo

OBJETIVO

0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro.

INICIATIVA

NOVA - Pavimentação da BR-030, compreendendo o trecho entre Maraú-BA (Vila de Campinho) até a BR-101 e o acesso à sede do Município com extensão de aproximadamente 82,0 km.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
57.000.000	01/03/2012	31/12/2015	17.000.000	40.000.000

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista estar inserido entre os 65 destinos indutores do turismo nacional e internacional, praias belíssimas, extensa área de mata atlântica totalmente preservada, a Baía de Camamu (3º do Brasil) e levando em conta a infra-estrutura hoteleira existente e os diversos investimentos em curso nesta área, a necessidade de criar condições de acesso com conforto e segurança para os turistas e moradores da região, promovendo a integração com as demais regiões da Costa do Dendê, uma das mais belas regiões da Bahia, e ainda, criando condições para o desenvolvimento econômico da região com a melhoria da logística e da infra-estrutura rodoviária.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 84 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Amauri Teixeira

EMENDA

27360010

EMENTA

Revitalização da Bacia do Vale do Salitre - No Estado da Bahia

PROGRAMA

2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

OBJETIVO

0665 - Promover a revitalização de bacias hidrográficas por meio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade.

INICIATIVA

NOVA - Revitalização da Bacia do Vale do Salitre - No Estado da Bahia

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
56.000.000	01/03/2012	01/03/2015	16.000.000	40.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa criar condições para efetivar a revitalização da bacia do Rio Salitre, que é um dos principais afluentes do Rio São Francisco e que se encontra em estado de total degradação do seu leito e margens. A oferta de agua é essencial para a produção de alimentos e o desenvolvimento sustentável, o uso da água para irrigação que compreende 70% do total de consumo pelo homem. Melhorar a oferta de água trará outras políticas públicas que serão aplicadas para reduzir a desigualdade social, e ainda incentivar a agricultura familiar.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Amauri Teixeira

EMENDA

27360011

EMENTA

CONSTRUÇÃO DE TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

PROGRAMA

0569 - CONSTRUÇÃO DE TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

Tipo: Gestão e Manutenção

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**313.373.912**	**1.432.220.229**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	313.373.912	1.432.220.229
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	313.373.912	**1.432.220.229**
	1.745.594.141	

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem objetivo criar condições para a construção de Tribunais Regionais Federais da no Estado da Bahia, Parana, Minas Gerais e Amazonas. A presente emenda visa garantir direito da população o acesso justiça, tendo em vista que a falta desses tribunais não garante o pleno exercício da cidadania.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 86 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Ana Amelia

EMENDA

28930001

EMENTA

Defesa Agropecuária

PROGRAMA

2028 - Defesa Agropecuária

OBJETIVO

0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.

INICIATIVA

NOVA - Coordenação, supervisão, apoio as instâncias intermediárias e locais e auditoria do sistema unificado de atenção a sanidade agropecuária (SUASA)

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
800.000.000	01/01/2012	31/12/2015	200.000.000	600.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta iniciativa embora conste do PLPPA 2012/2015, não abriu a janela de valores e datas por constar apenas do Anexo I, portanto foi inscrita como Iniciativa Nova. (Programa: 2028 - Objetivo: 0366 - Iniciativa: 012X) Permitir o engajamento dos governos estaduais e municipais, bem como de entidades da sociedade civil organizada, no esforço para ampliar a oferta e alcance dos serviços da defesa agropecuária em todo o território nacional.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 87 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Ana Amelia

EMENDA

28930002

EMENTA

Combate à Criminalidade Em Regiões de Fronteira.

PROGRAMA

2070 - Segurança Pública com Cidadania

OBJETIVO

0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.

INICIATIVA

NOVA - Ações Integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, característicos de região fronteiriça

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
15.000.000.000	01/01/2013	31/12/2015	3.600.000.000	11.400.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda, cria iniciativa no Programa: 2070 - Seguranda Pública: Obetivo 0825: Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira no Estado do Rio Grande do Sul, e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 88 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Ana Amelia

EMENDA

28930003

EMENTA

Construção e Pavimentação de Trecho Rodoviário na BR 470/RS

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0139 - Ampliar a malha rodoviária federal, de forma a promover a ligação entre todos os estados brasileiros, rompendo com o isolamento regional.

INICIATIVA

NOVA - Construção e Pavimentação da BR-470 - trecho Lagoa Vermelha - André da Rocha - Arroio dos Ratos até Entr. Camaquã

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
700.000.000	01/01/2012	31/12/2015	350.000.000	350.000.000

JUSTIFICATIVA

Emenda Visa Incluir Iniciativa no Programa 2075 Objetivo 0139 - Iniciativa - Construção e Pavimentação da BR-470 - trecho Lagoa Vermelha - André da Rocha - Arroio dos Ratos até Entr. Camaquã A BR 470 é uma das mais antigas e necessárias obras para o Rio Grande do Sul. Atualmente o trecho entre as cidades de Barracão e Lagoa Vermelha está em obras, mas é preciso que tenhamos também, o início da pavimentação entre Lagoa Vermelha e André da Rocha. Além disso, existe o traçado da referida rodovia entre os municípios de André da Rocha e a intersecção com a BR 290 no município de Arroio dos Ratos, que se reivindica seja federalizado, conforme se movimentam os municípios gaúchos, sobretudo os integrantes da Associação dos Municípios da Encosta Superior do Nordeste (AMESNE). A federalização da rodovia é atualmente necessária, já que o atraso da construção de uma BR prevista no mapa das rodovias federais acabou por motivar que o RS o tenha absorvido, o trecho deve mesmo ser repassado para que a União ssuma, principalmente para a realização de obras fundamentais como a duplicação do trajeto entre as cidades de Bento Gonçalves e Carlos Barbosa e de Bento Gonçalves à Nova Prata.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 89 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Ana Amelia

EMENDA

28930004

EMENTA

Contrução de Ponte sobre o Rio Guaiba - No Estado do Rio Grande do Sul

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0140 - Adequar as interseções das rodovias federais pavimentadas que apresentem travessias fluviais ou cruzamento de vias, de forma a garantir a continuidade do tráfego.

INICIATIVA

NOVA - Construção da Ponte do Guaiba

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
1.100.000.000	01/01/2011	31/12/2015	500.000.000	600.000.000

JUSTIFICATIVA

Emenda Visa Incluir Iniciativa no Programa 2075 Objetivo 0140 - Iniciativa - Construção da Ponte do Guaiba A presente Emenda visa, a construção de uma nova ponte sobre o Rio ligando Porto Alegre a Guaíba. Atualmente a movimentação de carga e passageiros para a parte sul do Rio Grande e requer um tempo mínimo de espera que em torno de 40 minutos para atravessar e quando ocorre o içamento, é necessário várias interrupções diárias. Com tráfego de 47 mil veículos entre eles, os caminhões que levam a produção e dezenas de ambulâncias que atravessam diariamente. Partos já foram feitos inúmeras vezes no asfalto, colocando vidas em risco.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Ana Amelia

EMENDA: 28930005

EMENTA: Duplicação da Rodovia BR-386/RS

PROGRAMA: 2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO: 0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA: NOVA - Adequação da Rodovia BR 386/RS - trecho Lajeado - Iraí

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
550.000.000	01/01/2012	31/12/2015	135.000.000	415.000.000

JUSTIFICATIVA

Emenda Visa Icluir Iniciativa ao Programa 2075 Objetivo 0131 - Iniciativa - Adequação da Rodovia BR 386/RS entre os municípios de Lajeado e Iraí A Rodovia-386, também conhecida como Estrada da Produção, é responsável pelo escoamento de boa parte da produção de várias regiões do Estado do Rio Grande do Sul, Interligando o Estado com outros países da América do Sul, fortalecendo as relações econômicas mantidas com os países, em especial aqueles com maior proximidade geográfica. Neste sentido, estamos propondo está emenda ao PPA 2012-2015 para a duplicação desta importante Rodovia do Estado do Rio Grande do Sul.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Ana Amelia

EMENDA: 28930006

EMENTA

Educação Profissional e Tecnológico

PROGRAMA

2031 - Educação Profissional e Tecnológica

OBJETIVO

0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.

INICIATIVA

NOVA - Autonomia e Emancipação da Juventude

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
23.500.000.000	01/01/2013	31/12/2015	5.000.000.000	18.500.000.000

JUSTIFICATIVA

A referida Emenda pretende criar iniciativa nova no Programa: 2031 - Educação Profissiona. Objetivo 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnologia no Estado do Rio Grande do Sul, visando, refoçar as ações para a expansão e aprendizagem profissional como política permanente de formação profissional e inclusão de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, de forma articulada, a elevação da escolaridade formal, às diretrizes da política de educação técnico-profissional e tecnológica e ao projeto de desenvolvimento em todo o estado.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 92 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Ana Amelia

EMENDA

28930007

EMENTA

Fortalecimento a Agricultura Irrigada

PROGRAMA

2013 - Agricultura Irrigada

OBJETIVO

0171 - Promover e fortalecer a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e inovação voltados para a agricultura irrigada e a sua difusão visando o incremento nos ganhos em produtividade, com qualidade e redução dos custos de produção.

INICIATIVA

NOVA - Promover e Fortalecer o Desenvolvimento Tecnológico

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
5.500.000.000	01/01/2013	31/12/2015	1.300.000.000	4.200.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda visa criar iniciativa no Prgrama: 2013 - Agricultura Irrigada - Objetivo: 0171 - Promoção e o fortalecimento, à pesquisa o desenvolvimento tecnológico e inovação, no estado do Rio Grande do Sul, voltados para a agricultura irrigada e a sua difusão, objetivando o incremento nos ganhos em produtividade, com qualidade e redução de custos de produção, elevando de forma significativa o desenvolvimento da região.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 93 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Ana Amelia

EMENDA

28930008

EMENTA

Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

PROGRAMA

2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

OBJETIVO

0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

INICIATIVA

NOVA - Promover a prevenção de desastres em municípios suscetíves a inundaçãoes

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
105.000.000	01/01/2015	31/12/2015	15.000.000	90.000.000

JUSTIFICATIVA

Pretende a presente Emenda, incluir iniciativa nova no Programa: 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres: 0169: mover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 94 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Ana Amelia

EMENDA

28930009

EMENTA

Políticas para as Mulheres

PROGRAMA

2016 - Políticas para as Mulheres: Enfrentamento à Violência e Autonomia

OBJETIVO

0998 - Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.

INICIATIVA

NOVA - Apoio à Políticas para as Mulheres

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
55.000.000	01/01/2013	01/12/2015	5.000.000	50.000.000

JUSTIFICATIVA

A Emenda visa iniciativa nova no Programa: 2016, Políticas para as Mulheres - Objetivo 0998 - Promover atendimento às mulheres em situação de violência no Estado do Rp Grande do Sul, por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Ana Amelia

EMENDA

28930010

EMENTA

Prevenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas

PROGRAMA

2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas

OBJETIVO

0923 - Introduzir melhorias na gestão da política sobre drogas, tendo como subsídio a realização de levantamentos acerca dos padrões de consumo de crack e outras drogas e a produção de conhecimentos científicos afetos ao tema; aperfeiçoando os marcos institucionais e legais; fortalecendo os mecanismos de articulação intersetorial e cooperação internacional; modernizando os instrumentos de acompanhamento e monitoramento das ações e fomentando a criação de estruturas locais de gestão, com a ampliação dos mecanismos de participação social.

INICIATIVA

NOVA - Prevenção e Reinserção Social de Usuários de CRACK

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
40.000.000	01/01/2012	31/12/2015	10.000.000	30.000.000

JUSTIFICATIVA

A Emenda tem por objetivo criar iniciativa no Programa: 0923 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e Outras Drogas: Objetivo: 0293 - Introduzir melhorias na gestão da política sobre drogas no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como subsídio a realização de levantamentos acerca dos padrões de consumo de crack e outras drogas e a produção de conhecimentos científicos afetos ao tema; aperfeiçoando os marcos. institucionais e legais; fortalecendo os mecanismos de articulação intersetorial e cooperação internacional; modernizando os instrumentos de acompanhamento e monitoramento das ações e fomentando a criação de estruturas locais de gestão, com a ampliação dos mecanismos de participação social.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 96 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Ana Rita

EMENDA

28980001

EMENTA

Construção de Ponte - BR - 262

PROGRAMA

---- - Programa do novo Objetivo

OBJETIVO

NOVO - Construção de ponte do Km 0 a 1,2 da Br 262

INICIATIVA

NOVA - Construção de Ponte - BR- 262

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
300.000.000.000	01/02/2012	31/12/2015	100.000.000.000	200.000.000.000

JUSTIFICATIVA

A construção desta nova ponte atenderá o fluxo de carros que trafegam principalemente nos horarios de pico nos dois sentidos da rodovia.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Ana Rita

EMENDA: 28980002

EMENTA: Implantação de Contorno - BR-101

PROGRAMA: ---- - Programa do novo Objetivo

OBJETIVO: NOVO - Implantação de Contorno

INICIATIVA: NOVA - Contorno do Mestre Alvaro

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
260.000.000.000	01/01/2012	31/01/2015	80.000.000.000	160.000.000.000

JUSTIFICATIVA

Com a duplicação da BR 101 norte se fará necessário a implantação do contorno, tirando assim todo o tráfego de carros e principalmente caminhões do perímetro urbano do município da Serra.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Ana Rita

EMENDA: 28980003

EMENTA

Implantação de Marinas Públicas - Porto de Aguas Profundas

PROGRAMA

---- - Programa do novo Objetivo

OBJETIVO

NOVO - Implantar Marinas públicas

INICIATIVA

NOVA - Implantação de Marinas Públicas - Porto de Águas Profundas

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
50.000.000.000	02/02/2012	31/12/2015	15.000.000.000	35.000.000.000

JUSTIFICATIVA

É nescessario a construção das Marinas Públicas. Atualmente todo desembarque de navios de turismo tem sido feito no porto de cargas o que vem trazendo dificuldades e atrapalhando a retirada das cargas dos navios, tendo em vista o grande número de passageiros que chegam para fazer turismo no estado do Espírito Santo.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 99 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Ana Rita

EMENDA

28980004

EMENTA

Implantação do Sistema de Macrodrenagem no Município de Vila Velha-ES

PROGRAMA

2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

OBJETIVO

0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

INICIATIVA

NOVA - Implantação do Sistema de Macrodrenagem no Município de Vila Velha-ES

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
300.000.000	01/01/2012	31/12/2015	50.000.000	250.000.000

JUSTIFICATIVA

O desenvolvimento urbano da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) vem ocorrendo de forma acelerada nas últimas duas décadas e, mais significativamente, na última década, impulsionado principalmente pelas descobertas e desenvolvimento do setor de petróleo e gás natural na região e acompanhado pelo crescimento da indústria da construção civil. Este desenvolvimento da malha urbana provocou uma pressão sobre a infraestrutura urbana, notadamente sobre o sistema viário, os sistemas de saneamento (água, esgoto, resíduos sólidos) e os sistemas de drenagem pluvial. Como conseqüência, observa-se a sobrecarga destes sistemas, levando a obstrução do sistema viário em horários de pico de trânsito, desabastecimento no fornecimento de água em época de chuvas intensas, ocorrência de inundações em áreas urbanas densamente ocupadas provocando prejuízos sociais, ambientais e econômicos para a população. O Governo do Estado com o objetivo de viabilizar recursos necessários para o enfrentamento das freqüentes ocorrências de inundações na RMGV e promover uma política de desenvolvimento urbano sustentável, minimizando os impactos para os municípios, submeteu os estudos prioritários realizados e aprovados pelo Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória COMDEVIT para processo de seleção do Programa de Aceleração de Crescimento PAC 2, do Ministério das Cidades em Maio de 2010. Ainda que existam diversas iniciativas por parte do Governo do Estado, é imprescindível um plano de ação de curto e médio prazo que permita dar continuidade ao enfrentamento do desafio de ampliar a capacidade de adaptação e resposta as adversidades climáticas, em particular o enfrentamento das inundações, por meio da execução de obras e intervenções que visem mitigar os efeitos dos eventos climáticos, construindo políticas sustentáveis, voltadas a contribuir para a redução vulnerabilidades socioambientais. A situação atual A ocorrência de inundações em áreas urbanas nas regiões do rio Aribiri, Marinho, canal da Costa e Guaranhuns é fato recorrente que já foi praticamente incorporado ao cotidiano das populações locais. A ocupação antrópica de extensas áreas cujo escoamento natural era difuso e, muitas vezes, variável em função das condiçõesmorfológicas e climáticas, acarretou como conseqüência o permanente convívio com enchentes com elevada capacidade de destruição de bens e riscos à vida humana. Esta situação se estende a praticamente toda a área urbana dos municípios de Vila Velha, Cariacica e Viana que, com exceção de reduzidas áreas elevadas se desenvolve ao longo de baixios localizados nas bacias hidrográficas dos rios Jucu, Formate e Marinho. O sistema de drenagem de águas pluviais é muito antigo e foi implantado a partir da conveniência de se explorar maiores áreas para fins de ocupações residenciais, comerciais e turísticas. Este objetivo fez com que as áreas baixas e ocupadas por terrenos inundáveis ou que apresentavam grandes problemas de drenagem, dadas as características do solo e da baixa declividade, fossem incorporadas para uso imobiliário, a partir de obras hidráulicas e sanitárias empreendidas em conjunto pela Prefeitura e parte pela CESAN Companhia de Saneamento do Estado de Espírito Santo, realizados nas décadas de 50 e 60. Á área das bacias propostas, em quase sua totalidade, é constituída de topografia plana, com declividades pouco acentuadas. Por este motivo, quase todos os rios e canais existentes estão sob influência da maré, cuja área territorial era originalmente composta de brejos e alagados. Visando facilitar a inter navegação e outras finalidades, até 1970 foram abertos vários canais na Grande Vitória, bem como houve a retificação de vários trechosde cursos d água, destacando os rios Jucu (Dique do Rio Jucu, canal de Araçás, que verte para o canal de Guaranhuns), Aribiri (valão de Cobilândia e valão Marinho) e Marinho (canal Marinho). Ao longo da história, os rios e canais de Vila Velha vêm sofrendo um processo de ocupação desordenada e em épocas de enchentes é comum se verificar transbordamentos nas regiões urbanas do município. As maiores enchentes que Vila Velha já registrou foram as de 1935, 1943, 1960 e a de 2004. O município de Vila Velha conta com vários estudos e planos, tais como apresentados a seguir: ¿ Plano Emergencial, elaborado em 2004; ¿ Elaboração dos Estudos para Desassoreamento e Regularização dos Leitos e Margens dos Rios ¿ Jucu,

Formate e Marinho na Região Metropolitana da Grande Vitória Acquatool Consultoria ¿ 2008/2009 Instituto Jones dos Santos Neves; ¿ Projetos Básicos de canalização e microdrenagem. ¿ Plano Diretor Municipal de Vila Velha Lei no. 4575/2007; Os aspectos da situação atual dos canais estão intimamente relacionados com os programas e ações de manutenção, de desassoreamento, limpeza e de conservação do sistema de macro-drenagem. Em virtude dos trabalhos de conservação dos canais se desenvolverem de maneira precária, com baixa freqüência de limpeza e de manutenção, verificam-se situações de comprometimento das calhas na totalidade dos canais de macro-drenagem. O atual estado de funcionamento só não está mais prejudicado pelo fato da Prefeitura empreender, através da Secretaria de Serviços Urbanos, a limpeza e desobstrução rotineiras, com limpeza de mais de 58% do total dos canais de Vila Velha. Um aspecto que importante, refere-se à ocupação das margens dos córregos por favelas, como é o caso do Canal Santa Rita, do Rio Aribiri O surgimento de bacias de alagamentos como ocorrem nas principais sub-bacias de Vila Velha, são típicos de ausência de condições de escoamento superficiais e de drenos principais e secundários com bom funcionamento Observa-se que a totalidade dos canais principais de macro-drenagem que compõem o sistema diretamente ligado à área urbanizada do município, apresentam-se em condições inadequadas de funcionamento. Isso contribuiu para o agravamento das condições de escoamento decorrentes de chuvas de pequena intensidade para alguns locais, com causas e problemas idênticos aos citados a seguir: Assoreamento dos talvegues; ¿ Obstruções devidas a pontes, bueiros, vigas e lixo; ¿ Excesso de vegetação no fundo e taludes, contribuindo para a retenção de lixo e diminuição da velocidade do fluxo no leito do canal; ¿ Ocupação da faixa de manutenção dos canais por famílias de baixa renda (faixa entre o Rio Aribiri e Canal Santa Rita). As pesquisas e estudos desenvolvidos para esta fase do diagnóstico do sistema atual de macro-drenagem do município de Vila Velha constatou que a grande maioria apresenta problemas relativos à manutenção das seções hidráulicas atuais. A Bacia do rio Aribiri Notadamente a bacia hidrográfica do Rio Aribiri ocupa uma área territorial de grande importância do município. Sua topografia é diversificada, com partes planas quase no nível do mar e partes elevadas, com presença de maciço rochoso. Esta região possui uma elevada densidade demográfica. A extensão total de rios, canais, valões e galerias da bacia é de 27.008,00 m, assim distribuídos: O Rio Aribiri com foz na bacia de Vitória tem seu percurso em quase sua totalidade em cotas referenciadas a maré. Por este motivo, o escoamento é comandado pelas variações de maré. Seu estuário, quando ainda não era ocupado, constituía-se em uma vasta região de mangue com vegetação bem características em suas margens. Com a expansão demográfica esta área foi descaracterizada. Seu percurso dentro da bacia hidrográfica tinha ligações fortes com o Rio Marinho. Por volta da década de 50, obras de dragagem, parcelamento do solo, ocupações desordenadas, invasões e aterros nas áreas de margens modificaram a imagem da região. Por tudo isto, o rio perdeu suas funções no equilíbrio do ecossistema local, de corpo receptor e canalizador das águas da bacia. Em sua margem esquerda foi implantado o bairro Dom João Batista e parte da Ilha da Conceição. A margem direita encontra-se preservada com vasta vegetação de mangue. A bacia do Rio Aribiri é a maior de todo o município de Vila Velha, com talvegue com 4,5 km de comprimento e área de drenagem de 21,50 km2. O Rio Aribiri já foi considerado como um simples escoadouro que abrigava os manguezais localizado ao norte do município de Vila Velha, cortando terrenos planos e arenosos cobertos por matas de restinga, campo e manguezais. Atualmente o rio encontra-se bastante modificado pelas diversas obras que alteraram o seu curso. O Rio Aribiri nasce a 20 m de altitude, no ambiente de colinas e maciços costeiros, desaguando na baia de Vitória, entre os morros do Penedo e da Penitenciária. Ao longo de seu percurso até sua foz, recebe a maior parte dos efluentes da região da Grande Cobilândia (através dos canais Valão do Marinho e de Cobilândia, que são drenados para um ponto próximo ao Carrefour), passando pelo Bairro de Santa Rita, cujas palafitas adensam-se entre suasmargens próximas a foz, em uma área de mangue e ilhotas. São evidentes os altos índices de degradação de seus manguezais, provocados pelos esgotos, lixos domésticos e demais poluição difusa oriunda também das embarcações que atracam nos portos ao longo do canal da Baia de Vitória. O Canal de Santa Rita foi executado junto de uma retificação, quando da invasão de ocupação do bairro do mesmo nome. Este foi construído em 1960 como objetivo de não permitir que o espaço entre o Rio Aribiri e a ocupação de Santa Rita fosse também invadida, pois a área ainda remanescente era de mangue. Sua extensão é de 1.102,00 m. A intenção de preservação desta área, em não permitir a ocupação, não foi respeitada. Hoje o trecho do canal encontra-se totalmente assoreado, sendo ocupado por 250 ocupações ribeirinhas, inclusive sobre o leito (palafitas). A maioria das edificações implantadas é de alvenaria e algumas com possuem mais de dois pavimentos. Devido a estas ocupações, a população de Jardim Marilândia, Cobilândia, Alvorada entre outros, são atingidas com inundações freqüentes, e para mitigar este problema, seria necessária a remoção destas, considerando que a drenagem desta região se orienta pelo Rio Aribiri e Canal Santa Rita. Neste contexto, justifica-se a necessidade de execução de obras e intervenções para o Manejo de Águas Pluviais e Drenagem Urbana das Bacias Hidrográficas dos rios Aribiri e Marinho, Canal da Costa e rio Guaranhuns, beneficiando diretamente uma população urbana de cerca de 352.370 habitantes dos municípios de Vila Velha e Cariacica e indiretamente toda a Região Metropolitana da Grande Vitória.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 101 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Ana Rita

EMENDA

28980005

EMENTA

Implantação do VLT Região Metropolitana de Vitória-ES

PROGRAMA

2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

OBJETIVO

0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

INICIATIVA

NOVA - Implantação do VLT na Região Metropolitana de Vitória-ES

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/01/2012	01/01/2015	50.000.000	450.000.000

JUSTIFICATIVA

O sistema de transporte coletivo de Vitória, proposto pelo Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana da Grande Vitória - PDTMU é configurado por uma solução que contempla duas tecnologias que deverão operar de forma integrada, a do VLT e a do ônibus. O PDTMU recomenda que o sistema estrutural de transporte coletivo da cidade de Vitória deverá ser baseado na tecnologia do VLT (Veículo Leve Sobre Trilhos) configurando um novo patamar tecnológico do sistema. Esse sistema estrutural deverá operar de maneira associada a sistemas complementares de ônibus metropolitanos e municipais. Devido às características do VLT, de ampla capacidade, economia de escala, sistema modulável e evolutivo em capacidade, e às características das demandas estruturais da RMGV, recomenda-se que o projeto seja elaborado com abrangência espacial metropolitana atendendo os municípios da Serra, Vila Velha, Cariacica e Viana. A configuração da rede viária urbana de Vitória e as restrições existentes para sua expansão, quando analisados frente às perspectivas de crescimento da demanda, determinam a conveniência do sistema VLT nos eixos viários estruturais, e não a do Corredor de Ônibus. Embora ambos sistemas, corredor de ônibus e VLT, proporcionem capacidades suficientes para atendimento das demandas previstas no horizonte do PDTMU, a proposta de projeto do VLT definida pelo PDTMU, resulta em melhor aproveitamento dos limitados espaços viários existentes e agrega artifícios de requalificação de espaços urbanos em processo de deterioração. A indicação do VLT como modal de transporte mais adequado á região metropolitana de Vitória considera, além dos aspectos físicos e geográficos, o perfil da demanda da região fortemente concentrada no município de Vitória (76% das viagens intermunicipais pelo sistema coletivo tem origem ou destino no município), e também a opção mais econômica se considerarmos a perspectiva de fortes intervenções urbanas e o alto custo de desapropriações necessárias para a viabilização de corredores de ônibus, custo que não se aplica, neste caso, á opção pelo modal VLT ¿ Veículo leve sobre Trilhos. A Região metropolitana de Vitória no Espírito Santo que é constituída pelos municípios de: Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Guarapari e Fundão que juntos possuem conforme o Censo de 2010 do IBGE uma população de 1.687.704 habitantes. Destes 7 municípios 5 deles: Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana constituem a chamada Grande Vitória, que juntos possuem, também conforme o Censo de 2010 do IBGE, uma população de 1.565.393 habitantes A principal característica desses 5 municípios é seu elevado grau de integração e conurbação urbana. O município de Vitória em que pese ter uma população de apenas 327.801habitantes, (4ª maior do estado) é a capital do estado o que lhe agrega uma série de funções e localização de órgãos governamentais estaduais e inclusive federais o que aumenta a centralidade. O município de Vitória possui um território relativamente exíguo para os padrões das capitais brasileiras: 93,381Km² cuja área ocupavél é ainda menor considerando de Áreas de Preservação (principalmente mangues e maciço rochoso central). Sua ocupação se deu, assim como nos outros municípios da Grande Vitória bem como na maioria esmagadora das cidades brasileiras de forma desordenada, e em parte significativa do município seu traçado viário é constituído por vias estreitas e com traçados irregulares. Ainda sobre suas características geográficas destaque-se que parte significativa do município (inclusive a região central) está localizada em uma ilha, o que traz enormes restrições de integração e mobilidade com os outros municípios. Sua ocupação, além dos órgão públicos já mencionados, é marcada ainda pela presença de 2 portos (Vitória e Tubarão) e o maior aeroporto do estado: Eurico Salles de Aguiar, o único que opera vôos regulares de passageiros e de carga no estado. A essas características soma-se o processo de conurbação urbana e integração com os municípios vizinhos condição que pode ser verificada inclusive pelos dados da pesquisa origem/destino realizada no ano de 2007 que revela que 76% das viagens intermunicipais da Grande Vitória tem origem ou destino no município da Grande Vitória. Trata-se de um dos maiores índices (se não o maior) dentre as capitais brasileiras e que se considerarmos que a Grande Vitória possui uma população de 1.565.393 habitantes verificamos que não há como excluir este município dentre os critérios estabelecidos

pelo PPA 2012-2015. Como pode ser depreendido o município em que pese sua população relativamente pequena para os padrões das capitais brasileiras possui uma característica de centralidade da região metropolitana e de usos que fazem da questão da mobilidade uma das questões centrais e das mais relevantes para si e para a Grande Vitória.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 103 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Ana Rita

EMENDA

28980006

EMENTA

Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

PROGRAMA

2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

OBJETIVO

0974 - Proteger a vida de testemunhas, vítimas e defensores dos direitos humanos em situação de ameaça e de crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como seus familiares, garantindo seus direitos fundamentais e incidir nas causas das ameaças buscando sua supressão.

INICIATIVA

NOVA - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	01/01/2012	31/12/2015	20.000.000	80.000.000

JUSTIFICATIVA

A ampliação dos recursos destinados aos programas de Proteção constitui-se em uma decisão extremamente importante, tendo em vista que não houve ampliação do Orçamento para a Política de Proteção há vários anos, apesar do crescimento e da ampliação da demanda por proteção, especialmente no Programa de Proteção a Testemunhas e do Programa de Protetores de Direitos Humanos. A insuficiência de recursos destinados à política de proteção vem gerando uma fragilização preocupante nos programas de proteção e tem se constituído motivo de desgaste e exposição da política de Direitos Humanos na imprensa e junto a opinião pública. Faz-se necessária uma corajosa ampliação dos recursos a serem destinados para esta política pública, como condição para que a sociedade brasileira supere a cultura de impunidade no país e a fim de garantir o pleno respeito aos Direitos Humanos. Constitui-se em contribuição importante do Parlamento brasileiro, para assegurar a sua missão de garantir o Estado Democrático de Direito.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Ana Rita

EMENDA: 28980007

EMENTA: Mobilidade Urbana e Trânsito

PROGRAMA

2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

OBJETIVO

0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

INICIATIVA

027W - VER JUSTIFICATIVA

JUSTIFICATIVA

O sistema de transporte coletivo de Vitória, proposto pelo Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana da Grande Vitória - PDTMU é configurado por uma solução que contempla duas tecnologias que deverão operar de forma integrada, a do VLT e a do ônibus. O PDTMU recomenda que o sistema estrutural de transporte coletivo da cidade de Vitória deverá ser baseado na tecnologia do VLT (Veículo Leve Sobre Trilhos) configurando um novo patamar tecnológico do sistema. Esse sistema estrutural deverá operar de maneira associada a sistemas complementares de ônibus metropolitanos e municipais. Devido às características do VLT, de ampla capacidade, economia de escala, sistema modulável e evolutivo em capacidade, e às características das demandas estruturais da RMGV, recomenda-se que o projeto seja elaborado com abrangência espacial metropolitana atendendo os municípios da Serra, Vila Velha, Cariacica e Viana. A configuração da rede viária urbana de Vitória e as restrições existentes para sua expansão, quando analisados frente às perspectivas de crescimento da demanda, determinam a conveniência do sistema VLT nos eixos viários estruturais, e não a do Corredor de Ônibus. Embora ambos sistemas, corredor de ônibus e VLT, proporcionem capacidades suficientes para atendimento das demandas previstas no horizonte do PDTMU, a proposta de projeto do VLT definida pelo PDTMU, resulta em melhor aproveitamento dos limitados espaços viários existentes e agrega artifícios de requalificação de espaços urbanos em processo de deterioração. A indicação do VLT como modal de transporte mais adequado á região metropolitana de Vitória considera, além dos aspectos físicos e geográficos, o perfil da demanda da região fortemente concentrada no município de Vitória (76% das viagens intermunicipais pelo sistema coletivo tem origem ou destino no município), e também a opção mais econômica se considerarmos a perspectiva de fortes intervenções urbanas e o alto custo de desapropriações necessárias para a viabilização de corredores de ônibus, custo que não se aplica, neste caso, á opção pelo modal VLT Veículo leve sobre Trilhos. A Região metropolitana de Vitória no Espírito Santo é constituída pelos municípios de: Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Guarapari e Fundão que juntos possuem conforme o Censo de 2010 do IBGE uma população de 1.687.704 habitantes. Destes 7 municípios 5 deles: Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana constituem a chamada Grande Vitória, que juntos possuem, também conforme o Censo de 2010 do IBGE, uma população de 1.565.393 habitantes A principal característica desses 5 municípios é seu elevado grau de integração e conurbação urbana. O município de Vitória em que pese ter uma população de apenas 327.801habitantes, (4ª maior do estado) é a capital do estado o que lhe agrega uma série de funções e localização de órgãos governamentais estaduais e inclusive federais o que aumenta a centralidade. O município de Vitória possui um território relativamente exíguo para os padrões das capitais brasileiras: 93,381Km² cuja área ocupavél é ainda menor considerando de Áreas de Preservação (principalmente mangues e maciço rochoso central). Sua ocupação se deu, assim como nos outros municípios da Grande Vitória bem como na maioria esmagadora das cidades brasileiras de forma desordenada, e em parte significativa do município seu traçado viário é constituído por vias estreitas e com traçados irregulares. Ainda sobre suas características geográficas destaque-se que parte significativa do município (inclusive a região central) está localizada em uma ilha, o que traz enormes restrições de integração e mobilidade com os outros municípios. Sua ocupação, além dos órgão públicos já mencionados, é marcada ainda pela presença de 2 portos (Vitória e Tubarão) e o maior aeroporto do estado: Eurico Salles de Aguiar, o único que opera vôos regulares de passageiros e de carga no estado. A essas características soma-se o processo de conurbação urbana e integração com os municípios vizinhos condição que pode ser verificada inclusive pelos dados da pesquisa origem/destino realizada no ano de 2007 que revela que 76% das viagens intermunicipais da Grande Vitória tem origem ou destino no município da Grande Vitória. Trata-se de um dos maiores índices (se não o maior) dentre as capitais brasileiras e que se considerarmos que a Grande Vitória possui uma população de 1.565.393 habitantes verificamos que não há como excluir este município dentre os critérios estabelecidos

pelo PPA 2012-2015. Como pode ser depreendido o município em que pese sua população relativamente pequena para os padrões das capitais brasileiras possui uma característica de centralidade da região metropolitana e de usos que fazem da questão da mobilidade uma das questões centrais e das mais relevantes para si e para a Grande Vitória. Não seria exagero afirmar que Vitória se encontra entre os principais municípios brasileiros onde essa questão é de maior premência e urgência.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 106 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Ana Rita

EMENDA

28980008

EMENTA

Modifica a iniciativa 00XS do objetivo 0289 do programa 2071

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0289 - Estimular a geração de emprego, trabalho e renda, por meio da democratização e ampliação do crédito produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

INICIATIVA

00XS - (...) manutenção de trabalho e renda, com prioridade para as formadas majoritariamente por mulheres.

JUSTIFICATIVA

Segundo o II PNPM é no espaço do trabalho onde as discriminações e as desigualdades étcnico-raciais e de gênero se tornam ainda mais evidentes. "Às desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros. Destaque-se, ainda, que são as mulheres negras que sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça/etnia. Esta interseccionalidade contribui para criar um ordenamento social que coloca no topo os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras. Dentre todos, são elas que vivenciam na escala inferior da pirâmide social as piores condições de trabalho, as que recebem os menores rendimentos, as que mais sofrem com o desemprego e as que mais estabelecem relações informais (e sua conseqüente ausência de proteção social, tanto presente quanto futura) e as que ocupam posições de menor prestígio na hierarquia profissional." Assim, é imprescindível que o as políticas vinculadas ao crédito produtivo contribuam para a igualdade de gênero, raça e etnia no mundo do trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 107 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Ana Rita

EMENDA

28980009

EMENTA

Modifica a iniciativa 00XT no objetivo 0289 do programa 2071

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0289 - Estimular a geração de emprego, trabalho e renda, por meio da democratização e ampliação do crédito produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

INICIATIVA

00XT - (...) manutenção de trabalho e renda com prioridade para as sob a responsabilidade de mulheres.

JUSTIFICATIVA

Segundo o II PNPM é no espaço do trabalho onde as discriminações e as desigualdades étcnico-raciais e de gênero se tornam ainda mais evidentes. "Às desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros. Destaque-se, ainda, que são as mulheres negras que sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça/etnia. Esta interseccionalidade contribui para criar um ordenamento social que coloca no topo os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras. Dentre todos, são elas que vivenciam na escala inferior da pirâmide social as piores condições de trabalho, as que recebem os menores rendimentos, as que mais sofrem com o desemprego e as que mais estabelecem relações informais (e sua conseqüente ausência de proteção social, tanto presente quanto futura) e as que ocupam posições de menor prestígio na hierarquia profissional." Assim, é imprescindível que o as políticas vinculadas ao crédito produtivo contribuam para a igualdade de gênero, raça e etnia no mundo do trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Ana Rita

EMENDA: 28980010

EMENTA

Modifica a iniciativa 00XU no objetivo 0289 do programa 2071

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0289 - Estimular a geração de emprego, trabalho e renda, por meio da democratização e ampliação do crédito produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

INICIATIVA

00XU - Concessão de financiamento a atividades produtivas de auto-emprego e trabalho não assalariado, visando à geração e manutenção de trabalho e renda, com prioridade para mulheres e população negra.

JUSTIFICATIVA

Segundo o II PNPM é no espaço do trabalho onde as discriminações e as desigualdades étcnico-raciais e de gênero se tornam ainda mais evidentes. "Às desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros. Destaque-se, ainda, que são as mulheres negras que sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça/etnia. Esta interseccionalidade contribui para criar um ordenamento social que coloca no topo os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras. Dentre todos, são elas que vivenciam na escala inferior da pirâmide social as piores condições de trabalho, as que recebem os menores rendimentos, as que mais sofrem com o desemprego e as que mais estabelecem relações informais (e sua conseqüente ausência de proteção social, tanto presente quanto futura) e as que ocupam posições de menor prestígio na hierarquia profissional." Assim, é imprescindível que o as políticas vinculadas ao crédito produtivo contribuam para a igualdade de gênero, raça e etnia no mundo do trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 109 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Ana Rita

EMENDA

28980011

EMENTA

Modifica iniciativa 02QO do objetivo 0715 do programa 2015

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.

INICIATIVA

02QO - (...) - com destaque com destaque para a violência sexual e doméstica, a distribuição de anticoncepcionais de emergência - e sofrimento psicossocial.

JUSTIFICATIVA

A gravidez indesejada e o abortamento continuam sendo uma das principais causa de mortalidade materna. As metas propostas estão previstas no II PNPM (Prioridades 3.3.1 e 3.3.2). O acesso fácil e gratuito do medicamento para contracepção de emergência contribuirá na redução da morte evitável das mulheres. Consta no Dossiê de Morte Materna da RedeSaúde: "A morte materna é um dos mais sensíveis indicadores das condições de vida de uma população e reflete, principalmente, a desarticulação, desorganização e qualidade inadequada da assistência de saúde prestada à mulher durante o ciclo gravídico-puerperal, pois a assistência pronta, oportuna e adequada pode evitar a maioria dessas mortes". De acordo com o Ministério da Saúde (DATASUS, 2001), as mortes maternas correspondem a cerca de 6% dos óbitos de mulheres de 10 a 49 anos no Brasil. Em 1998, a razão de mortalidade materna foi de 63,4 por 100.000 nascidos vivos. Aplicando o fator de correção por subnotificação, no ano referido, tivemos aproximadamente 127 por cem mil nascidos vivos. Este valor nos aproxima dos países mais pobres da América Latina. Diz ainda o Dossiê da Rede Nacional de Saúde: "Entre as causas obstétricas diretas, o aborto é a quarta causa de óbito materno no país, o que demonstra a completa falência da assistência à população, visto que o planejamento familiar é um direito garantido na Constituição de 1988. A morte de mulheres por aborto indica que as ações de planejamento familiar não estão funcionando adequadamente. Associada a isso, existe a questão da criminalização do aborto, que contribui para agravar ainda mais o problema, ao obrigar as mulheres a realizar a interrupção da gravidez na clandestinidade, sob condições precárias de assistência".

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 110 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Ana Rita

EMENDA

28980012

EMENTA

Modifica iniciativa 02QR do objetivo 0715 do programa 2015

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.

INICIATIVA

02QR - (...) crianças e adolescentes mais vulneráveis e viabilizar a distribuição de anticoncepcionais de emergência através da Rede.

JUSTIFICATIVA

A gravidez indesejada e o abortamento continuam sendo uma das principais causa de mortalidade materna. As metas propostas estão previstas no II PNPM (Prioridades 3.3.1 e 3.3.2). O acesso fácil e gratuito do medicamento para contracepção de emergência contribuirá na redução da morte evitável das mulheres. Consta no Dossiê de Morte Materna da RedeSaúde: "A morte materna é um dos mais sensíveis indicadores das condições de vida de uma população e reflete, principalmente, a desarticulação, desorganização e qualidade inadequada da assistência de saúde prestada à mulher durante o ciclo gravídico-puerperal, pois a assistência pronta, oportuna e adequada pode evitar a maioria dessas mortes". De acordo com o Ministério da Saúde (DATASUS, 2001), as mortes maternas correspondem a cerca de 6% dos óbitos de mulheres de 10 a 49 anos no Brasil. Em 1998, a razão de mortalidade materna foi de 63,4 por 100.000 nascidos vivos. Aplicando o fator de correção por subnotificação, no ano referido, tivemos aproximadamente 127 por cem mil nascidos vivos. Este valor nos aproxima dos países mais pobres da América Latina. Diz ainda o Dossiê da Rede Nacional de Saúde: "Entre as causas obstétricas diretas, o aborto é a quarta causa de óbito materno no país, o que demonstra a completa falência da assistência à população, visto que o planejamento familiar é um direito garantido na Constituição de 1988. A morte de mulheres por aborto indica que as ações de planejamento familiar não estão funcionando adequadamente. Associada a isso, existe a questão da criminalização do aborto, que contribui para agravar ainda mais o problema, ao obrigar as mulheres a realizar a interrupção da gravidez na clandestinidade, sob condições precárias de assistência".

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Ana Rita

EMENDA: 28980013

EMENTA

Modifica iniciativa 02W3 do programa 2076

PROGRAMA

2076 - Turismo

OBJETIVO

0740 - Divulgar no exterior a imagem do país, seus produtos, destinos e serviços turísticos, bem como apoiar a internacionalização das empresas brasileiras do segmento.

INICIATIVA

02W3 - Promoção, marketing e apoio a comercialização para a divulgação do turismo brasileiro no mercado internacional, inclusive vinculadas ao combate ao turismo sexual - Plano Aquarela

JUSTIFICATIVA

A expectativa do Ministério do Turismo é passar de 5 milhões para 8 milhões de turistas estrangeiros em nosso país até 2011. O combate ao turismo sexual é uma prática que deve ser adotada por todos aqueles que atuam direta e indiretamente no setor turístico, bem como por toda a sociedade brasileira. Assim, a emenda pretende deixar explicito as ações vinculadas ao combate ao turismo sexual

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 112 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Ana Rita

EMENDA

28980024

EMENTA

Agricultura Familiar Programa 2012

PROGRAMA

2012 - Alteração do Indicador - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**5.612.803.000**	**20.219.130.000**
- Despesas Correntes	4.736.353.000	17.345.958.000
- Despesas de Capital	876.450.000	2.873.172.000
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**26.250.000.000**	**88.500.000.000**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	31.862.803.000	**108.719.130.000**
	140.581.933.000	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Durante décadas o campesinato brasileiro só chamou a atenção das autoridades do Estado quando foi causa de grandes conflitos, como, Canudos, Contestado, Cabanagem, Trombas e Formoso e Ligas Camponesas. De modo especial, a ação dos movimentos sociais, combinando a pressão dos conflitos de baixa intensidade e permanentes com a negociação política com setores do Estado, movendo outros sujeitos políticos do campo para formas semelhantes de mobilização social, provocou um conjunto de políticas públicas voltadas à realidade camponesa. Estas políticas foram ampliadas e intensificadas no período do Governo Lula. Algumas delas são instrumentos importantes para construção de Políticas de Estado realmente estratégicas, como o Seguro Agrícola, a Assistência Técnica, a Garantia de Preços e da Comercialização de Alimentos e as Compras Governamentais, entre outras. Mas todas enfrentam limites provocados pelo aumento das demandas e entraves próprios da política de prioridades do Estado e de suas políticas econômicas. O principal e mais massivo instrumento construído pelo Estado neste período foi o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), basicamente operado como linha de crédito, através do sistema bancário oficial. Embora desde seu início tenha apresentado limites, de modo especial para os setores mais empobrecidos, o PRONAF fez bem ao campesinato, pois ajudou na permanência no campo, no desenvolvimento das forças produtivas, no aumento da produção de alimentos e na melhoria da auto-estima dos moradores do campo, assim, destacando pontos que considero importantes: a) Ação decisiva do Estado. O principal objetivo da ação do Estado deve ser a preservação dinâmica de uma forma de vida, cultura, produção, convivência, conhecimentos tradicionais, relação com ecossistemas, acervos técnicos, próprios das comunidades e das formas de produção camponesas. São estratégicas para toda a sociedade por sua capacidade de produzir alimentos em várias circunstâncias adversas, de forma barata, sustentável, flexível, saudável, diversificada e permanente. É fundamental sempre, mas de modo especial para momentos e situações de crise. O agronegócio é incapaz deste tipo de respostas. Uma nação que pensa em si mesma, em sua soberania alimentar, tem o dever de preservar a base social

e cultural capaz de produzir alimentos básicos em qualquer conjuntura. Crise alimentar em escala mundial é um cenário provável. Os mecanismos de concorrência do mercado capitalista não resolvem e não levam em conta o conjunto das questões envolvidas na agricultura de pequeno porte. Pelo contrário, desmontam e destroem o tecido social camponês, suas comunidades e suas formas de existência, levando-os às periferias urbanas em condições degradantes. A maior parte dos recursos e da estrutura burocrática do Estado Brasileiro está a serviço do grande negócio agrícola. É preciso inverter esta lógica perversa. O Estado precisa políticas que regulem estas relações, criem estruturas e fontes de recursos, com acesso fácil e que protejam e estimulem formas de vida e produção que são estratégicas para a estabilidade social, econômica e ambiental da nação. b) Sem Medo de Subsidiar. Subsidiar a agricultura camponesa é o melhor investimento do estado e da sociedade para o bem comum de todos (disponibilidade de alimentos, segurança, habitação, saneamento, estrutura urbana, saúde, etc.) É muito mais barato garantir condições e meios de manutenção das famílias no campo do que resolver os problemas acumulados pelo êxodo rural nas periferias urbanas. É possível até perguntar: quem subsidia quem? Provavelmente é maior a geração de subsídio do trabalho camponês para o conjunto da sociedade do que o contrário. Pensemos, por exemplo, na farta oferta de alimentos baratos produzidos pelos camponeses e que abastecem o mercado interno (70% da oferta, conforme IBGE 2006) e que alimentam os trabalhadores do comércio, da indústria e serviços. É subsídio direto do campesinato para a sociedade, muitas vezes só servindo à acumulação do capital. Neste sentido é preciso que mudem algumas concepções econômicas reducionistas ainda incrustradas nas estruturas do Estado e nas escolas de economia. c) Sistema de Crédito. O sistema de crédito bancário é excludente, chega no máximo a 25% das famílias camponesas. E ainda induz a um crédito por produto, próprio dos monocultivos. A Agricultura Familiar Camponesa necessita crédito para a unidade familiar como um todo, para o os sistemas camponeses de produção, altamente diversificados. O crédito deve promover a produção diversificada, a unidade de produção e o cooperativismo de comercialização e industrialização, fomentar a produção de base ecológica, a mobilidade social e o acesso ao mercado de alimentos. Com acesso facilitado por parte da ampla maioria das famílias camponesas. Que seja maleável, respeitando as diversidades regionais e culturais. Que faça ligação, alimento meio ambiente energia, criando mecanismos vigorosos sob controle do estado e da sociedade, que garantam a entrada do país na nova fase energética da humanidade, com a redução das reservas fósseis e a crise do clima, construindo um modelo de produção no campo que equilibre a produção de Alimentos com a Preservação dos Recursos Naturais, com a diversificação dos sistemas de produção agropecuária, combinando com a produção de Energia proveniente da biomassa, do sol, do vento e de pequenos e médios aproveitamentos hidroelétricos, fortalecendo as condições para a soberania energética local e nacional. d) Mudança drástica no modelo científico e tecnológico utilizado no campo. É hora de iniciar uma mudança de paradigma científico e tecnológico para a relação com os meios naturais que servem de base à produção de alimentos, mas também ao equilíbrio ecológico. Para isto é fundamental valorizar o conhecimento tradicional e o controle social sobre seu uso, bem como a base genética (animal e vegetal) preservada pelo campesinato. Faz-se necessário desenvolver e aplicar tecnologias de base ecológica e sistemas de cultivos e criação de animais integrados aos biomas e aos ecossistemas, protegendo a biodiversidade, a capacidade produtiva do solo e a disponibilidade de água, controle públicos das sementes e do patrimônio genético em geral. Substituir os monocultivos extensivos por policultivos que garantam o abastecimento local e nacional e o equilíbrio ambiental, reduzindo a dependência dos insumos petroquímicos. O Agronegócio, monocultor e petrodependente (dependente em larga escala de insumos de fontes petrolíferas em todos os pontos de suas cadeias produtivas pneus, combustíveis, insumos, venenos, etc,), enfrentará limites e contradições brutais nos próximos anos, desde pressão de custos até limites tecnológicos. A Agricultura Camponesa, por sua história e cultura tem flexibilidade para superar estas contradições e limites para produzir alimentos com quantidade e qualidade suficientes para enfrentar a crise alimentar que se avizinha. e) Plano Nacional de Agroindustrialização Descentralizada. Apoio à construção de agroindústrias camponesas de pequeno e médio porte, diversificadas e interiorizadas, com recursos públicos subsidiados, constituindo sistemas agroindustriais integrados, permitindo avanços na agregação de valor e na melhoria da renda das famílias. É fundamental a alteração do sistema legal, hoje excludente e feito para garantir o monopólio de mercado. f) Sustentabilidade do Cooperativismo e Associativismo Camponês. Apoio público às cooperativas de base camponesa, com crédito, logística, capacitação, gestão profissional, gestão financeira, contabilidade, legislação, tributação, marketing, acesso a mercado, assistência técnica e outros meios que garantam a construção de vigorosos sistemas cooperativos camponeses que alavanquem o desenvolvimento das regiões rurais do país. g) Construção, Fortalecimento e ampliação das políticas de comercialização. De modo especial, o Estado precisa intervir no sistema de comercialização, armazenagem, formação de estoques, abastecimento popular e exportação. Construir políticas que deem apoio a estratégias de comercialização da produção camponesa, rumo a uma estratégia de abastecimento popular, com foco nos circuitos locais e regionais. Ampliação do PAA e PNAE. Apoio logístico. Aparelhamento das cooperativas e associações camponesas com a estrutura necessária para processos de comercialização. É preciso construir uma estrutura pública, estatal, parceira do campesinato, para garantir as estruturas de comercialização, armazenagem e estoques reguladores e estratégicos. A base desta estrutura pode ser a CONAB, preservada como uma conquista do povo brasileiro e que precisa e pode se tornar a Petrobras dos alimentos. h) Políticas de erradicação da pobreza no Campo. Políticas voltadas para o campo, com medidas que podem ser fomento para produção de auto-consumo, acesso a máquinas e ferramentas, sementes e demais condições para produzir, assessoramento técnico, educação, e outras melhorias nas condições de vida e produção. No Brasil temos uma área de 852,2 Milhões de hectares de terras, desta área, 102,1 milhões há são preservação ambiental; 128,5 milhões de hectares são terras indígenas; dessa área total, no INCRA estão registrados 420,4 milhões hectares de terras,

isso quer dizer que 199,2 milhões de hectares são terras devolutas, estando improdutiva, ou seja, não está gerando trabalho, podemos retirar 29,2 milhões de hectares dessa área de terras para áreas urbanas, rodovias, espaços que estão em água e etc, e sobrariam 170 milhões de hectares de terras agricultáveis. Sendo assim, percebemos uma agricultura de base familiar ainda com muitas necessidades, e com baixo volume de recursos, sem desconsiderar também os avanços obtidos pelos esforços que o Governo Federal tem realizado para garantir as melhorias do setor, precisamos ampliar os recursos da pequena agricultura. Pois, reconhecendo as propriedades com menos de 200 há como pequena, onde se encontra 91,9 % dos imóveis registrados, somando 29,2% das áreas de terras no Brasil, ou seja, 248,84 milhões de hectares que é responsável por 86,6% dos empregos gerados no campo (Fonte: IBGE, INCRA). Se avaliarmos os recursos disponíveis hoje, (16 bilhões de reais) para a agricultura familiar, percebemos ainda, que se pegarmos o valor e dividir pela área registrada, chegaremos a um frágil valor de pouco mais de R$ 64 reais por hectare, portanto, no que está proposto ao PPA 2012-2015 (R$ 93.721.290 bilhões) os avanços serão pequenos, e que pouco avançaremos nas políticas de enfrentamento a pobreza no campo. Por isso, solicito a elevação do valor no PPA 2012-2015 em 50% (cinquenta por cento), totalizando R$ 140.581.935 bilhões de reais.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 115 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Ana Rita

EMENDA

28980025

EMENTA

Alteração de indicador para identificar sexo e cor/etnia no acesso ao serviço jurídico gratuito do programa 2020

PROGRAMA

2020 - ALTERAÇÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Modifica o seguinte INDICADOR: INDICADOR ATUAL: Cidadão assistido com prestação jurídica gratuita INDICADOR PROPOSTO: Pessoa assistida com prestação jurídica gratuita, por sexo, cor/etnia, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2011". Ao especificar o sexo, cor/etnia e a área geográfica, se terá informações mais qualificadas que poderão melhor orientar a aplicação dos recursos e efetividade da política pública. Além do mais, apesar dos avanços relativos a redução da pobreza, o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo, onde os 20% de brasileiros/as mais ricos ficam com 60% da renda nacional e os 20% mais pobres, ficam com 2,85% de nossas riquezas. "A concentração de renda impede que grande parcela da população usufrua direitos constitucionalmente assegurados e universalmente reconhecidos como indispensáveis para promoção da dignidade humana. As desigualdades ainda são acentuadas num contexto permeado pela discriminação racial, de gênero, geracional e de orientação sexual, entre outras. Além do mais, as formas de distribuição e concentração do espaço territorial também estruturam as desigualdades no Brasil". É necessário pois, garantir a essa população excluída do desenvolvimento, o acesso gratuito à justiça para efetivar seus direitos.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 116 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Ana Rita

EMENDA

28980026

EMENTA

Inclui indicador para moradia coletiva para pessoas idosas, por sexo e cor/etnia no programa 2049

PROGRAMA

2049 - INCLUSÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Acrescentar INDICADOR: Percentual de pessoas atendidas em domicílios coletivos, por sexo e cor/raça, para o Brasil e segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação, Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". Em estudo do CFEMEA (Indicadores de Gênero e Raça no PPA 2008-2011, Capitulo 7 , autores: José Eustáquio Diniz Alves e Suzana Cavenaghi , Programa Habitação de Interesse Social) os pesquisadores José Eustáquio Diniz Alves e Suzana Cavenaghi sugeriram como cálculo para esse indicador: Cálculo: Número de mulheres (e homens) atendidos em domicílios coletivos particulares ou públicos dividido pelo total de pessoas idosas (60 anos ou mais) na categoria correspondente, por cor/raça (por cem). Ainda segundo os autores, o conceito desse indicador com periodiciade anual, é permitir: (...) monitorar se, ao longo dos anos cobertos pelo PPA, está havendo desigualdades no atendimento do programa às pessoas idosas com necessidades de habitação. Especialmente para as mulheres da terceira idade, que são a grande maioria das pessoas com mais de 60 anos, ¿ e principalmente entre a população mais pobre - o atendimento em instituições de longa permanência para idosos é de fundamental importância para a qualidade de vida destas pessoas e famílias.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 117 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Ana Rita

EMENDA

28980027

EMENTA

Inclui indicadores ao programa 2019 explicitando atendimento às mulheres, por grupo de cor/raça

PROGRAMA

2019 - INCLUSÃO DE INDICADORES - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Inclusão dos Indicadores: - Percentual de mulheres responsáveis legais pelo beneficio, por grupos de cor/raça, segundo grandes regiões. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". - Percentual de mulheres que são responsáveis legais pelo benefício e sem cônjuge/companheiro(a) por grupos de cor/raça, segundo grandes regiões. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". A inclusão dos indicadores propostos pretende garantir visibilidade aos grupos beneficiários do programa, permitindo ao Poder Público a formulação e implementação de políticas específicas e complementares, que possam contribuir para a redução das vulnerabilidades sociais e desenvolvimento de suas potencialidades. Os indicadores propostos são viáveis, na medida em que os dados primários estão disponíveis no Cadastro Único para Programas Sociais, que é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 118 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Ana Rita

EMENDA

28980028

EMENTA

Incluir indicador com número de creches e período de funcionamento no programa 2030

PROGRAMA

2030 - INCLUSÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Acrescenta o seguinte INDICADOR: - Número de creches existentes, por Grandes Regiões, Estados e Municípios e por período de funcionamento. Unidade de Medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2011". No jornal FEMEA, produzido pelo CFEMEA, de dezembro de 2009, foi publicada a matéria Falta de creches públicas sobrecarrega e empobrece as mulheres trabalhadoras que diz o seguinte: "O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM) tem como meta aumentar em 12% o número de crianças de zero a seis anos de idade freqüentando creche ou pré-escola na rede pública e construir 1.714 creches, entre 2008 e 2011. Mas, nesses dois últimos anos, foi feito muito pouco para cumprir a meta. Em 2009, foram gastos apenas 4,5% dos recursos previstos para a construção de creches (R$ 535 milhões). Nesse ritmo, o governo federal vai ficar muito longe de cumprir o compromisso firmado com as mulheres por meio do PNPM. Para 2010, está previsto cerca de R$ 1 bilhão. Nas famílias onde as crianças com até seis anos de idade estão em creche ou na pré-escola, a renda familiar por pessoa é 50% maior do que naquelas que não contam com essa opção, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001." Nas famílias mais pobres é que o impacto da oferta de creches e escolas é maior, segundo artigo da professora Bila Sorj, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nessas famílias, o salário das mães é 35% maior quando elas contam com educação para seus filhos, por causa da liberação de tempo (até duas horas diárias) para o trabalho remunerado. Nas famílias mais ricas, o aumento no salário cai para cerca de 14% e a jornada permanece igual. "Assim, podemos concluir que o grupo de renda que mais se beneficia do acesso à educação infantil são os pobres", diz Bila em seu artigo, para concluir: "Dessa maneira, a ampliação dos investimentos públicos na educação infantil deve ser considerada uma prioridade na agenda das políticas públicas voltadas à promoção de equidade de gênero". A meta no PPA 2012-2015 de 6.000 creches é quatro vezes ao que se tinha previsto no II PNPM, mas é preciso garantir que essa meta será cumprida. Esse ano de 2011 quantas creches foram inauguradas? Quantas estão em funcionamento em tempo integral, inclusive nas férias escolares? Quantas creches funcionam no

período noturno? Essas seis mil serão realizadas a média de 1500 por ano? A Ação orçamentária 09CW - APOIO A REESTRUTURACAO DA REDE FISICA PUBLICA DA EDUCACAO BASICA do Programa: 1448 - QUALIDADE NA ESCOLA que tem autorizado na LOA 2011, R$ 657,6 milhões até o dia 22/09/2011, empenhou só 61,9% (R$406,8 milhões) e liquidou apenas R$104.4 milhões, que representam 15,9% dos recursos autorizados para o corrente ano. Para que a sociedade possa melhor monitorar a realização dessa meta de 6000 creches é que se propõe o indicador com divulgação trimestral.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 120 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Ana Rita

EMENDA

28980029

EMENTA

Incluir indicadores para identificar a particip de mulheres e pop negra no acesso ao crédito e ATER

PROGRAMA

2012 - INCLUSÃO DE INDICADORES - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Incluam-se os seguintes INDICADORES - Taxa de atendimento a beneficiários do Programa, por sexo, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". - Taxa de atendimento aos beneficiários do Programa, por cor/raça e enquadramento, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". - Percentual de egressos das ações de ATER, por sexo, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". - Número de pessoas com acesso ao crédito agrícola, por volume de recursos, por sexo, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de Medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2011". As metas do Programa de Agricultura Familiar bem como seus objetivos especificam claramente o opção de incluir a população feminina em suas ações. Entretanto os indicadores que servirão de base para a avaliação do Programa não trazem nenhuma indicação do sexo ou cor de seus beneficiários, daí a proposta de acréscimo desses três indicadores que permitirão, respectivamente: a. identificar a participação das mulheres na distribuição dos recursos do Programa, seja como principal beneficiária do Programa, seja na condição de cônjuge (2º titular); b. avaliar a distribuição dos recursos do Programa segundo a cor/raça dos beneficiários e sua representatividade em cada grupo de acesso do PRONAF; c. Medir a participação dos agricultores familiares homens e mulheres nas ações de ATER. O outro indicador proposto visa avaliar se as metas (que especificam o atendimento às mulheres rurais em 30 e 35%) previstas nos objetivos: ¿ OBJETIVO: 0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços. ¿ OBJETIVO: 0759 - Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar foram alcançadas como previsto no Programa. O valor de referência do indicador Disponibilização de recursos pelo Plano Safra da Agricultura Familiar é de R$16 bilhões de reais e,

observada a orientação geral das metas do Programa que estimam a participação das mulheres de 30% a 35% nas ações, nesses recursos então se teria R$5 bilhões a serem destinados preferencialmente as mulheres rurais.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 122 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Ana Rita

EMENDA

28980030

EMENTA

Inclusão de indicador ao programa 2069

PROGRAMA

2069 - INCLUSÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Inclusão de Indicador: - População residente, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, por tipo de insegurança alimentar, segundo sexo, grupos de idade, cor ou raça. Unidade de Medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2011". O indicador proposto possibilita a identificação dos grupos populacionais mais vulneráveis relativamente a dimensão da segurança alimentar e nutricional e assim a adoção de políticas públicas que considerem tais especificidades. Ressalte-se que o IBGE tem realizado periodicamente, no âmbito da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios pesquisas que possibilitam o acompanhamento do indicador proposto, como em 2004 e 2009.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 123 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Ana Rita

EMENDA

28980031

EMENTA

Inclusão de indicadores no programa 2016

PROGRAMA

2016 - INCLUSÃO DE INDICADORES - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Incluam-se os seguintes INDICADORES: - Taxa de Homicídio de Mulheres, por cor/etnia, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de Medida %, Data de Referência 01/01/2011. - Participação das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA). Unidade de medida %, Data de Referência 01/01/2011. Nos últimos anos o Governo federal aumentou ano a ano o gasto com o seu programa de combate à violência contra as mulheres. Em 1998 liquidou R$362 648,00 e em 2008 esse valor foi de R$ 25 378 902,00, mas a taxa de homicídios femininos continuou inalterada (de 4,27 para 4,17) no período. A alocação de recursos financeiros dos governos e a criação de mecanismos de combate à violência contra as mulheres e de normas legais específicas, como a Lei Maria da Penha, que já tem 5 anos, não foram suficientes para diminuir os homicídio de mulheres. Conforme registra o Mapa da Violência, no período entre 1998 e 2008, foram assassinadas no país 42 mil mulheres em um ritmo que acompanhou quase estritamente o crescimento da população feminina, de forma tal que as taxas anuais do período rondaram sempre os 4,25 homicídios para cada 100 mil mulheres. Número e taxas de homicídio feminino.Brasil. 1998/2008. Ano Homicídios Taxa 1998 3.503 4,27 1999 3.536 4,26 2000 3.743 4,34 2001 3.851 4,40 2002 3.867 4,36 2003 3.937 4,38 2004 3.830 4,21 2005 3.884 4,15 2006 4.022 4,24 2007 3.772 3,92 2008 4.023 4,17 Total 41.968 4,25 Fonte: SIM/SVS/MS O Mapa traz ainda as informações dos homicídios por Estado: Número e taxas de homicídios femininos. Brasil, 1998-2008 UF/Região Número de homicídios Taxas de homicídio Var % 1998 2008 1998 2008 Acre 12 14 4,7 4,1 -12,1 Amapá 12 13 5,7 4,3 -25,9 Amazonas 54 63 4,3 3,8 -11,9 Pará 66 164 2,3 4,5 95,4 Rondônia 45 39 7,3 5,3 -27,1 Roraima 12 15 9,5 7,7 -19,3 Tocantins 19 21 3,5 3,3 -5,3 Norte 220 329 3,8 4,4 16,9 Alagoas 44 83 3,2 5,2 62,4 Bahia 100 308 1,5 4,2 173,9 Ceará 56 118 1,6 2,7 75,3 Maranhão 29 81 1,1 2,6 137,6 Paraíba 41 85 2,4 4,4 87,1 Pernambuco 277 298 7,1 6,6 -7,1 Piauí 20 40 1,4 2,5 75,5 R G Norte 20 60 1,5 3,8 154,0 Sergipe 14 35 1,6 3,4 110,8 Nordeste 601 1.108 2,6 4,1 59,6 Espírito Santo 165 191 11,3 10,9 -3,6 Minas Gerais 195 372 2,3 3,7 64,1 Rio de Janeiro 563 372 7,9 4,5 -43,3 São Paulo 1.036 666 5,8 3,2 -45,3 Sudeste 1.959 1.601 5,6 3,9 -30,2

Paraná 179 307 3,8 5,7 49,2 R G Sul 181 216 3,6 3,9 8,1 Sta Catarina 67 86 2,7 2,8 6,0 Sul 427 609 3,5 4,4 24,7 Distr Federal 59 72 5,9 5,4 -8,6 Goiás 72 161 3,0 5,5 79,6 Mato Grosso 94 84 8,3 5,8 -30,5 Mato G do Sul 71 59 7,2 5,0 -29,6 Centro-Oeste 296 376 5,4 5,4 1,0 Brasil 3.503 4.023 4,3 4,2 -2,4 Fonte: SIM/SVS/MS Em recente estudo publicado, o CFEMEA alerta para as diferenças de homicídios das mulheres brancas e negras. A pedido do CFEMEA, o pesquisador Julio Jacobo Waiselfisz elaborou informações que mostram que, desde 2003, o número de homicídios de mulheres brancas vem caindo, enquanto o de mulheres negras aumenta: Taxas (em 100 mil) Vitimização (Indica em que proporção morreram mais mulheres negras do que brancas) (%) Brancas Negras 3,2 4,7 45,7 Fonte: SIM/SVS/MS. Elaboração: Julio Jacobo Waiselfis Diz Ana Claudia Pereira, Consultora do CFEMEA: Isso quer dizer que morreram, somente em 2008, 45,7% mais mulheres negras do que brancas. Essa diferença, além de muito preocupante, sugere que a aplicação de leis e políticas públicas para acabar com a violência de forma diferente para brancas e negras. É necessário que o poder público e a academia investiguem essas desigualdades para explicar melhor porque ela ocorre dessa forma e criar mecanismos para que as mulheres negras também tenham seus direitos garantidos. A apuração do indicador proposto auxiliará no diagnóstico da situação e indicará medidas regionais e locais a serem adotadas pelos governos para reduzir os homicípios femininos que na maioria das vezes é praticado no próprio domicílio da vítima. O outro indicador proposto, medirá a eficácia das medidas do Plano Mais Brasil a para a autonomia econômica as mulheres. A análise da participação das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA) mostrará se as medidas de criação de infra-estrutura social colocadas no PPA tiveram as consequencias esperadas de aumentar a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Ana Rita

EMENDA

28980032

EMENTA

Modifica indicador do programa 2029

PROGRAMA

2029 - ALTERAÇÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

INDICADOR MODIFICADO: - Participantes sócios em empreendimentos econômicos Solidários , segundo sexo, cor/raça. Unidade de Medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2008", Índice de Referência "1.687.035". A especificação de sexo, raça/cor nos indicadores vinculados aos empreendimentos econômicos solidários é fundamental para a formulação e implementação das políticas públicas orientadas à igualdade de gênero, raça/etnia no mundo do trabalho. O indicadores sociais e econômicos disponíveis evidenciam, conforme explicita a própria Mensagem Presidencial as desigualdades de gênero raça e etnia no mundo do trabalho. Segundo II PNPM "as desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros".Para reverter tal quadro de injustiça é preciso acompanhar a partir dos parâmetros propostos a execução das políticas públicas direcionadas aos empreendimentos econômicos solidários.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 126 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Ana Rita

EMENDA

28980033

EMENTA

Modifica indicadores do programa 2071

PROGRAMA

2071 - ALTERAÇÃO DE INDICADORES - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Modifica os seguintes INDICADORES: - Clientes ativos do microcrédito produtivo orientado, segundo, sexo, raça/cor. Unidade de medida "unidade", Data de Referência "01/01/2011". - Operações realizadas de microcrédito produtivo orientado segundo, sexo, raça/cor. Unidade de medida "unidade" e "R$1,00", Data de Referência "01/01/2011". - Volume de crédito concedido para microcrédito produtivo Orientado, segundo segundo, sexo, raça/cor do responsável ou predominante no grupo. Unidade de medida "R$1,00", Data de Referência "01/01/2011". A especificação de sexo, raça/cor nos indicadores vinculados ao microcrédito produtivo orientado é fundamental para a formulação e implementação das políticas públicas orientadas à igualdade de gênero, raça/etnia no mundo do trabalho. O indicadores sociais e econômicos disponíveis evidenciam, conforme explicita a própria Mensagem Presidencial as desigualdades de gênero raça e etnia no mundo do trabalho. Segundo II PNPM ¿as desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros¿.Para reverter tal quadro de injustiça é preciso acompanhar a partir dos parâmetros propostos a execução das políticas públicas de microcrédito produtivo orientado.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Ana Rita	28980034

EMENTA TEXTO

Acrescenta parágrafos ao Art. 16

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Modificativa	Artigo 16

TEXTO PROPOSTO

Art. 16. O Poder Executivo promoverá a participação da sociedade no processo de monitoramento dos Programas do PPA2012-2015.
§ 1º. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão coordenará o Sistema Público de Monitoramento do PPA que terá efetiva participação social e transparência das informações
§ 2º. Caberá ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão disponibilizar, na internet, a execução orçamentária dos Programas do PPA e anualmente, o quantitativo alcançado de cada meta prevista, inclusive a posição das metas qualitativas especificadas, e a evolução dos indicadores, quando couber.
§ 3º. Caberá à Secretaria Geral da Presidência da República coordenar e viabilizar a divulgação, no Sistema Público de Monitoramento do PPA, das informações dos Conselhos de Controle Social e as deliberações das Conferências Nacionais e sua interface, no que couber, com os Programas Temáticos e Metas do PPA.
§ 4º O Fórum Interconselhos deverá compor o Sistema Público de Monitoramento do PPA, devendo se reunir no mínimo uma vez a cada semestre para monitorar a execução do PPA 2012-2015.

JUSTIFICATIVA

O Governo Federal realizou em maio último o Fórum Interconselhos, do qual participaram 400 pessoas: 285 representantes vinculados a 34 conselhos nacionais, dois comissões e CDES; 85 representantes de entidades regionais não representadas nos conselhos setoriais e representantes do Ministério do Planejamento, da Secretaria Geral e da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. Na oportunidade foi distribuída a Cartilha de Orientação para as Consultas à Sociedade sobre o Ciclo de Gestão do PPA 2012-2015 que traz a seguinte afirmação: "O PPA 2012-2015 será orientado, dentre outras características, por um amplo processo participativo, cuja finalidade é a de que o Plano seja um importante instrumento de interação entre o Estado e o cidadão, com vistas à efetividade das políticas públicas." Esse novo espaço de debate proposto pelo Governo federal, chamado de Fórum Inter Conselhos, para não repetir as experiências frustradas de participação social que ocorreram nos dois últimos PPAs (2004-2007 e 2008-2011), necessitará de informações oficiais e atualizadas sobre o gasto público e a execução das metas definidas pelo governo para cada Programa do PPA 2011-2015 - Plano Mais Brasil O Art 16 do Projeto de Lei 29/2011-CN não especifica quais órgãos do Executivo serão os responsáveis pela divulgação e transparência das informações indispensáveis para que a sociedade possa participar do processo e nem tão pouco define os meios de divulgação desses dados. Também os mecanismos para garantir a participação social no monitoramento do PPA e execução da LOA, não estão citados. Os acréscimos dos parágrafos ao artigo 16 vêm suprir essas deficiências ao definir os órgãos do Poder Executivo responsáveis pela sistematização e divulgação das informações (MPOG) e que garantirão (SG/PR) que os mecanismos hoje existentes: conselhos de controle social e conferências nacionais tenham suas decisões melhor incorporadas às peças orçamentárias da União. O Sistema Público de Monitoramento, contando pelo menos com o Fórum Interconselhos para monitoramento periódico e sistemático do PPA, além da divulgação ampla de informações pela internet sobre a execução das políticas governamentais previstas no PPA vai fornecer as condições básicas para uma efetiva participação social no monitoramento das políticas públicas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Ana Rita	28980035

EMENTA TEXTO

Acrescenta parágrafos ao Art. 16

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Modificativa	Artigo 16

TEXTO PROPOSTO

Art. 16. O Poder Executivo promoverá a participação da sociedade no processo de monitoramento dos Programas do PPA2012-2015.
§ 1º. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão coordenará o Sistema Público de Monitoramento do PPA que terá efetiva participação social e transparência das informações
§ 2º. Caberá ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão disponibilizar, na internet, a execução orçamentária dos Programas do PPA e anualmente, o quantitativo alcançado de cada meta prevista, inclusive a posição das metas qualitativas especificadas, e a evolução dos indicadores, quando couber.
§ 3º. Caberá à Secretaria Geral da Presidência da República coordenar e viabilizar a divulgação, no Sistema Público de Monitoramento do PPA, das informações dos Conselhos de Controle Social e as deliberações das Conferências Nacionais e sua interface, no que couber, com os Programas Temáticos e Metas do PPA.
§ 4º O Fórum Interconselhos deverá compor o Sistema Público de Monitoramento do PPA, devendo se reunir no mínimo uma vez a cada semestre para monitorar a execução do PPA 2012-2015.

JUSTIFICATIVA

O Governo Federal realizou em maio último o Fórum Interconselhos, do qual participaram 400 pessoas: 285 representantes vinculados a 34 conselhos nacionais, dois comissões e CDES; 85 representantes de entidades regionais não representadas nos conselhos setoriais e representantes do Ministério do Planejamento, da Secretaria Geral e da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. Na oportunidade foi distribuída a Cartilha de Orientação para as Consultas à Sociedade sobre o Ciclo de Gestão do PPA 2012-2015 que traz a seguinte afirmação: "O PPA 2012-2015 será orientado, dentre outras características, por um amplo processo participativo, cuja finalidade é a de que o Plano seja um importante instrumento de interação entre o Estado e o cidadão, com vistas à efetividade das políticas públicas." Esse novo espaço de debate proposto pelo Governo federal, chamado de Fórum Inter Conselhos, para não repetir as experiências frustradas de participação social que ocorreram nos dois últimos PPAs (2004-2007 e 2008-2011), necessitará de informações oficiais e atualizadas sobre o gasto público e a execução das metas definidas pelo governo para cada Programa do PPA 2011-2015 - Plano Mais Brasil O Art 16 do Projeto de Lei 29/2011-CN não especifica quais órgãos do Executivo serão os responsáveis pela divulgação e transparência das informações indispensáveis para que a sociedade possa participar do processo e nem tão pouco define os meios de divulgação desses dados. Também os mecanismos para garantir a participação social no monitoramento do PPA e execução da LOA, não estão citados. Os acréscimos dos parágrafos ao artigo 16 vêm suprir essas deficiências ao definir os órgãos do Poder Executivo responsáveis pela sistematização e divulgação das informações (MPOG) e que garantirão (SG/PR) que os mecanismos hoje existentes: conselhos de controle social e conferências nacionais tenham suas decisões melhor incorporadas às peças orçamentárias da União. O Sistema Público de Monitoramento, contando pelo menos com o Fórum Interconselhos para monitoramento periódico e sistemático do PPA, além da divulgação ampla de informações pela internet sobre a execução das políticas governamentais previstas no PPA vai fornecer as condições básicas para uma efetiva participação social no monitoramento das políticas públicas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 129 de 2315

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Ana Rita	28980036

EMENTA TEXTO

Altera a redação do inciso I do art. 4º

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Modificativa	Artigo 4 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

Art. 4º O PPA 2012-2015 terá como diretrizes:
I - a redução das desigualdades sociais, de gênero, étnico-racial e regionais;

JUSTIFICATIVA

A emenda pretende incorporar entre as diretrizes do Plano Plurianual 2012-2015 a redução das desigualdades de gênero e étnico-racial, que conforme dados constantes na Mensagem Presidencial que o encaminha, ainda são persistentes e estruturantes da exclusão social no Brasil "Nos últimos anos, o processo de inclusão social e redução das desigualdades retirou milhões de brasileiros da pobreza. Todavia, o perfil daqueles que ainda se encontram em situação de extrema pobreza indica que há segmentos mais vulneráveis, como a populações feminina e negra." Vale lembrar que nos dois últimos Planos, tal diretriz esteve explicita de forma enfática. No Plano Plurianual 2004-2007 as desigualdades manifestadas nas dimensões raciais e de gênero foram incorporadas como fatores que aumentam a injustiça e a exclusão social: "Tal registro é necessário para rompermos com a visão que nega a existência do racismo e discriminação da mulher como fator que aumenta a injustiça e a exclusão social." A incorporação da garantia da transversalidade de gênero, raça/etnia na formulação e implementação do conjunto das políticas públicas era uma das diretrizes gerais presentes no PPA 2004/2007. Dois desafios estavam colocados: Desafio 8: Promover a Redução das Desigualdades Raciais, com Ênfase na Valorização Cultural das Etnias Desafio 9: Promover a Redução das Desigualdades de Gênero, com Ênfase na Valorização das Diferentes Identidades No PPA 2008-2011 tais dimensões estão presentes no desafio "Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos", sendo explicitado "... a perspectiva de promoção da igualdade de gênero e raça deve estar presente na elaboração, execução e monitoramento de todas as políticas de governo, incorporada como princípio gerador de democracia, desenvolvimento e paz social." A emenda, portanto, vem resgatar tais dimensões estruturantes das desigualdades e da injustiça social no Brasil, entre as diretrizes do Plano Plurianual 2012-2015.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 130 de 2315

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Ana Rita	28980037

EMENTA TEXTO

Altera a redação do inciso I do art. 4º

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Modificativa	Artigo 4 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

Art. 4º O PPA 2012-2015 terá como diretrizes:
I - a redução das desigualdades sociais, de gênero, étnico-racial e regionais;

JUSTIFICATIVA

A emenda pretende incorporar entre as diretrizes do Plano Plurianual 2012-2015 a redução das desigualdades de gênero e étnico-racial, que conforme dados constantes na Mensagem Presidencial que o encaminha, ainda são persistentes e estruturantes da exclusão social no Brasil "Nos últimos anos, o processo de inclusão social e redução das desigualdades retirou milhões de brasileiros da pobreza. Todavia, o perfil daqueles que ainda se encontram em situação de extrema pobreza indica que há segmentos mais vulneráveis, como a populações feminina e negra." Vale lembrar que nos dois últimos Planos, tal diretriz esteve explicita de forma enfática. No Plano Plurianual 2004-2007 as desigualdades manifestadas nas dimensões raciais e de gênero foram incorporadas como fatores que aumentam a injustiça e a exclusão social: "Tal registro é necessário para rompermos com a visão que nega a existência do racismo e discriminação da mulher como fator que aumenta a injustiça e a exclusão social." A incorporação da garantia da transversalidade de gênero, raça/etnia na formulação e implementação do conjunto das políticas públicas era uma das diretrizes gerais presentes no PPA 2004/2007. Dois desafios estavam colocados: Desafio 8: Promover a Redução das Desigualdades Raciais, com Ênfase na Valorização Cultural das Etnias Desafio 9: Promover a Redução das Desigualdades de Gênero, com Ênfase na Valorização das Diferentes Identidades No PPA 2008-2011 tais dimensões estão presentes no desafio "Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos", sendo explicitado "... a perspectiva de promoção da igualdade de gênero e raça deve estar presente na elaboração, execução e monitoramento de todas as políticas de governo, incorporada como princípio gerador de democracia, desenvolvimento e paz social." A emenda, portanto, vem resgatar tais dimensões estruturantes das desigualdades e da injustiça social no Brasil, entre as diretrizes do Plano Plurianual 2012-2015.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 131 de 2315

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Ana Rita	28980038

EMENTA TEXTO

Suprime o inciso III, do § 5º, do art. 19, renumerando-se os demais

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Supressiva	Artigo 19 Parágrafo 5 Inciso III

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de lei do PPA 2012-2015 autoriza o Poder Executivo a alterar alguns atributos dos programas no decorrer do processo de implementação do Plano Plurianual. De fato, é preciso garantir algum grau de flexibilidade, na medida em que o Plano tem uma duração de 4 anos e a dinâmica de mudanças nos cenários e nos processos de execução das políticas públicas, requerem, para além da possibilidade de revisão anual, algum grau de autonomia do Poder Executivo, que viabilize uma adequação da sua programação. Mas, é preciso também que o Poder Legislativo garanta, nas alterações que envolvam mérito, a sua autorização específica. É o caso do atributo META. Assim, a presente emenda visa excluir a autorização para sua alteração no âmbito do Poder Executivo.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 132 de 2315

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Ana Rita	28980039

EMENTA TEXTO

Suprime o inciso III, do § 5º, do art. 19, renumerando-se os demais

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Supressiva	Artigo 19 Parágrafo 5 Inciso III

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de lei do PPA 2012-2015 autoriza o Poder Executivo a alterar alguns atributos dos programas no decorrer do processo de implementação do Plano Plurianual. De fato, é preciso garantir algum grau de flexibilidade, na medida em que o Plano tem uma duração de 4 anos e a dinâmica de mudanças nos cenários e nos processos de execução das políticas públicas, requerem, para além da possibilidade de revisão anual, algum grau de autonomia do Poder Executivo, que viabilize uma adequação da sua programação. Mas, é preciso também que o Poder Legislativo garanta, nas alterações que envolvam mérito, a sua autorização específica. É o caso do atributo META. Assim, a presente emenda visa excluir a autorização para sua alteração no âmbito do Poder Executivo.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 133 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Ana Rita

EMENDA

28980014

EMENTA

Alteração da meta 0869 do programa 2071

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0869 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Viabilizar informações desagregadas por sexo e raça/cor dos registros administrativos e banco de dados dos órgãos da administração federal responsáveis por políticas públicas de geração de trabalho, emprego e renda e combate à pobreza	(...) combate à pobreza e de seus agentes operadores dos processos de qualificação e concessão de crédito, etc.

JUSTIFICATIVA

A especificação de sexo, raça/cor nos indicadores vinculados ao microcrédito produtivo orientado é fundamental para a formulação e implementação das políticas públicas orientadas à igualdade de gênero, raça/etnia no mundo do trabalho. Por isso, é necessário que os registros administrativos dos agentes operadores dos processos de qualificação e concessão de crédito também viabilizem tal desagregação das informações.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Ana Rita

EMENDA

28980015

EMENTA

Alteração de meta no programa 2029 para incluir prioridade para mulheres e população negra

PROGRAMA

2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

OBJETIVO

0983 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Promover a formação e capacitação social e profissional de 10.000 trabalhadores para a economia solidária	Promover a formação e capacitação social e profissional de 10.000 trabalhadores para a economia solidária com prioridade para mulheres e população negra

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Centro-Oeste		
Região Nordeste		
Região Norte		
Região Sudeste		
Região Sul		

JUSTIFICATIVA

Segundo o II PNPM é no espaço do trabalho onde as discriminações e as desigualdades étcnico-raciais e de gênero se tornam ainda mais evidentes. "Às desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros. Destaque-se, ainda, que são as mulheres negras que sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça/etnia. Esta interseccionalidade contribui para criar um ordenamento social que coloca no topo os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras. Dentre todos, são elas que vivenciam na escala inferior da pirâmide social as piores condições de trabalho, as que recebem os menores rendimentos, as que mais sofrem com o desemprego e as que mais estabelecem relações informais (e sua conseqüente ausência de proteção social, tanto presente quanto futura) e as que ocupam posições de menor prestígio na hierarquia profissional." Assim, é imprescindível que o as políticas vinculadas a capacitação social e profissionais dos trabalhadores para a economia solidária contribuam para a igualdade de gênero, raça e etnia no mundo do trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 135 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Ana Rita

EMENDA

28980016

EMENTA

Inclui e modifica metas e altera o texto do objetivo 0287 do programa 2071

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0287 - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho, na perspectiva da igualdade de gênero, raça e etnia.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Adoção de critérios para oferecimento de cursos que considerem a perspectiva da igualdade de gênero no mundo do trabalho

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Incluir na metodologia de 100% dos cursos de qualificação social e profissional ofertados a perspectiva de gênero, raça e etnia

Descrição do PL	Descrição Proposta
Ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional e a orientação profissional associadas à concessão de crédito produtivo para o autoemprego e para empreendimentos econômicos solidários	No mínimo dobrar a oferta de vagas em cursos de qualificação (...) solidários, garantindo estrutura de suporte que possibilitem especialmente a participação das mulheres chefes de família

JUSTIFICATIVA

A alteração de meta visa garantir que no mínimo o governo federal dobre a oferta de vagas, garantindo suporte que possibilitem as mulheres chefes de família acessarem tal política, como creches, brinquedotecas, transporte, lanche, entre outros. A inclusão das metas visam promover a igualdade de gênero e etnico-racial nas relações de trabalho e na definição dos processos de qualificação social e profissional.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 136 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Ana Rita

EMENDA

28980017

EMENTA

Inclui metas ao objetivo 0715 do programa 2015

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0715 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

36000 - Ministério da Saúde

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Adquirir e distribuir em toda rede de Farmácia Popular, métodos anticoncepcionais reversíveis, incluindo anticoncepcionais de emergência.

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Ampliar a rede de distribuição de anticoncepcionais de emergência para o "Aqui tem Farmácia Popular" e efetivar a distribuição nos locais da Rede Cegonha com as equipes do PSF

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Veicular ampla campanha publicitária com os locais de distribuição de anticoncepcionais

JUSTIFICATIVA

A gravidez indesejada e o abortamento continuam sendo uma das principais causa de mortalidade materna. As metas propostas estão previstas no II PNPM (Prioridades 3.3.1 e 3.3.2). O acesso fácil e gratuito do medicamento para contracepção de emergência contribuirá na redução da morte evitável das mulheres. Consta no Dossiê de Morte Materna da Rede Saúde: "A morte materna é um dos mais sensíveis indicadores das condições de vida de uma população e reflete, principalmente, a desarticulação, desorganização e qualidade inadequada da assistência de saúde prestada à mulher durante o ciclo gravídico-puerperal, pois a assistência pronta, oportuna e adequada pode evitar a maioria dessas mortes". De acordo com o Ministério da Saúde (DATASUS, 2001), as mortes maternas correspondem a cerca de 6% dos óbitos de mulheres de 10 a 49 anos no Brasil. Em 1998, a razão de mortalidade materna foi de 63,4 por 100.000 nascidos vivos. Aplicando o fator de correção por subnotificação, no ano referido, tivemos aproximadamente 127 por cem mil nascidos vivos. Este valor nos aproxima dos países mais pobres da América Latina. Diz ainda o Dossiê da Rede Nacional de Saúde: "Entre as causas obstétricas diretas, o aborto é a quarta causa de óbito materno no país, o que demonstra a completa falência da assistência à população, visto que o planejamento familiar é um direito garantido na Constituição de 1988. A morte de mulheres por aborto indica que as ações de planejamento familiar não estão funcionando adequadamente. Associada a isso, existe a questão da criminalização do aborto, que contribui para agravar ainda mais o problema, ao obrigar as mulheres a realizar a interrupção da gravidez na clandestinidade, sob condições precárias de assistência".

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 137 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Ana Rita

EMENDA

28980018

EMENTA

Inclui metas no programa 2037

PROGRAMA

2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

OBJETIVO

0282 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Induzir os municípios com mais de 100 mil habitantes e estados a ampliarem a oferta de serviços de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos(as) e suas famílias

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Induzir os municípios com mais de 100 mil habitantes e estados a ampliarem a rede pública de serviços de acolhimento

JUSTIFICATIVA

A inclusão das metas relativas à ampliação dos serviços de proteção social especial, está vinculado a garantia dos direitos de cidadania no campo da política pública de assistência social, conforme estabelece a Constituição Federal. As novas metas dialogam também com a prioridade estratégica do movimento de mulheres de garantir que o Estado cumpra seu papel no oferecimento de infraestrutura social, particularmente da infraestrutura para a economia do cuidado. Estudo da CEPAL indica que o ponto cego das políticas públicas na America Latina está na redistribuição das tarefas de cuidado entre o Estado, o mercado e as famílias. E nesse ponto as desigualdades de gênero são evidentes. Segundo jornal Fêmea jul/set/2011, "O cuidado no Brasil ainda é um problema de esfera privada, cuja solução recai, quando não exclusivamente, no mínimo desproporcionalmente, sobre as mulheres". Na mesma edição, Alícia Bárcena, Secretária Executiva da CEPAL, afirma que não será possível conseguir igualdade para as mulheres enquanto não for resolvida a carga de trabalho não remunerado e de cuidados que recai historicamente sobre as mulheres.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 138 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Ana Rita

EMENDA

28980019

EMENTA

Insere meta no objetivo 0738 do programa 2076

PROGRAMA

2076 - Turismo

OBJETIVO

0738 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

54000 - Ministério do Turismo

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Qualificar 186.750 gestores e profissionais da cadeia produtiva do turismo, com prioridade para mulheres e população negra

JUSTIFICATIVA

O turismo é um segmento econômico com grande potencial de crescimento, inclusive pelos impulsos advindos da realização de grandes eventos internacionais como a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016. Nesse sentido, seu crescimento deve estar afinado com a perspectiva da igualdade de gênero e raça e etnia. Por isso é fundamental que seja garantida a prioridade para mulheres e população negra, fazendo do turismo um ¿importante indutor da inclusão social. Uma inclusão que pode ser alcançada por duas vias: a da produção, por meio da criação de novos postos de trabalho, ocupação e renda, e a do consumo, com a absorção de novos turistas no mercado interno¿, conforme estabelece o Plano Nacional de Turismo. È preciso ampliar a presença das mulheres, negros e negras nas atividades econômicas dos megaeventos esportivos, iniciativas de empreendedorismo, incentivo ao turismo e ao artesanato, enfim, o acesso à toda cadeia produtiva do turismo.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 139 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Ana Rita

EMENDA

28980020

EMENTA

Mobilidade Urbana e Trânsito

PROGRAMA

2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

OBJETIVO

0574 - LIMITAÇÃO DO SISTEMA - VER JUSTIFICATIVA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Investir R$ 18 bilhões em empreendimentos que visem dotar os centros urbanos de sistemas de transporte público coletivo de forma sustentável e amplamente acessível	Investir R$18,5 bilhões em empreendimentos que visem dotar os centros urbanos de sistemas de transporte público coletivo de forma sustentável e amplamente acessível

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Municípios-sede de Regiões Metropolitanas acima de 3 milhões de habitantes e Distrito Federal.		
Municípios entre 1 e 3 milhões de habitantes		
Municípios entre 700 mil e 1 milhão de habitantes		

JUSTIFICATIVA

O sistema de transporte coletivo de Vitória, proposto pelo Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana da Grande Vitória - PDTMU é configurado por uma solução que contempla duas tecnologias que deverão operar de forma integrada, a do VLT e a do ônibus. O PDTMU recomenda que o sistema estrutural de transporte coletivo da cidade de Vitória deverá ser baseado na tecnologia do VLT (Veículo Leve Sobre Trilhos) configurando um novo patamar tecnológico do sistema. Esse sistema estrutural deverá operar de maneira associada a sistemas complementares de ônibus metropolitanos e municipais. Devido às características do VLT, de ampla capacidade, economia de escala, sistema modulável e evolutivo em capacidade, e às características das demandas estruturais da RMGV, recomenda-se que o projeto seja elaborado com abrangência espacial metropolitana atendendo os municípios da Serra, Vila Velha, Cariacica e Viana. A configuração da rede viária urbana de Vitória e as restrições existentes para sua expansão, quando analisados frente às perspectivas de crescimento da demanda, determinam a conveniência do sistema VLT nos eixos viários estruturais, e não a do Corredor de Ônibus. Embora ambos sistemas, corredor de ônibus e VLT, proporcionem capacidades suficientes para atendimento das demandas previstas no horizonte do PDTMU, a proposta de projeto do VLT definida pelo PDTMU, resulta em melhor aproveitamento dos limitados espaços viários existentes e agrega artifícios de requalificação de espaços urbanos em processo de deterioração. A indicação do VLT como modal de transporte mais adequado á região metropolitana de Vitória considera, além dos aspectos físicos e geográficos, o perfil da demanda da região fortemente concentrada no município de Vitória (76% das viagens intermunicipais pelo sistema coletivo tem origem ou destino no município), e também a opção mais econômica se considerarmos a perspectiva de fortes intervenções urbanas e o alto custo de desapropriações necessárias para a viabilização de corredores de ônibus, custo que não se aplica, neste caso, á opção pelo modal VLT Veículo leve sobre Trilhos. A Região metropolitana de Vitória no Espírito Santo que é constituída pelos municípios de: Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Guarapari e Fundão que juntos possuem conforme o Censo de 2010 do IBGE uma população de 1.687.704 habitantes. Destes 7 municípios 5 deles: Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana constituem a chamada Grande Vitória, que juntos possuem, também conforme o Censo de 2010 do IBGE, uma população de 1.565.393 habitantes A principal característica desses 5 municípios é seu elevado grau de integração e conurbação urbana. O município de Vitória em que pese ter uma população de apenas 327.801habitantes, (4ª maior do estado) é a capital do estado o que lhe agrega uma série de funções e localização de órgãos governamentais estaduais e inclusive federais o que aumenta a centralidade. O município de Vitória possui um território relativamente exíguo para os padrões das capitais brasileiras: 93,381Km² cuja área ocupavél é ainda menor considerando de Áreas de Preservação (principalmente mangues e maciço rochoso central). Sua ocupação se deu, assim como nos outros municípios da Grande Vitória bem como na maioria esmagadora das cidades brasileiras de forma desordenada, e em parte significativa do município seu traçado viário é constituído por vias estreitas e com traçados irregulares. Ainda sobre suas características geográficas destaque-se que parte significativa do município (inclusive a região central) está localizada em uma ilha, o que traz enormes restrições de integração e

mobilidade com os outros municípios. Sua ocupação, além dos órgão públicos já mencionados, é marcada ainda pela presença de 2 portos (Vitória e Tubarão) e o maior aeroporto do estado: Eurico Salles de Aguiar, o único que opera vôos regulares de passageiros e de carga no estado. A essas características soma-se o processo de conurbação urbana e integração com os municípios vizinhos condição que pode ser verificada inclusive pelos dados da pesquisa origem/destino realizada no ano de 2007 que revela que 76% das viagens intermunicipais da Grande Vitória tem origem ou destino no município da Grande Vitória. Trata-se de um dos maiores índices (se não o maior) dentre as capitais brasileiras e que se considerarmos que a Grande Vitória possui uma população de 1.565.393 habitantes verificamos que não há como excluir este município dentre os critérios estabelecidos pelo PPA 2012-2015. Como pode ser depreendido o município em que pese sua população relativamente pequena para os padrões das capitais brasileiras possui uma característica de centralidade da região metropolitana e de usos que fazem da questão da mobilidade uma das questões centrais e das mais relevantes para si e para a Grande Vitória. Não seria exagero afirmar que Vitória se encontra entre os principais municípios brasileiros onde essa questão é de maior premência e urgência.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 141 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Ana Rita

EMENDA

28980021

EMENTA

Modifica o objetivo 0289 do programa 2071

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0289 - Estimular a geração de emprego, trabalho e renda, por meio da democratização e ampliação do crédito produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e para a igualdade de gênero, raça e etnia.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

JUSTIFICATIVA

Segundo o II PNPM é no espaço do trabalho onde as discriminações e as desigualdades étcnico-raciais e de gênero se tornam ainda mais evidentes. "Às desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros. Destaque-se, ainda, que são as mulheres negras que sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça/etnia. Esta interseccionalidade contribui para criar um ordenamento social que coloca no topo os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras. Dentre todos, são elas que vivenciam na escala inferior da pirâmide social as piores condições de trabalho, as que recebem os menores rendimentos, as que mais sofrem com o desemprego e as que mais estabelecem relações informais (e sua conseqüente ausência de proteção social, tanto presente quanto futura) e as que ocupam posições de menor prestígio na hierarquia profissional." Assim, é imprescindível que o as políticas vinculadas ao crédito produtivo contribuam para a igualdade de gênero, raça e etnia no mundo do trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 142 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Ana Rita

EMENDA

28980022

EMENTA

Modifica o objetivo 0619 do programa 2019

PROGRAMA

2019 - Bolsa Família

OBJETIVO

0619 - Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e da articulação com outras políticas promotoras de emancipação.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Ampliar a Articulação do Programa Bolsa Família com outras Políticas Públicas Promotoras de Emancipação

JUSTIFICATIVA

A emenda visa garantir a ampliação da articulação do Programa Bolsa Família com outras políticas promotoras de emancipação. Nas palavras de José Eustáquio Diniz Alves: "Se o Programa Bolsa Família quiser realmente reduzir as situações de pobreza terá que garantir a autonomia feminina criando mecanismos de apoio público à família (como creches, restaurantes populares, etc.) e de promoção à educação e à emancipação profissional das mulheres, reduzindo a violência social e doméstica, fortalecendo a convivência comunitária, além de incentivar uma divisão de tarefas e responsabilidades mais igualitárias entre os cônjuges e demais membros da família."(Autonomia Feminina e o Bolsa Família).

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 143 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Ana Rita

EMENDA

28980023

EMENTA

Modifica texto e metas do objetivo 0291 do programa 2071

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0291 - Fortalecer a política de microcrédito produtivo orientado, promovendo a universalização do acesso a essa modalidade de crédito por meio do apoio às instituições do setor, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo, na perspectiva da igualdade de gênero, raça e etnia.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Elevar os valores do volume de crédito concedido, do número de operações de microcrédito, bem como a quantidade de clientes atendidos e o volume da carteira ativa	(...) da carteira ativa com prioridade para mulheres e população negra

JUSTIFICATIVA

A alteração das metas pretende garantir prioridade as mulheres e a população negra nas operações de microcrédito, contribuindo para a promoção de sua autonomia econômica e financeira. A especificação de sexo, raça/cor nos indicadores vinculados ao microcrédito produtivo orientado é fundamental para a formulação e implementação das políticas públicas orientadas à igualdade de gênero, raça/etnia no mundo do trabalho. Por isso, é necessário que os registros administrativos dos agentes operadores dos processos de qualificação e concessão de crédito também viabilizem tal desagregação das informações.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 144 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Andre Moura

EMENDA: 27320001

EMENTA

Aeroporto de Aracajú

PROGRAMA

2017 - Aviação Civil

OBJETIVO

0083 - Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.

INICIATIVA

NOVA - Adequação da capacidade do Aeroporto de Aracajú

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/01/2012	31/12/2015	50.000.000	450.000.000

JUSTIFICATIVA

A inclusão desta ação no PPA, deve-se ao fato de que esta obra é de fundamental importância para o Estado de Sergipe, inclusive esperando que seja incluída dentre as prioridades do próprio Poder Executivo, uma vez que a cidade de Aracaju ainda está pleiteando ser subsede da Copa por estar, dentre as cidades do nordeste a de maior proximidade de Salvador que já foi considerada como sede. A ação pretende adequar o terminal de passageiros ao padrão de conforto e serviços oferecidos na maioria dos aeroportos do nordeste, configurando-se em investimento de elevada importância para a atividade econômica do turismo, além de permitir ao aeroporto de Aracaju operar com aviões de maior porte, bem como receber e enviar maior volume de carga, cujo o investimento é urgente diante do crescimento econômico, acima da média do nordeste, registrado por Sergipe nos últimos anos.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 145 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Andre Moura

EMENDA

27320002

EMENTA

Saneamento Básico Região Baixo São Francisco, Vale do Contiguiba/Japaratuba

PROGRAMA

2068 - Saneamento Básico

OBJETIVO

0610 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.

INICIATIVA

NOVA - Implantação do Sistema de Saneamento Básico, abastecimento d´água e esgotamento sanitário na Região do Baixo São Francisco e Vale do Cotinguiba/Japaratuba

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
474.837.000	15/10/2012	30/12/2016	144.000.000	330.837.000

JUSTIFICATIVA

O atendimento do esgotamento sanitário no Estado de Sergipe encontra-se entre os três melhores índices de adequabilidade com 47,47%. Ganhando destaque também para o segundo menor índice de inadequação de saneamento com 9,47%, sendo o sendo do IBGE 2010. O sistema de abastecimento de água é composto por um sistema de captação de água, adução, tratamento de água, adução e distribuição. Enquanto que o sistema de esgotamento sanitário pode ser constituído por uma rede coletora e transporte um conjunto de estações elevatórias em conjuntos com os respectivos emissários, estação de tratamento e disposição final com lançamento em corpo hídrico. Uma cidade com uma bola quaidade de vida para a população municipal é uma meta para a administração do município com uma busca constante par o seu alcance, para isso é necessário a resolução de problemas ligados ao saneamento ambiental. O abastecimento dagua,na maior parte do Estado, é de responsabilidade da companhia estadual e o sistema utilizado atualmente para o esgoto doméstico é através de fossas sépticas e comum, sendo que em alguns lugares é disposto de forma inadequada. Logo a implantação de uma rede de coleta e transporte, com todas as unidades necessárias para seu funcionamento, seguida do tratamento do esgoto doméstico irá promover uma melhoria nas necessidades de saneamento ambiental , atingindo boa parte do Estado. Com a finalização da implantação da rede de esgotamento sanitário, os moradores irão usufruir de uma melhor qualidade de vida, consequentemente aumetno no índice de salubridade e a redução de doenças como diárreia, cólera e outras doenças de veiculação hídrica. Isso proporcionará aos municípiois localizados nas Região do Baixo São Francisco e Vale do Contiguiba/Japaratuba um desenvolvimento ambiental, tendo em vista que não ocorrerá contaminação do solo e corpos hídricos, elevando o patamar de sustentabilidade de Sergipe.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Andre Moura

EMENDA: 27320003

EMENTA

01 - Canal Xingó

PROGRAMA

2013 - Agricultura Irrigada

OBJETIVO

0544 - Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado.

INICIATIVA

NOVA - Implantação do Canal Xingó

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2.430.000.000	15/02/2013	30/12/2017	500.000.000	1.930.000.000

JUSTIFICATIVA

O Canal de Xingó, a ser instalado em região semiárida, deverá atender de forma integral a população e as empresas estabelecidas naquela área: Perímetros irrigados, destacando-se neste grupo o Perímetro Manoel Dionísio, a ser implantado com aproximadamente 4.700 ha irrigados, localizado nas imediações do reservatório da UHE Xingó; 54 assentamentos de reforma agrária que totalizam mais de 50 mil hectares e beneficiam mais de 2.800 famílias de pequenos produtores; Sistemas de abastecimento d'água de diversas cidades ao longo do traçado do Canal, inclusive para a Região Metropolitana de Aracaju, cujas fontes atuais serão insuficientes no prazo de 15 anos; Aglomerados populacionais e populações difusas, em áreas semiurbanizadas e rurais, a serem atendidos por sistemas simplificados de abastecimento d'água e, em última instância, por chafarizes e caminhões-pipa, recorrendo-se quando indicado à reservação por meio de cisternas; Dessedentação de criatórios bovino leiteiro e ovino caprinocultura; A pequena indústria, complementar à atividade agrícola. O canal alterará substancialmente o quadro natural de oferta de água, promovendo o suprimento às múltiplas demandas hídricas. O projeto beneficiará o desenvolvimento das atividades produtivas na área de agricultura irrigada, pecuária e agricultura de sequeiro, com possibilidade de renda líquida total anual superior a R$ 300 milhões. Estima-se que cerca de 90 mil novos empregos serão gerados pelo empreendimento, sendo 69 mil empregos diretos, previstos para serem ocupados pela população da zona rural dos municípios, e 21 mil empregos indiretos relacionados com atividades a serem desenvolvidas nas áreas urbanas. O Projeto Xingó deverá fomentar um aumento de 23% no PIB regional, quando alcançar a estabilização da produção.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 147 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Andre Moura

EMENDA

27320004

EMENTA

02 - Construção de Canais de Drenagem e Obras Complementares na Zona de Expansão da Cidade de Aracaju

PROGRAMA

2068 - Saneamento Básico

OBJETIVO

0610 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.

INICIATIVA

NOVA - Construção de Canais de Drenagem e Obras Complementares na Zona de Expansão da Cidade de Aracaju

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
350.000.000	15/02/2012	30/12/2015	100.000.000	250.000.000

JUSTIFICATIVA

O Município de Aracaju tem um território pequeno e toda sua área é urbana, não tendo, praticamente, espaços vazios para ocupações, exceto a Zona de Expansão, que é uma área de planície, próxima a Zona de praia, entretanto não tem uma infraestrutura, que suporte o seu adensamento intenso. Essa área de planície marinha com baixas altitudes e forte influência das marés vem sendo ocupada com a implantação de loteamentos, conjuntos e condomínios residenciais. Devido à ausência de drenagem na área e a ocupação do solo, com a sua impermeabilização, tem provocado inundações em épocas de chuvas. O projeto permite resolver os sérios problemas de macro drenagem da região, pois permite a canalização da micro drenagem e pavimentação do sistema viário das vias secundárias, desenvolvendo a região e impulsionando a economia local e de toda a Cidade.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 148 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Andre Moura

EMENDA: 27320005

EMENTA

03 - Implantação de Projeto de Substituição de Habitações Subnormais

PROGRAMA

2049 - Moradia Digna

OBJETIVO

0383 - Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

INICIATIVA

NOVA - Implantação de Projeto de Substituição de Habitações Subnormais

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
300.000.000	15/02/2012	30/12/2015	100.000.000	200.000.000

JUSTIFICATIVA

O Programa Estadual de Habitação de Interesse Social deverá contemplar as ações e metas apontadas pelo Plano Estadual de Habitação de Interesse Social - PHEIS. A meta de redução do déficit habitacional prevista pelo PHEIS considera todo o estado e o planejamento abrange um período de 11 anos. Dentre as ações previstas para os próximos 4 anos, encontra-se a melhoria de habitações precárias construídas em taipa, utilizadas por famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Dessa forma, o Governo do Estado estará combatendo os principais focos de doenças e mortalidade nas regiões em que há maior número desse tipo de habitação subnormal. A forma de intervenção do projeto prevê avaliação da necessidade de demolição da casa de taipa para construção de uma nova unidade ou a possibilidade de reforma das casas que apresentarem melhores condições físicas. Para a execução das ações serão envolvidas as equipes da Secretarias de Estado de Inclusão e Desenvolvimento Social-SEIDES e de Desenvolvimento Urbano-SEDURB, contando com a participação dos municípios contemplados.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Andre Moura

EMENDA: 27320006

EMENTA

04 - Implantação de Nova Via de Acesso à Capital - Via Vermelha

PROGRAMA

2054 - Planejamento Urbano

OBJETIVO

0321 - Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados.

INICIATIVA

NOVA - Implantação de Nova Via de Acesso à Capital - Via Vermelha

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
250.000.000	15/02/2012	30/12/2015	50.000.000	200.000.000

JUSTIFICATIVA

A via estruturante pretendida se localiza no Aglomerado Urbano da Grande Aracaju e interligará os municípios de Aracaju, São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros, a partir da Rodovia BR-235 à Rodovia Estadual dos Náufragos e a SE-100 Sul, beneficiando um população de mais de 800(oitocentos) mil habitantes, por diversos núcleos urbanos ao longo de seu traçado, criando um corredor de tráfego para transporte de alta velocidade e trechos de ciclovias. Essa via será de vital importância para o Desenvolvimento, Econômico, Industrial, social e Turístico da região metropolitana de Aracaju. Com a construção das pontes Joel Silveira e Gilberto Amado, haverá a necessidade de uma nova alternativa de acesso entre as BRs 101 e 235 ao litoral sul Aracajuano sem a utilização das vias existentes.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Andre Moura

EMENDA: 27320007

EMENTA

05 - Duplicação da BR 235 - Entroncamento da BR 101 até a Divisa SE/BA - Km 8,3 a 114,8

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - Duplicação da BR 235 - Entroncamento da BR 101 até a Divisa SE/BA - Km 8,3 a 114,8

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
600.000.000	15/02/2012	30/12/2015	150.000.000	450.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa aumentar 106,5 km na meta para adequação de rodovias federais para viabilizar a possibilidade de duplicação da BR 235 no Estado de Sergipe. Essa duplicação já era necessária há mais de 10 anos devido ao grande fluxo de carros que transitam por essa rodovia. A obra vai melhorar a qualidade de vida da população que mora às margens dessa rodovia, trará aos comerciantes mais lucro com a parada segura dos carros nessas localidades, escoará a produção agrícola da região com mais rapidez. Será uma rodovia segura que contará com redutores de velocidades, uma adequada e moderna sinalização e trará enormes benefícios para todos que moram principalmente na região Agreste do Estado. A rodovia BR 235 no Estado de Sergipe, interliga a BR 101, no km 8,3 até a divisa com o Estado da Bahia no km 114,8, passando pelos municípios de Areia Branca, Itabaiana (que é um dos maiores municípios sergipanos sendo grande produtor agrícola, de comercio pujante, tendo como referencia uma das cidades do Brasil com uma das maiores frotas de caminhões, sendo também uma dos grandes centros regionais do Estado), Ribeirópolis, Frei Paulo e Carira (que é o maior produtor de milho do Estado, contribuindo para que Sergipe atinja uma produção de 1.000.000 de toneladas desse grão, passando a ser o maior produtor do Nordeste), sendo também uma das vias de acesso ao município de Lagarto (que é outro centro regional, que foi recentemente contemplada com um novo campos da Universidade Federal de Sergipe), como também aos municípios de Nossa Sra da Glória (que é outro grande centro regional, principalmente na produção de Leite), Canindé do São Francisco (cidade onde se localiza a Hidroelétrica de Xingó, e onde está localizado no Rio São Francisco o quinto maior cânion do mundo, tornando a cidade como o segundo maior destino turístico do Estado). No contexto nacional a BR 235 interliga o Estado de Sergipe ao Estado da Bahia, passando por Juazeiro, chegando a Pernambuco no município de Petrolina(pólo produtor de Frutas). Esta Rodovia é também de grande importância para escoamento da produção de fertilizantes nitrogenados, potássio, cimento, álcool, açúcar e milho do estado de Sergipe para os interiores dos estados da Bahia, Pernambuco, etc..., como também futuramente poderá ser utilizada no transporte da produção de frutas da Região de Petrolina para o Porto de Sergipe, por ser o menor percurso entre a citada região e qualquer outro porto do Nordeste. A rodovia a ser duplicada possui uma extensão de 106,5 km, com custo estimado de R$ 600.000.000,00.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 151 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Andre Moura

EMENDA

27320008

EMENTA

08 - Centro de Convenções e Feiras de Sergipe (Empreendimento Prioritário - Deputado André Moura)

PROGRAMA

2076 - Turismo

OBJETIVO

0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro.

INICIATIVA

NOVA - Construção do Centro de Convenções e Feiras de Sergipe

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
70.000.000	15/02/2012	30/12/2015	20.000.000	50.000.000

JUSTIFICATIVA

O turismo sergipano vem passando nos últimos anos por um período de expansão, demonstrado por taxas médias de crescimento de 9% a.a entre o período 2007-2010, passando de 565.000 para 733.000 turistas em 2010. A rede hoteleira local apresenta desempenho semelhante, com evolução de aproximadamente 11.600 leitos em 2007 para 15.100 em 2010. O fluxo turístico sergipano é ainda fortemente influenciado pela motivação de negócios. O crescimento recente da motivação do turismo de lazer no fluxo turístico estadual, se de um lado mostra a resposta do mercado ao aumento dos investimentos públicos em promoção e infraestruturas turísticas, também demonstram a sensibilidade do turismo de negócios às crises econômicas recentes. Uma estratégia de desenvolvimento turístico que foque na competitividade e sustentabilidade do destino, requer a criação de um mix de atrativos que consigam captar as mais diversas motivações de viagem. Neste sentido, um segmento importante para o desenvolvimento do turismo é o setor de eventos. Em Sergipe, a estrutura atual de eventos, o Centro de Convenções de Sergipe, data de final dos anos 80 do século passado. Com pavilhão de 5.000 m2(sem climatização), e capacidade máxima para receber 1.100 pessoas (maior auditório tem capacidade para 400 pessoas), não permite que o Estado de Sergipe possa candidatar-se a eventos de médio e grande portes. O turismo de eventos apresenta algumas vantagens quando comparados ao turismo de lazer: menor sazonalidade, maior gasto médio do turista, maior capacidade de negociação do destino com os responsáveis pela realização dos eventos (extremamente pulverizado entre vários tipos e categorias profissionais), possibilidade de transformação do turista de eventos em turista de lazer,etc. Localizado em uma área próxima ao Aeroporto de Aracaju, o projeto do novo Centro de Convenções e Feiras de Sergipe prevê a construção de um centro de convenções de 20.000 m², 01 pavilhão de feiras de 10.000 m² (com área disponível para expansão de mais dois módulos), com estacionamento para 2.500 veículos, o que proporcionará ao Estado de Sergipe a competitividade no setor de médios (principalmente) e grandes eventos no Brasil.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 152 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Andre Moura

EMENDA

27320009

EMENTA

10 - Implantação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Sergipe (Empreendimento Prioritário - Deputado Rogério Carvalho)

PROGRAMA

2024 - Comércio Exterior

OBJETIVO

0817 - Promover a efetiva implantação e funcionamento das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), integrando ações públicas e privadas, com vistas ao crescimento das exportações e ao equilibrado desenvolvimento econômico e social do país.

INICIATIVA

NOVA - Implantação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Sergipe

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	15/02/2012	30/12/2015	40.000.000	60.000.000

JUSTIFICATIVA

Levando-se em consideração que a indústria do Estado é relativamente diversificada e que a ZPE-SE poderá fortalecer as cadeias produtivas que ali venham a se instalar, é possível sugerir como vocação da Zona de Exportação as áreas de alimentos e bebidas; têxtil e confecções; couro e calçados; construção naval; minero-química (incluindo fertilizantes) e petróleo e gás, dentre outras. A geração de negócios é uma vertente importante para consolidação do desenvolvimento econômico de uma Região, Estado ou País, de forma integrada e sustentável. No âmbito do Estado de Sergipe a SEDETC, através da CODISE, sua vinculada, tem a missão de identificar e fomentar a geração de novos negócios. Assim, analisando as novas tendências e oportunidades de negócios e em consonância com a Política Industrial Nacional de Exportação, identificou-se a necessidade da criação da ZPE, a qual se encontra aprovada e em fase de implantação, que, numa previsão inicial, irá gerar entre empregos diretos e indiretos, 10.000 postos de trabalho. A Zona de Processamento de Exportação da Barra dos Coqueiros estará situada em áreas de 42 e 61 hectares, destinadas à primeira e segunda etapas, inseridas numa gleba maior de 462,91 hectares, de propriedade do Estado, que poderá abrigar ainda novas ampliações do Projeto. A área desocupada (462,91 ha) tem parte da superfície já terraplenada, dotada de acessos rodoviários pavimentados e com infraestrutura parcialmente construída. É uma área litorânea com baixa taxa de ocupação imobiliária. A ZPE será servida pela Rodovia SE 226, com cerca de 22 km de extensão, interligando-a à BR-101, e pela Rodovia SE-100, que a liga a Aracaju e Barra dos Coqueiros (no sentido sul) e a Pirambu (sentido Norte) integrando a ZPE à malha rodoviária sergipana. Ao sul, a ZPE encontra-se adjacente ao Porto de Sergipe.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 153 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Andre Moura

EMENDA

27320010

EMENTA

12 - Construção da Ponte sobre o Rio São Francisco - Outras sugestões do Governo

PROGRAMA

2076 - Turismo

OBJETIVO

0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro.

INICIATIVA

NOVA - Construção da Ponte sobre o Rio São Francisco

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
320.000.000	15/02/2012	30/12/2014	100.000.000	220.000.000

JUSTIFICATIVA

A nova ponte promoverá a ligação litorânea e a integração turística entre os estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. O Estudo de Viabilidade Técnica e Socioeconômica foi favorável à obra, uma vez que ela possibilitará a geração de ocupação e renda, trazendo sustentabilidade à região. A ponte estimulará o desenvolvimento em uma região de elevado potencial turístico, mas de baixa qualidade de vida e renda (baixo IDH). Existe projeto no Ministério dos Transportes para a construção de ponte sobre o Rio São Francisco próximo a sua foz, na altura dos municípios de Brejo Grande, em Sergipe, e Piaçabuçu, em Alagoas. A ponte terá 1.720 metros de extensão e prazo previsto de execução é de três anos.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 154 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Angela Portela

EMENDA

29200001

EMENTA

Modifica iniciativa 02W3 do programa 2076

PROGRAMA

2076 - Turismo

OBJETIVO

0740 - Divulgar no exterior a imagem do país, seus produtos, destinos e serviços turísticos, bem como apoiar a internacionalização das empresas brasileiras do segmento.

INICIATIVA

02W3 - Promoção, marketing e apoio a comercialização para a divulgação do turismo brasileiro no mercado internacional, inclusive vinculadas ao combate ao turismo sexual - Plano Aquarela

JUSTIFICATIVA

A expectativa do Ministério do Turismo é passar de 5 milhões para 8 milhões de turistas estrangeiros em nosso país até 2011. O combate ao turismo sexual é uma prática que deve ser adotada por todos aqueles que atuam direta e indiretamente no setor turístico, bem como por toda a sociedade brasileira. Assim, a emenda pretende deixar explicito as ações vinculadas ao combate ao turismo sexual

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 155 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Angela Portela

EMENDA

29200008

EMENTA

Alteração de indicador para identificar sexo e cor/etnia no acesso ao serviço jurídico gratuito do programa 2020

PROGRAMA

2020 - ALTERAÇÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Modifica o seguinte INDICADOR: INDICADOR ATUAL: Cidadão assistido com prestação jurídica gratuita INDICADOR PROPOSTO: Pessoa assistida com prestação jurídica gratuita, por sexo, cor/etnia, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2011". Ao especificar o sexo, cor/etnia e a área geográfica, se terá informações mais qualificadas que poderão melhor orientar a aplicação dos recursos e efetividade da política pública. Além do mais, apesar dos avanços relativos a redução da pobreza, o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo, onde os 20% de brasileiros/as mais ricos ficam com 60% da renda nacional e os 20% mais pobres, ficam com 2,85% de nossas riquezas. "A concentração de renda impede que grande parcela da população usufrua direitos constitucionalmente assegurados e universalmente reconhecidos como indispensáveis para promoção da dignidade humana. As desigualdades ainda são acentuadas num contexto permeado pela discriminação racial, de gênero, geracional e de orientação sexual, entre outras. Além do mais, as formas de distribuição e concentração do espaço territorial também estruturam as desigualdades no Brasil". É necessário pois, garantir a essa população excluída do desenvolvimento, o acesso gratuito à justiça para efetivar seus direitos.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 156 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Angela Portela

EMENDA

29200009

EMENTA

Inclui indicador para moradia coletiva para pessoas idosas, por sexo e cor/etnia no programa 2049

PROGRAMA

2049 - INCLUSÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Acrescentar INDICADOR: Percentual de pessoas atendidas em domicílios coletivos, por sexo e cor/raça, para o Brasil e segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação, Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". Em estudo do CFEMEA (Indicadores de Gênero e Raça no PPA 2008-2011, Capitulo 7 , autores: José Eustáquio Diniz Alves e Suzana Cavenaghi , Programa Habitação de Interesse Social) os pesquisadores José Eustáquio Diniz Alves e Suzana Cavenaghi sugeriram como cálculo para esse indicador: Cálculo: Número de mulheres (e homens) atendidos em domicílios coletivos particulares ou públicos dividido pelo total de pessoas idosas (60 anos ou mais) na categoria correspondente, por cor/raça (por cem). Ainda segundo os autores, o conceito desse indicador com periodiciade anual, é permitir: (...) monitorar se, ao longo dos anos cobertos pelo PPA, está havendo desigualdades no atendimento do programa às pessoas idosas com necessidades de habitação. Especialmente para as mulheres da terceira idade, que são a grande maioria das pessoas com mais de 60 anos, ¿ e principalmente entre a população mais pobre - o atendimento em instituições de longa permanência para idosos é de fundamental importância para a qualidade de vida destas pessoas e famílias.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 157 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Angela Portela

EMENDA

29200010

EMENTA

Inclui indicador para moradia coletiva para pessoas idosas, por sexo e cor/etnia no programa 2049

PROGRAMA

2049 - INCLUSÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Acrescentar INDICADOR: Percentual de pessoas atendidas em domicílios coletivos, por sexo e cor/raça, para o Brasil e segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação, Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". Em estudo do CFEMEA (Indicadores de Gênero e Raça no PPA 2008-2011, Capitulo 7 , autores: José Eustáquio Diniz Alves e Suzana Cavenaghi , Programa Habitação de Interesse Social) os pesquisadores José Eustáquio Diniz Alves e Suzana Cavenaghi sugeriram como cálculo para esse indicador: Cálculo: Número de mulheres (e homens) atendidos em domicílios coletivos particulares ou públicos dividido pelo total de pessoas idosas (60 anos ou mais) na categoria correspondente, por cor/raça (por cem). Ainda segundo os autores, o conceito desse indicador com periodiciade anual, é permitir: (...) monitorar se, ao longo dos anos cobertos pelo PPA, está havendo desigualdades no atendimento do programa às pessoas idosas com necessidades de habitação. Especialmente para as mulheres da terceira idade, que são a grande maioria das pessoas com mais de 60 anos, ¿ e principalmente entre a população mais pobre - o atendimento em instituições de longa permanência para idosos é de fundamental importância para a qualidade de vida destas pessoas e famílias.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 158 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Angela Portela

EMENDA

29200011

EMENTA

Inclui indicadores ao programa 2019 explicitando atendimento às mulheres, por grupo de cor/raça

PROGRAMA

2019 - INCLUSÃO DE INDICADORES - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Inclusão dos Indicadores: - Percentual de mulheres responsáveis legais pelo beneficio, por grupos de cor/raça, segundo grandes regiões. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". - Percentual de mulheres que são responsáveis legais pelo benefício e sem cônjuge/companheiro(a) por grupos de cor/raça, segundo grandes regiões. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". A inclusão dos indicadores propostos pretende garantir visibilidade aos grupos beneficiários do programa, permitindo ao Poder Público a formulação e implementação de políticas específicas e complementares, que possam contribuir para a redução das vulnerabilidades sociais e desenvolvimento de suas potencialidades. Os indicadores propostos são viáveis, na medida em que os dados primários estão disponíveis no Cadastro Único para Programas Sociais, que é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 159 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Angela Portela

EMENDA

29200012

EMENTA

Inclui indicadores ao programa 2019 explicitando atendimento às mulheres, por grupo de cor/raça

PROGRAMA

2019 - INCLUSÃO DE INDICADORES - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Inclusão dos Indicadores: - Percentual de mulheres responsáveis legais pelo beneficio, por grupos de cor/raça, segundo grandes regiões. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". - Percentual de mulheres que são responsáveis legais pelo benefício e sem cônjuge/companheiro(a) por grupos de cor/raça, segundo grandes regiões. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". A inclusão dos indicadores propostos pretende garantir visibilidade aos grupos beneficiários do programa, permitindo ao Poder Público a formulação e implementação de políticas específicas e complementares, que possam contribuir para a redução das vulnerabilidades sociais e desenvolvimento de suas potencialidades. Os indicadores propostos são viáveis, na medida em que os dados primários estão disponíveis no Cadastro Único para Programas Sociais, que é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 160 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Angela Portela

EMENDA

29200013

EMENTA

Incluir indicador com número de creches e período de funcionamento no programa 2030

PROGRAMA

2030 - INCLUSÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Acrescenta o seguinte INDICADOR: - Número de creches existentes, por Grandes Regiões, Estados e Municípios e por período de funcionamento. Unidade de Medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2011". No jornal FEMEA, produzido pelo CFEMEA, de dezembro de 2009, foi publicada a matéria Falta de creches públicas sobrecarrega e empobrece as mulheres trabalhadoras que diz o seguinte: "O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM) tem como meta aumentar em 12% o número de crianças de zero a seis anos de idade freqüentando creche ou pré-escola na rede pública e construir 1.714 creches, entre 2008 e 2011. Mas, nesses dois últimos anos, foi feito muito pouco para cumprir a meta. Em 2009, foram gastos apenas 4,5% dos recursos previstos para a construção de creches (R$ 535 milhões). Nesse ritmo, o governo federal vai ficar muito longe de cumprir o compromisso firmado com as mulheres por meio do PNPM. Para 2010, está previsto cerca de R$ 1 bilhão. Nas famílias onde as crianças com até seis anos de idade estão em creche ou na pré-escola, a renda familiar por pessoa é 50% maior do que naquelas que não contam com essa opção, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001." Nas famílias mais pobres é que o impacto da oferta de creches e escolas é maior, segundo artigo da professora Bila Sorj, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nessas famílias, o salário das mães é 35% maior quando elas contam com educação para seus filhos, por causa da liberação de tempo (até duas horas diárias) para o trabalho remunerado. Nas famílias mais ricas, o aumento no salário cai para cerca de 14% e a jornada permanece igual. "Assim, podemos concluir que o grupo de renda que mais se beneficia do acesso à educação infantil são os pobres", diz Bila em seu artigo, para concluir: "Dessa maneira, a ampliação dos investimentos públicos na educação infantil deve ser considerada uma prioridade na agenda das políticas públicas voltadas à promoção de equidade de gênero". A meta no PPA 2012-2015 de 6.000 creches é quatro vezes ao que se tinha previsto no II PNPM, mas é preciso garantir que essa meta será cumprida. Esse ano de 2011 quantas creches foram inauguradas? Quantas estão em funcionamento em tempo integral, inclusive nas férias escolares? Quantas creches funcionam no

período noturno? Essas seis mil serão realizadas a média de 1500 por ano? A Ação orçamentária 09CW - APOIO A REESTRUTURACAO DA REDE FISICA PUBLICA DA EDUCACAO BASICA do Programa: 1448 - QUALIDADE NA ESCOLA que tem autorizado na LOA 2011, R$ 657,6 milhões até o dia 22/09/2011, empenhou só 61,9% (R$406,8 milhões) e liquidou apenas R$104.4 milhões, que representam 15,9% dos recursos autorizados para o corrente ano. Para que a sociedade possa melhor monitorar a realização dessa meta de 6000 creches é que se propõe o indicador com divulgação trimestral.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 162 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Angela Portela

EMENDA

29200014

EMENTA

Inclusão de indicador ao programa 2069

PROGRAMA

2069 - INCLUSÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Inclusão de Indicador: - População residente, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, por tipo de insegurança alimentar, segundo sexo, grupos de idade, cor ou raça. Unidade de Medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2011". O indicador proposto possibilita a identificação dos grupos populacionais mais vulneráveis relativamente a dimensão da segurança alimentar e nutricional e assim a adoção de políticas públicas que considerem tais especificidades. Ressalte-se que o IBGE tem realizado periodicamente, no âmbito da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios pesquisas que possibilitam o acompanhamento do indicador proposto, como em 2004 e 2009.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 163 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Angela Portela

EMENDA

29200015

EMENTA

Inclusão de indicadores no programa 2016

PROGRAMA

2016 - INCLUSÃO DE INDICADORES - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Incluam-se os seguintes INDICADORES: - Taxa de Homicídio de Mulheres, por cor/etnia, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de Medida %, Data de Referência 01/01/2011. - Participação das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA). Unidade de medida %, Data de Referência 01/01/2011. Nos últimos anos o Governo federal aumentou ano a ano o gasto com o seu programa de combate à violência contra as mulheres. Em 1998 liquidou R$362 648,00 e em 2008 esse valor foi de R$ 25 378 902,00, mas a taxa de homicídios femininos continuou inalterada (de 4,27 para 4,17) no período. A alocação de recursos financeiros dos governos e a criação de mecanismos de combate à violência contra as mulheres e de normas legais específicas, como a Lei Maria da Penha, que já tem 5 anos, não foram suficientes para diminuir os homicídio de mulheres. Conforme registra o Mapa da Violência, no período entre 1998 e 2008, foram assassinadas no país 42 mil mulheres em um ritmo que acompanhou quase estritamente o crescimento da população feminina, de forma tal que as taxas anuais do período rondaram sempre os 4,25 homicídios para cada 100 mil mulheres. Número e taxas de homicídio feminino.Brasil. 1998/2008. Ano Homicídios Taxa 1998 3.503 4,27 1999 3.536 4,26 2000 3.743 4,34 2001 3.851 4,40 2002 3.867 4,36 2003 3.937 4,38 2004 3.830 4,21 2005 3.884 4,15 2006 4.022 4,24 2007 3.772 3,92 2008 4.023 4,17 Total 41.968 4,25 Fonte: SIM/SVS/MS O Mapa traz ainda as informações dos homicídios por Estado: Número e taxas de homicídios femininos. Brasil, 1998-2008 UF/Região Número de homicídios Taxas de homicídio Var % 1998 2008 1998 2008 Acre 12 14 4,7 4,1 -12,1 Amapá 12 13 5,7 4,3 -25,9 Amazonas 54 63 4,3 3,8 -11,9 Pará 66 164 2,3 4,5 95,4 Rondônia 45 39 7,3 5,3 -27,1 Roraima 12 15 9,5 7,7 -19,3 Tocantins 19 21 3,5 3,3 -5,3 Norte 220 329 3,8 4,4 16,9 Alagoas 44 83 3,2 5,2 62,4 Bahia 100 308 1,5 4,2 173,9 Ceará 56 118 1,6 2,7 75,3 Maranhão 29 81 1,1 2,6 137,6 Paraíba 41 85 2,4 4,4 87,1 Pernambuco 277 298 7,1 6,6 -7,1 Piauí 20 40 1,4 2,5 75,5 R G Norte 20 60 1,5 3,8 154,0 Sergipe 14 35 1,6 3,4 110,8 Nordeste 601 1.108 2,6 4,1 59,6 Espírito Santo 165 191 11,3 10,9 -3,6 Minas Gerais 195 372 2,3 3,7 64,1 Rio de Janeiro 563 372 7,9 4,5 -43,3 São Paulo 1.036 666 5,8 3,2 -45,3 Sudeste 1.959 1.601 5,6 3,9 -30,2

Paraná 179 307 3,8 5,7 49,2 R G Sul 181 216 3,6 3,9 8,1 Sta Catarina 67 86 2,7 2,8 6,0 Sul 427 609 3,5 4,4 24,7 Distr Federal 59 72 5,9 5,4 -8,6 Goiás 72 161 3,0 5,5 79,6 Mato Grosso 94 84 8,3 5,8 -30,5 Mato G do Sul 71 59 7,2 5,0 -29,6 Centro-Oeste 296 376 5,4 5,4 1,0 Brasil 3.503 4.023 4,3 4,2 -2,4 Fonte: SIM/SVS/MS Em recente estudo publicado, o CFEMEA alerta para as diferenças de homicídios das mulheres brancas e negras. A pedido do CFEMEA, o pesquisador Julio Jacobo Waiselfisz elaborou informações que mostram que, desde 2003, o número de homicídios de mulheres brancas vem caindo, enquanto o de mulheres negras aumenta: Taxas (em 100 mil) Vitimização (Indica em que proporção morreram mais mulheres negras do que brancas) (%) Brancas Negras 3,2 4,7 45,7 Fonte: SIM/SVS/MS. Elaboração: Julio Jacobo Waiselfis Diz Ana Claudia Pereira, Consultora do CFEMEA: Isso quer dizer que morreram, somente em 2008, 45,7% mais mulheres negras do que brancas. Essa diferença, além de muito preocupante, sugere que a aplicação de leis e políticas públicas para acabar com a violência de forma diferente para brancas e negras. É necessário que o poder público e a academia investiguem essas desigualdades para explicar melhor porque ela ocorre dessa forma e criar mecanismos para que as mulheres negras também tenham seus direitos garantidos. A apuração do indicador proposto auxiliará no diagnóstico da situação e indicará medidas regionais e locais a serem adotadas pelos governos para reduzir os homicípios femininos que na maioria das vezes é praticado no próprio domicílio da vítima. O outro indicador proposto, medirá a eficácia das medidas do Plano Mais Brasil a para a autonomia econômica as mulheres. A análise da participação das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA) mostrará se as medidas de criação de infra-estrutura social colocadas no PPA tiveram as consequencias esperadas de aumentar a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 165 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Angela Portela

EMENDA

29200016

EMENTA

Inclusão de indicadores no programa 2016

PROGRAMA

2016 - INCLUSÃO DE INDICADORES - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**

Valores Globais	Total Proposto 2012	Total Proposto 2013-2015
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Incluam-se os seguintes INDICADORES: - Taxa de Homicídio de Mulheres, por cor/etnia, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de Medida %, Data de Referência 01/01/2011. - Participação das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA). Unidade de medida %, Data de Referência 01/01/2011. Nos últimos anos o Governo federal aumentou ano a ano o gasto com o seu programa de combate à violência contra as mulheres. Em 1998 liquidou R$362 648,00 e em 2008 esse valor foi de R$ 25 378 902,00, mas a taxa de homicídios femininos continuou inalterada (de 4,27 para 4,17) no período. A alocação de recursos financeiros dos governos e a criação de mecanismos de combate à violência contra as mulheres e de normas legais específicas, como a Lei Maria da Penha, que já tem 5 anos, não foram suficientes para diminuir os homicídio de mulheres. Conforme registra o Mapa da Violência, no período entre 1998 e 2008, foram assassinadas no país 42 mil mulheres em um ritmo que acompanhou quase estritamente o crescimento da população feminina, de forma tal que as taxas anuais do período rondaram sempre os 4,25 homicídios para cada 100 mil mulheres. Número e taxas de homicídio feminino.Brasil. 1998/2008. Ano Homicídios Taxa 1998 3.503 4,27 1999 3.536 4,26 2000 3.743 4,34 2001 3.851 4,40 2002 3.867 4,36 2003 3.937 4,38 2004 3.830 4,21 2005 3.884 4,15 2006 4.022 4,24 2007 3.772 3,92 2008 4.023 4,17 Total 41.968 4,25 Fonte: SIM/SVS/MS O Mapa traz ainda as informações dos homicídios por Estado: Número e taxas de homicídios femininos. Brasil, 1998-2008 UF/Região Número de homicídios Taxas de homicídio Var % 1998 2008 1998 2008 Acre 12 14 4,7 4,1 -12,1 Amapá 12 13 5,7 4,3 -25,9 Amazonas 54 63 4,3 3,8 -11,9 Pará 66 164 2,3 4,5 95,4 Rondônia 45 39 7,3 5,3 -27,1 Roraima 12 15 9,5 7,7 -19,3 Tocantins 19 21 3,5 3,3 -5,3 Norte 220 329 3,8 4,4 16,9 Alagoas 44 83 3,2 5,2 62,4 Bahia 100 308 1,5 4,2 173,9 Ceará 56 118 1,6 2,7 75,3 Maranhão 29 81 1,1 2,6 137,6 Paraíba 41 85 2,4 4,4 87,1 Pernambuco 277 298 7,1 6,6 -7,1 Piauí 20 40 1,4 2,5 75,5 R G Norte 20 60 1,5 3,8 154,0 Sergipe 14 35 1,6 3,4 110,8 Nordeste 601 1.108 2,6 4,1 59,6 Espírito Santo 165 191 11,3 10,9 -3,6 Minas Gerais 195 372 2,3 3,7 64,1 Rio de Janeiro 563 372 7,9 4,5 -43,3 São Paulo 1.036 666 5,8 3,2 -45,3 Sudeste 1.959 1.601 5,6 3,9 -30,2 Paraná 179 307 3,8 5,7 49,2 R G Sul 181 216 3,6 3,9 8,1 Sta Catarina 67 86 2,7 2,8 6,0 Sul 427 609

3,5 4,4 24,7 Distr Federal 59 72 5,9 5,4 -8,6 Goiás 72 161 3,0 5,5 79,6 Mato Grosso 94 84 8,3 5,8 -30,5 Mato G do Sul 71 59 7,2 5,0 -29,6 Centro-Oeste 296 376 5,4 5,4 1,0 Brasil 3.503 4.023 4,3 4,2 -2,4 Fonte: SIM/SVS/MS Em recente estudo publicado, o CFEMEA alerta para as diferenças de homicídios das mulheres brancas e negras. A pedido do CFEMEA, o pesquisador Julio Jacobo Waiselfisz elaborou informações que mostram que, desde 2003, o número de homicídios de mulheres brancas vem caindo, enquanto o de mulheres negras aumenta: Taxas (em 100 mil) Vitimização (Indica em que proporção morreram mais mulheres negras do que brancas) (%) Brancas Negras 3,2 4,7 45,7 Fonte: SIM/SVS/MS. Elaboração: Julio Jacobo Waiselfis Diz Ana Claudia Pereira, Consultora do CFEMEA: Isso quer dizer que morreram, somente em 2008, 45,7% mais mulheres negras do que brancas. Essa diferença, além de muito preocupante, sugere que a aplicação de leis e políticas públicas para acabar com a violência de forma diferente para brancas e negras. É necessário que o poder público e a academia investiguem essas desigualdades para explicar melhor porque ela ocorre dessa forma e criar mecanismos para que as mulheres negras também tenham seus direitos garantidos. A apuração do indicador proposto auxiliará no diagnóstico da situação e indicará medidas regionais e locais a serem adotadas pelos governos para reduzir os homicípios femininos que na maioria das vezes é praticado no próprio domicílio da vítima. O outro indicador proposto, medirá a eficácia das medidas do Plano Mais Brasil a para a autonomia econômica as mulheres. A análise da participação das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA) mostrará se as medidas de criação de infra-estrutura social colocadas no PPA tiveram as consequencias esperadas de aumentar a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 167 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Angela Portela

EMENDA

29200017

EMENTA

Modifica indicadores do programa 2071

PROGRAMA

2071 - ALTERAÇÃO DE INDICADORES - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Modifica os seguintes INDICADORES: - Clientes ativos do microcrédito produtivo orientado, segundo, sexo, raça/cor. Unidade de medida "unidade", Data de Referência "01/01/2011". - Operações realizadas de microcrédito produtivo orientado segundo, sexo, raça/cor. Unidade de medida "unidade" e "R$1,00", Data de Referência "01/01/2011". - Volume de crédito concedido para microcrédito produtivo Orientado, segundo segundo, sexo, raça/cor do responsável ou predominante no grupo. Unidade de medida "R$1,00", Data de Referência "01/01/2011". A especificação de sexo, raça/cor nos indicadores vinculados ao microcrédito produtivo orientado é fundamental para a formulação e implementação das políticas públicas orientadas à igualdade de gênero, raça/etnia no mundo do trabalho. O indicadores sociais e econômicos disponíveis evidenciam, conforme explicita a própria Mensagem Presidencial as desigualdades de gênero raça e etnia no mundo do trabalho. Segundo II PNPM ¿as desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros¿.Para reverter tal quadro de injustiça é preciso acompanhar a partir dos parâmetros propostos a execução das políticas públicas de microcrédito produtivo orientado.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 168 de 2315

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Angela Portela	29200018

EMENTA TEXTO

Acrescenta parágrafos ao Art. 16

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Modificativa	Artigo 16

TEXTO PROPOSTO

Art. 16. O Poder Executivo promoverá a participação da sociedade no processo de monitoramento dos Programas do PPA2012-2015.
§ 1º. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão coordenará o Sistema Público de Monitoramento do PPA que terá efetiva participação social e transparência das informações
§ 2º. Caberá ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão disponibilizar, na internet, a execução orçamentária dos Programas do PPA e anualmente, o quantitativo alcançado de cada meta prevista, inclusive a posição das metas qualitativas especificadas, e a evolução dos indicadores, quando couber.
§ 3º. Caberá à Secretaria Geral da Presidência da República coordenar e viabilizar a divulgação, no Sistema Público de Monitoramento do PPA, das informações dos Conselhos de Controle Social e as deliberações das Conferências Nacionais e sua interface, no que couber, com os Programas Temáticos e Metas do PPA.
§ 4º O Fórum Interconselhos deverá compor o Sistema Público de Monitoramento do PPA, devendo se reunir no mínimo uma vez a cada semestre para monitorar a execução do PPA 2012-2015.

JUSTIFICATIVA

O Governo Federal realizou em maio último o Fórum Interconselhos, do qual participaram 400 pessoas: 285 representantes vinculados a 34 conselhos nacionais, dois comissões e CDES; 85 representantes de entidades regionais não representadas nos conselhos setoriais e representantes do Ministério do Planejamento, da Secretaria Geral e da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. Na oportunidade foi distribuída a Cartilha de Orientação para as Consultas à Sociedade sobre o Ciclo de Gestão do PPA 2012-2015 que traz a seguinte afirmação: "O PPA 2012-2015 será orientado, dentre outras características, por um amplo processo participativo, cuja finalidade é a de que o Plano seja um importante instrumento de interação entre o Estado e o cidadão, com vistas à efetividade das políticas públicas." Esse novo espaço de debate proposto pelo Governo federal, chamado de Fórum Inter Conselhos, para não repetir as experiências frustradas de participação social que ocorreram nos dois últimos PPAs (2004-2007 e 2008-2011), necessitará de informações oficiais e atualizadas sobre o gasto público e a execução das metas definidas pelo governo para cada Programa do PPA 2011-2015 - Plano Mais Brasil O Art 16 do Projeto de Lei 29/2011-CN não especifica quais órgãos do Executivo serão os responsáveis pela divulgação e transparência das informações indispensáveis para que a sociedade possa participar do processo e nem tão pouco define os meios de divulgação desses dados. Também os mecanismos para garantir a participação social no monitoramento do PPA e execução da LOA, não estão citados. Os acréscimos dos parágrafos ao artigo 16 vêm suprir essas deficiências ao definir os órgãos do Poder Executivo responsáveis pela sistematização e divulgação das informações (MPOG) e que garantirão (SG/PR) que os mecanismos hoje existentes: conselhos de controle social e conferências nacionais tenham suas decisões melhor incorporadas às peças orçamentárias da União. O Sistema Público de Monitoramento, contando pelo menos com o Fórum Interconselhos para monitoramento periódico e sistemático do PPA, além da divulgação ampla de informações pela internet sobre a execução das políticas governamentais previstas no PPA vai fornecer as condições básicas para uma efetiva participação social no monitoramento das políticas públicas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 169 de 2315

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Angela Portela	29200019

EMENTA TEXTO

Altera a redação do inciso I do art. 4º

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Modificativa	Artigo 4 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

Art. 4º O PPA 2012-2015 terá como diretrizes:
I - a redução das desigualdades sociais, de gênero, étnico-racial e regionais;

JUSTIFICATIVA

A emenda pretende incorporar entre as diretrizes do Plano Plurianual 2012-2015 a redução das desigualdades de gênero e étnico-racial, que conforme dados constantes na Mensagem Presidencial que o encaminha, ainda são persistentes e estruturantes da exclusão social no Brasil "Nos últimos anos, o processo de inclusão social e redução das desigualdades retirou milhões de brasileiros da pobreza. Todavia, o perfil daqueles que ainda se encontram em situação de extrema pobreza indica que há segmentos mais vulneráveis, como a populações feminina e negra." Vale lembrar que nos dois últimos Planos, tal diretriz esteve explicita de forma enfática. No Plano Plurianual 2004-2007 as desigualdades manifestadas nas dimensões raciais e de gênero foram incorporadas como fatores que aumentam a injustiça e a exclusão social: "Tal registro é necessário para rompermos com a visão que nega a existência do racismo e discriminação da mulher como fator que aumenta a injustiça e a exclusão social." A incorporação da garantia da transversalidade de gênero, raça/etnia na formulação e implementação do conjunto das políticas públicas era uma das diretrizes gerais presentes no PPA 2004/2007. Dois desafios estavam colocados: Desafio 8: Promover a Redução das Desigualdades Raciais, com Ênfase na Valorização Cultural das Etnias Desafio 9: Promover a Redução das Desigualdades de Gênero, com Ênfase na Valorização das Diferentes Identidades No PPA 2008-2011 tais dimensões estão presentes no desafio "Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos", sendo explicitado "... a perspectiva de promoção da igualdade de gênero e raça deve estar presente na elaboração, execução e monitoramento de todas as políticas de governo, incorporada como princípio gerador de democracia, desenvolvimento e paz social." A emenda, portanto, vem resgatar tais dimensões estruturantes das desigualdades e da injustiça social no Brasil, entre as diretrizes do Plano Plurianual 2012-2015.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 170 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Angela Portela

EMENDA

29200002

EMENTA

Alteração de meta no programa 2029 para incluir prioridade para mulheres e população negra

PROGRAMA

2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

OBJETIVO

0983 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

JUSTIFICATIVA

Segundo o II PNPM é no espaço do trabalho onde as discriminações e as desigualdades étcnico-raciais e de gênero se tornam ainda mais evidentes. "Às desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros. Destaque-se, ainda, que são as mulheres negras que sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça/etnia. Esta interseccionalidade contribui para criar um ordenamento social que coloca no topo os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras. Dentre todos, são elas que vivenciam na escala inferior da pirâmide social as piores condições de trabalho, as que recebem os menores rendimentos, as que mais sofrem com o desemprego e as que mais estabelecem relações informais (e sua conseqüente ausência de proteção social, tanto presente quanto futura) e as que ocupam posições de menor prestígio na hierarquia profissional." Assim, é imprescindível que o as políticas vinculadas a capacitação social e profissionais dos trabalhadores para a economia solidária contribuam para a igualdade de gênero, raça e etnia no mundo do trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Angela Portela

EMENDA

29200003

EMENTA

Inclui e modifica metas e altera o texto do objetivo 0287 do programa 2071

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0287 - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho, na perspectiva da igualdade de gênero, raça e etnia.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

01000 - Câmara dos Deputados

JUSTIFICATIVA

A alteração de meta visa garantir que no mínimo o governo federal dobre a oferta de vagas, garantindo suporte que possibilitem as mulheres chefes de família acessarem tal política, como creches, brinquedotecas, transporte, lanche, entre outros. A inclusão das metas visam promover a igualdade de gênero e etnico-racial nas relações de trabalho e na definição dos processos de qualificação social e profissional.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 172 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Angela Portela

EMENDA

29200004

EMENTA

Inclui metas ao objetivo 0715 do programa 2015

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0715 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

36000 - Ministério da Saúde

JUSTIFICATIVA

A gravidez indesejada e o abortamento continuam sendo uma das principais causa de mortalidade materna. As metas propostas estão previstas no II PNPM (Prioridades 3.3.1 e 3.3.2). O acesso fácil e gratuito do medicamento para contracepção de emergência contribuirá na redução da morte evitável das mulheres. Consta no Dossiê de Morte Materna da Rede Saúde: "A morte materna é um dos mais sensíveis indicadores das condições de vida de uma população e reflete, principalmente, a desarticulação, desorganização e qualidade inadequada da assistência de saúde prestada à mulher durante o ciclo gravídico-puerperal, pois a assistência pronta, oportuna e adequada pode evitar a maioria dessas mortes". De acordo com o Ministério da Saúde (DATASUS, 2001), as mortes maternas correspondem a cerca de 6% dos óbitos de mulheres de 10 a 49 anos no Brasil. Em 1998, a razão de mortalidade materna foi de 63,4 por 100.000 nascidos vivos. Aplicando o fator de correção por subnotificação, no ano referido, tivemos aproximadamente 127 por cem mil nascidos vivos. Este valor nos aproxima dos países mais pobres da América Latina. Diz ainda o Dossiê da Rede Nacional de Saúde: "Entre as causas obstétricas diretas, o aborto é a quarta causa de óbito materno no país, o que demonstra a completa falência da assistência à população, visto que o planejamento familiar é um direito garantido na Constituição de 1988. A morte de mulheres por aborto indica que as ações de planejamento familiar não estão funcionando adequadamente. Associada a isso, existe a questão da criminalização do aborto, que contribui para agravar ainda mais o problema, ao obrigar as mulheres a realizar a interrupção da gravidez na clandestinidade, sob condições precárias de assistência".

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 173 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Angela Portela

EMENDA

29200005

EMENTA

Inclui metas no programa 2037

PROGRAMA

2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

OBJETIVO

0282 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

JUSTIFICATIVA

A inclusão das metas relativas à ampliação dos serviços de proteção social especial, está vinculado a garantia dos direitos de cidadania no campo da política pública de assistência social, conforme estabelece a Constituição Federal. As novas metas dialogam também com a prioridade estratégica do movimento de mulheres de garantir que o Estado cumpra seu papel no oferecimento de infraestrutura social, particularmente da infraestrutura para a economia do cuidado. Estudo da CEPAL indica que o ponto cego das políticas públicas na America Latina está na redistribuição das tarefas de cuidado entre o Estado, o mercado e as famílias. E nesse ponto as desigualdades de gênero são evidentes. Segundo jornal Fêmea jul/set/2011, "O cuidado no Brasil ainda é um problema de esfera privada, cuja solução recai, quando não exclusivamente, no mínimo desproporcionalmente, sobre as mulheres". Na mesma edição, Alícia Bárcena, Secretária Executiva da CEPAL, afirma que não será possível conseguir igualdade para as mulheres enquanto não for resolvida a carga de trabalho não remunerado e de cuidados que recai historicamente sobre as mulheres.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 174 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Angela Portela

EMENDA

29200006

EMENTA

Insere meta no objetivo 0738 do programa 2076

PROGRAMA

2076 - Turismo

OBJETIVO

0738 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

54000 - Ministério do Turismo

JUSTIFICATIVA

O turismo é um segmento econômico com grande potencial de crescimento, inclusive pelos impulsos advindos da realização de grandes eventos internacionais como a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016. Nesse sentido, seu crescimento deve estar afinado com a perspectiva da igualdade de gênero e raça e etnia. Por isso é fundamental que seja garantida a prioridade para mulheres e população negra, fazendo do turismo um ¿importante indutor da inclusão social. Uma inclusão que pode ser alcançada por duas vias: a da produção, por meio da criação de novos postos de trabalho, ocupação e renda, e a do consumo, com a absorção de novos turistas no mercado interno¿, conforme estabelece o Plano Nacional de Turismo. È preciso ampliar a presença das mulheres, negros e negras nas atividades econômicas dos megaeventos esportivos, iniciativas de empreendedorismo, incentivo ao turismo e ao artesanato, enfim, o acesso à toda cadeia produtiva do turismo.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 175 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Angela Portela

EMENDA

29200007

EMENTA

BANDA LARGA

PROGRAMA

2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

OBJETIVO

0751 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Chegar a 40 milhões de domicílios com Internet Banda Larga de qualidade por meio do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL)	Chegar a 42 milhões de domicílios com Internet Banda Larga de qualidade por meio do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL)

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Norte	4	milhões
Região Centro-Oeste		
Região Nordeste		
Região Sudeste		
Região Sul		

JUSTIFICATIVA

Segundo o Suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2008 sobre Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal, as regiões Sudeste (40,3%), Centro-Oeste (39,4%) e Sul (38,7%) registravam os maiores percentuais de usuários, e as regiões Norte (27,5%) e Nordeste (25,1%), os menores. Entre as unidades da federação, Distrito Federal (56,1%), São Paulo (43,9%) e Rio de Janeiro (40,9%) tinham os maiores percentuais de pessoas que acessaram a Internet; enquanto Alagoas (17,8%), Piauí (20,2%) e Maranhão (20,2%) apresentaram os menores percentuais. Ainda segundo a Pnad, 2008, regionalmente, a conexão por banda larga também foi disseminada e passou a ser a principal forma de acesso, com destaque para o Centro-Oeste, onde 93,4% das pessoas a usavam ¿ contra 57,1% em 2005. Por outro lado, a região Norte foi a que apresentou a menor proporção de pessoas acessando a Internet somente por banda larga (70,4% contra 40,5% em 2005). Em 2008, 17,95 milhões de domicílios brasileiros (31,2%) possuíam microcomputador, sendo 13,7 milhões (23,8%) com acesso à Internet. Mais da metade dos domicílios com computador (10,2 milhões) estavam no Sudeste, dos quais 7,98 milhões tinham com acesso à Internet. Em 2009, 35% dos domicílios investigados em todo o país (20,3 milhões) tinham microcomputador, frente a 31,2% em 2008, e 27,4% (16 milhões) também tinham acesso à Internet, contra 23,8% em 2008. A região Sudeste se manteve acima das duas médias nacionais: 43,7% e 35,4%, respectivamente. As regiões Norte (13,2% dos domicílios com computador) e Nordeste (14,4%) ainda seguiam com as menores proporções. Em 2006, a Munic fez um levantamento inédito da existência de planos ou políticas de inclusão digital nos municípios. A pesquisa identificou que em metade deles (52,9%) foi implantada uma iniciativa deste tipo. A preocupação com a inclusão digital esteve presente em 33 dos municípios com mais de 500 mil habitantes (91,7%), índice superior à média nacional (52,9%). Entre as grandes regiões, o destaque foi para o Sul (59,4%), seguido do Sudeste (57,9%) e Centro-Oeste (52,6%). O Norte e o Nordeste ficaram abaixo da média nacional, com 35,6% e 48,4%, respectivamente. O estabelecimento de uma meta de apenas 2 milhões de domicílios com o atendimento de banda larga é, praticamente, impedir mais da metade da população da Região Norte de ter o acesso à banda larga, hoje considerada item básico para o exercício da cidadania. Neste sentido propomos o aumento da referida meta, a qual ainda não abrange a totalidade dos domicílios da Região.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 176 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Ângelo Agnolin

EMENDA

26890001

EMENTA

Adequação e Ampliação do Aeroporto de Palmas -TO

PROGRAMA

2017 - Aviação Civil

OBJETIVO

0083 - Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.

INICIATIVA

NOVA - Ampliação e Adequação da Capacidade do Aeroporto de Palmas - TO

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/12/2012	30/12/2015	200.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

A cidade de Palmas, por sua localização estratégica, no centro geodésico do Brasil, se constitui em importante alternativa para a solução dos problemas de tráfego aéreo enfrentados nos principais aeroportos do país. A inserção de Palmas no eixo das conexões aéreas poderá torná-la a plataforma de entrada para os estados da Região Norte, desafogando, principalmente, o aeroporto de Brasília, que hoje sofre com o esgotamento de sua capacidade operacional. Tanto a pista do Aeroporto de Palmas quanto seu pátio de manobras inseridos em um sítio aeroportuário de 23.739.952.00m², possuem capacidade suficiente para receber aeronaves de grande porte, demandando, tão somente investimento na expansão da infraestrutura existente. Alie-se a isto o forte desenvolvimento do agronegócio e potencial turístico verificado no Estado do Tocantins que faz prever um grande aumento da demanda pelo transporte aéreo na região.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 177 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Ângelo Agnolin

EMENDA

26890002

EMENTA

APOIO A IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE COMBATE AO CRACK

PROGRAMA

2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas

OBJETIVO

0921 - Apoiar a estruturação de projetos e serviços voltados ao atendimento de usuários de drogas e seus familiares, de forma articulada ao Sistema Único de Saúde e Sistema Único de Assistência Social.

INICIATIVA

NOVA - APOIO A IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS DE CRACK, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
40.000.000	01/01/2012	31/12/2015	20.000.000	20.000.000

JUSTIFICATIVA

O crack é uma droga que se apresenta sob a forma de pasta endurecida ou ¿pedra¿, e que contém cocaína, uma substância psicoativa (que gera efeitos no cérebro e na mente). Ele inicialmente produz um efeito excitante do sistema nervoso, porém tem forte poder de causar dependência, além de outros problemas à saúde. A política do Governo Brasileiro de combate ao crack e outras drogas prevê o investimento de um volume significativo de recursos para combater o consumo de crack e outras drogas no País. O enfrentamento prevê três frentes que vão abordar prevenção, combate ao tráfico e tratamento. Esta emenda visa exatamente a construção de centros de reiserção social que permitam atacar a última etapa deste enfrentametno, qual seja, a do tratamento dos usuários. As ações previstas para o Estado do Tocantins incluem aquisição de equipamentos, custeio e implantação dos Centros acima referidos, qualificação e avaliação dos serviços e das redes de atenção em álcool e outras drogas; qualificação profissional; capacitação de novos profissionais de saúde.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Ângelo Agnolin

EMENDA

26890003

EMENTA

Bolsa Auxilio para tratamento de dependentes quimicos

PROGRAMA

2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas

OBJETIVO

0921 - Apoiar a estruturação de projetos e serviços voltados ao atendimento de usuários de drogas e seus familiares, de forma articulada ao Sistema Único de Saúde e Sistema Único de Assistência Social.

INICIATIVA

NOVA - Criação de Bolsa de Auxílio ao custeio de despesas com o tratamento de dependentes químicos em centros, clínicas especializadas e instituições sem fins lucrativos.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
230.040.000	01/01/2012	31/12/2015	57.510.000	172.530.000

JUSTIFICATIVA

O crack é uma droga de baixo custo, que se apresenta sob a forma de pasta endurecida ou pedra, composto, basicamente, de cocaína, uma substância psicoativa com graves efeitos para o cérebro. Ele, que inicialmente produz um efeito excitante para o sistema nervoso, possui enorme poder de causar dependência, acarretando graves problemas sociais e de saúde. A política do Governo Brasileiro de combate ao crack e outras drogas, prevê um volume significativo de recursos. O enfrentamento deste problema prevê três formas de abordagem: a prevenção, o combate ao tráfico e o tratamento dos dependentes. Esta emenda visa a criação de uma bolsa para auxílio ao tratamento de dependentes químicos através de entidades com reconhecida atuação neste campo. O papel desempenhado por estas entidades é de extrema importância, uma vez que, prestam à sociedade um serviço fundamental que, muitas vezes, o poder público não consegue prover. Como exemplo, podemos citar a Fazenda da Esperança, há mais de 20 anos atuando na recuperação de dependentes quimicos.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 179 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Ângelo Agnolin

EMENDA

26890004

EMENTA

Oferta de Agua - Iniciativa Nova - Água no Tocantins

PROGRAMA

2051 - Oferta de Água

OBJETIVO

0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.

INICIATIVA

NOVA - Implantação e ampliação de sistemas de infraestruturas hídricas no Estado do Tocantins

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
260.000.000	01/02/2012	30/12/2014	130.000.000	130.000.000

JUSTIFICATIVA

O Estado do Tocantins faz parte dos principais potenciais hídricos do Brasil, dessa forma o território demonstra importantes rios como o Araguaia, o Tocantins, do Sono, das Balsas e Paranã, no primeiro está situada a maior ilha fluvial do mundo, denominada de Ilha do Bananal. Portanto temos especificamente em três regiões do estado problemas em relação a perenização dos principais afluentes desses maiores rios o que vem causar sérios prejuízos a população que não estão habitadas as margens desses principais rios descritos acima. Garantir o acesso à água potável e ao consumo de hortaliças, garantindo a segurança alimentar e nutricional, para as famílias de baixa renda do sul, sudeste e centro oeste do estado do Tocantins, com o uso de tecnologias simples e eficiente algumas destas tecnologias já implantadas na região sudeste do Estado do Tocantins, como é o caso das Barraginhas, Cisternas de Captação de Agua da Chuva , Poço Artesiano e Tecnologia PAIS, estruturas simples e eficiente de captação de água da chuva e de aproveitamento sustentável de recursos pluviais, bem como fomentar a formação e a capacitação para a convivência nessas regiões. Estaremos garantindo o suprimento de água de boa qualidade para as famílias, diminuindo significativamente os problemas com doenças e mortalidade infantil nestas comunidades. Tudo isso com respeito e responsabilidade ambiental e com visão voltada ao sustentável, para que possam resgatar a cidadania e a dignidade as famílias. Afinal água é direito de todos.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 180 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Ângelo Agnolin

EMENDA

26890005

EMENTA

Ministério da Justiça - Inclusão de Metas do Bolsa Auxilio

PROGRAMA

2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas

OBJETIVO

0921 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Atender 2.000 pessoas através de Bolsa de Auxílio ao tratamento de dependentes químicos

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Nacional	2.000	pessoas

JUSTIFICATIVA

O crack é uma droga de baixo custo, que se apresenta sob a forma de pasta endurecida ou pedra, composto, basicamente, de cocaína, uma substância psicoativa com graves efeitos para o cérebro. Ele, que inicialmente produz um efeito excitante para o sistema nervoso, possui enorme poder de causar dependência, acarretando graves problemas sociais e de saúde. A política do Governo Brasileiro de combate ao crack e outras drogas, prevê um volume significativo de recursos. O enfrentamento deste problema prevê três formas de abordagem: a prevenção, o combate ao tráfico e o tratamento dos dependentes. Esta emenda visa a criação de uma bolsa para auxílio ao tratamento de dependentes químicos através de entidades com reconhecida atuação neste campo. O papel desempenhado por estas entidades é de extrema importância, uma vez que, prestam à sociedade um serviço fundamental que, muitas vezes, o poder público não consegue prover. Como exemplo, podemos citar a Fazenda da Esperança, há mais de 20 anos atuando na recuperação de dependentes quimicos.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 181 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Ângelo Agnolin

EMENDA

26890006

EMENTA

Oferta de Água - Inclusão de 49 municípios atendidos pelo programa na Regiao Norte

PROGRAMA

2051 - Oferta de Água

OBJETIVO

0479 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Descrição do PL	Descrição Proposta
Regularizar a oferta de água para os sistemas de abastecimento	

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Norte	49	município
Região Sul	0	município
Região Sudeste	0	município
Região Nordeste	0	município
Região Centro-Oeste	0	município

JUSTIFICATIVA

O Estado do Tocantins faz parte dos principais potenciais hídricos do Brasil, dessa forma o território demonstra importantes rios como o Araguaia, o Tocantins, do Sono, das Balsas e Paranã, no primeiro está situada a maior ilha fluvial do mundo, denominada de Ilha do Bananal. Portanto temos especificamente em três regiões do estado problemas em relação a perenização dos principais afluentes desses maiores rios o que vem causar sérios prejuízos a população que não estão habitadas as margens desses principais rios descritos acima. Garantir o acesso à água potável e ao consumo de hortaliças, garantindo a segurança alimentar e nutricional, para as famílias de baixa renda do sul, sudeste e centro oeste do estado do Tocantins, com o uso de tecnologias simples e eficiente algumas destas tecnologias já implantadas na região sudeste do Estado do Tocantins, como é o caso das Barraginhas, Cisternas de Captação de Agua da Chuva , Poço Artesiano e Tecnologia PAIS, estruturas simples e eficiente de captação de água da chuva e de aproveitamento sustentável de recursos pluviais, bem como fomentar a formação e a capacitação para a convivência nessas regiões. Estaremos garantindo o suprimento de água de boa qualidade para as famílias, diminuindo significativamente os problemas com doenças e mortalidade infantil nestas comunidades. Tudo isso com respeito e responsabilidade ambiental e com visão voltada ao sustentável, para que possam resgatar a cidadania e a dignidade as famílias. Afinal água é direito de todos.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 182 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Ângelo Agnolin

EMENDA

26890007

EMENTA

Pesca e Agricultura - Unidades Demonstrativas de Tanques Redes na Regiao Norte

PROGRAMA

2052 - Pesca e Aquicultura

OBJETIVO

0567 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Implantar e manutenir 78 unidades demonstrativas de aquicultura em tanques-rede, tanques escavados e canais de irrigação	Implantar e manutenir 105 unidades demonstrativas de aquicultura em tanques-rede, tanques escavados e canais de irrigação

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Norte	27	unidade
Região Nordeste	0	unidade
Região Sudeste	0	unidade

JUSTIFICATIVA

O Brasil tem potencial para se tornar primeiro produtor e maior exportador mundial de pescado, e o Estado do Tocantins pode contribuir significativamente neste sentido. Condições climáticas e ambientais e uma enorme superfície de água, tanto nos rios, como nos lagos formados pela construção de usinas hidrelétricas são alguns dos fatores que fazem da Região Norte um potencial produtor aquícola. De acordo com o Ministério da Pesca, ao se permitir a instalação de redes em tanques de usinas hidrelétricas já existentes, a produção de peixes do país poderá ser equivalente à da China, maior produtora mundial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Anibal Diniz

EMENDA

29120001

EMENTA

Revitalizar a bacia hidrográfica no Estado do Acre

PROGRAMA

2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

OBJETIVO

0665 - Promover a revitalização de bacias hidrográficas por meio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade.

INICIATIVA

NOVA - Revitalização de Bacia Hidrográfica no Estado do Acre

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
60.000.000	01/01/2012	31/12/2015	10.000.000	50.000.000

JUSTIFICATIVA

O Governo elaborou o Plano Estadual de Recursos Hídricos do Acre - PLERH que tem como base: (i) Gerenciamento integrado dos recursos hídricos; (ii) Sistema de gerenciamento de recursos Hídricos; e, (iii) Sistema de informações sobre recursos hídricos. Para a elaboração do PLERH foram definidas seis Unidades de Gestão de Recursos Hídricos - UGRHs, consideradas como recortes espaciais de referência para o estabelecimento dos objetivos estratégicos correspondentes às bacias dos principais rios do Estado: Alto Juruá, Alto Purus, Tarauacá, Envira, Acre e Abunã, alguns dos quais compartilhados com Peru, Bolívia, além dos Estados do Amazonas e Rondônia. O Objetivo é a definição da melhor forma de utilizar os Recursos Hídricos para que as águas continuem sempre limpas e próprias para uso. A Bacia do Rio Acre é uma das mais importantes do Estado, pois corta os principais municípios das Regionais do Baixo e Alto Acre, concentrando mais de 60% da população e 72 % do desmatamento do Acre. O assoreamento do Rio Acre, impulsionado principalmente pela ocupação desordenada das décadas de 70 e 90, vem reduzindo o nível das águas drasticamente ao longo dos anos, causando transtornos à população ribeirinha e das cidades, como dificuldade de transporte e falta de água tratada. Nesse sentido, a presente emenda visa à conservação e recuperação dessas bacias que são fundamentais para reverter o atual quadro.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 184 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Anibal Diniz

EMENDA

29120002

EMENTA

Combate ao tráfico de drogas

PROGRAMA

2070 - Segurança Pública com Cidadania

OBJETIVO

0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.

INICIATIVA

NOVA - Fortalecimento e aprimoramento da capacidade de enfrentamento à criminalidade, as drogas e armas, aos ilícitos característicos da região de Fronteira no Estado do Acre.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	01/01/2012	31/12/2015	25.000.000	75.000.000

JUSTIFICATIVA

A necessidade de se traçar uma política sobre drogas para o Estado do Acre vem se tornando uma necessidade cada vez maior, levando-se em conta a localização geográfica do Estado, contando com extensas fronteiras internacionais com os países Peru e Bolívia (71,90% de sua linha fronteiriça total), por onde escoam contrabando e tráfico de drogas, atividades reconhecidamente recrutadora de jovens pobres, fora da escola e sem emprego, cujas esperança e auto-estima são baixas e, portanto, facilmente conversíveis pelo falso poder do dinheiro fácil que lhes oferecem os traficantes. No que tange as vulnerabilidades do Estado, um dos principais fatores de risco são as drogas ilícitas. De acordo com o relatório da Organização Mundial de Saúde (2008) a área de cultivo de coca aumentou 4% no Peru e 6% na Bolívia. Vale destacar que a fronteira seca do Acre com esses países são de 618 km com a Bolívia e 1.350 km com o Peru. Conforme informações da Polícia Federal, cerca de 90% das drogas apreendidas no Acre vem do Peru. A concentração populacional em Rio Branco abriga contradições sociais gritantes. Grande parte da população vem dos municípios do interior do Estado e da zona rural, em busca de uma vida melhor - que nem sempre é encontrada. Deparado-se com uma realidade diferente da desejada, muitos desses indivíduos ficam à margem da sociedade, sem ter acesso aos direitos de cidadãos, passando a ser usados por grupos de traficantes, para venderem drogas, principalmente na periferia da cidade. Outro destaque na venda de drogas ocorre na cidade de Cruzeiro do Sul, segunda maior cidade do Estado, que faz fronteira com o Peru, onde, por vários vezes, a imprensa já noticiou a existência de grupos estrangeiros que utilizam a população residente na floresta, como mão-de-obra, em laboratórios existente no interior da floresta. Este fato é ajudado pela existência de densa floresta nas fronteiras e a inexistência de estradas em muitas localidades, o que dificulta a atuação da polícia, que não dispõe de equipamentos modernos e eficazes para atuar nessas localidade fronteiriças. Neste sentido, a presente emenda visa garantir recursos para o Fortalecimento e aprimoramento da capacidade de enfrentamento à criminalidade, as drogas e armas, aos ilícitos característicos da região de Fronteira no Estado do Acre.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 185 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Anibal Diniz

EMENDA

29120003

EMENTA

Recuperação de áreas degradas no Estado do Acre

PROGRAMA

2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

OBJETIVO

0743 - Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).

INICIATIVA

NOVA - Promoção do manejo florestal sustentável, por meio de assistência técnica e extensão rural, capacitação, instrumentos econômicos e financeiros e fomento no Estado do Acre

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	01/01/2012	31/12/2015	25.000.000	75.000.000

JUSTIFICATIVA

As áreas degradadas representam 3,74% dos 15,3 milhões de hectares do Estado do Acre, sendo 1,75% em áreas agrícolas e 1,98% em pastagens. Atualmente existem, no município de Rio Branco, 17 projetos de reforma agrária com 5.911 famílias assentadas numa área de 408.554 ha. Destes, 7 (sete) são pólos agroflorestais, os quais representam uma nova modalidade de Assentamento Rural. O município de Rio Branco possui uma área total de 883.145,7368 hectares, segundo o levantamento das potencialidades Econômicas e Vantagens Competitivas do SEBRAE/PRODER, referente ao ano de 2000, o município possui 20,07% de sua cobertura vegetal desmatada. Dados que correspondem a mais de 177.247 hectares desmatados só na capital do Acre. Essas áreas respondem por apenas 0,7% para a agricultura e 22,1% em pastagens. Grande parte destes percentuais é passível de reincorporação ao setor produtivo agrícola, por meio da mecanização, articulada com os demais programas desenvolvidos pelos gestores públicos (governo federal, estadual e municipal), com destaque para os programas de recuperação de estradas vicinais, de assistência técnica e extensão rural (ATER), escoamento da produção, feiras e mercados, dentre outros. A mecanização agrícola destaca-se como uma das principais práticas necessárias para elevação do nível tecnológico e conseqüente aumento das áreas agricultáveis e da produção familiar rural em Rio Branco. O objetivo principal desse desafio é o de ampliar a área cultivada e também a produtividade no município de Rio Branco, através da mecanização de áreas rurais degradadas e/ou subutilizadas. Especificamente pretende-se aumentar a produtividade e da produção agroflorestal das famílias dos Pólos Agroflorestais, projetos de Assentamentos Agrícolas e das comunidades ribeirinhas; ampliar a utilização racional do solo agrícola, baseado na sua aptidão e na sua capacidade de uso; incrementar o número de hectares de áreas subutilizadas para a exploração agroflorestal ao processo produtivo, evitando o desmatamento no ambiente da agricultura familiar. A presente emenda visa garantir recursos para Promover o manejo florestal sustentável, de uso múltiplo, com enfoque comunitário e familiar, visando conciliar a manutenção e uso das florestas e a integração com demais sistemas produtivos, ampliando a oferta de produtos e gerando renda.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Anibal Diniz

EMENDA: 29120004

EMENTA: Ponte sobre o Rio Madeira

PROGRAMA: 2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO: 0140 - Adequar as interseções das rodovias federais pavimentadas que apresentem travessias fluviais ou cruzamento de vias, de forma a garantir a continuidade do tráfego.

INICIATIVA: NOVA - Construção de Ponte sobre o Rio Madeira - na BR-364

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/01/2012	31/12/2014	100.000.000	400.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa viabilizar no PPA 2012/2015 a construção da Ponte do Rio Madeira, na BR-364, ligando o Estado do Acre aos demais Estados Brasileiros. Atualmente, o Acre é o único Estado Brasileiro que não possui ligação rodoviária com os demais Estados da Nação, restringindo-se unicamente à travessia via balsa no Rio Madeira, na BR-364, o que, em geral, limita o desenvolvimento do Estado em períodos em que ocorre a baixa da água do Rio Madeira, acarretando no encalhamento dos veículos náuticos em bancos de areias ao longo do leito; e em decorrência, provocando longo congestionamento de carros e caminhões que chegam a contabilizar aproximadamente de 12 horas de atraso e, corriqueiramente, o desabastecimento do Estado. A construção da Ponte sobre o Rio Madeira beneficiará todo o Brasil visto que dará acesso aos países vizinhos, viabilizando a ligação do Brasil com oceano pacífico através da Rodovia Transoceânica.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 187 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Anibal Diniz

EMENDA

29120005

EMENTA

Estadas Vincinais - viária municipal e territorial para escoamento da produção dos agricultores familiares -aquisição de máquinas e equipamentos para recuperação de estradas vicinais no Estado

PROGRAMA

2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

OBJETIVO

0980 - Ampliar e qualificar a oferta de bens e serviços para a melhoria da infraestrutura territorial, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.

INICIATIVA

NOVA - Melhoria da infraestrutura viária estadual para escoamento da produção dos agricultores familiares - aquisição de máquinas e equipamentos para recuperação de estradas vicinais no Estado do Acre

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
400.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

No Estado do Acre o desenvolvimento de atividades produtivas no meio rural depende da funcionalidade de estradas vicinais e de mecanismos de escoamento, para consolidar as cadeias produtivas locais garantindo o abastecimento das cidades. O alto índice pluviométrico da região e a tipologia sedimentar dos solos, dificultam trafegabilidade das vias vicinais assim como suas condições de manutenção, comprometendo o escoamento dos produtos em até 8 (oito) meses do ano. O Estado tem que buscar estratégias para recuperação e manutenção da malha de vicinais, que hoje representa 8.000 km. A terceirização de serviços em alguns municípios torna-se inviável, principalmente por causa das distâncias e a falta de equipamentos para locação, o que aumenta consideravelmente os custos por km, representando um percentual muito elevado no Orçamento Geral do Estado. Diante desse cenário, em 2003 o Governo do Estado em parceria com as comunidades rurais, prefeituras e o INCRA criaram um Programa Anual de Recuperação de Ramais - PARR, programa esse que apresenta dificuldades pela falta de equipamentos e insumos para a execução anual de seus trabalhos. Além disso, para incentivar a produção o Estado garante assistência técnica, promove políticas de crédito e intensifica a eletrificação rural. Ao longo desta rede de estradas vicinais já construídas, denominada localmente de "ramais", habitam mais de 22.000 famílias que necessitam acessar o mercado para garantir renda e sobrevivência. No entanto, a falta de conservação e manutenção tem levado a perdas significativas da produção com o aumento do endividamento dos agricultores familiares e risco de migração para os centros urbanos. Esta Emenda visa disponibilizar anualmente alocar recursos para a conservação e manutenção de ramais no Estado do Acre, garantindo a conservação de aproximadamente 400 km/ano de estradas vicinais, melhorando a infra-estrutura no meio rural e garantindo o escoamento da produção agroflorestal o ano inteiro.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 188 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Anthony Garotinho

EMENDA

27770001

EMENTA

Implantação da Infraestrutura de Rede Nacional de Banda Larga

PROGRAMA

2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

OBJETIVO

0751 - Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.

INICIATIVA

NOVA - Implantação da Infraestrutura de Rede Nacional de Banda Larga e Redes Sem Fio (Wireless) para Região Sudeste

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
400.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

A implantação da Infra-estrutura de Rede Banda Larga e Rede Sem Fio na Região Sudeste, tanto em capacidade como em abrangência exigirá ampliação dos investimentos. Para implantação da infra-estrutura da Região Sudeste, será necessária a aquisição de equipamentos de telecomunicações para ativação das fibras ópticas, usando tecnologia DWDM (Dense Wavelenght Division Multiplexing), criação de rede de transporte em rádio digital de alta velocidade para interligação dos Pontos de Presença (POPs) aos municípios (backhaul), integração da rede aos pontos de troca de tráfego Internet (PTTs), estruturação de rede IP para prestação de serviços multimídia e estabelecimento de parcerias para massificar o acesso em banda larga. Além disso, a operação e gerenciamento será realizada por meio de Centros de Manutenções terceirizados, cabendo à equipe própria da TELEBRÁS o acompanhamento e fiscalização dos respectivos contratos. Finalidade: Proporcionar o acesso à Internet em banda larga aos cidadãos, instituições, Governo, entidades da sociedade civil e empresas. Expandir a cobertura do servço, elevar a velocidade de transmissão. O principal objetivo é massificar o acesso à Internet em banda larga para os cidadãos, instituições do governo, entidades da sociedade civil e empresas. Resultado : acelerar o desenvolvimento econômico e social, promover a inclusão digital, reduzir as desigualdades social e regional, promover a geração de emprego e renda, facilitar aos cidadãos o uso dos serviços do Estado, promover a capacitação da população para o uso das tecnologias de informação e aumentar a autonomia tecnológica e a competitividade brasileiras. A partir da aprovação desta emenda, estaremos caminhando para alcançar o objetivo da expansão da cobertura do serviço e a elevação da velocidade disponível.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 189 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Anthony Garotinho

EMENDA

27770002

EMENTA

Construção de Ponte Ligando São João da Barra a São Francisco de Itabapoana - BR 356 - No Estado do Rio de Janeiro

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - Construção de Ponte Ligando São João da Barra a São Francisco de Itabapoana - BR 356 - No Estado do Rio de Janeiro

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
78.000.000	01/01/2012	31/12/2015	30.000.000	48.000.000

JUSTIFICATIVA

Com a viabilidade dessa obra, a história econômica das Regiões Norte e Noroeste do Rio de Janeiro começará a mudar, com benefícios econômicos e sociais, diretos e indiretos, para todos os municípios, estimulando o turismo, a agricultura, a indústria ceramista e até mesmo a atividade pesqueira. Destaca-se, ainda, que a conclusão da ponte encurtará em aproximadamente 40 quilômetros o percurso entre as plantações, localizadas na margem esquerda do rio e as usinas, retrando do centro das cidades o tráfego de caminhões pesados. Objetivo : Ligar São João da Barra a São Francisco de Itabapoana. Finalidade : Conclusão da Ponte João Figueiredo.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 190 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Antonio Carlos Valadares

EMENDA

22460001

EMENTA

01 - Canal Xingó

PROGRAMA

2013 - Agricultura Irrigada

OBJETIVO

0544 - Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado.

INICIATIVA

NOVA - Implantação do Canal Xingó

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2.430.000.000	15/02/2013	30/12/2017	500.000.000	1.930.000.000

JUSTIFICATIVA

O Canal de Xingó, a ser instalado em região semiárida, deverá atender de forma integral a população e as empresas estabelecidas naquela área: Perímetros irrigados, destacando-se neste grupo o Perímetro Manoel Dionísio, a ser implantado com aproximadamente 4.700 ha irrigados, localizado nas imediações do reservatório da UHE Xingó; 54 assentamentos de reforma agrária que totalizam mais de 50 mil hectares e beneficiam mais de 2.800 famílias de pequenos produtores; Sistemas de abastecimento d'água de diversas cidades ao longo do traçado do Canal, inclusive para a Região Metropolitana de Aracaju, cujas fontes atuais serão insuficientes no prazo de 15 anos; Aglomerados populacionais e populações difusas, em áreas semiurbanizadas e rurais, a serem atendidos por sistemas simplificados de abastecimento d'água e, em última instância, por chafarizes e caminhões-pipa, recorrendo-se quando indicado à reservação por meio de cisternas; Dessedentação de criatórios bovino leiteiro e ovino caprinocultura; A pequena indústria, complementar à atividade agrícola. O canal alterará substancialmente o quadro natural de oferta de água, promovendo o suprimento às múltiplas demandas hídricas. O projeto beneficiará o desenvolvimento das atividades produtivas na área de agricultura irrigada, pecuária e agricultura de sequeiro, com possibilidade de renda líquida total anual superior a R$ 300 milhões. Estima-se que cerca de 90 mil novos empregos serão gerados pelo empreendimento, sendo 69 mil empregos diretos, previstos para serem ocupados pela população da zona rural dos municípios, e 21 mil empregos indiretos relacionados com atividades a serem desenvolvidas nas áreas urbanas. O Projeto Xingó deverá fomentar um aumento de 23% no PIB regional, quando alcançar a estabilização da produção.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 191 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Antonio Carlos Valadares

EMENDA

22460002

EMENTA

02 - Construção de Canais de Drenagem e Obras Complementares na Zona de Expansão da Cidade de Aracaju

PROGRAMA

2068 - Saneamento Básico

OBJETIVO

0610 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.

INICIATIVA

NOVA - Construção de Canais de Drenagem e Obras Complementares na Zona de Expansão da Cidade de Aracaju

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
350.000.000	15/02/2012	30/12/2015	100.000.000	250.000.000

JUSTIFICATIVA

O Município de Aracaju tem um território pequeno e toda sua área é urbana, não tendo, praticamente, espaços vazios para ocupações, exceto a Zona de Expansão, que é uma área de planície, próxima a Zona de praia, entretanto não tem uma infraestrutura, que suporte o seu adensamento intenso. Essa área de planície marinha com baixas altitudes e forte influência das marés vem sendo ocupada com a implantação de loteamentos, conjuntos e condomínios residenciais. Devido à ausência de drenagem na área e a ocupação do solo, com a sua impermeabilização, tem provocado inundações em épocas de chuvas. O projeto permite resolver os sérios problemas de macro drenagem da região, pois permite a canalização da micro drenagem e pavimentação do sistema viário das vias secundárias, desenvolvendo a região e impulsionando a economia local e de toda a Cidade.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 192 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Antonio Carlos Valadares

EMENDA

22460003

EMENTA

03 - Implantação de Projeto de Substituição de Habitações Subnormais

PROGRAMA

2049 - Moradia Digna

OBJETIVO

0383 - Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

INICIATIVA

NOVA - Implantação de Projeto de Substituição de Habitações Subnormais

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
300.000.000	15/02/2012	30/12/2015	100.000.000	200.000.000

JUSTIFICATIVA

O Programa Estadual de Habitação de Interesse Social deverá contemplar as ações e metas apontadas pelo Plano Estadual de Habitação de Interesse Social - PHEIS. A meta de redução do déficit habitacional prevista pelo PHEIS considera todo o estado e o planejamento abrange um período de 11 anos. Dentre as ações previstas para os próximos 4 anos, encontra-se a melhoria de habitações precárias construídas em taipa, utilizadas por famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Dessa forma, o Governo do Estado estará combatendo os principais focos de doenças e mortalidade nas regiões em que há maior número desse tipo de habitação subnormal. A forma de intervenção do projeto prevê avaliação da necessidade de demolição da casa de taipa para construção de uma nova unidade ou a possibilidade de reforma das casas que apresentarem melhores condições físicas. Para a execução das ações serão envolvidas as equipes da Secretarias de Estado de Inclusão e Desenvolvimento Social-SEIDES e de Desenvolvimento Urbano-SEDURB, contando com a participação dos municípios contemplados.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 193 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Antonio Carlos Valadares

EMENDA

22460004

EMENTA

04 - Implantação de Nova Via de Acesso à Capital - Via Vermelha

PROGRAMA

2054 - Planejamento Urbano

OBJETIVO

0321 - Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados.

INICIATIVA

NOVA - Implantação de Nova Via de Acesso à Capital - Via Vermelha

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
250.000.000	15/02/2012	30/12/2015	50.000.000	200.000.000

JUSTIFICATIVA

A via estruturante pretendida se localiza no Aglomerado Urbano da Grande Aracaju e interligará os municípios de Aracaju, São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros, a partir da Rodovia BR-235 à Rodovia Estadual dos Náufragos e a SE-100 Sul, beneficiando um população de mais de 800(oitocentos) mil habitantes, por diversos núcleos urbanos ao longo de seu traçado, criando um corredor de tráfego para transporte de alta velocidade e trechos de ciclovias. Essa via será de vital importância para o Desenvolvimento, Econômico, Industrial, social e Turístico da região metropolitana de Aracaju. Com a construção das pontes Joel Silveira e Gilberto Amado, haverá a necessidade de uma nova alternativa de acesso entre as BRs 101 e 235 ao litoral sul Aracajuano sem a utilização das vias existentes.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Antonio Carlos Valadares

EMENDA

22460005

EMENTA

05 - Duplicação da BR 235 - Entroncamento da BR 101 até a Divisa SE/BA - Km 8,3 a 114,8

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - Duplicação da BR 235 - Entroncamento da BR 101 até a Divisa SE/BA - Km 8,3 a 114,8

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
600.000.000	15/02/2012	30/12/2015	150.000.000	450.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa aumentar 106,5 km na meta para adequação de rodovias federais para viabilizar a possibilidade de duplicação da BR 235 no Estado de Sergipe. Essa duplicação já era necessária há mais de 10 anos devido ao grande fluxo de carros que transitam por essa rodovia. A obra vai melhorar a qualidade de vida da população que mora às margens dessa rodovia, trará aos comerciantes mais lucro com a parada segura dos carros nessas localidades, escoará a produção agrícola da região com mais rapidez. Será uma rodovia segura que contará com redutores de velocidades, uma adequada e moderna sinalização e trará enormes benefícios para todos que moram principalmente na região Agreste do Estado. A rodovia BR 235 no Estado de Sergipe, interliga a BR 101, no km 8,3 até a divisa com o Estado da Bahia no km 114,8, passando pelos municípios de Areia Branca, Itabaiana (que é um dos maiores municípios sergipanos sendo grande produtor agrícola, de comercio pujante, tendo como referencia uma das cidades do Brasil com uma das maiores frotas de caminhões, sendo também uma dos grandes centros regionais do Estado), Ribeirópolis, Frei Paulo e Carira (que é o maior produtor de milho do Estado, contribuindo para que Sergipe atinja uma produção de 1.000.000 de toneladas desse grão, passando a ser o maior produtor do Nordeste), sendo também uma das vias de acesso ao município de Lagarto (que é outro centro regional, que foi recentemente contemplada com um novo campos da Universidade Federal de Sergipe), como também aos municípios de Nossa Sra da Glória (que é outro grande centro regional, principalmente na produção de Leite), Canindé do São Francisco (cidade onde se localiza a Hidroelétrica de Xingó, e onde está localizado no Rio São Francisco o quinto maior cânion do mundo, tornando a cidade como o segundo maior destino turístico do Estado). No contexto nacional a BR 235 interliga o Estado de Sergipe ao Estado da Bahia, passando por Juazeiro, chegando a Pernambuco no município de Petrolina(pólo produtor de Frutas). Esta Rodovia é também de grande importância para escoamento da produção de fertilizantes nitrogenados, potássio, cimento, álcool, açúcar e milho do estado de Sergipe para os interiores dos estados da Bahia, Pernambuco, etc..., como também futuramente poderá ser utilizada no transporte da produção de frutas da Região de Petrolina para o Porto de Sergipe, por ser o menor percurso entre a citada região e qualquer outro porto do Nordeste. A rodovia a ser duplicada possui uma extensão de 106,5 km, com custo estimado de R$ 600.000.000,00.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Antonio Carlos Valadares

EMENDA

22460006

EMENTA

06 - Banda Larga em Sergipe (Empreendimento Prioritário - Senador Antonio Carlos Valadares)

PROGRAMA

2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

OBJETIVO

0752 - Promover o uso de bens e serviços de comunicações, com ênfase nas aplicações, serviços e conteúdos digitais criativos para potencializar o desenvolvimento econômico e social do País.

INICIATIVA

NOVA - Implantação do Programa Nacional de Banda Larga em Sergipe

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
120.000.000	15/02/2012	30/12/2015	60.000.000	60.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda pretende contribuir para erradicar os últimos resquícios de subdesenvolvimento e pobreza que ainda geram tantos problemas para o Estado de Sergipe. Segundo pesquisas da Organização das Nações Unidas (ONU), o uso da tecnologia da informação pode agir positivamente no combate à pobreza e marginalização social e econômica. Dessa forma, parece providencial que o Poder Público adote como iniciativa no âmbito do PPA 2012-2015 a implantação de verdadeiros Cinturões Digitais nos locais onde, historicamente, estão localizados os Cinturões de Pobreza e os Cinturões da Violência. A aprovação desta emenda e a efetiva implantação do Programa Nacional de Banda Larga no Estado de Sergipe será responsável pela geração de emprego e renda, capacitação profissional, diminuição de custos operacionais e, acima de tudo, será responsável pela inclusão dos sergipanos que ainda vivem à margem do desenvolvimento econômico e social. O Brasil desenvolve-se a passos largos e Sergipe pode contribuir muito com este crescimento.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 196 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Antonio Carlos Valadares

EMENDA

22460007

EMENTA

07 - Interligação de Avenidas à Coroa do Meio (Empreendimento Prioritário - Valadares Filho)

PROGRAMA

2054 - Planejamento Urbano

OBJETIVO

0321 - Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados.

INICIATIVA

NOVA - Interligação das Avenidas Tancredo Neves e Beira Mar ao Bairro Coroa do Meio em Aracaju/SE

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
82.000.000	15/02/2012	30/12/2015	30.000.000	52.000.000

JUSTIFICATIVA

O projeto consiste na construção de uma ponte com extensão de 340 metros, sobre a Maré do Apicum, além de sistema viário necessário, interligando avenidas de acesso à Zona Sul ao Bairro Coroa do Meio. O crescimento imobiliário nos bairros da Zona Sul (Atalaia, Coroa do Meio e Zona de Expansão), atrelado ao aumento do número de veículos que circulam nas principais avenidas da cidade tem proporcionado dificuldade de fluidez ao tráfego viário na região. Portanto, trata-se de obra a ser feita em caráter imediato, pois a situação já é problemática e será de grande valor para a melhoria do trânsito naquela região da cidade, pois eliminará mais um ponto crítico e trazer fluidez ao tráfego local.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 197 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Antonio Carlos Valadares

EMENDA

22460008

EMENTA

08 - Centro de Convenções e Feiras de Sergipe (Empreendimento Prioritário - Deputado André Moura)

PROGRAMA

2076 - Turismo

OBJETIVO

0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro.

INICIATIVA

NOVA - Construção do Centro de Convenções e Feiras de Sergipe

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
70.000.000	15/02/2012	30/12/2015	20.000.000	50.000.000

JUSTIFICATIVA

O turismo sergipano vem passando nos últimos anos por um período de expansão, demonstrado por taxas médias de crescimento de 9% a.a entre o período 2007-2010, passando de 565.000 para 733.000 turistas em 2010. A rede hoteleira local apresenta desempenho semelhante, com evolução de aproximadamente 11.600 leitos em 2007 para 15.100 em 2010. O fluxo turístico sergipano é ainda fortemente influenciado pela motivação de negócios. O crescimento recente da motivação do turismo de lazer no fluxo turístico estadual, se de um lado mostra a resposta do mercado ao aumento dos investimentos públicos em promoção e infraestruturas turísticas, também demonstram a sensibilidade do turismo de negócios às crises econômicas recentes. Uma estratégia de desenvolvimento turístico que foque na competitividade e sustentabilidade do destino, requer a criação de um mix de atrativos que consigam captar as mais diversas motivações de viagem. Neste sentido, um segmento importante para o desenvolvimento do turismo é o setor de eventos. Em Sergipe, a estrutura atual de eventos, o Centro de Convenções de Sergipe, data de final dos anos 80 do século passado. Com pavilhão de 5.000 m2(sem climatização), e capacidade máxima para receber 1.100 pessoas (maior auditório tem capacidade para 400 pessoas), não permite que o Estado de Sergipe possa candidatar-se a eventos de médio e grande portes. O turismo de eventos apresenta algumas vantagens quando comparados ao turismo de lazer: menor sazonalidade, maior gasto médio do turista, maior capacidade de negociação do destino com os responsáveis pela realização dos eventos (extremamente pulverizado entre vários tipos e categorias profissionais), possibilidade de transformação do turista de eventos em turista de lazer,etc. Localizado em uma área próxima ao Aeroporto de Aracaju, o projeto do novo Centro de Convenções e Feiras de Sergipe prevê a construção de um centro de convenções de 20.000 m², 01 pavilhão de feiras de 10.000 m² (com área disponível para expansão de mais dois módulos), com estacionamento para 2.500 veículos, o que proporcionará ao Estado de Sergipe a competitividade no setor de médios (principalmente) e grandes eventos no Brasil.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Antonio Carlos Valadares

EMENDA

22460009

EMENTA

09 - Resíduos Sólidos em Municúipios Sergipanos (Empreendimento Prioritário - Deputado Márcio Macedo)

PROGRAMA

2067 - Resíduos Sólidos

OBJETIVO

0319 - Ampliar o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a gestão consorciada dos serviços e a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.

INICIATIVA

NOVA - Implantação do Sistema de Gestão Integrada e Regionalizada dos Resíduos Sólidos nos Municípios Sergipanos

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
120.000.000	15/02/2012	30/12/2015	40.000.000	80.000.000

JUSTIFICATIVA

A problemática da gestão de resíduos sólidos (RS) no Brasil é recorrente entre os pesquisadores e estudiosos, no tocante às questões sócio ambiental e territorial. Os Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) são, talvez, o maior desafio das cidades contemporâneas. A disposição final inadequada dos RS em lixões a céu aberto, como a realidade brasileira e sergipana deixa patente, além de produzir uma paisagem degradada e com altos níveis de contaminação e riscos, descumpre a legislação e não apresenta sustentabilidade ambiental. Diversos problemas no âmbito das formas de tratamento de RSU e dos programas de coleta seletiva vêm sendo detectados gerando um crescente risco sócio-ambiental. Sabe-se que o lançamento de lixo a céu aberto provoca degradação e poluição ambiental, além de provocar danos à saúde humana, pela geração de percolados, gases e proliferação de vetores (moscas, mosquitos, ratos, baratas e outros). Sergipe tem uma população estimada em 2.068.031 habitantes (IBGE 2010),distribuídos em 75 municípios, nos quais as prefeituras realizam 100% do serviço de varrição e coleta, com sérios problemas na disposição final ambientalmente inadequada dos resíduos sólidos urbanos. A questão dos resíduos sólidos no Estado de Sergipe é bastante preocupante, uma vez que 100% dos municípios dispõem estes materiais em lixões a céu aberto, próximo de domicílios, de cursos d¿água e outras áreas, ferindo os padrões mínimos de disposição final de resíduos indicados pela legislação. Não obstante, os entulhos da construção civil (metralha) são depositados diretamente no próprio lixão ou em bota-foras que se transformam em lixões. Tal situação decorre das fragilidades institucionais, técnicas e econômicas dos municípios, mas em grande medida também da falta de escala para a adequada gestão dos serviços, conseqüência de sua prestação isolada em cada município, o que inviabiliza o emprego das tecnologias necessárias e adequada qualificação do corpo técnico. A estratégia de regionalização dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos vem se afirmando desde 2005 com a instituição da Lei Federal 11.107, que trata dos Consórcios Públicos e da Gestão Associada de Serviços Públicos, regulamentada pelo Decreto 6.017, em 17 de janeiro de 2007, que dispõe sobre as normas gerais de contratação de consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum. Juntos representam um salto na otimização para a solução de problemas em âmbito regional, principalmente no tocante a resíduos sólidos. Nesse contexto, as Leis 11.445/2007 e 12.305/2010 trazem importantes contribuições para a gestão dos serviços de saneamento, em especial aos de resíduos sólidos, entre os quais se insere a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos, ao instituir o planejamento, a regulação, a fiscalização e o controle social como instrumentos indispensáveis para a prestação dos serviços à população. As cidades sergipanas apresentam notáveis deficiências de saneamento ambiental, principalmente na área de resíduos sólidos (RS). A situação é grave e se manifesta em toda a cadeia que compõe os RS, com destaque para a disposição final nos indesejados lixões e para as dificuldades de aproveitamento econômico e geração de renda. Tal problema tende a se ampliar, uma vez que aumentam os depósitos clandestinos, a produção de resíduos sólidos e a degradação ambiental resultante da atividade, tanto na escala urbana como no território rural. A urbanização e a visão ultrapassada de RS como lixo, ou seja, algo sem valor econômico e social aumenta ainda mais a complexidade da questão e dificulta o encaminhamento de soluções. É colocado claramente um desafio ao se afirmar a necessidade de um olhar mais abrangente sobre a questão dos RS, para além de soluções técnicas e instrumentais. A crise dos modelos tradicionais de gestão urbana é evidente, mas abre espaço para novas propostas de intervenção no contexto de ruptura paradigmáticas, de reconhecimento dos conflitos gerados com os RS, de possibilidade de geração de renda e numa visão focada na sustentabilidade ambiental e nos modelos de gestão territorial compartilhada através da formação de consórcios. Na escala estadual, a Lei n° 5.857, de 22 de março de 2006, dispõe sobre a Política Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PEGIRS), estabelecendo critérios para a gestão

dos municípios sergipanos. Em 2010 o Governo do Estado de Sergipe através da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, com recursos do Ministério do Meio Ambiente, realizou estudos e elaborou o Plano de Regionalização dos Resíduos Sólidos o qual apontou a necessidade de criação de 04 (quatro) consórcios públicos de saneamento básico: Grande Aracaju (11 municípios), Agreste Central (20 municípios), Sul e Centro Sul Sergipanos (16 municípios) e Baixo São Francisco Sergipano (28 municípios). Com o apoio do Governo estão sendo criados e implementados esses consórcios. No entanto, sabe-se das fragilidades que os governos municipais e os novos consórcios apresentam quanto as possibilidade de implementação de sistemas de gestão integrada e regionalizada de resíduos sólidos. Os estudos também indicaram a quantidade de equipamentos necessários para o equacionamento da problemática dos resíduos sólidos em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Nesse contexto, esses territórios vêm discutindo melhores alternativas de equacionar os problemas dos resíduos sólidos urbanos em suas cidades, uma vez que os investimentos realizados de forma individualizada, na tentativa de implantação de um sistema municipal de resíduos sólidos, não estão gerando resultados satisfatórios. A qualidade ambiental apresentará um aumento significativo em seus índices com a implantação do projeto nos municípios supracitados. Considerando a elevada possibilidade de contaminação em virtude da inadequada disposição dos lixões, pode-se identificar 40 pontos de risco à saúde pública nas suas mais diversas potencialidades de contágio (via aérea, hídrica e pelo solo). Os impactos positivos refletirão na diminuição de doenças de vinculação por resíduos, bem como os investimentos realizados em saúde pública. Por outro lado, as áreas serão potencialmente aproveitadas para reaproveitamento de parte dos resíduos com reintrodução na cadeia produtiva. Acredita-se que um processo de organização de catadores será implementado com bons resultados sociais.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Antonio Carlos Valadares

EMENDA

22460010

EMENTA

10 - Implantação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Sergipe (Empreendimento Prioritário - Deputado Rogério Carvalho)

PROGRAMA

2024 - Comércio Exterior

OBJETIVO

0817 - Promover a efetiva implantação e funcionamento das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), integrando ações públicas e privadas, com vistas ao crescimento das exportações e ao equilibrado desenvolvimento econômico e social do país.

INICIATIVA

NOVA - Implantação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Sergipe

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	15/02/2012	30/12/2015	40.000.000	60.000.000

JUSTIFICATIVA

Levando-se em consideração que a indústria do Estado é relativamente diversificada e que a ZPE-SE poderá fortalecer as cadeias produtivas que ali venham a se instalar, é possível sugerir como vocação da Zona de Exportação as áreas de alimentos e bebidas; têxtil e confecções; couro e calçados; construção naval; minero-química (incluindo fertilizantes) e petróleo e gás, dentre outras. A geração de negócios é uma vertente importante para consolidação do desenvolvimento econômico de uma Região, Estado ou País, de forma integrada e sustentável. No âmbito do Estado de Sergipe a SEDETC, através da CODISE, sua vinculada, tem a missão de identificar e fomentar a geração de novos negócios. Assim, analisando as novas tendências e oportunidades de negócios e em consonância com a Política Industrial Nacional de Exportação, identificou-se a necessidade da criação da ZPE, a qual se encontra aprovada e em fase de implantação, que, numa previsão inicial, irá gerar entre empregos diretos e indiretos, 10.000 postos de trabalho. A Zona de Processamento de Exportação da Barra dos Coqueiros estará situada em áreas de 42 e 61 hectares, destinadas à primeira e segunda etapas, inseridas numa gleba maior de 462,91 hectares, de propriedade do Estado, que poderá abrigar ainda novas ampliações do Projeto. A área desocupada (462,91 ha) tem parte da superfície já terraplenada, dotada de acessos rodoviários pavimentados e com infraestrutura parcialmente construída. É uma área litorânea com baixa taxa de ocupação imobiliária. A ZPE será servida pela Rodovia SE 226, com cerca de 22 km de extensão, interligando-a à BR-101, e pela Rodovia SE-100, que a liga a Aracaju e Barra dos Coqueiros (no sentido sul) e a Pirambu (sentido Norte) integrando a ZPE à malha rodoviária sergipana. Ao sul, a ZPE encontra-se adjacente ao Porto de Sergipe.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Antonio Imbassahy

EMENDA

27380001

EMENTA

Implantação da Barragem do Rio Pardo no município de Encruzilhada, estado da Bahia

PROGRAMA

2051 - Oferta de Água

OBJETIVO

0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.

INICIATIVA

NOVA - Implantação da Barragem do Rio Pardo no município de Encruzilhada, estado da Bahia

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
280.000.000	01/07/2012	31/12/2015	50.000.000	230.000.000

JUSTIFICATIVA

O Rio Pardo é um rio brasileiro que nasce em Minas Gerais e que banha também o estado da Bahia. Trata-se de um dos principais rios que cortam a Bahia, adentrando o nosso Estado pelo município de Cândido Sales. O Rio Pardo delimita a extensão territorial entre as cidades de Encruzilhada e Vitória da Conquista. O município de Encruzilhada e todo sudoeste baiano enfrenta anualmente vários problemas de carência de recursos hídricos, impedindo o pleno desenvolvimento de uma das mais importantes regiões do Estado da Bahia. Situada no semi-árido baiano, Encruzilhada, tem como principal atividade a agricultura, tendo atualmente mais de 20.000.000 (vinte milhões) de pés de café. Encruzilhada, é um dos municípios mais afetados com os efeitos da baixa pluviosidade e estiagens da região, com sérios problemas de abastecimento e com freqüentes episódios de racionamento de água. Como se vê, um vasto potencial de crescimento como o do sudoeste baiano não pode ser limitado por problemas básicos de abastecimento d'água, razão pela qual a construção da barragem do Rio Pardo é medida urgente e de extrema relevância. A construção da Barragem do Rio Pardo, além de normalizar o problema de abastecimento d'água da região, é condição fundamental para estimular o crescimento econômico, especialmente, o desenvolvimento do agronegócio. Convém mencionar que a barragem do Rio Pardo, beneficiará cidades como: Vitória da Conquista, Encruzilhada, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Potiraguá e Ribeirão do Largo, que passaráo a contar com esse manancial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Antonio Russo

EMENDA: 29340001

EMENTA: i_Aeroporto de CGR

PROGRAMA: 2017 - Aviação Civil

OBJETIVO: 0083 - Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.

INICIATIVA: NOVA - Adequação da Infra-Estrutura Aeroportuária e Sistema de Pistas do Aeroporto Internacional de Campo Grande

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/01/2012	31/12/2015	200.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

O aeroporto Internacional de Campo Grande concentra a demanda de 100% dos vôos comerciais para o Estado. Suas condições físicas são, sob o ponto de vista para o atendimento da grande demanda, precários. Com visível falta de estrutura, o aeroporto conta com apenas uma esteira para bagagens, o que por várias vezes já causou transtornos aos usuários sul-mato-grossenses e turistas que buscam o Estado, especialmente, os pontos turísticos do Pantanal, Bonito e Serra da Bodoquena. A presente emenda então, se justifica pela inegável necessidade de ampliação do aeroporto Internacional de Campo Grande. Por outro lado, nota-se que no PPA2012-2015, o Estado de Mato Grosso do Sul, sobretudo no que diz respeito aos projetos de grande vulto do Governo Federal não foi contemplado dentro de iniciativas que o Governo do Estado, bem como a Bancada Federal, de maneira unânime, entendem como primordial para garantir condições de vida melhor para a população , especialmente no que diz respeito à garantia de desenvolvimento econômico e social.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Antonio Russo

EMENDA: 29340002

EMENTA: i_BR163

PROGRAMA: 2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO: 0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA: NOVA - Adequação da Rodovia BR 163/MS

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
1.200.000.000	01/01/2011	31/12/2015	300.000.000	900.000.000

JUSTIFICATIVA

A BR-163 corta todo o Estado do Mato Grosso do Sul e faz a ligação entre o Norte do País até o Porto de Santos, em São Paulo. O trecho conhecido como o mais perigoso reúne em 200 quilômetros de extensão as cidades de Pedro Gomes, Coxim e Rio Verde, no Norte do Estado. Vai de Mundo Novo a Sonora. A Rodovia leva o nome de Rodovia da Morte. Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais e garantir condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego. A BR-163 é uma Rodovia Longitudinal do Brasil. Ao todo, tem 1780 km de extensão, sendo que só no Mato Grosso do Sul são 845,3 km. É a espinha dorsal do sistema rodoviário sul-mato-grossense cortando o Estado de Norte a Sul, sendo o principal corredor de exportação da produção agropecuária do Estado, atendendo ainda aos demais estados da Região Centro-Oeste. Cabe ressaltar que a BR-163 é a rodovia que dá acesso também ao Norte do país, sendo de vital importância para a economia, vez que contribui para que a produção dos Estados cortados pela rodovia possam atingir os portos dos estados do Paraná e Santa Catarina. Os investimentos realizados no contorno rodoviário de Campo Grande visam possibilitar a retirada dos veículos pesados do perímetro urbano e reduzir o desgaste do pavimento das vias que dão acesso às rodovias que demandam para Corumbá, Porto Murtinho e fronteiras do Brasil com o Paraguai e Bolívia. A restauração e duplicação da BR-163 na travessia de Dourados tem proporcionado mais conforto e segurança aos usuários da rodovia, atendendo aos anseios da população da cidade e seu entorno. Porém os investimentos ainda não foram suficientes para assegurar toda a adequação necessária. Tendo em vista que a obra de Construção do Anel Rodoviário da BR-262, no município de Corumbá, foi finalizada com os recursos já transferidos, é dispensável o aporte dos recursos previstos no PLOA/2011, justificando o pedido de remanejamento para a BR-163, ainda carente de investimentos.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 204 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Antonio Russo

EMENDA

29340003

EMENTA

i_Defesa Agropecuária

PROGRAMA

2028 - Defesa Agropecuária

OBJETIVO

0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.

INICIATIVA

NOVA - Promoção de Defesa Agropecuária no Estado de Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
400.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

As ações de defesa sanitária animal e vegetal constituem parte fundamental de uma necessária política de Estado, tendo por objetivo assegurar a produção agropecuária, a segurança alimentar e a saúde da população. A história registra que, em diversas partes do mundo e no Brasil, em particular, a agricultura e a pecuária já sofreram grandes perdas, em razão da ocorrência de doenças e do ataque de insetos e outros organismos nocivos. Na atualidade, questões sanitárias constituem aspectos importantíssimos do comércio internacional, podendo constituir barreiras instransponíveis ante a suspeita de contaminação dos produtos por agentes patogênicos. Ainda estão presentes na memória e repercutem negativamente nas finanças do pecuarista brasileiro os embargos aos produtos cárneos provenientes do Brasil, promovidos por vários países importadores, após a irrupção de surtos de febre aftosa no sul País, no ano de 2005. A suspensão do embargo foi difícil e paulatina, mesmo após o reconhecimento, pela Organização Internacional de Saúde Animal (OIE), de vários estados brasileiros como livres da doença, com ou sem vacinação. A manutenção da condição de ¿livres de febre aftosa com vacinação¿, vigente em quatorze estados brasileiros, no Distrito Federal e em alguns municípios de outros estados, depende da execução precisa dos planos da vacinação. Todavia, a liberação tempestiva de recursos orçamentários vem constituindo um grande desafio, a cada exercício financeiro, ameaçando prejudicar a vacinação dos rebanhos contra a febre aftosa e várias outras ações de defesa agropecuária. Esta emenda visa assegurar para os próximos quatro anos, recursos para ações efetivas na defesa sanitária anima e vegetal no estado de Mato Grosso do Sul e no Brasil.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 205 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Antonio Russo

EMENDA: 29340004

EMENTA: i_Ferroeste

PROGRAMA: 2072 - Transporte Ferroviário

OBJETIVO: 0141 - Ampliar o sistema ferroviário nacional em bitola de maior capacidade, de forma integrada com os demais modos de transportes.

INICIATIVA: NOVA - Construção de Ferrovia - EF 484 - Ferroeste - (00C4)

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2.500.000.000	01/01/2012	31/12/2015	500.000.000	2.000.000.000

JUSTIFICATIVA

A Ferrovia Ferroeste encontra-se inserida no PLPPA 2012/2015, no Programa 2072 - Objetivo 0141 e Iniciativa 00C4 - Anexo I; porém não aparece no Anexo III, no qual o Custo da obra / Data de início e término são indicados, desta forma, fez-se necessário a apresentação da emenda como INICIATIVA NOVA ao invês de Iniciativa existente, para que a janela de custos e datas ficasse disponível para inserção de valores. Esta ferrovia faz a ligação de Estados importantes produtores de grãos - Paraná e Mato Grosso do Sul, além do Rio Grande do Sul e São Paulo. Ajudará no transporte e escoamento da produção pois fará a junção da ferrovia com a Hidrovia Tietê-Paraná, isso servirá para desafogar o tráfego intenso da BR 163, principal rota de pesados caminhões de carga. Vale ressaltar, que esta ferrovia se transformará no principal tronco de escoamento para exportação com acesso ao Porto de Paranaguá/PR. A construção desta ferrovia vem sendo pleiteada em conjunto entre os Governos do Estado de Mato Grosso do Sul e Paraná. Estudos de viabilidade e projetos executivos já estão em andamento. Importante lembrar, que a mesma emenda foi apresentada perante a Comissão durante a tramitação do PPA vigente 2008/2011 e obteve sua aprovação por unanimadade, motivo pelo qual, apelo aos meus pares pela coerência na aprovação desta emenda.A construção da Ferroeste se insere plenamente nos objetivos do Governo e também está prevista no PNV - Plano Nacional de Viação. A importância do projeto é tão evidente que foram anunciados estudos visando re-inclusão no PAC. - Principais cargas transportadas são: soja em grão, farelo de soja, óleo de soja, milho, cimento, adubos, fertilizantes, trigo e cargas frigoríficas. A expansão da Ferroeste é estratégica para a região Sul, para o Centro-Oeste, para o Brasil e para a América do Sul. Os atuais trilhos, entre Guarapuava e Cascavel, com 248 km de extensão, serão multiplicados. Por cinco. O desafio está à altura do Paraná e do Brasil e será vencido com um projeto audacioso. A Ferroeste vai construir 1.200 km de estrada de ferro interligando três Estados: Paraná, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. O papel estratégico da Ferroeste, porém, é bem maior. As novas linhas serão fundamentais na integração da América do Sul. A chegada dos trilhos a Foz do Iguaçu e ao Paraguai permitirá a consolidação do sonhado corredor ferroviário bioceânico que unirá os portos paranaenses e chilenos, especialmente Paranaguá e Antofagasta. Um novo porto público de águas profundas, aliás, será construído pelo Governo do Paraná, na Ponta do Poço, município de Pontal do Paraná. O Porto do Mercosul, como está sendo chamado, integrará o complexo portuário do Porto de Paranaguá, terá capacidade para receber grandes navios e vai operar, sobretudo, com contêineres. A Ferroeste não está só nesta empreitada. Múltiplos agentes, públicos e privados, cooperam para viabilizar a obra. Governos e sociedade civil. O projeto mobiliza importantes setores econômicos e políticos da sociedade. Os primeiros a se alinharem foram os governos do Paraná, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, no âmbito do Codesul ¿ Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul. Com a união da Região Sul o projeto conquistou o apoio do Governo Federal, através da Casa Civil, do Ministério do Planejamento, Ministério dos Transportes e Ministério das Relações Exteriores, e foi incluído no PAC ¿ Programa de Aceleração do Crescimento. Além disso, em 2008, uma aliança suprapartidária no Congresso Nacional abriu as portas do orçamento da União para o projeto da Ferroeste. O apoio à expansão da ferrovia paranaense é geral, porque o Brasil precisa reduzir os custos de transporte. A indústria, o comércio e o setor de serviços querem a ampliação da ferrovia. As cooperativas, o agronegócio, os exportadores, os pequenos e médios produtores e os trabalhadores apóiam a construção dos novos ramais. Os municípios das regiões que serão atendidas pelo projeto estão mobilizados. Os órgãos e entidades ambientais manifestam sua adesão, porque o trem é um meio de transporte de menor custo ecológico. O projeto também encontrou acolhida em organismos internacionais como a Associação Latino-Americana de Ferrovias (Alaf) e Fórum Consultivo de Cidades e Regiões do Mercosul. Estudos realizados, em conjunto, pela Ferroeste e Petrobrás Transportes S/A ¿ Transpetro demonstram que a expansão da ferrovia ao Mato Grosso do Sul e ao Porto de Paranaguá é fundamental para a competitividade da logística da exportação do etanol brasileiro. O mesmo vale para o transporte dos derivados de petróleo desde a Refinaria de Araucária até o Oeste do Paraná,

Mato Grosso do Sul e Paraguai. A expansão da Ferroeste, em suma, é irreversível. O Ministério dos Transportes já aprovou o essencial do projeto e os estudos técnicos, econômicos e ambientais do Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento (Lactec) demonstram a viabilidade da construção dos novos ramais. A Ferroeste já está em linha com o futuro. A capacidade de transporte da companhia, atualmente, chega a 5 milhões de toneladas ao ano. A demanda anual em toda a área de influência da empresa (Paraná, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Paraguai), no entanto, é estimada em 20 milhões de toneladas ao ano. Apenas o Estado do Paraná tem capacidade potencial de movimentar até 12 milhões de toneladas/ano. O ramal que sairá de Cascavel até Guaíra, com 170 km, às margens do Rio Paraná, na divisa com o Mato Grosso do Sul, no município de Mundo Novo seguirá a Maracaju, passando por Dourados, num percurso de mais 270 km. Para isso, será construída uma ponte ferroviária que vai unir Guaíra a Mundo Novo sobre o Rio Paraná. Para viabilizar este projeto os governos do Paraná, do Mato Grosso do Sul e o Governo Federal criaram a Comissão para a Consolidação do Projeto da Ferroeste.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 207 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Antonio Russo

EMENDA

29340005

EMENTA

i_Implantação e Modernização Agropecuária

PROGRAMA

2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

OBJETIVO

0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.

INICIATIVA

NOVA - Implantação e Modernização da Infraestrutura de Apoio a Produção Agropecuária no Estado de Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
400.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul empreendeu nos últimos anos grande esforço investindo em infraestrutura para minimizar os diversos problemas estruturais da produção. Dentre suas maiores carências, destacam-se as redes de transporte e de energia. Apesar de raros, existem, ainda hoje, alguns municípios de MS que não é possuem acesso por estradas pavimentadas. Este quadro está finalmente ficando para o passado da história, graças aos propósitos firmes do Governo de Estado, que investe forte na pavimentação de várias rodovias. Não obstante os esforços empregados, e em razão da base econômica de Mato Grosso do Sul ser alicerçada no setor agropecuário, necessário se faz a alocação de mais recursos para se evitar alguns gargalos que contribuem para reduzir a rentabilidade da atividade rural. Dentre eles se destaca a questão da trafegabilidade das estradas rurais de produção, comprometida pela péssima qualidade de seus revestimentos e das suas pontes, por onde são escoados mais de 8,0 milhões de toneladas de grãos, em especial soja, algodão, arroz e milho, e as milhares de toneladas de carnes bovina, suína, ovina e de aves produzidas em MS, anualmente. A produção agrícola do Estado é reconhecidamente de alto nível tecnológico, com excelentes produtividades, tendo, entretanto, boa parte dos seus lucros perdida, pelas dificuldades de escoamento devidas às condições da malha viária estadual, principalmente no período chuvoso, comprometendo sua competitividade, pelas altas quotas de perda física e pelos elevados custos do frete. Este rosário de perdas no transporte afeta os custos de produção, desde o custo dos insumos até o dos produtos, refletindo substancialmente na arrecadação dos tributos, com enormes prejuízos sociais. Enfim, o produtor perde, o Estado perde o Brasil perde. Desta feita, é de fundamental que os produtores, municípios e Governo do Estado se unam para solucionar estes problemas que impedem o desenvolvimento do setor agrícola de MS. O associativismo e o cooperativismo entre os produtores rurais é um importante instrumento que contribuirá para a superação destas dificuldades, que em parceria com o Poder Público Municipal e Estadual, otimizarão as capacidades disponíveis e inerentes a estes atores sociais e políticos. Alguns regiões do Estado com disponibilidade e aptidão para o desenvolvimento de atividades agrícolas consideradas nobres são impossibilitadas de expansão destes cultivos por não permitirem a passagem de carretas carregadas de calcário, por exemplo, com 40,0 toneladas de peso, pelo fato das pontes de madeira não suportarem o peso, inviabilizando a produção, por vezes, em milhares de hectares com alto potencial produtivo. Esta ocorrência é bastante comum em nosso Estado. O trabalho de melhoria de pontes e adequação/manutenção de estradas de produção em harmonia e integrado com um trabalho de Microbacias Hidrográficas, indubitavelmente, proporcionará ao agronegócio estadual o salto de qualidade capaz de torná-lo mais competitivo. Algumas medidas que venham contribuir para a modernização da infraestrutura de transporte e logística que darão suporte ao setor produtivo rural, certamente, permitirá uma alavancagem da agricultura sustentável em MS, uma vez que a melhoria da rentabilidade agrícola através da modernização da infraestrutura trará aos produtores rurais uma maior capacidade de investimento na atividade tornando-a mais eficaz e sustentável social, econômica e ambientalmente.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Antonio Russo

EMENDA: 29340006

EMENTA

i_Projetos integrados de reabilitação urbana em Municípios do Mato Grosso do Sul

PROGRAMA

2054 - Planejamento Urbano

OBJETIVO

0321 - Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados.

INICIATIVA

NOVA - Projetos integrados de reabilitação urbana em Municípios do Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
300.000.000	01/01/2012	31/12/2015	80.000.000	220.000.000

JUSTIFICATIVA

Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados. Desenvolvimento de projetos de parques e áreas verdes de domínio público ou projetos urbanos em áreas de preservação permanente (APP) ou áreas urbanas de valor histórico, paisagístico e cultural em municípios pertencentes aos Grupos 1 e 2 do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e em municípios que possuam áreas de expansão urbana e/ou de mananciais, bem como áreas de preservação permanente (APP's) ameaçadas de ocupação irregular Desenvolvimento de projetos integrados de reabilitação urbana que promovam o desenvolvimento social e econômico em municípios que integrem o Grupo 1 do PAC, possuam conjunto ou sítios históricos protegidos no âmbito do Patrimônio Cultural, estejam em área de influência de empreendimentos com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional ou estejam localizados em costas marítimas ou fluviais Implementação de ações de ordenamento territorial em municípios da orla marítima e municípios da orla de rios

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Antonio Russo

EMENDA

29340007

EMENTA

i_Recuperação de Áreas Degradadas

PROGRAMA

2042 - Inovações para a Agropecuária

OBJETIVO

0842 - Pesquisar, desenvolver e transferir tecnologias para aumentar a competitividade e a produtividade da agropecuária brasileira, contribuir para a inclusão social dos produtores de base familiar e disseminar práticas ambientalmente sustentáveis, com foco em compromissos como a redução da emissão de carbono, no desenvolvimento sustentável e no uso racional dos recursos naturais.

INICIATIVA

NOVA - Recuperação de Áreas Degradadas no Estado de Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	01/01/2012	31/12/2015	37.500.000	112.500.000

JUSTIFICATIVA

As Mudanças climáticas e as limitações da produção mundial de alimentos constituem duas das maiores preocupações mundiais da atualidade. Neste cenário, o Brasil tem sido colocado como estratégico para a busca e o encaminhamento de soluções. Estas duas questões passam necessariamente pela melhor gestão das áreas convertidas para uso alternativo do solo com atividades agropecuárias, como forma de reduzir as pressões para desmatamento de novas áreas e aumentar a produtividade das áreas já desmatadas. A degradação das pastagens é um dos maiores problemas da pecuária brasileira. Estima-se que 80% dos 50 a 60 milhões de hectares de pastagens cultivadas do Brasil Central, que respondem por 55% da produção de carne nacional, encontram-se em algum estado de degradação. Degradação de pastagens é um processo evolutivo de perda de vigor e produtividade forrageira, sem possibilidade de recuperação natural, que afeta a produção e o desempenho animal e culmina com a degradação do solo e dos recursos naturais. Além da queda da produtividade, a degradação provoca a perda dos solos que, por processos de lixiviação são arrastados para os cursos d¿águas que, assoreados, deixam de cumprir suas funções ambientais mais básicas, gerando novos e diversos danos. Como se não bastasse, para compensar a perda da produtividade, é comum que novas áreas sejam buscadas para incorporação ao processo produtivo, o que leva a novos desmatamentos e novas perdas de biodiversidade. Causada por diversos fatores decorrentes de manejos inadequados, a degradação precisa ser revertida para garantir e melhorar a produtividade, a viabilidade econômica da pecuária e a melhor conservação dos recursos naturais . Mato Grosso do Sul possui cerca de 18 milhões de hectares de pastagens, dos quais 9 milhões estão de alguma forma degradados. É preciso intervir não só de forma preventiva mas, principalmente, de forma corretiva nas áreas com solo descoberto, com presença de erosão laminar, sulcos e voçorocas. A correção dos solos, a construção de terraços em nível, a construção de açudes/bacias para contenção de águas pluviais e dessedentação animal, a contenção de voçorocas, a correção de traçados e forma de caminhos internos e de estradas vicinais, a recuperação da cobertura vegetal e mesmo o isolamento de Áreas de Preservação Permanente, dentre outros, são alguns exemplos de intervenções que, caso adotadas, repercutirão positivamente no combate às causas das mudanças climáticas e da fome mundial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Antonio Russo

EMENDA: 29340008

EMENTA: i_Saúde

PROGRAMA: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO: 0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

INICIATIVA: NOVA - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Baixa, Média e Alta Complexidade - No estado de Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
400.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

Mato Grosso do Sul foi o primeiro estado brasileiro onde 100% dos municípios aderiram ao Pacto pela Saúde. O Termo de Compromisso de Gestão norteou nos últimos 04 anos as ações de saúde pública no estado. Em 2011, iniciou-se a 2ª gestão do governo atual que traz como diretriz central o fortalecimento regional. No final de 2010 começou o diagnóstico da situação de saúde que foi realizado por uma equipe multidisciplinar e multisetorial nas 11 microrregiões de saúde do estado. Este diagnóstico apontou para a necessidade de organização dos serviços de saúde em redes regionais de atenção, assim em fevereiro de 2011 teve início a construção dos Planos Diretores de Atenção à Saúde na macrorregião de Dourados, atualmente estamos na de Três Lagoas e em abril de 2012 em Campo Grande, assim teremos as 03 macrorregiões do estado com Plano Diretor de Assistência, tendo as mesmas, 5 eixos: fortalecimento da atenção básica, atuação e integração em redes, inserção dos serviços nos respectivos territórios em especial os hospitais, fortalecimento da gestão regional e local e fortalecimento do controle social. Isto veio de encontro aos movimentos nacionais de saúde, no que diz respeito ao decreto federal 7.508 de junho de 2011 e, principalmente, à definição das redes prioritárias de atenção em saúde: Materno-infantil; urgência/emergência; atenção psicossocial; atenção às doenças crônico-degenerativas e as infecto-contagiosas. Os desafios atuais estão em colocar em prática os encaminhamentos resultantes dos debates descritos acima, conseguindo estruturar e qualificar as redes de serviços básicos, ambulatoriais especializados e hospitalares, tendo assim resolutividade e qualidade na atenção, através do fortalecimento regional dos serviços.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Antonio Russo

EMENDA

29340009

EMENTA

i_Sul Fronteira

PROGRAMA

---- - Programa do novo Objetivo

OBJETIVO

NOVO - Adequar as condições de tráfego, fortalecendo a integração da Bacia do Prata e do continente sul-americano

INICIATIVA

NOVA - Apoio à Implantação de Infra-Estrutura Social e Produtiva Complementar em Espaços Sub-Regionais na Faixa de Fronteira - Trecho Ponta Porã/Sete Quedas - No Estado do Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	01/01/2012	31/12/2015	50.000.000	100.000.000

JUSTIFICATIVA

A viabilização desse pleito, que se integra plenamente ao espírito do PAC, principalmente com o PAC das Fronteiras, tem o apoio do Governo, de toda a Bancada Federal e do povo sul-matogrossense e reveste-se de especial urgência, tendo em vista o grave problema de fluxo que já compromete o tráfego naquela área, pois a rodovia em questão consolida a infra-estrutura de transportes de Mato Grosso do Sul e fortalece a integração da Bacia do Prata e do continente sul-americano. Por meio da Sul-Fronteira é feito o escoamento de significativa produção agropecuária do Estado, e a interligação da produção local, baseada na agricultura familiar e na criação de gado, com importante acesso à hidrovia Tietê-Paraná. Desde 2008 a mesma emenda vem sendo apresentada nos OGU´s 2008/2009/2010/2011 - MInistério da Integração Nacional - Funcional-Programática: 15.244.0120.6553.0220 - Apoio à Implantação de Infra-Estrutura Social e Produtiva Complementar em Espaços Sub-Regionais - Trecho Ponta Porã/Sete Quedas - No Estado do Mato Grosso do Sul - Inicialmente Projeto Integração.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 212 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Antonio Russo

EMENDA

29340010

EMENTA

i_UEMS

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

INICIATIVA

NOVA - Modernização dos Campus da UEMS no Estado de Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
200.000.000	01/01/2012	31/12/2012	50.000.000	150.000.000

JUSTIFICATIVA

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS - tem como missão gerar e disseminar o conhecimento, com vistas ao desenvolvimento das potencialidades humanas, dos aspectos político, econômico e social do Estado e com compromisso democrático de acesso à educação superior e o fortalecimento de outros níveis de ensino, contribuindo, dessa forma, para a consolidação da democracia. A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul criada em 1993 já colocou no mercado até o ano de 2010 9.050 novos profissionais graduados para atender o mercado de trabalho, e vem investindo na qualificação do corpo docente para a criação de cursos de pós-graduação para melhorar ainda mais na qualificação dos profissionais do Estado de Mato Grosso do Sul. Desde a sua implantação vem cumprindo seus objetivos com a interiorização do ensino superior e atendendo alunos com baixa renda monetária, e avança na questão da pesquisa e da extensão ampliando a sua capacidade de captação de recursos externos atendendo a comunidade de Mato Grosso do Sul. A necessidade de novos espaços atendem aos anseios da comunidade interna e das comissões de avaliações externas que colocam a infra-estrutura como um dos requisitos fundamentais no desenvolvimento da UEMS, porém com a priorização na qualificação dos corpo docente para atingir os objetivos de criação de cursos de pós-graduação e na captação de recursos externos a Universidade tem tido dificuldades em investir na construção de espaços novos. Além disso, a expansão da UEMS vem de encontro com as políticas nacionais de educação superior para atender a demanda reprimida na capacitação de recursos humanos ainda defasada no Estado de Mato Grosso do Sul que continua importando profissionais de outros Estados. A necessidade de uma nova estrutura de informática se faz necessária uma vez que com a modernização os alunos e professores necessitam cada vez mais de acesso a informação, hoje disponibilizada na rede de internet. O volume de informações aumenta a cada ano e os equipamentos passam a ficar obsoletos uma vez que não conseguem mais utilizar os softwares modernos e com isso a formação dos alunos e a produção de novos conhecimentos vão ficando mais difíceis. O acesso gratuito a todos os usuários da Universidade se faz necessária caso queiramos possibilitar uma capacitação ampla. Com isso esta mudança atende os anseios da comunidade interna e das comissões de avaliações externas que colocam a informatização como um dos requisitos fundamentais no desenvolvimento da UEMS, porém com a priorização na qualificação dos corpo docente para atingir os objetivos de criação de cursos de pós-graduação e na captação de recursos externos a Universidade tem tido dificuldades em investir neste aspecto. A aquisição de novos livros se faz necessária uma vez que com a crescente produção de novos conhecimentos assim como na rede digital as publicações impressas estão sendo atualizadas muito rapidamente. Muitas obras atuais estão apenas disponíveis no meio impresso e os altos custos ainda tornam este meio inviável aos nossos alunos de baixa renda. A leitura é fundamental na formação de cidadão autônomos e críticos em relação ao meio, mas para isso é necessário disponibilizar o acesso, e para isso é necessário adquirir títulos diversificados e em quantidade suficiente para todos. A modernização, e aquisição de equipamentos são fundamentais na formação dos alunos pois o mercado de trabalho em seu sistema são obrigados a atualizar frente à competição existente no mercado e nosso alunos necessitam aprender e aplicar os conhecimentos adquiridos em equipamentos atualizados para poder competir por uma colocação profissional. É muito comum nas Universidades Públicas o uso de equipamentos que já não são utilizados nas empresas privadas e isso muitas vezes causam um afastamento do que é ensinado em prática na Universidade com a prática nas empresas. Muitos cursos são novos e com os recursos disponíveis não foi possível a aquisição de todos os equipamentos necessários para equipar os laboratórios. Com a implantação dos novos projetos pedagógicos dos cursos orientados pelas diretrizes curriculares nacionais, faz-se presente cada vez mais a necessidade dos alunos vivenciarem na prática os ensinamentos adquiridos em sala de aula, com aulas de campo, visitas

técnicas e didáticas como forma de complemento às atividades de sala de aula. As maiores dificuldades surgem uma vez que com o processo de licitação existem diversos entraves burocráticos que muitas vezes dificultam a contratação de empresas. Com a aquisição de um ônibus pela Universidade poderá ser atendido o deslocamento em curtos trajetos de forma mais ágil sem a insegurança da viagem ser realizada. O Centro de Alfabetização Científica e Tecnológica de Dourados (CEATEC) tem por objetivo aproximar o cidadão, especialmente de áreas marginalizadas, das conquistas realizadas pela Ciência e Tecnologia a partir de uma visão multicultural e histórica, com o fim de permitir às crianças, jovens e adultos uma nova leitura do mundo a partir da apropriação individual desse suporte indispensável para os dias atuais e para construção de uma coletividade mais harmoniosa e com valorização da pessoa humana. Essa leitura do mundo a partir de conceitos Científicos e Tecnológicos tem implicações profundas, pois permite a construção de uma cidadania mais critica em relação ao uso e consumo de bens, serviços, tanto quanto acerca de nossa relação com o meio ambiente e sua sustentabilidade, a importância do aprimoramento profissional e de novas oportunidades que se abrem mediante a aquisição do conhecimento. Finalmente, o Centro reunirá experiências construídas ao longo dos últimos 18 (dezoito) anos através das competências profissionais da UEMS nas áreas de Física, Química, Matemática, Biologia, Pedagogia e Letras, bem como a inserção de futuras contribuições de outras instituições de Ensino Superior de Dourados. Dessa forma, as ações ora apresentadas frente à Proposta de Emenda Parlamentar ao Orçamento da União, tem como principal objetivo a consolidação da UEMS, enquanto instituição geradora e socializadora do conhecimento e fomentadora do avanço científico e tecnológico, em direção ao desenvolvimento da sociedade sul-mato-grossense. Ações a serem financiadas: ¿ Reformas, construção e adequação de espaços físicos relacionados com salas de aula, laboratórios, salas de reuniões e anfiteatros. ¿ Ampliação da infraestrutura de informática, computadores, impressoras e projetores multimídia. ¿ Ampliação modernização do acervo bibliográfico para atender as necessidades dos alunos e professores aos novos conhecimentos disponibilizados através do meio impresso. ¿ Aquisição de equipamentos laboratoriais e outros materiais permanentes para modernizar, e ampliar os equipamentos nos diversos cursos de graduação e pós-graduação, melhorando a qualidade e aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula. ¿ Aquisição de ônibus para o transporte de alunos para a realização de atividades de campo no Estado e participação de congressos e eventos didáticos, científicos e técnicos. ¿ Construção do espaço ¿Casa da Ciência¿ - CENTRO DE ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DE DOURADOS - CEATEC

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 214 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Ariosto Holanda

EMENDA

16530001

EMENTA

PORTOS NO CEARÁ

PROGRAMA

2074 - Transporte Marítimo

OBJETIVO

0177 - Assegurar condições adequadas de profundidade aos portos marítimos brasileiros.

INICIATIVA

NOVA - Assegurar condições adequadas de profundidade aos portos marítimos dos municipios de Aracati e Camocim no Ceará.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	02/02/2012	31/12/2016	20.000.000	80.000.000

JUSTIFICATIVA

Os municípios de Aracati e Camocim no Ceará tem como principais atividades econômicas a produção de camarão e lagosta, principais itens de exportação do Ceará. Se asseguramos aos dois municípios estrutura portuária com condições de profundidade teremos dois pontos importantes de escoamento dessa produção evitando assim o deslocamento terrestre para o Porto de Fortaleza

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Ariosto Holanda

EMENDA

16530002

EMENTA

CENTRO DE MONITORAMENTO-CE

PROGRAMA

2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

OBJETIVO

0173 - Promover a estruturação de sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais.

INICIATIVA

00FM - Implantar o Centro de Monitoramento e alerta de desastres naturais do Estado do Ceará

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA
25.000.000	02/02/2012	31/12/2016

JUSTIFICATIVA

Em 2011 o Governo do Estado do Ceará com apoio do MCT implantou um radar metereológico de alta capacidade em Quixeramobim. Este equipamento e sua localização geografica estrategica possibilita a agregação das ações de monitoramento ambiental, defesa civil e respostas a situação de emergência cobrindo todo o interior do Estado.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 216 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Arlindo Chinaglia

EMENDA

31350001

EMENTA

DRAGAGEM URBANA SUSTENTÁVEL - CIDADE DE SÃO PAULO

PROGRAMA

2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

OBJETIVO

0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

INICIATIVA

NOVA - Execução de Intervenções de Denagem Urbana Sustentável no Município de São Paulo

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
630.000.000	01/02/2012	31/12/2015	200.000.000	430.000.000

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista as condições de vulnerabilidade e riscos que a cidade de São Paulo enfrenta na área de drenagem urbana, é fundamental intervenções em dois grandes locais de extrema importância, quais sejam: obras na Bacia do Córrego Aricanduva, Zona Leste da cidade e na Bacia do Córrego Zavuvus na Zona Sul da cidade. Em ambas intervenções estão previstas canalização de córregos, implantação de reservatórios de retenção de águas das cheias, parques lineares e reassentamento de número expressivo de famílias moradoras de áreas vulneráveis. O benefício social de tais intervenções compensam os investimentos públicos e tendo em vista o grande população beneficiada e a importância do empreendimento e seu custo total, torna-se fundamental que o PPA 2012-2015 especifique tal iniciativa.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Arlindo Chinaglia

EMENDA

31350002

EMENTA

TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS - METRÔ CIDADE DE SÃO PAULO

PROGRAMA

2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

OBJETIVO

0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

INICIATIVA

NOVA - AMPLIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE EIXOS NO SISTEMA DE TRANSPORTE METROVIÁRIO NA REGIÃO METROPOLITANA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
550.000.000	01/01/2011	31/12/2015	200.000.000	350.000.000

JUSTIFICATIVA

A ampliação do sistema metroviário da cidade de São Paulo é fundamental para melhoria da mobilidade urbana. Trata-se de implantação do Eixo Leste-Oeste compreendendo as ligações Pari-São Miguel com 21 Km de extensão e Lapa- Brás com 12 Km de extensão. Além dos ganhos substanciais em integração do transporte coletivo da cidade e melhoria para a população, merece destaque o potencial de renovação aberto por essa nova linha de metrô para o eixo da Av Celso Garcia hoje deteriorada. Essa avenida deverá passar por um processo de recuperação urbana que proporcione as condições para que essa centralidade linear recupere suas qualidades urbanísticas, como previsto no Plano Diretor Estratégico. dada a importância da obra e o seu vulto, é fundamental o apoio Governo Federal e a inclusão de iniciativa ao PPA 2012/2015.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Armando Vergílio

EMENDA

28320001

EMENTA

Mobilidade Urbana - Ciclovia em Goiânia

PROGRAMA

2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

OBJETIVO

0580 - Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal.

INICIATIVA

NOVA - Implementação de Infraestrutura de transporte não motorizado: 100 km de infraestrutura cicloviária em Goiânia - GO

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/12/2012	31/12/2015	100.000.000	400.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda contempla as intervenções que promovam a valorização da circulação não motorizada através da implantação de ciclovia na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás. O sistema de Mobilidade Urbana é um conjunto de sub-sistmas de infra estrutura, dos meios de transporte e seus serviços, organizados segundo comandos de gestão e dispositivos regulatórios, cujo objetivo é proporcionar o acesso equânime das pessoas aos bens e oportunidades que a refereida cidade oferece. A inclusão de bicicleta nos deslocamentos urbanos deve ser abordada como elemento para a implantação do conceito de Mobilidade Urbana Sustentável e como forma de redução do custo da mobilidade das pessoas. De acordo com o levantamento da ANTP, 7,4% dos deslocamentos em área urbana são feitas por bicicleta, num total de de 15 milhões de viagens diárias no país. A frota nacional de 50 milhões de bicicletas dobrou na última década e cresce numa razão de 5 milhões por ano. Diante desse quadro expansionista e tendo em vista a necessidade de buscar alternativas que promovam a integração entre os meios de transportes públicos, torna-se imperiosa e prioritária a construção de uma malha cicloviária na cidade de Goiânia, envolvendo as três esferas de governo, para contribuir com o melhor aproveitamento dos espaços urbanos.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Armando Vergílio

EMENDA

28320002

EMENTA

MOBILIDADE URBANA - METRÔ DE GOIÂNIA - GO

PROGRAMA

2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

OBJETIVO

0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

INICIATIVA

NOVA - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário em Goiânia - GO

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
5.000.000.000	01/01/2012	31/12/2015	1.500.000.000	3.500.000.000

JUSTIFICATIVA

Tem por finalidade a presente emenda contemplar a Capital de Goiás, Goiânia, com aimplantação do Metrô, objetivando possibilitar a promoção de uma intermodalidade expressiva mediante integrações com o sistema. Objetiva poporcionar a identificação de opções de investimentos que oferecam maior acessibilidade e mobilidade à população da Região Metropolitana de Goiânia, por meio de modadlidade de transporte de alta capacidade, possibilitando a racionalização de todo o seu sistema de transporte de modo a equacionar os problemas decorrentes da atual saturação dos acessos ao centro da capital. Englobando treze municípios, a Região Metropolitana de Goiânia, ocupa uma área de 5.787 km². É a região mais expressiva do Estado de Goiás, contendo cerca de 35% de sua população total, um terço de seus eleitores, cerca de 80% de seus estudantes universitários e aproximadamente 40% do seu Prduto Interno Bruto. De acordo com o IBGE, cerca de três milhões de pessoas vivem nessa região o que faz dela a décima primeira mais populosa do país.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 220 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Armando Vergílio

EMENDA

28320003

EMENTA

Saneamento Básico - Resíduo Sólido

PROGRAMA

2068 - Saneamento Básico

OBJETIVO

0610 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.

INICIATIVA

NOVA - Implantar soluções integradas de saneamento, com ênfase na promoção das condições de salubridade, habitabilidade e infraestrutura de populações com carências simultâneas de serviços, no Estado de Goiá

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
600.000.000	01/01/2012	31/12/2015	150.000.000	450.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda busca a promoção da melhoria da qualidade de vida procurando a redução de riscos à saúde incentivando a universalização dos sistemas de abastecimentos de água potável, esgotamento sanitário e gestão de resíduos sólidos urbanos. Promover a melhoria no manejo adequado dos sistemas de drenagem urbana para áreas endêmicas de malária, melhoria habitacional para controle da doença de chagas, melhorias sanitárias domiciliares e ações de saneamento em diversos municípios do Estado de Goiás. A urbanização acelerada e o rápido adensamento das cidades de médio e grande porte tem provocado inúmeros problemas para a destinação do grande volume de resíduos. O crescente aumento da produção de lixo pela sociedade e a deficiência de uma política de gestão por parte do poder público são os dois fatores principais na problemática dos resíduos sólidos urbanos. Portanto, a destinação inadequada dos resíduos em lixões traz como consequência a degradação ambiental com a contaminação dos recuros naturais. Na busca de minimizar os problemas causados pela ausência de uma política mais efetiva é que apresento esta emenda.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Arnaldo Jordy

EMENDA: 26780001

EMENTA: Hidrovia Araguaia - Tocantis

PROGRAMA: 2073 - Transporte Hidroviário

OBJETIVO: 0234 - Fortalecer os corredores hidroviários garantindo condições de navegabilidade.

INICIATIVA: NOVA - Implantação do Sistema Hidroviário Araguaia-Tocantins

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
110.000.000	01/03/2012	31/12/2014	30.000.000	80.000.000

JUSTIFICATIVA

A extensão do complexo hidrográfico Araguaia-Tocantins é um dos maiores do mundo: a Hidrovia do Tocantins, pertencente ao corredor Centro-Norte se divide em dois tramos: o primeiro, de Peixe/TO a Marabá/PA, com 1.021 km de extensão, e o segundo, de Marabá/PA à foz do Tocantins, com 494 km. A Hidrovia do Araguaia, situada na região Centro-Oeste corta o o planalto central no sentido norte-sul, esta via com seus 1.254 km de Baliza/GO a Conceição do Araguaia/PA, se apresenta com um imenso potencial para o escoamento da produção de grãos e os mais diverso tipos de produtos do Mato Grosso, Goiás, Pará e Tocantins. Os rios Araguai e Tocantis apresentam potencial de corredor hidrográfico de alta importância para a economia da região, contudo a sua utilização está aquem da sua potencialidade, podendo tornar-se canias perenes de navegação após o EIA-RIMA. A política pública governamental já prevê o uso do complexo hidrográfico da região com a construção das usina hidrelétricas e implantação de eclusa, o que favorece e possibilita a navegabilidade dos rios. A hidrovia conectada a outros modais de transportes como ferrovias e rodovias podem perfeitamente mudar o panorama positivamente da economia nacional minimizando os custos da produção local.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 222 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Arnaldo Jordy

EMENDA

26780002

EMENTA

Hospital de Castanhal

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

INICIATIVA

NOVA - Estruturação de Unidade de Atenção Especializada em Saúde - Castanhal/PA - No Estado do Pará.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	09/03/2012	31/12/2014	24.000.000	76.000.000

JUSTIFICATIVA

A Construção do Hospital Regional da Região Nordeste do Estado do Pará, vem corrigir uma distorção do atendimento da Saúde da população local, que atualmente concentra seu atendimento através do 3º, 4º e 5º Centros Regionais de Saúde, dos quais nem sempre conseque absorver a demanda do atendimento da população. Esta iniciativa permitirá a inclusão da MAC - média e alta complexidade da Região, reduzindo a necessidade de deslocamento para a cidade de Belém.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Arnaldo Jordy

EMENDA: 26780003

EMENTA: Muro de Arrimo Rio Guamá

PROGRAMA: 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

OBJETIVO: 0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

INICIATIVA: NOVA - Construção de Muro de Arrimo do Portal da Amazônia no Município de Belém - No Estado do Pará.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
125.000.000	08/03/2012	31/12/2014	40.000.000	85.000.000

JUSTIFICATIVA

A margem direita do Rio Guamá se situa no trecho do Bairro Juruna até o Bairro Guamá, onde se situa o campus da Universidade Federal do Pará. O Rio Guamá é composto dos Rios Acará, Capim e Moju, além de receber 11 córregos contaminados pelo descarte irregular de dejetos urbanos, já que somente 4,5% da rede domiciliar da Capital paraense está conectada à rede coletora, o que justifica uma vazão de 2.745 mm/ano, acarretando em alagamentos diários aos Bairros de Jurunas até o Bairro de Guamá.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 224 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Arnaldo Jordy

EMENDA

26780004

EMENTA

Parque da Utinga

PROGRAMA

2018 - Biodiversidade

OBJETIVO

0510 - Promover a conservação e o uso sustentável de ambientes singulares e de alta relevância para a biodiversidade e garantir a representatividade dos ecossistemas brasileiros por meio da ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de outras áreas protegidas.

INICIATIVA

NOVA - Construção do Parque da Utinga na Região Metropolitana de Belém - No Estado do Pará.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	09/03/2012	31/12/2014	20.000.000	80.000.000

JUSTIFICATIVA

O parque ambiental do Utinga tem cerca de 1.800 hectares onde estão localizados os Lagos Bolonha e Água Preta, responsáveis pelo abastecimento de uma boa parte da população residente na Região Metropolitana de Belém. É de suma importância promover a conservação e o uso sustentável de ambientes singulares e de alta relevância para a biodiversidade e garantir a representatividade dos ecossistemas brasileiros por meio da ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de outras áreas protegidas, principalmente nesta área.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Arnaldo Jordy

EMENDA

26780005

EMENTA

Programa de Desenvolvimento sustentável do Marajó

PROGRAMA

2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

OBJETIVO

0980 - Ampliar e qualificar a oferta de bens e serviços para a melhoria da infraestrutura territorial, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.

INICIATIVA

NOVA - Desenvolvimento Sustentável do Arquípélogo do Marajó no Estado do Pará

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	01/03/2012	31/12/2014	40.000.000	110.000.000

JUSTIFICATIVA

O Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó tem com estratégia promover o pleno desenvolvimento das atividades produtivas possibitando a geração de emprego e a melhoria da qualidade de vida das pessoas, com a conservação do meio ambiente. A ausência de tratamento de resíduos sólidos e líquidos no Arquipélago do Marajó degrada o meio ambiente e impacta negativamente a saúde da população, e gera uma sobrecarga na demanda dos serviços de saúde. Ante o exposto, não se pode conceber o desenvolvimento sustentável sem que haja o tratamento do lixo e esgoto urbano, doméstico e industrial. Logo se faz necessário a implantação de usinas de tratamento de esgoto, aterros sanitários com as devidas usinas de compostagem e possível uso do metano na geração de energia. A energia produzida localmente, proveniente das águas servidas e dos resíduos sólidos tem um custo menor, até por que não reclama grandes linhas de transmissão de energia. Além de poupar o meio ambiente dos impactos negativos da emissão de poluentes nos subsolos (contaminando os lençóis freáticos, e os leitos dos rios), e redução da mob-mortalidade na região. Outras iniciativas: a implantação de usinas de beneficiamento do açaí em conjunto com cooperativas extrativistas que possam garantir a qualidade do produto para exportação e consumo nacional, podendo garantir um selo de procedência; o incentivo à piscicultura com espécies nativas da Bacia Amazônica visando à exportação e consumo nacional; e implantação de frigoríficos para garantir a qualidade dos produtos beneficiados a serem comercializados, agregando valor aos mesmos com o aumento da renda da população local.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Arnaldo Jordy

EMENDA

26780006

EMENTA

Rodovia Independência

PROGRAMA

2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

OBJETIVO

0840 - Estruturar e adensar Arranjos Produtivos Locais e cadeias produtivas em múltiplas escalas, com vistas ao desenvolvimento sustentável, à competitividade e à superação das desigualdades regionais e da pobreza extrema, por meio da dinamização econômica e da inclusão produtiva.

INICIATIVA

NOVA - Construção do Trecho Rodoviário da Rodovia Independência, com viaduto de interligação da Rodovia Independência com a BR-316/PA, na Região Metropolitana de Belém - No Estado do Pará.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
200.000.000	08/01/2012	31/12/2014	87.000.000	113.000.000

JUSTIFICATIVA

A execução da obra rodoviária estadual tem como objetivo a integração de modais de transportes aéreos através do Aeroporto Internacional de Belém ¿ Van de Cans, fluviais através dos portos de Belém, Barcarena e Vila do Conde e terrestres através da rodovia Federal Br-316/PA ¿ Federal e a interligação com a Alça Viária ¿ PA-150.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Arthur Oliveira Maia

EMENDA

27390001

EMENTA

Implantação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

INICIATIVA

NOVA - Implantação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	01/01/2012	31/12/2015	5.000.000	145.000.000

JUSTIFICATIVA

Considerando que o Plano Mais Brasil definiu como macrodesafio a promoção do acesso universal a saúde, assegurando equidade e qualidade de vida; Considerando ainda que o PPA 2012-2015 tem em seu objetivo garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada. Nesse contexto podemos citar o caput do artigo 196 da Constituição Federal: a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Portanto apresento emenda em epígrafe objetivando implantação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Asdrubal Bentes

EMENDA: 11290001

EMENTA: Porto de Marabá

PROGRAMA: 2073 - Transporte Hidroviário

OBJETIVO: 0798 - Desenvolver rede de instalações portuárias de navegação interior para transporte de carga considerando a integração multimodal.

INICIATIVA: NOVA - Construção do Porto Fluvial Intermodal no Rio Tocantins, no Município de Marabá-PA

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
200.000.000	08/01/2012	31/12/2014	40.000.000	160.000.000

JUSTIFICATIVA

A construção do Porto Fluvial Intermodal do Município de Marabá será um importante passo na consolidação da Hidrovia do Tocantins, que interligará os Estadodo Tocantins, Maranhão e Pará. Os investimentos em logística naquela região, que incluem a recuperação e revitalização do Distrito Industrial de Marabá, além da conexão com as eclusas de Tucurui e com o novo pier do Porto de Vila do Conde, transformando minério de ferro em emprego, geração de renda e qualidade de vida. Além disso, os produtos paraenses ficarão mais competitivos, uma vez que o frete cobrado no transporte das cargas escoadas por esse tipo de transporte custa US$23 a menos, por tonelada, se comparado ao transporte rodoviário. A construção do porto será feita à margem esquerda do Rio Tocantins, na altura do Km 14 da BR-230, na área de influência do parque industrial e deverá ocupar uma área estimada de 370 mil m2, incluindo o pátio multimodal que será integrado pela rodovia e no futuro deverá constar de um ramal ferroviário.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Assis Carvalho

EMENDA: 27050001

EMENTA

Aeroportos no Piauí

PROGRAMA

2017 - Aviação Civil

OBJETIVO

0083 - Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.

INICIATIVA

NOVA - Construção, reforma ampliação e adequação de aeroportos e aeródromos de interesse estadual e regional

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
600.000.000	07/05/2012	07/05/2015	100.000.000	500.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda tem por objetivo a adequação dos principais aeroportos do Estado do Piauí, às novas demandas surgidas a partir do ano de 2003, quando o Brasil e o Estado tiveram acentuado crescimento.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 230 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Assis Carvalho

EMENDA

27050002

EMENTA

Agua para População Rural

PROGRAMA

2069 - Segurança Alimentar e Nutricional

OBJETIVO

0614 - Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.

INICIATIVA

NOVA - Garantir água para as Populações Rurais, no Semi-Árido Nordestino

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
60.000.000	13/12/2012	13/12/2015	10.000.000	50.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda se justifica pelo imenso desafio que temos que enfrentar no semiárido brasileiro, particularmente no Estado do Piauí, que exige ações afirmativas e políticas públicas consistentes capazes de promover a acessibilidade de famílias à água como fator de segurança alimentar e nutricional, como bem maior de garantir vida digna e para que o Brasil alcance os objetivos de Desenvolvimento do Milênio, compromisso assumido com a ONU para 2015.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Assis Carvalho

EMENDA

27050003

EMENTA

Ciência e Tecnologia

PROGRAMA

2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

OBJETIVO

0501 - Fomentar o desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras para cidades sustentáveis.

INICIATIVA

NOVA - Promover o Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas para Cidades Sustentáveis

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
60.000.000	12/11/2012	12/11/2015	20.000.000	40.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda se justifica, por contribuir na área da Ciência e Tecnologia e Inovação buscando corrigir distorções e desigualdades regionais para levar aos estados mais discriminados o conhecimento e tecnologias capazes de incluir socialmente brasileiros dos mais longínquos lugares - "Inovar para competir e competir para crescer".

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 232 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Assis Carvalho

EMENDA

27050004

EMENTA

Educação Profissional e Tecnológica no Estado do Piauí

PROGRAMA

2031 - Educação Profissional e Tecnológica

OBJETIVO

0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.

INICIATIVA

NOVA - Expandir a Educação Profissional e Tecnológica

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
180.000.000	12/11/2012	12/11/2015	30.000.000	150.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda tem por objetivo expandir, interiorizar e democratizar a educação profissional e tecnológica, que é condição sine qua non para fixar o jovem rural do semiárido em sua própria terra. A ampliação da oferta de IFETs, adaptados a cultura local e regional, com a interiorização e ampliação de oportunidades para comunidades de assentados, indígenas, e quilombolas e a capacitação e qualificação inovadora para o empreendedorismo, através de Institutos Tecnológicos e parcerias com entidades de apoio a pesquisa e formação.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 233 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Assis Carvalho

EMENDA

27050005

EMENTA

Fortalecer a segurança Viária e a Educação no Trânsito no Estado do Piauí

PROGRAMA

2070 - Segurança Pública com Cidadania

OBJETIVO

0833 - Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.

INICIATIVA

NOVA - Ampliar a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	08/11/2012	08/11/2015	50.000.000	100.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda objetiva um melhor Planejamento e gestão da segurança no trânsito nas rodovias federais, visando à redução de acidentes e seus efeitos, bem como estabelecer estratégias de intensificação da fiscalização nas rodovias, combatendo dessa forma, roubo de cargas, assaltos a ônibus, tráfico de drogas e armamentos e prostituição infantil às margens de rodovias. Enfim, promover uma nova consciência no trânsito rodoviário por meio de mudanças de comportamento, visando a aumentar o respeito, a cidadania e a civilidade nesse ambiente.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 234 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Assis Carvalho

EMENDA

27050006

EMENTA

Implantação da Universidade Federal do Vale do Canindé - UFVC

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

INICIATIVA

NOVA - Implantação da Universidade Federal do Vale do Canindé - UFVC

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
350.000.000	09/09/2012	09/09/2014	100.000.000	250.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda se justifica pelo fato da Cidade de Oeiras/PI, ter sido a 1ª Capital do Estado do Piauí de ser a principal cidade do Território "Vale do Canindé" e de ser uma cidade com forte atração turística pelo seu pssado histórico. Com todos este atributos a referida cidade não dispõe, aínda, de Universidade Federal.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Assis Carvalho

EMENDA

27050007

EMENTA

Prevenção do Uso de Drogas

PROGRAMA

2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas

OBJETIVO

0912 - Promover e articular ações continuadas de prevenção do uso de drogas, de forma a informar, desestimular o uso inicial, incentivar a diminuição do consumo e diminuir os riscos e danos associados ao seu uso indevido.

INICIATIVA

NOVA - Prevenção e Reinserção Social de Usuários de Drogas

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
25.000.000	08/11/2012	08/11/2015	5.000.000	20.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda se justifica pela necessidade urgente de todo o país em atuar em todos os campos com políticas públicas de combate a esse mal que atinge a sociedade apoiando entidades de recuperação e promovendo a reinserção social do usuário de drogas como o álcool, crack, cocaína e outras drogas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Assis Carvalho

EMENDA

27050008

EMENTA

Promoção dos Direitos de Pessoa com Deficiência

PROGRAMA

2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência

OBJETIVO

0568 - Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência.

INICIATIVA

NOVA - Implantação e Melhoria de Serviços Especializados para Portadores de Necessidades Especiais

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
55.000.000	05/11/2012	05/11/2015	15.000.000	40.000.000

JUSTIFICATIVA

A Presente Emenda se justifica pelo fato da afirmação da missão social e política do Governo Federal em relação às pessoas portadoras de necessidades especiais, no Estado do Piauí.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Assis Carvalho

EMENDA: 27050009

EMENTA

Revitalizar e ampliar barragens no Estado do Piauí

PROGRAMA

2051 - Oferta de Água

OBJETIVO

0480 - Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais.

INICIATIVA

NOVA - Revitalizar, preservar ou ampliar infraestruturas hídricas existentes

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
400.000.000	04/06/2012	04/06/2015	150.000.000	250.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda se justifica pelo fato do estado do Piauí possuir em torno de dez grandes barragens, sendo que algumas delas estarem com suas estruras bastante comprometidas e carecendo, portanto, de manutenção para com isso dar maior segurança para as pessoas que habitam nas suas adjacencias.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 238 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Assis Carvalho

EMENDA

27050010

EMENTA

Rede Materno Infantil no Estado do Piauí

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0713 - A presente Emenda visa o aprimoramento do serviço de saúde de média e alta complexidade voltado para a área materno infantil

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda tem por objetivo, reduzir os índices de mortalidade infantil e oferecer atendimento especializado de média e alta complexidade à mulheres e crianças de até seis anos de idade são as justificativas centrais para a implantação da Rede Materno-Infantil para o Estado do Piauí. Ações que visem o atendimento integral à saúde da mulher e da criança, exigem uma série de particularidades, portanto, é necessária a adequação do serviço de saúde para dar a esse público o atendimento devido. A Rede consiste em um centro de alta complexidade, que deve ficar localizado na capital do Estado, Teresina, e a implantação de mais 10 (dez) centros de média e alta complexidade em cada cidade sede dos Territórios de Desenvolvimento, totalizando 11 (onze) centros maternos-infantil. Assim cada região terá a possibilidade de ter um serviço especializado no atendimento saúde da mulher e da criança. Desta forma esperamos atender a demanda por serviços especializados nesta área. Nessa perspectiva, a Rede Materno-Infantil vem alavancar um projeto de saúde pública em acordo com aquilo que recomenda o Sistema Único de Saúde, gerando condições efetivas de uma atenção universal e integral operacionalizada através de uma rede resolutiva e verdadeiramente hierarquizada.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Assis do Couto

EMENDA: 19630001

EMENTA: Adequação da BR-163/PR

PROGRAMA: 2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO: 0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA: NOVA - Adequação da BR-163/PR

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
600.000.000	01/01/2012	31/12/2015	50.000.000	550.000.000

JUSTIFICATIVA

Pretende-se com essa iniciativa possibilitar a adequação da BR-163/PR no trecho entre a BR-277 até a Divisa com Santa Catarina com extensão de aproximadamente 195 km, onde prioritariamente deve-se executar a duplicação de 75 km compreendidos entre a BR-277 até o Trevo de Marmelandia, onde o tráfico de veículos é intenso, principalmente os de cargas pesadas, o que aumenta e muito a periculosidade da estrada, uma vez que este trecho corta várias cidades e vilas, e tem uma geografia extremamente acidentada. O restante do trecho de aproximadamente 120 km necessita de terceiras faixas, contornos entre outras melhorias. O DNIT tem uma estimativa de custo para esta região em torno de R$ 4 milhões o km adequado no trecho com duplicação e R$ 2,5 milhões o km para o restante, perfazendo um custo total em torno de R$ 600 milhões. Um valor relativamente baixo dado à importância da estrada e o grande fluxo de veículos o qual foi medido pelo DNIT no dia 28/09/2011 em torno de 8219 veículos por dia, sendo que 49% é de veículos de carga, com projeção para o ano que vem de um aumento em cerca de 13% chegando em torno de 9300 veículos por dia o que dá próximo de 400 veículos hora.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 240 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Assis do Couto

EMENDA

19630002

EMENTA

Programa 2012 - Apoiar a infraestrutura de produção e logística das pequenas cooperativas da agricultura familiar.

PROGRAMA

---- - Programa do novo Objetivo

OBJETIVO

NOVO - Incentivo ao fortalecimento, consolidação e expansão das Cooperativas da Agricultura Familiar através de políticas que aumente a oferta de alimentos, melhore a renda e a diminua a pobreza.

INICIATIVA

NOVA - Apoiar a infraestrutura das cooperativas da agricultura familiar.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
300.000	01/01/2012	31/12/2015	50.000	250.000

JUSTIFICATIVA

Iniciativa nova para Objetivo novo no Pragrama 2012 Há necessidade de apoiar a implantação e infraestruturação das pequenas cooperativas da agricultura familiar.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Assis do Couto

EMENDA

19630003

EMENTA

Programa 2012 - Apoiar campanhas de divulgação do cooperativismo nos meios de comunicação.

PROGRAMA

---- - Programa do novo Objetivo

OBJETIVO

NOVO - Incentivo ao fortalecimento, consolidação e expansão das Cooperativas da Agricultura Familiar através de políticas que aumente a oferta de alimentos, melhore a renda e a diminua a pobreza.

INICIATIVA

NOVA - Apoiar campanhas de divulgação.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
20.000	01/01/2012	31/12/2015	5.000	15.000

JUSTIFICATIVA

Iniciativa nova para Objetivo novo no Pragrama 2012 Pretende-se apoiar campanhas de divulgação da importância do cooperativismo nos meios de comunicação no sentido de educativo de incentivo a prática do cooperativismo.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 242 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Assis do Couto

EMENDA

19630004

EMENTA

Programa 2012 - Apoiar intercâmbios dentro e fora do país.

PROGRAMA

---- - Programa do novo Objetivo

OBJETIVO

NOVO - Incentivo ao fortalecimento, consolidação e expansão das Cooperativas da Agricultura Familiar através de políticas que aumente a oferta de alimentos, melhore a renda e a diminua a pobreza.

INICIATIVA

NOVA - Apoiar intercâmbios dentro e fora do país.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
12.000	01/01/2012	31/12/2015	3.000	9.000

JUSTIFICATIVA

Iniciativa nova para Objetivo novo no Pragrama 2012 E necessário apoiar os intercâmbios para que cooperativas e sistemas cooperativos possam buscar novas experiências dentro e fora do país.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 243 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Assis do Couto

EMENDA

19630005

EMENTA

Programa 2012 - Incentivar as instituições de ensino, publico e privadas, a introduzirem o tema cooperativismo em suas grades coriculares e a criação de cursos técnico profissionais e de graduação

PROGRAMA

---- - Programa do novo Objetivo

OBJETIVO

NOVO - Incentivo ao fortalecimento, consolidação e expansão das Cooperativas da Agricultura Familiar através de políticas que aumente a oferta de alimentos, melhore a renda e a diminua a pobreza.

INICIATIVA

NOVA - Criação de cursos técnico profissionais e de graduação.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000	01/01/2012	31/12/2015	25.000	75.000

JUSTIFICATIVA

Iniciativa nova para Objetivo novo no Pragrama 2012 Incentivar e apoiar as instituições de ensino publico, a introduzirem o tema cooperativismo em suas grades cuticulares e a criação de cursos técnico profissionais e de graduação.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 244 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Assis do Couto

EMENDA

19630006

EMENTA

Programa 2014 - Apoiar a infraestrutura de produção e logística das pequenas cooperativas da agricultura familiar.

PROGRAMA

---- - Programa do novo Objetivo

OBJETIVO

NOVO - Incentivo ao fortalecimento, consolidação e expansão das Cooperativas da Agricultura Familiar através de políticas que aumente a oferta de alimentos, melhore a renda e a diminua a pobreza.

INICIATIVA

NOVA - Apoiar a infraestrutura das cooperativas da agricultura familiar.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
300.000	01/01/2012	31/12/2015	50.000	250.000

JUSTIFICATIVA

Iniciativa nova para Objetivo novo no Pragrama 2014 Há necessidade de apoiar a implantação e infraestruturação das pequenas cooperativas da agricultura familiar.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Assis do Couto

EMENDA: 19630007

EMENTA

Programa 2014 - Apoiar campanhas de divulgação do cooperativismo nos meios de comunicação.

PROGRAMA

---- - Programa do novo Objetivo

OBJETIVO

NOVO - Incentivo ao fortalecimento, consolidação e expansão das Cooperativas da Agricultura Familiar através de políticas que aumente a oferta de alimentos, melhore a renda e a diminua a pobreza.

INICIATIVA

NOVA - 2014 - Apoiar campanhas de divulgação do cooperativismo nos meios de comunicação.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
20.000	01/01/2012	31/12/2015	5.000	15.000

JUSTIFICATIVA

Iniciativa nova para Objetivo novo no Pragrama 2014 Pretende-se apoiar campanhas de divulgação da importância do cooperativismo nos meios de comunicação no sentido de educativo de incentivo a prática do cooperativismo.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 246 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Assis do Couto

EMENDA

19630008

EMENTA

Programa 2014 - Apoiar intercâmbios dentro e fora do país.

PROGRAMA

---- - Programa do novo Objetivo

OBJETIVO

NOVO - Incentivo ao fortalecimento, consolidação e expansão das Cooperativas da Agricultura Familiar através de políticas que aumente a oferta de alimentos, melhore a renda e a diminua a pobreza.

INICIATIVA

NOVA - Apoiar intercâmbios dentro e fora do país.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
20.000	01/01/2012	31/12/2015	5.000	15.000

JUSTIFICATIVA

Iniciativa nova para Objetivo novo no Pragrama 2014 E necessário apoiar os intercâmbios para que cooperativas e sistemas cooperativos possam buscar novas experiências dentro e fora do país.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 247 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Assis do Couto

EMENDA

19630009

EMENTA

Programa 2014 - Incentivar as instituições de ensino, publico e privadas, a introduzirem o tema cooperativismo em suas grades coriculares e a criação de cursos técnico profissionais e de graduação

PROGRAMA

---- - Programa do novo Objetivo

OBJETIVO

NOVO - Incentivo ao fortalecimento, consolidação e expansão das Cooperativas da Agricultura Familiar através de políticas que aumente a oferta de alimentos, melhore a renda e a diminua a pobreza.

INICIATIVA

NOVA - Criação de Cursos Técnico Profissionalizante e de Graduação.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
200.000	01/01/2012	31/12/2015	50.000	150.000

JUSTIFICATIVA

Iniciativa nova para Objetivo novo no Pragrama 2014 Incentivar e apoiar as instituições de ensino publico, a introduzirem o tema cooperativismo em suas grades cuticulares e a criação de cursos técnico profissionais e de graduação.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 248 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Assis do Couto

EMENDA

19630010

EMENTA

EDUCAÇÃO NO CAMPO - INICIATIVA: 01BL

PROGRAMA

2012 - Agricultura Familiar

OBJETIVO

0412 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

INICIATIVA

01BL - Apoio à reestruturação e ao fortalecimento das atividades das Escolas Famílias Agrícolas, Casas Familiares Rurais e do Mar e Centros de tecnologia alternativa na educação no campo.

JUSTIFICATIVA

O texto menciona uma organização que não existe ¿Casas Escolas Famílias Agrícolas (CEFAS)¿ que na verdade são Escolas Famílias Agrícolas (EFAS) e Casas Familiares Rurais e do Mar (CFR e CFM), organizações que trabalham com a educação no campo por alternância e fazem parte da Rede CEFFAS.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 249 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Assis do Couto

EMENDA

19630011

EMENTA

EDUCAÇÃO NO CAMPO - META

PROGRAMA

2012 - Agricultura Familiar

OBJETIVO

0412 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Incentivar as Escolas Famílias Agrícolas (EFAS) a destinarem vagas exclusivas para estudantes quilombolas	Incentivar as Escolas Famílias Agrícolas (EFAS), Casas Familiares Rurais e do Mar (CFR e CFM), a destinarem vagas exclusivas para estudantes quilombolas.

JUSTIFICATIVA

Necessita-se fazer esta alteração uma vez que o texto inclui Escolas Famílias Agrícolas (EFAS) e deixa fora as Casas Familiares Rurais e do Mar (CFR e CFM) que estão presentes em vários município do pais e que fazem parte assim como Escolas Famílias Agrícolas (EFAS) da Rede CEFFAS.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 250 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Assis do Couto

EMENDA

19630012

EMENTA

Estradas em assentamentos

PROGRAMA

2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

OBJETIVO

0420 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Construir e/ou reformar 25 mil km de estradas	Construir e/ou reformar 100 mil km de estradas.

JUSTIFICATIVA

A meta colocada pelo o Executivo é muito tímida em relação a verdadeira demanda.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 251 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Assis do Couto

EMENDA

19630013

EMENTA

Novo Objetivo Pragrama 2012 - Fortalecimento das Cooperativas da agricultura familiar MDA.

PROGRAMA

2012 - Agricultura Familiar

OBJETIVO

NOVO - Incentivo ao fortalecimento da consolidação e expansão das Cooperativas da Agricultura Familiar através de políticas que aumente a oferta de alimentos, melhore a renda dos agricultores e a diminua a pobreza no meio rural.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Apoiar a infraestrutura de produção e logística das pequenas cooperativas da agricultura familiar.

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Apoiar as cooperativas e sistemas cooperativos a realizarem intercâmbios de experiências dentro e fora do país.

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Apoiar campanhas de divulgação do cooperativismo nos meios de comunicação.

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Criar um plano nacional de expansão das cooperativas da agricultura familiar.

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Implantar Plano Nacional de Auto Gestão disponibilizando ferramentas contábeis, de controle e consultorias para as cooperativas.

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Implementar lei geral nacional, leis estaduais e municipais de incentivo ao cooperativismo.

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Incentivar as instituições de ensino, publico e privadas, a introduzirem o tema cooperativismo em suas grades coriculares e a criação de cursos técnico profissionais e de graduação.

JUSTIFICATIVA

A Criação desse Objetivo se faz necessário para podermos melhorar o atendimento as cooperativas em especial as de pequeno porte, o que vai de encontro com prioridades do governo e da ONU que instituiu 2012, o ano internacional das cooperativas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 252 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Assis do Couto

EMENDA

19630014

EMENTA

Novo Objetivo Programa 2014 - Fortalecimento das Cooperativas da agricultura familiar MAPA.

PROGRAMA

2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

OBJETIVO

NOVO - Incentivo ao fortalecimento da consolidação e expansão das Cooperativas da Agricultura Familiar através de políticas que aumente a oferta de alimentos, melhore a renda dos agricultores e a diminua a pobreza no meio rural.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Apoiar as cooperativas e sistemas cooperativos a realizarem intercâmbios de experiências dentro e fora do país.

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Apoiar campanhas de divulgação do cooperativismo nos meios de comunicação.

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Criar um plano nacional de expansão das cooperativas da agricultura familiar.

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Implantar Plano Nacional de Auto Gestão disponibilizando ferramentas contábeis, de controle e consultorias para as cooperativas.

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Implementar lei geral nacional, leis estaduais e municipais de incentivo ao cooperativismo.

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Incentivar as instituições de ensino, publico e privadas, a introduzirem o tema cooperativismo em suas grades coriculares e a criação de cursos técnico profissionais e de graduação.

JUSTIFICATIVA

A Criação desse Objetivo se faz necessário para podermos melhorar o atendimento as cooperativas em especial as de pequeno porte, o que vai de encontro com prioridades do governo e da ONU que instituiu 2012, o ano internacional das cooperativas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 253 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Assis Melo

EMENDA

28600001

EMENTA

Construção do Aeroporto da Região da Serra Gaúcha.

PROGRAMA

2017 - Aviação Civil

OBJETIVO

0083 - Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.

INICIATIVA

NOVA - Construção, reforma, ampliação e adequação de aeroportos e aeródromos de interesse estadual e regional da Serra Gaúcha, bem como infraestrutura nas vias de acesso.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
600.000.000	01/01/2012	31/12/2015	300.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente proposição apresentada em conjunto com o ilustre Deputado Pepe Vargas é para garantir recursos à Construção do Aeroporto Regional de Caxias do Sul. Já no PPA 2007/2011 havíamos colocado recursos para essa obra fundamental para o Estado do Rio Grande do Sul. Infelizmente, o Governo do Estado apenas agora, em 2011, através de anúncio do Governador Tarso Genro, definiu a localização do futuro empreendimento. É necessário que tenhamos então, no PPA, a garantia dos recursos necessários para o referido terminal aeroportuário, bem como das vias de acesso necessárias para que o reúna as condições necessárias ao seu objetivo que é o de ser o segundo aeroporto do Rio Grande do Sul para a movimentação de passageiros e cargas, já que o Estado hoje concentra sua movimentação basicamente no aeroporto Salgado Filho em Porto Alegre.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 254 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Assis Melo

EMENDA

28600002

EMENTA

Extensão da UFRGS para a Serra Gaúcha

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

INICIATIVA

NOVA - Extensão da UFRGS para a Serra Gaúcha

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	01/12/2012	31/12/2015	50.000.000	100.000.000

JUSTIFICATIVA

É notório o investimento que o Governo Federal tem feito nos últimos 08 (oito) anos na expansão do ensino superior. Desde o início do ciclo de expansão do ensino superior federal, o orçamento de toda a rede cresceu 94% em valores correntes, de R$ 12,5 bilhões em 2006 para R$ 24,2 bilhões este ano, segundo lançamento na Lei Orçamentária Anual (LOA). Em igual período, os recursos das 14 novas instituições registrou alta de 370%, saindo de R$ 404 milhões para R$ 1,9 bilhão. No entanto a demanda reprimida pela formação de novos quadros profissionais para atender um mercado interno em crescimento requer novos e novos investimentos, seja na criação de novas universidades, seja na expansão dos campi já existentes. A previsão no PPA 2012/2015 de recursos para expansão da UFRGS para a Serra Gaúcha é uma demanda mais que necessária para atender uma das mais importantes regiões do Rio Grande do Sul. A Regional Serra Gaúcha representa 12% do Produto Interno Bruto gaúcho e conta com uma população de mais de 1.100.000 habitantes e não conta com NENHUMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO SUPERIOR. Um amplo movimento coordenado pela AMESNE - Associação dos Municípios da Encosta Superior do Nordeste tem mobilizado todos os 32 monicípios da Serra Gaúcha. Contando com a participação ativa da Reitoria da UFRGS, prefeitos municipais e câmaras de vereadores, empresários, entidades sindicais, associações de moradores, estudantes e a população em geral, o Movimento pela Extensão da UFRGS para a Serra Gaúcha encontra-se em processo avançado. Um protocolo de intensões já foi assinado, 02 audiências públicas realizadas e um amplo movimento que toma as ruas e os corações da juventude da serra Gaúcha merece acolhida.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 255 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Assis Melo

EMENDA

28600003

EMENTA

Hospital Regional de Cruz Alta

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

INICIATIVA

NOVA - Implantação do Hospital Regional de Cruz Alta

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	01/01/2012	31/12/2015	50.000.000	100.000.000

JUSTIFICATIVA

A ampliação da rede de atendimento especializado do Sistema Único de Saúde é uma necessidade premente em algumas regiões do Estado do Rio Grande do Sul. A Partir de uma iniciativa da Câmara de Vereadores do município de Cruz Alta, que constituiu uma Comissão Especial para estudar e avaliar a possibilidade de implantar um Hospital Público de caráter regional, composta por vereadores de ampla coloração partidária, formou-se um amplo movimento para obter esta importante conquista. Tendo o compromisso do Prefeito municipal de Cruz Alta pela aquisição do terreno e a participação e aval da associação dos Municípios do Alto Jacuí, Associação dos Municípios do Planalto Médio, Associação dos Municípios do Alto da Serra do Botucaraí, Conselho Regional de Desenvolvimento do Alto da Serra do Botucaraí, Consórcio Intermunicipal do Alto Jacuí e do Noroeste Colonial, Consórcio Intermunicipal de Saúde, Associações Comerciais, Industriais, Câmaras de Vereadores e entidades representativas de amplos setores da Região que comporta 43 municípios e uma população de 583.735 habitantes o movimento vêm numa crescente. Este trabalho coordenado pela Comissão Especial da Câmara de Vereadores de Cruz Alta já fez um levantamento minucioso que subsidia a elaboração do projeto, porém precisa da guarida dos nossos gestores maiores da saúde para que este sonho torne-se realidade. É importante destacar que o Rio Grande do Sul é o Estado que conta com maior número de hospitais filantrópicos e particulares e raros são os de caráter público estadual ou Federal e alguns poucos municipais que oferecem serviços apenas de baixa complexidade. esta carência de hospital público é o que determina a centralização do atendimento nos grandes centros, principalmente em Porto Alegre, informa a vereadora Elisabeth Carvalho Zavaglia Silva/Profª Bebeta, do PCdoB de Cruz Alta, na justificativa do Projeto de Resolução que originou a formação da Comissão Especial naquela edilidade.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 256 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Assis Melo

EMENDA

28600004

EMENTA

Hospital Regional em Caxias do Sul

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

INICIATIVA

NOVA - Implantação do Hospital Regional em Caxias do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	01/01/2012	31/12/2015	50.000.000	100.000.000

JUSTIFICATIVA

Assim como outras importantes regiões do Estado do Rio Grande do Sul, a cidade de Caxias do Sul, situada na Serra Gaúcha, carece da implantação de uma unidade hospitalar pública de média e alta complexidade. A Regional Serra Gaúcha representa 12% do Produto Interno Bruto gaúcho, conta com uma população de mais de 1.100.000 habitantes, concentra um grande fluxo turístico e pasmem, NÃO CONTA COM NENHUM ESTABELECIMENTO PÚBLICO DE ATENDIMENTO HOSPITALAR DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE EM SEU MAIOR MUNICÍPIO, que é Caxias do Sul. Incluir no PPA esta ação atende a necessidade de centenas de milhares de brasileiros residentes na Serra Gaúcha, que acometidos de enfermidades graves, tem que deslocar-se para a capital do Estado afim de receber atendimento adequado. É importante destacar que o Rio Grande do Sul é o Estado que conta com maior número de hospitais filantrópicos e particulares e raros são os de caráter público estadual ou Federal e alguns poucos municipais que oferecem serviços apenas de baixa complexidade. esta carência de hospital público é o que determina a centralização do atendimento nos grandes centros, principalmente em Porto Alegre.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Assis Melo

EMENDA: 28600005

EMENTA: Rota Turística no Rio Grande do Sul

PROGRAMA: 2076 - Turismo

OBJETIVO: 0738 - Estruturar, qualificar e promover os destinos turísticos brasileiros para os megaeventos esportivos.

INICIATIVA: NOVA - Rotas Turísticas no Estado do Rio Grande do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	01/01/2012	31/12/2015	50.000.000	100.000.000

JUSTIFICATIVA

O Brasil prepara-se para recepcionar os dois maiores eventos mundiais de esporte. A Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 servirar como importante instrumento de atração e promoção no mercado regional, doméstico, nacional e/ou internacional do fluxo turístico. Em que pese as belezas naturais de nossas regiões, nota-se que o acesso a estes importantes monumentos turísticos não incentiva o estrangeiro ou ainda os brasileiros a retornarem aos locais antes visitados. Este é o exemplo do conhecido CAMINHO DAS NEVES - que liga os municípios da Serra Gaúcha à Serra Catarinense, que atrai anualmente mais de 6.000.000 de turistas e que segundo estudos de especialistas poderia aumentar exponencialmente o fluxo caso as vias de acesso entre as cidades destes dois Estados da Federação oferecessem melhores condições de trafegabilidade. Poderíamos citar ainda outros trechos ou rotas turísticas que servem de cartão postal de nosso solo pátrio e que precisam do apoio do poder público para atrair mais e mais turistas que aqui nos visitando, sairiam com desejo de retornarem. Segundo documento preparatório da 1ª Conferência Estadual do Turismo do RS, em 2010, de acordo com o Anuário Estatístico do Turismo, divulgado pelo Ministério do Turismo, o Brasil recebeu mais de 5,16 milhões de turistas não residentes no país (360 mil visitantes a mais do que em 2009), que, segundo dados do Banco Central, gastaram US$ 5,92 bilhões (representando um crescimento de 11,6% em relação ao ano de 2009), o que reforça a importância do turismo como atividade econômica relevante geradora de divisas para o país.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Assis Melo	28600006

EMENTA TEXTO

AVALIAÇÃO DO PPA 2012/15 INFORMADO AO CONGRESSO NACIONAL

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Aditiva	Artigo 17

TEXTO PROPOSTO

Art. O Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional, até o dia 15 de setembro de cada exercício, relatório de avaliação do Plano, que conterá:
I - avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados;
II - demonstrativo, na forma dos Anexos I e III desta Lei, contendo, para cada programa a execução das iniciativas nos exercícios de vigência deste Plano;
III - demonstrativo, por programa e por indicador, com atualização dos índices alcançados; e
IV - avaliação do cumprimento das metas por objetivo.

JUSTIFICATIVA

DIFERENTEMENTE DO PPA 2008/11, O PROJETO DE LEI NÃO TRAZ QUALQUER DISPOSITIVO RELATIVO À AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPA 2012/2015 PELO CONGRESSO NACIONAL. NESSE SENTIDO, PROPOMOS O ENVIO PELO EXECUTIVO DESSA AVALIAÇÃO ANUAL E DETALHAMENTO DOS DEMONSTRATIVOS A SEREM ENCAMINHADOS.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Assis Melo	28600007

EMENTA TEXTO

CONCEITO DE EMPREENDIMENTO DE GRANDE PORTE

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Aditiva	Artigo 6 Parágrafo 1 Inciso III

TEXTO PROPOSTO

IV - Empreedimento de Grande Porte: Conjunto de ações fisicamente contíguas ou funcionalmente interdependentes, com finalidade definida, resultando na entrega de produto específico à sociedade, com custo total igual ou superior ao valor de referência.

JUSTIFICATIVA

Esta emenda supre omissão do PLPPA 2012/15 quanto ao conceito de empreendimento, utilizado várias vezes pelo texto como parâmetro pelo Executivo. Assim, Empreedimento de Grande Porte define-se como o conjunto de obras ou serviços fisicamente contíguos ou funcionalmente interdependentes, com localização e finalidade definidas, resultando na entrega de produto específico à sociedade, com custo total igual ou superior ao valor de referência. Esse conceito já vem sendo aplicado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização-CMO quando da admissibilidade das emendas parlamentares pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas, vide Relatórios do CAE. Assim, o conceito já encontra-se estabilizado no âmbito do Congresso Nacional.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Átila Lins

EMENDA

16190001

EMENTA

PROSAMIM - no interior

PROGRAMA

2049 - Moradia Digna

OBJETIVO

0383 - Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

INICIATIVA

NOVA - PROSAMIM - no interior

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/01/2012	31/12/2015	200.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

O programa tem como objetivos a promoção, o saneamento, o desassoreamento e a utilização racional do uso do solo às margens dos igarapés, associada tanto à manutenção do desenvolvimento socialmente integrado e do crescimento econômico ambientalmente sustentável; a preservação do patrimônio natural do Estado do Amazonas, de forma a contribuir, em longo prazo, para a melhoria contínua da qualidade de vida da população amazonense; propor e testar formas de organização para a participação comunitária; o fornecimento de condições dignas de habitação, com infra-estrutura básica; a garantia à população do acesso aos serviços sociais básicos; a garantia à segurança alimentar da população afetada, a partir da manutenção dos vínculos econômicos existentes e implementação de projetos complementares de geração de emprego e renda; possibilitar o exercício da cidadania à população local por meio da participação; a melhoraria das condições de saúde pública e higiene da população mediante a extensão do sistema de abastecimento de água nos municípios de AUTAZES, BENJAMIN CONSTANT, BOCA DO ACRE, CARAUARI, CODAJÁS, EIRUNEPÉ, FONTE BOA, MANICORÉ, MAUÉS e SÃO PAULO DE OLIVENÇA, e assim objetivando beneficiar mais de 120.000 famílias em estado de risco devido às péssimas condições de moradia agravadas com as enchentes e doenças de veiculação hídrica.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Audifax

EMENDA: 27700001

EMENTA

Construção de Contorno na BR 101/ES - Mestre Álvaro, Serra, Espírito Santo.

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0136 - Ordenar o tráfego rodoviário de passagem nos trechos de perímetro urbano que possuam nível de serviço inadequado ou alto índice de acidentes, por meio de intervenções nas rodovias federais.

INICIATIVA

NOVA - Construção de Contorno na BR 101/ES - Mestre Álvaro, Serra, Espírito Santo.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	02/02/2012	02/12/2015	200.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa incluir no PPA 2012-2015 iniciativa prevendo a construção do Contorno de Mestre Álvaro, na Serra, região metropolitana da Grande Vitória, Espírito Santo. O Mestre Álvaro é considerado uma das maiores elevações litorâneas da costa brasileira e abriga uma das últimas áreas de Mata Atlântica de altitude do Espírito Santo. O projeto do Contorno do Mestre Álvaro tem como objetivo desafogar o trânsito pesado do trecho da BR 101 que corta o município da Serra, por meio de uma estrada que ligaria a Rodovia do Contorno de Vitória à BR 101, passando por trás do Mestre Álvaro. Tal obra viabilizaria investimentos comerciais e imobiliários no local, fazendo com que a avenida seja um pólo de empresas e serviços. Esta iniciativa elimina os efeitos do tráfego de longa distância feito, principalmente, por veículos de carga, dentro dos trechos de circulação urbana da rodovia. O trecho da BR 101 que hoje divide a Serra em dois hemisférios, seria transformado em uma avenida de integração. A intervenção permite ainda a implantação de um sistema de transporte coletivo mais eficiente, em faixas exclusivas. Sendo assim, o Contorno do Mestre Álvaro é uma obra de fundamental importância por trazer benefícios tanto para a questão da mobilidade urbana quanto para o desenvolvimento do comércio. O município da Serra tem destaque no setor industrial e no comércio exterior e o Contorno fortalece o mercado interno com um novo centro comercial. Devido à proximidade, a obra também traz impactos benéficos no caótico trânsito da Grande Vitória.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 262 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Audifax

EMENDA

27700002

EMENTA

Adequação da Rodovia BR 101/ES.

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - Adequação da capacidade da Rodovia BR 101, no Espírito Santo.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	02/02/2012	02/12/2015	200.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa incluir iniciativa no programa 2075 (transporte rodoviário), objetivo 0131 (adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atendas às demandas de carga e do volume de tráfego), para adicionar à proposta do PPA 2012-2015 encaminhada pelo Executivo e contemplar, dessa forma, as adequações que a BR 101/ES necessita. Conforme estatísticas abaixo elencadas, que têm como base estudos com dados o SUS, o DPVAT, DNIT e DENATRAN, é urgente a eliminação de pontos críticos da BR 101/ES, bem como de sua duplicação e desafogamento e melhoria do fluxo de veículos. De acordo com levantamento da Associação Brasileira de Prevenção dos Acidentes de Trânsito, Por Vias Seguras, na extensão dos 461 km da BR 101/ES, foram registrados em 2005 3.204 acidentes, sendo destes 146 vítimas fatais (são apuradas apenas as mortes no local do acidente) e 1.677 feridos. Estes dados se tornam mais alarmantes quando nos aproximamos da atualidade e ajudam a comprovar que o número de acidentes vem aumentando. Mapeamento de 2009 da CNM - Confederação Nacional dos Municípios, trouxe alarmante número: a BR 101 cruza 4 municípios dos 50 com mais mortes no país. No Espírito Santo, especificamente, a taxa média de óbito por frota é alta (de 11,2 mortes por cada 10.000 veículos). O número de mortos por acidente acidente de trânsito é respectivamente 874 (2005), 914 (2006) e 1.041 (2007). O número médio de óbitos para três anos é 943 e, com base na população médica (2005 a 2007) chega a 3.408.106, ou seja, 27,7 óbitos para cada 100 mil habitantes. Do dia 1º de janeiro de 2011 até 9 de junho, já haviam sido registrados 2.354, contra 2.158 no mesmo período do ano passado. Já o número de feridos neste ano era de 1.088 feridos - em 2010, foram 998. Com fundamento no anuário de estatística de trânsito do Sistema Nacional de Trânsito para o Espírito Santo, em 2010, os números revelam um aumento de 34% no total de mortos no local do acidente com relação ao ano de 2009. Por todo o exposto, vale pontuar que inclusive manisfestações populares já ocorreram na BR 101/ES devido a gravidade da situação. Além dos óbitos, vários milhões sofrem ferimentos graves ou tornam-se incapacitados. Apesar de não ter um alto índice de acidentes, quando comparado a outros trechos da BR 101 no Estado, a parte da rodovia conhecida como Contorno, que liga Cariacica a Serra pelos Kms 269 e 295, é a que concentra o maior grau de perigo, segundo o levantamento feito pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).O fator de gravidade é calculado com base no número de acidentes, no grau de severidade deles (número de pessoas feridas levemente, feridos graves e mortos), e também nas condições da rodovia e o fluxo de carros que passam nesses trechos diariamente. Enquanto 22 pontos apontados como os mais críticos da BR 101 concentram seu fator de gravidade - quanto maior esse número, mais perigoso é o trecho - entre 0,1 e 0,7, dois pontos da Rodovia do Contorno que integram o levantamento têm esse valor pelo menos duas vezes maior. Do quilômetro 291 ao 293, na região de Nova Brasília, Cariacica, o índice alcança 1,57. Já entre os quilômetros 293 e 294, no trevo da Ceasa, o grau de perigo chega a 2,49.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 263 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Audifax

EMENDA: 27700003

EMENTA

Adequação da Rodovia BR 262/ES.

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - Adequação da Rodovia BR 262, no Estado do Espírito Santo.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	02/02/2012	02/12/2015	200.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

A inclusão da iniciativa para o objetivo 0131 no programa 2075, visa adequar o PPA às necessidades existentes para a duplicação da BR-262, no Estado do Espírito Santo, a qual não foi contemplada na proposta enviada pelo Poder Executivo. No Espírito Santo, a BR 262 percorre 195,5 km é um dos trechos mais movimentados e violentos do País, inclusive com maior indice de acidentes fatais. Para exemplificar o estado precário deste trecho rodoviário federal, cita-se o fatídico episódio, em abril de 2011, no qual a ponte sobre o rio das velhas entre a barreira da policia federal rodoviaria e a chegada em belo horizonte (BH - Vitória) km 455, cedeu, bloqueando totalmente a passagem, forçando os motoristas a fazer rotas alternativas. Uma ponte provisória de estrutura metálica foi montada para atender o problema. De acordo com estatísticas da Polícia Rodoviária Federal (PRF), que calcula o índice de gravidade, a BR 262, no Espírito Santo fica classificada como a quinta (5ª) rodovia federal mais perigosa. Esse índice não leva em conta apenas o número de acidentes fatais mas também acidentes com ou sem feridos, que levam pesos diferentes na somatória final. O índice é 1238 mortes por 1000 habitantes e acidentes com morte, em 2005, somam 4, acidentes com vítimas 144 e sem vítimas, 418. Estes índices aumentaram, especialmente nos trechos urbanos e, até a metade deste ano de 2011, já tinham sido registrados cinco acidentes com vítimas fatais. De acordo com estudos do DENATRAN, a BR 262 está entre as rodovias com maior índice de periculosidade (acidentes/quilômetro) e maior índice de gravidade (acidentes sem vítima, com vítima e com fatalidade). Além disso, devido a alta quantidade de veiculos que trafegam pelo trecho e a pista ser única, o transito lento é constante gerando engarrafamentos de até 20 km. Por isso, a urgente necessidade de se duplicar a Rodovia 262/ES.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Audifax

EMENDA

27700004

EMENTA

Adequação e ampliação do aeroporto de Vitória, no Espírito Santo.

PROGRAMA

2017 - Aviação Civil

OBJETIVO

0083 - Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.

INICIATIVA

NOVA - Construção, reforma, ampliação e adequação do aeroporto de Vitória, no Espírito Santo.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	02/02/2012	02/12/2015	100.000.000	400.000.000

JUSTIFICATIVA

O aeroporto Eurico Salles, em Vitória, urge por recursos para atender as condições de infraestrutura mínima de atendimento do crescente número de passageiros. Dcumento do IPEA, recentemente divulgado, classifica o Aeroporto de Vitória como o pior do Brasil, opera com uma demanda cinco vezes maior que a sua capacidade. Por isso, esta emenda pretende incluir iniciativa no objetivo 0083, para adequar o PPA 2012-2015, que conforme proposta encaminhada pelo Poder Executivo, não contempla as necessidade de adequação de capacidade do aeroporto de Vitória. Alías, a expansão tornou-se necessária há muito e não restringe-se ao atendimento de demanda para transporte de passageiros, mas inclui também o transporte de cargas. As obras de modernização do Aeroporto, que incluem no projeto um moderno terminal de passageiros com aeroshopping, climatizado e com acessibilidade para deficientes físicos, seis modernas pontes de embarque, uma segunda pista de pouso e decolagem com 2.416 metros (sentido leste/oeste - a ser retomada em 2012 ainda), estacionamento com 1000 vagas, um novo pátio de aeronaves, taxiways (faixas de pista), novas vias de acesso, novas instalações do Corpo de Bombeiros, nova torre de controle e instalações de navegação aérea, áreas reservadas para comércio e um centro de convenções/exposições. O Espírito Santo, como demonstrado pela contribuição com o crescimento nacional do PIB, está contribuindo com o desenvolvimento do país, mas não recebe contrapartidas. Atualmente o terminal tem capacidade para 600 mil passageiros por ano, mas transportou 2,3 milhões de pessoas em 2009, com indicações claras que o aeroporto ficará ainda mais saturado. Como solução provisória para ampliar a capacidade existente de processamento de passageiros e minimizar a sensação de desconforto no terminal de passageiros em horários de grande movimento, a Infraero tem programada a ampliação das salas de embarque e desembarque em 2012. Ainda, os aspectos econômicos da modernização e da ampliação da estrutura atual e as suas implicações com os eventos esportivos de relevância internacional (Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas), que serão realizados nos próximos anos no país, são inegáveis. A inclusão do Aeroporto de Vitória no Plano Plurianual 2012-2015 para receber investimentos públicos é fundamental portanto e, conforme vastamente noticiado, devido a paralisação das obras do aeroporto capixaba, as obras já estão atrasadas, compromentendo, assim, o desempenho satisfatório do Estado e, consequentemente, do Brasil, no atendimento dos turistas e passageiros esperados para o evento.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 265 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Audifax

EMENDA

27700005

EMENTA

Construção de Arco Rodoviário do Espírito Santo - BR 101/ES - Vitória, Serra, Fundão, Ibiraçu, João Neiva.

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0136 - Ordenar o tráfego rodoviário de passagem nos trechos de perímetro urbano que possuam nível de serviço inadequado ou alto índice de acidentes, por meio de intervenções nas rodovias federais.

INICIATIVA

NOVA - Construção de Arco Rodoviário do Espírito Santo - BR 101/ES - Vitória, Serra, Fundão, Ibiraçu, João Neiva.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	02/02/2012	02/12/2015	100.000.000	400.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa incluir no PPA 2012-2015 iniciativa prevendo a construção do arco rodoviário na BR 101, na região metropolitana da Grande Vitória, Espírito Santo. Esta obra atende aos municípios de Vitória, Serra, Fundão, Ibiraçu, João Neiva e ajuda a eliminar os efeitos do tráfego de longa distância feito, principalmente, por veículos de carga, dentro dos trechos de circulação urbana da rodovia. Por isso, esta iniciativa viabilizaria investimentos no local e atenderia às demandas de escoametno de cargas. Devido à proximidade, a obra também traz impactos benéficos no caótico trânsito da Grande Vitória, uma vez que ainda é insuficiente a quantidade de vias urbanas que estabelecem as ligações intramunicipais, o que dificulta a convergência da população local para relações de convivência social e para realização de negócios. Nesse sentido, a implantação deste novo eixo viário ajuda a promover o tratamento dos eixos arteriais, principais e coletores, diminui conflitos de tráfego, reduz tempo de percurso nas viagens e expande o atendimento àos cidadãos, corroborando para estabelecer integração intermunicipal e sendo importante vetor para o crescimento do Estado. Por fim, o sistema viário urbano localizado nesse território não se constitui em um sistema independente e autônomo. Ao contrário, apresenta-se totalmente integrado e dependente de grandes rodovias de domínio federal e do sistema viário metropolitano. Assim, qualquer solução que venha a ser adotada para melhorar o sistema viário e o trânsito dependente de intervenções integradas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 266 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Audifax

EMENDA

27700006

EMENTA

Construção e adequação da Rodovia BR 101 - Cidade Pomar, Espírito Santo.

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0136 - Ordenar o tráfego rodoviário de passagem nos trechos de perímetro urbano que possuam nível de serviço inadequado ou alto índice de acidentes, por meio de intervenções nas rodovias federais.

INICIATIVA

NOVA - Construção e adequação da Rodovia BR 101 - Cidade Pomar, Espírito Santo.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	02/02/2012	02/12/2015	100.000.000	400.000.000

JUSTIFICATIVA

Pretende-se com esta emenda incluir no texto do PPA 2012-2015, encaminhado pelo Poder Executivo, iniciativa em prol da ordenação do tráfego rodoviário em trecho de perímetro urbano, com nível de serviço inadequado. Assim, objetiva-se viablizar a construção de acesso na BR 101/ES ao bairro Cidade Pomar, na Serra, Espírito Santo. O município da Serra é parte da Região Metropolitana de Vitória e, como parte de tal aglomerado urbano, apresenta significativos problemas urbanísticos, de transporte e tráfego. Dentre estes, apresenta-se a lacuna quanto ao acesso à Cidade Pomar, o que dificulta e oferece aos cidadãos padrão diferenciado de serviços públicos. Como o sistema viário urbano da Serra não é independente e autônomo, ao contrário, é integrado e dependente das rodovias federais e do sistema viário metropolitano, as soluções dependem de ações integradas. Por isso, faz-se necessária a presente emenda. A precária infra-estrutura urbana, com insuficientes vias e ligações intermunicipais, beneficiaria o município, sua população e arredores, incluindo toda a região metropolitana. Além disso, induziria o desenvolvimento pleno dos empreendimentos econômicos, principalmente industriais, de grande porte, para áreas especificamente zoneadas para essa finalidade.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Audifax

EMENDA

27700007

EMENTA

Adequação da Rodovia BR 484/ES.

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - Adequação da Rodovia BR 484/ES.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	02/02/2012	20/12/2015	90.000.000	410.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa incluir no PPA 2012-2015, encaminhado pelo Poder Executivo, iniciativa para a adequação do tráfego rodoviário da BR 484, no Espírito Santo, para garantir condições estáveis de fluxo, em atendimetno adequado às demandas de carga e ao volume de tráfego. Nesse sentido, é fundamental a destinação de recurso público ao trecho da BR 101/ES, KM 201, da Entrada BR 259 (Colatina). Esta BR 259, inclusive, apresenta erosão entre os KMs 176 e 179, em virtude das fortes chuvas que assolam a região. A construção o novo trecho de acesso à Colatina, na BR 259, se faz urgente, devido ao desenvolvimento econômico que este município apresenta. Para além, outra obra de importante vulto para o Estado é a entrada da BR 393(A) na Divisa do Espírito Santo e do Rio de Janeiro. Tais obras permitiriam a adequação dessas rodovias federais, inclusive com relação às demandas comercias de tráfego.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Audifax

EMENDA: 27700008

EMENTA: Implantação do ramal ferroviário litorâneo norte - Porto de Barra do Riacho

PROGRAMA: 2072 - Transporte Ferroviário

OBJETIVO: 0143 - Promover a adequação e construção de variantes e acessos ferroviários aos portos.

INICIATIVA: NOVA - Implantação do ramal ferroviário litorâneo norte - Porto de Barra do Riacho

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
895.000.000	02/02/2012	31/12/2017	100.000.000	600.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa inclui no programa 2072 (transporte ferroviário), objetivo 0143 (pomover a adequação e construção de variantes e acessos ferroviários aos portos), iniciativa para a implantação de ramal ferroviário litorâneo no norte do Espírito Santo, interligando o Porto de Barra do Riacho ao Sul da Bahia. Assim, pretende estimular o desenvolvimento do Porto de Barra do Riacho e ampliar a capacidade de operação de carga geral, carga frigorificada e granéis líquidos do Complexo Portuário Capixaba, contribuindo para a promoção do desenvolvimento da região norte do estado. A emenda, portanto, tem o objetivo de melhorar a infra-estrutura de transporte e logística do Estado e conferir o adequado avanço tecnológico para a crescente e importante questão da eficiência logística, como vantagem competitiva de empresas e sistemas produtivos. Por esta razão, espaços econômicos que dispõem de logística avançada têm uma capacidade maior de atrair investimentos e de ampliar a capacidade competitiva de suas empresas. Em quantidade (toneladas), o Espírito Santo ocupa posição de destaque no fluxo de comércio exterior do Brasil, sendo a 2ª maior porta de saída de mercadorias em direção ao mercado internacional. Entretanto, quando considerado o valor exportado, apenas 9% é escoado por intermédio do sistema logístico capixaba. Trata-se, portanto, de um sistema logístico destinado à produção e comercialização de commodities: o valor da tonelada exportada pelos portos do estado é cerca de 10% do valor comercializado através do porto de Santos. Nesse sentido, constitui desafio importante para a expansão e adequação do sistema logístico a integração regional e a inserção global das unidades produtivas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 269 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Audifax

EMENDA

27700009

EMENTA

Ordenar o tráfego rodoviário na BR 262/ES.

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0136 - Ordenar o tráfego rodoviário de passagem nos trechos de perímetro urbano que possuam nível de serviço inadequado ou alto índice de acidentes, por meio de intervenções nas rodovias federais.

INICIATIVA

NOVA - Ordenar o tráfego rodoviário na BR 262/ES.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	02/02/2012	02/12/2015	70.000.000	430.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda objetiva incluir no PPA 2012-2015 a ordenação do tráfego rodoviário na BR 262/ES, em trechos de perímetro urbano, que não foram contemplados no projeto encaminhado pelo Poder Executivo. Especificamente os trechos da entrada BR 101(B), no KM 15,8 e na Divisa ES/MG, KM 196,3, a entrada BR 101(B) e a entrada ES 465 (para Domingos Martins), KM 15,5 ao KM 40,2, apresentam altos índices de acidente de trânsito. Além disso, há também a entrada BR 262/ES, Capuaba (Viana - Vila Velha), na BR 447, que é outro ponto de estrangulamento, necessitando de adaptação para oferecer um serviço adequado às populações da redondeza. Nesse sentido, a contrução do trecho Rodoviário - Via Expressa é de fundamental relevância tanto para a prestação de serviço adequado quanto para a redução dos níveis de acidentes. Entretanto, vários outros trechos da BR 262/ES que perpassam perímetros urbanos necessitam de adequação e ordenamento, por isso já em 2010 foram registradas iniciativas pelo DNIT em ponto específicos. Sendo assim, pretende-se corroborar para a conclusão desses projetos (contemplados, inclusive pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), prevista para 2015, com inclusive a duplicação desses trechos.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Audifax

EMENDA: 27700010

EMENTA

Manutenção de trechos rodoviários no Espírito Santo.

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0129 - Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais, por meio da manutenção das vias e da adequação e recuperação da capacidade estrutural das pontes.

INICIATIVA

NOVA - Manutenção de trechos rodoviários no Espírito Santo.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	02/02/2012	02/12/2015	100.000.000	400.000.000

JUSTIFICATIVA

A emenda ora apresentada objetiva incluir no Plano Plurianual 2012-2015 iniciativa para manutenção de trechos rodoviários no Espírito Santo, que não foi contemplada pelo projeto encaminhado pelo Poder Executivo. Nesse sentido, pretende-se pontualmente assegurar condições de trafegabilidade, mediante a manutenção da BR 342, entrada ES 220 (Ecoporanga) e entrada ES 103 (para Nova Venécia). Conforme demonstrativo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte do Estado do Espírito Santo, o valor global para a adequação e manutenção dessa BR, incluindo os pontos supracitados, extrapola o valor de referência estabelecido e necessita, portanto, estar especificado no PPA 2012-2015.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Benedita da Silva

EMENDA

13100001

EMENTA

Cooperação com comunidades tradicionais com vistas...

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0721 - Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais de saúde.

INICIATIVA

NOVA - Cooperação com comunidades tradicionais com vistas a incorporar nos procedimentos do Sistema Único de Saúde conhecimentos e práticas derivadas dos saberes de medicina popular utilizados pelas comunidades tradicionais.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2	01/01/2012	31/12/2015	1	1

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 272 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Benedita da Silva

EMENDA

13100002

EMENTA

Expansão do CadÚnico e da gestão de condicionalidades...

PROGRAMA

2019 - Bolsa Família

OBJETIVO

0376 - Localizar e caracterizar as famílias consideradas como público-alvo dos programas de transferência de renda e dos programas sociais do Governo Federal voltados à população de baixa renda, e realizar a gestão e manutenção de suas informações socioeconômicas, por meio do desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias, instrumentos e sistemas de informações, com objetivo de subsidiar o planejamento e a implementação de políticas de combate à pobreza e à desigualdade social.

INICIATIVA

NOVA - Expansão do CadÚnico e da gestão de condicionalidades e fomento ao seu uso para integração com programas complementares, observando uma estratégia diferenciada para a inclusão de quilombolas e comunidades tradicionais nesse cadastro.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2	01/01/2012	31/12/2015	1	1

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 273 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Benedita da Silva

EMENDA

13100003

EMENTA

Fomentar a cooperação entre os Centros de Referência em Assistência Social...

PROGRAMA

2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

OBJETIVO

0282 - Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

INICIATIVA

NOVA - Fomentar a cooperação entre os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e as comunidades de terreiro que prestam assistência voluntária às comunidades onde estão inseridos.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2	01/01/2012	31/12/2015	1	1

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 274 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Benedita da Silva

EMENDA

13100004

EMENTA

Fomentar a implementação de Centros de Referência em Assistência Social...

PROGRAMA

2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

OBJETIVO

0282 - Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

INICIATIVA

NOVA - Fomentar a implementação de Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) nos municípios que possuem comunidades quilombolas e tradicionais de modo a facilitar o acesso aos programas, benefícios e serviços socioassistenciais e fortalecer a Rede de Proteção Social Básica junto ao público quilombola.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2	01/01/2012	31/12/2015	1	1

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 275 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Benedita da Silva

EMENDA

13100005

EMENTA

Inclusão de temas relativos à intersecção entre Saúde e Discriminação de Gênero, Raça...

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0721 - Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais de saúde.

INICIATIVA

NOVA - Inclusão de temas relativos à intersecção entre Saúde e Discriminação de Gênero, Raça e Orientação Sexual nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2	01/01/2012	31/12/2015	1	1

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Benedita da Silva

EMENDA

13100006

EMENTA

Indução do Governo Federal para garantir a implementação de CREAS...

PROGRAMA

2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

OBJETIVO

0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

INICIATIVA

NOVA - Indução do Governo Federal para garantir a implementação de CREAS nos municípios que possuem comunidades quilombolas e tradicionais de modo a facilitar o acesso dessa população à Rede de Proteção Social Básica.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2	01/01/2012	31/12/2015	1	1

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Benedita da Silva

EMENDA

13100007

EMENTA

Acompanhar e produzir relatório nacional...

PROGRAMA

2070 - Segurança Pública com Cidadania

OBJETIVO

0830 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Acompanhar e produzir relatório nacional sobre homicídios cometidos por agentes de segurança pública.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 278 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Benedita da Silva

EMENDA

13100008

EMENTA

Ampliar as ações de comunicação e inclusão digital...

PROGRAMA

2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

OBJETIVO

0751 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Ampliar as ações de comunicação e inclusão digital voltadas para as comunidades tradicionais, considerando as suas especificidades históricas e culturais.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 279 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Benedita da Silva

EMENDA

13100009

EMENTA

Apoiar a consolidação de redes de jovens

PROGRAMA

2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude

OBJETIVO

0960 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Apoiar a consolidação de redes de jovens para desenvolvimento de ações que visem à superação da cultura da violência.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 280 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Benedita da Silva

EMENDA

13100010

EMENTA

Aumentar significativamente a taxa líquida de matrícula...

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Aumentar significativamente a taxa líquida de matrícula no ensino superior na população negra de modo a aproximar à taxa líquida de matrícula no ensino superior na população branca.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 281 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Benedita da Silva

EMENDA

13100011

EMENTA

Capacitar 2.000 profissionais...

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0713 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Capacitar 2.000 profissionais que atuam em áreas estratégicas em Metodologia de Identificação e Combate ao Racismo e ao Sexismo Institucional, como estratégia para promoção da equidade no SUS.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 282 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Benedita da Silva

EMENDA

13100012

EMENTA

Capacitar 2.000 profissionais que ...

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0714 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Capacitar 2.000 profissionais que atuam em áreas estratégicas em Metodologia de Inclusão do Quesito Cor/Raça, para aperfeiçoar os processos de monitoramento das iniquidades raciais e de gênero no SUS.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 283 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Benedita da Silva

EMENDA

13100013

EMENTA

Combater a impunidade dos homicídios...

PROGRAMA

2070 - Segurança Pública com Cidadania

OBJETIVO

0830 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Combater a impunidade dos homicídios, cujas principais vítimas são jovens negros, por meio do fortalecimento da Perícia Criminal.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 284 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Benedita da Silva

EMENDA

13100014

EMENTA

Consolidar programas de ofertas de bolsas na graduação e pós-graduação...

PROGRAMA

2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

OBJETIVO

0498 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Consolidar programas de ofertas de bolsas na graduação e pós-graduação para estudantes negros e negras.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 285 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Benedita da Silva

EMENDA

13100015

EMENTA

Consolidar rede de segurança alimentar e nutricional das comunidades quilombolas...

PROGRAMA

2069 - Segurança Alimentar e Nutricional

OBJETIVO

0380 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Consolidar rede de segurança alimentar e nutricional das comunidades quilombolas, com equipamentos, serviços, mecanismos de abastecimento e distribuição de alimentos em pelo menos 700 comunidades.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 286 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Benedita da Silva

EMENDA

13100016

EMENTA

Construir salas de aulas em no mínimo 200 comunidades quilombolas...

PROGRAMA

2030 - Educação Básica

OBJETIVO

0596 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Construir salas de aulas em no mínimo 200 comunidades quilombolas e garantir o provimento da infra-estrutura necessária para o bom funcionamento das escolas já existentes nessas comunidades.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 287 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Benedita da Silva

EMENDA

13100017

EMENTA

Definir indicadores de monitoramento dos resultados de universalização...

PROGRAMA

2033 - Energia Elétrica

OBJETIVO

0045 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Definir indicadores de monitoramento dos resultados de universalização do acesso à energia elétrica tendo como unidade de análise as comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 288 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Benedita da Silva

EMENDA

13100018

EMENTA

Desenvolver ações para que as forças federais...

PROGRAMA

2070 - Segurança Pública com Cidadania

OBJETIVO

0830 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Desenvolver ações para que as forças federais de segurança pública atuem no combate e na apuração dos crimes contra os direitos humanos, relacionados em especial a milícias e grupos de extermínio.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Benedito de Lira

EMENDA: 29070001

EMENTA: Agricultura Irrigada

PROGRAMA: 2013 - Agricultura Irrigada

OBJETIVO: 0175 - Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.

INICIATIVA: NOVA - Capacitação para a Agricultura Irrigada

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
400.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

Essa emenda visa a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 290 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Benedito de Lira

EMENDA

29070002

EMENTA

Direitos das Pessoas com Deficiência

PROGRAMA

2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência

OBJETIVO

0442 - Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

INICIATIVA

NOVA - Aplicação da política dos direitos das pessoas com deficiência

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
200.000.000	01/01/2012	31/12/2015	50.000.000	150.000.000

JUSTIFICATIVA

Essa emenda visa garantir os direitos das pessoas com deficiência.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Benedito de Lira

EMENDA

29070003

EMENTA

Educação Básica

PROGRAMA

2030 - Educação Básica

OBJETIVO

0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.

INICIATIVA

NOVA - Apoio aos alunos, professores e a escola.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
400.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

Essa emenda visa apoiar o desenvolvimento a Educação Básica, ampliando, valorizando e garantindo e direito a Educação.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 292 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Benedito de Lira

EMENDA

29070004

EMENTA

Educação Profissional e Tecnológica

PROGRAMA

2031 - Educação Profissional e Tecnológica

OBJETIVO

0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.

INICIATIVA

NOVA - Expandir e Qualificar a Educação Profissional e Tecnológica

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
600.000.000	01/01/2012	31/12/2015	150.000.000	450.000.000

JUSTIFICATIVA

Essa emenda visa expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 293 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Benedito de Lira

EMENDA

29070005

EMENTA

Mobilidade Urbana e Trânsito

PROGRAMA

2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

OBJETIVO

0584 - Fomentar ações estruturantes para o fortalecimento institucional, promovendo a regulação do setor, a pesquisa, a implantação de sistemas de informação, a elaboração de projetos e planos de Transporte, de Mobilidade Urbana e Trânsito e a capacitação institucional dos agentes públicos e sociais para os sistemas de mobilidade urbana, de forma integrada e sustentável.

INICIATIVA

NOVA - Pavimentar e qualificar as vias urbanas

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2.000.000.000	01/01/2012	31/12/2015	500.000.000	1.500.000.000

JUSTIFICATIVA

Essa emenda visa a melhoria na Pavimentação de vias urbanas nas regiões de baixa renda.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 294 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Benedito de Lira

EMENDA

29070006

EMENTA

Moradia Digna

PROGRAMA

2049 - Moradia Digna

OBJETIVO

0383 - Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

INICIATIVA

NOVA - Melhorar a condição de vida das famílias de baixa renda

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
800.000.000	01/01/2012	31/12/2015	200.000.000	600.000.000

JUSTIFICATIVA

Essa emeda visa ajudar na condiçao de vida as famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 295 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Benedito de Lira

EMENDA

29070007

EMENTA

Saneamento Básico

PROGRAMA

2068 - Saneamento Básico

OBJETIVO

0610 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.

INICIATIVA

NOVA - Melhora a qualidade de vida

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
800.000.000	01/01/2012	31/12/2015	200.000.000	600.000.000

JUSTIFICATIVA

Essa emenda visa melhorar a qualidade dos serviços de saneamento básico.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 296 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Benedito de Lira

EMENDA

29070008

EMENTA

Transporte Ferroviário

PROGRAMA

2072 - Transporte Ferroviário

OBJETIVO

0148 - Fomentar a adequação dos trechos ferroviários existentes, os quais limitam a integração da malha e o crescimento da capacidade, por meio de alteração de bitola, mudança de geometria ou duplicação de linhas.

INICIATIVA

NOVA - Melhorar o transporte ferrroviário.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2.000.000.000	01/01/2012	31/12/2015	500.000.000	1.500.000.000

JUSTIFICATIVA

Essa emenda visa melhorar o transporte ferroviário para melhorar o desenvolvimento e competitividade.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 297 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Benjamin Maranhão

EMENDA

12680001

EMENTA

Construção de Trecho Rodoviário - BR 426

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - Construção de Trecho Rodoviário - Piancó - Nova Olinda - BR 426 - Paraíba.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
9.000.000	02/01/2012	10/12/2015	4.000.000	5.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo promover a conclusão da construção do Trecho Rodoviário - Piancó - Nova Olinda - na BR 426, no estado da Paraíba, facilitando o transporte da produção agrícola da região, bem como a locomoção entre os dois municípios, beneficiando mais de 20 mil pessoas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Benjamin Maranhão

EMENDA: 12680002

EMENTA

Funcionamento da Estação de Pscicultura no município de Sousa - Paraíba.

PROGRAMA

2052 - Pesca e Aquicultura

OBJETIVO

0567 - Aumentar a produção de organismos aquáticos de forma sustentável, através da implantação de parques aquícolas, da regularização fundiária e ambiental, da realização de pesquisas e assistência técnica e da modernização de infraestruturas produtivas, com foco no potencial aquícola brasileiro e nos recursos subexplotados e inexplotados.

INICIATIVA

NOVA - Funcionamento da Estação de Pscicultura no município de Sousa - Paraíba.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
600.000	02/02/2012	10/12/2015	400.000	200.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo promover a conclusão da Estação de Pscicultura no município de Sousa, no estado da Paraíba, com a aquisição dos equipamentos necessários para seu funcionamento. O funcionamento da Estação permitirá o aumento da oferta de proteína de excelente quilidade e a geração de emprego e distribuição de renda, beneficiando cerca de 20 mil pessoas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 299 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Benjamin Maranhão

EMENDA

12680003

EMENTA

Recuperação da infra-estrutura de irrigação de uso comum do Perímetro Irrigado Engenheiro Arcoverde - Paraíba.

PROGRAMA

2013 - Agricultura Irrigada

OBJETIVO

0175 - Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.

INICIATIVA

NOVA - Recuperação da infra-estrutura de irrigação de uso comum do Perímetro Irrigado Engenheiro Arcoverde - Paraíba.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
6.100.000	02/03/2012	10/12/2015	2.100.000	4.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo promover a recuperação de 15 Km de canais principais e de 37 Km de canais secundários e terciários, 11 Km de drenos principais e de 26 Km de drenos secundários e terciários, 15 Km de estradas principais e 3 Km de secundáris transversais com revestimento primário e cerca de contorno de 22 Km, no Perímetro Irrigado Engenheiro Arcoverde, na Paraíba. As obras beneficiarão 1.674 pessoas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 300 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Benjamin Maranhão

EMENDA

12680004

EMENTA

Recuperação da infra-estrutura de irrigação de uso comum do Perímetro Irrigado Sumé.

PROGRAMA

2013 - Agricultura Irrigada

OBJETIVO

0175 - Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.

INICIATIVA

NOVA - Recuperação da infra-estrutura de irrigação de uso comum do Perímetro Irrigado Sumé - Paraíba.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
9.700.000	02/03/2012	10/12/2015	4.000.000	5.700.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem por objetivo a recuperação de cerca de 11 Km de canais principais e de 8,3 Km de canais secundários e terciários, 15 Km de drenos principais e de 20 Km de drenos secundários e terciários, 20,5 Km de estradas principais e 11,5 Km de transversais com revestimento primário, no Perímetro Irrigado Sumé, na Paraíba. Essas obras beneficiarão 1.638 pessoas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Benjamin Maranhão

EMENDA: 12680005

EMENTA

Recuperação de dessalinizadores e obras complementares no Estado da Paraíba.

PROGRAMA

2051 - Oferta de Água

OBJETIVO

0480 - Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais.

INICIATIVA

NOVA - Recuperação de dessalinizadores e obras complementares no Estado da Paraíba.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000	02/02/2012	10/12/2015	200.000	300.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo promover a recuperação de 40 dessalinizadores e de 20 obras complementares no estado da Paraíba, de forma a garantir o fornecimento de água de qualidade às comunidades paraibanas onde é notória a sua escassez, melhorando as condições de vida da população.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Benjamin Maranhão

EMENDA: 12680006

EMENTA

Recuperação de obras de infra-estrutura hídrica no Estado da Paraíba.

PROGRAMA

2051 - Oferta de Água

OBJETIVO

0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.

INICIATIVA

NOVA - Recuperação de obras de infra-estrutura hídrica no Estado da Paraíba.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
20.000.000	01/03/2011	10/12/2015	5.000.000	15.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo promover a recuperação de de anomalias nos macicos, sangradouros e nos equipamentos hidromecânicos de 42 açudes públicos, construídos e administrados pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), no estado da Paraíba.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Benjamin Maranhão

EMENDA: 12680007

EMENTA

Recuperação de 300 poços públicos no Estado da Paraíba.

PROGRAMA

2051 - Oferta de Água

OBJETIVO

0480 - Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais.

INICIATIVA

NOVA - Recuperação de 300 poços públicos no Estado da Paraíba.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
3.000.000	01/03/2012	10/12/2015	1.000.000	2.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo promover a recuperação de 300 poços no estado da Paraíba, de forma a garantir o fornecimento de água de boa qualidade para comunidades paraibanas carentes deste insumo, beneficiando cerca de 900 mil pessoas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 304 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Benjamin Maranhão

EMENDA

12680008

EMENTA

Implantação da 2ª Etapa do Perímetro Irrigado de São Gonçalo

PROGRAMA

2013 - Agricultura Irrigada

OBJETIVO

0175 - Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.

INICIATIVA

NOVA - Concluir a 2ª Etapa do Perímetro Irrigado de São Gonçalo, no Estado da Paraíba.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
20.000.000	01/03/2012	10/12/2015	5.000.000	15.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo promover a conclusão da 2ª etapa do Perímetro Irrigado de São Gonçalo, localizado no distrito do mesmo nome, próximo à cidade de Sousa, Estado da Paraíba, no vale do rio Piranhas, à margem da BR 230, distando 440 km da cidade de João Pessoa, capital do Estado.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Benjamin Maranhão

EMENDA: 12680009

EMENTA

Adequação Rodoviária da BR-230 - Campina Grande - Divisa PB/CE - No Estado da Paraíba

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - Adequação de Trecho Rodoviário - BR-230 - Campina Grande - Divisa PB/CE - No Estado da Paraíba

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	02/02/2012	10/12/2015	40.000.000	60.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa contribuir com a adequação do Trecho Rodoviário da BR-230, ligando Campina Grande à Divisa do Estado da Paraíba com o Estado do Ceará, de forma a permitir a duplicação do trecho, garantindo condições seguras de tráfego.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 306 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Benjamin Maranhão

EMENDA

12680010

EMENTA

Ordenar os acessos rodoviários às cidades que margeiam a BR-230 - KM 150/521 - No Estado da Paraíba

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0136 - Ordenar o tráfego rodoviário de passagem nos trechos de perímetro urbano que possuam nível de serviço inadequado ou alto índice de acidentes, por meio de intervenções nas rodovias federais.

INICIATIVA

NOVA - Ordenar os acessos rodoviários às cidades que margeiam a BR-230 - KM 150/521 - No Estado da Paraíba

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
60.000.000	02/02/2012	10/12/2015	20.000.000	40.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa contribuir com a organização nos trechos rodoviários de perímetro urbano, de forma a permitir a adequação de pontos críticos de acesso às cidades que fazem margem à BR-230, entre os KM 150 e 521, no Estado da Paraíba, colaborando para a diminuição de acidentes.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Bernardo Santana de Vasconcellos

EMENDA

27520001

EMENTA

CONTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIARIO -DIVISA BA/MG (SALTO DA DIVISA)ENTR MG-405(JACINTO) NA BR 367 NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0137 - Promover a expansão da malha rodoviária federal buscando a integração regional e interestadual e o atendimento aos fluxos de transporte de grande relevância econômica.

INICIATIVA

NOVA - CONTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIARIO -DIVISA BA/MG (SALTO DA DIVISA)ENTR MG-405(JACINTO) NA BR 367 NO ESTADO DE MINAS GERAIS

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
800.000.000	01/01/2012	31/12/2015	200.000.000	600.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda incluir iniciativa que contenha recursos suficientes para a contrução e pavimentução da BR 367, no Estado de Minas Gerais, devido ao grande fluxo de veiculos que transitam na região, trazendo uma economia nos gastos com veiculos para transportes de cargas e passageiros. A iniciativa proposta já consta no PLPPA como a Ação (13XG), na iniciativa (00BE), com valor de R$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais). Como o PLPPA não permite acréscimo de valores nas ações existentes, esta emenda propõe a criação de uma nova iniciativa, específica para a ação mencionada, afim de alocar recursos suficientes no valor de R$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais) para a construção do trecho da BR-367, Da divisa BA/MG (Salto da Divisa) ao Entroncamento MG-405 (Jacinto), no Estado de Minas Gerais.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 308 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Bernardo Santana de Vasconcellos

EMENDA

27520002

EMENTA

Energia

PROGRAMA

2033 - Energia Elétrica

OBJETIVO

0047 - Aprimorar a qualidade do fornecimento e zelar pela modicidade dos preços dos serviços de energia elétrica para a sociedade.

INICIATIVA

003Q - -

JUSTIFICATIVA

A Emenda visa a acrescer o valor de R$ 3.500.000 (três milhões e quinhentos mil reais) para aplicação nos serviços de atendimento aos consumidores e relacionamento com a sociedade em geral, sob as premissas de transparência e participação pública nos processos de regulação e fiscalização. Trata-se de garantir clareza, presteza e eficiência no atendimento às reclamações quanto aos serviços de energia elétrica, bem como informações adequadas à participação social nas discussões sobre tarifas de energia elétrica e outros temas regulatórios de interesse público. O acréscimo orçamentário demandado é fundamental para cobertura dessas despesas, em atendimentos prestados diretamente pela ANEEL ou pelas Agências Estaduais conveniadas. Particularmente, para 2012 estão previstas várias audiências para discussões relacionadas ao terceiro ciclo de revisões tarifárias, de distribuidoras de todo o País. A ausência de cobertura a essa demanda adicional implicará a interrupção de convênios de atendimento aos consumidores pelas agências estaduais, comprometendo as premissas de descentralização que vêm sendo trabalhadas pela ANEEL

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 309 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Bernardo Santana de Vasconcellos

EMENDA

27520003

EMENTA

energia 1

PROGRAMA

2119 -

Tipo: Gestão e Manutenção

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**12.000.000**	**36.000.000**
- Despesas Correntes	7.300.000	21.900.000
- Despesas de Capital	4.700.000	14.100.000
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	12.000.000	**36.000.000**
	48.000.000	

JUSTIFICATIVA

A Emenda visa a acrescer o valor de R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), necessário à cobertura de despesas essenciais de manutenção da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Parcela desse acréscimo cobrirá gastos com Tecnologia da Informação, destinados a atender o aumento de demanda por serviços de TI, à superação de obsolescência de parte da infraestrutura de hardware, à aquisição de softwares e equipamentos individuais, bem como à continuidade das melhorias dos serviços de gestão de documentos e ao aprimoramento dos mecanismos de segurança da informação. Destina-se, também, ao desenvolvimento técnico necessário à realização de leilões de concessão pela própria ANEEL e não mais pela CCEE, até o final de 2012. Trata-se de preservar e atualizar a capacidade operativa da Agência para atendimento às demandas da sociedade. Essas despesas totalizam cerca de R$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais). Outra parcela do acréscimo solicitado destina-se à substituição do sistema de ar condicionado, cujas instalações originais datam de 1978, e de elevadores, cuja vida útil também já se encontra gravemente comprometida, gerando apreensão e risco aos servidores e ao público que frequenta a sede da Agência. Engloba, também, outras reformas mínimas em instalações e equipamentos de uso coletivo, demandadas pela recente ampliação do quadro próprio da Agência, acrescido em cerca de 30% em 2011. Esse conjunto de ações demanda cerca de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). Indiretamente, o aumento pleiteado terá desdobramentos importantes sobre as atividades finalísticas da ANEEL em sua missão de fiscalização e regulação dos serviços de energia elétrica, para garantia de sua qualidade, continuidade e modicidade.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 310 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Beto Faro

EMENDA

21520001

EMENTA

Aquisição de Alevinos

PROGRAMA

2052 - Pesca e Aquicultura

OBJETIVO

0567 - Aumentar a produção de organismos aquáticos de forma sustentável, através da implantação de parques aquícolas, da regularização fundiária e ambiental, da realização de pesquisas e assistência técnica e da modernização de infraestruturas produtivas, com foco no potencial aquícola brasileiro e nos recursos subexplotados e inexplotados.

INICIATIVA

NOVA - Aquisição de Alevinos no Estado do Pará

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	08/03/2012	31/12/2014	10.000.000	90.000.000

JUSTIFICATIVA

Aquisição de alevinos para o aumento da produção pesqueira no Estado do Pará.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Beto Faro

EMENDA

21520002

EMENTA

Aquisição de mudas - Culturas renováveis

PROGRAMA

2012 - Agricultura Familiar

OBJETIVO

0413 - Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis.

INICIATIVA

NOVA - Aquisição de mudas de cultura para energias renováveis

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	01/03/2012	31/12/2014	25.000.000	75.000.000

JUSTIFICATIVA

O incentivo as culturas de energias renováveis são uma demanda crescente em todo mundo, em especial no Brasil, que se destaca pela cultura da cana-de-açúcar e de culturas para o Biodiesel. Esta iniciativa permitirá a aquisição de mudas de dendê no Estado do Pará(cultura renovável) com fim à produção de Biodiesel, uma demanda crescente no referido Estado.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 312 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Beto Faro

EMENDA

21520003

EMENTA

Aterro Sanitário

PROGRAMA

2067 - Resíduos Sólidos

OBJETIVO

0319 - Ampliar o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a gestão consorciada dos serviços e a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.

INICIATIVA

NOVA - Construção de Aterros Sanitários no Estado do Pará

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	08/03/2012	31/12/2014	20.000.000	80.000.000

JUSTIFICATIVA

O Estado do Pará tem um grande défcit de aterros sanitários e de redes de esgotos, a construção de aterros sanitários se justifica para que que se possa ampliar o acesso de serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a gestão consorciada dos serviços e inclusão socioeconômica de catadores de materias recicláveis.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Beto Faro

EMENDA

21520004

EMENTA

Hidrovia Araguaia - Tocantis

PROGRAMA

2073 - Transporte Hidroviário

OBJETIVO

0234 - Fortalecer os corredores hidroviários garantindo condições de navegabilidade.

INICIATIVA

NOVA - Implantação do Sistema Hidroviário Araguaia-Tocantins

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
110.000.000	01/03/2012	31/12/2014	30.000.000	80.000.000

JUSTIFICATIVA

A extensão do complexo hidrográfico Araguaia-Tocantins é um dos maiores do mundo: a Hidrovia do Tocantins, pertencente ao corredor Centro-Norte se divide em dois tramos: o primeiro, de Peixe/TO a Marabá/PA, com 1.021 km de extensão, e o segundo, de Marabá/PA à foz do Tocantins, com 494 km. A Hidrovia do Araguaia, situada na região Centro-Oeste corta o o planalto central no sentido norte-sul, esta via com seus 1.254 km de Baliza/GO a Conceição do Araguaia/PA, se apresenta com um imenso potencial para o escoamento da produção de grãos e os mais diverso tipos de produtos do Mato Grosso, Goiás, Pará e Tocantins. Os rios Araguai e Tocantis apresentam potencial de corredor hidrográfico de alta importância para a economia da região, contudo a sua utilização está aquem da sua potencialidade, podendo tornar-se canias perenes de navegação após o EIA-RIMA. A política pública governamental já prevê o uso do complexo hidrográfico da região com a construção das usina hidrelétricas e implantação de eclusa, o que favorece e possibilita a navegabilidade dos rios. A hidrovia conectada a outros modais de transportes como ferrovias e rodovias podem perfeitamente mudar o panorama positivamente da economia nacional minimizando os custos da produção local.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 314 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Beto Faro

EMENDA

21520005

EMENTA

Hospital de Castanhal

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

INICIATIVA

NOVA - Estruturação de Unidade de Atenção Especializada em Saúde - Castanhal/PA - No Estado do Pará.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	09/03/2012	31/12/2014	24.000.000	76.000.000

JUSTIFICATIVA

A Construção do Hospital Regional da Região Nordeste do Estado do Pará, vem corrigir uma distorção do atendimento da Saúde da população local, que atualmente concentra seu atendimento através do 3º, 4º e 5º Centros Regionais de Saúde, dos quais nem sempre conseque absorver a demanda do atendimento da população. Esta iniciativa permitirá a inclusão da MAC - média e alta complexidade da Região, reduzindo a necessidade de deslocamento para a cidade de Belém.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Beto Faro

EMENDA

21520006

EMENTA

Muro de Arrimo Rio Acará

PROGRAMA

2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

OBJETIVO

0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

INICIATIVA

NOVA - Construção do Muro de Arrimo no Município do Acará

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
125.000.000	08/03/2012	31/12/2014	40.000.000	85.000.000

JUSTIFICATIVA

O Rio Acará banha o município homônimo que tem uma população de mais de 60 mil habitantese uma área de 4.363,6 Km². O muro de arrimo se justifica para que a população daquele município não sofra com constantes alagações que afetam tanto aquela população.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 316 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Beto Faro

EMENDA

21520007

EMENTA

Muro de Arrimo Rio Guamá

PROGRAMA

2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

OBJETIVO

0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

INICIATIVA

NOVA - Construção de Muro de Arrimo do Portal da Amazônia no Município de Belém - No Estado do Pará.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
125.000.000	08/03/2012	31/12/2014	40.000.000	85.000.000

JUSTIFICATIVA

A margem direita do Rio Guamá se situa no trecho do Bairro Juruna até o Bairro Guamá, onde se situa o campus da Universidade Federal do Pará. O Rio Guamá é composto dos Rios Acará, Capim e Moju, além de receber 11 córregos contaminados pelo descarte irregular de dejetos urbanos, já que somente 4,5% da rede domiciliar da Capital paraense está conectada à rede coletora, o que justifica uma vazão de 2.745 mm/ano, acarretando em alagamentos diários aos Bairros de Jurunas até o Bairro de Guamá.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Beto Faro

EMENDA: 21520008

EMENTA: Parque da Utinga

PROGRAMA: 2018 - Biodiversidade

OBJETIVO: 0510 - Promover a conservação e o uso sustentável de ambientes singulares e de alta relevância para a biodiversidade e garantir a representatividade dos ecossistemas brasileiros por meio da ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de outras áreas protegidas.

INICIATIVA: NOVA - Construção do Parque da Utinga na Região Metropolitana de Belém - No Estado do Pará.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	09/03/2012	31/12/2014	20.000.000	80.000.000

JUSTIFICATIVA

O parque ambiental do Utinga tem cerca de 1.800 hectares onde estão localizados os Lagos Bolonha e Água Preta, responsáveis pelo abastecimento de uma boa parte da população residente na Região Metropolitana de Belém. É de suma importância promover a conservação e o uso sustentável de ambientes singulares e de alta relevância para a biodiversidade e garantir a representatividade dos ecossistemas brasileiros por meio da ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de outras áreas protegidas, principalmente nesta área.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Beto Faro

EMENDA

21520009

EMENTA

Programa de Desenvolvimento sustentável do Marajó

PROGRAMA

2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

OBJETIVO

0980 - Ampliar e qualificar a oferta de bens e serviços para a melhoria da infraestrutura territorial, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.

INICIATIVA

NOVA - Desenvolvimento Sustentável do Arquípélogo do Marajó no Estado do Pará

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	01/03/2012	31/12/2014	40.000.000	110.000.000

JUSTIFICATIVA

O Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó tem com estratégia promover o pleno desenvolvimento das atividades produtivas possibitando a geração de emprego e a melhoria da qualidade de vida das pessoas, com a conservação do meio ambiente. A ausência de tratamento de resíduos sólidos e líquidos no Arquipélago do Marajó degrada o meio ambiente e impacta negativamente a saúde da população, e gera uma sobrecarga na demanda dos serviços de saúde. Ante o exposto, não se pode conceber o desenvolvimento sustentável sem que haja o tratamento do lixo e esgoto urbano, doméstico e industrial. Logo se faz necessário a implantação de usinas de tratamento de esgoto, aterros sanitários com as devidas usinas de compostagem e possível uso do metano na geração de energia. A energia produzida localmente, proveniente das águas servidas e dos resíduos sólidos tem um custo menor, até por que não reclama grandes linhas de transmissão de energia. Além de poupar o meio ambiente dos impactos negativos da emissão de poluentes nos subsolos (contaminando os lençóis freáticos, e os leitos dos rios), e redução da mob-mortalidade na região. Outras iniciativas: a implantação de usinas de beneficiamento do açaí em conjunto com cooperativas extrativistas que possam garantir a qualidade do produto para exportação e consumo nacional, podendo garantir um selo de procedência; o incentivo à piscicultura com espécies nativas da Bacia Amazônica visando à exportação e consumo nacional; e implantação de frigoríficos para garantir a qualidade dos produtos beneficiados a serem comercializados, agregando valor aos mesmos com o aumento da renda da população local.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Beto Faro

EMENDA

21520010

EMENTA

Rodovia Independência

PROGRAMA

2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

OBJETIVO

0840 - Estruturar e adensar Arranjos Produtivos Locais e cadeias produtivas em múltiplas escalas, com vistas ao desenvolvimento sustentável, à competitividade e à superação das desigualdades regionais e da pobreza extrema, por meio da dinamização econômica e da inclusão produtiva.

INICIATIVA

NOVA - Construção do Trecho Rodoviário da Rodovia Independência, com viaduto de interligação da Rodovia Independência com a BR-316/PA, na Região Metropolitana de Belém - No Estado do Pará.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
200.000.000	08/01/2012	31/12/2014	87.000.000	113.000.000

JUSTIFICATIVA

A execução da obra rodoviária estadual tem como objetivo a integração de modais de transportes aéreos através do Aeroporto Internacional de Belém Van de Cans, fluviais através dos portos de Belém, Barcarena e Vila do Conde e terrestres através da rodovia Federal Br-316/PA e a interligação com a Alça Viária PA-150.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 320 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Beto Faro

EMENDA

21520011

EMENTA

Construção de Ponte para Beneficiar Colonos de assentos do INCRA Município de São Felix Xingu PA

PROGRAMA

2066 - Construção de Ponte para Beneficiar Colonos de assentos do INCRA Município de São Felix Xingu PA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**100.000.000**	**100.000.000**
- Despesas Correntes	50.000.000	50.000.000
- Despesas de Capital	50.000.000	50.000.000
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	100.000.000	**100.000.000**
	200.000.000	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	50.000.000
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	50.000.000

JUSTIFICATIVA

A Emenda proposta ao PPA, tem com finalidade atender os colonos e pequenos produtores rurais assentados pelo INCRA no Município de São Felix do Xingú no Estado do Pará.O município de São Félix do Xingu, criado pela Lei no 2.460 de 29 de dezembro de 1961, foi desmembrado do município de Altamira com os seguintes limites: município de Altamira, município de Senador José Porfírio, município de Marabá, município de Conceição do Araguaia, município de Santana do Araguaia, e Estado de Mato Grosso. Localizado na região sudeste do Pará Microrregião de São Félix do Xingu, na confluência dos rios Xingu e Fresco, o município apresenta uma área de cerca de 84.607,30 Km² , com as coordenadas geográficas de 06º 38¿ 41¿ de latitude sul e 51º 59¿ 42¿ de longitude oeste. está distante 680 km, por via aérea e 1.147 km, por via terrestre, da capital do Estado do Pará (Belém) e possui os seguintes limites: Ao Norte ¿ Altamira e Senador José Porfírio; Ao Sul ¿ Estado do Mato Grosso; À Leste ¿ Marabá, Ourilândia do Norte, Tucumã, Parauapebas e Santana do Araguaia; À Oeste ¿ Altamira. É possível chegar à sede do município de São Félix por vias terrestre, fluvial e aérea. O acesso rodoviário, partindo da capital, é pela PA¿150, saindo de Belém segue-se até Xinguara, de onde se pega a PA-279 até a sede, num trecho que ainda possui estradas sem pavimentação. O município tem um aeroporto, com pista de 1.200 metros, pavimentada e capacidade para pouso e decolagem de aviões de médio porte. A navegação pelo Rio Xingu é possível entre os meses de janeiro a maio, quando o nível do rio está alto, nesse sentido cabe ressalta que a rede municipal de ensino público possui um total de 146 escolas. Destas, 14 estão localizadas na zona urbana e 132 na zona rural, além disso o município de proporções enormes como São Félix do Xingu, atende atualmente 1.885(conforme censo de 2009) alunos na Educação Infantil (Creche e Pré Escola). Sendo que apenas uma escola na zona urbana aproxima das exigências do Ministério da Educação para atender essa clientela. Já no Ensino Fundamental 1ª e 2ª Fase, EJA um total de 13.651(conforme censo de 2009). Sendo assim para escoar a produção de grãos e também atender essas necessidades de Educação e Saúde faz-se-á necessário a contrução de uma ponte sobre o rio Xingú, para faciltiar o dia-a-dia e o

tráfego de pessoas nesse município.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 322 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Beto Mansur

EMENDA

17990001

EMENTA

Implantação de Teleférico interligando áreas das cidades na Baixada Santista

PROGRAMA

2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

OBJETIVO

0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

INICIATIVA

NOVA - Implantação de Teleférico interligando áreas das cidades na Baixada Santista

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
154.200.000	02/01/2012	31/12/2015	70.120.000	84.080.000

JUSTIFICATIVA

Uma obra de repercussão local, uma verdadeira revolução em matéria logistica (mobilidade urbana aérea). Além de ser debaixo custo poderá também, como excedente, arrecadar fundos com o turismo. É um meio de transporte a ser utilizado pelos cidadãos da baixada santista, região encravada na Serra do Mar e que possue habitações em locais de dificil acesso e não servida, muitas das vezes, por transporte coletivo. Há um intenso movimento de pessoas entre as cidades, e nas cidades, e este meio de transporte atenderá essa necessidade e vai ao encontro das politicas mais modernas, ou seja, utilizará energia elétrica, não poluente e menor custo , além de não necessitar das infraestruturas tradicionais que normalmente são dispendiciosas na sua manutenção. Com certeza este transporte barateará o custo per capita se comparado com o transporte de ônibus e outros meios. Os valores, cronograma físico/financeiro e metas desta emenda, são meramente indicativos não correspondendo a realidade uma vez que ainda não possuímos os projetos e sim a demanda. Nossa emenda é socialmente justa e inclusiva.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 323 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Beto Mansur

EMENDA

17990002

EMENTA

Implantação de Terminal de passageiros no Porto de Santos

PROGRAMA

2074 - Transporte Marítimo

OBJETIVO

0188 - Promover a melhoria da infraestrutura de turismo marítimo de passageiros e a integração porto-cidade por meio da revitalização de áreas portuárias.

INICIATIVA

NOVA - Implantação de Terminal de passageiros no Porto de Santos

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
85.320.000	02/01/2012	31/12/2015	55.220.000	30.100.000

JUSTIFICATIVA

Enquanto Prefeito da cidade de Santos promovemos a sua inclusão na rota dos Cruzeiros Marítimos, quando tomamos a iniciativa de investir em obras para o atracamento de navios de cruzeiros no porto de Santos como também de meios para o acesso dos passageiros. Após estas obras, nenhuma se seguiu e nem mesmo houve melhorias nas já concluídas e, adicionando a tudo isto, a elevação, fantástica, do número de turistas e navios da modalidade é que estamos apresentando esta emenda com fito de promovermos uma verdadeira reforma, ampliação, expansão e modernização destas instalações obsoletas de nossos dias. Esta nossa proposta vem ao encontro das necessidades dos usuários, dos comerciantes de varejo, dos empresários da área turística. Este recurso solicitado, meramente indicativo, voltará para os cofres do governo, pois trata de investimento produtivo e autossustentável que promoverá a segurança e bem estar de toda comunidade desta cadeia produtiva. Esperamos a aprovação de nossa iniciativa e para isto contamos com a sensibilidade dos nossos Pares.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 324 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Beto Mansur

EMENDA

17990003

EMENTA

Implantação, Modernização e Adequação de Terminal de Exportação de Etanol em Santos

PROGRAMA

2022 - Combustíveis

OBJETIVO

0186 - Otimizar a logística referente a petróleo e combustíveis, de forma a reduzir custos e favorecer sua comercialização e seu adequado fornecimento aos consumidores.

INICIATIVA

NOVA - Implantação, Modernização e Adequação de Terminal de Exportação de Etanol em Santos

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
230.120.000	01/01/2012	31/12/2015	80.500.000	149.620.000

JUSTIFICATIVA

Fala-se que o Brasíl será o maior exportador de combustivel renovável do mundo. É o etanol o carro chefe desta produção de combustível renovável, e é realmente, ... temos tecnologia, infraestrutura, capacidade gerencial, politicas públicas e , mais importante, a coragem de quem acredita em tudo isto, os nossos empresários. Desnecessário seria falar de cada um destes itens pois que é por demais conhecidos. Vejo, entretanto, que a nossa intenção como nação exportadora de etanol esbarra na ausência de infraestrutura portuária. Não temos em nenhum porto brasileiro as condições mínimas para o atendimento deste objetivo. Possuimos terminais de exportação/importação de diesel, gasolina e outros subprodutos mas já dimencionados para o atendimento da demanda . Esta nossa proposta para a construção de terminal de etanol , atenderá aos imensos objetivos nacionais. Como nosso estado é o maior produtor deste combustível e como a demanda interna é perfeitamente atendida, fica claro que, o que exceder deve ser exportado e é o Porto de Santos sua principal via de escoamento. Além de ser o mais competitivo economicamente, a infraestrutura portuária necessitará investimentos menores que de outros portos brasileiros . Por estas e outras razões é que acreditamos que a saída, que a resposta a esta necessidade nacional , mais eficaz, mais rápida e de menor custo está nesta nossa proposta. Esperamos sua aprovação pois que a sua inclusão ao plano de governo da Presidenta Dilma é uma exigência de quem produz e acredita no Brasil. Os valores aqui indicados, metas e cronograma físico/financeiro é meramente indicativo e com os estudos do projeto teremos os valores reais.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Beto Mansur

EMENDA: 17990004

EMENTA

Instalação de centros de estudos e pesquisas em logistica nos Portos

PROGRAMA

2074 - Transporte Marítimo

OBJETIVO

0198 - Aprimorar a gestão e a operação da infraestrutura portuária brasileira por meio do desenvolvimento de sistemas de inteligência logística e de segurança portuária, e pela implantação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas entidades responsáveis pela administração de portos marítimos.

INICIATIVA

NOVA - Implantação de centros de estudos e pesquisas em logistica nos Portos da Baixada Santista

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
80.150.000	01/01/2012	31/12/2015	25.360.000	54.790.000

JUSTIFICATIVA

A organização, baseada em estudos e pesquisas, da logistica na baixada santista é, sem dúvida, uma questão nacional. Não é por acaso que o maior porto da america latina localiza-se alí. Temos que pensar em movimentação, transporte e armazenagem de cargas, movimentação de veículos, estacionamento, sanitários, restaurantes, células de segurança entre outros aspectos que envolvem esta complicada matéria. Temos que pensar nas necessidades das industrias localizadas na região, nas proximidades e em outras mais longínquas no que diz respeito ao atendimento da produção e comercialização. Temos que observar que a região necessita de um aeroporto internacional de cargas e , por isto, pesquisas e estudos devem sustentar esta necessidade. Temos que reestudar a imensa massa de veranistas que afluem para região e sua interação com o transporte de cargas. Enfim, esta proposta, que queremos inclui-la no plano de governo da Presidenta Dilma Roussef, mais que um pedido do povo da baixada santista , é uma necessidade,uma questão de futuro, um questão que envolve interesses mundiais. Bem queremos atacar a problematica e bem se faz aprovar esta nossa proposta. Os quantitativos envolvidos, o cronograma físico/financeiro, metas e outros aspectos são meramente indicativos e não constituem números reais. Aceita, a nossa emenda, certamente os técnicos do governo haverão de melhor compor este complicado emaranhado de informações.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 326 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Beto Mansur

EMENDA

17990005

EMENTA

Ligação Viária das Margens Direita e Esquerda do Porto de Santos - Túnel entre Santos e Guarujá

PROGRAMA

2054 - Planejamento Urbano

OBJETIVO

0589 - Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social.

INICIATIVA

NOVA - Ligação Viária das Margens Direita e Esquerda do Porto de Santos - Túnel entre Santos e Guarujá

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
250.980.000	01/01/2012	31/12/2015	105.340.000	145.640.000

JUSTIFICATIVA

A construção do túnel ligando as margens direita e esquerda do Porto de Santos-SP, ligará as cidades de Santos e Guarujá. Constitui uma obra de infraestrutura necessária a solução do gargalo surgido com o implemento do comércio exterior brasileiro. Temos, ainda, cruzamentos entre a ferrovia e a via de tráfego veicular, o que convenhamos, deve ser urgentemente solucionado. Este complexo viário, para o bem do crescimento das atividades comerciais de mercadorias e serviços, deve ser modernizado, com a construção da via de tráfego inferior, aqui por nos defendida. Quanto mais não seja, esta obra viabiliza outra de maior investimento, desta vez privado, que é a reativação do centro histórico, criação da marinha, área de gastronomia, lazer, casas de espetáculos, implantação de restaurantes entre outras, para utilização turística, cultural e de entretenimento. É um verdadeiro desafio para Santos. O conjunto do projeto deve ser colocado com um dos mais importantes do Estado de São Paulo, senão do Brasil. Brotará desta iniciativa e associando ao término do Rodoanel em São Paulo, um dos mais brilhantes e importantes empreendimentos da nossa Nação. O Brasil entrará, em boa medida, no rol dos Países que possuem área portuária consorciada com turismo. A criação do complexo de turismo, lazer e entretenimento é o elo que falta para ligar, de um lado, uma cidade, pujante no comércio exterior brasileiro, e que ainda não completou sua estrutura turística e de outro, o povo trabalhador da grande São Paulo. Completado esta grandiosa obra, iniciaremos uma fase de novo crescimento, do progresso, com geração de emprego e renda, fazendo circular a riqueza, a alegria e a felicidade de seus usuários, é o que toda autoridade deve desejar para seu cidadão. O túnel de ligação viária é uma obra essencial para o melhor funcionamento do Porto de Santos e a criação do complexo turístico, sem ele, estaremos estancando o progresso e o desenvolvimento de Santos e região. O valor dessa emenda deverá atualizado de acordo com os orçamentos e planos apresentados sendo essa quantia meramente indicativo.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 327 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Beto Mansur

EMENDA

17990006

EMENTA

Ligação Viária Leste/Oeste - Túnel do Marapé

PROGRAMA

2054 - Planejamento Urbano

OBJETIVO

0589 - Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social.

INICIATIVA

NOVA - Ligação Viária Leste/Oeste - Túnel do Marapé

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
180.520.000	01/01/2012	31/12/2015	73.000.000	107.520.000

JUSTIFICATIVA

O objetivo do projeto é a construção de um túnel, numa extensão total de 1.400m, no maciço central da cidade de Santos, interligando as zonas Leste e Oeste do município. Também faz parte do projeto o revestimento para canalização do córrego da Av. Haroldo de Andrade e respectivas pistas que darão acesso ao túnel e engloba a execução de vasto projeto de drenagem urbana na região. O município abriga o maior porto da América Latina, ocorrendo um movimento extraordinário de cargas tanto de importação como exportação, provocando inchaço no trânsito de entrada e saída de caminhões na cidade, na ordem de cinco mil veículos por dia. Por outro lado, com a duplicação da Rodovia dos Imigrantes, o município de Santos absorveu também praticamente todo o volume de tráfego de veículos leves que se destinam a baixada santista, a cidade de São Vicente e aos municípios do litoral norte e sul do Estado de São Paulo. Sendo assim, a viabilização deste empreeendimento irá restabelecer o fluxo de veículos que havia no sistema viário da cidade eliminando a lentidão hoje existente na região onde será construído o túnel. O projeto incorpora toda uma melhora de escoamento nos principais corredores de acesso ao túnel, incluindo duplicação de pistas, revestimentos de canais e melhorias na micro e macro drenagem da região, prevendo inclusive a execução de sistema de comportas e bombeamento de águas em trecho que recebe influência de marés eliminando enchentes no bairro do Jardim Castelo e Rádio Clube no município de Santos. O prazo de execução da drenagem em de 12 meses , sendo que o prazo total da obra é de 36 meses. Trata-se de uma obra fundamental para a cidade e região pois que elimina cargalos criados pelo grande afluxo de veiculos leves de veranistas e pesados conduzindo carga em direção ao Porto de Santos. Certamente uma das consequências deste complexo de obras será a diminuição da poluição ambiental e sorona provocadas pelos congestionamentos alí existentes, além de que haverá diminuição do tempo no trajeto e o conforto ao usuário do sistema.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Beto Mansur

EMENDA: 17990007

EMENTA

Revitalização da área portuária de Santos

PROGRAMA

2074 - Transporte Marítimo

OBJETIVO

0188 - Promover a melhoria da infraestrutura de turismo marítimo de passageiros e a integração porto-cidade por meio da revitalização de áreas portuárias.

INICIATIVA

NOVA - Revitalização da área Portuária em Santos

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
90.120.000	01/01/2012	31/12/2015	45.630.000	44.490.000

JUSTIFICATIVA

Atualmente, a grande expansão do comércio internacional está diretamente ligada à atividade portuária, uma vez que grande parte das mercadorias que circulam pelo mundo são transportadas em navios e movimentadas pelos portos. Os Portos como principais agentes dessa expansão, hoje, necessitam de investimentos devidos sua grande importância para o setor de exportação. Desta forma, no momento em que se procura consolidar a expansão deste setor, a modernização portuária adquire grande relevância. Esta emenda, a fim de tentar solucionar essa questão visa: garantir as condições operacionais do porto, por meio de acessos terrestres e aquaviário adequados, de forma a maximizar a eficiência; garantir que os novos empreendimentos tenham uma inserção local e regional com o mínimo de conseqüências negativas ao porto e à cidade; garantir retorno financeiro ao porto, que deverá ser investido nas atividades portuárias; promover a possibilidade de a população usufruir da paisagem marítima e dos espaços revitalizados em atividades de lazer, turismo, esportivas, culturais, entre outras e gerar oportunidades no desenvolvimento turístico e econômico da região, além do desenvolvimento dos negócios portuários. Ao suprirmos tais necessidades tornamos os portos bem mais competitivos frente ao mercado internacional sem prejuízos ao meio ambiente portuário e urbano. O valor dessa emenda deverá atualizado de acordo com os orçamentos e planos apresentados sendo essa quantia meramente indicativo.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Biffi

EMENDA: 14370001

EMENTA: Aeroporto Internacional de Campo Grande - no Estado de Mato Grosso do Sul

PROGRAMA: 2017 - Aviação Civil

OBJETIVO: 0083 - Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.

INICIATIVA: NOVA - Adequação da Infra-Estrutura Aeroportuária e Sistema de Pistas do Aeroporto Internacional de Campo Grande

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/01/2012	31/12/2015	200.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

O aeroporto Internacional de Campo Grande concentra a demanda de 100% dos vôos comerciais para o Estado. Suas condições físicas são, sob o ponto de vista para o atendimento da grande demanda, precários. Com visível falta de estrutura, o aeroporto conta com apenas uma esteira para bagagens, o que por várias vezes já causou transtornos aos usuários sul-mato-grossenses e turistas que buscam o Estado, especialmente, os pontos turísticos do Pantanal, Bonito e Serra da Bodoquena. A presente emenda então, se justifica pela inegável necessidade de ampliação do aeroporto Internacional de Campo Grande. Por outro lado, nota-se que no PPA2012-2015, o Estado de Mato Grosso do Sul, sobretudo no que diz respeito aos projetos de grande vulto do Governo Federal não foi contemplado dentro de iniciativas que o Governo do Estado, bem como a Bancada Federal, de maneira unânime, entendem como primordial para garantir condições de vida melhor para a população , especialmente no que diz respeito à garantia de desenvolvimento econômico e social.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Biffi

EMENDA

14370002

EMENTA

Apoio à Implantação de Infraestrutura Social e Produtiva Complementar em Espaços Sub-Regionais na Faixa de Fronteira - Trecho Ponta Porã/Sete Quedas - No Estado do Mato Grosso do Sul

PROGRAMA

---- - Programa do novo Objetivo

OBJETIVO

NOVO - Adequar as condições de tráfego, fortalecendo a integração da Bacia do Prata e do continente sul-americano

INICIATIVA

NOVA - Apoio à Implantação de Infraestrutura Social e Produtiva Complementar em Espaços Sub-Regionais na Faixa de Fronteira - Trecho Ponta Porã/Sete Quedas - No Estado do Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	01/01/2012	31/12/2015	50.000.000	100.000.000

JUSTIFICATIVA

A viabilização desse pleito, que se integra plenamente ao espírito do PAC, principalmente com o PAC das Fronteiras, tem o apoio do Governo, de toda a Bancada Federal e do povo sul-mato-grossense e reveste-se de especial urgência, tendo em vista o grave problema de fluxo que já compromete o tráfego naquela área, pois a rodovia em questão consolida a infraestrutura de transportes de Mato Grosso do Sul e fortalece a integração da Bacia do Prata e do continente sul-americano. Por meio da Sul-Fronteira é feito o escoamento de significativa produção agropecuária do Estado, e a interligação da produção local, baseada na agricultura familiar e na criação de gado, com importante acesso à hidrovia Tietê-Paraná. Desde 2008 a mesma emenda vem sendo apresentada nos OGU´s 2008/2009/2010/2011 - MInistério da Integração Nacional - Funcional-Programática: 15.244.0120.6553.0220 - Apoio à Implantação de Infra-Estrutura Social e Produtiva Complementar em Espaços Sub-Regionais - Trecho Ponta Porã/Sete Quedas - No Estado do Mato Grosso do Sul - Inicialmente Projeto Integração.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Biffi

EMENDA: 14370003

EMENTA

Apoio a projetos de Tecnologia Social e de Tecnologia Assistiva - no Estado de Mato Grosso do Sul

PROGRAMA

2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

OBJETIVO

0500 - Promover a ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social.

INICIATIVA

NOVA - Implantação de projetos de Tecnologia Social e de Tecnologia Assistiva - no Estado de Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	01/01/2012	31/12/2015	20.000.000	80.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa, primeiramente, assegurar e contribuir para a redução do quadro de pobreza, analfabetismo, fome e exclusão social por meio da utilização de Tecnologias sociais, no Estado de Mato Grosso do Sul.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 332 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Biffi

EMENDA

14370004

EMENTA

Implantação de Centro de Alta Complexidade em Oncologia - CACON - no Estado de Mato Grosso do Sul

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

INICIATIVA

NOVA - Implantação de Centro de Alta Complexidade em Oncologia - CACON - no Estado de Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	01/01/2012	01/12/2015	20.000.000	80.000.000

JUSTIFICATIVA

Moradores de várias cidades de Mato Grosso do Sul estão cruzando a fronteira com São Paulo em busca de tratamento oncológico no Hospital do Câncer em Barretos (SP). O número de casos levados ao município do interior paulista já representa metade dos atendimentos notificados pela rede pública de saúde. Só em 2009, a unidade hospitalar registrou 17.595 mil serviços prestados a sul-mato-grossenses enquanto no Estado, os dois centros de referência em tratamento da doença: o Hospital do Câncer e o Hospital Regional, ambos em Campo Grande, contabilizaram 30.868 mil e 3.968 mil atendimentos, respectivamente, no mesmo ano. Mato Grosso do Sul está em 4º lugar no ranking nacional de pacientes que são atendidos no Hospital do Câncer de Barretos, perdendo apenas para São Paulo, Minas Gerais e Rondônia A implantação de um CACON, Nível II, em Campo Grande, possibilitará o tratamento dos pacientes residentes em todo o Estado de Mato Grosso do Sul.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Biffi

EMENDA

14370005

EMENTA

Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) no Estado de Mato Grosso do Sul

PROGRAMA

2058 - Política Nacional de Defesa

OBJETIVO

0482 - Adequar a infraestrutura das instalações terrestres para ampliar a capacidade de articulação das unidades militares do Exército, sob a égide do trinômio monitoramento, mobilidade e presença militar.

INICIATIVA

NOVA - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) no Estado de Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
250.000.000	02/01/2012	31/12/2015	62.500.000	187.500.000

JUSTIFICATIVA

A Faixa de Fronteira terrestre brasileira do Estado de Mato Grosso do Sul não dispõe de mecanismos que permitam o controle efetivo do trânsito das pessoas e materiais que servem como insumos para diversas práticas delituosas, tais como: narcotráfico, tráfico de armas, de animais silvestres, de plantas e de minerais, bem como de outras modalidades de contrabando e descaminho. O monitoramento proposto visa reduzir as incidências de eventuais ameaças e proporcionar alertas oportunos no sentido de assegurar a ação do Estado na segurança de sua fronteira terrestre. O modelo prevê a integração com os sistemas de monitoramento já existentes e deverá ser composto por elementos de vigilância eletrônica e forças em condições de atuação em caso de necessidade. Assim, o que se projeta é o uso articulado entre as organizações militares equipadas com aparatos tecnológicos, tais como: radares, aeronaves não tripuladas, satélites, entre outros; e a internalização dessas tecnologias de defesa na indústria nacional. Espera-se o fomento na geração de empregos, sobretudo de alta tecnologia, com reflexo nos demais sistemas produtivas, bem como, a elevação da participação da indústria nacional nas cadeias de produção de produtos de defesa destinados ao atendimento dos mercados internacionais.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Biffi

EMENDA

14370006

EMENTA

Implantação e Modernização da Infraestrutura de Apoio a Produção Agropecuária no Estado de Mato Grosso do Sul

PROGRAMA

2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

OBJETIVO

0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.

INICIATIVA

NOVA - Implantação e Modernização da Infraestrutura de Apoio a Produção Agropecuária no Estado de Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
400.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

5454

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Biffi

EMENDA

14370007

EMENTA

Modernização dos Campus da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

INICIATIVA

NOVA - Modernização dos Campus da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - no Estado de Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
200.000.000	01/01/2012	31/12/2012	50.000.000	150.000.000

JUSTIFICATIVA

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS - tem como missão gerar e disseminar o conhecimento, com vistas ao desenvolvimento das potencialidades humanas, dos aspectos político, econômico e social do Estado e com compromisso democrático de acesso à educação superior e o fortalecimento de outros níveis de ensino, contribuindo, dessa forma, para a consolidação da democracia. A UEMS, criada em 1993 já colocou no mercado até o ano de 2010, 9.050 novos profissionais graduados para atender o mercado de trabalho, e vem investindo na qualificação do corpo docente para a criação de cursos de pós-graduação para melhorar, ainda mais, na qualificação dos profissionais do Estado de Mato Grosso do Sul. Desde a sua implantação vem cumprindo seus objetivos com a interiorização do ensino superior e atendendo alunos com baixa renda monetária e avançando na questão da pesquisa e da extensão, ampliando a sua capacidade de captação de recursos externos atendendo a comunidade de Mato Grosso do Sul. A necessidade de novos espaços atendem aos anseios da comunidade interna e das comissões de avaliações externas que colocam a infraestrutura como um dos requisitos fundamentais no desenvolvimento da UEMS, porém, com a priorização na qualificação do corpo docente para atingir os objetivos de criação de cursos de pós-graduação e na captação de recursos externos, a Universidade tem tido dificuldades em investir na construção de espaços novos. Além disso, a expansão da UEMS, vem de encontro com as políticas nacionais de educação superior para atender a demanda reprimida na capacitação de recursos humanos, ainda, defasada no Estado de Mato Grosso do Sul que continua importando profissionais de outros Estados. A necessidade de uma nova estrutura de informática se faz necessária uma vez que com a modernização tecnológica, os alunos e professores necessitam cada vez mais de acesso a informação, hoje disponibilizada na rede de internet. O volume de informações aumenta a cada ano e os equipamentos passam a ficar obsoletos, visto que não conseguem mais utilizar os softwares modernos e com isso a formação dos alunos e a produção de novos conhecimentos vão ficando cada vez mais difíceis. O acesso gratuito a todos os usuários da Universidade, se faz necessária caso queiramos possibilitar uma capacitação ampla. Com isso esta mudança atende os anseios da comunidade interna e das comissões de avaliações externas, que colocam a informatização como um dos requisitos fundamentais no desenvolvimento da UEMS. A aquisição de novos livros, também se faz necessária, uma vez que com a crescente produção de novos conhecimentos, assim como na rede digital, as publicações impressas estão sendo atualizadas muito rapidamente. Muitas obras atuais estão apenas disponíveis no meio impresso e os altos custos ainda tornam este meio inviável aos nossos alunos de baixa renda. A leitura é fundamental na formação de cidadão autônomos e críticos em relação ao meio, mas, para isso é necessário disponibilizar o acesso, adquirir títulos diversificados e em quantidade suficiente para todos. A modernização e a aquisição de equipamentos são fundamentais na formação dos alunos, pois o mercado de trabalho, em seu sistema são obrigados a atualizar frente à competição existente no mercado e nossos alunos necessitam aprender e aplicar os conhecimentos adquiridos em equipamentos atualizados, para poder competir por uma colocação profissional. É muito comum nas Universidades Públicas o uso de equipamentos que já não são utilizados nas empresas privadas, e isso, muitas vezes causam um afastamento do que é ensinado em prática na Universidade com a prática nas empresas. Muitos cursos são novos e com os recursos disponíveis não foi possível a aquisição de todos os equipamentos necessários para equipar os laboratórios. Com a implantação dos novos projetos pedagógicos dos cursos orientados pelas diretrizes curriculares nacionais, faz-se presente cada vez mais a necessidade dos alunos vivenciarem na prática os ensinamentos adquiridos em sala de aula, com aulas de campo, visitas técnicas e didáticas como forma de complemento às atividades de sala de aula. As maiores dificuldades surgem uma vez que com o

processo de licitação existem diversos entraves burocráticos que muitas vezes dificultam a contratação de empresas. Com a aquisição de um ônibus pela Universidade poderá ser atendido o deslocamento em curtos trajetos de forma mais ágil sem a insegurança da viagem a ser realizada. O Centro de Alfabetização Científica e Tecnológica de Dourados (CEATEC) tem por objetivo aproximar o cidadão, especialmente de áreas marginalizadas, das conquistas realizadas pela Ciência e Tecnologia a partir de uma visão multicultural e histórica, com o fim de permitir às crianças, jovens e adultos uma nova leitura do mundo a partir da apropriação individual desse suporte indispensável para os dias atuais e para construção de uma coletividade mais harmoniosa e com valorização da pessoa humana. Essa leitura do mundo a partir de conceitos Científicos e Tecnológicos tem implicações profundas, pois permite a construção de uma cidadania mais critica em relação ao uso e consumo de bens, serviços, tanto quanto acerca de nossa relação com o meio ambiente e sua sustentabilidade, a importância do aprimoramento profissional e de novas oportunidades que se abrem mediante a aquisição do conhecimento. Finalmente, o Centro reunirá experiências construídas ao longo dos últimos 18 (dezoito) anos através das competências profissionais da UEMS nas áreas de Física, Química, Matemática, Biologia, Pedagogia e Letras, bem como a inserção de futuras contribuições de outras instituições de Ensino Superior de Dourados. Dessa forma, as ações ora apresentadas frente à Proposta de Emenda Parlamentar ao Orçamento da União, tem como principal objetivo a consolidação da UEMS, enquanto instituição geradora e socializadora do conhecimento e fomentadora do avanço científico e tecnológico, em direção ao desenvolvimento da sociedade sul-mato-grossense. Ações a serem financiadas: Reformas, construção e adequação de espaços físicos relacionados com salas de aula, laboratórios, salas de reuniões e anfiteatros. Ampliação da infraestrutura de informática, computadores, impressoras e projetores multimídia. Ampliação modernização do acervo bibliográfico para atender as necessidades dos alunos e professores aos novos conhecimentos disponibilizados através do meio impresso. Aquisição de equipamentos laboratoriais e outros materiais permanentes para modernizar, e ampliar os equipamentos nos diversos cursos de graduação e pós-graduação, melhorando a qualidade e aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula. Aquisição de ônibus para o transporte de alunos para a realização de atividades de campo no Estado e participação de congressos e eventos didáticos, científicos e técnicos. Construção do espaço "Casa da Ciência" - Centro de Alfabetização Científica e Tecnológica de Dourados - CEATEC

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Biffi

EMENDA: 14370008

EMENTA

Promoção de Defesa Agropecuária no Estado de Mato Grosso do Sul

PROGRAMA

2028 - Defesa Agropecuária

OBJETIVO

0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.

INICIATIVA

NOVA - Promoção de Defesa Agropecuária no Estado de Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
400.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

As ações de defesa sanitária animal e vegetal constituem parte fundamental de uma necessária política de Estado, tendo por objetivo assegurar a produção agropecuária, a segurança alimentar e a saúde da população. A história registra que, em diversas partes do mundo e no Brasil, em particular, a agricultura e a pecuária já sofreram grandes perdas, em razão da ocorrência de doenças e do ataque de insetos e outros organismos nocivos. Na atualidade, questões sanitárias constituem aspectos importantíssimos do comércio internacional, podendo constituir barreiras instransponíveis ante a suspeita de contaminação dos produtos por agentes patogênicos. Ainda estão presentes na memória e repercutem negativamente nas finanças do pecuarista brasileiro os embargos aos produtos cárneos provenientes do Brasil, promovidos por vários países importadores, após a irrupção de surtos de febre aftosa no sul País, no ano de 2005. A suspensão do embargo foi difícil e paulatina, mesmo após o reconhecimento, pela Organização Internacional de Saúde Animal (OIE), de vários estados brasileiros como livres da doença, com ou sem vacinação. A manutenção da condição de livre de febre aftosa com vacinação, vigente em quatorze estados brasileiros, no Distrito Federal e em alguns municípios de outros estados, depende da execução precisa dos planos da vacinação. Todavia, a liberação tempestiva de recursos orçamentários vem constituindo um grande desafio, a cada exercício financeiro, ameaçando prejudicar a vacinação dos rebanhos contra a febre aftosa e várias outras ações de defesa agropecuária. Esta emenda visa assegurar para os próximos quatro anos, recursos para ações efetivas na defesa sanitária animal e vegetal no estado de Mato Grosso do Sul e no Brasil.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 338 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Biffi

EMENDA

14370009

EMENTA

Recuperação de Áreas Degradadas no Estado de Mato Grosso do Sul

PROGRAMA

2042 - Inovações para a Agropecuária

OBJETIVO

0842 - Pesquisar, desenvolver e transferir tecnologias para aumentar a competitividade e a produtividade da agropecuária brasileira, contribuir para a inclusão social dos produtores de base familiar e disseminar práticas ambientalmente sustentáveis, com foco em compromissos como a redução da emissão de carbono, no desenvolvimento sustentável e no uso racional dos recursos naturais.

INICIATIVA

NOVA - Recuperação de Áreas Degradadas no Estado de Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	01/01/2012	31/12/2015	37.500.000	112.500.000

JUSTIFICATIVA

As mudanças climáticas e as limitações da produção mundial de alimentos constituem duas das maiores preocupações mundiais da atualidade. Neste cenário, o Brasil tem sido colocado como estratégico para a busca e o encaminhamento de soluções. Estas duas questões passam necessariamente pela melhor gestão das áreas convertidas para uso alternativo do solo com atividades agropecuárias, como forma de reduzir as pressões para desmatamento de novas áreas e aumentar a produtividade das áreas já desmatadas. A degradação das pastagens é um dos maiores problemas da pecuária brasileira. Estima-se que 80% dos 50 a 60 milhões de hectares de pastagens cultivadas do Brasil Central, que respondem por 55% da produção de carne nacional, encontram-se em algum estado de degradação. Degradação de pastagens é um processo evolutivo de perda de vigor e produtividade forrageira, sem possibilidade de recuperação natural, que afeta a produção e o desempenho animal e culmina com a degradação do solo e dos recursos naturais. Além da queda da produtividade, a degradação provoca a perda dos solos que, por processos de lixiviação são arrastados para os cursos d'águas que, assoreados, deixam de cumprir suas funções ambientais mais básicas, gerando novos e diversos danos. Como se não bastasse, para compensar a perda da produtividade, é comum que novas áreas sejam buscadas para incorporação ao processo produtivo, o que leva a novos desmatamentos e novas perdas de biodiversidade. Causada por diversos fatores decorrentes de manejos inadequados, a degradação precisa ser revertida para garantir e melhorar a produtividade, a viabilidade econômica da pecuária e a melhor conservação dos recursos naturais . Mato Grosso do Sul possui cerca de 18 milhões de hectares de pastagens, dos quais 9 milhões estão de alguma forma degradados. É preciso intervir não só de forma preventiva mas, principalmente, de forma corretiva nas áreas com solo descoberto, com presença de erosão laminar, sulcos e voçorocas. A correção dos solos, a construção de terraços em nível, a construção de açudes/bacias para contenção de águas pluviais e dessedentação animal, a contenção de voçorocas, a correção de traçados e forma de caminhos internos e de estradas vicinais, a recuperação da cobertura vegetal e mesmo o isolamento de Áreas de Preservação Permanente, dentre outros, são alguns exemplos de intervenções que, caso adotadas, repercutirão positivamente no combate às causas das mudanças climáticas e da fome mundial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Biffi

EMENDA: 14370010

EMENTA

Recuperação e Conservação da sub-Bacia do Rio Taquari no Estado de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso

PROGRAMA

2018 - Biodiversidade

OBJETIVO

0510 - Promover a conservação e o uso sustentável de ambientes singulares e de alta relevância para a biodiversidade e garantir a representatividade dos ecossistemas brasileiros por meio da ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de outras áreas protegidas.

INICIATIVA

NOVA - Recuperação e Conservação da Sub-Bacia do Rio Taquari no Estado de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
50.000.000	01/01/2012	31/12/2015	10.000.000	40.000.000

JUSTIFICATIVA

Propiciar condições para que a Bacia do Rio Taquari possa dar sequência ao projeto do Fundo Nacional do Meio Ambiente, visando ações de recuperação e conservação, combatendo, assim, o assoreamento provocado pelo intenso processo erosivo, apontado como o mais grave impacto ambiental e sócio-econômico da Região Centro-Oeste. A Bacia Hidrográfica do Taquari, localizada na Região Centro Oeste do Brasil, é uma das principais drenagens formadoras da Alta Bacia do Rio Paraguai. Ela abrange a região de planaltos, também denominada Bacia do Alto Taquari e a Planície Pantaneira. A bacia tem como dreno principal o rio Taquari, cuja nascente localiza-se no estado do Mato Grosso, no município de Alto Taquari numa altitude de 860m e, após percorrer 40km nesse Estado, chega ao Estado de Mato Grosso do Sul. A intensificação dos processos erosivos que ocorrem na Bacia do Alto Taquari, devido à ocupação agrícola intensificada a partir da década de 1970, tem sido apontada como o mais grave impacto ambiental e socioeconômico, devido ao assoreamento e inundações do rio Taquari na Planície Pantaneira, que é representada por um leque aluvial quaternário de aproximadamente 50.000km, ocupando cerca de 36% da área total do Pantanal brasileiro. Um dos problemas da Bacia do Alto Taquari está relacionado com os processos erosivos, que têm como causas principais o desmatamento e o desconhecimento do comportamento evolutivo dos processos erosivos em escala local e regional. Os desmatamentos ocorrem devido à necessidade de plantio de subsistência da comunidade regional. O uso inadequado de ambientes vulneráveis à erosão intensifica os processos erosivos que evoluem na forma de voçorocas. Essas voçorocas podem ser consideradas como o mais sério problema erosivo da região. Como conseqüência imediata tem-se o aumento do volume de materiais transportados e depositados nas calhas dos rios e as alterações hidrológicas. Na Planície Pantaneira, os principais problemas estão relacionados com o assoreamento generalizado do leito do rio Taquari, na região do leque aluvial, e com as alterações hidrológicas do rio, representadas pelas mudanças de curso e o regime de inundação, que por sua vez interfere na atividade pecuária, principal atividade socioeconômica do Pantanal. A Bacia Hidrográfica do Taquari, localizada na Região Centro Oeste do Brasil, é uma das principais drenagens formadoras da Alta Bacia do Rio Paraguai. Ela abrange a região de planaltos, também denominada Bacia do Alto Taquari e a Planície Pantaneira. A bacia tem como dreno principal o rio Taquari, cuja nascente localiza-se no estado do Mato Grosso, no município de Alto Taquari numa altitude de 860m e, após percorrer 40km nesse Estado, chega ao Estado de Mato Grosso do Sul. A intensificação dos processos erosivos que ocorrem na Bacia do Alto Taquari, devido à ocupação agrícola intensificada a partir da década de 1970, tem sido apontada como o mais grave impacto ambiental e socioeconômico, devido ao assoreamento e inundações do rio Taquari na Planície Pantaneira, que é representada por um leque aluvial quaternário de aproximadamente 50.000km,2 ocupando cerca de 36% da área total do Pantanal brasileiro. Um dos problemas da Bacia do Alto Taquari está relacionado com os processos erosivos, que têm como causas principais o desmatamento e o desconhecimento do comportamento evolutivo dos processos erosivos em escala local e regional. Os desmatamentos ocorrem devido à necessidade de plantio de subsistência da comunidade regional. O uso inadequado de ambientes vulneráveis à erosão intensifica os processos erosivos que evoluem na forma de voçorocas. Essas voçorocas podem ser consideradas como o mais sério problema erosivo da região. Como conseqüência imediata tem-se o aumento do volume de materiais transportados e depositados nas calhas dos rios e as alterações hidrológicas. Na Planície Pantaneira, os principais problemas estão relacionados com o assoreamento generalizado do leito do rio Taquari, na região do leque aluvial, e com as alterações hidrológicas do rio, representadas pelas mudanças de curso e o regime de inundação, que por sua vez interfere na atividade pecuária, principal atividade socioeconômica do Pantanal.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 341 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Biffi

EMENDA

14370011

EMENTA

Adequar as condições de tráfego, fortalecendo a integração da Bacia do Prata e do continente sul-americano

PROGRAMA

2043 - Integração Sul-Americana

OBJETIVO

NOVO - Adequar as condições de tráfego, fortalecendo a integração da Bacia do Prata e do continente sul-americano

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

53000 - Ministério da Integração Nacional

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Fortalecer a integração da Bacia do Prata e do continente sul-americano e fazer a interligação da produção agropecuária da região

JUSTIFICATIVA

A viabilização desse pleito, que se integra plenamente ao espírito do PAC, principalmente com o PAC das Fronteiras, tem o apoio do Governo, de toda a Bancada Federal e do povo sul-matogrossense e reveste-se de especial urgência, tendo em vista o grave problema de fluxo que já compromete o tráfego naquela área, pois a rodovia em questão consolida a infra-estrutura de transportes de Mato Grosso do Sul e fortalece a integração da Bacia do Prata e do continente sul-americano. Por meio da Sul-Fronteira é feito o escoamento de significativa produção agropecuária do Estado, e a interligação da produção local, baseada na agricultura familiar e na criação de gado, com importante acesso à hidrovia Tietê-Paraná. Desde 2008 a mesma emenda vem sendo apresentada nos OGU´s 2008/2009/2010/2011 - MInistério da Integração Nacional - Funcional-Programática: 15.244.0120.6553.0220 - Apoio à Implantação de Infra-Estrutura Social e Produtiva Complementar em Espaços Sub-Regionais - Trecho Ponta Porã/Sete Quedas - Etapa IV - No Estado do Mato Grosso do Sul - Inicialmente Projeto Integração.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 342 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Bruna Furlan

EMENDA

27970001

EMENTA

Construção do Campus de Osasco da Universidade Federal de São Paulo

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

INICIATIVA

NOVA - Construção do Campus de Osasco da Universidade Federal de São Paulo

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	01/03/2012	31/12/2014	50.000.000	100.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa promover adequadamente de infraestrutura física o Campus de Osasco, da Universidade Federal de São Paulo. Hoje o Campus funciona precariamente em prédio cedido pela Prefeitura Municipal de Osasco, que não atende as condições necessárias para uma formação adequada dos profissionais formados pela instituição. Já existe um terreno de propriedade da Universidade para construção do referido campus. O Campus está em funcionamento com 320 alunos, graduandos em Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Relações Internacionais. Com as novas instalações, serão abertos novos cursos, com a ampliação do número de alunos, promovendo o desenvolvimento humano da região, com profissionais capacidados para o mercado de trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 343 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Camilo Cola

EMENDA

24940001

EMENTA

Adequação de Trecho Rodoviário - Vitória - Cariacica - BR262/ES

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - Adequação da Rodovia BR262/ES - Trecho Vitória-Cariacica

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
120.000.000	01/01/2012	31/12/2016	30.000.000	90.000.000

JUSTIFICATIVA

A adequação de trecho rodoviário entre os município de Vitória e Cariacica na BR262/ES é uma prioridade daquele Estado em virtude do elevado tráfego de cargas e as consequências observadas como elevado número de acidentes.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Camilo Cola

EMENDA: 24940002

EMENTA

Adequação do Contorno Rodoviário de Vitória - BR101/ES

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - Adequação da Rodovia BR101/ES - Contorno no Município de Vitória

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
10.000.000	01/01/2012	31/12/2016	2.500.000	7.500.000

JUSTIFICATIVA

A adequação da BR101/ES no contorno do município de Vitória é de extrema importância pois trata-se de trecho de descarrega todo a produção norte do Estado do Espírito assim como o sul do Estado da Bahia. Trata-se de um grande gargalo onde ocorre grandes perdas monetárias e de vidas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Camilo Cola

EMENDA: 24940003

EMENTA

Ampliação do Aeroporto de Vitória/ES

PROGRAMA

2017 - Aviação Civil

OBJETIVO

0083 - Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.

INICIATIVA

NOVA - Adequação do Aeroporto de Vitória

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/01/2012	31/12/2016	125.000.000	375.000.000

JUSTIFICATIVA

A adequação proposta incluem-se a construção de nova pista, novo terminal de passageiros e terminal de cargas. Esta obra justifíca-se em virtude da absoluta carência deste modal no Estado do Espírito Santo.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Camilo Cola

EMENDA: 24940004

EMENTA

Construção de Arco Rodoviário BR101/ES - Vitória - Serra - Fundão - Ibiraçu - João Neiva

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0136 - Ordenar o tráfego rodoviário de passagem nos trechos de perímetro urbano que possuam nível de serviço inadequado ou alto índice de acidentes, por meio de intervenções nas rodovias federais.

INICIATIVA

NOVA - Contrução de Arco Rodoviário de Vitória - BR101/ES

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
450.000.000	01/01/2012	31/12/2016	112.500.000	337.500.000

JUSTIFICATIVA

A Construção de Arco Rodoviário na BR101/ES, ligando os municípios de Vitória, Serra, Fundão, Ibiraçu e João Neiva, irá desfogar o tráfego pesado dentro dos municípios citados, agilizando principamento o pesado transporte de cargas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Camilo Cola

EMENDA: 24940005

EMENTA

Contorno Rodoviário - BR482/ES - Cachoeiro de Itapemirim

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0136 - Ordenar o tráfego rodoviário de passagem nos trechos de perímetro urbano que possuam nível de serviço inadequado ou alto índice de acidentes, por meio de intervenções nas rodovias federais.

INICIATIVA

NOVA - Construção de Contorno Rodoviário de Cachoeiro de Itapemirim - BR 482/ES

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
55.000.000	01/01/2013	31/12/2015		55.000.000

JUSTIFICATIVA

A construção do contorno de Cachoeiro de Itapemirim na BR 482/ES é fundamental para a redução de acidentes que ocorrem naquela região em virtude o enorme tráfego de cargas pesadas oriundas da grande concentração de indústrias ligadas a pedras ornamentais.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 348 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Camilo Cola

EMENDA

24940006

EMENTA

Crédito Rural no Estado do Espírito Santo

PROGRAMA

2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

OBJETIVO

0618 - Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.

INICIATIVA

NOVA - Concessão de Crédito aos Produtores Rurais - Banco Públicos do Espírito Santo

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
690.000.000	01/01/2012	31/12/2016	172.500.000	517.500.000

JUSTIFICATIVA

O Estado do Espírito Santo é um grande produtor agrícola em virtude de boas terras, bom clima e boa mão-de-obra, entretanto falta o crédito aos produtores rurais, principalmente os pequenos e médios. A presente emenda visa dotar os bancos públicos do Espírito Santo, especificamente o Bandes e o Banestes de recursos orçamentários para capitalizar os produtores citados.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 349 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Camilo Cola

EMENDA

24940007

EMENTA

Expansão e melhoria do ensino médio no Estado do Espírito Santo

PROGRAMA

2030 - Educação Básica

OBJETIVO

0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.

INICIATIVA

NOVA - Expansão e melhoria do ensino médio no Estado do Espírito Santo

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
50.000.000	01/01/2012	31/12/2016	15.000.000	35.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda propõe a ampliação de acervo, aquisição de kits de experimentoteca de física, química e biologia, aquisição de materiais e equipamentos dentre outras ações visando principamente o ensino médio no Estado do Espírito Santo.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Camilo Cola

EMENDA: 24940008

EMENTA: Porto de Águas Profundas no Espírito Santo

PROGRAMA: 2074 - Transporte Marítimo

OBJETIVO: 0453 - Ampliar a capacidade portuária por meio da reestruturação e da implantação de novos portos organizados marítimos.

INICIATIVA: NOVA - Implantação de Porto de Águas Profundas no Espírito Santo

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
800.000.000	01/01/2012	31/12/2016	200.000.000	600.000.000

JUSTIFICATIVA

O Estado do Espírito Santo possui excelente localização logistica dentro do país, entretanto não possui um porto de águas profundas. Esta emenda visa dotar o poder público de recursos para a implanção de porto de águas profundas cujo projeto e localizção está sendo desenvolvido pela CODESA.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Camilo Cola

EMENDA

24940009

EMENTA

Porto Indústria no Espírito Santo

PROGRAMA

2074 - Transporte Marítimo

OBJETIVO

0453 - Ampliar a capacidade portuária por meio da reestruturação e da implantação de novos portos organizados marítimos.

INICIATIVA

NOVA - Implantação de Porto Indústria no Espírito Santo

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/01/2012	31/12/2016	125.000.000	375.000.000

JUSTIFICATIVA

O Espírito Santo já possuia um grande fluxo de embarcações de carga, que soma agora com outras modalidade de embarcações. É imperativo a implantação de novo porto indústria com retro-área para instalação de distrito industrial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Carlos Alberto Leréia

EMENDA: 19530001

EMENTA

Apoio a Projetos de Infraestrutura Urbana no Município de Anápolis - No Estado de Goiás

PROGRAMA

2054 - Planejamento Urbano

OBJETIVO

0322 - Promover a implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento urbano sustentável com redução de desigualdades sociais.

INICIATIVA

NOVA - Apoio a Projetos de Infraestrutura Urbana no Município de Anápolis - No Estado de Goiás

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
250.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	150.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa promover a implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento urbano sustentável com redução de desigualdades sociais no município de Anápolis.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 353 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Carlos Alberto Leréia

EMENDA

19530002

EMENTA

Apoio a Projetos de Infraestrutura Urbana no Município de Aparecida de Goiânia - No Estado de Goiás

PROGRAMA

2054 - Planejamento Urbano

OBJETIVO

0322 - Promover a implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento urbano sustentável com redução de desigualdades sociais.

INICIATIVA

NOVA - Apoio a Projetos de Infraestrutura Urbana no Município de Aparecida de Goiânia - No Estado de Goiás

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
250.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	150.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa promover a implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento urbano sustentável com redução de desigualdades sociais no município de Aparecida de Goiânia.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Carlos Alberto Leréia

EMENDA

19530003

EMENTA

Individual - BR - 050 Luiziânia Divisa MG.

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - Adequação da BR-050 no trecho Luziânia/GO a Divisa GO/MG

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
1.427.265.000	01/03/2012	31/12/2015	427.265.000	1.000.000.000

JUSTIFICATIVA

Este trecho possúi 315 km, segundo a Tabela de Custos Médios Gerenciais do DNIT esta obra gira em torno de R$ 1.427.265.000,00 (um bilhão quatrocentos e vinte e sete milhões duzentos e sessenta e cinco reais). Esta rodovia ja vem sendo duplicada no Estado de Minas Gerais até a divisa, se vê a importancia desta obra devido ao fluxo de veículos vez que é uma importante ligação entre Minas Gerais, São Paulo até Brasília.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Carlos Alberto Leréia

EMENDA

19530004

EMENTA

Individual - Adequação da BR-364/GO Jataí, Mineiros a Santa Rita.

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - Adequação da BR-364/GO no Trecho Jataí/GO a Santa Rita do Araguaia/GO

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
869.952.000	01/03/2012	31/12/2015	200.000.000	669.952.000

JUSTIFICATIVA

A duplicação desta rodovia nos techos Jataí, Mineiro a Santa Rita do Araguais que possui 192 quilômetros, é de grande importância e necessidade pois é um dos principais eixos de escoamento de soja, a duplicação vai favorecer na agilidade do transporte e na economia do produto evitando a perca de grãos durante o transporte. De acordo com a tabela de Custos Médios Gerenciais do DNIT, esta obra gira em torno de R$ 869.952.000,00 (oitocentos e sessenta e nove milhõs novecentos e cinquenta e dois mil reais).

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 356 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Carlos Alberto Leréia

EMENDA

19530005

EMENTA

Individual - Adequação e duplicação da BR-452 - Itumbiara a Rio Verde.

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - Adequação da BR-452/GO no trecho Itumbiara/GO a Rio Verde/GO

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
923.417.000	01/03/2012	31/12/2015	200.000.000	723.417.000

JUSTIFICATIVA

O motorista que percorre os 196 quilômetros da BR-452 em Goiás, que liga Itumbiara e Rio Verde, enfrenta uma série de desafios. São ondulações, falta de acostamento e de postos de parada. A viagem, que poderia ser feita em menos de duas horas, muitas vezes leva mais de quatro. A situação é tão crítica que a rodovia foi eleita pela publicação especializada Guia Quatro Rodas como a pior do País. A baixa velocidade por causa do asfalto ruim favorece a ação dos assaltantes. ¿Principalmente nos trechos que se distanciam de Rio Verde e Itumbiara, os condutores não conseguem desenvolver velocidade superior a 100 quilômetros por hora por causa das ondulações¿, revela o chefe do Núcleo de Policiamento e Fiscalização da delegacia da Polícia Rodoviária Federal (PRF) em Rio Verde, inspetor Frank Borges de Almeida. Ele acrescenta que mais de 50% do tráfego na BR-452 é de veículos de carga. As caminhonetes, outro tipo de automóvel visado por ladrões, são pelo menos 15% dos carros pequenos. No trecho de 196 quilômetros que liga Itumbiara a Rio Verde, passando por sete cidades e distritos de uma das regiões com a maior concentração de atividades relacionadas ao agronegócio do Estado, são frequentes os assaltos, principalmente a carretas carregadas com combustíveis, além de máquinas agrícolas. Como uma das principais rotas de ligação e escoamento da produção agrícola de Itumbiára e Rio Verde, que são um dos principais pólos de agronegócio do Estado de Goiás e de fundamental importância a adequação e duplicação desta rodovia, proporcionando agilidade, eficiência, segurança e economia para o Estado de Goiás e o Brasil, acelerando o transporte e diminuindo as perdas ocasionadas pela demora e pela forte trepidação. De acordo com a Tabela de Preços Médios do DNIT, esta obra gira em torno de R$ 923.417.000,00 (novecentos e vinte e três milhões quatrocentos e dezessete mil reais).

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 357 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Carlos Alberto Leréia

EMENDA

19530006

EMENTA

Individual - Centro de Reabilitação de atendimento a dependentes de Drogas no Estado do Goiás

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0718 - Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de Crack e outras drogas.

INICIATIVA

NOVA - Centro de Reabilitação de atendimento a dependentes de Drogas no Estado do Goiás

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	01/03/2012	31/12/2015	50.000.000	100.000.000

JUSTIFICATIVA

Quando as drogas ultrapassam a fronteira do lar, tornando um membro da família dependente químico, muitas vezes não sabemos o que fazer. Neste caso a escolha correta muda tudo. Para garantir o tratamento especializado, ofereceram um serviço com base nos mais avançados estudos científicos relacionados à dependência química. A doença será tratada a partir das causas biológicas, psíquicas e sociais que levaram a pessoa a desenvolvê-la. O paciente será acolhido por uma equipe de médicos psiquiatras, clínicos gerais, psicólogos, terapeutas, professores de educação física, que atuam de forma interdisciplinar, cuidando do ser humano como um todo. O tratamento reúne etapas importantes, como: desintoxicação; psicoterapia; ressocialização, na qual o paciente é preparado para o retorno ao lar.Tudo isso está inserido em um Projeto Terapêutico, uma metodologia de trabalho exclusiva, que determina como cada profissional deve atuar no processo de recuperação.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 358 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Carlos Alberto Leréia

EMENDA

19530007

EMENTA

Individual - Construção do anel viário da BR 153 interliga as BRs 020- 462-010- 060- 080- 040-070-403-537

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0136 - Ordenar o tráfego rodoviário de passagem nos trechos de perímetro urbano que possuam nível de serviço inadequado ou alto índice de acidentes, por meio de intervenções nas rodovias federais.

INICIATIVA

NOVA - Construção do anel de Goiânia - BR-153/GO

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
700.000.000	01/03/2012	31/12/2015	200.000.000	500.000.000

JUSTIFICATIVA

Construção do anel viário de Goiânia, trecho Contorno Noroeste, interligando as rodovias BR-153 (saída para Itumbiara), GO-020 (saída para Bela Vista), GO-462 (saída para Santo Antonio de Goiás), GO-010 (saída para Bonfinópolis) BR-060 (saída para Anápolis), GO-080 (saída para Nerópolis), GO-040 (saída para Nova Veneza), GO-070 (saída para Inhumas), GO-403 (saída para senador canedo) e GO-537 (interseção entre a GO-403 e GO-010), dando em torno de 69 km, em pista dupla. Com base na Tabela de Custos Médios Gerenciais do DNIT esta obra por Km custa R$ 428.790.160,35 (quatrocento e vinte e oito milhões setecentos e noventa mil cento e sessenta reais e quinze centavos), acrescida de 5,25% de estudos ambientais, 5% de supervisão da obra mais 3% de desapropriação em trecho urbano, resultando em um total de 13,25% dando a obra um total de R$ 568.146.096,24 (quinhentos e sessenta e oito milhões cento e quarenta e seis mil noventa e seis reais e vinte e quatro centavos), além dos custos em relação as obras de artes especiais como Concreto Armado R$ 4.500,00 m2, Balanços Sucessivos R$ 8.000,00m2, Estaiada R$ 12.000,00 m2, Passarela metálica R$ 4.500,00 m2, demonstrando que esta obra ultrapassa o valor de 570.000.000.000,00 (quinhentos e setenta milhões de reais). Quanto ao mérioto não há o que se questionar quanto a necessidade de inserir esta obra no PPA tendo em vista que todas as rodovias supracitadas desembocam na Capital Goiâna, causando o estrangulamento do trânsito.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 359 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Carlos Alberto Leréia

EMENDA

19530008

EMENTA

Individual - Duplicação da BR-153 (Anápolis/GO a Divisa/TO

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - Adequação da Rodovia BR-153 Anápolis/GO a Divisa/TO

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2.043.481.000	01/03/2012	31/12/2015	600.000.000	1.443.481.000

JUSTIFICATIVA

A BR-153 é o principal meio de ligação entre a Região Sul, Sudeste, Centro-este e Norte, a duplicação e adequação dos trechos de Anápolis/GO a Divisa com Tocantins possui 451 km, com base na tabela de Custos Médios Gerenciais do DNIT a adequação deste trecho gira na ordem de R$ 2.043.481.000,00(dois bilhões quanrenta e três milhões e quatrocentos e oitenta e um reais). Esta rodovia é essencial para a integração das regiões supracitadas, levando maior segurança e agilidade no trânsito e no fluxo de carga. Esta emenda visa proporcionar condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Carlos Alberto Leréia

EMENDA

19530009

EMENTA

Individual - Implantação do Metro VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) de Goiânia/GO

PROGRAMA

2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

OBJETIVO

0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

INICIATIVA

NOVA - Implantação do Sistema de Transporte Metroviario VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) de Goiânia / GO

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
800.000.000	01/03/2012	31/12/2015	200.000.000	600.000.000

JUSTIFICATIVA

Com a implantação do metro tera muitos beneficios tais como: Referente aos benefícios sociais é com o ganho de tempo; redução da pressão sobre o estacionamento; E benefícios econômicos com a redução dos custos de sinistralidade e redução de custos com o transporte e outros. Referente aos benefícios ambientais será responsável pela redução, ao nível local, de toneladas de dióxido de carbono o que ser extremamente lucrativos para as cidades e a população. A ausência do serviço de transporte do Metrô provoca um impacto direto no volume de viagens realizadas por outros modos, em decorrência da transferência da demanda de usuários de metrô e nas condições de circulação dos veículos nas vias. As viagens transferidas e as afetadas pelas paralisações, sobretudo ônibus e automóvel, geram maior lentidão na velocidade no trânsito, acréscimo de quilometragem rodada e de consumo de combustível e, portanto, aumento das emissões de poluentes.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Carlos Alberto Leréia

EMENDA

19530010

EMENTA

Individual - Implantação do trem de passageiros Luziania/GO - Brasilia/DF

PROGRAMA

2072 - Transporte Ferroviário

OBJETIVO

0141 - Ampliar o sistema ferroviário nacional em bitola de maior capacidade, de forma integrada com os demais modos de transportes.

INICIATIVA

NOVA - Cosntrução de Ferrovia - Luziânia / GO - Brasília - DF

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
900.000.000	01/03/2012	31/12/2015	200.000.000	700.000.000

JUSTIFICATIVA

Devido aos caprichos da história, da geografia, da economia e da política, alguns continentes (como a Europa) já foram muito mais longe na otimização de sua infraestrutura de transporte de passageiros por trens, enquanto outros (especialmente a América do Norte) estão na dianteira quanto ao uso de trens para o transporte de cargas. Cada um pode aprender alguma coisa com o outro. Chegamos a um ponto na história no qual os avanços tecnológicos permitem atender às demandas sociais, ambientais e financeiras por um sistema de transportes mais eficiente e mais inteligente. Uma infraestrutura de transportes instrumentada, interconectada e inteligente e, particularmente, com ferrovias mais inteligentes poderá fortalecer a economia, reduzir as emissões de gases estufa, tornar as rodovias mais seguras e reduzir o congestionamento nas estradas. Em outras palavras, um planeta mais inteligente precisa de ferrovias mais inteligentes. Por estes motivos a necessidade da Implantação do trem de passageiros Luziania/GO - Brasilia/DF.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 362 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Carlos Souza

EMENDA

11470001

EMENTA

Implantação de rede de distribuição de água nas Zonas Norte e Leste da cidade de Manaus, no Estado Amazonas

PROGRAMA

2068 - Saneamento Básico

OBJETIVO

0610 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.

INICIATIVA

NOVA - Implantação de rede de distribuição de água nas Zonas Norte e Leste da cidade de Manaus, no Estado Amazonas

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
305.000.000	05/03/2012	30/12/2015	150.000.000	155.000.000

JUSTIFICATIVA

A implantação de rede de distribuição de água nas Zonas Norte e Leste da cidade de Manaus, no Estado Amazonas, é uma premente reivindicação da população. Atualmente, cerca de 350 mil habitantes de Manaus não têm acesso às redes públicas de distribuição de água e outros 500 mil recebem água de forma irregular, em intervalos de 3, 6 e 12 horas, dependendo do bairro em que moram. Isto significa que mais de um terço da população de Manaus, hoje estimada em 1.803 milhões de habitantes, não dispõe ou tem acesso precário aos serviços públicos de abastecimento de água. A magnitude do problema exige investimentos significativos em abastecimento, ação que proporcionará reflexos diretos na qualidade de vida de nossa população. A correção desse cenário caótico, que causa apreensão em parcela numerosa da população, sobreleva a necessidade de firme atuação governamental, razão justificadora da apresentação da presente emenda. INVESTIMENTOS COMPLEMENTARES DO PROAMA PARA MANAUS Existem duas possibilidades de investimento. Uma para complementar a 1ª etapa ora em fase de testes e a outra para construir a 2ª- etapa do PROAMA, dobrando sua capacidade de fornecimento de água para o município, a saber: 1ª- etapa O PROAMA tem reservado um volume de água a partir de 2 reservatórios: Núcleo 23 e Tancredo Neves. 1- Núcleo 23 Pode-se atender ao Bairro Cidade de Deus através de mais uma bomba a ser instalada na elevatória da Ada, aproveitando sua adutora. Além disso, pode-se fazer 20 km de anel de reforço de tubo Defofo para atender aos núcleos no Bairro Cidade Nova. Será necessário, também, construir uma elevatória; 2- Bairro Tancredo Neves Há uma espera a partir de nosso reservatório para interligar com o reservatório da AdA no S José através de uma adutora com 800 m de comprimento e 600 mm de diâmetro, que deverá atender aos Bairros Zumbi e São José. Estimamos estes serviços adicionais em R$ 25.000.000,00 2ª- etapa O PROAMA foi concebido modularmente e parte do projeto já está pronto para ser dobrado. - Captação em Ponta das Lajes pode ser ampliada, dobrando sua capacidade, apenas com a adição e mais duas bombas de 2.400 HP. Toda a estrutura foi construída e já está pronta para receber as bombas adicionais. A adutora de 1.800 mm ligando a captação à estação de tratamento, já foi dimensionada para esta vazão dobrada. - Estação de Tratamento: a área do terreno já foi trabalhada para receber o dobro dos tanques (decantadores, floculadores, filtros e reservatório de contato) a serem construídos. A elevatória de água tratada está pronta para receber mais duas bombas de 1.200 HP. Os investimentos abrangerão o fornecimento destas bombas (captação e ETA), a construção dos tanques "floculadores, decantadores, filtros, reservatório de contato" construção de adutoras entre a ETA e os 6 reservatórios localizados nos Bairros Cidade Nova, São José, Nova Cidade, Monte das Oliveiras, Santa Etelvina e Distrito Industrial 2, com respectivas elevatórias e 120Km de anel de reforço para interligar estes reservatórios à rede de distribuição da Ada. Os 6 reservatórios, por sua vez, poderão atender às seguintes comunidades: - DISTRITO INDUSTRIAL 1 E 2 - VILA PURAQUEQUARA - COLONIA ANTONIO ALEIXO - CIDADE NOVA - NOVA CIDADE - SANTA ETELVINA - COMUNIDADE SHARP - MAUAZINHO - UNIÃO DA VITÓRIA - SANTA TERESA - FORTALEZA - RAQUEL Esclarecemos que o PROAMA é legalmente impedido de distribuir água tratada aos consumidores e tem de fazê-lo por atacado à Prefeitura que repassa a água tratada à Ada. Este foi o pacto que viabilizou o PROAMA perante o Ministério das Cidades. Estimamos esta segunda etapa em, aproximadamente, R$ 280.000.000,00.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 363 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Casildo Maldaner

EMENDA

22530001

EMENTA

Desassoreamento do Rio Tubarão

PROGRAMA

2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

OBJETIVO

0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

INICIATIVA

NOVA - Desassoreamento do Rio Tubarão

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
900.000.000	15/02/2012	30/12/2015	250.000.000	650.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo o desassoreamento do Rio Tubarão no Estado de Santa Catarina para promover a prevenção de desastres, inundações, enxurradas e deslizamentos com foco em municípios que fazem limites com esta bacia hidrográfica. O Rio Tubarão nasce na encosta da Serra Geral, no município de Lauro Müller. Seus principais afluentes são os rios Braço do Norte e Capivari. A área de drenagem do rio Tubarão abrange 4.728 km², percorrendo 120 km desde suas nascentes, até desembocar na Lagoa de Santo Antônio. A bacia hidrográfica do rio Tubarão localiza-se na Região Sul do Estado de Santa Catarina e pertence à vertente de drenagem Atlântica. Apresenta um conjunto lagunar composto pelas lagoas Santo Antônio dos Anjos, Imaruí e Mirim. É formada pelos rios Rocinha, Bonito, Oratório, Capivaras e Hipólito. Faz limite com a vertente do interior através da Serra Geral, tendo as seguintes coordenadas geográficas como limites: 27º 48' 00" e 28º 48' 08" de latitude sul, 48º 38' 18" e 48º 31' 48" de longitude oeste. É a mais expressiva bacia hidrográfica da Região Sul de Santa Catarina, e tem uma área de 5923 km², aproximadamente. Os limites da Bacia Hidrográfica do rio Tubarão englobam 18 municípios: Lauro Müller, Orleans, São Ludgero, Braço do Norte, Grão Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, Anitápolis, São Bonifácio, São Martinho, Armazém, Gravatal, Capivari de Baixo, Tubarão, Pedras Grandes, Treze de Maio, Jaguaruna e Sangão.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 364 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Casildo Maldaner

EMENDA

22530002

EMENTA

Empreendimento para conter as cheias do rio Itajai-açu

PROGRAMA

2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

OBJETIVO

0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

INICIATIVA

NOVA - Empreendimento para conter as cheais do rio Itajai-açu

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
900.000.000	15/02/2012	30/12/2015	250.000.000	650.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo realizar empreendimentos de prevenção de desastres, inundações, enxurradas e deslizamentos decorrentes do Rio Itajai-açu em Santa Catarina. O rio Itajaí-Açu é o rio mais importante do Vale do Itajaí. Forma-se no município de Rio do Sul, pela confluência do rio Itajaí do Sul com rio Itajaí do Oeste. Seus maiores afluentes pela margem esquerda são o rio Itajaí do Norte (na divisa de Lontras e Ibirama), o rio Benedito (em Indaial) e o rio Luís Alves (em Ilhota). No município de Itajaí, pouco antes da foz do Oceano Atlântico - mais precisamente 8 km - o rio Itajaí-Açú recebe as águas do principal afluente pela margem direita: o rio Itajaí-Mirim. Passa, a partir daí, a chamar-se rio Itajaí. O território da bacia divide-se em três grandes compartimentos naturais - o alto, o médio e o baixo vale - em função das suas características geológicas e geomorfológicas. O alto vale compreende toda a área de drenagem à montante da confluência do rio Hercílio com o rio Itajaí-Açu, incluindo ainda as cabeceiras do rio Itajaí. Os limites do Rio Itajai-açu englobam 12 municípios: Nagevantes, Rio do Sul, Lontras, Ibirama, Indaial, Blumenau, Gaspar, Ilhota, Itajai, Apiúna, Ascurra e Rodeio.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 365 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Casildo Maldaner

EMENDA

22530003

EMENTA

Implantação da Universidade Federal de Blumenau - FURB

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

INICIATIVA

NOVA - Implantação da Universidade Federal de Blumenau - FURB

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	15/02/2012	30/12/2015	100.000.000	400.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo a implantação da Universidade Federal de Blumenau - FURB no município de Blumenau no Estado de Santa Catarina.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 366 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Casildo Maldaner

EMENDA

22530004

EMENTA

Revitalização da Ponte Hercílio Luz - Santa Catarina

PROGRAMA

2076 - Turismo

OBJETIVO

0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro.

INICIATIVA

NOVA - Revitalização da Ponte Hercílio Luz - Santa Catarina

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
180.000.000	15/03/2012	31/12/2014	30.000.000	150.000.000

JUSTIFICATIVA

Um dos cartões postais mais famosos do Brasil, a Ponte Hercílio Luz, localizada no estado de Santa Catarina, foi construída para ligar o continete à Ilha de Santa Catarina. A Ponte Hercílio Luz é uma das maiores pontes pênseis do mundo e a maior do Brasil. Teve sua construção iniciada em 1922 e foi inaugurada em 1926. Hoje, o Brasil, corre o risco de perder um dos cartões postais mais bonitos do País, tombado como Patrimônio Histórico e Artístico. A Ponte Hercílio Luz suporta o próprio peso, está fechada para o tráfego de veículos há quase três décadas. O asfalto foi retirado para aliviar a estrutura. Uma das maiores ameaças é a ferrugem que comprometeu as barras de sustentação. Além dos velhos problemas, engenheiros verificaram que a base da ponte também está comprometida. Dos quatro pilares que apoiam a Ponte Hercílio Luz, três estão bastante corroídos, correndo o risco de cair. Estudos de viabilidade realizados mostram que Ponte Hercílio Luz, depois de restaurada também ficará habilitada a receber instalação do metrô de superfície em Florianópolis. Por fim, é grande o anseio da população em ver totalmente recuperada e integrada ao sistema viário da Capital, esta importante obra de arte, símbolo maior do Estado de Santa Catarina. Nesse sentido, a presente emenda visa alocar recursos para conduzir o restauro e reabilitação da "Ponte Hercílio Luz", no estado de Santa Catarina.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 367 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Casildo Maldaner

EMENDA

22530010

EMENTA

Implantação da Rodovia SC 100 - Interpraias

PROGRAMA

2076 -

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**747.319.487**	**2.099.531.719**
- Despesas Correntes	374.993.000	1.250.370.167
- Despesas de Capital	372.326.487	849.161.552
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**1.786.056.633**	**7.906.884.042**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	2.533.376.120	**10.006.415.761**
	12.539.791.881	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	50.000.000
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo a contemplação do projeto da Interpraias no Estado de Santa Catarina que tem uma extensão de 138,9km (ligará Passo de Torres a Laguna/SC), com um Investimento total previsto de R$ 200 milhões. A obra está dividida em lotes, com o Lote 1 de Passo de Torres até a SC-485 em Balneário Gaivota, lote 2 de Balneário Gaivota até a SC-449 em Balneário Arroio do Silva, lote 3 de Arroio do Silva até a rodovia SC-444 na localidade de Pedreiras em Içara, lote 4: de Pedreiras - Içara até o Balneário Arroio Corrente em Jaguaruna e lote 5 do Balneário Arroio Corrente em Jaguaruna até a ponta da barra em Laguna.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Casildo Maldaner

EMENDA

22530005

EMENTA

dequar a capacidade dos eixos rodoviários federais

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais. garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

39000 - Ministério dos Transportes

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Adequar 4.561,6 km de rodovias federais	Adequar 8.198,6 km de rodovias federais

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Vetor Logístico Amazônico	462	km
Vetor Logístico Centro-Norte	126	km
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1.124	km
Vetor Logístico Leste	645	km
Vetor Logístico Nordeste Meridional	919	km
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	920	km
Vetor Logístico Sul	4.000	km

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo aumentar para a Região Sul: a adequação de rodovias federais, visto que a quantidade proposta no Projeto de Lei não supre as necessidades na área rodoviária da região

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 369 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Casildo Maldaner

EMENDA

22530006

EMENTA

Estruturação de unidades de atenção especializada em saúde

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimoramento a política de atenção básica e a atenção especializada.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

36000 - Ministério da Saúde

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Estruturar 122 unidades de atenção especializada em Saúde até 2015

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo a inclusão de meta para 2012-2015 para estruturação de unidades de atenção especializada em Saúde.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 370 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Casildo Maldaner

EMENDA

22530007

EMENTA

Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento

PROGRAMA

2068 - Saneamento Básico

OBJETIVO

0610 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio de implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomeração urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

56000 - Ministério das Cidades

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Beneficiar 30 municípios com a implantação e melhorias de serviços de drenagem	Beneficiar 45 municipios com a implantação e melhorias de serviços de drenagem

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sul	15	projeto

Descrição do PL	Descrição Proposta
Beneficiar 400 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com implantação ou ampliação de sistema de resíduos sólidos urbanos	Beneficiar 500 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com implantação ou ampliação de sistema de resíduos sólidos urbanos

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sul	100	projeto

Descrição do PL	Descrição Proposta
Beneficiar 500 municípios com a implantação de melhorias sanitárias domiciliares	Beneficiar 650 municípios com a implantação de melhorias sanitárias domiciliares

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sul	150	projeto

Descrição do PL	Descrição Proposta
Contratar R$ 12,5 bilhões, por meio de seleções públicas, para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com baixos índices de acesso aos serviços ou tratamento insuficiente	Contratar R$ 14,5 bilhões, por meio de seleções públicas, para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com baixos índices de acesso aos serviços ou tratamento insuficie

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sul	2.000.000.0	R$ (reais)

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo aumentar para a Região Sul: o número de municípios beneficiados que possuem menos que 50 mil habitantes com implantação ou ampliação de sistema de resíduos sólidos urbanos; o número de municípios com a implantação e melhorias de serviços de drenagem; o número de municípios com implantação de melhorias sanitárias domiciliares; encaminhar R$ 2 bilhões por meio de seleções públicas, para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com baixos índices de acesso aos serviços ou tratamento insuficiente e encaminhar R$ 800 milhões com a finalidade de execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com a população abaixo de 50 mil habitantes visto que a quantidade proposta no Projeto de Lei não supre as necessidades na área de saneamento básico.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 371 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Casildo Maldaner

EMENDA

22530008

EMENTA

Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural

PROGRAMA

2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

OBJETIVO

0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Apoiar a recuperação de 50.000 Km da malha de estradas vicinais	Apoiar a recuperação de 65.400 Km da malha de estradas vicinais

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sul	20.000	km
Região Sudeste	10.100	km
Região Norte	8.100	km
Região Nordeste	7.100	km
Região Centro-Oeste	20.100	km

Descrição do PL	Descrição Proposta
Adquirir 8.500 patrulhas mecanizadas, mediante parcerias com as prefeituras municipais	Adquirir 10.400 patrulhas mecanizadas, mediante parcerias com as prefeituras municipais

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sul	3.285	unidade
Região Sudeste	2.140	unidade
Região Norte	1.035	unidade
Região Nordeste	1.375	unidade
Região Centro-Oeste	2.565	unidade

Descrição do PL	Descrição Proposta
Apoiar 10.000 Projetos de Desenvolvimento do setor agropecuário	Apoiar 15.400 Projetos de Desenvolvimento do setor agropecuário

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Centro-Oeste	1.600	projeto
Região Nordeste	1.900	projeto
Região Norte	1.600	projeto
Região Sudeste	2.100	projeto
Região Sul	8.200	projeto

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo aumentar para a Região Sul: a aquisição de patrulhas mecanizadas, o número de projetos apoiados e a recuperação da malha de estradas vicinais visto que a quantidade proposto no Projeto de Lei não supre as necessidades do setor agropecuário da Região Sul do Brasil.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 372 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Casildo Maldaner

EMENDA

22530009

EMENTA

Fortalecer os corredores hidroviários

PROGRAMA

2073 - Transporte Hidroviário

OBJETIVO

0234 - Fortalecer os corredores hideroviários garantindo condições de navegabilidade

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

39000 - Ministério dos Transportes

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Garantir manutenção e melhorias nos corredores hidroviários em 9.785 km	Garantir manutenção e melhorias nos corredores hidroviários em 13.413km

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Vetor Logístico Amazônico	4.634	km
Vetor Logístico Centro-Norte	600	km
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2.708	km
Vetor Logístico Leste	655	km
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1.015	km
Vetor Logístico Sul	4.000	km

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo aumentar para a Região Sul: a manutenção e as melhorias nos corredores hidroviários visto que a quantidade proposta no Projeto de Lei não supre as necessidades na área hidroviária da região.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Cássio Cunha Lima

EMENDA

29460001

EMENTA

CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS RODOVIÁRIOS BR 230 NO ESTADO DA PARAÍBA (PB)

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - Construção de Contornos Rodoviários na BR 230 (Km 150 ao Km 521,1) no Estado da Paraíba

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
90.000.000	30/03/2012	30/12/2015	18.000.000	72.000.000

JUSTIFICATIVA

Com a construção de contornos rodoviários, visamos diminuir o fluxo de veículos, por dentro dos municípios cortados pela BR 230 no Estado da Paraíba, evitando assim acidentes e degradação da sua infraestrutura urbana no Estado.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 374 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Cássio Cunha Lima

EMENDA

29460002

EMENTA

EXPANSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IFPB) NO ESTADO DA PARAÍBA (PB)

PROGRAMA

2031 - Educação Profissional e Tecnológica

OBJETIVO

0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.

INICIATIVA

NOVA - Implantação de novos Campi do Instituro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Estado da Paraíba

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
400.000.000	30/03/2012	31/12/2015	80.000.000	320.000.000

JUSTIFICATIVA

É sabido que a educação técnica, ou profissional, procura a transposição de conhecimentos de um indivíduo ao outro visando o ajustamento ao trabalho e aos modos de produção. Neste sentido, a educação cientifica e tecnológica pode ser conceituada como o ajustamento do indivíduo ao período histórico no qual vive, não somente no sentido de proporcionar-lhe conhecimentos para utilizar os instrumentos e as tecnologias existentes, mas também de posicionar-se e entendê-las de forma crítica. Nesse sentido a Bancada da Paraíba visa possibilitar a implantação de novos Campi do Instituro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Estado da Paraíba e com isso efetivamente melhorar a qualidade de vida do cidadão paraibano. Os institutos de educação, ciencia e tecnologia ocupam posição de referência educacional e se integram com a sociedade nas regiões em que estão localizadas. Dispõem de ampla infra-estrutura física, laboratórios, equipamentos, bibliotecas, salas de aula e parques desportivos. Atendem os níveis básico, técnico e tecnológico de educação profissional, o nível médio, o ensino superior e a pós-graduação tecnológica. Destacam-se ainda pela autonomia na pesquisa aplicada e no desenvolvimento de parceria com a comunidade e com o setor produtivo.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 375 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Cássio Cunha Lima

EMENDA

29460003

EMENTA

EXPANSÃO EDUCAÇÃO SUPERIOR E IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO SERTÃO NO ESTADO DA PARAÍBA (PB)

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

INICIATIVA

NOVA - Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, e Implantação da Universidade Federal do Sertão da Paraíba (UFSPB)

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
800.000.000	30/03/2012	31/12/2015	160.000.000	640.000.000

JUSTIFICATIVA

Essa emenda é para garantir que as Universidade Federal da Paraíba (UFPB) possa continuar seus processo de expansão e assim instalação novos campi nos municipios de Guarabira, Pedras de Fogo, Itabaiana e Conceição além de outras localidades que a universidade possa decidir pela implantação. (Finalizar) Servirá também para que a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) possa realizar seu processo de expansão e implantar novos campi no Estado da Paraíba. E finalmente a bancada paraíbana decidiu contemplar a população do interior paraibano que há anos luta pela implantação da Universidade Federal do Sertão (UFS), com mobilização nas ruas, nas redes sociais, com abaixo-assinado na internet e outras ações que revelam o qão esta ação é almejada pelo povo sertanejo. Com a criação da UFS mais de um milhão de pessoas serão beneficiadas, sobretudo municípios populosos como Patos, Pombal, Sousa e Cajazeiras, na Paraíba, bem como centenas de municípios vizinhos, inclusive, do Pernanbuco e Rio Grande do Norte. A expansão do Ensino Superior implementada pelo atual Governo abre uma possibilidade para que a Paraíba tenha uma nova Universidade. O momento político é agora pois, passada esta fase de expansão do Ensino Superior, dificilmente se conseguirá criar, no futuro, uma outra universidade. O povo sertanejo merece!

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Cássio Cunha Lima

EMENDA

29460004

EMENTA

IMPLANTAÇÃO DE ADUTORAS PARA DISTRIBUIÇÃO DE AGUAS NO ESTADO DA PARAÍBA (PB)

PROGRAMA

2051 - Oferta de Água

OBJETIVO

0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.

INICIATIVA

NOVA - Implantação de 1200 km de Adutoras para distribuição das Àguas provenientes do PISF (Eixo Leste) nas regiões do Cariri, Brejo e Seridó

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
250.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	150.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa possibilitar a implantação de 1200 km de Adutoras para distribuição das Àguas provenientes do PISF (Eixo Leste) nas regiões do Cariri, Brejo e Seridó, no Estado da Paraíba.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Cássio Cunha Lima

EMENDA

29460005

EMENTA

PONTE LIGANDO MUNICIPIO DE CABEDELO AO MUNICÍPIO DE LUCENA(PB)

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0129 - Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais, por meio da manutenção das vias e da adequação e recuperação da capacidade estrutural das pontes.

INICIATIVA

NOVA - Construir a ponte que vai ligar o Município de Cabedelo ao Município de Lucena

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
850.000.000	01/01/2012	31/12/2015	150.000.000	700.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta iniciativa visa interligar o Município de Lucena ao Município de Cabedelo, visando assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais, por meio da manutenção das vias e da adequação e recuperação da capacidade estrutural das pontes

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 378 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Cássio Cunha Lima

EMENDA

29460006

EMENTA

ZPE DO SEMIÁRIDO NORDESTINO - PARAÍBA (PB)

PROGRAMA

2024 - Comércio Exterior

OBJETIVO

0817 - Promover a efetiva implantação e funcionamento das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), integrando ações públicas e privadas, com vistas ao crescimento das exportações e ao equilibrado desenvolvimento econômico e social do país.

INICIATIVA

NOVA - Criação e Implantação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE), do Semiarido Nordestino, no Estado da Paraíba

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
200.000.000	30/03/2012	31/12/2015	40.000.000	160.000.000

JUSTIFICATIVA

As áreas de livre comércio, destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados no exterior, para atrair investimentos para regiões menos favorecidas e com isso promover o desenvolvimento. A instalação da ZPE do semiárido nordestino instalada na região Nordeste sirvira efetivamente como instrumento de desenvolvimento local e regional que certamente vai atrair investidores nacionais e estrangeiros e apoiar o empreendedorismo local e promover o desenvolvimento do Estado da Paraíba.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 379 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Cesar Colnago

EMENDA

27710001

EMENTA

Hospital Santa Rita de Cássia - AFECC

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

INICIATIVA

NOVA - Construção do Prédio de Internação do SUS no Hospital Santa Rita de Cássia - AFECC - em Vitória/ES

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
25.000.000	02/01/2012	31/12/2015	6.250.000	18.750.000

JUSTIFICATIVA

Atualmente são ofertados 98 leitos de internação da seguinte forma: 90 leitos de enfermaria, 05 em UTI e 02 para Day Clinic. Com a proposta do novo prédio esta oferta será elevada para 140 leitos de enfermaria, (acréscimo de 50 leitos) para tratamento oncológico e serão criados 06 leitos para Transplante de Medula Óssea (TMO), acrescendo 04 leitos, totalizando 140 leitos de internação, não incluindo neste total os leitos de terapia intensiva. Projetado para comportar 78 apartamentos com banheiros privativos, cada quarto terá a capacidade para comportar até 02 leitos, distribuídos em 05 pavimentos com 16 quartos em 04 pavimentos e 14 quartos no último pavimento. Serão oferecidos condições de internar pacientes em ambientes individuais e coletivos, conforme faixa etária, patologia, sexo e grau de intensividade de cuidados. A flexibilidade na disposiçãodas enfermarias e leitos irá permitir a montagem de uma unidade intensiva intermediária. Na cobertura do Prédio de Internação será disponibilizado um heliponto, utilizado exclusivamente para pousos e decolagens para transporte de pacientes que necessitam de atendimento emergencial ou órgãos para transplantes. Para a AFECC - Hospital Santa Rita de Cássia, disponibilizar o mesmo padrão de acolhimento e atendimento para pacientes de convênios, particulares e SUS é mais do que importante, é vital. Uma vez que são referência no atendimento oncológico para o Estado do Espírito Santo e proximidades, é constante a busca pela melhoria e adequação de suas instalações e equipamentos para melhor acolher e atender os pacientes do SUS. Situação Atual: Área Construída - 825,83 m² Quantidade de leitos - 90 Quantidade de Apartamentos - 23 Pacientes dias em Enfermaria Anualmente - 25.224 Quantidade de Banheiros - 6 Postos de Enfermagem - 2 Perspectiva: Área Construída - 4.013,88 m² Quantidade de leitos - 140 Quantidade de Apartamentos - 78 Pacientes dias em Enfermaria Anualmente - 39.237 Quantidade de Banheiros - 78 Postos de Enfermagem - 5 Objetivo Geral: Construir Prédio de Internação SUS Objetivos Específicos: Aumentar o número de leitos; Aumentar o número de internações; Ampliar a capacidade de atendimento e de procedimentos; Contribuir para a melhoria da qualidade de assistência; Regularizar a estrutura conforme exigência da ANVISA; Humanizar o atendimento dos paciente; Possibilitar maior conforto e privacidade dos pacientes.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 380 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Chico D'angelo

EMENDA

24970001

EMENTA

Compartilhamento de infra estrutura para banda larga (unbundling)

PROGRAMA

2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

OBJETIVO

0751 - Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.

INICIATIVA

NOVA - 02YD - Aumento e compartilhamento da capacidade das redes de suporte para transmissão de internet em alta velocidade.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
11.712.049	01/01/2012	01/01/2015	1.135.437	10.576.612

JUSTIFICATIVA

O compartilhamento de infra estrutura é vital para que haja redução nos custos dos serviços de banda larga. É promover a eficiência dos gastos, inclusive os publicos para que a unviersalização ocorra de forma mais rápida.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Chico D'angelo

EMENDA

24970002

EMENTA

Gestão participativa das cidades digitais - Governança das redes de ultima milha

PROGRAMA

2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

OBJETIVO

0752 - Promover o uso de bens e serviços de comunicações, com ênfase nas aplicações, serviços e conteúdos digitais criativos para potencializar o desenvolvimento econômico e social do País.

INICIATIVA

NOVA - 02Z2 - Implantação de Cidades Digitais com gestão participativa

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
11.712.049	01/01/2012	01/01/2015	1.135.437	10.576.612

JUSTIFICATIVA

As redes digitais nos estados e municipios precisam ter gestão compartilhada e descentralizada para atender os objetivos sociais. Tais objetivos estão cravados na LGT, no artigo 5º, onde cita a função social da propriedade. redes de ultima milha precisam estar alinhados com os anseios sociais da sociedade e não especificar isso nas diretrizes do PPA é cricificar este principio.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 382 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Chico D'angelo

EMENDA

24970003

EMENTA

Implantação da Banda Larga em Regime Misto (Público e Privado)

PROGRAMA

2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

OBJETIVO

0751 - Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.

INICIATIVA

NOVA - 02YF - Definição de medidas regulatórias para barateamento de preços e tarifas de serviços de comunicação, bem como para maior competição e implementar a banda larga em regime misto (público e privado) para prover garantias fortes pelo Estado sobre as tarifas, qualidade, continuidade e universalização do serviço.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
11.712.049	01/01/2012	01/01/2015	1.135.437	10.576.612

JUSTIFICATIVA

A universalização da band alarga, no atual arcabouço juridico reside em decretar este serviço em regime público, ou seja, regime misto. Tal fato está escrito na LGT, no artigo 65, parágrafo primeiro. Além deste fato a banda larga foi declarada este ano como direito humano fundamental, que reforça PEC que tramita no congresso para declarar no Brasil a banda larga como também um serviço fundamental. A universalização da banda larga, têm impactos direitos no desenvolvimento sócial e economico, tendo influência direta no aumento do PIB. Universalizar a banda larga é efetivamente dinuir sensivelmente as desigualdades sociais no país, é promover a democracia ao palco da participação social e por fim e dar ao cidadão o acesso a este serviço essencial para o desenvolvimento do cidadão.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Chico D'angelo

EMENDA

24970004

EMENTA

Promover a inclusão digital de forma participativa

PROGRAMA

2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

OBJETIVO

0752 - Promover o uso de bens e serviços de comunicações, com ênfase nas aplicações, serviços e conteúdos digitais criativos para potencializar o desenvolvimento econômico e social do País.

INICIATIVA

NOVA - 02YZ - Estímulo à inclusão digital com base em modelos criativos e inovadores de cidades digitais com gestão participativa e em arranjos institucionais federativos de fomento para massificação do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
11.712.049	01/01/2012	01/01/2015	1.135.437	10.576.612

JUSTIFICATIVA

Temos que garantir a participação social nos processos de inclusão digital do país. Hoje praticamente a inclusão digital de base são feitas por entidades sem fins lucrativos, sendo assim, temos que reforçar este tema nas diretrizes

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Chico D'angelo

EMENDA

24970005

EMENTA

Telebrás como empresa diferencial no PNBL

PROGRAMA

2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

OBJETIVO

0751 - Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.

INICIATIVA

NOVA - 02YK - Implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga, através da Telebrás

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
11.712.049	01/01/2012	01/01/2015	1.135.437	10.576.612

JUSTIFICATIVA

Seguinda a linha de massificação do acesso a internet através do aumento de competitividade é fundamental que a Telebrás tenha seu papel reforçado no Decreto do PNBL e que os recursos de investimentos publicos para redes publicas sejam direcionadas a esta empresa.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Chico D'angelo

EMENDA

24970006

EMENTA

Imputação de condições melhores aos serviços de Telecomunicações

PROGRAMA

2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

OBJETIVO

0751 - Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e imputando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

01000 - Câmara dos Deputados

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Chegar a 40 milhões de domicílios com Internet Banda Larga de qualidade por meio do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL)	Chegar a 40 milhões de domicílios com Internet Banda Larga de qualidade, com preços módicos e garantia de continuidade por meio do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), seguindo como parâmetro míni

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Centro-Oeste		
Região Nordeste		
Região Norte		
Região Sudeste		
Região Sul		

JUSTIFICATIVA

O Estado tem por obrigação imputar regras mais firmes em direção a boa fruição dos serviços de telecomunicações, sendo cabivel que o mesmo impute regras que defendam os interesses da União e da Sociedade.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 386 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Chico D'angelo

EMENDA

24970007

EMENTA

Remoção de metas para acesso a internet via linha discada

PROGRAMA

2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

OBJETIVO

0752 - Promover o uso de bens e serviços de comunicações, com ênfase nas aplicações, serviços e conteúdos digitais criativos para potencializar o desenvolvimento econômico e social do País.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

01000 - Câmara dos Deputados

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
40% das populações da classes D e E fazendo uso da internet (acesso em banda larga e discado)	40% das populações da classes D e E fazendo uso da internet (acesso em banda larga)

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Centro-Oeste		
Região Nordeste		
Região Norte		
Região Sudeste		
Região Sul		

Descrição do PL	Descrição Proposta
70% da população fazendo uso da internet banda larga e discado (seja em casa, no trabalho, em telecentros etc), levando em consideração desigualdades regionais e socioeconômicas	70% da população fazendo uso da internet banda larga (seja em casa, no trabalho, em telecentros etc), levando em consideração desigualdades regionais e socioeconômicas

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Centro-Oeste		
Região Nordeste		
Região Norte		
Região Sudeste		
Região Sul		

Descrição do PL	Descrição Proposta
70% das populações da classe C fazendo uso da internet (acesso em banda Larga e discado)	70% das populações da classe C fazendo uso da internet (acesso em banda Larga)

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Centro-Oeste		
Região Nordeste		
Região Norte		
Região Sudeste		
Região Sul		

JUSTIFICATIVA

Temos que pensar o Brasil com acesso a banda larga. Deixar como diretriz acessoa linha discada é dar permissão para que a banda larga demore ainda mais para se chegar aos rincões do país. Temos recursos e capital humano e intelectual para fazer a unviersalização da banda larga, sendo assim, acesso discado não poderá ser uma meta do governo.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Chico Lopes

EMENDA: 24370001

EMENTA

Ampliação do Hospital Albert Sabin - 2 º Etapa - Ceará

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

INICIATIVA

NOVA - Ampliação do Hospital Albert Sabin - 2 º Etapa -Fortaleza/CE

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
43.000.000	12/03/2012	23/04/2016	13.000.000	30.000.000

JUSTIFICATIVA

Objetivando atender as necessidades da população pediátrica assistida pelo SUS, no estado do Ceará, esta emenda visa garantir recursos no âmbito do Ministério da Saúde, para viabilizar o projeto de ampliação do hospital infantil Albert Sabin, previsto na segunda etapa do plano diretor, e orçado no valor de R$ 43.000.000,00. A visão de futuro da instituição está focada na melhoria contínua e no reconhecimento, inclusive internacional, como hospital quaternário de excelência em pediatria.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 388 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Chico Lopes

EMENDA: 24370002

EMENTA

Aquisição de equipamentos para o Hospital São José - Fortaleza/Ceará

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

INICIATIVA

NOVA - Aquisição de equipamentos para o Hospital São José - Fortaleza/Ceará

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
20.000.000	12/03/2012	23/04/2016	5.000.000	15.000.000

JUSTIFICATIVA

Objetivando atender as necessidades da população , esta emenda visa garantir recursos para a aquisição de equipamentos para o Hospital São José, localizado em Fortaleza no Estado do Ceará. Criado pela Lei N.º 9.387, nasceu da necessidade de construir um hospital que agregasse as doenças transmissíveis, com 40 anos de história, o Hospital São José funciona como referência em doenças infecciosas , integrante da rede SUS - Sistema Único de Saúde, seu corpo funcional é composto mais de 700 servidores, possui uma área construída de 4.700m2 e uma capacidade de internamento de 115 leitos, contando com sete leitos de UTI. A visão de futuro da instituição está focada na melhoria contínua e no reconhecimento, e dessa forma garantir melhor atendimento a população que necessita.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 389 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Chico Lopes

EMENDA

24370003

EMENTA

Construção de Barragem Melancia - São Luiz do Curú/São Gonçalo do Amarante - Ceará

PROGRAMA

2051 - Oferta de Água

OBJETIVO

0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.

INICIATIVA

NOVA - Construção da Barragem Melancia - São Luiz do Curú/São Gonçalo do Amarante/CE

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
20.000.000	22/04/2012	22/12/2016	5.000.000	15.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa garantir recursos para Construção da Barragem Melancia no município de São Luiz do Curú e São Gonçalo do Amarante - Ceará ,no àmbito do Ministério da Integração. A necessidade em fomentar a oferta de Água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica reduzirá significativamente a grande carência existente na região , atendendo diretamente o consumo humano, animal, psicultura , irrigação entre outros.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Chico Lopes

EMENDA: 24370004

EMENTA

Construção de barragem no Açude Frecheirinha - Frecheirinha - Ceará

PROGRAMA

2051 - Oferta de Água

OBJETIVO

0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.

INICIATIVA

NOVA - Construção de Barragem no Açude Frecheirinha - Ceará

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
51.000.000	12/03/2012	23/04/2016	11.000.000	40.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa construir um açude para barrar o Rio Caiçara, próximo a cidade de Frecheirinha, possibiilitando a criação de um reservatório, que irá constituir-se numa fonte para a irrigação de uma extensa área aluvionar no vale do Rio Caiçara, a jusante da barragem, bem como reforçar o abastecimento de água para as cidades circunvizinhas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Chico Lopes

EMENDA: 24370005

EMENTA

Construção de sistema de barragem no Município de Maranguape no Estado do Ceará

PROGRAMA

2051 - Oferta de Água

OBJETIVO

0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.

INICIATIVA

NOVA - Construção de Sistema de Barragem no Município de Maranguape no Estado do Ceará

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
260.000.000	12/03/2012	23/04/2016	78.000.000	182.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa garantir recursos para Oferta de Água e objetiva aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica. para o projeto de Construção de Sistema Barragem no município de Maranguape no estado do Ceará, atingindo as localidades de Sapupara, Urucará, Gereraú, Ladeira Grande e Tabatinga, todas no município de Maranguape, considerando-se seu porte e características de operação, entende-se que a área de influência direta se limita à área da bacia hidráulica, compreendendo também o limite de 100 metros medidos horizontalmente a partir da cota de máxima inundação, que constituirá a área de preservação permanente. Está área está compreendida na superfície definida no Decreto Nº 26.582 de 22 de abril de 2002, apresentado no anexo 5. Por sua vez, a área de influência indireta compreende a bacia hidrográfica a montante da barragem, incluindo também o município de Maranguape.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 392 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Chico Lopes

EMENDA

24370006

EMENTA

Implantação da Escola de Saberes no Estado do Ceará.

PROGRAMA

2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

OBJETIVO

0783 - Preservar, identificar, proteger e promover o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.

INICIATIVA

NOVA - Implantação da Escola de Saberes no Estado do Ceará.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
10.000.000	22/04/2012	31/12/2016	2.000.000	8.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa destinar recursos para a Escola de Saberes , no âmbito do Ministério da Cultura, garantindo dessa forma a preservação, promoção e acesso à cultura. A destinação dessa emenda atenderá a elaboração de um vídeo documentário e os projetos das Escolas de Saberes no Ceará para transmissão e experimentação de saberes populares e contemporâneos.O projeto saberes reunirá espaços- escolas diversos, deominados Saber, acrescido do nome da destinação cultura ou artisitica. Ex:Saber Maracatu , Saber de Crioula, Saber Tecelão , Saber viola, Saber Reisado , entre outros projetos. O projeto em médio prazo trabalhará com a possibilidade de elaboração de projetos para vinte Escolas de Saberes, em média no estado do Ceará . Esse conjunto de Escola de Saberes formará um viva e vigorosa rede de cultura em construção, de convivência e transmissão de saberes tradicionais e contemporaneos, possibilitando a experimentação de novas possibilidades estéticas e de vivências profundas : a vanguarda encontrando -se com a tradição , as expressões das artes populares encontrando-se com as artes eruditas. Um encontro de povos , etnias e crenças .Uma afirmação da diversidade cultural brasileira.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Chico Lopes

EMENDA: 24370007

EMENTA

Implantação de Pinacoteca no Estado do Ceará.

PROGRAMA

2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

OBJETIVO

0787 - Implantar, ampliar, modernizar, recuperar e articular a gestão e o uso de espaços destinados a atividades culturais, esportivas e de lazer, com ênfase em áreas de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras.

INICIATIVA

NOVA - Implantação de Pinacoteca no Estado do Ceará.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
10.000.000	12/03/2012	23/04/2016	3.000.000	7.000.000

JUSTIFICATIVA

Pinacoteca é um espaço importantíssimo para o artista que necessitam expor seus quadros e pinturas. No Estado do Ceará, não é diferente do restante do País, ou seja, carece desse espaço. Portanto, nada mais oportuno que propor a presente emenda para esse fim: dotar o Ceará de sua primeira pinacoteca pública.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 394 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Chico Lopes

EMENDA

24370008

EMENTA

Implantação do sistema de adutoras integradas -Ipaporanga, Ipueiras e Nova Russas - Ceará

PROGRAMA

2051 - Oferta de Água

OBJETIVO

0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.

INICIATIVA

NOVA - Implantação do sistema de adutoras integradas -Ipaporanga-Ipueiras e Nova Russas/CE

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
65.000.000	12/03/2012	23/04/2016	15.000.000	50.000.000

JUSTIFICATIVA

Com a construção das adutoras os municípios de Ararendá, Ipaporanga e Nova Russas, o município de Ipueiras, a sede, os distritos de Joã Thomé e Livramento e parte da demanda difusa, serão comtemplados com abastecimento de água proveniente do sistema de reservatórios Inhuçu-Lontras, através de derivação tomada na saída do túnel de alimentação da UHE de Ipueiras.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Chico Lopes

EMENDA: 24370009

EMENTA

RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ADUTORA DO ACARAPE

PROGRAMA

2051 - Oferta de Água

OBJETIVO

0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.

INICIATIVA

NOVA - RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ADUTORA DO ACARAPE

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
30.000.000	20/03/2012	15/12/2015	10.000.000	20.000.000

JUSTIFICATIVA

A Adutora do Acarape é responsável pelo abastecimento dos municípios Acarape, Redenção, Barreiras, Guaiuba, Pacatuba e dos Distritos Industriais de Maracanaú e Pacatuba. A adutora possui 56 km em aço carbono com diâmetros de 900, 800 e 600mm, Além dos diversos ramais para abastecimento das sedes municipais e distritos ao longo da adutora. É urgente a recuperação e modernização desta adutora para que possa atender a demanda crescente por água na região.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 396 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Chico Lopes

EMENDA

24370010

EMENTA

RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA HÍDRICA DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO INDUSTRIAL PACAJUS/ HORIZONTE.

PROGRAMA

2051 - Oferta de Água

OBJETIVO

0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.

INICIATIVA

NOVA - RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA HÍDRICA DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO INDUSTRIAL PACAJUS/ HORIZONTE

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
30.000.000	20/03/2012	10/12/2015	10.000.000	20.000.000

JUSTIFICATIVA

o sistema de abastecimento do Distrito Industrial de Pacajus Horizonte é composto por duas estações de bombeamento, totalizando 200cv de potencia instalada. A adução e rede de distribuição totalizam aproximadamente 16 km. Estes sistemas, por estarem com suas vidas úteis praticamente encerradas, vêm apresentando sinais de insegurança, com o surgimento de vazamentos cada vez mais frequente, que resultam em constantes interrupções no fornecimento. Os sistemas encontram-se no limite operacional quanto ao balanço oferta x demanda, não permitindo a introdução de novas demandas, e nem mesmo a ampliação da vazão por parte dos usuários existentes Os novos sistemas redimensionados deverá garantir o abastecimento das populações ao longo da Adutora do Acarape, bem como das indústrias de Pacajus e Horizonte, levando-se em conta o crescimento das demandas para os próximos 20 anos, e contemplando novas áreas de expansão que estiverem previstas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Ciro Nogueira

EMENDA

29000001

EMENTA

EMENDA BACIA RIO PARNAÍBA - PI

PROGRAMA

2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

OBJETIVO

0665 - Promover a revitalização de bacias hidrográficas por meio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade.

INICIATIVA

NOVA - Revitalização Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Parnaíba

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	400.000.000

JUSTIFICATIVA

Nicolau Resende descobriu o Rio Parnaíba por volta de 1640. A descoberta aconteceu por acaso, em decorrência de um naufrágio próximo à foz. Historicamente conhecido como o Delta do Parnaíba, hoje é muito visitado pelo seu riquíssimo ecossistema, constituído por dunas, florestas, manguezais e extensas praias, além de sua exuberante fauna composta por espécies como jacaré-do-papo-amarelo, garça, macaco-prego, caranguejo-uçá e outras diversas espécies aquáticas. O Rio Parnaíba nasce na chapada das Mangabeiras, a 709 metros de altura, da confluência de vários cursos dágua, destacando-se o Água Quente na divisa do Piauí com o Maranhão, o Curriola e o Lontra no Piauí. Percorre todo o estado do Piauí, em uma extensão de 1.485 km, aproximadamente, compreendendo três cursos: Alto Parnaíba, o Médio Parnaíba e o Baixo Parnaíba. Desempenha um importante papel no desenvolvimento socioeconômico dos Estados do Piauí e Maranhão pelas oportunidades econômicas que vão desde o potencial turístico, passando pela agricultura irrigável, até a riqueza de sua peculiar biodiversidade. Suas águas também fornecem energia, que é transformada em eletricidade na Usina de Boa Esperança. Todavia, o Rio Parnaíba está morrendo lentamente. O desmatamento de suas margens, o assoreamento, a poluição especialmente provocada pelo derramamento de esgoto sanitário sem tratamento -, bem como os problemas provocados pela construção da Usina de Esperança, como a perda da piscosidade e a retenção da vazão estão transformando o Rio Parnaíba, antes um grande manancial, uma fonte perene e abundante de água, em um depósito de problemas. A vazão do Rio Parnaíba está mudando tanto que nos meses de seca, após o período chuvoso de janeiro e fevereiro, é visível a quantidade de coroas formadas em seu leito. O Rio Parnaíba está sofrendo por falta de um programa político que estabeleça um forte compromisso, não apenas com ações pontuais como acontecem atualmente. Um programa que estabeleça recursos para ações constantes, durante um período que possibilite a sua recuperação e conscientize a população local para a preservação do Rio. Por essas razões, apresentamos a Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2011, que se encontra em tramitação no Senado Federal, instituindo o Fundo para a Revitalização Ambiental voltado para o desenvolvimento sustentável da Bacia do Rio Parnaíba. Pela nossa sugestão, o Fundo, com duração de vinte anos, será destinado a custear programas e projetos governamentais de recuperação hidroambiental do Rio Parnaíba e de seus afluentes e de desenvolvimento sustentável da região banhada por eles. Com a previsão de aplicação de recursos no montante de R$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) no período de 20 anos, equivalente a R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) por ano, possibilitar-se-á a consecução de políticas públicas suficientes para o atendimento amplo e completo da revitalização do Rio Parnaíba. O Fundo contará com recursos oriundos da compensação financeira pela exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, no âmbito da Bacia do Parnaíba, em harmonia com o previsto no § 1º do art. 20 da própria Constituição Federal, complementados por outras dotações orçamentárias e operações de crédito externas e internas a fim de garantir o montante acima previsto. Por essas razões, e para dar maior respaldo à nossa Proposta de Emenda à Constituição, estamos apresentando a presente emenda para incorporar no Plano Plurianual de Investimentos, do período de 2012 a 2015, a necessária previsão da programação orçamentária da Criação do Fundo Constitucional para a Revitalização Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do nosso querido Rio Parnaíba.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 398 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Claudio Cajado

EMENDA

31660001

EMENTA

Construção de Contorno Ferroviário em Dias D Ávila (BA-093), no Estado da Bahia

PROGRAMA

2072 - Transporte Ferroviário

OBJETIVO

0147 - Ordenar o tráfego ferroviário nos perímetros urbanos das cidades, de forma a reduzir os riscos de acidentes, melhorar a operação ferroviária e reduzir os impactos socioambientais.

INICIATIVA

NOVA - Construção de Contorno Ferroviário em Dias D' Ávila (BA-093) - no Estado da Bahia

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
22.000.000	01/01/2012	31/12/2015	10.000.000	12.000.000

JUSTIFICATIVA

O objetivo desta emenda é a atender o município de DIAS D ÁVILA-BA, com a execução da obra do contorno ferroviário da BA-093. O maior agravante que a população local sofre com o barulho e tremores de terra quando os trens passam e, principalmente o translado pelos vagões carregados de produto tóxico que corta todo o meio da cidade.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Claudio Cajado

EMENDA: 31660002

EMENTA

Construção de Contornos, Variantes e Anéis Ferroviários, no Estado da Bahia

PROGRAMA

2072 - Transporte Ferroviário

OBJETIVO

0147 - Ordenar o tráfego ferroviário nos perímetros urbanos das cidades, de forma a reduzir os riscos de acidentes, melhorar a operação ferroviária e reduzir os impactos socioambientais.

INICIATIVA

NOVA - Construção de Contornos, Variantes e Anéis Ferroviários - no Estado da Bahia

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
22.000.000	01/01/2012	31/12/2015	10.000.000	12.000.000

JUSTIFICATIVA

O objetivo desta emenda é a atender o município de DIAS D ÁVILA-BA, com a execução da obra do contorno ferroviário da BA-093. O maior agravante que a população local sofre com o barulho e tremores de terra quando os trens passam e, principalmente o translado pelos vagões carregados de produto tóxico que corta todo o meio da cidade.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Claudio Cajado

EMENDA: 31660003

EMENTA

Desenvolvimento Urbano em Municípios, no Estado da Bahia

PROGRAMA

2054 - Planejamento Urbano

OBJETIVO

0589 - Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social.

INICIATIVA

NOVA - Desenvolvimento Urbano em Municípios - no Estado da Bahia - BA

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
60.000.000	01/01/2012	31/12/2015	15.000.000	45.000.000

JUSTIFICATIVA

A iniciativa 0589 - que fala em Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social, e no PLOA Ação 02B4 - 1D73 são alternativas para o desenvolvimento urbano. Nesse caso a presente emenda será de fundamental importância atender diversos municípios do Estado da Bahia com obras de pavimentação urbana, de construção de pontes de interligação de bairros, de calçamento de áreas em processo de urbanização, bem como as de adequação de vias para o transporte não-motorizado (passarelas, calçadões, ciclovias, etc.), ações ligadas ao transporte público de passageiros e à sinalização de trânsito, de acessibilidade, de caracterizáveis como de desenvolvimento urbano.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Claudio Cajado

EMENDA

31660004

EMENTA

Desenvolvimento Urbano na Região Metropolitana de Salvador, no Estado da Bahia

PROGRAMA

2054 - Planejamento Urbano

OBJETIVO

0589 - Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social.

INICIATIVA

NOVA - Desenvolvimento Urbano na Região Metropolitana de Salvador - BA

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
60.000.000	01/01/2012	31/12/2015	15.000.000	45.000.000

JUSTIFICATIVA

02B4 - A presente emenda será de fundamental importância atender os Municípios de integram a Região Metropolitana de Salvador - BA, com obras de pavimentação urbana, de construção de pontes de interligação de bairros, de calçamento de áreas em processo de urbanização, bem como as de adequação de vias para o transporte não-motorizado (passarelas, calçadões, ciclovias, etc.), ações ligadas ao transporte público de passageiros e à sinalização de trânsito, de acessibilidade, de caracterizáveis como de desenvolvimento urbano.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 402 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Claudio Cajado

EMENDA

31660005

EMENTA

Implantação e Modernização de Estruturas Físicas de Segurança Pública no Estado da Bahia

PROGRAMA

2070 - Segurança Pública com Cidadania

OBJETIVO

0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.

INICIATIVA

NOVA - Apoiar a modernização organizacional e tecnológica, o reaparelhamento, a construção e reformas das istituições de sergurança pública - no Estado da Bahia

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
110.000.000	01/01/2012	31/12/2015	20.000.000	90.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa atender o Estado da Bahia com desenvolvimento e apoio a projetos voltados para a construção ou adequação de instalações físicas, aparelhadas e equipadas para o desempenho das atividades de segurança pública, como centros integrados de operações de segurança pública, centros integrados de cidadania, unidades de saúde, unidades de perícia, bem como secretarias Nacional, Estaduais e Municipais de Segurança Pública, e outras unidades correlatas. Com o mair objetivo de construir módulos policiais nas estradas e saida na Cidade Municipais.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Claudio Cajado

EMENDA

31660006

EMENTA

Emenda de alteração da Iniciativa 01HR - Desen. Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 ton.(Projeto KC-X).

PROGRAMA

2058 - Política Nacional de Defesa

OBJETIVO

0463 - Promover o desenvolvimento e capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial nacional, visando a ampliação da capacidade de defesa aérea.

INICIATIVA

01HR - Acréscimo ao valor previsto no PPA-2012/2015 de R$1.225.386.000,00.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA
4.253.386.000	29/06/2009	29/06/2016

JUSTIFICATIVA

A proposição em tela tem por objetivo possibilitar o desenvolvimento e industrialização de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 toneladas (Projeto KC-X), denominado KC-390, em parceria com a EMBRAER, para substituição, a partir de 2016, das aeronaves Lockheed C-130H/Hércules da FAB, que executam as missões de Transporte Aéreo Logístico, SAR (busca e salvamento), reabastecimento em voo, evacuação médica e ressuprimento aéreo, por meio do complemento de R$ 1.225.386.000,00 (um bilhão, duzentos e vinte e cinco milhões, trezentos e oitenta e seis mil reais) à dotação de R$ 3.028.000.000,00 (três bilhões, vinte e oito milhões de reais), constante no Projeto de Lei do Plano Plurianual 2012-2015 para o Programa 2058/Iniciativa 01HR ¿ Desenvolvimento do Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 toneladas (Projeto KC-X), totalizando R$ 4.253.386.000,00 (quatro bilhões, duzentos e cinquenta e três milhões, trezentos e oitenta e seis mil reais). Desde o início do desenvolvimento do projeto, a EMBRAER S.A. buscou empresas que concordassem em fornecer as partes da aeronave que ela, EMBRAER S.A., não produz, tais como motores e aviônicos, sem custos durante a fase de desenvolvimento. Tais despesas seriam amortizadas na produção das primeiras 120 (cento e vinte) aeronaves de série. Todavia, o contrato com a EMBRAER prevê que, se não fossem encontradas empresas dispostas a assumir o risco do projeto sem repassar os custos das citadas partes, esses custos seriam repassados ao COMAER, como representante do Governo Federal, pela celebração de um instrumento contratual específico para tais despesas. Ocorre que, em função da evolução do cenário internacional, ficou evidente, ao final dos processos de procura por empresas, que os fornecedores dos principais sistemas não puderam acolher os custos de desenvolvimento e fornecimento dos conjuntos de componentes para os protótipos, razão pela qual foi celebrado um segundo contrato para a aquisição dos citados equipamentos e sistemas, cuja publicação encontra-se no Diário Oficial da União nº 169, de 1º de setembro de 2011, devidamente autorizado pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Defesa, que deu conhecimento à Exma. Sra. Presidente da República, conforme ofício nº 8049/MD, de 19 de julho de 2011. Cabe ressaltar que não houve tempo hábil para a inclusão do citado valor adicional referente aos motores e aviônica no presente PLPPA/2012-2015 pelo fato de, com a posição dos fornecedores, terem sido iniciados os processos de busca de orçamentos e negociação de valores ¿a posteriori¿, que resultou nos custos finais ora especificados. São consequências do não atendimento ao pleito: a impossibilidade de definição da Especificação Técnica Preliminar, base para as revisões de projeto e início da industrialização; atraso no cronograma de voo e ensaios do protótipo; atraso na opção da contratação da produção; atraso na entrada em serviço da aeronave de série e prejuízos operacionais para a FAB pela impossibilidade de provimento tempestivo de tais equipamentos, tendo em vista a desativação das aeronaves C-130/Hércules em serviço por mais de 45 anos; e a perda de ¿janela¿ de mercado internacional, com a consequente extinção dos benefícios previstos com o desenvolvimento do avião, uma vez que o cenário internacional atual é favorável à comercialização desse tipo de aeronave pela indústria nacional. Ainda, na existência de um atraso de pagamento, além do período definido no cronograma físico-financeiro, para cada etapa do contrato, a União ficará sujeita ao pagamento de encargos moratórios a partir do 31º dia após a data de apresentação da nota fiscal até a data do efetivo pagamento. Os encargos moratórios serão calculados proporcionalmente aos dias decorridos. Ressalta-se que, por ocasião da elaboração do PPA 2012-2015, a Ação 123B ¿ Desenvolvimento do Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 toneladas (Projeto KC-X) passou a ter o código 01HR (Iniciativa) gerado automaticamente pelo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Claudio Cajado

EMENDA: 31660007

EMENTA

Implantação e Modernização de Estruturas Físicas - Segurança Pública

PROGRAMA

2070 - Segurança Pública com Cidadania

OBJETIVO

0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.

INICIATIVA

03DV - Acréscimo ao valor previsto no PPA-2012/2015 de R$ 6.500.000,00.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa atender o Estado da Bahia, com desenvolvimento e apoio a projetos voltados para a construção ou adequação de instalações físicas, aparelhadas e equipadas para o desempenho das atividades de segurança pública, como centros integrados de operações de segurança pública, centros integrados de cidadania, unidades de saúde, unidades de perícia, bem como secretarias Nacional, Estaduais e Municipais de Segurança Pública, e outras unidades correlatas. Com o mairo objetivo de construir módulos policiais nas estradas e saida na Cidades Municipais.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Claudio Cajado

EMENDA

31660012

EMENTA

Construção do Contorno Ferroviário no município de Dias D Ávila (BA-093), no Estado da Bahia

PROGRAMA

2072 -

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**2.733.150.000**	**8.603.350.357**
- Despesas Correntes	97.550.000	161.529.351
- Despesas de Capital	2.635.600.000	8.441.821.006
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**6.142.037.387**	**17.885.757.849**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	8.875.187.387	**26.489.108.206**
	35.364.295.593	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	500.000.000
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

O objetivo desta emenda é a atender o município de DIAS D ÁVILA-BA, com a execução da obra do contorno ferroviário da BA-093. O maior agravante que a população local sofre com o barulho e tremores de terra quando os trens passam e, principalmente o translado pelos vagões carregados de produto tóxico que corta todo o meio da cidade.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 406 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Claudio Cajado

EMENDA

31660013

EMENTA

Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

PROGRAMA

2031 -

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**4.842.510.692**	**18.594.622.005**
- Despesas Correntes	2.897.813.696	11.155.354.384
- Despesas de Capital	1.944.696.996	7.439.267.621
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	4.842.510.692	**18.594.622.005**
	23.437.132.697	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	150.000.000
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa atende o programa para Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para mpliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e dos recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade no Estado da Bahia.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Claudio Cajado

EMENDA

31660014

EMENTA

Implantação e Modernização de Estruturas Físicas, Segurança Pública

PROGRAMA

2070 -

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**3.546.841.600**	**11.013.097.299**
- Despesas Correntes	1.754.539.941	5.711.481.934
- Despesas de Capital	1.792.301.659	5.301.615.365
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	3.546.841.600	**11.013.097.299**
	14.559.938.899	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	100.000.000
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa o desenvolvimento e apoio a projetos voltados para a construção ou adequação de instalações físicas, aparelhadas e equipadas para o desempenho das atividades de segurança pública, como centros integrados de operações de segurança pública, centros integrados de cidadania, unidades de saúde, unidades de perícia, bem como secretarias Nacional, Estaduais e Municipais de Segurança Pública, e outras unidades correlatas. Com o mairo objetivo de construir módulos policiais nas estradas e saida na Cidade.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 408 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Claudio Cajado

EMENDA

31660015

EMENTA

Infraestrutura Urbana na Região Metropolitana de Salvador, no Estado da Bahia

PROGRAMA

2054 -

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**29.043.905**	**83.260.847**
- Despesas Correntes	13.927.905	48.637.490
- Despesas de Capital	15.116.000	34.623.357
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	29.043.905	**83.260.847**
	112.304.752	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	30.000.000
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

O aumento de Capital do Programa, será de fundamental importância em atender diversos municípios do Estado da Bahia com obras de pavimentação urbana, de construção de pontes de interligação de bairros, de calçamento de áreas em processo de urbanização, bem como as de adequação de vias para o transporte não-motorizado (passarelas, calçadões, ciclovias, etc.), ações ligadas ao transporte público de passageiros e à sinalização de trânsito, de acessibilidade, de caracterizáveis como de desenvolvimento urbano.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Claudio Cajado

EMENDA

31660008

EMENTA

Construção do Contorno Ferroviário no município de Dias D Ávila (BA-093), no Estado da Bahia

PROGRAMA

2072 - Transporte Ferroviário

OBJETIVO

0147 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

39000 - Ministério dos Transportes

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Construir 6 contornos ferroviários	Construir 7 contornos ferroviários

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Vetor Logístico Centro-Sudeste	0	unidade
Vetor Logístico Leste	0	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	2	unidade
Vetor Logístico Sul	0	unidade

JUSTIFICATIVA

O objetivo desta emenda é a atender o município de DIAS D ÁVILA-BA, com a execução da obra do contorno ferroviário da BA-093. O maior agravante que a população local sofre com o barulho e tremores de terra quando os trens passam e, principalmente o translado pelos vagões carregados de produto tóxico que corta todo o meio da cidade.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Claudio Cajado

EMENDA

31660009

EMENTA

Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

PROGRAMA

2031 - Educação Profissional e Tecnológica

OBJETIVO

0582 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

26000 - Ministério da Educação

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Elevar o número de escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica para 562	Elevar o número de escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica para 563

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa atende ao aumento de Meta para Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para mpliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e dos recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade no Estado da Bahia.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Claudio Cajado

EMENDA

31660010

EMENTA

Implantação e Modernização de Estruturas Físicas, Segurança Pública

PROGRAMA

2070 - Segurança Pública com Cidadania

OBJETIVO

0830 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

30000 - Ministério da Justiça

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Apoiar 400 projetos de reaparelhamento nos órgãos e instituições de segurança pública nos estados, Distrito Federal e municípios	Apoiar 420 projetos de reaparelhamento nos órgãos e instituições de segurança pública nos estados, Distrito Federal e municípios

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa o desenvolvimento e apoio a projetos voltados para a construção ou adequação de instalações físicas, aparelhadas e equipadas para o desempenho das atividades de segurança pública, como centros integrados de operações de segurança pública, centros integrados de cidadania, unidades de saúde, unidades de perícia, bem como secretarias Nacional, Estaduais e Municipais de Segurança Pública, e outras unidades correlatas. Com o mairo objetivo de construir módulos policiais nas estradas e saida na Cidade.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 412 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Claudio Cajado

EMENDA

31660011

EMENTA

Infraestrutura Urbana na Região Metropolitana de Salvador, no Estado da Bahia

PROGRAMA

2054 - Planejamento Urbano

OBJETIVO

0589 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

56000 - Ministério das Cidades

JUSTIFICATIVA

02B4 - O aumento de meta (objetivo), será de fundamental importância em atender diversos municípios do Estado da Bahia com obras de pavimentação urbana, de construção de pontes de interligação de bairros, de calçamento de áreas em processo de urbanização, bem como as de adequação de vias para o transporte não-motorizado (passarelas, calçadões, ciclovias, etc.), ações ligadas ao transporte público de passageiros e à sinalização de trânsito, de acessibilidade, de caracterizáveis como de desenvolvimento urbano.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Cláudio Puty

EMENDA

26790001

EMENTA

Adequação da BR-422/PA

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0129 - Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais, por meio da manutenção das vias e da adequação e recuperação da capacidade estrutural das pontes.

INICIATIVA

NOVA - Realizar a adequação da rodovia BR-422/PA

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
6.000.000.000	01/07/2012	30/12/2014	150.000.000	450.000.000

JUSTIFICATIVA

A rodovia BR 422 se constitui em uma importante alternativa ao escoamento da produção e de insumos, interligando os municípios de Cametá, Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajuru, Baião e Tucuruí. É possível encontrar mais de 100 mil hectares de áereas antropizada, dentro das propriedades rurais existentes num trecho de 280 kilômetros. A região, que possui o segundo menor índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Estado (0,68), perdendo apenas para a do Xingu (0,67), sobrevive atualmente, em grande parte, do plantio do açaí e da andiroba. Com o projeto que visa extrair o etanol da mandiocaba, somente na primeira etapa, mais de 500 famílias residentes nos municípios de Cametá, Oeiras do Pará, Baião e Limoeiro do Ajuru serão beneficiados, oportunizando vantagens competitivas e desenvolvimento econômico, crescimento local e inclusão social.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Cláudio Puty

EMENDA

26790002

EMENTA

Contrução de VLT em Belém

PROGRAMA

2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

OBJETIVO

0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

INICIATIVA

NOVA - Implantação de VLT no corredor viário Marituba - Belém (PA)

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/07/2012	30/12/2015	200.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

O projeto é de grande relevância social por beneficiar contingente populacional de baixa renda e oferecer condições de segurança, rapidez e pontualidade, além de propiciar uma profunda reformulação do sistema de mobilidade urbana, em especial na questão da requalificação do transporte na cidade de Belém, trazendo conforto e segurança para os seus usuários, que seguramente trocariam parte de sua viagem de carro, passando do transporte individual para o coletivo. É um modal de transporte fundamental em razão do crescimento da cidade, ocasionando grandes e constantes engarrafamentos. Desta forma, a criação de uma alternativa de transporte popularmente conhecida como metrô de superficie, ligando a rodoviária de são brás ao município de Marituba, será capaz de interligar o fluxo da região metropolitana.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Cláudio Puty

EMENDA

26790003

EMENTA

Criação de Novas RESEX

PROGRAMA

2018 - Biodiversidade

OBJETIVO

0510 - Promover a conservação e o uso sustentável de ambientes singulares e de alta relevância para a biodiversidade e garantir a representatividade dos ecossistemas brasileiros por meio da ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de outras áreas protegidas.

INICIATIVA

NOVA - Criação de Novas Reservas Extrativistas

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
50.000.000	01/06/2012	30/12/2015	20.000.000	30.000.000

JUSTIFICATIVA

A criação de novas Reservas Extrativistas de RIO BRANCO JAUAPERI (RR), MONTANHA MANGABAL (PA), MESTRE LUCINDO (PA), RIO MOJUIM (PA), MAGALHÃES BARATA (PA), BOA VISTA DE QUATIPURU (PA), RESEX MARINHA DAS COMUNIDADES ATIVAS DE SALINÓPOLIS (PA), BOM INTENTO (PA), RIO PRIMAVERA (PA) e ACUTI-PEREIRA (PA) é de grande importância para as populações tradicionais daquela região. As RESEX para a Amazônia, cuja sobrevivência baseia-se no extrativismo e na agricultura de subsistência, na criação de animais de pequeno porte, asseguram os meios de vida e a cultura dessas populações é solidificar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. Vários biomas estão perdendo seus imensos recursos florestais originais. Promover a recuperação de áreas degradadas, com ênfase nas áreas de preservação permanente e de reserva legal, a regularização fundiária das Reservas Extrativistas no Pará certamente contribuirá para a prevenção e controle do desmatamento na região, onde em geral o progresso econômico prima pelo padrão agroexportador. A conservação das florestas é de suma importância para a manutenção das populações tradicionais e comunidades ribeirinhas e extrativistas da Amazônia. Criar, reconhecer e regular as RESEX são necessários para atender às famílias e, assim, erradicá-las da extrema pobreza, qualificando e consolidando os projetos de assentamento sustentáveis.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 416 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Cláudio Puty

EMENDA

26790004

EMENTA

Criação de Novos Territórios da Cidadania no Estado do Pará

PROGRAMA

2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

OBJETIVO

0978 - Consolidar um modelo de governança territorial baseado na gestão social, com o compartilhamento, entre poder público e sociedade civil organizada, da formulação, gestão e controle das políticas públicas, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.

INICIATIVA

NOVA - Criação e Promoção de Novos Territórios da Cidadania

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
15.100.000	01/06/2012	30/12/2015	5.000.000	10.100.000

JUSTIFICATIVA

A criação de Novos Territórios da Cidadania - Em Torno de Tucuruí, Salgado e Nordeste I - tem uma tarefa de articular, promover e apoiar as iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos, em prol do desenvolvimento de regiões onde predominam agricultores familiares e beneficiários da reforma e do reordenamento agrário. Com objetivo de incentivar as capacidades humanas e a autogestão, os territórios rurais contribuirão de modo preponderante para a redução das desigualdades regionais e sociais, além da integrar as comunidades rurais ao processo de desenvolvimento nacional, levando em consideração as identidades regionais como elemento aglutinador e promotor do desenvolvimento sustentável.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 417 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Cláudio Puty

EMENDA

26790005

EMENTA

Implantação da Universidade Federal da Amazônia Tocantina

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

INICIATIVA

NOVA - Implantação da Universidade Federal da Amazônia Tocantina no Estado do Pará

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	01/07/2012	30/12/2014	50.000.000	100.000.000

JUSTIFICATIVA

Marcada pela desigualdade social e a pobreza a região tocantina no Estado do Pará apresenta indicadores que vão de encontro ao cenário de crescimento econômico que se estabeleceu no país a partir de 2004. No entanto, o acesso à educação da juventude brasileira, como também o aumento significativo do número de matrículas no ensino superior foram capitais para que os jovens se beneficiassem dessas oportunidades econômicas que vicejam no Brasil. Na região do Tocantins, é composta por 11 municípios, a saber: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia, e cobre uma área de 34,6 mil km², o que representa 2,8% do território paraense. Esses municípios concentram pouco mais de 9% da população do Pará, ou 666,9 mil pessoas em 2008 segundo o IBGE. Onde se apresenta uma pobreza e desigualdade social crônicas. No que diz respeito ao produto, o PIB da região do Tocantins foi de R$ 5,3 bilhões em 2007 (IDESP, 2009), o que equivale a 10,8% do PIB paraense, no entanto com grande concentração no municipio de Barcarena, que corresponde a quase 70% do produto da RI Tocantins em razão de residir neste a ALBRAS, usina de aluminio. O mais recente ranking do IDH do Pará ilustra a necessidade de inverter a lógica de manutenção da pobreza em que vive aquela população, pois na região municipios como Moju com IDH (2000) de 0,643 ou Acara com IDH de 0,629 amargam este indicador muito abaixo da média estadual. Com a criação de uma universidade pode existir a dinamização da economia com aproveitamento de externalidades e a linkagem da cadeia produtiva proporcionando uma vida digna e a queda da pobreza e a expansão da renda dos brasileiros, sobretudo a dos mais pobres. A implantação de uma Universidade naquela região, sem sombra de dúvida, contribuirá para a desconcentração dos recursos cognitivos no Brasil, e vai ao encontro de uma série de políticas e ações impulsionadas pelo lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação em 2007. A expansão da Rede Federal de Educação Superior não apenas aumentaria o número de matrículas, mas oferecer acesso a esses níveis de ensino nas regiões em que a oferta é especialmente reduzida. Se quisermos expandir as políticas de educação básica, que possui diagnósticos que evidenciam os números de um Ideb que expõe sua notória fragilidade, e se esta necessidade está dirigida, prioritariamente, às regiões Norte e Nordeste, acreditamos que tais planos devam estar articulados e impulsionados pela expansão da rede superior de ensino do MEC. Enfim, a Universidade Federal do tocantins permitira a qualificação da população local ao associar a educação, pesquisa e desenvolvimento social e econômico ao povo deste importan região.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Cláudio Puty

EMENDA: 26790006

EMENTA

Implantação da Universidade Federal do Marajó

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

INICIATIVA

NOVA - Implantação da Universidade Federal do Marajó no Estado do Pará.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	01/07/2012	01/12/2015	50.000.000	100.000.000

JUSTIFICATIVA

Marcado pela desigualdade social e a pobreza que certamente vão de encontro ao cenário de crescimento econômico desejado. A região do Marajó, dada a dimensão das demandas de ordem social, sobretudo a carência estrutural de serviços básicos, como saneamento, saúde e educação, aliadas a um contexto de concentração e instabilidade fundiária e a precariedade e insuficiência da infraestrutura, resultando num dos mais baixos níveis de qualidade de vida do país. A área de atuação compreende os dezesseis municípios que compõem, além do arquipélago, alguns municípios do continente, somando 104.140 km², com uma população de 425.163 habitantes. O PIB da região do Marajó totalizou 933,368 milhões de reais, correspondeu a apenas 2,73% do total do PIB estadual, constituindo-se na região de menor expressão no estado. Refletindo nas variáveis Educação, Longevidade e Renda, mais precisamente o IDH, a situação da maioria dos municípios do arquipélago do Marajó ainda se enquadra na situação de subdesenvolvimento com muita pobreza. Onde a concentração de renda - ÍNDICE DE GINI- 2004 é de 0,30(SEPOF/DIEPI); o % da pop. abaixo da linha de pobreza- 2000 é de 79,09% (IBGE/SEPOF/DIEPI); e a taxa de evasão escolar-2004 de 19,25% (MEC/SEPOF/ DIEPI). No entanto, no Brasil o acesso à educação da juventude brasileira, como também o aumento significativo do número de matrículas no ensino superior foram capitais para que os jovens se beneficiassem dessas oportunidades econômicas que vicejam no pais. O mais recente ranking do IDH do Pará ilustra a necessidade de inverter velozmente a lógica cruel que vive aquela população. Os municípios do Marajó, seguramente, estão a vislumbrar uma vida digna que o crescimento econômico proporcionou para a queda da pobreza e a expansão da renda dos brasileiros, sobretudo a dos mais pobres. A implantação de uma Universidade naquela região, sem sombra de dúvida, contribuirá para a desconcentração dos recursos cognitivos no Brasil, e vai ao encontro de uma série de políticas e ações impulsionadas pelo lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação em 2007. A expansão da Rede Federal de Educação Superior não apenas aumentaria o número de matrículas, mas oferecer acesso a esses níveis de ensino nas regiões em que a oferta é especialmente reduzida. Se quisermos expandir as políticas de educação básica, que possui diagnósticos que evidenciam os números de um Ideb que expõe sua notória fragilidade, e se esta necessidade está dirigida, prioritariamente, às regiões Norte e Nordeste, acreditamos que tais planos devam estar articulados e impulsionados pela expansão da rede superior de ensino do MEC. Enfim, a Universidade Federal do Marajó associará educação, pesquisa e desenvolvimento social e econômico àquele povo.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 419 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Cláudio Puty

EMENDA

26790007

EMENTA

Revitalização da Avenida Augusto Montenegro em Belém - PA

PROGRAMA

2054 - Planejamento Urbano

OBJETIVO

0589 - Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social.

INICIATIVA

NOVA - Revitalização da Rodovia Augusto Montenegro

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
50.000.000	01/06/2012	30/12/2013	15.000.000	35.000.000

JUSTIFICATIVA

O modelo de urbanização na periferia de Belém fez uma cidade fragmentada no seu espaço e produziu a exclusão social e territorial de sua população. Este desordenamento do crescimento periférico associado à profunda desigualdade entre áreas pobres, desprovidas de toda a urbanidade aprofunda essas características. A avenida Augusto Montenegro abriga exatamente um tipo de assentamento precário, que deixa a população, que vive e se desloca naquela área, com grande dificuldade de deslocamento. Tal revitalização amenizaria o problema de segurança no trânsito para motoristas, pedestres e ciclistas, que reclamam por obras dessa natureza. A região está crescendo muito e de forma muito rápida, já exigindo do poder público uma ação assim, que não foi planejada para toda essa demanda, que precisa ser adequada à nova realidade.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 420 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Clésio Andrade

EMENDA

28880001

EMENTA

Criação do TRF 6ª Região com Sede em Belo Horizonte-MG

PROGRAMA

2020 - Cidadania e Justiça

OBJETIVO

0875 - Tornar o sistema de Justiça mais moderno, efetivo e democrático, com ênfase na garantia do direito ao acesso à Justiça, por meio da integração e aperfeiçoamento das instituições que compõem o sistema e da implementação de políticas públicas que enfoquem formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos.

INICIATIVA

NOVA - Criação do Tribunal Regional Federal (TRF) 6ª Região com Sede em Belo Horizonte - MG

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
60.000.000	01/01/2012	31/12/2015	10.000.000	50.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta Emenda ao PPA 2012/2015 pretende a criação de um Tribunal Regional Federal (TRF) em Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte. Seu propósito é possibilitar maior presteza no atendimento dos reclamos judiciais da sociedade, mediante a agilização dos andamentos dos processos atualmente submetidos à Justiça Federal, cujas atribuições têm levado ao aumento das demandas judiciais respectivas, especialmente em áreas importantes como meio ambiente, saúde, educação, previdência social, crime organizado, dentre outras, todas aquelas nas quais está envolvida a União. Essa demanda, crescente e diversificada, tem exigido a presença e a atividade de um maior número de magistrados federais, e, principalmente, nesse caso, de mais desembargadores, especialmente aqueles que são exigidos pela criação de um Tribunal Regional Federal. Atualmente o Estado de Minas Gerais se encontra, na Justiça Federal, inserido na ampla 1ª Região, que tem sede em Brasília e cuja jurisdição alcança o Distrito Federal, os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, assim como os Estados do Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Cabe notar que existem outros Tribunais Regionais Federais, como o da 2ª Região, cuja jurisdição alcança os Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo; o da 3ª Região, com jurisdição nos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul; da 4ª Região, com jurisdição nos três Estados da Região Sul; e por fim, o da 5º Região, que atende à Região Nordeste, exclusive os Estados da Bahia, do Piauí e do Maranhão, (e ali há reclamos fundamentados no sentido de que seja tal TRF dividido em dois). Para que se tenha uma idéia da sobrecarga de processos na segunda instância da Justiça Federal, é bastante a informação de que, no ano de 2009, foram distribuídos cerca de 3.000 processos por desembargador. Somados tais processos àqueles que então se encontravam em tramitação, temos que a média de processos por desembargador chegava a mais de 7.200. Para destacar a importância específica da criação de um tribunal de segunda instância da Justiça Federal, cumpre informar que o prazo de julgamento de um processo junto à Justiça Trabalhista, em 2009, foi de 119 dias. No âmbito da Justiça Comum, tendo como referência o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, esse prazo foi de 120 dias. Na Justiça Federal, nesse mesmo período, esse prazo alcançava três anos, e isso se devia não ao direito processual, nesse caso, mas à inexistência de uma estrutura judicial suficiente para atender às demandas da sociedade. A esse respeito, o próprio Relatório da Justiça em Números, emitido pelo Conselho Nacional de Justiça, constatou, quanto ao congestionamento de processos no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, ser bem superior àquele dos demais ramos do Poder Judiciário. A Associação dos Juízes Federais de Minas Gerais, AJUFEMG, informa que tal quadro ficou igualmente demonstrado quando das observações que resultaram no relatório de inspeção realizada, no ano de 2009, pelo Conselho Nacional de Justiça e pela Corregedoria-Geral de Justiça que o atraso no julgamento dos recursos no âmbito do TRF da 1ª Região é endêmico, sendo normal que a tramitação dure até sete anos. Minas Gerais conta com uma população de 20 milhões de habitantes, distribuídos em 853 municípios. É a terceira unidade federada com maior movimentação de ações e processos respectivos referente à Justiça Federal de primeira instância. Tal movimentação supera, por exemplo, a totalidade de todos os Estados insertos na jurisdição do TRF da 5ª Região. Em Minas Gerais estão cerca de 30% da varas e dos juízes da 1ª Região. Finalmente, cabe informar que a constatação da Associação dos Juízes Federais de Minas Gerais no sentido de que mais de 40% dos recursos em tramitação no TRF da 1ª Região são oriundos de Minas Gerais, aí somados os originários das varas federais e estaduais, esta no caso de competência delegada. Seriam essas matérias, precisamente, aquelas da competência do Tribunal Regional Federal que ora se propõe criar. Contamos com a atenção do eminente Relator para a apreciação e a aprovação da presente Emenda.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Cyro Miranda

EMENDA

28910001

EMENTA

Individual - BR - 050 Luiziânia/GO Divisa Araguari/MG.

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - Adequação da BR-050 no trecho Luziânia/GO a Divisa GO/MG

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
1.427.265.000	01/03/2012	31/12/2015	427.265.000	1.000.000.000

JUSTIFICATIVA

Este trecho possúi 315 km, segundo a Tabela de Custos Médios Gerenciais do DNIT esta obra gira em torno de R$ 1.427.265.000,00 (um bilhão quatrocentos e vinte e sete milhões duzentos e sessenta e cinco reais). Esta rodovia ja vem sendo duplicada no Estado de Minas Gerais até a divisa, se vê a importancia desta obra devido ao fluxo de veículos vez que é uma importante ligação entre Minas Gerais, São Paulo até Brasília.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 422 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Cyro Miranda

EMENDA

28910002

EMENTA

Individual - Adequação da BR-364/GO Jataí, Mineiros a Santa Rita.

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - Adequação da BR-364/GO no Trecho Jataí/GO a Santa Rita do Araguaia/GO

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
869.952.000	01/03/2012	31/12/2015	200.000.000	669.952.000

JUSTIFICATIVA

A duplicação desta rodovia nos techos Jataí, Mineiro a Santa Rita do Araguais que possui 192 quilômetros, é de grande importância e necessidade pois é um dos principais eixos de escoamento de soja, a duplicação vai favorecer na agilidade do transporte e na economia do produto evitando a perca de grãos durante o transporte. De acordo com a tabela de Custos Médios Gerenciais do DNIT, esta obra gira em torno de R$ 869.952.000,00 (oitocentos e sessenta e nove milhõs novecentos e cinquenta e dois mil reais).

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 423 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Cyro Miranda

EMENDA

28910003

EMENTA

Individual - Adequação e duplicação da BR-452 - Itumbiara a Rio Verde.

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - Adequação da BR-452/GO no trecho Itumbiara/GO a Rio Verde/GO

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
923.417.000	01/03/2012	31/12/2015	200.000.000	723.417.000

JUSTIFICATIVA

O motorista que percorre os 196 quilômetros da BR-452 em Goiás, que liga Itumbiara e Rio Verde, enfrenta uma série de desafios. São ondulações, falta de acostamento e de postos de parada. A viagem, que poderia ser feita em menos de duas horas, muitas vezes leva mais de quatro. A situação é tão crítica que a rodovia foi eleita pela publicação especializada Guia Quatro Rodas como a pior do País. A baixa velocidade por causa do asfalto ruim favorece a ação dos assaltantes. ¿Principalmente nos trechos que se distanciam de Rio Verde e Itumbiara, os condutores não conseguem desenvolver velocidade superior a 100 quilômetros por hora por causa das ondulações¿, revela o chefe do Núcleo de Policiamento e Fiscalização da delegacia da Polícia Rodoviária Federal (PRF) em Rio Verde, inspetor Frank Borges de Almeida. Ele acrescenta que mais de 50% do tráfego na BR-452 é de veículos de carga. As caminhonetes, outro tipo de automóvel visado por ladrões, são pelo menos 15% dos carros pequenos. No trecho de 196 quilômetros que liga Itumbiara a Rio Verde, passando por sete cidades e distritos de uma das regiões com a maior concentração de atividades relacionadas ao agronegócio do Estado, são frequentes os assaltos, principalmente a carretas carregadas com combustíveis, além de máquinas agrícolas. Como uma das principais rotas de ligação e escoamento da produção agrícola de Itumbiára e Rio Verde, que são um dos principais pólos de agronegócio do Estado de Goiás e de fundamental importância a adequação e duplicação desta rodovia, proporcionando agilidade, eficiência, segurança e economia para o Estado de Goiás e o Brasil, acelerando o transporte e diminuindo as perdas ocasionadas pela demora e pela forte trepidação. De acordo com a Tabela de Preços Médios do DNIT, esta obra gira em torno de R$ 923.417.000,00 (novecentos e vinte e três milhões quatrocentos e dezessete mil reais).

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Cyro Miranda

EMENDA

28910004

EMENTA

Individual - Centro de Reabilitação de atendimento a dependentes de Drogas no Estado do Goiás

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0718 - Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de Crack e outras drogas.

INICIATIVA

NOVA - Centro de Reabilitação de atendimento a dependentes de Drogas no Estado do Goiás

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	01/03/2012	31/12/2015	50.000.000	100.000.000

JUSTIFICATIVA

Quando as drogas ultrapassam a fronteira do lar, tornando um membro da família dependente químico, muitas vezes não sabemos o que fazer. Neste caso a escolha correta muda tudo. Para garantir o tratamento especializado, ofereceram um serviço com base nos mais avançados estudos científicos relacionados à dependência química. A doença será tratada a partir das causas biológicas, psíquicas e sociais que levaram a pessoa a desenvolvê-la. O paciente será acolhido por uma equipe de médicos psiquiatras, clínicos gerais, psicólogos, terapeutas, professores de educação física, que atuam de forma interdisciplinar, cuidando do ser humano como um todo. O tratamento reúne etapas importantes, como: desintoxicação; psicoterapia; ressocialização, na qual o paciente é preparado para o retorno ao lar.Tudo isso está inserido em um Projeto Terapêutico, uma metodologia de trabalho exclusiva, que determina como cada profissional deve atuar no processo de recuperação.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Cyro Miranda

EMENDA

28910005

EMENTA

Individual - Construção do anel viário da BR 153 Goiânia/GO

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0136 - Ordenar o tráfego rodoviário de passagem nos trechos de perímetro urbano que possuam nível de serviço inadequado ou alto índice de acidentes, por meio de intervenções nas rodovias federais.

INICIATIVA

NOVA - Construção do anel de Goiânia - BR-153/GO

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
700.000.000	01/03/2012	31/12/2015	200.000.000	500.000.000

JUSTIFICATIVA

Construção do anel viário de Goiânia, trecho Contorno Noroeste, interligando as rodovias BR-153 (saída para Itumbiara), GO-020 (saída para Bela Vista), GO-462 (saída para Santo Antonio de Goiás), GO-010 (saída para Bonfinópolis) BR-060 (saída para Anápolis), GO-080 (saída para Nerópolis), GO-040 (saída para Nova Veneza), GO-070 (saída para Inhumas), GO-403 (saída para senador canedo) e GO-537 (interseção entre a GO-403 e GO-010), dando em torno de 69 km, em pista dupla. Com base na Tabela de Custos Médios Gerenciais do DNIT esta obra por Km custa R$ 428.790.160,35 (quatrocento e vinte e oito milhões setecentos e noventa mil cento e sessenta reais e quinze centavos), acrescida de 5,25% de estudos ambientais, 5% de supervisão da obra mais 3% de desapropriação em trecho urbano, resultando em um total de 13,25% dando a obra um total de R$ 568.146.096,24 (quinhentos e sessenta e oito milhões cento e quarenta e seis mil noventa e seis reais e vinte e quatro centavos), além dos custos em relação as obras de artes especiais como Concreto Armado R$ 4.500,00 m2, Balanços Sucessivos R$ 8.000,00m2, Estaiada R$ 12.000,00 m2, Passarela metálica R$ 4.500,00 m2, demonstrando que esta obra ultrapassa o valor de 570.000.000.000,00 (quinhentos e setenta milhões de reais). Quanto ao mérioto não há o que se questionar quanto a necessidade de inserir esta obra no PPA tendo em vista que todas as rodovias supracitadas desembocam na Capital Goiâna, causando o estrangulamento do trânsito.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 426 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Cyro Miranda

EMENDA

28910006

EMENTA

Individual - Duplicação da BR-153 - Anápolis/GO a Divisa Talismã/TO

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - Adequação da Rodovia BR-153 Anápolis/GO a Divisa/TO

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2.043.481.000	01/03/2012	31/12/2015	600.000.000	1.443.481.000

JUSTIFICATIVA

A BR-153 é o principal meio de ligação entre a Região Sul, Sudeste, Centro-este e Norte, a duplicação e adequação dos trechos de Anápolis/GO a Divisa com Tocantins possui 451 km, com base na tabela de Custos Médios Gerenciais do DNIT a adequação deste trecho gira na ordem de R$ 2.043.481.000,00(dois bilhões quanrenta e três milhões e quatrocentos e oitenta e um reais). Esta rodovia é essencial para a integração das regiões supracitadas, levando maior segurança e agilidade no trânsito e no fluxo de carga. Esta emenda visa proporcionar condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Cyro Miranda

EMENDA

28910007

EMENTA

Individual - Implantação do Metro VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) de Goiânia/GO

PROGRAMA

2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

OBJETIVO

0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

INICIATIVA

NOVA - Implantação do Sistema de Transporte Metroviario VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) de Goiânia / GO

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
800.000.000	01/03/2012	31/12/2015	200.000.000	600.000.000

JUSTIFICATIVA

Com a implantação do metro tera muitos beneficios tais como: Referente aos benefícios sociais é com o ganho de tempo; redução da pressão sobre o estacionamento; E benefícios econômicos com a redução dos custos de sinistralidade e redução de custos com o transporte e outros. Referente aos benefícios ambientais será responsável pela redução, ao nível local, de toneladas de dióxido de carbono o que ser extremamente lucrativos para as cidades e a população. A ausência do serviço de transporte do Metrô provoca um impacto direto no volume de viagens realizadas por outros modos, em decorrência da transferência da demanda de usuários de metrô e nas condições de circulação dos veículos nas vias. As viagens transferidas e as afetadas pelas paralisações, sobretudo ônibus e automóvel, geram maior lentidão na velocidade no trânsito, acréscimo de quilometragem rodada e de consumo de combustível e, portanto, aumento das emissões de poluentes.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 428 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Cyro Miranda

EMENDA

28910008

EMENTA

Individual - Implantação do trem de passageiros Luziania/GO - Brasilia/DF

PROGRAMA

2072 - Transporte Ferroviário

OBJETIVO

0141 - Ampliar o sistema ferroviário nacional em bitola de maior capacidade, de forma integrada com os demais modos de transportes.

INICIATIVA

NOVA - Cosntrução de Ferrovia - Luziânia / GO - Brasília - DF

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
900.000.000	01/03/2012	31/12/2015	200.000.000	700.000.000

JUSTIFICATIVA

Devido aos caprichos da história, da geografia, da economia e da política, alguns continentes (como a Europa) já foram muito mais longe na otimização de sua infraestrutura de transporte de passageiros por trens, enquanto outros (especialmente a América do Norte) estão na dianteira quanto ao uso de trens para o transporte de cargas. Cada um pode aprender alguma coisa com o outro. Chegamos a um ponto na história no qual os avanços tecnológicos permitem atender às demandas sociais, ambientais e financeiras por um sistema de transportes mais eficiente e mais inteligente. Uma infraestrutura de transportes instrumentada, interconectada e inteligente e, particularmente, com ferrovias mais inteligentes poderá fortalecer a economia, reduzir as emissões de gases estufa, tornar as rodovias mais seguras e reduzir o congestionamento nas estradas. Em outras palavras, um planeta mais inteligente precisa de ferrovias mais inteligentes. Por estes motivos a necessidade da Implantação do trem de passageiros Luziania/GO - Brasilia/DF.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Cyro Miranda	28910009

EMENTA TEXTO

Individual - Art. 19_5 Alterações de Informações e Atributos

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Aditiva	Artigo 19 Parágrafo 5

TEXTO PROPOSTO

§ 6º As modificações efetuadas pelo Poder Executivo nos termos dos §§ 4º e 5º deverão ser informadas ao Congresso Nacional por meio de Mensagem encaminhada trimestralmente à Comissão Mista a que se refere o art. 166, § 1º, da Constituição.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa resguardar o papel fiscalizador do Poder Legislativo previsto na Constituição Federal.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 430 de 2315

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Cyro Miranda	28910010

EMENTA TEXTO

Individual - Art. 20 Programas PPAs

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Aditiva	Artigo 20

TEXTO PROPOSTO

Art. . O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão disponibilizará ao Congresso Nacional e à sociedade, no prazo de até 120 (cento e vinte dias), a correlação entre os programas deste plano com aqueles constantes do plano plurianual para o período de 2008 a 2011, mantidas tais informações atualizadas nos termos do art. 20.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa garantir a correlação entre os programas constantes do PPA 2008-2011 com o atual plano, preservando de maneira mais transparente a série histórica do planejamento governamental, tanto junto ao Congresso Nacional, quanto junto à sociedade. Nota: O referido art. 20 é o constante do projeto original enviado pelo Poder Executivo, com a seguinte redação: "Art.20. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão atualizará, na internet, ao menos uma vez ao ano, as informações constantes do Plano Plurianual bem como o divulgará em formato e linguagem acessíveis à sociedade."

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Cyro Miranda	28910011

EMENTA TEXTO

Individual - Art. 10 EGP

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Modificativa	Artigo 10 Parágrafo 3

TEXTO PROPOSTO

§ 3º Critérios adicionais para individualização de Iniciativas de que trata o caput deste artigo deverão ser submetidos ao Congresso Nacional, mediante envio de proposta de alteração dos dispositivos constantes do art. 6º da presente lei.

JUSTIFICATIVA

A presente proposta visa garantir que inclusão, modificação ou alteração dos critérios constantes do art. 6º (Programa Temático), inserido no Capítulo II Da Estrutura e Organização do Plano, sejam submetidos à apreciação do Congresso Nacional, justamente por tratarem-se da essência do plano.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 432 de 2315

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Cyro Miranda	28910012

EMENTA TEXTO

Individual - art. 19_4 Iniciativas por PLN

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Supressiva	Artigo 19 Parágrafo 4 Inciso II

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa garantir a apreciação do Congresso quanto às alterações, inclusões e exclusões de Iniciativas do Plano, vez que tal atributo é o principal articulador do planejamento governamental com as ações e programações orçamentárias anuais.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 433 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Dalva Figueiredo

EMENDA

24100001

EMENTA

Ampliação da Rede de Abastecimento de Água de Macapá

PROGRAMA

2068 - Saneamento Básico

OBJETIVO

0610 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.

INICIATIVA

NOVA - Ampliação da Rede de Abastecimento de Água de Macapá no Estado do Amapá

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
200.000.000	01/01/2012	31/12/2015	50.000.000	150.000.000

JUSTIFICATIVA

As políticas públicas de saneamento básico, sobretudo as voltadas à implantação e ampliação de redes coletoras de esgoto, não conseguiram, na última década, acompanhar o crescimento demográfico da população brasileira nas áreas urbanas. A falta de sistemas de esgotamento sanitário atinge quase metade (44,8%) dos municípios brasileiros. Segundo pesquisa, a Região Norte é a que apresenta a situação mais grave. Apenas 3,5% dos domicílios de 13% dos municípios da região têm acesso à rede coletora de esgoto. A informação faz parte do Atlas do Saneamento 2011 do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), confirmando acentuadas diferenças regionais.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 434 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Dalva Figueiredo

EMENDA

24100002

EMENTA

Construção de Moradias no Loteamento Retiro do Atalho

PROGRAMA

2049 - Moradia Digna

OBJETIVO

0383 - Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

INICIATIVA

NOVA - Construção de Moradias no Loteamento Retiro do Atalho em Macapá/AP

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
200.000.000	01/01/2012	31/12/2015	50.000.000	150.000.000

JUSTIFICATIVA

Habitação é um direito do cidadão: direito de morar em ambiente saudável, com espaço, abastecimento de água e esgotamento sanitário. Ao incentivar a resolução do problema de moradia resolvemos também a geração de empregos, incentiva o aumento dos índices de produtividade na construção civil e se compromete em realizar o sonho de milhões de brasileiros que é a casa própria.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 435 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Dalva Figueiredo

EMENDA

24100003

EMENTA

Fortalecimento da Universidade Federal do Amapá

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

INICIATIVA

NOVA - Fortalecimento da Universidade Federal do Amapá

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	01/01/2012	31/12/2015	37.500.000	112.500.000

JUSTIFICATIVA

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) é uma Universidade Pública de direito privado, nos termos da Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Macapá, Estado do Amapá. A Universidade goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedece ao princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Já estão em funcionamento os campus de Santana, Laranjal do Jarí, Oiapoque, Amapá e Mazagão e já está prevista a inauguração da Universidade Binacional, a fim de oportunizar a qualificação da mão-de-obra local, em razão da iminência da inauguração da ponte binancional Brasil/Oiapoque. O aporte de recursos para o fortalecimento da Universiade Federal possibilitará a expansão dos cursos aos municípios mais longínquos e carentes, possibilitando a qualificação humana e o desenvolvimento econômico do Estado do Amapá.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 436 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Dalva Figueiredo

EMENDA

24100004

EMENTA

Implantação de infra-estrutura básica e de acessibilidade...

PROGRAMA

2054 - Planejamento Urbano

OBJETIVO

0321 - Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados.

INICIATIVA

NOVA - Implantação de infra-estrutura básica e de acessibilidade nas comunidades remanescentes de quilombos.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2	01/01/2012	31/12/2015	1	1

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Dalva Figueiredo

EMENDA

24100005

EMENTA

Urbanização do Canal do Beirol

PROGRAMA

2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

OBJETIVO

0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

INICIATIVA

NOVA - Urbanização do Canal do Beirol em Macapá/AP

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	01/01/2012	31/12/2015	37.500.000	112.500.000

JUSTIFICATIVA

O Canal do Beirol tem uma extensão de 3,280 km e é responsável pela macrodrenagem de uma área urbana de cerca de 5,10 km² na Cidade de Macapá, atendendo a uma população de 52.863 habitantes (IBGE -2000) . O Canal drena os bairros do Centro e do Trem, passando pelos bairros:· Jardim Equatorial, Muca, Beirol, Buritizal e Santa Rita. O Canal do Beirol tem início na Av. Ataíde Teive entre as Ruas Hildemar Maia e a Rua Professor Tostes e deságua em uma bacia de acumulação com área de 1,08 km² e volume de 41.060m³. Da bacia de acumulação até o encontro com o Rio Amazonas o canal passa a ser denominado como Canal das Pedrinhas, sendo navegável e ocupado por muitas madeireiras nestes trechos. Existem registros de escavação para alargamento do canal e aterramento de suas laterais no seu trecho inicial de montante para jusante, na década de 80. Pode ser visualizado também que não havia ainda ocupação das suas margens,havendo ainda mata nativa. Em 1999 foi elaborado um projeto de recuperação de todo canal do Beirol, sendo concebido para trabalhar em regime permanente uniforme com declividade de fundo calculada a partir das cotas de fundo do canal existente, tendo uma capacidade nominal de 42,38 m³/s. Esta capacidade foi calculada em função da área de influência pluviométrica contribuinte, considerando uma chuva com TR de 20 anos, duração de 17 minutos e vazão de deflúvio da bacia de 40,43 m³/s. Dessa forma o canal foi projetado com uma folga para que, em casos de elevação da lâmina dágua, não houvesse problema de transbordamento (SEMOSP, 1999) Vale acrescentar que, por limitações orçamentárias, somente as etapas 2 e 3 do projeto de recuperação do canal do Beirol foram executadas, compreendendo o trecho de montante da Av. Ataíde Teive (asfaltada) até cruzamento com a Rua Professor Tostes, totalizando 353 metros. Da mesma forma, as ruas laterais esquerda e direita não foram asfaltadas conforme o previsto. Estado geral de conservação e funcionamento No trecho do canal executado, foram observados problemas como: · Acumulação de resíduos sólidos provocando o assoreamento do canal e obstrução de galerias ; · Observando-se as laterais do canal, verifica-se que está se realizando alguma manutenção dos taludes com remoção de vegetação, mas se observa acumulação de resíduos sólidos e uma aceleração do processo erosivo junto às estruturas do sistema de drenagem ; · As ruas laterais do canal não foram pavimentadas em toda sua extensão, sendo observados vários pontos com relevante processo erosivo, recalques da via em locais de passagem de tubulações clandestinas de esgotos residenciais. A partir do trecho não recuperado, constata-se uma situação crítica das margens e calha do canal, uma vez que se encontram totalmente ocupadas por vegetação densa, constatando-se a presença de aningas, buritis, macrófitas de várias magnitudes, provocando problemas de assoreamento e estreitamento da calha. Além disso são observadas soluções adotadas pela população para lançamento de esgotos domésticos e escoamento de águas pluviais. Ao longo de todo seu percurso até a bacia de acumulação o cenário é o mesmo: vias laterais de acesso ao canal em acelerado processo erosivo, canalizações clandestinas de esgotos domésticos com lançamentos diretos na calha do canal e grande acumulação de lixo nas suas margens e calha. São observados alguns pontos de estrangulamento do canal, seja por barramentos de terra, construídos para apoio de passarelas de madeira, seja pela proliferação de macrófitas e acumulação de sedimentos que conseqüentemente diminuem a área útil da seção do canal. A bacia de acumulação se encontra completamente ocupada por vegetação aquática de toda magnitude: aguapés, aningas, buritis e árvores de açaí. Constata-se certa urbanização ao redor da bacia com mureta de proteção e praça pública. A partir deste ponto, ao cruzar a Avenida Juscelino Kubistcheck, o canal passa a ser navegável, sendo então denominado Igarapé das Pedrinhas até sua desembocadura no Rio Amazonas. Identificação da necessidade de melhorias Considerando-se todas as deficiências e problemas descritos anteriormente, as principais intervenções necessárias identificadas para melhoria operacional, de manutenção e reabilitação do sistema existente são: · Limpeza geral do canal; · Desassoreamento do leito do canal; · Recuperação da área construída e revestida do canal, principalmente taludes gramados; · Limpeza e recuperação da bacia de

acumulação; · Execução do canal (geometria adequada e revestimento); · Execução de calçadas e guarda-corpo nas margens do canal; · Recuperação das vias laterais do canal; · Recuperação das passarelas de travessia para pedestres situados ao longo do canal; · Melhoria e implantação de pavimentação e infra-estrutura de microdrenagem em toda bacia de contribuição. Para execução das atividades previstas, o quadro abaixo descreve os itens e valores necessário. Os valores informados são estimados uma vez que os projetos se encontram em fase de elaboração.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 439 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Dalva Figueiredo

EMENDA

24100006

EMENTA

Duplicação da Rodovia Duca Serra

PROGRAMA

2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

OBJETIVO

0581 - Apoiar a implantação de medidas de moderação de tráfego visando a qualificação do sistema viário urbano nos pontos que apresentem conflitos entre os modais de transporte.

INICIATIVA

NOVA - Duplicação da Rodovia Duca Serra em Macapá/AP

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/01/2011	31/12/2015	125.000.000	375.000.000

JUSTIFICATIVA

Existe no Amapá uma forte demanda interna e crescente aumento das importações e exportações. Nos municípios de Macapá e Santana, cujas populações totalizam 359.020 habitantes e 95.733 habitantes (IBGE 2008), respectivamente, concentram-se atividades altamente empreendedoras e de grande peso na economia do Estado. Trata-se das atividades industriais, desenvolvidas no Distrito Industrial, localizado no Município de Santana, que ocupa uma área de 463 ha, sendo 280 ha já implantados e distribuídos em 11 quadras e 73 lotes, com a infra-estrutura necessária à implantação de projetos industriais. Dista de Macapá cerca de 20,7 km, de Santana 8 km e 26 km do Aeroporto Internacional de Macapá. Dispõe de acesso pela rodovia Macapá/Santana/Mazagão e pelo rio Matapi. Em 2002, o número de empresas instaladas no Distrito era 23, número que em 2007 passou para 51. O número de empregos gerados também cresceu de 756 em 2002, para 1.336 postos de trabalho com carteira assinada em 2007. A outra é a atividade comercial, que ganhou grande impulso a partir de 1994, com a implantação da Área de Livre Comercio de Macapá e Santana- ALCMS, criada no intuito de impedir que a economia do estado se estagnasse, mas que, por outro lado, provocou um processo de urbanização desorganizada, com consequentes problemas sociais (aumento populacional) e de infra-estrutura. A partir da implantação desses empreendimentos, Macapá e Santana se transformaram em cenários de grande perspectivas de mudanças para a economia do Estado, uma vez que a isenção de impostos federais significa uma economia de recursos de cerca de 25%, recursos esses que, economizados pelos consumidores amapaenses, voltam a circular na economia, incentivando outros setores, corrigindo distorções e desigualdades regionais. No entanto, algumas dificuldades se apresentaram. A primeira foi a ausência de porto para embarque e desembarque de cargas, que antes eram efetivados no porto de Belém. Atualmente, o Amapá dispõe do mais moderno porto de contêineres do Brasil, em Santana, porta de entrada para mercadorias vindas tanto do exterior quanto de outros estados brasileiros. Outro óbice diz respeito às críticas condições de segurança e trafegabilidade das rodovias estaduais (Juscelino Kubitschek e Duca Serra), que interligam os municípios de Santana e Macapá (centro distribuidor) e por onde se processa o escoamento das mercadorias movimentadas pela Companhia das Docas de Santana e a produzidas no Distrito Industrial. Nesse sentido, é importante ressaltar que para que desenvolvimento ocorrido nas cidades de Macapá e Santana seja continuado, é necessário investir em infra-estrutura de transportes, mais precisamente na duplicação da Rodovia Duca Serra, que prevê em seu projeto a realização de obras de pavimentação, drenagem e iluminação em todo o percurso. Tais obras irão refletir, diretamente, no desenvolvimento regional, bem como no corredor de trânsito entre os dois municípios, ao desafogar a rodovia, cuja vazão de tráfego está congestionada, eliminar definitivamente os riscos diários de acidentes no local, melhorar as condições de trafegabilidade e segurança para todos os usuários, além de embelezar a estrada, ficando semelhante a uma grande avenida entre as duas cidades.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 440 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Dalva Figueiredo

EMENDA

24100007

EMENTA

Construção do Hospital Universário da UNIFAP

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

INICIATIVA

NOVA - Implantação, expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento do Hospital Universário da Universidade Federal do Amapá

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
160.000.000	01/01/2012	31/12/2015	25.000.000	135.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa criar Iniciativa, para atender ao Hospital Universitário da Universidade Federal do Amapá. Os hospitais universitários são centros de formação de recursos humanos e de desenvolvimento de tecnologia para a área de saúde. A efetiva prestação de serviços à população possibilita o aprimoramento constante do atendimento e a elaboração de protocolos técnicos para as diversas patologias. Além disso, os programas de educação continuada oferecem oportunidade de atualização técnica aos profissionais de todo o sistema de saúde.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Daniel Almeida

EMENDA

13390001

EMENTA

EXPANSÃO DA UFOBA E UNIVERSIDADE FED.EXTREMO SUL DA BAHIA

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

INICIATIVA

NOVA - Expansão e implementação dos campi da UFOBA e Universidade Federal do Extremo Sul da Bahia

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	01/01/2012	31/12/2015	15.000.000	85.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda pretende assegurar a expansão e implantação de novos campi nas Universidades Federais do Oeste e do Extremo Sul da Bahia, com vistas a contemplar os municípios de Brumado, Caetité, Guanambi e Santa Maria da Vitória na UFOBA e Eunapólis e Itamaraju, na Universidade Federal do Extremo Sul da Bahia.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 442 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Daniel Almeida

EMENDA

13390002

EMENTA

ALTERAÇÃO DE META NO PROGRAMAÇÃO 2029 PARA INCLUIR PRIORIDADE PARA MULHERES E POPULAÇÃO NEGRA

PROGRAMA

2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

OBJETIVO

0983 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

JUSTIFICATIVA

Segundo o II PNPM é no espaço do trabalho onde as discriminações e as desigualdades étcnico-raciais e de gênero se tornam ainda mais evidentes. "Às desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros. Destaque-se, ainda, que são as mulheres negras que sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça/etnia. Esta interseccionalidade contribui para criar um ordenamento social que coloca no topo os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras. Dentre todos, são elas que vivenciam na escala inferior da pirâmide social as piores condições de trabalho, as que recebem os menores rendimentos, as que mais sofrem com o desemprego e as que mais estabelecem relações informais (e sua conseqüente ausência de proteção social, tanto presente quanto futura) e as que ocupam posições de menor prestígio na hierarquia profissional." Assim, é imprescindível que o as políticas vinculadas a capacitação social e profissionais dos trabalhadores para a economia solidária contribuam para a igualdade de gênero, raça e etnia no mundo do trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Daniel Almeida

EMENDA

13390003

EMENTA

INCLUI E MODIFICA METAS E ALTERA O TEXTO DO OBJETIVO 0287 DO PROGRAMA 2071

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0287 - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho, na perspectiva da igualdade de gênero, raça e etnia.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

JUSTIFICATIVA

A alteração de meta visa garantir que no mínimo o governo federal dobre a oferta de vagas, garantindo suporte que possibilitem as mulheres chefes de família acessarem tal política, como creches, brinquedotecas, transporte, lanche, entre outros. A inclusão das metas visam promover a igualdade de gênero e etnico-racial nas relações de trabalho e na definição dos processos de qualificação social e profissional.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 444 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Daniel Almeida

EMENDA

13390004

EMENTA

INCLUI METAS NO PROGRAMA 2037

PROGRAMA

2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

OBJETIVO

0282 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

JUSTIFICATIVA

A inclusão das metas relativas à ampliação dos serviços de proteção social especial, está vinculado a garantia dos direitos de cidadania no campo da política pública de assistência social, conforme estabelece a Constituição Federal. As novas metas dialogam também com a prioridade estratégica do movimento de mulheres de garantir que o Estado cumpra seu papel no oferecimento de infraestrutura social, particularmente da infraestrutura para a economia do cuidado. Estudo da CEPAL indica que o ponto cego das políticas públicas na America Latina está na redistribuição das tarefas de cuidado entre o Estado, o mercado e as famílias. E nesse ponto as desigualdades de gênero são evidentes. Segundo jornal Fêmea jul/set/2011, "O cuidado no Brasil ainda é um problema de esfera privada, cuja solução recai, quando não exclusivamente, no mínimo desproporcionalmente, sobre as mulheres". Na mesma edição, Alícia Bárcena, Secretária Executiva da CEPAL, afirma que não será possível conseguir igualdade para as mulheres enquanto não for resolvida a carga de trabalho não remunerado e de cuidados que recai historicamente sobre as mulheres.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 445 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Daniel Almeida

EMENDA

13390005

EMENTA

MODIFICA O OBJETIVO 0289 DO PROGRAMA 2071

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0289 - Estimular a geração de emprego, trabalho e renda, por meio da democratização e ampliação do crédito produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e para a igualdade de gênero, raça e etnia.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

JUSTIFICATIVA

Segundo o II PNPM é no espaço do trabalho onde as discriminações e as desigualdades étcnico-raciais e de gênero se tornam ainda mais evidentes. "Às desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros. Destaque-se, ainda, que são as mulheres negras que sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça/etnia. Esta interseccionalidade contribui para criar um ordenamento social que coloca no topo os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras. Dentre todos, são elas que vivenciam na escala inferior da pirâmide social as piores condições de trabalho, as que recebem os menores rendimentos, as que mais sofrem com o desemprego e as que mais estabelecem relações informais (e sua conseqüente ausência de proteção social, tanto presente quanto futura) e as que ocupam posições de menor prestígio na hierarquia profissional." Assim, é imprescindível que as políticas vinculadas ao crédito produtivo contribuam para a igualdade de gênero, raça e etnia no mundo do trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 446 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Décio Lima

EMENDA

25700001

EMENTA

Desassoreamento do Rio Tubarão

PROGRAMA

2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

OBJETIVO

0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

INICIATIVA

NOVA - Desassoreamento do Rio Tubarão

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
900.000.000	15/02/2012	30/12/2015	250.000.000	650.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo o desassoreamento do Rio Tubarão no Estado de Santa Catarina para promover a prevenção de desastres, inundações, enxurradas e deslizamentos com foco em municípios que fazem limites com esta bacia hidrográfica. O Rio Tubarão nasce na encosta da Serra Geral, no município de Lauro Müller. Seus principais afluentes são os rios Braço do Norte e Capivari. A área de drenagem do rio Tubarão abrange 4.728 km², percorrendo 120 km desde suas nascentes, até desembocar na Lagoa de Santo Antônio. A bacia hidrográfica do rio Tubarão localiza-se na Região Sul do Estado de Santa Catarina e pertence à vertente de drenagem Atlântica. Apresenta um conjunto lagunar composto pelas lagoas Santo Antônio dos Anjos, Imaruí e Mirim. É formada pelos rios Rocinha, Bonito, Oratório, Capivaras e Hipólito. Faz limite com a vertente do interior através da Serra Geral, tendo as seguintes coordenadas geográficas como limites: 27º 48' 00" e 28º 48' 08" de latitude sul, 48º 38' 18" e 48º 31' 48" de longitude oeste. É a mais expressiva bacia hidrográfica da Região Sul de Santa Catarina, e tem uma área de 5923 km², aproximadamente. Os limites da Bacia Hidrográfica do rio Tubarão englobam 18 municípios: Lauro Müller, Orleans, São Ludgero, Braço do Norte, Grão Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, Anitápolis, São Bonifácio, São Martinho, Armazém, Gravatal, Capivari de Baixo, Tubarão, Pedras Grandes, Treze de Maio, Jaguaruna e Sangão.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 447 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Décio Lima

EMENDA

25700002

EMENTA

Empreendimento para conter as cheias do rio Itajai-açu

PROGRAMA

2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

OBJETIVO

0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

INICIATIVA

NOVA - Empreendimento para conter as cheais do rio Itajai-açu

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
900.000.000	15/02/2012	30/12/2015	250.000.000	650.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo realizar empreendimentos de prevenção de desastres, inundações, enxurradas e deslizamentos decorrentes do Rio Itajai-açu em Santa Catarina. O rio Itajaí-Açu é o rio mais importante do Vale do Itajaí. Forma-se no município de Rio do Sul, pela confluência do rio Itajaí do Sul com rio Itajaí do Oeste. Seus maiores afluentes pela margem esquerda são o rio Itajaí do Norte (na divisa de Lontras e Ibirama), o rio Benedito (em Indaial) e o rio Luís Alves (em Ilhota). No município de Itajaí, pouco antes da foz do Oceano Atlântico - mais precisamente 8 km - o rio Itajaí-Açú recebe as águas do principal afluente pela margem direita: o rio Itajaí-Mirim. Passa, a partir daí, a chamar-se rio Itajaí. O território da bacia divide-se em três grandes compartimentos naturais - o alto, o médio e o baixo vale - em função das suas características geológicas e geomorfológicas. O alto vale compreende toda a área de drenagem à montante da confluência do rio Hercílio com o rio Itajaí-Açu, incluindo ainda as cabeceiras do rio Itajaí. Os limites do Rio Itajai-açu englobam 12 municípios: Nagevantes, Rio do Sul, Lontras, Ibirama, Indaial, Blumenau, Gaspar, Ilhota, Itajai, Apiúna, Ascurra e Rodeio.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 448 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Décio Lima

EMENDA

25700003

EMENTA

Implantação da Universidade Federal de Blumenau - FURB

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

INICIATIVA

NOVA - Implantação da Universidade Federal de Blumenau - FURB

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	15/02/2012	30/12/2015	100.000.000	400.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo a implantação da Universidade Federal de Blumenau - FURB no município de Blumenau no Estado de Santa Catarina.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Décio Lima

EMENDA

25700010

EMENTA

Implantação da Rodovia SC 100 - Interpraias

PROGRAMA

2076 -

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**747.319.487**	**2.099.531.719**
- Despesas Correntes	374.993.000	1.250.370.167
- Despesas de Capital	372.326.487	849.161.552
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**1.786.056.633**	**7.906.884.042**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	2.533.376.120	**10.006.415.761**
	12.539.791.881	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	50.000.000
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo a contemplação do projeto da Interpraias no Estado de Santa Catarina que tem uma extensão de 138,9km (ligará Passo de Torres a Laguna/SC), com um Investimento total previsto de R$ 200 milhões. A obra está dividida em lotes, com o Lote 1 de Passo de Torres até a SC-485 em Balneário Gaivota, lote 2 de Balneário Gaivota até a SC-449 em Balneário Arroio do Silva, lote 3 de Arroio do Silva até a rodovia SC-444 na localidade de Pedreiras em Içara, lote 4: de Pedreiras - Içara até o Balneário Arroio Corrente em Jaguaruna e lote 5 do Balneário Arroio Corrente em Jaguaruna até a ponta da barra em Laguna.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Décio Lima

EMENDA

25700004

EMENTA

Ampliar o sistema ferroviário nacional

PROGRAMA

2072 - Transporte Ferroviário

OBJETIVO

0141 - Ampliar o sistema ferroviário nacional em bitola de maior capacidade, de forma integrada com os demais modos de transportes.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

39000 - Ministério dos Transportes

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Expandir em 4.546 km a malha ferroviária do país	Expandir em 8.946 km a malha ferroviária do país

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Vetor Logístico Sul	4.000	km
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	1.828	km
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1.122	km
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1.041	km
Vetor Logístico Centro-Norte	955	km

Descrição do PL	Descrição Proposta
Realizar estudos de implantação de 8.651 km da malha ferroviária do país	Realizar estudos de implantação de 11.431 km da malha ferroviária do país

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Vetor Logístico Amazônico	2.671	km
Vetor Logístico Centro-Norte	1.176	km
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2.556	km
Vetor Logístico Leste	1.028	km
Vetor Logístico Sul	4.000	km

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo aumentar para a Região Sul: a expansão da quilometragem da malha ferroviária e a realização de estudos de implantação da malha ferroviária visto que a quantidade proposta no Projeto de Lei não supre as necessidades na área do transporte ferroviário da região.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Décio Lima

EMENDA

25700005

EMENTA

dequar a capacidade dos eixos rodoviários federais

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais. garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

39000 - Ministério dos Transportes

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Adequar 4.561,6 km de rodovias federais	Adequar 8.198,6 km de rodovias federais

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Vetor Logístico Amazônico	462	km
Vetor Logístico Centro-Norte	126	km
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1.124	km
Vetor Logístico Leste	645	km
Vetor Logístico Nordeste Meridional	919	km
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	920	km
Vetor Logístico Sul	4.000	km

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo aumentar para a Região Sul: a adequação de rodovias federais, visto que a quantidade proposta no Projeto de Lei não supre as necessidades na área rodoviária da região

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Décio Lima

EMENDA

25700006

EMENTA

Estruturação de unidades de atenção especializada em saúde

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimoramento a política de atenção básica e a atenção especializada.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

36000 - Ministério da Saúde

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Estruturar 122 unidades de atenção especializada em Saúde até 2015

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo a inclusão de meta para 2012-2015 para estruturação de unidades de atenção especializada em Saúde.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 453 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Décio Lima

EMENDA

25700007

EMENTA

Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento

PROGRAMA

2068 - Saneamento Básico

OBJETIVO

0610 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio de implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomeração urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

56000 - Ministério das Cidades

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Beneficiar 30 municípios com a implantação e melhorias de serviços de drenagem	Beneficiar 45 municipios com a implantação e melhorias de serviços de drenagem

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sul	15	projeto

Descrição do PL	Descrição Proposta
Beneficiar 400 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com implantação ou ampliação de sistema de resíduos sólidos urbanos	Beneficiar 500 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com implantação ou ampliação de sistema de resíduos sólidos urbanos

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sul	100	projeto

Descrição do PL	Descrição Proposta
Beneficiar 500 municípios com a implantação de melhorias sanitárias domiciliares	Beneficiar 650 municípios com a implantação de melhorias sanitárias domiciliares

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sul	150	projeto

Descrição do PL	Descrição Proposta
Contratar R$ 12,5 bilhões, por meio de seleções públicas, para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com baixos índices de acesso aos serviços ou tratamento insuficiente	Contratar R$ 14,5 bilhões, por meio de seleções públicas, para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com baixos índices de acesso aos serviços ou tratamento insuficie

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sul	2.000.000.0	R$ (reais)

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo aumentar para a Região Sul: o número de municípios beneficiados que possuem menos que 50 mil habitantes com implantação ou ampliação de sistema de resíduos sólidos urbanos; o número de municípios com a implantação e melhorias de serviços de drenagem; o número de municípios com implantação de melhorias sanitárias domiciliares; encaminhar R$ 2 bilhões por meio de seleções públicas, para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com baixos índices de acesso aos serviços ou tratamento insuficiente e encaminhar R$ 800 milhões com a finalidade de execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com a população abaixo de 50 mil habitantes visto que a quantidade proposta no Projeto de Lei não supre as necessidades na área de saneamento básico.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 454 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Décio Lima

EMENDA

25700008

EMENTA

Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural

PROGRAMA

2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

OBJETIVO

0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Apoiar a recuperação de 50.000 Km da malha de estradas vicinais	Apoiar a recuperação de 65.400 Km da malha de estradas vicinais

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sul	20.000	km
Região Sudeste	10.100	km
Região Norte	8.100	km
Região Nordeste	7.100	km
Região Centro-Oeste	20.100	km

Descrição do PL	Descrição Proposta
Adquirir 8.500 patrulhas mecanizadas, mediante parcerias com as prefeituras municipais	Adquirir 10.400 patrulhas mecanizadas, mediante parcerias com as prefeituras municipais

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sul	3.285	unidade
Região Sudeste	2.140	unidade
Região Norte	1.035	unidade
Região Nordeste	1.375	unidade
Região Centro-Oeste	2.565	unidade

Descrição do PL	Descrição Proposta
Apoiar 10.000 Projetos de Desenvolvimento do setor agropecuário	Apoiar 15.400 Projetos de Desenvolvimento do setor agropecuário

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Centro-Oeste	1.600	projeto
Região Nordeste	1.900	projeto
Região Norte	1.600	projeto
Região Sudeste	2.100	projeto
Região Sul	8.200	projeto

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo aumentar para a Região Sul: a aquisição de patrulhas mecanizadas, o número de projetos apoiados e a recuperação da malha de estradas vicinais visto que a quantidade proposto no Projeto de Lei não supre as necessidades do setor agropecuário da Região Sul do Brasil.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Décio Lima

EMENDA

25700009

EMENTA

Fortalecer os corredores hidroviários

PROGRAMA

2073 - Transporte Hidroviário

OBJETIVO

0234 - Fortalecer os corredores hideroviários garantindo condições de navegabilidade

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

39000 - Ministério dos Transportes

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Garantir manutenção e melhorias nos corredores hidroviários em 9.785 km	Garantir manutenção e melhorias nos corredores hidroviários em 13.413km

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Vetor Logístico Amazônico	4.634	km
Vetor Logístico Centro-Norte	600	km
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2.708	km
Vetor Logístico Leste	655	km
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1.015	km
Vetor Logístico Sul	4.000	km

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo aumentar para a Região Sul: a manutenção e as melhorias nos corredores hidroviários visto que a quantidade proposta no Projeto de Lei não supre as necessidades na área hidroviária da região.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 456 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Delcídio do Amaral

EMENDA

20420001

EMENTA

AEROPORTO DE CAMPO GRANDE

PROGRAMA

2017 - Aviação Civil

OBJETIVO

0083 - Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.

INICIATIVA

NOVA - Adequação da Infra-Estrutura Aeroportuária e Sistema de Pistas do Aeroporto Internacional de Campo Grande

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/01/2012	31/12/2015	200.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

O aeroporto Internacional de Campo Grande concentra a demanda de 100% dos vôos comerciais para o Estado. Suas condições físicas são, sob o ponto de vista para o atendimento da grande demanda, precários. Com visível falta de estrutura, o aeroporto conta com apenas uma esteira para bagagens, o que por várias vezes já causou transtornos aos usuários sul-mato-grossenses e turistas que buscam o Estado, especialmente, os pontos turísticos do Pantanal, Bonito e Serra da Bodoquena. A presente emenda então, se justifica pela inegável necessidade de ampliação do aeroporto Internacional de Campo Grande. Por outro lado, nota-se que no PPA2012-2015, o Estado de Mato Grosso do Sul, sobretudo no que diz respeito aos projetos de grande vulto do Governo Federal não foi contemplado dentro de iniciativas que o Governo do Estado, bem como a Bancada Federal, de maneira unânime, entendem como primordial para garantir condições de vida melhor para a população , especialmente no que diz respeito à garantia de desenvolvimento econômico e social.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Delcídio do Amaral

EMENDA: 20420002

EMENTA: BR - 163

PROGRAMA: 2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO: 0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA: NOVA - Adequação da Rodovia BR 163/MS

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
1.200.000.000	01/01/2011	31/12/2015	300.000.000	900.000.000

JUSTIFICATIVA

A BR-163 corta todo o Estado do Mato Grosso do Sul e faz a ligação entre o Norte do País até o Porto de Santos, em São Paulo. O trecho conhecido como o mais perigoso reúne em 200 quilômetros de extensão as cidades de Pedro Gomes, Coxim e Rio Verde, no Norte do Estado. Vai de Mundo Novo a Sonora. A Rodovia leva o nome de Rodovia da Morte. Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais e garantir condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego. A BR-163 é uma Rodovia Longitudinal do Brasil. Ao todo, tem 1780 km de extensão, sendo que só no Mato Grosso do Sul são 845,3 km. É a espinha dorsal do sistema rodoviário sul-mato-grossense cortando o Estado de Norte a Sul, sendo o principal corredor de exportação da produção agropecuária do Estado, atendendo ainda aos demais estados da Região Centro-Oeste. Cabe ressaltar que a BR-163 é a rodovia que dá acesso também ao Norte do país, sendo de vital importância para a economia, vez que contribui para que a produção dos Estados cortados pela rodovia possam atingir os portos dos estados do Paraná e Santa Catarina. Os investimentos realizados no contorno rodoviário de Campo Grande visam possibilitar a retirada dos veículos pesados do perímetro urbano e reduzir o desgaste do pavimento das vias que dão acesso às rodovias que demandam para Corumbá, Porto Murtinho e fronteiras do Brasil com o Paraguai e Bolívia. A restauração e duplicação da BR-163 na travessia de Dourados tem proporcionado mais conforto e segurança aos usuários da rodovia, atendendo aos anseios da população da cidade e seu entorno. Porém os investimentos ainda não foram suficientes para assegurar toda a adequação necessária. Tendo em vista que a obra de Construção do Anel Rodoviário da BR-262, no município de Corumbá, foi finalizada com os recursos já transferidos, é dispensável o aporte dos recursos previstos no PLOA/2011, justificando o pedido de remanejamento para a BR-163, ainda carente de investimentos.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 458 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Delcídio do Amaral

EMENDA

20420003

EMENTA

BR - 419

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0137 - Promover a expansão da malha rodoviária federal buscando a integração regional e interestadual e o atendimento aos fluxos de transporte de grande relevância econômica.

INICIATIVA

NOVA - Construção da BR-419/MS

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
700.000.000	01/01/2012	31/12/2015	175.000.000	525.000.000

JUSTIFICATIVA

A BR-419, trecho: Entr. BR-163(B)/MS-080(A) ¿ Rio Negrinho ¿ Perdigão ¿ Entr. MS-080(B)/228(A) ¿ Entr. MS-228(B) ¿ Fazenda Santana ¿ Fazenda Taboco ¿ Entr. MS-170/345(A)/450 (Aquidauana) ¿ Anastácio ¿ Entr. BR-262, Segmento: Km 11,3 a Km 244,3 (PNV 419BMS0012, 419BMS0014, 419BMS0030, 419BMS0050, 419BMS0060, 419BMS0070, 419BMS0080, 419BMS0082, 419BMS0084), atravessa os municípios de Rio Verde de Mato Grosso, Rio Negro, Aquidauana e Anastácio numa extensão de 233,0 km. Este projeto tem como objetivo a redução dos custos de transportes, a reconversão de áreas degradadas e a melhoria da competitividade da produção como um todo, de outro lado, viabiliza a mobilidade entre os centros de comércio e serviços, promovendo a integração e a formação de pólos de desenvolvimento, o que melhora a dinâmica produtiva da região. Diretamente irá aliviar o tráfego da BR-163, ligando também o norte do Brasil com Porto Murtinho, importante pólo de distribuição da produção, as obras previstas são: a construção de 33 pontes, 2 viadutos, 330 obras de drenagem (bueiros e galerias) além da pavimentação asfáltica de toda a extensão.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 459 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Delcídio do Amaral

EMENDA

20420004

EMENTA

FERROESTE

PROGRAMA

2072 - Transporte Ferroviário

OBJETIVO

0141 - Ampliar o sistema ferroviário nacional em bitola de maior capacidade, de forma integrada com os demais modos de transportes.

INICIATIVA

NOVA - Construção de Ferrovia - EF 484 - Ferroeste - (00C4)

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2.500.000.000	01/01/2012	31/12/2015	500.000.000	2.000.000.000

JUSTIFICATIVA

A Ferrovia Ferroeste encontra-se inserida no PLPPA 2012/2015, no Programa 2072 - Objetivo 0141 e Iniciativa 00C4 - Anexo I; porém não aparece no Anexo III, no qual o Custo da obra / Data de início e término são indicados, desta forma, fez-se necessário a apresentação da emenda como INICIATIVA NOVA ao invês de Iniciativa existente, para que a janela de custos e datas ficasse disponível para inserção de valores. Esta ferrovia faz a ligação de Estados importantes produtores de grãos - Paraná e Mato Grosso do Sul, além do Rio Grande do Sul e São Paulo. Ajudará no transporte e escoamento da produção pois fará a junção da ferrovia com a Hidrovia Tietê-Paraná, isso servirá para desafogar o tráfego intenso da BR 163, principal rota de pesados caminhões de carga. Vale ressaltar, que esta ferrovia se transformará no principal tronco de escoamento para exportação com acesso ao Porto de Paranaguá/PR. A construção desta ferrovia vem sendo pleiteada em conjunto entre os Governos do Estado de Mato Grosso do Sul e Paraná. Estudos de viabilidade e projetos executivos já estão em andamento. Importante lembrar, que a mesma emenda foi apresentada perante a Comissão durante a tramitação do PPA vigente 2008/2011 e obteve sua aprovação por unanimadade, motivo pelo qual, apelo aos meus pares pela coerência na aprovação desta emenda.A construção da Ferroeste se insere plenamente nos objetivos do Governo e também está prevista no PNV - Plano Nacional de Viação. A importância do projeto é tão evidente que foram anunciados estudos visando re-inclusão no PAC. - Principais cargas transportadas são: soja em grão, farelo de soja, óleo de soja, milho, cimento, adubos, fertilizantes, trigo e cargas frigoríficas. A expansão da Ferroeste é estratégica para a região Sul, para o Centro-Oeste, para o Brasil e para a América do Sul. Os atuais trilhos, entre Guarapuava e Cascavel, com 248 km de extensão, serão multiplicados. Por cinco. O desafio está à altura do Paraná e do Brasil e será vencido com um projeto audacioso. A Ferroeste vai construir 1.200 km de estrada de ferro interligando três Estados: Paraná, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. O papel estratégico da Ferroeste, porém, é bem maior. As novas linhas serão fundamentais na integração da América do Sul. A chegada dos trilhos a Foz do Iguaçu e ao Paraguai permitirá a consolidação do sonhado corredor ferroviário bioceânico que unirá os portos paranaenses e chilenos, especialmente Paranaguá e Antofagasta. Um novo porto público de águas profundas, aliás, será construído pelo Governo do Paraná, na Ponta do Poço, município de Pontal do Paraná. O Porto do Mercosul, como está sendo chamado, integrará o complexo portuário do Porto de Paranaguá, terá capacidade para receber grandes navios e vai operar, sobretudo, com contêineres. A Ferroeste não está só nesta empreitada. Múltiplos agentes, públicos e privados, cooperam para viabilizar a obra. Governos e sociedade civil. O projeto mobiliza importantes setores econômicos e políticos da sociedade. Os primeiros a se alinharem foram os governos do Paraná, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, no âmbito do Codesul ¿ Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul. Com a união da Região Sul o projeto conquistou o apoio do Governo Federal, através da Casa Civil, do Ministério do Planejamento, Ministério dos Transportes e Ministério das Relações Exteriores, e foi incluído no PAC ¿ Programa de Aceleração do Crescimento. Além disso, em 2008, uma aliança suprapartidária no Congresso Nacional abriu as portas do orçamento da União para o projeto da Ferroeste. O apoio à expansão da ferrovia paranaense é geral, porque o Brasil precisa reduzir os custos de transporte. A indústria, o comércio e o setor de serviços querem a ampliação da ferrovia. As cooperativas, o agronegócio, os exportadores, os pequenos e médios produtores e os trabalhadores apóiam a construção dos novos ramais. Os municípios das regiões que serão atendidas pelo projeto estão mobilizados. Os órgãos e entidades ambientais manifestam sua adesão, porque o trem é um meio de transporte de menor custo ecológico. O projeto também encontrou acolhida em organismos internacionais como a Associação Latino-Americana de Ferrovias (Alaf) e Fórum Consultivo de Cidades e Regiões do Mercosul. Estudos realizados, em conjunto, pela Ferroeste e Petrobrás Transportes S/A ¿ Transpetro demonstram que a expansão da ferrovia ao Mato Grosso do Sul e ao Porto de Paranaguá é fundamental para a competitividade da logística da exportação do etanol brasileiro. O mesmo vale para o transporte dos derivados de petróleo desde a Refinaria de Araucária até o Oeste do Paraná,

Mato Grosso do Sul e Paraguai. A expansão da Ferroeste, em suma, é irreversível. O Ministério dos Transportes já aprovou o essencial do projeto e os estudos técnicos, econômicos e ambientais do Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento (Lactec) demonstram a viabilidade da construção dos novos ramais. A Ferroeste já está em linha com o futuro. A capacidade de transporte da companhia, atualmente, chega a 5 milhões de toneladas ao ano. A demanda anual em toda a área de influência da empresa (Paraná, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Paraguai), no entanto, é estimada em 20 milhões de toneladas ao ano. Apenas o Estado do Paraná tem capacidade potencial de movimentar até 12 milhões de toneladas/ano. O ramal que sairá de Cascavel até Guaíra, com 170 km, às margens do Rio Paraná, na divisa com o Mato Grosso do Sul, no município de Mundo Novo seguirá a Maracaju, passando por Dourados, num percurso de mais 270 km. Para isso, será construída uma ponte ferroviária que vai unir Guaíra a Mundo Novo sobre o Rio Paraná. Para viabilizar este projeto os governos do Paraná, do Mato Grosso do Sul e o Governo Federal criaram a Comissão para a Consolidação do Projeto da Ferroeste.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 461 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Delcídio do Amaral

EMENDA

20420005

EMENTA

IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO AGROPECUÁRIA

PROGRAMA

2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

OBJETIVO

0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.

INICIATIVA

NOVA - Implantação e Modernização da Infraestrutura de Apoio a Produção Agropecuária no Estado de Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
400.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul empreendeu nos últimos anos grande esforço investindo em infraestrutura para minimizar os diversos problemas estruturais da produção. Dentre suas maiores carências, destacam-se as redes de transporte e de energia. Apesar de raros, existem, ainda hoje, alguns municípios de MS que não é possuem acesso por estradas pavimentadas. Este quadro está finalmente ficando para o passado da história, graças aos propósitos firmes do Governo de Estado, que investe forte na pavimentação de várias rodovias. Não obstante os esforços empregados, e em razão da base econômica de Mato Grosso do Sul ser alicerçada no setor agropecuário, necessário se faz a alocação de mais recursos para se evitar alguns gargalos que contribuem para reduzir a rentabilidade da atividade rural. Dentre eles se destaca a questão da trafegabilidade das estradas rurais de produção, comprometida pela péssima qualidade de seus revestimentos e das suas pontes, por onde são escoados mais de 8,0 milhões de toneladas de grãos, em especial soja, algodão, arroz e milho, e as milhares de toneladas de carnes bovina, suína, ovina e de aves produzidas em MS, anualmente. A produção agrícola do Estado é reconhecidamente de alto nível tecnológico, com excelentes produtividades, tendo, entretanto, boa parte dos seus lucros perdida, pelas dificuldades de escoamento devidas às condições da malha viária estadual, principalmente no período chuvoso, comprometendo sua competitividade, pelas altas quotas de perda física e pelos elevados custos do frete. Este rosário de perdas no transporte afeta os custos de produção, desde o custo dos insumos até o dos produtos, refletindo substancialmente na arrecadação dos tributos, com enormes prejuízos sociais. Enfim, o produtor perde, o Estado perde o Brasil perde. Desta feita, é de fundamental que os produtores, municípios e Governo do Estado se unam para solucionar estes problemas que impedem o desenvolvimento do setor agrícola de MS. O associativismo e o cooperativismo entre os produtores rurais é um importante instrumento que contribuirá para a superação destas dificuldades, que em parceria com o Poder Público Municipal e Estadual, otimizarão as capacidades disponíveis e inerentes a estes atores sociais e políticos. Alguns regiões do Estado com disponibilidade e aptidão para o desenvolvimento de atividades agrícolas consideradas nobres são impossibilitadas de expansão destes cultivos por não permitirem a passagem de carretas carregadas de calcário, por exemplo, com 40,0 toneladas de peso, pelo fato das pontes de madeira não suportarem o peso, inviabilizando a produção, por vezes, em milhares de hectares com alto potencial produtivo. Esta ocorrência é bastante comum em nosso Estado. O trabalho de melhoria de pontes e adequação/manutenção de estradas de produção em harmonia e integrado com um trabalho de Microbacias Hidrográficas, indubitavelmente, proporcionará ao agronegócio estadual o salto de qualidade capaz de torná-lo mais competitivo. Algumas medidas que venham contribuir para a modernização da infraestrutura de transporte e logística que darão suporte ao setor produtivo rural, certamente, permitirá uma alavancagem da agricultura sustentável em MS, uma vez que a melhoria da rentabilidade agrícola através da modernização da infraestrutura trará aos produtores rurais uma maior capacidade de investimento na atividade tornando-a mais eficaz e sustentável social, econômica e ambientalmente.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 462 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Delcídio do Amaral

EMENDA

20420006

EMENTA

RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

PROGRAMA

2042 - Inovações para a Agropecuária

OBJETIVO

0842 - Pesquisar, desenvolver e transferir tecnologias para aumentar a competitividade e a produtividade da agropecuária brasileira, contribuir para a inclusão social dos produtores de base familiar e disseminar práticas ambientalmente sustentáveis, com foco em compromissos como a redução da emissão de carbono, no desenvolvimento sustentável e no uso racional dos recursos naturais.

INICIATIVA

NOVA - Recuperação de Áreas Degradadas no Estado de Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	01/01/2012	31/12/2015	37.500.000	112.500.000

JUSTIFICATIVA

As Mudanças climáticas e as limitações da produção mundial de alimentos constituem duas das maiores preocupações mundiais da atualidade. Neste cenário, o Brasil tem sido colocado como estratégico para a busca e o encaminhamento de soluções. Estas duas questões passam necessariamente pela melhor gestão das áreas convertidas para uso alternativo do solo com atividades agropecuárias, como forma de reduzir as pressões para desmatamento de novas áreas e aumentar a produtividade das áreas já desmatadas. A degradação das pastagens é um dos maiores problemas da pecuária brasileira. Estima-se que 80% dos 50 a 60 milhões de hectares de pastagens cultivadas do Brasil Central, que respondem por 55% da produção de carne nacional, encontram-se em algum estado de degradação. Degradação de pastagens é um processo evolutivo de perda de vigor e produtividade forrageira, sem possibilidade de recuperação natural, que afeta a produção e o desempenho animal e culmina com a degradação do solo e dos recursos naturais. Além da queda da produtividade, a degradação provoca a perda dos solos que, por processos de lixiviação são arrastados para os cursos d¿águas que, assoreados, deixam de cumprir suas funções ambientais mais básicas, gerando novos e diversos danos. Como se não bastasse, para compensar a perda da produtividade, é comum que novas áreas sejam buscadas para incorporação ao processo produtivo, o que leva a novos desmatamentos e novas perdas de biodiversidade. Causada por diversos fatores decorrentes de manejos inadequados, a degradação precisa ser revertida para garantir e melhorar a produtividade, a viabilidade econômica da pecuária e a melhor conservação dos recursos naturais . Mato Grosso do Sul possui cerca de 18 milhões de hectares de pastagens, dos quais 9 milhões estão de alguma forma degradados. É preciso intervir não só de forma preventiva mas, principalmente, de forma corretiva nas áreas com solo descoberto, com presença de erosão laminar, sulcos e voçorocas. A correção dos solos, a construção de terraços em nível, a construção de açudes/bacias para contenção de águas pluviais e dessedentação animal, a contenção de voçorocas, a correção de traçados e forma de caminhos internos e de estradas vicinais, a recuperação da cobertura vegetal e mesmo o isolamento de Áreas de Preservação Permanente, dentre outros, são alguns exemplos de intervenções que, caso adotadas, repercutirão positivamente no combate às causas das mudanças climáticas e da fome mundial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 463 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Delcídio do Amaral

EMENDA

20420007

EMENTA

REESTRUTURAÇÃO DE ASSENTAMENTOS - AGICULTURA FAMILIAR

PROGRAMA

2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

OBJETIVO

0980 - Ampliar e qualificar a oferta de bens e serviços para a melhoria da infraestrutura territorial, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.

INICIATIVA

NOVA - Reestruturação de Assentamentos, na Agricultura Familiar, Aldeias Indígenas e Comunidades Quilombolas em Territórios Rurais no Estado do Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	01/01/2012	31/12/2015	20.000.000	80.000.000

JUSTIFICATIVA

Com ais de 100 assentamentos rurais e uma crescente participação da agricultura familiar no cenário produtivo, mato grosso do sul necessita com urgência da reestruturação desse setor, sendo de fundamental importância investir em assentamentos rurais na agricultura familiar assim como nas aldeias indígenas e comunidades quilombolas para dar resposta as demandas da produção de alimentos proporcionando maior inclusão social e a permanência do homem no campo.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 464 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Delcídio do Amaral

EMENDA

20420008

EMENTA

SUL - FRONTEIRA

PROGRAMA

---- - Programa do novo Objetivo

OBJETIVO

NOVO - Adequar as condições de tráfego, fortalecendo a integração da Bacia do Prata e do continente sul-americano

INICIATIVA

NOVA - Apoio à Implantação de Infra-Estrutura Social e Produtiva Complementar em Espaços Sub-Regionais na Faixa de Fronteira - Trecho Ponta Porã/Sete Quedas - No Estado do Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	01/01/2012	31/12/2015	50.000.000	100.000.000

JUSTIFICATIVA

A viabilização desse pleito, que se integra plenamente ao espírito do PAC, principalmente com o PAC das Fronteiras, tem o apoio do Governo, de toda a Bancada Federal e do povo sul-matogrossense e reveste-se de especial urgência, tendo em vista o grave problema de fluxo que já compromete o tráfego naquela área, pois a rodovia em questão consolida a infra-estrutura de transportes de Mato Grosso do Sul e fortalece a integração da Bacia do Prata e do continente sul-americano. Por meio da Sul-Fronteira é feito o escoamento de significativa produção agropecuária do Estado, e a interligação da produção local, baseada na agricultura familiar e na criação de gado, com importante acesso à hidrovia Tietê-Paraná. Desde 2008 a mesma emenda vem sendo apresentada nos OGU´s 2008/2009/2010/2011 - MInistério da Integração Nacional - Funcional-Programática: 15.244.0120.6553.0220 - Apoio à Implantação de Infra-Estrutura Social e Produtiva Complementar em Espaços Sub-Regionais - Trecho Ponta Porã/Sete Quedas - No Estado do Mato Grosso do Sul - Inicialmente Projeto Integração.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Delcídio do Amaral

EMENDA

20420009

EMENTA

UEMS

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

INICIATIVA

NOVA - Modernização dos Campus da UEMS no Estado de Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
200.000.000	01/01/2012	31/12/2012	50.000.000	150.000.000

JUSTIFICATIVA

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS - tem como missão gerar e disseminar o conhecimento, com vistas ao desenvolvimento das potencialidades humanas, dos aspectos político, econômico e social do Estado e com compromisso democrático de acesso à educação superior e o fortalecimento de outros níveis de ensino, contribuindo, dessa forma, para a consolidação da democracia. A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul criada em 1993 já colocou no mercado até o ano de 2010 9.050 novos profissionais graduados para atender o mercado de trabalho, e vem investindo na qualificação do corpo docente para a criação de cursos de pós-graduação para melhorar ainda mais na qualificação dos profissionais do Estado de Mato Grosso do Sul. Desde a sua implantação vem cumprindo seus objetivos com a interiorização do ensino superior e atendendo alunos com baixa renda monetária, e avança na questão da pesquisa e da extensão ampliando a sua capacidade de captação de recursos externos atendendo a comunidade de Mato Grosso do Sul. A necessidade de novos espaços atendem aos anseios da comunidade interna e das comissões de avaliações externas que colocam a infra-estrutura como um dos requisitos fundamentais no desenvolvimento da UEMS, porém com a priorização na qualificação dos corpo docente para atingir os objetivos de criação de cursos de pós-graduação e na captação de recursos externos a Universidade tem tido dificuldades em investir na construção de espaços novos. Além disso, a expansão da UEMS vem de encontro com as políticas nacionais de educação superior para atender a demanda reprimida na capacitação de recursos humanos ainda defasada no Estado de Mato Grosso do Sul que continua importando profissionais de outros Estados. A necessidade de uma nova estrutura de informática se faz necessária uma vez que com a modernização os alunos e professores necessitam cada vez mais de acesso a informação, hoje disponibilizada na rede de internet. O volume de informações aumenta a cada ano e os equipamentos passam a ficar obsoletos uma vez que não conseguem mais utilizar os softwares modernos e com isso a formação dos alunos e a produção de novos conhecimentos vão ficando mais difíceis. O acesso gratuito a todos os usuários da Universidade se faz necessária caso queiramos possibilitar uma capacitação ampla. Com isso esta mudança atende os anseios da comunidade interna e das comissões de avaliações externas que colocam a informatização como um dos requisitos fundamentais no desenvolvimento da UEMS, porém com a priorização na qualificação dos corpo docente para atingir os objetivos de criação de cursos de pós-graduação e na captação de recursos externos a Universidade tem tido dificuldades em investir neste aspecto. A aquisição de novos livros se faz necessária uma vez que com a crescente produção de novos conhecimentos assim como na rede digital as publicações impressas estão sendo atualizadas muito rapidamente. Muitas obras atuais estão apenas disponíveis no meio impresso e os altos custos ainda tornam este meio inviável aos nossos alunos de baixa renda. A leitura é fundamental na formação de cidadão autônomos e críticos em relação ao meio, mas para isso é necessário disponibilizar o acesso, e para isso é necessário adquirir títulos diversificados e em quantidade suficiente para todos. A modernização, e aquisição de equipamentos são fundamentais na formação dos alunos pois o mercado de trabalho em seu sistema são obrigados a atualizar frente à competição existente no mercado e nosso alunos necessitam aprender e aplicar os conhecimentos adquiridos em equipamentos atualizados para poder competir por uma colocação profissional. É muito comum nas Universidades Públicas o uso de equipamentos que já não são utilizados nas empresas privadas e isso muitas vezes causam um afastamento do que é ensinado em prática na Universidade com a prática nas empresas. Muitos cursos são novos e com os recursos disponíveis não foi possível a aquisição de todos os equipamentos necessários para equipar os laboratórios. Com a implantação dos novos projetos pedagógicos dos cursos orientados pelas diretrizes curriculares nacionais, faz-se presente cada vez mais a necessidade dos alunos vivenciarem na prática os ensinamentos adquiridos em sala de aula, com aulas de campo, visitas

técnicas e didáticas como forma de complemento às atividades de sala de aula. As maiores dificuldades surgem uma vez que com o processo de licitação existem diversos entraves burocráticos que muitas vezes dificultam a contratação de empresas. Com a aquisição de um ônibus pela Universidade poderá ser atendido o deslocamento em curtos trajetos de forma mais ágil sem a insegurança da viagem ser realizada. O Centro de Alfabetização Científica e Tecnológica de Dourados (CEATEC) tem por objetivo aproximar o cidadão, especialmente de áreas marginalizadas, das conquistas realizadas pela Ciência e Tecnologia a partir de uma visão multicultural e histórica, com o fim de permitir às crianças, jovens e adultos uma nova leitura do mundo a partir da apropriação individual desse suporte indispensável para os dias atuais e para construção de uma coletividade mais harmoniosa e com valorização da pessoa humana. Essa leitura do mundo a partir de conceitos Científicos e Tecnológicos tem implicações profundas, pois permite a construção de uma cidadania mais critica em relação ao uso e consumo de bens, serviços, tanto quanto acerca de nossa relação com o meio ambiente e sua sustentabilidade, a importância do aprimoramento profissional e de novas oportunidades que se abrem mediante a aquisição do conhecimento. Finalmente, o Centro reunirá experiências construídas ao longo dos últimos 18 (dezoito) anos através das competências profissionais da UEMS nas áreas de Física, Química, Matemática, Biologia, Pedagogia e Letras, bem como a inserção de futuras contribuições de outras instituições de Ensino Superior de Dourados. Dessa forma, as ações ora apresentadas frente à Proposta de Emenda Parlamentar ao Orçamento da União, tem como principal objetivo a consolidação da UEMS, enquanto instituição geradora e socializadora do conhecimento e fomentadora do avanço científico e tecnológico, em direção ao desenvolvimento da sociedade sul-mato-grossense. Ações a serem financiadas: ¿ Reformas, construção e adequação de espaços físicos relacionados com salas de aula, laboratórios, salas de reuniões e anfiteatros. ¿ Ampliação da infraestrutura de informática, computadores, impressoras e projetores multimídia. ¿ Ampliação modernização do acervo bibliográfico para atender as necessidades dos alunos e professores aos novos conhecimentos disponibilizados através do meio impresso. ¿ Aquisição de equipamentos laboratoriais e outros materiais permanentes para modernizar, e ampliar os equipamentos nos diversos cursos de graduação e pós-graduação, melhorando a qualidade e aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula. ¿ Aquisição de ônibus para o transporte de alunos para a realização de atividades de campo no Estado e participação de congressos e eventos didáticos, científicos e técnicos. ¿ Construção do espaço ¿Casa da Ciência¿ - CENTRO DE ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DE DOURADOS - CEATEC

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 467 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Delcídio do Amaral

EMENDA

20420010

EMENTA

UFGD

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

INICIATIVA

NOVA - Construção e Estruturação de prédios anexos à Universidade Federal da Grande Dourados UFGD

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
151.000.000	01/01/2012	31/12/2015	35.000.000	116.000.000

JUSTIFICATIVA

A Universidade Federal da Grande Dourados - Tem como missão gerar e dissiminar o conhecimento, com vistas ao desenvlvimento das potencialidades humanas, portanto, a presente emenda visa atender a necessidade de se construir os anexos do HU-DDOS, bem como equipa-los e etc... visto que já existem iniciativas para o mesmo objeto só que carimbadas para outros HU's do País.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 468 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Diego Andrade

EMENDA

27540001

EMENTA

ROTA DO CAFÉ

PROGRAMA

---- - Programa do novo Objetivo

OBJETIVO

NOVO - Melhoria da Infraestrutura e Trafegabilidade da Região Cafeeira

INICIATIVA

NOVA - Reestruturação da Infraestrutura Viária das Regiões Cafeeiras do Estado de Minas Gerais

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
800.000.000	01/01/2012	31/12/2015	200.000.000	600.000.000

JUSTIFICATIVA

É de fundamenta improtância a criação desta Rota do Café, uma vez que se trata da 2ª maior economia do Estado de Minas Gerais. Esta emenda deverá beneficiar as seguintes obras: 1) Interligar o trecho do Porto do Itaci em Carmo do Rio Claro à BR 265 trecho sem pavimentação; 2) Construção da 3° Faixa no trecho mg 167 que liga a BR 265 BR 491 entre os municipios de Santana da Vargem e Varginha; 3) Rotatório no trevo da Br 265 em Santana da Vargem local de acesso ao porto seco de Varginha com ocorrência de roubo de carga de café devido ao pessimo acesso ao trevo obrigando os motoristas a parar; 4) Duplicação da BR267 no trecho de Machado ao entroncamento da Br 459 facilitando o escoamento de café da região de Botelho e Cabo verde para acesso ao porto de Santos; 5) Duplicação do trecho da BR491 que liga o Porto Seco de Varginha a BR 381 acesso ao Porto de Santos; 6) Duplicação da Br 265 trecho entre Ilicinia e BR 381; 7) Duplicação da BR 369 trecho entre a BR 256 a BR 354 Boa Esperança a Campo Belo; 8) Duplicação da BR 354 trecho entre Formiga e Perdões BR 381; 9) Construção da 3° Faixa na BR 369 do entroncamento da BR 265 à BR 491 ligando Boa Esperança a Campos Gerais e Alfenas; 10) Construção da 3° Faixa BR 146 entre Patrocinio a Ibia; 11) Duplicação da 262 entrocamento da BR 146 ate a BR 354 em Formiga; 12) Construção da 3ª Faixa na BR 120 que liga Capelinha a Belo Horizonte; 13) Construção da 3° Faixa na BR 354 trecho que liga Patos de Minas, Carmo Paraiba, São Gotardo a BR 262; 14) Duplicação da BR 146 Patos de Minas a BR 262 em Araxá; 15) Duplicação da BR 050 DE Araguari a Uberaba, saida para o Porto de Santos;

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 469 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790001

EMENTA

BR 135-MA

PROGRAMA

---- - Programa do novo Objetivo

OBJETIVO

NOVO - Assegurar condições permanentes de trafegabilidade e segurança aos usuários das rodovias federais, por meio da manutenção das vias e da adequação e recuperação da capacidade estrutural das pontes.

INICIATIVA

NOVA - Adequação da Rodovia BR-135/MA

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
850.000.000	01/03/2012	31/12/2015	350.000.000	500.000.000

JUSTIFICATIVA

A emenda justifica-se por promover a expansão da malha rodoviária federal buscando a integração regional e interestadual e o atendimento aos fluxos de transporte de grande relevância econômica no estado do Maranhão. A BR-135/MA liga o porto de Itaqui a importantes cidades do interior do Estado e ainda interliga as regiões Sul e Sudeste ao Norte e Nordeste do país. Trata-se de uma Br de extrema importâcia para a economia do Estado, pois, é uma da princiapais vias de escoamento da produção agrícola da popoulação carente. A BR-135 liga São Luís ao sul do Piauí encontra-se com o trânsito precário em vários trechos.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 470 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790002

EMENTA

COMPLEXO PESQUEIRO DE SÃO LUÍS

PROGRAMA

2052 - Pesca e Aquicultura

OBJETIVO

0572 - Implementar infraestruturas de recepção, distribuição e comercialização do pescado, para promover a agregação de valor e a qualidade dos produtos aquícolas e pesqueiros nacionais.

INICIATIVA

NOVA - Implantação de Terminais Pesqueiros Públicos de São Luís

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
50.000.000	01/03/2012	31/12/2015	25.000.000	25.000.000

JUSTIFICATIVA

No ano de 2008 o Governo do Estado do Maranhão foi beneficiado com Emenda de Bancada contemplando a "Contrução do Complexo Pesqueiro de São Luís - CPSL" a "Contrução do Centro Multidiciplinar de Pesquisa e Extensão em Aqüicultura - CEMPEA", do Complexo para Lavagem, armazenagem e Comercialização do Pescado" e "Trapiches com Locais para Recepcção e Comercialização do Pescado" todos dentro da Grande Região Metropolitana de São Luís, que não fora contemplanda na sua totalidade, contenplando apenas, parte dos recursos alocados para o CEMPEA. O Estado do Maranhão possui a Segunda maior costa do Nordeste, com aproximadamente 640 km de extensão, indo desde o Delta do Rio Parnaíba até a foz do Rio Gurupi. Ao longo de sua extensão, podem ser encontradas diversas praias, além de regiões de mangues. A Emenda tende ampliar a infra-estrutura de desembarque, beneficiamento, armazenamento e comercialização do pescado, através de terminais e entrepostos de pesca, incentivando a agregação de valor gasto na industrialização ao pescado. No desenvolvimento da pesca e da aqüicultura, o cumprimento de normas nacionais e internacionais para que se pratique um mercado seguro em qualidade alimentar e sanitária é ponto de importância crucial. Isso deve ocorrer em toda a cadeia produtiva, ou seja, da base de produção ou captura até a mesa do consumidor. Somente assim se estabelecerá a necessária relação de confiança entre consumidores, distribuidores e importadores, fator indispensável à conquista de mercados. De acordo com o Trabalho Técnico apresentado pelas senhoras Tatiana de Jesus Ferreira Pereira, Lyssandra Kelly Silva Ferreira, Flávia Abreu Everton, Fabiana Borralho Frazão e Maria de Fátima Viégas Lima do Curso de Engenharia de Pesca da Universidade Estadual do Maranhão e do Departamento de Patologia, Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, o Portinho local onde deve ser construido o "Complexo Pesqueiro de São Luís" está localizado em São Luís, do lado oeste do centro histórico da cidade, ocupando uma extensão de 300m na margem nordeste do Rio Bacanga e é referência de comercialização de grandes volumes de pescado. De acordo com o IABS (2008), a quantidade média de pescado desembarcado diariamente na região do Portinho é de 28 toneladas, originadas da pesca extrativa marinha e continental, de cultivo, locais. Assim como, procedentes de outros estados e, que na área de desembarque e comercialização de pescado do Portinho, não há infra-estrutura, nem condições higiênicas e sanitárias adequadas para realização das atividades, além da presença de depósitos de lixo a céu aberto e esgotos in natura na área. O desperdício é fragrante, devido à grande quantidade de pescado descartado que são jogados às margens do rio Bacanga. Observa-se, portanto, que o ambiente de trabalho, apresenta condições de infra-estrutura inaceitáveis para o desenvolvimento das atividades relacionadas ao desembarque, manuseio e comercialização do pescado comprometendo a qualidade dos produtos e podendo ainda, desencadear doenças ocupacionais acentuadas nos envolvidos nas atividades. Nesse panorama se vislumbra a necessidade de capacitação dos trabalhadores envolvidos na cadeia como forma de colocar no mercado, pescado inócuo para o consumidor. Em linhas gerais, o projeto visa organizar a atividade de desembarque, conservação e comercialização do pescado do município de São Luis, dotando-o de um local dentro das exigências sanitárias nacionais e internacionais e disponibilizando para o mercado produtos inspecionados de qualidade, com valor agregado e que melhorem a renda do pescador artesanal local e que gerem produtos de qualidade para os consumidores. O CPSL, em sua parte direcionada à recepção, beneficiamento, distribuição e comercialização do pescado, será dotado de cais de atracação, entreposto com fábrica de gelo, túnel de congelamento e câmaras de estocagem de produtos frescos e congelados e um local para primeira comercialização dentro de um conceito inédito no Brasil justificando a emenda proposta por este parlamentar.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 471 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790003

EMENTA

CENTRO DE REFERÊNCIA DA CULTURA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLA E DE TERREIRO

PROGRAMA

2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

OBJETIVO

0621 - Promover, preservar e difundir o patrimônio e as expressões culturais afro-brasileiras.

INICIATIVA

NOVA - IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE REFERÊNCIAS DA CULTURA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E DE TERREIROS.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
50.000.000	01/03/2012	31/12/2015	5.000.000	45.000.000

JUSTIFICATIVA

O Plano Nacional de Políticas Culturais, instituído pela Lei 12.343/2010, dentre seus objetivo, visa proteger e promover a diversidade cultural, a criação artística e suas manifestações e as expressões culturais, individuais ou coletivas, de todos os grupos étnicos e suas derivações sociais, reconhecendo a abrangência da noção de cultura em todo o território nacional e garantindo a multiplicidade de seus valores e formações. Neste contexto, insere-se a promoção e proteção do patrimônio cultural afro-brasileiro com vistas ao acesso e preservação dos bens culturais de natureza material e imaterial das comunidades quilombolas e de terreiro. Da mesma forma, demais fontes permitem identificar questões direcionadas à realidade das comunidades quilombolas e de terreiros desde suas origens, existência de referências territoriais e locais históricos, manifestações culturais de cunho religioso e/ou festivo, bem como atividades desenvolvidas pelas famílias quilombolas e de terreiros voltadas à geração de trabalho e renda, suas formas de organização social, demandas e conflitos vivenciados que marcam suas trajetórias sociais. Tais aspectos são imprescindíveis tanto ao reconhecimento da cultura afro-brasileira enquanto parte de nossa sociedade, quanto ao necessário protagonismo das comunidades no desenvolvimento e definição de políticas específicas direcionadas à valorização de suas particularidades e emergência de tais grupos entendidos como culturalmente diferenciados. A Fundação Cultural Palmares, até a presente data, certificou 1.710 comunidades quilombolas. Deste modo, busca-se, primeiramente, identificar as expressões culturais e bens de patrimônio material e imaterial existentes junto às comunidades quilombolas, bem como, a posteriori, construir alternativas que permitam dar continuidade às suas tradições, bem como garantir a proteção aos seus bens de patrimônio material e imaterial enquanto elementos constitutivos de suas identidades sociais Apesar dos esforços em construir espaços de participação das lideranças junto às políticas direcionadas a este universo específico, ainda há dificuldade por parte do governo federal em construir estratégias que melhor se adeqüem a tal realidade. Dados oficiais apontam que a maior parte da população brasileira é formada por pretos e pardos, em um total de 51,1%, conforme a Síntese de Indicadores Sociais, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE em 2010. Apesar disso, existe um racismo sutil na sociedade brasileira que fica evidente na comparação de indicadores sociais. Exemplo é o analfabetismo de 13,3% dos pretos e 13,4% dos pardos, contra 5,9% dos brancos. Essa maioria populacional encontra-se desfavorecida, desigualdade evidenciada, segundo o IBGE por dados relacionados ao rendimento, posição na ocupação e número de famílias com maior risco de vulnerabilidade. Outro dado que reforça a desigualdade é a média de anos de estudo, de 6,7 anos entre pretos e pardos e de 8,4 anos para brancos, com 15 anos ou mais de idade. Obviamente, essa realidade não é diferente na área cultural em que a questão negra ainda é invisível, com representações negativas ou incompletas do seu papel formador para a cultura e para a própria sociedade brasileira. Inexistem dados que cruzem os dados raciais aos culturais, atualmente existe apenas um retrato do mercado de trabalho cultural, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), também do IBGE, consolidado em Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003 2005, mas sem tal recorte. Todavia, pela questão econômica apontada pela publicação Síntese de 2010, em que os rendimentos-hora de pretos e de pardos são 20% inferiores aos de brancos, infere-se uma maior dificuldade no acesso aos bens e equipamentos culturais e baixa fruição. A Constituição Federal de 1988 incluiu a cultura dentre suas garantias, com determinação à proteção especial das manifestações afro-brasileiras e ao tombamento dos documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. Em 2010, a Lei nº 12.343, de 02/12/2010, instituiu o Plano Nacional de Cultura PNC que tem como um de seus objetivos valorizar a diversidade cultural e étnica. Em um avanço para a política de igualdade racial no pais, em 20/07/2010, foi sancionada a Lei nº 12.288, que trata do Estatuto da Igualdade Racial e aduz garantias para o reconhecimento, preservação, proteção e fomento às manifestações culturais da população negra. Sob o aspecto de valorização da cultura afro-brasileira é preciso fomentar essa atividade cultural com

a ampliação da visibilidade de suas iniciativas culturais e promover o acesso da população em geral à riqueza da cultura afro-brasileira. No foco da preservação da cultura afro-brasileira está a salvaguarda e difusão do patrimônio material e imaterial da cultura afro-brasileira, em suas expressões artísticas, modos de criar, fazer e viver; sítios históricos dos territórios quilombolas; mapeamentos, inventários e pesquisas sobre a memória, ritos e festas religiosas de matriz africana; línguas e falares da cultura negra; expressões e manifestações artísticas; práticas culturais; formação e fortalecimento de redes para difusão da cultura afro-brasileira com a África, América Latina e Caribe. Por fim, o objetivo busca o exercício pleno da cidadania das comunidades quilombolas por meio do resgate de sua identidade, diversidade cultural e respeito à trajetória histórica. Neste sentido é necessário construir o Centro de Referência da Cultura das Comunidades Quilombola e de Terreiro que deverá ter ações destinadas ao patrimônio cultural quilombola e de terreiros por meio da inclusão de suas lideranças desde a identificação de suas demandas em termos de registro e salvaguarda de seus bens de natureza material e imaterial, incluindo as elementos simbólicos contidos nos mitos e ritos ligados às tradições locais, bem como os sítios históricos enquanto parte do conjunto de referências locais relativas às noções de territorialidade e pertencimento segundo a lógica presente em cada grupo.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 473 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790004

EMENTA

CRIAÇÃO DO CENTRO INTERNACIONAL DE REFERÊNCIA DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA

PROGRAMA

2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

OBJETIVO

0783 - Preservar, identificar, proteger e promover o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.

INICIATIVA

NOVA - CRIAÇÃO DO PÓLO DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL DO TURISMO CULTURAL, EDUCACIONAL E ÉTNICO - ORGANIZAÇÃO DA RAÇAS UNIDAS NACIONAL - ORUN

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
50.000.000	01/03/2012	31/12/2015	30.000.000	20.000.000

JUSTIFICATIVA

O Brasil é conhecidamente um país assentado em uma construção identitária diversa. Com o advento colonização, muitas construções étnicas, políticas, culturais e religiosas se entreporam em várias camadas. Atualmente, o Brasil luta consigo mesmo no que diz respeito à auto-afirmação e reconhecimento do legado deixado, mas começa assumir que o país é também uma nação plural no que diz respeito a RAÇA. Mesmo que as vezes aparente um tanto diluida, dentro de convicções ideólogicas, a população de origem "negra e mestiça" ainda hoje, geneticamente e visualmente, é a que prevalece. A Cultura africana é conhecida pela capacidade de construção, adaptação, influenciação e dinamismo. Entre as várias camadas do que fomenta a nação Brasileira, está à forte presença africana, constituída e construída historicamente no cotidiano em saberes e fazeres que resistiu através dos séculos mesmo com a imposição famigerada da elite brasileira pela política de branqueamento. Os territórios são locais em que uma identidade coletiva se estabelece, dissemina e perpetua sua organização cultural, econômica e política. O território afro brasileiro primeiramente constitui-se através dos quilombos e posteriormente, em terreiros de comunidades Tradicionais, que reavivaram novas concepções de relacionamento entre seres humanos e ainda, colaboram de forma essencial para a construção e afirmação da identidade brasileira que perpassa pelo legado africano, fator essencial para entendimento da memória e formação do povo brasileiro. Ampliar estes territórios e fortalecê-los é dar legitimidade a importância da existência da cultura Afro no Brasil. Construir um espaço que congregue a diversidade afro, existente nos diversos brasis existentes é cumprir direito constitucional que designa: construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento, erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e promover o bem de todos (art. 3° CF) Patrimônio cultural brasileiro (art. 216 CF): os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O projeto ORUN OrganizAÇÃO das Raças Unidas Nacional, trata de uma fala uníssona e consistente no que tange a consolidação de um processo de resgate de Ética, Cultura, e Educação Afro entre os 27 Estados da federação brasileira e nações Irmãs, congregadas em uma única estrutura física que servirá de Pólo Internacional de Intercâmbio e Turismo Étnico. O Polo de Intercâmbio e Turismo Étnico, Educacional e Cultural ORUN é essencial como expressão da liberdade e autonomia dos povos afro descendentes, da disseminação da beleza dos credos ancestrais milenares, da rica cultura afro brasileira, para o combate à intolerância cultural e religiosa, contra o racismo étnico e pela promoção da igualdade entre os povos. A palavra ORUN, de origem yorubá, significa universo. O universo contém tudo o que existe, desde as menores partículas subatômicas aos super aglomerados galácticos. O estudo do cosmo nos mostra claramente a inter-relação com a diversidade cultural, com os elementos da natureza enquanto parte do Criador. É tudo que nos influenciou no passado, nos influencia no presente e que poderá nos influenciar no futuro. ORUN - Pólo de Intercâmbio e Turismo Étnico, Educacional e Cultural se estrutura como um complexo organizacional influenciador, que congrega não só idéias e reflexões sobre a africanidade através das representações do movimento negro no Brasil, mais pretende ser Centro de estruturação de AÇÕES e cooperações destes Brasis para o Brasil e Nações Irmãs. O projeto ORUN nasce em consonância à proclamação da ONU - Organização das Nações Unidas que estabelece o ano de 2011, Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes, reafirmando a necessidade de fortalecer as ações nacionais e a cooperação internacional e regional para assegurar que as pessoas de ascendência africana gozem plenamente de direitos econômicos, culturais, sociais, civis e políticos (nas políticas públicas). O presente projeto compreende a criação do Memorial Navio Negreiro, um Prédio Principal com salas para administração, auditórios, salas de projeção, e Anexo 1, num conceito de acessibilidade e sustentabilidade arquitetônica e recuperação paisagística. A Concha Acústica Onde serão apresentados Eventos Temáticos e os Quiosques Espaço de Gastronomia Temática. Organograma de

ImplementAÇÃO : · Apresentação ao Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento PNUD , 29 de junho de 2011. Objetivo de constar nas Ações Programáticas de 2011 - Ano Internacional das Nações Afrodescendentes. · Apresentação a Fundação Palmares Ministério da Cultura Trata-se de área da Fundação Palmares. · Apresentação ao GDF Governo do Distrito Federal Trata-se de área do Governo Distrito Federal. Gestão Organizações Federativas Regionais no formato de Colegiado. Sede A área sugerida de acordo com plantas anexas, junto ao Terreno da Concha Acústica na Orla do Lago Paranoá. Prédio 1 Administrativo com 27 salas destinadas aos estados da federação, com estrutura de Produção para implementação das Ações Programáticas das demandas de cada Estado na Capital. Os escritórios serão ocupados por Assembléias Estaduais junto as Instituições representativas e órgãos públicos regionais, constituído de 5(cinco) andares. Corredor - denominado Onon - será destinado às Salas da Administração e Espaços para Exposições. Anexo 1 Constituído de 5(cinco) andares: 1º Biblioteca Temática Rotas Expeditórias; 2º Salão C Artes Integradas; 3º Salão B Exposições ; 4º Salão A Embaixadas e Consulados, espaços destinados a Eventos diversos; 5º Terraço e Helíporto. Espaços Externos 1 Concha Acústica Eventos Temáticos; 2 Quiosques; 3 Herbário; 4 - Terreirão coberto de sapê; 5 Estatuário Panteão Africano; 6 Réplica de Templos Religiosos de Matriz Africana; 7 Memorial Navio Negreiro

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 475 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790005

EMENTA

Hidrovia do rio itapecuru mirim

PROGRAMA

---- - Programa do novo Objetivo

OBJETIVO

NOVO - Transformar o rio Itapecuru na principal via de escoamento da produção regional.

INICIATIVA

NOVA - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio Itapecuru mirim

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
1.600.000.000	01/03/2012	31/12/2015	600.000.000	1.000.000.000

JUSTIFICATIVA

Por ser um dos principais canais de transporte de produtos do interior até a capital, sua importância para a população carente do estado é paralela com os planos de governo de combate a miséria extrema. O rio só veio perdeu sua função de principal via de escoamento após a construção da estrada de ferro São Luís - Terezina nos anos vinte do século passado e com o asfaltamento da BR-316 na década de sessenta daquele século. A navegação que estende-se de São Luís a Caxias. Daí por diante (trecho de pequenas corredeiras) a navegação se faz com lanchas até Colinas. Com o passar do tempo a navegabilidade tornou-se prejudicada pela formação de bancos de areia, resultante do assoreamento que obstruí os principais canais, dificultando a passagem de embarcações de médio porte, especificamente no período de estiagem ou baixa-mar. Portanto, justifica-se a apresentação dessa emenda que de todas as forma estará colaborando com todas as estratégias do Governo Federal referentes ao desenvolvimento das regiões esquecidas e de extrema pobreza de nosso país. No PPA 2008-2011 houve uma ação da esfera fiscal com o título "Recuperação e Preservação da Bacia do Rio Itapecuru - no Estado do Maranhão" sob o Código 7H69 estabelencendo a importância da inciativa desde então pelo Governo Federal.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790006

EMENTA

IMPLANTAÇÃO DE UM NÚMERO NACIONAL PARA O ACOLHIMENTO DAS DENÚNCIAS DE RACISMO

PROGRAMA

2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

OBJETIVO

0774 - Disseminar e adotar medidas que garantam a efetividade dos marcos legais referentes ao enfrentamento do racismo e à promoção da igualdade racial.

INICIATIVA

NOVA - IMPLANTAÇÃO DE UM NÚMERO NACIONAL PARA O ACOLHIMENTO DAS DENÚNCIAS DE RACISMO, INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E CONTRA AS COMUNIDADES TRADICIONAIS PELA OUVIDORIA NACIONAL DA IGUALDADE RACIAL

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
50.000.000	01/03/2012	31/12/2015	5.000.000	45.000.000

JUSTIFICATIVA

A Lei Federal nº 12.288, de 23 de maio de 2003, conhecido como Estatuto da Igualdade Racial, no seu capítulo IV, trata DAS OUVIDORIAS PERMANENTES E DO ACESSO À JUSTIÇA E À SEGURANÇA, entre os artigos 51 e 55, senão vejamos: Art. 51. O poder público federal instituirá, na forma da lei e no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo, Ouvidorias Permanentes em Defesa da Igualdade Racial, para receber e encaminhar denúncias de preconceito e discriminação com base em etnia ou cor e acompanhar a implementação de medidas para a promoção da igualdade. Art. 52. É assegurado às vítimas de discriminação étnica o acesso aos órgãos de Ouvidoria Permanente, à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, em todas as suas instâncias, para a garantia do cumprimento de seus direitos. Parágrafo único. O Estado assegurará atenção às mulheres negras em situação de violência, garantida a assistência física, psíquica, social e jurídica. Art. 53. O Estado adotará medidas especiais para coibir a violência policial incidente sobre a população negra. Parágrafo único. O Estado implementará ações de ressocialização e proteção da juventude negra em conflito com a lei e exposta a experiências de exclusão social. Art. 54. O Estado adotará medidas para coibir atos de discriminação e preconceito praticados por servidores públicos em detrimento da população negra, observado, no que couber, o disposto na Lei no 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Art. 55. Para a apreciação judicial das lesões e das ameaças de lesão aos interesses da população negra decorrentes de situações de desigualdade étnica, recorrer-se-á, entre outros instrumentos, à ação civil pública, disciplinada na Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985. É imperioso sublinhar, ainda, que o serviço de acolhimento a denúncia de racismo, intolerância religiosa e contra as comunidades tradicionais é essencial para a população brasileira. Por isso, é descabido que a população que se encontra fragilizada pelo crime sofrido, precise efetuar uma ligação interubana para denunciar o crime sofrido. É importante frisar, igualmente, que na grande maioria a população não dispõe de recursos para efetuar essas ligações. Sendo assim, nada mais justo que se implante um número nacional de utilidade pública para o acolhimento as denúncias de racismo, intolerância religiosa e contra as comunidades tradicionais.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 477 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790007

EMENTA

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INFORMATIZADO PARA ACOLHER AS MANIFESTAÇÕES PELA OUVIDORIA NACIONAL DA IGUALDADE RACIAL

PROGRAMA

2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

OBJETIVO

0774 - Disseminar e adotar medidas que garantam a efetividade dos marcos legais referentes ao enfrentamento do racismo e à promoção da igualdade racial.

INICIATIVA

NOVA - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INFORMATIZADO PARA ACOLHER AS MANIFESTAÇÕES PELA OUVIDORIA NACIONAL DA IGUALDADE RACIAL

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
50.000.000	01/03/2012	31/12/2015	5.000.000	45.000.000

JUSTIFICATIVA

A Lei Federal nº 12.288, de 23 de maio de 2003, conhecido como Estatuto da Igualdade Racial, no seu capítulo IV, trata DAS OUVIDORIAS PERMANENTES E DO ACESSO À JUSTIÇA E À SEGURANÇA, entre os artigos 51 e 55, senão vejamos: Art. 51. O poder público federal instituirá, na forma da lei e no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo, Ouvidorias Permanentes em Defesa da Igualdade Racial, para receber e encaminhar denúncias de preconceito e discriminação com base em etnia ou cor e acompanhar a implementação de medidas para a promoção da igualdade. Art. 52. É assegurado às vítimas de discriminação étnica o acesso aos órgãos de Ouvidoria Permanente, à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, em todas as suas instâncias, para a garantia do cumprimento de seus direitos. Parágrafo único. O Estado assegurará atenção às mulheres negras em situação de violência, garantida a assistência física, psíquica, social e jurídica. Art. 53. O Estado adotará medidas especiais para coibir a violência policial incidente sobre a população negra. Parágrafo único. O Estado implementará ações de ressocialização e proteção da juventude negra em conflito com a lei e exposta a experiências de exclusão social. Art. 54. O Estado adotará medidas para coibir atos de discriminação e preconceito praticados por servidores públicos em detrimento da população negra, observado, no que couber, o disposto na Lei no 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Art. 55. Para a apreciação judicial das lesões e das ameaças de lesão aos interesses da população negra decorrentes de situações de desigualdade étnica, recorrer-se-á, entre outros instrumentos, à ação civil pública, disciplinada na Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985. É imperioso sublinhar, ainda, que após a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial e a sua consequente vigência, o Presidente da República editou o Decreto 7.261 de 12 de agosto de 2010, o qual dispõe sobre a nova estrutura da SEPPIR, estabelecendo a Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial, com um cargo de Ouvidor, no Gabinete da Ministra. Resta clarividente, que a Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial já está regulamentada na forma da Lei. Ocorre que a Ouvidoria não está implantada nos moldes previstos pelo Estatuto da Igualdade Racial. Impende acentuar que ao se referir no capítulo IV, bem como no art. 51 a OUVIDORIA PERMANENTE o legislador pretendeu dotar o órgão de mais robustez e mecanismos para responder às vítimas de discriminação etnica, racial ou de cor, de forma eficiente, recebendo, acompanhando as denúncias e implementando políticas de promoção da igualdade racial. Sendo assim, é necessário a implantação de um sistema informatizado para o acolhimento das denúncias formalizadas pela população negra, bem como o monitoramento e encaminhamento de forma rápida e eficaz das manifestações pelo órgãos responsáveis.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 478 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790008

EMENTA

Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

PROGRAMA

2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

OBJETIVO

0621 - Promover, preservar e difundir o patrimônio e as expressões culturais afro-brasileiras.

INICIATIVA

NOVA - Ampliação do apoio técnico e financeiro às organizações que preservam e promovem a cultura afrobrasileira, indígena e cigana.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
50.000.000	01/01/2012	31/12/2012	20.000.000	30.000.000

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790009

EMENTA

Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

PROGRAMA

2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

OBJETIVO

0435 - Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos.

INICIATIVA

NOVA - Prevenção à violência racial que incide sobre crianças e adolescentes negros, considerando ser o aspecto racial um fator determinante dessa violência.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
50.000.000	01/01/2012	31/12/2012	20.000.000	30.000.000

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 480 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790010

EMENTA

Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

PROGRAMA

2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

OBJETIVO

0255 - Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.

INICIATIVA

NOVA - Promoção e valorização dos negros e o enfrentamento ao racismo junto à sociedade.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
50.000.000	01/01/2012	31/12/2015	20.000.000	30.000.000

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 481 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790011

EMENTA

Modifica a iniciativa 00XS do objetivo 0289 do programa 2071

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0289 - Estimular a geração de emprego, trabalho e renda, por meio da democratização e ampliação do crédito produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

INICIATIVA

00XS - (...) manutenção de trabalho e renda, com prioridade para as formadas majoritariamente por mulheres.

JUSTIFICATIVA

Segundo o II PNPM é no espaço do trabalho onde as discriminações e as desigualdades étcnico-raciais e de gênero se tornam ainda mais evidentes. "Às desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros. Destaque-se, ainda, que são as mulheres negras que sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça/etnia. Esta interseccionalidade contribui para criar um ordenamento social que coloca no topo os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras. Dentre todos, são elas que vivenciam na escala inferior da pirâmide social as piores condições de trabalho, as que recebem os menores rendimentos, as que mais sofrem com o desemprego e as que mais estabelecem relações informais (e sua conseqüente ausência de proteção social, tanto presente quanto futura) e as que ocupam posições de menor prestígio na hierarquia profissional." Assim, é imprescindível que o as políticas vinculadas ao crédito produtivo contribuam para a igualdade de gênero, raça e etnia no mundo do trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 482 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790012

EMENTA

Modifica a iniciativa 00XT no objetivo 0289 do programa 2071

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0289 - Estimular a geração de emprego, trabalho e renda, por meio da democratização e ampliação do crédito produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

INICIATIVA

00XT - (...) manutenção de trabalho e renda com prioridade para as sob a responsabilidade de mulheres.

JUSTIFICATIVA

Segundo o II PNPM é no espaço do trabalho onde as discriminações e as desigualdades étcnico-raciais e de gênero se tornam ainda mais evidentes. "Às desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros. Destaque-se, ainda, que são as mulheres negras que sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça/etnia. Esta interseccionalidade contribui para criar um ordenamento social que coloca no topo os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras. Dentre todos, são elas que vivenciam na escala inferior da pirâmide social as piores condições de trabalho, as que recebem os menores rendimentos, as que mais sofrem com o desemprego e as que mais estabelecem relações informais (e sua conseqüente ausência de proteção social, tanto presente quanto futura) e as que ocupam posições de menor prestígio na hierarquia profissional." Assim, é imprescindível que o as políticas vinculadas ao crédito produtivo contribuam para a igualdade de gênero, raça e etnia no mundo do trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 483 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790013

EMENTA

Modifica a iniciativa 00XU no objetivo 0289 do programa 2071

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0289 - Estimular a geração de emprego, trabalho e renda, por meio da democratização e ampliação do crédito produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

INICIATIVA

00XU - Concessão de financiamento a atividades produtivas de auto-emprego e trabalho não assalariado, visando à geração e manutenção de trabalho e renda, com prioridade para mulheres e população negra.

JUSTIFICATIVA

Segundo o II PNPM é no espaço do trabalho onde as discriminações e as desigualdades étcnico-raciais e de gênero se tornam ainda mais evidentes. "Às desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros. Destaque-se, ainda, que são as mulheres negras que sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça/etnia. Esta interseccionalidade contribui para criar um ordenamento social que coloca no topo os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras. Dentre todos, são elas que vivenciam na escala inferior da pirâmide social as piores condições de trabalho, as que recebem os menores rendimentos, as que mais sofrem com o desemprego e as que mais estabelecem relações informais (e sua conseqüente ausência de proteção social, tanto presente quanto futura) e as que ocupam posições de menor prestígio na hierarquia profissional." Assim, é imprescindível que o as políticas vinculadas ao crédito produtivo contribuam para a igualdade de gênero, raça e etnia no mundo do trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 484 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790014

EMENTA

Modifica iniciativa 02QO do objetivo 0715 do programa 2015

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.

INICIATIVA

02QO - (...) - com destaque com destaque para a violência sexual e doméstica, a distribuição de anticoncepcionais de emergência - e sofrimento psicossocial.

JUSTIFICATIVA

A gravidez indesejada e o abortamento continuam sendo uma das principais causa de mortalidade materna. As metas propostas estão previstas no II PNPM (Prioridades 3.3.1 e 3.3.2). O acesso fácil e gratuito do medicamento para contracepção de emergência contribuirá na redução da morte evitável das mulheres. Consta no Dossiê de Morte Materna da RedeSaúde: "A morte materna é um dos mais sensíveis indicadores das condições de vida de uma população e reflete, principalmente, a desarticulação, desorganização e qualidade inadequada da assistência de saúde prestada à mulher durante o ciclo gravídico-puerperal, pois a assistência pronta, oportuna e adequada pode evitar a maioria dessas mortes". De acordo com o Ministério da Saúde (DATASUS, 2001), as mortes maternas correspondem a cerca de 6% dos óbitos de mulheres de 10 a 49 anos no Brasil. Em 1998, a razão de mortalidade materna foi de 63,4 por 100.000 nascidos vivos. Aplicando o fator de correção por subnotificação, no ano referido, tivemos aproximadamente 127 por cem mil nascidos vivos. Este valor nos aproxima dos países mais pobres da América Latina. Diz ainda o Dossiê da Rede Nacional de Saúde: "Entre as causas obstétricas diretas, o aborto é a quarta causa de óbito materno no país, o que demonstra a completa falência da assistência à população, visto que o planejamento familiar é um direito garantido na Constituição de 1988. A morte de mulheres por aborto indica que as ações de planejamento familiar não estão funcionando adequadamente. Associada a isso, existe a questão da criminalização do aborto, que contribui para agravar ainda mais o problema, ao obrigar as mulheres a realizar a interrupção da gravidez na clandestinidade, sob condições precárias de assistência".

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Domingos Dutra

EMENDA: 31790015

EMENTA: Modifica iniciativa 02QR do objetivo 0715 do programa 2015

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.

INICIATIVA

02QR - (...) crianças e adolescentes mais vulneráveis e viabilizar a distribuição de anticoncepcionais de emergência através da Rede.

JUSTIFICATIVA

A gravidez indesejada e o abortamento continuam sendo uma das principais causa de mortalidade materna. As metas propostas estão previstas no II PNPM (Prioridades 3.3.1 e 3.3.2). O acesso fácil e gratuito do medicamento para contracepção de emergência contribuirá na redução da morte evitável das mulheres. Consta no Dossiê de Morte Materna da RedeSaúde: "A morte materna é um dos mais sensíveis indicadores das condições de vida de uma população e reflete, principalmente, a desarticulação, desorganização e qualidade inadequada da assistência de saúde prestada à mulher durante o ciclo gravídico-puerperal, pois a assistência pronta, oportuna e adequada pode evitar a maioria dessas mortes". De acordo com o Ministério da Saúde (DATASUS, 2001), as mortes maternas correspondem a cerca de 6% dos óbitos de mulheres de 10 a 49 anos no Brasil. Em 1998, a razão de mortalidade materna foi de 63,4 por 100.000 nascidos vivos. Aplicando o fator de correção por subnotificação, no ano referido, tivemos aproximadamente 127 por cem mil nascidos vivos. Este valor nos aproxima dos países mais pobres da América Latina. Diz ainda o Dossiê da Rede Nacional de Saúde: "Entre as causas obstétricas diretas, o aborto é a quarta causa de óbito materno no país, o que demonstra a completa falência da assistência à população, visto que o planejamento familiar é um direito garantido na Constituição de 1988. A morte de mulheres por aborto indica que as ações de planejamento familiar não estão funcionando adequadamente. Associada a isso, existe a questão da criminalização do aborto, que contribui para agravar ainda mais o problema, ao obrigar as mulheres a realizar a interrupção da gravidez na clandestinidade, sob condições precárias de assistência".

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790016

EMENTA

Modifica iniciativa 02W3 do programa 2076

PROGRAMA

2076 - Turismo

OBJETIVO

0740 - Divulgar no exterior a imagem do país, seus produtos, destinos e serviços turísticos, bem como apoiar a internacionalização das empresas brasileiras do segmento.

INICIATIVA

02W3 - Promoção, marketing e apoio a comercialização para a divulgação do turismo brasileiro no mercado internacional, inclusive vinculadas ao combate ao turismo sexual - Plano Aquarela

JUSTIFICATIVA

A expectativa do Ministério do Turismo é passar de 5 milhões para 8 milhões de turistas estrangeiros em nosso país até 2011. O combate ao turismo sexual é uma prática que deve ser adotada por todos aqueles que atuam direta e indiretamente no setor turístico, bem como por toda a sociedade brasileira. Assim, a emenda pretende deixar explicito as ações vinculadas ao combate ao turismo sexual

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 487 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790026

EMENTA

Alteração de indicador para identificar sexo e cor/etnia no acesso ao serviço jurídico gratuito do programa 2020

PROGRAMA

2020 - ALTERAÇÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Modifica o seguinte INDICADOR: INDICADOR ATUAL: Cidadão assistido com prestação jurídica gratuita INDICADOR PROPOSTO: Pessoa assistida com prestação jurídica gratuita, por sexo, cor/etnia, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2011". Ao especificar o sexo, cor/etnia e a área geográfica, se terá informações mais qualificadas que poderão melhor orientar a aplicação dos recursos e efetividade da política pública. Além do mais, apesar dos avanços relativos a redução da pobreza, o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo, onde os 20% de brasileiros/as mais ricos ficam com 60% da renda nacional e os 20% mais pobres, ficam com 2,85% de nossas riquezas. "A concentração de renda impede que grande parcela da população usufrua direitos constitucionalmente assegurados e universalmente reconhecidos como indispensáveis para promoção da dignidade humana. As desigualdades ainda são acentuadas num contexto permeado pela discriminação racial, de gênero, geracional e de orientação sexual, entre outras. Além do mais, as formas de distribuição e concentração do espaço territorial também estruturam as desigualdades no Brasil". É necessário pois, garantir a essa população excluída do desenvolvimento, o acesso gratuito à justiça para efetivar seus direitos.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 488 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790027

EMENTA

Alteração de indicador para identificar sexo e cor/etnia no acesso ao serviço jurídico gratuito do programa 2020

PROGRAMA

2020 - ALTERAÇÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Modifica o seguinte INDICADOR: INDICADOR ATUAL: Cidadão assistido com prestação jurídica gratuita INDICADOR PROPOSTO: Pessoa assistida com prestação jurídica gratuita, por sexo, cor/etnia, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2011". Ao especificar o sexo, cor/etnia e a área geográfica, se terá informações mais qualificadas que poderão melhor orientar a aplicação dos recursos e efetividade da política pública. Além do mais, apesar dos avanços relativos a redução da pobreza, o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo, onde os 20% de brasileiros/as mais ricos ficam com 60% da renda nacional e os 20% mais pobres, ficam com 2,85% de nossas riquezas. "A concentração de renda impede que grande parcela da população usufrua direitos constitucionalmente assegurados e universalmente reconhecidos como indispensáveis para promoção da dignidade humana. As desigualdades ainda são acentuadas num contexto permeado pela discriminação racial, de gênero, geracional e de orientação sexual, entre outras. Além do mais, as formas de distribuição e concentração do espaço territorial também estruturam as desigualdades no Brasil". É necessário pois, garantir a essa população excluída do desenvolvimento, o acesso gratuito à justiça para efetivar seus direitos.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 489 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790028

EMENTA

Inclui indicador para moradia coletiva para pessoas idosas, por sexo e cor/etnia no programa 2049

PROGRAMA

2049 - INCLUSÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Acrescentar INDICADOR: Percentual de pessoas atendidas em domicílios coletivos, por sexo e cor/raça, para o Brasil e segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação, Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". Em estudo do CFEMEA (Indicadores de Gênero e Raça no PPA 2008-2011, Capitulo 7 , autores: José Eustáquio Diniz Alves e Suzana Cavenaghi , Programa Habitação de Interesse Social) os pesquisadores José Eustáquio Diniz Alves e Suzana Cavenaghi sugeriram como cálculo para esse indicador: Cálculo: Número de mulheres (e homens) atendidos em domicílios coletivos particulares ou públicos dividido pelo total de pessoas idosas (60 anos ou mais) na categoria correspondente, por cor/raça (por cem). Ainda segundo os autores, o conceito desse indicador com periodiciade anual, é permitir: (...) monitorar se, ao longo dos anos cobertos pelo PPA, está havendo desigualdades no atendimento do programa às pessoas idosas com necessidades de habitação. Especialmente para as mulheres da terceira idade, que são a grande maioria das pessoas com mais de 60 anos, ¿ e principalmente entre a população mais pobre - o atendimento em instituições de longa permanência para idosos é de fundamental importância para a qualidade de vida destas pessoas e famílias.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 490 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790029

EMENTA

Inclui indicador para moradia coletiva para pessoas idosas, por sexo e cor/etnia no programa 2049

PROGRAMA

2049 - INCLUSÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Acrescentar INDICADOR: Percentual de pessoas atendidas em domicílios coletivos, por sexo e cor/raça, para o Brasil e segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação, Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". Em estudo do CFEMEA (Indicadores de Gênero e Raça no PPA 2008-2011, Capitulo 7 , autores: José Eustáquio Diniz Alves e Suzana Cavenaghi , Programa Habitação de Interesse Social) os pesquisadores José Eustáquio Diniz Alves e Suzana Cavenaghi sugeriram como cálculo para esse indicador: Cálculo: Número de mulheres (e homens) atendidos em domicílios coletivos particulares ou públicos dividido pelo total de pessoas idosas (60 anos ou mais) na categoria correspondente, por cor/raça (por cem). Ainda segundo os autores, o conceito desse indicador com periodiciade anual, é permitir: (...) monitorar se, ao longo dos anos cobertos pelo PPA, está havendo desigualdades no atendimento do programa às pessoas idosas com necessidades de habitação. Especialmente para as mulheres da terceira idade, que são a grande maioria das pessoas com mais de 60 anos, ¿ e principalmente entre a população mais pobre - o atendimento em instituições de longa permanência para idosos é de fundamental importância para a qualidade de vida destas pessoas e famílias.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 491 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790030

EMENTA

Inclui indicadores ao programa 2019 explicitando atendimento às mulheres, por grupo de cor/raça

PROGRAMA

2019 - INCLUSÃO DE INDICADORES - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Inclusão dos Indicadores: - Percentual de mulheres responsáveis legais pelo beneficio, por grupos de cor/raça, segundo grandes regiões. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". - Percentual de mulheres que são responsáveis legais pelo benefício e sem cônjuge/companheiro(a) por grupos de cor/raça, segundo grandes regiões. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". A inclusão dos indicadores propostos pretende garantir visibilidade aos grupos beneficiários do programa, permitindo ao Poder Público a formulação e implementação de políticas específicas e complementares, que possam contribuir para a redução das vulnerabilidades sociais e desenvolvimento de suas potencialidades. Os indicadores propostos são viáveis, na medida em que os dados primários estão disponíveis no Cadastro Único para Programas Sociais, que é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 492 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790031

EMENTA

Inclui indicadores ao programa 2019 explicitando atendimento às mulheres, por grupo de cor/raça

PROGRAMA

2019 - INCLUSÃO DE INDICADORES - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Inclusão dos Indicadores: - Percentual de mulheres responsáveis legais pelo beneficio, por grupos de cor/raça, segundo grandes regiões. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". - Percentual de mulheres que são responsáveis legais pelo benefício e sem cônjuge/companheiro(a) por grupos de cor/raça, segundo grandes regiões. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". A inclusão dos indicadores propostos pretende garantir visibilidade aos grupos beneficiários do programa, permitindo ao Poder Público a formulação e implementação de políticas específicas e complementares, que possam contribuir para a redução das vulnerabilidades sociais e desenvolvimento de suas potencialidades. Os indicadores propostos são viáveis, na medida em que os dados primários estão disponíveis no Cadastro Único para Programas Sociais, que é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 493 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790032

EMENTA

Incluir indicador com número de creches e período de funcionamento no programa 2030

PROGRAMA

2030 - INCLUSÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Acrescenta o seguinte INDICADOR: - Número de creches existentes, por Grandes Regiões, Estados e Municípios e por período de funcionamento. Unidade de Medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2011". No jornal FEMEA, produzido pelo CFEMEA, de dezembro de 2009, foi publicada a matéria Falta de creches públicas sobrecarrega e empobrece as mulheres trabalhadoras que diz o seguinte: "O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM) tem como meta aumentar em 12% o número de crianças de zero a seis anos de idade freqüentando creche ou pré-escola na rede pública e construir 1.714 creches, entre 2008 e 2011. Mas, nesses dois últimos anos, foi feito muito pouco para cumprir a meta. Em 2009, foram gastos apenas 4,5% dos recursos previstos para a construção de creches (R$ 535 milhões). Nesse ritmo, o governo federal vai ficar muito longe de cumprir o compromisso firmado com as mulheres por meio do PNPM. Para 2010, está previsto cerca de R$ 1 bilhão. Nas famílias onde as crianças com até seis anos de idade estão em creche ou na pré-escola, a renda familiar por pessoa é 50% maior do que naquelas que não contam com essa opção, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001." Nas famílias mais pobres é que o impacto da oferta de creches e escolas é maior, segundo artigo da professora Bila Sorj, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nessas famílias, o salário das mães é 35% maior quando elas contam com educação para seus filhos, por causa da liberação de tempo (até duas horas diárias) para o trabalho remunerado. Nas famílias mais ricas, o aumento no salário cai para cerca de 14% e a jornada permanece igual. "Assim, podemos concluir que o grupo de renda que mais se beneficia do acesso à educação infantil são os pobres", diz Bila em seu artigo, para concluir: "Dessa maneira, a ampliação dos investimentos públicos na educação infantil deve ser considerada uma prioridade na agenda das políticas públicas voltadas à promoção de equidade de gênero". A meta no PPA 2012-2015 de 6.000 creches é quatro vezes ao que se tinha previsto no II PNPM, mas é preciso garantir que essa meta será cumprida. Esse ano de 2011 quantas creches foram inauguradas? Quantas estão em funcionamento em tempo integral, inclusive nas férias escolares? Quantas creches funcionam no

período noturno? Essas seis mil serão realizadas a média de 1500 por ano? A Ação orçamentária 09CW - APOIO A REESTRUTURACAO DA REDE FISICA PUBLICA DA EDUCACAO BASICA do Programa: 1448 - QUALIDADE NA ESCOLA que tem autorizado na LOA 2011, R$ 657,6 milhões até o dia 22/09/2011, empenhou só 61,9% (R$406,8 milhões) e liquidou apenas R$104.4 milhões, que representam 15,9% dos recursos autorizados para o corrente ano. Para que a sociedade possa melhor monitorar a realização dessa meta de 6000 creches é que se propõe o indicador com divulgação trimestral.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 495 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790033

EMENTA

Incluir indicador com número de creches e período de funcionamento no programa 2030

PROGRAMA

2030 - INCLUSÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Acrescenta o seguinte INDICADOR: - Número de creches existentes, por Grandes Regiões, Estados e Municípios e por período de funcionamento. Unidade de Medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2011". No jornal FEMEA, produzido pelo CFEMEA, de dezembro de 2009, foi publicada a matéria Falta de creches públicas sobrecarrega e empobrece as mulheres trabalhadoras que diz o seguinte: "O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM) tem como meta aumentar em 12% o número de crianças de zero a seis anos de idade freqüentando creche ou pré-escola na rede pública e construir 1.714 creches, entre 2008 e 2011. Mas, nesses dois últimos anos, foi feito muito pouco para cumprir a meta. Em 2009, foram gastos apenas 4,5% dos recursos previstos para a construção de creches (R$ 535 milhões). Nesse ritmo, o governo federal vai ficar muito longe de cumprir o compromisso firmado com as mulheres por meio do PNPM. Para 2010, está previsto cerca de R$ 1 bilhão. Nas famílias onde as crianças com até seis anos de idade estão em creche ou na pré-escola, a renda familiar por pessoa é 50% maior do que naquelas que não contam com essa opção, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001." Nas famílias mais pobres é que o impacto da oferta de creches e escolas é maior, segundo artigo da professora Bila Sorj, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nessas famílias, o salário das mães é 35% maior quando elas contam com educação para seus filhos, por causa da liberação de tempo (até duas horas diárias) para o trabalho remunerado. Nas famílias mais ricas, o aumento no salário cai para cerca de 14% e a jornada permanece igual. "Assim, podemos concluir que o grupo de renda que mais se beneficia do acesso à educação infantil são os pobres", diz Bila em seu artigo, para concluir: "Dessa maneira, a ampliação dos investimentos públicos na educação infantil deve ser considerada uma prioridade na agenda das políticas públicas voltadas à promoção de equidade de gênero". A meta no PPA 2012-2015 de 6.000 creches é quatro vezes ao que se tinha previsto no II PNPM, mas é preciso garantir que essa meta será cumprida. Esse ano de 2011 quantas creches foram inauguradas? Quantas estão em funcionamento em tempo integral, inclusive nas férias escolares? Quantas creches funcionam no período noturno? Essas seis mil serão realizadas a média de 1500 por ano? A Ação orçamentária 09CW

- APOIO A REESTRUTURACAO DA REDE FISICA PUBLICA DA EDUCACAO BASICA do Programa: 1448 - QUALIDADE NA ESCOLA que tem autorizado na LOA 2011, R$ 657,6 milhões até o dia 22/09/2011, empenhou só 61,9% (R$406,8 milhões) e liquidou apenas R$104.4 milhões, que representam 15,9% dos recursos autorizados para o corrente ano. Para que a sociedade possa melhor monitorar a realização dessa meta de 6000 creches é que se propõe o indicador com divulgação trimestral.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 497 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790034

EMENTA

Incluir indicadores para identificar a particip de mulheres e pop negra no acesso ao crédito e ATER

PROGRAMA

2012 - INCLUSÃO DE INDICADORES - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Incluam-se os seguintes INDICADORES - Taxa de atendimento a beneficiários do Programa, por sexo, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". - Taxa de atendimento aos beneficiários do Programa, por cor/raça e enquadramento, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". - Percentual de egressos das ações de ATER, por sexo, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". - Número de pessoas com acesso ao crédito agrícola, por volume de recursos, por sexo, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de Medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2011". As metas do Programa de Agricultura Familiar bem como seus objetivos especificam claramente o opção de incluir a população feminina em suas ações. Entretanto os indicadores que servirão de base para a avaliação do Programa não trazem nenhuma indicação do sexo ou cor de seus beneficiários, daí a proposta de acréscimo desses três indicadores que permitirão, respectivamente: a. identificar a participação das mulheres na distribuição dos recursos do Programa, seja como principal beneficiária do Programa, seja na condição de cônjuge (2º titular); b. avaliar a distribuição dos recursos do Programa segundo a cor/raça dos beneficiários e sua representatividade em cada grupo de acesso do PRONAF; c. Medir a participação dos agricultores familiares homens e mulheres nas ações de ATER. O outro indicador proposto visa avaliar se as metas (que especificam o atendimento às mulheres rurais em 30 e 35%) previstas nos objetivos: ¿ OBJETIVO: 0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços. ¿ OBJETIVO: 0759 - Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar foram alcançadas como previsto no Programa. O valor de referência do indicador Disponibilização de recursos pelo Plano Safra da Agricultura Familiar é de R$16 bilhões de reais e,

observada a orientação geral das metas do Programa que estimam a participação das mulheres de 30% a 35% nas ações, nesses recursos então se teria R$5 bilhões a serem destinados preferencialmente as mulheres rurais.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 499 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790035

EMENTA

Incluir indicadores para identificar a particip de mulheres e pop negra no acesso ao crédito e ATER

PROGRAMA

2012 - INCLUSÃO DE INDICADORES - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Incluam-se os seguintes INDICADORES - Taxa de atendimento a beneficiários do Programa, por sexo, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". - Taxa de atendimento aos beneficiários do Programa, por cor/raça e enquadramento, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". - Percentual de egressos das ações de ATER, por sexo, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". - Número de pessoas com acesso ao crédito agrícola, por volume de recursos, por sexo, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de Medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2011". As metas do Programa de Agricultura Familiar bem como seus objetivos especificam claramente o opção de incluir a população feminina em suas ações. Entretanto os indicadores que servirão de base para a avaliação do Programa não trazem nenhuma indicação do sexo ou cor de seus beneficiários, daí a proposta de acréscimo desses três indicadores que permitirão, respectivamente: a. identificar a participação das mulheres na distribuição dos recursos do Programa, seja como principal beneficiária do Programa, seja na condição de cônjuge (2º titular); b. avaliar a distribuição dos recursos do Programa segundo a cor/raça dos beneficiários e sua representatividade em cada grupo de acesso do PRONAF; c. Medir a participação dos agricultores familiares homens e mulheres nas ações de ATER. O outro indicador proposto visa avaliar se as metas (que especificam o atendimento às mulheres rurais em 30 e 35%) previstas nos objetivos: ¿ OBJETIVO: 0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços. ¿ OBJETIVO: 0759 - Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar foram alcançadas como previsto no Programa. O valor de referência do indicador Disponibilização de recursos pelo Plano Safra da Agricultura Familiar é de R$16 bilhões de reais e,

observada a orientação geral das metas do Programa que estimam a participação das mulheres de 30% a 35% nas ações, nesses recursos então se teria R$5 bilhões a serem destinados preferencialmente as mulheres rurais.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 501 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790036

EMENTA

Inclusão de indicador ao programa 2069

PROGRAMA

2069 - INCLUSÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Inclusão de Indicador: - População residente, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, por tipo de insegurança alimentar, segundo sexo, grupos de idade, cor ou raça. Unidade de Medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2011". O indicador proposto possibilita a identificação dos grupos populacionais mais vulneráveis relativamente a dimensão da segurança alimentar e nutricional e assim a adoção de políticas públicas que considerem tais especificidades. Ressalte-se que o IBGE tem realizado periodicamente, no âmbito da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios pesquisas que possibilitam o acompanhamento do indicador proposto, como em 2004 e 2009.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 502 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790037

EMENTA

Inclusão de indicador ao programa 2069

PROGRAMA

2069 - INCLUSÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Inclusão de Indicador: - População residente, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, por tipo de insegurança alimentar, segundo sexo, grupos de idade, cor ou raça. Unidade de Medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2011". O indicador proposto possibilita a identificação dos grupos populacionais mais vulneráveis relativamente a dimensão da segurança alimentar e nutricional e assim a adoção de políticas públicas que considerem tais especificidades. Ressalte-se que o IBGE tem realizado periodicamente, no âmbito da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios pesquisas que possibilitam o acompanhamento do indicador proposto, como em 2004 e 2009.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 503 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790038

EMENTA

Inclusão de indicadores no programa 2016

PROGRAMA

2016 - INCLUSÃO DE INDICADORES - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Incluam-se os seguintes INDICADORES: - Taxa de Homicídio de Mulheres, por cor/etnia, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de Medida %, Data de Referência 01/01/2011. - Participação das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA). Unidade de medida %, Data de Referência 01/01/2011. Nos últimos anos o Governo federal aumentou ano a ano o gasto com o seu programa de combate à violência contra as mulheres. Em 1998 liquidou R$362 648,00 e em 2008 esse valor foi de R$ 25 378 902,00, mas a taxa de homicídios femininos continuou inalterada (de 4,27 para 4,17) no período. A alocação de recursos financeiros dos governos e a criação de mecanismos de combate à violência contra as mulheres e de normas legais específicas, como a Lei Maria da Penha, que já tem 5 anos, não foram suficientes para diminuir os homicídio de mulheres. Conforme registra o Mapa da Violência, no período entre 1998 e 2008, foram assassinadas no país 42 mil mulheres em um ritmo que acompanhou quase estritamente o crescimento da população feminina, de forma tal que as taxas anuais do período rondaram sempre os 4,25 homicídios para cada 100 mil mulheres. Número e taxas de homicídio feminino.Brasil. 1998/2008. Ano Homicídios Taxa 1998 3.503 4,27 1999 3.536 4,26 2000 3.743 4,34 2001 3.851 4,40 2002 3.867 4,36 2003 3.937 4,38 2004 3.830 4,21 2005 3.884 4,15 2006 4.022 4,24 2007 3.772 3,92 2008 4.023 4,17 Total 41.968 4,25 Fonte: SIM/SVS/MS O Mapa traz ainda as informações dos homicídios por Estado: Número e taxas de homicídios femininos. Brasil, 1998-2008 UF/Região Número de homicídios Taxas de homicídio Var % 1998 2008 1998 2008 Acre 12 14 4,7 4,1 -12,1 Amapá 12 13 5,7 4,3 -25,9 Amazonas 54 63 4,3 3,8 -11,9 Pará 66 164 2,3 4,5 95,4 Rondônia 45 39 7,3 5,3 -27,1 Roraima 12 15 9,5 7,7 -19,3 Tocantins 19 21 3,5 3,3 -5,3 Norte 220 329 3,8 4,4 16,9 Alagoas 44 83 3,2 5,2 62,4 Bahia 100 308 1,5 4,2 173,9 Ceará 56 118 1,6 2,7 75,3 Maranhão 29 81 1,1 2,6 137,6 Paraíba 41 85 2,4 4,4 87,1 Pernambuco 277 298 7,1 6,6 -7,1 Piauí 20 40 1,4 2,5 75,5 R G Norte 20 60 1,5 3,8 154,0 Sergipe 14 35 1,6 3,4 110,8 Nordeste 601 1.108 2,6 4,1 59,6 Espírito Santo 165 191 11,3 10,9 -3,6 Minas Gerais 195 372 2,3 3,7 64,1 Rio de Janeiro 563 372 7,9 4,5 -43,3 São Paulo 1.036 666 5,8 3,2 -45,3 Sudeste 1.959 1.601 5,6 3,9 -30,2

Paraná 179 307 3,8 5,7 49,2 R G Sul 181 216 3,6 3,9 8,1 Sta Catarina 67 86 2,7 2,8 6,0 Sul 427 609 3,5 4,4 24,7 Distr Federal 59 72 5,9 5,4 -8,6 Goiás 72 161 3,0 5,5 79,6 Mato Grosso 94 84 8,3 5,8 -30,5 Mato G do Sul 71 59 7,2 5,0 -29,6 Centro-Oeste 296 376 5,4 5,4 1,0 Brasil 3.503 4.023 4,3 4,2 -2,4 Fonte: SIM/SVS/MS Em recente estudo publicado, o CFEMEA alerta para as diferenças de homicídios das mulheres brancas e negras. A pedido do CFEMEA, o pesquisador Julio Jacobo Waiselfisz elaborou informações que mostram que, desde 2003, o número de homicídios de mulheres brancas vem caindo, enquanto o de mulheres negras aumenta: Taxas (em 100 mil) Vitimização (Indica em que proporção morreram mais mulheres negras do que brancas) (%) Brancas Negras 3,2 4,7 45,7 Fonte: SIM/SVS/MS. Elaboração: Julio Jacobo Waiselfis Diz Ana Claudia Pereira, Consultora do CFEMEA: Isso quer dizer que morreram, somente em 2008, 45,7% mais mulheres negras do que brancas. Essa diferença, além de muito preocupante, sugere que a aplicação de leis e políticas públicas para acabar com a violência de forma diferente para brancas e negras. É necessário que o poder público e a academia investiguem essas desigualdades para explicar melhor porque ela ocorre dessa forma e criar mecanismos para que as mulheres negras também tenham seus direitos garantidos. A apuração do indicador proposto auxiliará no diagnóstico da situação e indicará medidas regionais e locais a serem adotadas pelos governos para reduzir os homicípios femininos que na maioria das vezes é praticado no próprio domicílio da vítima. O outro indicador proposto, medirá a eficácia das medidas do Plano Mais Brasil a para a autonomia econômica as mulheres. A análise da participação das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA) mostrará se as medidas de criação de infra-estrutura social colocadas no PPA tiveram as consequencias esperadas de aumentar a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790039

EMENTA

Inclusão de indicadores no programa 2016

PROGRAMA

2016 - INCLUSÃO DE INDICADORES - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Incluam-se os seguintes INDICADORES: - Taxa de Homicídio de Mulheres, por cor/etnia, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de Medida %, Data de Referência 01/01/2011. - Participação das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA). Unidade de medida %, Data de Referência 01/01/2011. Nos últimos anos o Governo federal aumentou ano a ano o gasto com o seu programa de combate à violência contra as mulheres. Em 1998 liquidou R$362 648,00 e em 2008 esse valor foi de R$ 25 378 902,00, mas a taxa de homicídios femininos continuou inalterada (de 4,27 para 4,17) no período. A alocação de recursos financeiros dos governos e a criação de mecanismos de combate à violência contra as mulheres e de normas legais específicas, como a Lei Maria da Penha, que já tem 5 anos, não foram suficientes para diminuir os homicídio de mulheres. Conforme registra o Mapa da Violência, no período entre 1998 e 2008, foram assassinadas no país 42 mil mulheres em um ritmo que acompanhou quase estritamente o crescimento da população feminina, de forma tal que as taxas anuais do período rondaram sempre os 4,25 homicídios para cada 100 mil mulheres. Número e taxas de homicídio feminino.Brasil. 1998/2008. Ano Homicídios Taxa 1998 3.503 4,27 1999 3.536 4,26 2000 3.743 4,34 2001 3.851 4,40 2002 3.867 4,36 2003 3.937 4,38 2004 3.830 4,21 2005 3.884 4,15 2006 4.022 4,24 2007 3.772 3,92 2008 4.023 4,17 Total 41.968 4,25 Fonte: SIM/SVS/MS O Mapa traz ainda as informações dos homicídios por Estado: Número e taxas de homicídios femininos. Brasil, 1998-2008 UF/Região Número de homicídios Taxas de homicídio Var % 1998 2008 1998 2008 Acre 12 14 4,7 4,1 -12,1 Amapá 12 13 5,7 4,3 -25,9 Amazonas 54 63 4,3 3,8 -11,9 Pará 66 164 2,3 4,5 95,4 Rondônia 45 39 7,3 5,3 -27,1 Roraima 12 15 9,5 7,7 -19,3 Tocantins 19 21 3,5 3,3 -5,3 Norte 220 329 3,8 4,4 16,9 Alagoas 44 83 3,2 5,2 62,4 Bahia 100 308 1,5 4,2 173,9 Ceará 56 118 1,6 2,7 75,3 Maranhão 29 81 1,1 2,6 137,6 Paraíba 41 85 2,4 4,4 87,1 Pernambuco 277 298 7,1 6,6 -7,1 Piauí 20 40 1,4 2,5 75,5 R G Norte 20 60 1,5 3,8 154,0 Sergipe 14 35 1,6 3,4 110,8 Nordeste 601 1.108 2,6 4,1 59,6 Espírito Santo 165 191 11,3 10,9 -3,6 Minas Gerais 195 372 2,3 3,7 64,1 Rio de Janeiro 563 372 7,9 4,5 -43,3 São Paulo 1.036 666 5,8 3,2 -45,3 Sudeste 1.959 1.601 5,6 3,9 -30,2 Paraná 179 307 3,8 5,7 49,2 R G Sul 181 216 3,6 3,9 8,1 Sta Catarina 67 86 2,7 2,8 6,0 Sul 427 609

3,5 4,4 24,7 Distr Federal 59 72 5,9 5,4 -8,6 Goiás 72 161 3,0 5,5 79,6 Mato Grosso 94 84 8,3 5,8 -30,5 Mato G do Sul 71 59 7,2 5,0 -29,6 Centro-Oeste 296 376 5,4 5,4 1,0 Brasil 3.503 4.023 4,3 4,2 -2,4 Fonte: SIM/SVS/MS Em recente estudo publicado, o CFEMEA alerta para as diferenças de homicídios das mulheres brancas e negras. A pedido do CFEMEA, o pesquisador Julio Jacobo Waiselfisz elaborou informações que mostram que, desde 2003, o número de homicídios de mulheres brancas vem caindo, enquanto o de mulheres negras aumenta: Taxas (em 100 mil) Vitimização (Indica em que proporção morreram mais mulheres negras do que brancas) (%) Brancas Negras 3,2 4,7 45,7 Fonte: SIM/SVS/MS. Elaboração: Julio Jacobo Waiselfis Diz Ana Claudia Pereira, Consultora do CFEMEA: Isso quer dizer que morreram, somente em 2008, 45,7% mais mulheres negras do que brancas. Essa diferença, além de muito preocupante, sugere que a aplicação de leis e políticas públicas para acabar com a violência de forma diferente para brancas e negras. É necessário que o poder público e a academia investiguem essas desigualdades para explicar melhor porque ela ocorre dessa forma e criar mecanismos para que as mulheres negras também tenham seus direitos garantidos. A apuração do indicador proposto auxiliará no diagnóstico da situação e indicará medidas regionais e locais a serem adotadas pelos governos para reduzir os homicípios femininos que na maioria das vezes é praticado no próprio domicílio da vítima. O outro indicador proposto, medirá a eficácia das medidas do Plano Mais Brasil a para a autonomia econômica as mulheres. A análise da participação das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA) mostrará se as medidas de criação de infra-estrutura social colocadas no PPA tiveram as consequencias esperadas de aumentar a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 507 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790040

EMENTA

Modifica indicador do programa 2029

PROGRAMA

2029 - ALTERAÇÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

INDICADOR MODIFICADO: - Participantes sócios em empreendimentos econômicos Solidários , segundo sexo, cor/raça. Unidade de Medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2008", Índice de Referência "1.687.035". A especificação de sexo, raça/cor nos indicadores vinculados aos empreendimentos econômicos solidários é fundamental para a formulação e implementação das políticas públicas orientadas à igualdade de gênero, raça/etnia no mundo do trabalho. O indicadores sociais e econômicos disponíveis evidenciam, conforme explicita a própria Mensagem Presidencial as desigualdades de gênero raça e etnia no mundo do trabalho. Segundo II PNPM "as desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros".Para reverter tal quadro de injustiça é preciso acompanhar a partir dos parâmetros propostos a execução das políticas públicas direcionadas aos empreendimentos econômicos solidários.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 508 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790041

EMENTA

Modifica indicador do programa 2029

PROGRAMA

2029 - ALTERAÇÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

INDICADOR MODIFICADO: - Participantes sócios em empreendimentos econômicos Solidários , segundo sexo, cor/raça. Unidade de Medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2008", Índice de Referência "1.687.035". A especificação de sexo, raça/cor nos indicadores vinculados aos empreendimentos econômicos solidários é fundamental para a formulação e implementação das políticas públicas orientadas à igualdade de gênero, raça/etnia no mundo do trabalho. O indicadores sociais e econômicos disponíveis evidenciam, conforme explicita a própria Mensagem Presidencial as desigualdades de gênero raça e etnia no mundo do trabalho. Segundo II PNPM "as desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros".Para reverter tal quadro de injustiça é preciso acompanhar a partir dos parâmetros propostos a execução das políticas públicas direcionadas aos empreendimentos econômicos solidários.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 509 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790042

EMENTA

Modifica indicadores do programa 2071

PROGRAMA

2071 - ALTERAÇÃO DE INDICADORES - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Modifica os seguintes INDICADORES: - Clientes ativos do microcrédito produtivo orientado, segundo, sexo, raça/cor. Unidade de medida "unidade", Data de Referência "01/01/2011". - Operações realizadas de microcrédito produtivo orientado segundo, sexo, raça/cor. Unidade de medida "unidade" e "R$1,00", Data de Referência "01/01/2011". - Volume de crédito concedido para microcrédito produtivo Orientado, segundo segundo, sexo, raça/cor do responsável ou predominante no grupo. Unidade de medida "R$1,00", Data de Referência "01/01/2011". A especificação de sexo, raça/cor nos indicadores vinculados ao microcrédito produtivo orientado é fundamental para a formulação e implementação das políticas públicas orientadas à igualdade de gênero, raça/etnia no mundo do trabalho. O indicadores sociais e econômicos disponíveis evidenciam, conforme explicita a própria Mensagem Presidencial as desigualdades de gênero raça e etnia no mundo do trabalho. Segundo II PNPM ¿as desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros¿.Para reverter tal quadro de injustiça é preciso acompanhar a partir dos parâmetros propostos a execução das políticas públicas de microcrédito produtivo orientado.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 510 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790043

EMENTA

Modifica indicadores do programa 2071

PROGRAMA

2071 - ALTERAÇÃO DE INDICADORES - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Modifica os seguintes INDICADORES: - Clientes ativos do microcrédito produtivo orientado, segundo, sexo, raça/cor. Unidade de medida "unidade", Data de Referência "01/01/2011". - Operações realizadas de microcrédito produtivo orientado segundo, sexo, raça/cor. Unidade de medida "unidade" e "R$1,00", Data de Referência "01/01/2011". - Volume de crédito concedido para microcrédito produtivo Orientado, segundo segundo, sexo, raça/cor do responsável ou predominante no grupo. Unidade de medida "R$1,00", Data de Referência "01/01/2011". A especificação de sexo, raça/cor nos indicadores vinculados ao microcrédito produtivo orientado é fundamental para a formulação e implementação das políticas públicas orientadas à igualdade de gênero, raça/etnia no mundo do trabalho. O indicadores sociais e econômicos disponíveis evidenciam, conforme explicita a própria Mensagem Presidencial as desigualdades de gênero raça e etnia no mundo do trabalho. Segundo II PNPM ¿as desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros¿.Para reverter tal quadro de injustiça é preciso acompanhar a partir dos parâmetros propostos a execução das políticas públicas de microcrédito produtivo orientado.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Domingos Dutra	31790044

EMENTA TEXTO

Acrescenta parágrafos ao Art. 16

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Modificativa	Artigo 16

TEXTO PROPOSTO

Art. 16. O Poder Executivo promoverá a participação da sociedade no processo de monitoramento dos Programas do PPA2012-2015.
§ 1º. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão coordenará o Sistema Público de Monitoramento do PPA que terá efetiva participação social e transparência das informações
§ 2º. Caberá ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão disponibilizar, na internet, a execução orçamentária dos Programas do PPA e anualmente, o quantitativo alcançado de cada meta prevista, inclusive a posição das metas qualitativas especificadas, e a evolução dos indicadores, quando couber.
§ 3º. Caberá à Secretaria Geral da Presidência da República coordenar e viabilizar a divulgação, no Sistema Público de Monitoramento do PPA, das informações dos Conselhos de Controle Social e as deliberações das Conferências Nacionais e sua interface, no que couber, com os Programas Temáticos e Metas do PPA.
§ 4º O Fórum Interconselhos deverá compor o Sistema Público de Monitoramento do PPA, devendo se reunir no mínimo uma vez a cada semestre para monitorar a execução do PPA 2012-2015.

JUSTIFICATIVA

O Governo Federal realizou em maio último o Fórum Interconselhos, do qual participaram 400 pessoas: 285 representantes vinculados a 34 conselhos nacionais, dois comissões e CDES; 85 representantes de entidades regionais não representadas nos conselhos setoriais e representantes do Ministério do Planejamento, da Secretaria Geral e da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. Na oportunidade foi distribuída a Cartilha de Orientação para as Consultas à Sociedade sobre o Ciclo de Gestão do PPA 2012-2015 que traz a seguinte afirmação: "O PPA 2012-2015 será orientado, dentre outras características, por um amplo processo participativo, cuja finalidade é a de que o Plano seja um importante instrumento de interação entre o Estado e o cidadão, com vistas à efetividade das políticas públicas." Esse novo espaço de debate proposto pelo Governo federal, chamado de Fórum Inter Conselhos, para não repetir as experiências frustradas de participação social que ocorreram nos dois últimos PPAs (2004-2007 e 2008-2011), necessitará de informações oficiais e atualizadas sobre o gasto público e a execução das metas definidas pelo governo para cada Programa do PPA 2011-2015 - Plano Mais Brasil O Art 16 do Projeto de Lei 29/2011-CN não especifica quais órgãos do Executivo serão os responsáveis pela divulgação e transparência das informações indispensáveis para que a sociedade possa participar do processo e nem tão pouco define os meios de divulgação desses dados. Também os mecanismos para garantir a participação social no monitoramento do PPA e execução da LOA, não estão citados. Os acréscimos dos parágrafos ao artigo 16 vêm suprir essas deficiências ao definir os órgãos do Poder Executivo responsáveis pela sistematização e divulgação das informações (MPOG) e que garantirão (SG/PR) que os mecanismos hoje existentes: conselhos de controle social e conferências nacionais tenham suas decisões melhor incorporadas às peças orçamentárias da União. O Sistema Público de Monitoramento, contando pelo menos com o Fórum Interconselhos para monitoramento periódico e sistemático do PPA, além da divulgação ampla de informações pela internet sobre a execução das políticas governamentais previstas no PPA vai fornecer as condições básicas para uma efetiva participação social no monitoramento das políticas públicas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 512 de 2315

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Domingos Dutra	31790045

EMENTA TEXTO

Altera a redação do inciso I do art. 4º

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Modificativa	Artigo 4 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

Art. 4º O PPA 2012-2015 terá como diretrizes:
I - a redução das desigualdades sociais, de gênero, étnico-racial e regionais;

JUSTIFICATIVA

A emenda pretende incorporar entre as diretrizes do Plano Plurianual 2012-2015 a redução das desigualdades de gênero e étnico-racial, que conforme dados constantes na Mensagem Presidencial que o encaminha, ainda são persistentes e estruturantes da exclusão social no Brasil "Nos últimos anos, o processo de inclusão social e redução das desigualdades retirou milhões de brasileiros da pobreza. Todavia, o perfil daqueles que ainda se encontram em situação de extrema pobreza indica que há segmentos mais vulneráveis, como a populações feminina e negra." Vale lembrar que nos dois últimos Planos, tal diretriz esteve explicita de forma enfática. No Plano Plurianual 2004-2007 as desigualdades manifestadas nas dimensões raciais e de gênero foram incorporadas como fatores que aumentam a injustiça e a exclusão social: "Tal registro é necessário para rompermos com a visão que nega a existência do racismo e discriminação da mulher como fator que aumenta a injustiça e a exclusão social." A incorporação da garantia da transversalidade de gênero, raça/etnia na formulação e implementação do conjunto das políticas públicas era uma das diretrizes gerais presentes no PPA 2004/2007. Dois desafios estavam colocados: Desafio 8: Promover a Redução das Desigualdades Raciais, com Ênfase na Valorização Cultural das Etnias Desafio 9: Promover a Redução das Desigualdades de Gênero, com Ênfase na Valorização das Diferentes Identidades No PPA 2008-2011 tais dimensões estão presentes no desafio "Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos", sendo explicitado "... a perspectiva de promoção da igualdade de gênero e raça deve estar presente na elaboração, execução e monitoramento de todas as políticas de governo, incorporada como princípio gerador de democracia, desenvolvimento e paz social." A emenda, portanto, vem resgatar tais dimensões estruturantes das desigualdades e da injustiça social no Brasil, entre as diretrizes do Plano Plurianual 2012-2015.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Domingos Dutra	31790046

EMENTA TEXTO

Suprime o inciso III, do § 5º, do art. 19, renumerando-se os demais

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Supressiva	Artigo 19 Parágrafo 5 Inciso III

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de lei do PPA 2012-2015 autoriza o Poder Executivo a alterar alguns atributos dos programas no decorrer do processo de implementação do Plano Plurianual. De fato, é preciso garantir algum grau de flexibilidade, na medida em que o Plano tem uma duração de 4 anos e a dinâmica de mudanças nos cenários e nos processos de execução das políticas públicas, requerem, para além da possibilidade de revisão anual, algum grau de autonomia do Poder Executivo, que viabilize uma adequação da sua programação. Mas, é preciso também que o Poder Legislativo garanta, nas alterações que envolvam mérito, a sua autorização específica. É o caso do atributo META. Assim, a presente emenda visa excluir a autorização para sua alteração no âmbito do Poder Executivo.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 514 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790017

EMENTA

Alteração da meta 0869 do programa 2071

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0869 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

JUSTIFICATIVA

A especificação de sexo, raça/cor nos indicadores vinculados ao microcrédito produtivo orientado é fundamental para a formulação e implementação das políticas públicas orientadas à igualdade de gênero, raça/etnia no mundo do trabalho. Por isso, é necessário que os registros administrativos dos agentes operadores dos processos de qualificação e concessão de crédito também viabilizem tal desagregação das informações.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 515 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790018

EMENTA

Alteração de meta no programa 2029 para incluir prioridade para mulheres e população negra

PROGRAMA

2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

OBJETIVO

0983 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

JUSTIFICATIVA

Segundo o II PNPM é no espaço do trabalho onde as discriminações e as desigualdades étcnico-raciais e de gênero se tornam ainda mais evidentes. "Às desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros. Destaque-se, ainda, que são as mulheres negras que sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça/etnia. Esta interseccionalidade contribui para criar um ordenamento social que coloca no topo os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras. Dentre todos, são elas que vivenciam na escala inferior da pirâmide social as piores condições de trabalho, as que recebem os menores rendimentos, as que mais sofrem com o desemprego e as que mais estabelecem relações informais (e sua conseqüente ausência de proteção social, tanto presente quanto futura) e as que ocupam posições de menor prestígio na hierarquia profissional." Assim, é imprescindível que o as políticas vinculadas a capacitação social e profissionais dos trabalhadores para a economia solidária contribuam para a igualdade de gênero, raça e etnia no mundo do trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 516 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790019

EMENTA

Inclui e modifica metas e altera o texto do objetivo 0287 do programa 2071

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0287 - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho, na perspectiva da igualdade de gênero, raça e etnia.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

01000 - Câmara dos Deputados

JUSTIFICATIVA

A alteração de meta visa garantir que no mínimo o governo federal dobre a oferta de vagas, garantindo suporte que possibilitem as mulheres chefes de família acessarem tal política, como creches, brinquedotecas, transporte, lanche, entre outros. A inclusão das metas visam promover a igualdade de gênero e etnico-racial nas relações de trabalho e na definição dos processos de qualificação social e profissional.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790020

EMENTA

Inclui metas ao objetivo 0715 do programa 2015

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0715 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

36000 - Ministério da Saúde

JUSTIFICATIVA

A gravidez indesejada e o abortamento continuam sendo uma das principais causa de mortalidade materna. As metas propostas estão previstas no II PNPM (Prioridades 3.3.1 e 3.3.2). O acesso fácil e gratuito do medicamento para contracepção de emergência contribuirá na redução da morte evitável das mulheres. Consta no Dossiê de Morte Materna da Rede Saúde: "A morte materna é um dos mais sensíveis indicadores das condições de vida de uma população e reflete, principalmente, a desarticulação, desorganização e qualidade inadequada da assistência de saúde prestada à mulher durante o ciclo gravídico-puerperal, pois a assistência pronta, oportuna e adequada pode evitar a maioria dessas mortes". De acordo com o Ministério da Saúde (DATASUS, 2001), as mortes maternas correspondem a cerca de 6% dos óbitos de mulheres de 10 a 49 anos no Brasil. Em 1998, a razão de mortalidade materna foi de 63,4 por 100.000 nascidos vivos. Aplicando o fator de correção por subnotificação, no ano referido, tivemos aproximadamente 127 por cem mil nascidos vivos. Este valor nos aproxima dos países mais pobres da América Latina. Diz ainda o Dossiê da Rede Nacional de Saúde: "Entre as causas obstétricas diretas, o aborto é a quarta causa de óbito materno no país, o que demonstra a completa falência da assistência à população, visto que o planejamento familiar é um direito garantido na Constituição de 1988. A morte de mulheres por aborto indica que as ações de planejamento familiar não estão funcionando adequadamente. Associada a isso, existe a questão da criminalização do aborto, que contribui para agravar ainda mais o problema, ao obrigar as mulheres a realizar a interrupção da gravidez na clandestinidade, sob condições precárias de assistência".

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790021

EMENTA

Inclui metas no programa 2037

PROGRAMA

2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

OBJETIVO

0282 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

JUSTIFICATIVA

A inclusão das metas relativas à ampliação dos serviços de proteção social especial, está vinculado a garantia dos direitos de cidadania no campo da política pública de assistência social, conforme estabelece a Constituição Federal. As novas metas dialogam também com a prioridade estratégica do movimento de mulheres de garantir que o Estado cumpra seu papel no oferecimento de infraestrutura social, particularmente da infraestrutura para a economia do cuidado. Estudo da CEPAL indica que o ponto cego das políticas públicas na America Latina está na redistribuição das tarefas de cuidado entre o Estado, o mercado e as famílias. E nesse ponto as desigualdades de gênero são evidentes. Segundo jornal Fêmea jul/set/2011, "O cuidado no Brasil ainda é um problema de esfera privada, cuja solução recai, quando não exclusivamente, no mínimo desproporcionalmente, sobre as mulheres". Na mesma edição, Alícia Bárcena, Secretária Executiva da CEPAL, afirma que não será possível conseguir igualdade para as mulheres enquanto não for resolvida a carga de trabalho não remunerado e de cuidados que recai historicamente sobre as mulheres.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 519 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790022

EMENTA

Insere meta no objetivo 0738 do programa 2076

PROGRAMA

2076 - Turismo

OBJETIVO

0738 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

54000 - Ministério do Turismo

JUSTIFICATIVA

O turismo é um segmento econômico com grande potencial de crescimento, inclusive pelos impulsos advindos da realização de grandes eventos internacionais como a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016. Nesse sentido, seu crescimento deve estar afinado com a perspectiva da igualdade de gênero e raça e etnia. Por isso é fundamental que seja garantida a prioridade para mulheres e população negra, fazendo do turismo um ¿importante indutor da inclusão social. Uma inclusão que pode ser alcançada por duas vias: a da produção, por meio da criação de novos postos de trabalho, ocupação e renda, e a do consumo, com a absorção de novos turistas no mercado interno¿, conforme estabelece o Plano Nacional de Turismo. È preciso ampliar a presença das mulheres, negros e negras nas atividades econômicas dos megaeventos esportivos, iniciativas de empreendedorismo, incentivo ao turismo e ao artesanato, enfim, o acesso à toda cadeia produtiva do turismo.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 520 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790023

EMENTA

Modifica o objetivo 0289 do programa 2071

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0289 - Estimular a geração de emprego, trabalho e renda, por meio da democratização e ampliação do crédito produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e para a igualdade de gênero, raça e etnia.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

JUSTIFICATIVA

Segundo o II PNPM é no espaço do trabalho onde as discriminações e as desigualdades étcnico-raciais e de gênero se tornam ainda mais evidentes. "Às desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros. Destaque-se, ainda, que são as mulheres negras que sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça/etnia. Esta interseccionalidade contribui para criar um ordenamento social que coloca no topo os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras. Dentre todos, são elas que vivenciam na escala inferior da pirâmide social as piores condições de trabalho, as que recebem os menores rendimentos, as que mais sofrem com o desemprego e as que mais estabelecem relações informais (e sua conseqüente ausência de proteção social, tanto presente quanto futura) e as que ocupam posições de menor prestígio na hierarquia profissional." Assim, é imprescindível que o as políticas vinculadas ao crédito produtivo contribuam para a igualdade de gênero, raça e etnia no mundo do trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790024

EMENTA

Modifica o objetivo 0619 do programa 2019

PROGRAMA

2019 - Bolsa Família

OBJETIVO

0619 - Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e da articulação com outras políticas promotoras de emancipação.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

JUSTIFICATIVA

A emenda visa garantir a ampliação da articulação do Programa Bolsa Família com outras políticas promotoras de emancipação. Nas palavras de José Eustáquio Diniz Alves: "Se o Programa Bolsa Família quiser realmente reduzir as situações de pobreza terá que garantir a autonomia feminina criando mecanismos de apoio público à família (como creches, restaurantes populares, etc.) e de promoção à educação e à emancipação profissional das mulheres, reduzindo a violência social e doméstica, fortalecendo a convivência comunitária, além de incentivar uma divisão de tarefas e responsabilidades mais igualitárias entre os cônjuges e demais membros da família."(Autonomia Feminina e o Bolsa Família).

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Domingos Dutra

EMENDA

31790025

EMENTA

Modifica texto e metas do objetivo 0291 do programa 2071

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0291 - Fortalecer a política de microcrédito produtivo orientado, promovendo a universalização do acesso a essa modalidade de crédito por meio do apoio às instituições do setor, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo, na perspectiva da igualdade de gênero, raça e etnia.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

JUSTIFICATIVA

A alteração das metas pretende garantir prioridade as mulheres e a população negra nas operações de microcrédito, contribuindo para a promoção de sua autonomia econômica e financeira. A especificação de sexo, raça/cor nos indicadores vinculados ao microcrédito produtivo orientado é fundamental para a formulação e implementação das políticas públicas orientadas à igualdade de gênero, raça/etnia no mundo do trabalho. Por isso, é necessário que os registros administrativos dos agentes operadores dos processos de qualificação e concessão de crédito também viabilizem tal desagregação das informações.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 523 de 2315

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Domingos Sávio	27560001

EMENTA TEXTO

PSDB Art. 10 EGP

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Modificativa	Artigo 10 Parágrafo 3

TEXTO PROPOSTO

§ 3º Critérios adicionais para individualização de Iniciativas de que trata o caput deste artigo deverão ser submetidos ao Congresso Nacional, mediante envio de proposta de alteração dos dispositivos constantes do art. 6º da presente lei.

JUSTIFICATIVA

A presente proposta visa garantir que inclusão, modificação ou alteração dos critérios constantes do art. 6º (Programa Temático), inserido no Capítulo II Da Estrutura e Organização do Plano, sejam submetidos à apreciação do Congresso Nacional, justamente por tratarem-se da essência do plano.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 524 de 2315

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Domingos Sávio	27560002

EMENTA TEXTO

PSDB art. 19_4 Iniciativas por PLN

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Supressiva	Artigo 19 Parágrafo 4 Inciso II

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa garantir a apreciação do Congresso quanto às alterações, inclusões e exclusões de Iniciativas do Plano, vez que tal atributo é o principal articulador do planejamento governamental com as ações e programações orçamentárias anuais.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Domingos Sávio	27560003

EMENTA TEXTO

PSDB Art. 19_5 Alterações de Informações e Atributos

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Aditiva	Artigo 19 Parágrafo 5

TEXTO PROPOSTO

§ 6º As modificações efetuadas pelo Poder Executivo nos termos dos §§ 4º e 5º deverão ser informadas ao Congresso Nacional por meio de Mensagem encaminhada trimestralmente à Comissão Mista a que se refere o art. 166, § 1º, da Constituição.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa resguardar o papel fiscalizador do Poder Legislativo previsto na Constituição Federal.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 526 de 2315

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Domingos Sávio	27560004

EMENTA TEXTO

PSDB Art. 20 Programas PPAs

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Aditiva	Artigo 20

TEXTO PROPOSTO

Art. . O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão disponibilizará ao Congresso Nacional e à sociedade, no prazo de até 120 (cento e vinte dias), a correlação entre os programas deste plano com aqueles constantes do plano plurianual para o período de 2008 a 2011, mantidas tais informações atualizadas nos termos do art. 20.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa garantir a correlação entre os programas constantes do PPA 2008-2011 com o atual plano, preservando de maneira mais transparente a série histórica do planejamento governamental, tanto junto ao Congresso Nacional, quanto junto à sociedade. Nota: O referido art. 20 é o constante do projeto original enviado pelo Poder Executivo, com a seguinte redação: "Art.20. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão atualizará, na internet, ao menos uma vez ao ano, as informações constantes do Plano Plurianual bem como o divulgará em formato e linguagem acessíveis à sociedade."

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 527 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Dr. Rosinha

EMENDA

36450003

EMENTA

Incluir indicador com número de creches e período de funcionamento no programa 2030

PROGRAMA

2030 - INCLUSÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Acrescenta o seguinte INDICADOR: - Número de creches existentes, por Grandes Regiões, Estados e Municípios e por período de funcionamento. Unidade de Medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2011". No jornal FEMEA, produzido pelo CFEMEA, de dezembro de 2009, foi publicada a matéria Falta de creches públicas sobrecarrega e empobrece as mulheres trabalhadoras que diz o seguinte: "O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM) tem como meta aumentar em 12% o número de crianças de zero a seis anos de idade freqüentando creche ou pré-escola na rede pública e construir 1.714 creches, entre 2008 e 2011. Mas, nesses dois últimos anos, foi feito muito pouco para cumprir a meta. Em 2009, foram gastos apenas 4,5% dos recursos previstos para a construção de creches (R$ 535 milhões). Nesse ritmo, o governo federal vai ficar muito longe de cumprir o compromisso firmado com as mulheres por meio do PNPM. Para 2010, está previsto cerca de R$ 1 bilhão. Nas famílias onde as crianças com até seis anos de idade estão em creche ou na pré-escola, a renda familiar por pessoa é 50% maior do que naquelas que não contam com essa opção, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001." Nas famílias mais pobres é que o impacto da oferta de creches e escolas é maior, segundo artigo da professora Bila Sorj, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nessas famílias, o salário das mães é 35% maior quando elas contam com educação para seus filhos, por causa da liberação de tempo (até duas horas diárias) para o trabalho remunerado. Nas famílias mais ricas, o aumento no salário cai para cerca de 14% e a jornada permanece igual. "Assim, podemos concluir que o grupo de renda que mais se beneficia do acesso à educação infantil são os pobres", diz Bila em seu artigo, para concluir: "Dessa maneira, a ampliação dos investimentos públicos na educação infantil deve ser considerada uma prioridade na agenda das políticas públicas voltadas à promoção de equidade de gênero". A meta no PPA 2012-2015 de 6.000 creches é quatro vezes ao que se tinha previsto no II PNPM, mas é preciso garantir que essa meta será cumprida. Esse ano de 2011 quantas creches foram inauguradas? Quantas estão em funcionamento em tempo integral, inclusive nas férias escolares? Quantas creches funcionam no

período noturno? Essas seis mil serão realizadas a média de 1500 por ano? A Ação orçamentária 09CW - APOIO A REESTRUTURACAO DA REDE FISICA PUBLICA DA EDUCACAO BASICA do Programa: 1448 - QUALIDADE NA ESCOLA que tem autorizado na LOA 2011, R$ 657,6 milhões até o dia 22/09/2011, empenhou só 61,9% (R$406,8 milhões) e liquidou apenas R$104.4 milhões, que representam 15,9% dos recursos autorizados para o corrente ano. Para que a sociedade possa melhor monitorar a realização dessa meta de 6000 creches é que se propõe o indicador com divulgação trimestral.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 529 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Dr. Rosinha

EMENDA

36450004

EMENTA

Incluir indicadores para identificar a particip de mulheres e pop negra no acesso ao crédito e ATER

PROGRAMA

2012 - INCLUSÃO DE INDICADORES - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Incluam-se os seguintes INDICADORES - Taxa de atendimento a beneficiários do Programa, por sexo, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". - Taxa de atendimento aos beneficiários do Programa, por cor/raça e enquadramento, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". - Percentual de egressos das ações de ATER, por sexo, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". - Número de pessoas com acesso ao crédito agrícola, por volume de recursos, por sexo, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de Medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2011". As metas do Programa de Agricultura Familiar bem como seus objetivos especificam claramente o opção de incluir a população feminina em suas ações. Entretanto os indicadores que servirão de base para a avaliação do Programa não trazem nenhuma indicação do sexo ou cor de seus beneficiários, daí a proposta de acréscimo desses três indicadores que permitirão, respectivamente: a. identificar a participação das mulheres na distribuição dos recursos do Programa, seja como principal beneficiária do Programa, seja na condição de cônjuge (2º titular); b. avaliar a distribuição dos recursos do Programa segundo a cor/raça dos beneficiários e sua representatividade em cada grupo de acesso do PRONAF; c. Medir a participação dos agricultores familiares homens e mulheres nas ações de ATER. O outro indicador proposto visa avaliar se as metas (que especificam o atendimento às mulheres rurais em 30 e 35%) previstas nos objetivos: ¿ OBJETIVO: 0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços. ¿ OBJETIVO: 0759 - Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar foram alcançadas como previsto no Programa. O valor de referência do indicador Disponibilização de recursos pelo Plano Safra da Agricultura Familiar é de R$16 bilhões de reais e,

observada a orientação geral das metas do Programa que estimam a participação das mulheres de 30% a 35% nas ações, nesses recursos então se teria R$5 bilhões a serem destinados preferencialmente as mulheres rurais.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 531 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Dr. Rosinha

EMENDA

36450005

EMENTA

Inclusão de indicadores no programa 2016

PROGRAMA

2016 - INCLUSÃO DE INDICADORES - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Incluam-se os seguintes INDICADORES: - Taxa de Homicídio de Mulheres, por cor/etnia, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de Medida %, Data de Referência 01/01/2011. - Participação das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA). Unidade de medida %, Data de Referência 01/01/2011. Nos últimos anos o Governo federal aumentou ano a ano o gasto com o seu programa de combate à violência contra as mulheres. Em 1998 liquidou R$362 648,00 e em 2008 esse valor foi de R$ 25 378 902,00, mas a taxa de homicídios femininos continuou inalterada (de 4,27 para 4,17) no período. A alocação de recursos financeiros dos governos e a criação de mecanismos de combate à violência contra as mulheres e de normas legais específicas, como a Lei Maria da Penha, que já tem 5 anos, não foram suficientes para diminuir os homicídio de mulheres. Conforme registra o Mapa da Violência, no período entre 1998 e 2008, foram assassinadas no país 42 mil mulheres em um ritmo que acompanhou quase estritamente o crescimento da população feminina, de forma tal que as taxas anuais do período rondaram sempre os 4,25 homicídios para cada 100 mil mulheres. Número e taxas de homicídio feminino.Brasil. 1998/2008. Ano Homicídios Taxa 1998 3.503 4,27 1999 3.536 4,26 2000 3.743 4,34 2001 3.851 4,40 2002 3.867 4,36 2003 3.937 4,38 2004 3.830 4,21 2005 3.884 4,15 2006 4.022 4,24 2007 3.772 3,92 2008 4.023 4,17 Total 41.968 4,25 Fonte: SIM/SVS/MS O Mapa traz ainda as informações dos homicídios por Estado: Número e taxas de homicídios femininos. Brasil, 1998-2008 UF/Região Número de homicídios Taxas de homicídio Var % 1998 2008 1998 2008 Acre 12 14 4,7 4,1 -12,1 Amapá 12 13 5,7 4,3 -25,9 Amazonas 54 63 4,3 3,8 -11,9 Pará 66 164 2,3 4,5 95,4 Rondônia 45 39 7,3 5,3 -27,1 Roraima 12 15 9,5 7,7 -19,3 Tocantins 19 21 3,5 3,3 -5,3 Norte 220 329 3,8 4,4 16,9 Alagoas 44 83 3,2 5,2 62,4 Bahia 100 308 1,5 4,2 173,9 Ceará 56 118 1,6 2,7 75,3 Maranhão 29 81 1,1 2,6 137,6 Paraíba 41 85 2,4 4,4 87,1 Pernambuco 277 298 7,1 6,6 -7,1 Piauí 20 40 1,4 2,5 75,5 R G Norte 20 60 1,5 3,8 154,0 Sergipe 14 35 1,6 3,4 110,8 Nordeste 601 1.108 2,6 4,1 59,6 Espírito Santo 165 191 11,3 10,9 -3,6 Minas Gerais 195 372 2,3 3,7 64,1 Rio de Janeiro 563 372 7,9 4,5 -43,3 São Paulo 1.036 666 5,8 3,2 -45,3 Sudeste 1.959 1.601 5,6 3,9 -30,2 Paraná 179 307 3,8 5,7 49,2 R G Sul 181 216 3,6 3,9 8,1 Sta Catarina 67 86 2,7 2,8 6,0 Sul 427 609

3,5 4,4 24,7 Distr Federal 59 72 5,9 5,4 -8,6 Goiás 72 161 3,0 5,5 79,6 Mato Grosso 94 84 8,3 5,8 -30,5 Mato G do Sul 71 59 7,2 5,0 -29,6 Centro-Oeste 296 376 5,4 5,4 1,0 Brasil 3.503 4.023 4,3 4,2 -2,4 Fonte: SIM/SVS/MS Em recente estudo publicado, o CFEMEA alerta para as diferenças de homicídios das mulheres brancas e negras. A pedido do CFEMEA, o pesquisador Julio Jacobo Waiselfisz elaborou informações que mostram que, desde 2003, o número de homicídios de mulheres brancas vem caindo, enquanto o de mulheres negras aumenta: Taxas (em 100 mil) Vitimização (Indica em que proporção morreram mais mulheres negras do que brancas) (%) Brancas Negras 3,2 4,7 45,7 Fonte: SIM/SVS/MS. Elaboração: Julio Jacobo Waiselfis Diz Ana Claudia Pereira, Consultora do CFEMEA: Isso quer dizer que morreram, somente em 2008, 45,7% mais mulheres negras do que brancas. Essa diferença, além de muito preocupante, sugere que a aplicação de leis e políticas públicas para acabar com a violência de forma diferente para brancas e negras. É necessário que o poder público e a academia investiguem essas desigualdades para explicar melhor porque ela ocorre dessa forma e criar mecanismos para que as mulheres negras também tenham seus direitos garantidos. A apuração do indicador proposto auxiliará no diagnóstico da situação e indicará medidas regionais e locais a serem adotadas pelos governos para reduzir os homicípios femininos que na maioria das vezes é praticado no próprio domicílio da vítima. O outro indicador proposto, medirá a eficácia das medidas do Plano Mais Brasil a para a autonomia econômica as mulheres. A análise da participação das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA) mostrará se as medidas de criação de infra-estrutura social colocadas no PPA tiveram as consequencias esperadas de aumentar a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 533 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Dr. Rosinha

EMENDA

36450006

EMENTA

Modifica indicador do programa 2029

PROGRAMA

2029 - ALTERAÇÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**

Valores Globais	Total Proposto 2012	Total Proposto 2013-2015
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

INDICADOR MODIFICADO: - Participantes sócios em empreendimentos econômicos Solidários , segundo sexo, cor/raça. Unidade de Medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2008", Índice de Referência "1.687.035". A especificação de sexo, raça/cor nos indicadores vinculados aos empreendimentos econômicos solidários é fundamental para a formulação e implementação das políticas públicas orientadas à igualdade de gênero, raça/etnia no mundo do trabalho. O indicadores sociais e econômicos disponíveis evidenciam, conforme explicita a própria Mensagem Presidencial as desigualdades de gênero raça e etnia no mundo do trabalho. Segundo II PNPM "as desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros".Para reverter tal quadro de injustiça é preciso acompanhar a partir dos parâmetros propostos a execução das políticas públicas direcionadas aos empreendimentos econômicos solidários.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA: Dr. Rosinha

EMENDA: 36450007

EMENTA TEXTO

Acrescenta parágrafos ao Art. 16

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Modificativa	Artigo 16

TEXTO PROPOSTO

Art. 16. O Poder Executivo promoverá a participação da sociedade no processo de monitoramento dos Programas do PPA2012-2015.
§ 1º. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão coordenará o Sistema Público de Monitoramento do PPA que terá efetiva participação social e transparência das informações
§ 2º. Caberá ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão disponibilizar, na internet, a execução orçamentária dos Programas do PPA e anualmente, o quantitativo alcançado de cada meta prevista, inclusive a posição das metas qualitativas especificadas, e a evolução dos indicadores, quando couber.
§ 3º. Caberá à Secretaria Geral da Presidência da República coordenar e viabilizar a divulgação, no Sistema Público de Monitoramento do PPA, das informações dos Conselhos de Controle Social e as deliberações das Conferências Nacionais e sua interface, no que couber, com os Programas Temáticos e Metas do PPA.
§ 4º O Fórum Interconselhos deverá compor o Sistema Público de Monitoramento do PPA, devendo se reunir no mínimo uma vez a cada semestre para monitorar a execução do PPA 2012-2015.

JUSTIFICATIVA

O Governo Federal realizou em maio último o Fórum Interconselhos, do qual participaram 400 pessoas: 285 representantes vinculados a 34 conselhos nacionais, dois comissões e CDES; 85 representantes de entidades regionais não representadas nos conselhos setoriais e representantes do Ministério do Planejamento, da Secretaria Geral e da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. Na oportunidade foi distribuída a Cartilha de Orientação para as Consultas à Sociedade sobre o Ciclo de Gestão do PPA 2012-2015 que traz a seguinte afirmação: "O PPA 2012-2015 será orientado, dentre outras características, por um amplo processo participativo, cuja finalidade é a de que o Plano seja um importante instrumento de interação entre o Estado e o cidadão, com vistas à efetividade das políticas públicas." Esse novo espaço de debate proposto pelo Governo federal, chamado de Fórum Inter Conselhos, para não repetir as experiências frustradas de participação social que ocorreram nos dois últimos PPAs (2004-2007 e 2008-2011), necessitará de informações oficiais e atualizadas sobre o gasto público e a execução das metas definidas pelo governo para cada Programa do PPA 2011-2015 - Plano Mais Brasil O Art 16 do Projeto de Lei 29/2011-CN não especifica quais órgãos do Executivo serão os responsáveis pela divulgação e transparência das informações indispensáveis para que a sociedade possa participar do processo e nem tão pouco define os meios de divulgação desses dados. Também os mecanismos para garantir a participação social no monitoramento do PPA e execução da LOA, não estão citados. Os acréscimos dos parágrafos ao artigo 16 vêm suprir essas deficiências ao definir os órgãos do Poder Executivo responsáveis pela sistematização e divulgação das informações (MPOG) e que garantirão (SG/PR) que os mecanismos hoje existentes: conselhos de controle social e conferências nacionais tenham suas decisões melhor incorporadas às peças orçamentárias da União. O Sistema Público de Monitoramento, contando pelo menos com o Fórum Interconselhos para monitoramento periódico e sistemático do PPA, além da divulgação ampla de informações pela internet sobre a execução das políticas governamentais previstas no PPA vai fornecer as condições básicas para uma efetiva participação social no monitoramento das políticas públicas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 535 de 2315

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Dr. Rosinha	36450008

EMENTA TEXTO

Altera a redação do inciso I do art. 4º

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Modificativa	Artigo 4 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

Art. 4º O PPA 2012-2015 terá como diretrizes:
I - a redução das desigualdades sociais, de gênero, étnico-racial e regionais;

JUSTIFICATIVA

A emenda pretende incorporar entre as diretrizes do Plano Plurianual 2012-2015 a redução das desigualdades de gênero e étnico-racial, que conforme dados constantes na Mensagem Presidencial que o encaminha, ainda são persistentes e estruturantes da exclusão social no Brasil "Nos últimos anos, o processo de inclusão social e redução das desigualdades retirou milhões de brasileiros da pobreza. Todavia, o perfil daqueles que ainda se encontram em situação de extrema pobreza indica que há segmentos mais vulneráveis, como a populações feminina e negra." Vale lembrar que nos dois últimos Planos, tal diretriz esteve explicita de forma enfática. No Plano Plurianual 2004-2007 as desigualdades manifestadas nas dimensões raciais e de gênero foram incorporadas como fatores que aumentam a injustiça e a exclusão social: "Tal registro é necessário para rompermos com a visão que nega a existência do racismo e discriminação da mulher como fator que aumenta a injustiça e a exclusão social." A incorporação da garantia da transversalidade de gênero, raça/etnia na formulação e implementação do conjunto das políticas públicas era uma das diretrizes gerais presentes no PPA 2004/2007. Dois desafios estavam colocados: Desafio 8: Promover a Redução das Desigualdades Raciais, com Ênfase na Valorização Cultural das Etnias Desafio 9: Promover a Redução das Desigualdades de Gênero, com Ênfase na Valorização das Diferentes Identidades No PPA 2008-2011 tais dimensões estão presentes no desafio "Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos", sendo explicitado "... a perspectiva de promoção da igualdade de gênero e raça deve estar presente na elaboração, execução e monitoramento de todas as políticas de governo, incorporada como princípio gerador de democracia, desenvolvimento e paz social." A emenda, portanto, vem resgatar tais dimensões estruturantes das desigualdades e da injustiça social no Brasil, entre as diretrizes do Plano Plurianual 2012-2015.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 536 de 2315

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Dr. Rosinha	36450009

EMENTA TEXTO

Suprime o inciso III, do § 5º, do art. 19, renumerando-se os demais

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Supressiva	Artigo 19 Parágrafo 5 Inciso III

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de lei do PPA 2012-2015 autoriza o Poder Executivo a alterar alguns atributos dos programas no decorrer do processo de implementação do Plano Plurianual. De fato, é preciso garantir algum grau de flexibilidade, na medida em que o Plano tem uma duração de 4 anos e a dinâmica de mudanças nos cenários e nos processos de execução das políticas públicas, requerem, para além da possibilidade de revisão anual, algum grau de autonomia do Poder Executivo, que viabilize uma adequação da sua programação. Mas, é preciso também que o Poder Legislativo garanta, nas alterações que envolvam mérito, a sua autorização específica. É o caso do atributo META. Assim, a presente emenda visa excluir a autorização para sua alteração no âmbito do Poder Executivo.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 537 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Dr. Rosinha

EMENDA

36450001

EMENTA

Alteração de meta no programa 2029 para incluir prioridade para mulheres e população negra

PROGRAMA

2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

OBJETIVO

0983 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

JUSTIFICATIVA

Segundo o II PNPM é no espaço do trabalho onde as discriminações e as desigualdades étcnico-raciais e de gênero se tornam ainda mais evidentes. "Às desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros. Destaque-se, ainda, que são as mulheres negras que sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça/etnia. Esta interseccionalidade contribui para criar um ordenamento social que coloca no topo os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras. Dentre todos, são elas que vivenciam na escala inferior da pirâmide social as piores condições de trabalho, as que recebem os menores rendimentos, as que mais sofrem com o desemprego e as que mais estabelecem relações informais (e sua conseqüente ausência de proteção social, tanto presente quanto futura) e as que ocupam posições de menor prestígio na hierarquia profissional." Assim, é imprescindível que o as políticas vinculadas a capacitação social e profissionais dos trabalhadores para a economia solidária contribuam para a igualdade de gênero, raça e etnia no mundo do trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 538 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Dr. Rosinha

EMENDA

36450002

EMENTA

Incluir meta no objetivo 0934 do programa 2016

PROGRAMA

2016 - Políticas para as Mulheres: Enfrentamento à Violência e Autonomia

OBJETIVO

0934 - Inserir o tema da igualdade entre mulheres e homens na agenda nacional e internacional para ampliação dos direitos das mulheres e efetivação da cidadania, por meio de ações de diversas áreas do governo e da sociedade sobre o novo papel social das mulheres.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

20122 - Secretaria de Políticas para as Mulheres

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Promover a articulação com empresas estatais para apoiar parcerias com orgs da sociedade civil de defesa dos direitos das mulheres, por meio de financiamentos não reembolsáveis e patrocínios sociais.

JUSTIFICATIVA

A emenda pretende estabelecer como Meta a promoção de articulação com empresas estatais visando a incorporação e seu comprometimento com o tema da igualdade entre mulheres e homens, ampliação dos direitos das mulheres e efetivação da cidadania. Estudo recente demonstra a ausência ou baixo grau de comprometimento das Empresas Estatais, com raras exceções, com o e enfrentamento das desigualdades de gênero, raça e etnia no Brasil. Em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM é bom lembrar que se aproxima o ano de 2015 prazo para o alcance das metas propostas pelo Brasil. O Relatório Nacional de Acompanhamento 2010 "Os resultados globais demonstram que, apesar dos importantes avanços conquistados, ainda há muito a ser feito... No entanto, os avanços são desiguais. O gênero, a raça, a etnia e o local de nascimento de uma criança brasileira ainda determinam, em grande parte, suas oportunidades futuras". Na mesma direção, o capítulo dedicado ao ODM 3 Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, tem como título INDICADORES CONFIRMAM PERSISTÊNCIA DA DESIGUALDADE DE GÊNERO EM DIVERSAS ÁREAS, que ilustra a distância de alcançarmos as metas propostas pelo Brasil nesse campo. Destaque para os resultados pouco satisfatórios relativos a escolarização das mulheres negras, das moradoras de áreas rurais e as mulheres mais velhas. Os dados demonstram que mesmo para a boa parte das mulheres que apresentam posições mais vantajosas que os homens no campo educacional, tais vantagens não se refletem no mercado de trabalho. A presença de mulheres em espaços de poder e decisão é outro tema em que os avanços foram muito tênues. Destaque também para a persistência das desigualdades no âmbito da família e os elevados níveis de violência doméstica. É bom lembrar também a meta do 5º Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que o Brasil deverá apresentar Razão de Mortalidade Materna -RMM igual ou inferior a 35 óbitos por 100 mil NV até 2015, o que corresponde a uma redução de três quartos em relação ao valor estimado para 1990. Mas, até 2007 a RMM declinou para 75 óbitos por 100 mil NV. Nesse sentido, é fundamental que empresas estatais intensifiquem esforços na direção apresentada pelos indicadores das Nações Unidas e pelos indicadores brasileiros, na busca pela redução das desigualdades de gênero. Não se constata pelas informações coletadas engajamento efetivo das empresas estatais na direção desse compromisso com o povo brasileiro e com a comunidade internacional.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 539 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Dr. Ubiali

EMENDA

25240001

EMENTA

Aquisição de Edificio Sede Justiça Federal no Estado de São Paulo

PROGRAMA

2020 - Cidadania e Justiça

OBJETIVO

NOVO - Construção de edificios sedes Justiça Federal no Estado de São Paulo

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

30000 - Ministério da Justiça

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Construção de edificio sede justiça federal

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sudeste	10	unidade

JUSTIFICATIVA

A justiça federal no estado de São Paulo tem utilizado sedes alugadas e muitas vezes inadequado para o próprio atendimento ao público, principalmente no interior do estado. Desse modo, a proposta emenda tem como objetivo outorgar melhores condições físicas, de segurança, salubridade e acessibilidade ao funcionamento da Subseções Judiciárias.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Dr. Ubiali

EMENDA

25240002

EMENTA

Aquisição e Modernização de Aeronaves

PROGRAMA

2058 - Política Nacional de Defesa

OBJETIVO

0463 - Aquisição e Modernização de Aeronaves

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

52000 - Ministério da Defesa

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Aquisição e modernização de aeronaveis da Força Aerea Brasileitra

JUSTIFICATIVA

A proposição em tela tem por objetivo a aquisição e modernização de aeronaves da Força Aérea. A Ação visa à aquisição e modernização de diferentes tipos de aeronaves, entre elas o P-3AM Orion (Vigilância Marítima e Busca Anti-submarina), o C-130 Hércules (Transporte de Tropa/Paraquedista/Carga, Ressuprimento Aéreo e Reabastecimento em Voo) e o C-95 Bandeirante (Transporte de Tropa/Paraquedista/Carga), para o emprego operacional da Força Aérea Brasileira, a fim de dotar o seu acervo com aeronaves e equipamentos modernos, para o desempenho de sua missão constitucional: manter a soberania do espaço aéreo brasileiro. As consequências do não atendimento do pleito convergem para o cancelamento unilateral de compromissos assumidos, que implicará na obrigação de ressarcir as despesas dos contratos já assinados; na reparação para o cumprimento de suas partes nas obrigações extintas, que vão desde a aquisição de matéria prima até a ativação de linhas de produção já descontinuadas; aos que se referem ao recebimento de bens e serviços já encomendados, muitas vezes há mais de dois anos, tornando ainda mais difícil o simples cancelamento desses contratos, além das questões trabalhistas e sociais advindas A rescisão dos contratos assinados com fornecedores nacionais poderá causar a extinção de empregos nas industrias de Base e de Defesa Nacional envolvidas, em consequência da falta do suporte financeiro; a extinção dos contratos celebrados com fornecedores nacionais e a consequente extinção de acordos de compensação comercial (Off-Set), por meio dos quais estão sendo realizados investimentos (em valor igual a 100% de cada contrato assinado) no desenvolvimento científico e tecnológico de nossa indústria e na formação e aperfeiçoamento da mão-de-obra nacional. No caso de uma eventual paralisação, o reinício de cada projeto do PROFAB demandará não menos que um ano, período em que ocorrerão novas negociações, desta feita, em bases menos vantajosas para a União, sendo previsível: a significativa elevação de custos financeiros; e a continuação da obsolescência dos equipamentos e das aeronaves existentes na FAB. É importante ressaltar relevância da participação da Indústria de Defesa Brasileira no desenvolvimento/fomento/comércio de peças e de serviços de alta qualidade e qualificação em todos esses projetos citados, como um fator contribuinte para o seu desenvolvimento sustentável.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Dr. Ubiali

EMENDA

25240003

EMENTA

Centros de Referência Viver Sem Limites

PROGRAMA

2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

OBJETIVO

0370 - Implantação de Centros de Referência Viver Sem Limites

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Construção e remodelação de centros de referencia para pessoas com deficiencia

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sudeste	50	unidade

JUSTIFICATIVA

Sabe-se que 10 % população brasileira possui algum tipo de deficiência física, mental ou multipla. Apesar do avanço da legislação em pról dessa parcela da sociedade ter evoluido muito nos últimos anos, o mercado de trabalho ainda não consegue absorver essas pessoas. É imperativo, portanto, que o Estado se encarregue de cuidar dessas pessoas proporcionando a devida inclusão e inserção social e oferecendo serviços de assistência social. Desse modo a implementação de Centros de Referência Viver sem Limites são extremamente necessários.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 542 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Dr. Ubiali

EMENDA

25240004

EMENTA

Construção de Hospitais de Cooperativas de Saúde no Estado de São Paulo

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0713 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

36000 - Ministério da Saúde

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Construção de 30 Hospitais de Cooperativas de Saúde

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sudeste	30	estabelecimento

JUSTIFICATIVA

Cooperativismo é um movimento econômico e social, entre pessoas, em que a cooperação baseia-se na participação dos associados, nas atividades econômicas com vistas a atingir o bem comum e promover uma reforma social dentro do capitalismo. Atualmente, as Cooperativas de Saúde, muitas vezes tem que prestar serviços em hospitais que priorizam o lucro em detrimento do atendimento justo e de qualidade. Desse modo, a construção de hospitais das cooperativas de saúde combateriam a cobrança indiscriminada dos tratamentos médicos, amparando as demandas do Sistema Único de Saúde, e oferecendo serviços de qualidade no intuito de melhorar as condições de saúde do agregado da população brasileira.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 543 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Dr. Ubiali

EMENDA

25240005

EMENTA

Construção de Hospitais de Média e Alta Complexidade

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0713 - Construção de Hospitais de média e alta complexidade no Estado de São Paulo

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

36000 - Ministério da Saúde

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Implantar 30 hospitais de media e alta complexidade

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sudeste	30	unidade

JUSTIFICATIVA

É sabido a falta de vagas em hospitais de média e alta complexidade em todo o Brasil. O Sistema Universal de Saúde, apesar de representar uma evolução no tratamento da saúde no Brasil, ainda não se vê livre de problemas estruturais e não consegue acabar com as filas de espera. Uma parcela da população ainda não é amparada pelo atendimento ambulatorial e de emergência de qualidade. Desse modo, faz-se imperativo que novos hospitais de média e alta complexidade sejam construídos para que a população seja plenamente atendida em suas necessidades no tratamento e prevenção de doenças.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 544 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Dr. Ubiali

EMENDA

25240006

EMENTA

Construção e Reforma das Superintendências Regionais do Trabalho no Estado de São Paulo

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0288 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Construção e Reforma das superintendências regionais do Trabalho.

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sudeste	25	unidade

JUSTIFICATIVA

A ampliação, consolidação e reforma da rede de atendimento é fundamental para a eficiência na prestação de serviços públicos como a qualificação e intermediação de mão-de-obra, fiscalização do trabalho, atendimentos do seguro-desemprego, orientações trabalhistas, depósitos e registro de acordos e convenções coletivas, fomento das ações de economia solidária entre outros. Assim, a reestruturação física das unidades descentralizadas do Ministério do Trabalho e Emprego é fundamental para proporcionar aos usuários e cidadãos atendimento com qualidade e presteza de seus serviços à população, com maior acessibilidade e maior transparência nas suas ações.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 545 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Dr. Ubiali

EMENDA

25240007

EMENTA

Desenvolvimento de Pólos e Zonas de Processamento Coureiro Calçadistas voltados à Exportação

PROGRAMA

2024 - Comércio Exterior

OBJETIVO

0817 - Desenvolvimento de Pólos e de Zonas de Processamento de Exportação para o Setor Coureiro Calçadistas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Garantir condições para a implantação e operação das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) já aprovadas pelo Conselho das ZPEs que tenham cumprido as exigências legais, técnicas e administrativas	Desenvolvimento de Pólos e Zonas de Processamento Coureiro Calçadistas voltados à Exportação no Estado de São Paulo

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sudeste	1	unidade

JUSTIFICATIVA

Os pólos industriais e zonas de processamento de exportação devem caracteriza-se como áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados no exterior, sendo consideradas zonas primárias para efeito de controle aduaneiro. Esse emenda tem o objetivo de criar pólos exclusivos para o setor coureiro calçadista, uma vez que o Brasil apresenda condições para ser extremamente competitivo no que tange a qualidade de seus produtos, mas os encargos e tributos elevam consideralmente o preço desses bens em relação a similares no mercado internacional.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 546 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Dr. Ubiali

EMENDA

25240008

EMENTA

Implantação de laboratório

PROGRAMA

2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida

OBJETIVO

NOVO - Implantação de Laboratorio de biotecnologia

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

52000 - Ministério da Defesa

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Construção e adequação de laboratorio de biotecnologia na antartica

JUSTIFICATIVA

O Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) foi criado no ano de 1982 para coordenar as atividades relativas à Antártica. Esse foi um passo importante no sentido de demonstra o interesse do país em influenciar as discussões a respeito do futuro do continente antártico e no reconhecimento da importância que os estudos científicos lá realizadoes poderiam ter sobre a comunidade científica brasileira e no acréscimo de temas de interesse nacional. Em 1983, o Brasil adquiriu o status de membro consultivo do Tratado da Antártica conquistando o direito a voto e a veto. Dessa forma, o país construir, ao longo desses 30 anos, uma reconhecida e sólida reputação na comunidade internacional quando aos temas ligados à Antártica. Desde a criação do PROANTAR, houve uma grande evolução de sua estrutura, objetivos e conquistas. De uma pequena Estação Científica Antártica, estabelecida no ano de 1983, passou-se a uma estrutura moderna com capacidade de apoiar até 60 pessoas, operando, de forma ininterrupta, durante todo o ano, além de dois navios de apoio antártico. Para que os projetos desenvolvidos pelo PROANTAR tornem-se mais ambiciosos e os resultados obtidos sejam mais fortuitos para a comunidade científica brasileira e consequentemente para a sociedade, a emenda proposta visa a implantar um laboratório de biotecnologia em solo antártico. É sábido que o conhecimento das espécies e do meio ambiente são a nova fronteira para inovações científicas, desde o campo energético até áreas como saúde, biologia, e ecologia. O Brasil emerge como potência mundial e é importante que o PROANTAR seja expandido para dar subsídios a evolução do país como referência nos campos de pesquisa, ciência, tecnologia e proteção do meio ambiente.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 547 de 2315

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Duarte Nogueira	21830001

EMENTA TEXTO

PSDB Art. 10 EGP

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Modificativa	Artigo 10 Parágrafo 3

TEXTO PROPOSTO

§ 3º Critérios adicionais para individualização de Iniciativas de que trata o caput deste artigo deverão ser submetidos ao Congresso Nacional, mediante envio de proposta de alteração dos dispositivos constantes do art. 6º da presente lei.

JUSTIFICATIVA

A presente proposta visa garantir que inclusão, modificação ou alteração dos critérios constantes do art. 6º (Programa Temático), inserido no Capítulo II Da Estrutura e Organização do Plano, sejam submetidos à apreciação do Congresso Nacional, justamente por tratarem-se da essência do plano.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 548 de 2315

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Duarte Nogueira	21830002

EMENTA TEXTO

PSDB art. 19_4 Iniciativas por PLN

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Supressiva	Artigo 19 Parágrafo 4 Inciso II

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa garantir a apreciação do Congresso quanto às alterações, inclusões e exclusões de Iniciativas do Plano, vez que tal atributo é o principal articulador do planejamento governamental com as ações e programações orçamentárias anuais.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Duarte Nogueira	21830003

EMENTA TEXTO

PSDB Art. 19_5 Alterações de Informações e Atributos

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Aditiva	Artigo 19 Parágrafo 5

TEXTO PROPOSTO

§ 6º As modificações efetuadas pelo Poder Executivo nos termos dos §§ 4º e 5º deverão ser informadas ao Congresso Nacional por meio de Mensagem encaminhada trimestralmente à Comissão Mista a que se refere o art. 166, § 1º, da Constituição.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa resguardar o papel fiscalizador do Poder Legislativo previsto na Constituição Federal.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Duarte Nogueira	21830004

EMENTA TEXTO

PSDB Art. 20 Programas PPAs

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Aditiva	Artigo 20

TEXTO PROPOSTO

Art. . O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão disponibilizará ao Congresso Nacional e à sociedade, no prazo de até 120 (cento e vinte dias), a correlação entre os programas deste plano com aqueles constantes do plano plurianual para o período de 2008 a 2011, mantidas tais informações atualizadas nos termos do art. 20.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa garantir a correlação entre os programas constantes do PPA 2008-2011 com o atual plano, preservando de maneira mais transparente a série histórica do planejamento governamental, tanto junto ao Congresso Nacional, quanto junto à sociedade. Nota: O referido art. 20 é o constante do projeto original enviado pelo Poder Executivo, com a seguinte redação: "Art.20. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão atualizará, na internet, ao menos uma vez ao ano, as informações constantes do Plano Plurianual bem como o divulgará em formato e linguagem acessíveis à sociedade."

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Edinho Araújo

EMENDA

31820001

EMENTA

Universidade Federal de São José do Rio Preto.

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

INICIATIVA

NOVA - Implantação da Universidade Federal de São José do Rio Preto

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
300.000.000	01/01/2012	31/12/2016	60.000.000	200.000.000

JUSTIFICATIVA

São José do Rio Preto, município localizado na Região Noroeste do Estado de São Paulo, uma das cinco melhores cidades do Brasil em qualidade de vida, vê todos os anos os jovens de sua região de abrangência migrar para outras localidades, a fim de usufruir de cursos gratuitos em universidades federais. Com 450 mil habitantes e área de influência em outras 100 cidades da Região Noroeste, São José do Rio Preto, apesar de contar com várias universidades privadas, ressente-se de uma Universidade Federal que possa oferecer cursos públicos, gratuitos e de qualidade. A Universidade Federal de São José do Rio Preto atende, então, uma região com mais de 1 milhão de habitantes.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 552 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Edinho Bez

EMENDA

31830001

EMENTA

Desassoreamento do Rio Tubarão

PROGRAMA

2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

OBJETIVO

0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

INICIATIVA

NOVA - Desassoreamento do Rio Tubarão

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
900.000.000	15/02/2012	30/12/2015	250.000.000	650.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo o desassoreamento do Rio Tubarão no Estado de Santa Catarina para promover a prevenção de desastres, inundações, enxurradas e deslizamentos com foco em municípios que fazem limites com esta bacia hidrográfica. O Rio Tubarão nasce na encosta da Serra Geral, no município de Lauro Müller. Seus principais afluentes são os rios Braço do Norte e Capivari. A área de drenagem do rio Tubarão abrange 4.728 km², percorrendo 120 km desde suas nascentes, até desembocar na Lagoa de Santo Antônio. A bacia hidrográfica do rio Tubarão localiza-se na Região Sul do Estado de Santa Catarina e pertence à vertente de drenagem Atlântica. Apresenta um conjunto lagunar composto pelas lagoas Santo Antônio dos Anjos, Imaruí e Mirim. É formada pelos rios Rocinha, Bonito, Oratório, Capivaras e Hipólito. Faz limite com a vertente do interior através da Serra Geral, tendo as seguintes coordenadas geográficas como limites: 27º 48' 00" e 28º 48' 08" de latitude sul, 48º 38' 18" e 48º 31' 48" de longitude oeste. É a mais expressiva bacia hidrográfica da Região Sul de Santa Catarina, e tem uma área de 5923 km², aproximadamente. Os limites da Bacia Hidrográfica do rio Tubarão englobam 18 municípios: Lauro Müller, Orleans, São Ludgero, Braço do Norte, Grão Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, Anitápolis, São Bonifácio, São Martinho, Armazém, Gravatal, Capivari de Baixo, Tubarão, Pedras Grandes, Treze de Maio, Jaguaruna e Sangão.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Edinho Bez

EMENDA

31830002

EMENTA

Empreendimento para conter as cheias do rio Itajai-açu

PROGRAMA

2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

OBJETIVO

0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

INICIATIVA

NOVA - Empreendimento para conter as cheais do rio Itajai-açu

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
900.000.000	15/02/2012	30/12/2015	250.000.000	650.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo realizar empreendimentos de prevenção de desastres, inundações, enxurradas e deslizamentos decorrentes do Rio Itajai-açu em Santa Catarina. O rio Itajaí-Açu é o rio mais importante do Vale do Itajaí. Forma-se no município de Rio do Sul, pela confluência do rio Itajaí do Sul com rio Itajaí do Oeste. Seus maiores afluentes pela margem esquerda são o rio Itajaí do Norte (na divisa de Lontras e Ibirama), o rio Benedito (em Indaial) e o rio Luís Alves (em Ilhota). No município de Itajaí, pouco antes da foz do Oceano Atlântico - mais precisamente 8 km - o rio Itajaí-Açú recebe as águas do principal afluente pela margem direita: o rio Itajaí-Mirim. Passa, a partir daí, a chamar-se rio Itajaí. O território da bacia divide-se em três grandes compartimentos naturais - o alto, o médio e o baixo vale - em função das suas características geológicas e geomorfológicas. O alto vale compreende toda a área de drenagem à montante da confluência do rio Hercílio com o rio Itajaí-Açu, incluindo ainda as cabeceiras do rio Itajaí. Os limites do Rio Itajai-açu englobam 12 municípios: Nagevantes, Rio do Sul, Lontras, Ibirama, Indaial, Blumenau, Gaspar, Ilhota, Itajai, Apiúna, Ascurra e Rodeio.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 554 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Edinho Bez

EMENDA

31830003

EMENTA

Implantação da Universidade Federal de Blumenau - FURB

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

INICIATIVA

NOVA - Implantação da Universidade Federal de Blumenau - FURB

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	15/02/2012	30/12/2015	100.000.000	400.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo a implantação da Universidade Federal de Blumenau - FURB no município de Blumenau no Estado de Santa Catarina.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Edinho Bez

EMENDA: 31830004

EMENTA: Ponte Hercílio Luz

PROGRAMA: 2076 - Turismo

OBJETIVO: 0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro.

INICIATIVA: NOVA - Restauração da Ponte Hercílio Luz em Florianópolis (SC)

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	50.000.000

JUSTIFICATIVA

Trata-se de emenda destinada ao estado de Santa Catarina para que possa ser concluída a restauração da centenária Ponte Hercílio Luz, importante ponto turístico de Florianópolis e de todos os catarinenses.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 556 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Edinho Bez

EMENDA

31830011

EMENTA

Implantação da Rodovia SC 100 - Interpraias

PROGRAMA

2076 -

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**747.319.487**	**2.099.531.719**
- Despesas Correntes	374.993.000	1.250.370.167
- Despesas de Capital	372.326.487	849.161.552
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**1.786.056.633**	**7.906.884.042**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	2.533.376.120	**10.006.415.761**
	12.539.791.881	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	50.000.000
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo a contemplação do projeto da Interpraias no Estado de Santa Catarina que tem uma extensão de 138,9km (ligará Passo de Torres a Laguna/SC), com um Investimento total previsto de R$ 200 milhões. A obra está dividida em lotes, com o Lote 1 de Passo de Torres até a SC-485 em Balneário Gaivota, lote 2 de Balneário Gaivota até a SC-449 em Balneário Arroio do Silva, lote 3 de Arroio do Silva até a rodovia SC-444 na localidade de Pedreiras em Içara, lote 4: de Pedreiras - Içara até o Balneário Arroio Corrente em Jaguaruna e lote 5 do Balneário Arroio Corrente em Jaguaruna até a ponta da barra em Laguna.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 557 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Edinho Bez

EMENDA

31830012

EMENTA

INTERPRAIS

PROGRAMA

2076 -

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**747.319.487**	**2.099.531.719**
- Despesas Correntes	374.993.000	1.250.370.167
- Despesas de Capital	372.326.487	849.161.552
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**1.786.056.633**	**7.906.884.042**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	2.533.376.120	**10.006.415.761**
	12.539.791.881	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	50.000.000
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

INTERPRAIS

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 558 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Edinho Bez

EMENDA

31830005

EMENTA

dequar a capacidade dos eixos rodoviários federais

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais. garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

39000 - Ministério dos Transportes

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Adequar 4.561,6 km de rodovias federais	Adequar 8.198,6 km de rodovias federais

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Vetor Logístico Amazônico	462	km
Vetor Logístico Centro-Norte	126	km
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1.124	km
Vetor Logístico Leste	645	km
Vetor Logístico Nordeste Meridional	919	km
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	920	km
Vetor Logístico Sul	4.000	km

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo aumentar para a Região Sul: a adequação de rodovias federais, visto que a quantidade proposta no Projeto de Lei não supre as necessidades na área rodoviária da região

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Edinho Bez

EMENDA

31830006

EMENTA

Estruturação de unidades de atenção especializada em saúde

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimoramento a política de atenção básica e a atenção especializada.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

36000 - Ministério da Saúde

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Estruturar 122 unidades de atenção especializada em Saúde até 2015

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo a inclusão de meta para 2012-2015 para estruturação de unidades de atenção especializada em Saúde.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 560 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Edinho Bez

EMENDA

31830007

EMENTA

Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento

PROGRAMA

2068 - Saneamento Básico

OBJETIVO

0610 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio de implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomeração urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

56000 - Ministério das Cidades

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Beneficiar 30 municípios com a implantação e melhorias de serviços de drenagem	Beneficiar 45 municipios com a implantação e melhorias de serviços de drenagem

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sul	15	projeto

Descrição do PL	Descrição Proposta
Beneficiar 400 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com implantação ou ampliação de sistema de resíduos sólidos urbanos	Beneficiar 500 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com implantação ou ampliação de sistema de resíduos sólidos urbanos

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sul	100	projeto

Descrição do PL	Descrição Proposta
Beneficiar 500 municípios com a implantação de melhorias sanitárias domiciliares	Beneficiar 650 municípios com a implantação de melhorias sanitárias domiciliares

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sul	150	projeto

Descrição do PL	Descrição Proposta
Contratar R$ 12,5 bilhões, por meio de seleções públicas, para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com baixos índices de acesso aos serviços ou tratamento insuficiente	Contratar R$ 14,5 bilhões, por meio de seleções públicas, para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com baixos índices de acesso aos serviços ou tratamento insuficie

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sul	2.000.000.0	R$ (reais)

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo aumentar para a Região Sul: o número de municípios beneficiados que possuem menos que 50 mil habitantes com implantação ou ampliação de sistema de resíduos sólidos urbanos; o número de municípios com a implantação e melhorias de serviços de drenagem; o número de municípios com implantação de melhorias sanitárias domiciliares; encaminhar R$ 2 bilhões por meio de seleções públicas, para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com baixos índices de acesso aos serviços ou tratamento insuficiente e encaminhar R$ 800 milhões com a finalidade de execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com a população abaixo de 50 mil habitantes visto que a quantidade proposta no Projeto de Lei não supre as necessidades na área de saneamento básico.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Edinho Bez

EMENDA

31830008

EMENTA

Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural

PROGRAMA

2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

OBJETIVO

0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Apoiar a recuperação de 50.000 Km da malha de estradas vicinais	Apoiar a recuperação de 65.400 Km da malha de estradas vicinais

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sul	20.000	km
Região Sudeste	10.100	km
Região Norte	8.100	km
Região Nordeste	7.100	km
Região Centro-Oeste	20.100	km

Descrição do PL	Descrição Proposta
Adquirir 8.500 patrulhas mecanizadas, mediante parcerias com as prefeituras municipais	Adquirir 10.400 patrulhas mecanizadas, mediante parcerias com as prefeituras municipais

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sul	3.285	unidade
Região Sudeste	2.140	unidade
Região Norte	1.035	unidade
Região Nordeste	1.375	unidade
Região Centro-Oeste	2.565	unidade

Descrição do PL	Descrição Proposta
Apoiar 10.000 Projetos de Desenvolvimento do setor agropecuário	Apoiar 15.400 Projetos de Desenvolvimento do setor agropecuário

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Centro-Oeste	1.600	projeto
Região Nordeste	1.900	projeto
Região Norte	1.600	projeto
Região Sudeste	2.100	projeto
Região Sul	8.200	projeto

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo aumentar para a Região Sul: a aquisição de patrulhas mecanizadas, o número de projetos apoiados e a recuperação da malha de estradas vicinais visto que a quantidade proposto no Projeto de Lei não supre as necessidades do setor agropecuário da Região Sul do Brasil.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Edinho Bez

EMENDA

31830009

EMENTA

Fortalecer os corredores hidroviários

PROGRAMA

2073 - Transporte Hidroviário

OBJETIVO

0234 - Fortalecer os corredores hideroviários garantindo condições de navegabilidade

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

39000 - Ministério dos Transportes

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Garantir manutenção e melhorias nos corredores hidroviários em 9.785 km	Garantir manutenção e melhorias nos corredores hidroviários em 13.413km

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Vetor Logístico Amazônico	4.634	km
Vetor Logístico Centro-Norte	600	km
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2.708	km
Vetor Logístico Leste	655	km
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1.015	km
Vetor Logístico Sul	4.000	km

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo aumentar para a Região Sul: a manutenção e as melhorias nos corredores hidroviários visto que a quantidade proposta no Projeto de Lei não supre as necessidades na área hidroviária da região.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 563 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Edinho Bez

EMENDA

31830010

EMENTA

Ampliar o sistema ferroviário nacional

PROGRAMA

2072 - Transporte Ferroviário

OBJETIVO

0141 - Ampliar o sistema ferroviário nacional em bitola de maior capacidade, de forma integrada com os demais modos de transportes.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

39000 - Ministério dos Transportes

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Expandir em 4.546 km a malha ferroviária do país	Expandir em 8.946 km a malha ferroviária do país

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Vetor Logístico Sul	4.000	km
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	1.828	km
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1.122	km
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1.041	km
Vetor Logístico Centro-Norte	955	km

Descrição do PL	Descrição Proposta
Realizar estudos de implantação de 8.651 km da malha ferroviária do país	Realizar estudos de implantação de 11.431 km da malha ferroviária do país

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Vetor Logístico Amazônico	2.671	km
Vetor Logístico Centro-Norte	1.176	km
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2.556	km
Vetor Logístico Leste	1.028	km
Vetor Logístico Sul	4.000	km

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo aumentar para a Região Sul: a expansão da quilometragem da malha ferroviária e a realização de estudos de implantação da malha ferroviária visto que a quantidade proposta no Projeto de Lei não supre as necessidades na área do transporte ferroviário da região.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Edio Lopes

EMENDA

23700001

EMENTA

OK - OBJETIVO - PESCA E AQUICULTURA

PROGRAMA

2052 - Pesca e Aquicultura

OBJETIVO

0567 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Descrição do PL	Descrição Proposta
Implantar parques aquícolas continentais em 22 reservatórios	

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Norte	6	unidade
Região Sul	7	unidade
Região Centro-Oeste		
Região Nordeste		
Região Sudeste		

Descrição do PL	Descrição Proposta
Implantar e manutenir 78 unidades demonstrativas de aquicultura em tanques-rede, tanques escavados e canais de irrigação	

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Nordeste	50	unidade
Região Norte	20	unidade
Região Sudeste		

JUSTIFICATIVA

A Região Norte é tradicionalmente um pólo da aqüicultura brasileira. O pescado é base da alimentação das populações ribeirinhas, e a região é também uma exportadora de seus produtos pesqueiros. A complexidade da pesca amazônica é muito alta. Coexistem cinco modalidades de pesca na bacia amazônica: 1 - Uma pesca predominantemente de subsistência, praticada por grupos familiares, pequenas comunidades, subestruturas étnicas e outras estruturas de pequeno porte que buscam a sobrevivência física; 2 - Uma pescaria comercial multiespecífica, destinada ao abastecimento dos centros urbanos regionais e praticada, em geral, por pescadores residentes nesses centros 3 - Uma pescaria comercial monoespecífica, voltada para a exportação e dirigida principalmente à captura de bagres como a piramutaba Brachyplatystoma vailantii e o surubim Pseudoplatystoma filamentosum 4 - Uma pesca em reservatórios, resultante da construção de grandes represas para geração de energia elétrica, como Tucuruí e Balbina, que vem sendo desenvolvida por uma nova categoria de pescadores denominados "barrageiros" 5 - Uma pesca esportiva, que tem como espécie alvo o tucunaré Cichla sp. e vem sendo praticada principalmente em rios de águas pretas; e, uma pescaria de espécies ornamentais destinadas, principalmente, à exportação e realizada predominantemente no rio Negro e em seus afluentes Como pode-se perceber, existe uma oferta enorme, com fatores a serem testados e definidos por meio de experiências pilotos, como as Unidades Demonstrativas. O predomínio de procedimentos artesanais na detecção dos cardumes e nas operações de captura é refletido na variedade de apetrechos e estratégias de pesca. Ao mesmo tempo, fatores ambientais e mercadológicos propiciam oferta e demanda para uma elevada diversidade de espécies, incomum em pescarias comerciais. Um fator adicional de complexidade na pesca dessa região são os diferentes tipos de usuários dos recursos pesqueiros, com diferentes estratégias de pesca e diferentes comportamentos frente aos recursos e ao ambiente. Unidades demonstrativas, a partir das experiências constatadas e do estudo do comportamento dos vetores diversos, sociais, econômicos e ambientais envolvidos, contribuem de forma expressiva ao crescimento econômico da região e melhoria de índices de qualidade de vida da população envolvida. Neste sentido é factível que a região tenha aumentada suas metas no que tange a atividade pesqueira diante de suas potencialidades.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Edivaldo Holanda Junior

EMENDA

26950001

EMENTA

Banda Larga no Maranhão

PROGRAMA

2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

OBJETIVO

0751 - Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.

INICIATIVA

NOVA - Implantação do Programa Nacional de Banda Larga no Maranhão

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
120.000.000	15/02/2012	30/12/2015	40.000.000	80.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda pretende contribuir para erradicar os muitos resquícios de subdesenvolvimento e extrema pobreza que ainda geram tantas mazelas no Estado do Maranhão. A aprovação desta emenda e a efetiva implantação do Programa Nacional de Banda Larga no Estado do Maranhão será responsável pela geração de emprego e renda, capacitação profissional, diminuição de custos operacionais e, acima de tudo, será responsável pela inclusão dos maranhenses que ainda vivem à margem do desenvolvimento econômico e social. O Brasil desenvolve-se a passos largos e o Maranhão pode contribuir muito com este crescimento.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Edivaldo Holanda Junior

EMENDA

26950002

EMENTA

Banda Larga no Nordeste

PROGRAMA

2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

OBJETIVO

0751 - Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.

INICIATIVA

NOVA - Implantação do Programa Nacional de Banda Larga no Nordeste

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
300.000.000	15/02/2012	30/12/2015	80.000.000	220.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda pretende mudar as características de subdesenvolvimento e pobreza que ainda marcam a Região Nordeste do Brasil. O mundo mudou e a informatização tem um papel de extrema importancia nos aspectos positivos das mudanças ocorridas no mundo. A aprovação desta emenda e efetiva implantação do Programa Nacional de Banda Larga na Região Nordeste será responsável pela geração de emprego e renda, capacitação profissional, diminuição de custos operacionais e, acima de tudo, será responsável pela inclusão de grande parcela de brasileiros que ainda vivem à margem do desenvolvimento econômico e social. O Brasil desenvolve-se a passos largos e o Nordeste precisa estar apto a contribuir com este crescimento.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 567 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Edivaldo Holanda Junior

EMENDA

26950003

EMENTA

Cinturões Digitais

PROGRAMA

2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

OBJETIVO

0752 - Promover o uso de bens e serviços de comunicações, com ênfase nas aplicações, serviços e conteúdos digitais criativos para potencializar o desenvolvimento econômico e social do País.

INICIATIVA

NOVA - Implantação dos

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	15/02/2012	30/12/2015	150.000.000	350.000.000

JUSTIFICATIVA

Segundo pesquisas da Organização das Nações Unidas (ONU), o uso da tecnologia da informação pode agir positivamente no compate à pobreza e marginalização social e econômica. Dessa forma, parece providencial que o Poder Público adote como iniciativa no âmbito do PPA 2012-2015 a implantação de Cinturões Digitais nos locais onde, historicamente, estão localizados os Cinturões de Pobreza e os Cinturões da Violência. Tal iniciativa tem o condão de, além de investir em geração de emprego e renda e capacitação profissional, contribuir para o fim da miséria e marginalização econômica e social.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 568 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Edivaldo Holanda Junior

EMENDA

26950004

EMENTA

Regionalização de Centros Integrados de Emergência

PROGRAMA

2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

OBJETIVO

0173 - Promover a estruturação de sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais.

INICIATIVA

NOVA - Fortalecimento da Infraestrutura Observacional com a Regionalização de Centros Integrados de Emergência

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
700.000.000	15/02/2012	30/12/2015	200.000.000	500.000.000

JUSTIFICATIVA

Considerando os inúmeros desastres naturais que vêm causando mortes e destruições no Brasil nos últimos anos, é imprescindível a aprovação desta iniciativa no âmbito do PPA 2012-2015. As políticas públicas precisam priorizar ações preventivas que, além de poupar investimentos, é capaz, principalmente, de evitar mortes. O objetivo é fortalecer a rede nacional de informações para prevenção de desastres, tendo como principal atividade a prevenção para antecipar crises e minimizar os esforços de recuperação. Com a integração dos diversos serviços, somado ao uso de tecnologia de ponta, a exemplo de sensores implantados em vias públicas, radares meteorológicos, sensores pluviométricos, circuitos fechados de TV, dentre outros, o Brasil pode evitar ou minimizar os danos causados por desastres naturais.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 569 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Edivaldo Holanda Junior

EMENDA

26950005

EMENTA

Saneamento Básico no Maranhão

PROGRAMA

2068 - Saneamento Básico

OBJETIVO

0610 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.

INICIATIVA

NOVA - Saneamento Básico no Maranhão

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
600.000.000	15/02/2012	30/12/2015	150.000.000	450.000.000

JUSTIFICATIVA

Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, mais de 90 milhões de brasileiros não fazem o manejo correto de seus dejetos, lançandos-os em rios, córregos e afins. Lamentavelmente a situação do saneamento básico no Estado do Maranhão não é diferente. Parcela considerável da população vive sem acesso a qualquer infraestrutura de saneamento básico; falta água, tratamento de esgoto, coleta de lixo, etc. Além da submissão do indivídio a condições subumanas, soma-se a isto o aspecto nefasto da má aplicação dos recursos públicos pois, segundo informado pelo DATASUS, no ano de 2009 houve mais de 450 mil internações por problemas de infecções gastrointestinais, o que exigiu do poder público gastos médios de R$ 350,00 para cada uma destas internações. Só em 2009 foram gastos aproximados R$ 150 milhões de reais para o tratamento desta doença. Parte considerável destes recursos, se aplicados em saneamento básico, previniriam um grande número das internações e acometimentos de tal doença. A apovação desta emenda e a efetivção desta iniciativa representará um investimento de extrema qualidade e redundará futuramente em redução nos gastos com a saúde pública e melhoria na qualidade de vida da população maranhense.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 570 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Edson Santos

EMENDA

25010001

EMENTA

Ampliação do acesso da população negra a bens e serviços culturais.

PROGRAMA

2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

OBJETIVO

0621 - Promover, preservar e difundir o patrimônio e as expressões culturais afro-brasileiras.

INICIATIVA

NOVA - Ampliação do acesso da população negra a bens e serviços culturais.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2	01/01/2012	31/12/2015	1	1

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Edson Santos

EMENDA

25010002

EMENTA

Ampliação do apoio técnico e financeiro às organizações...

PROGRAMA

2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

OBJETIVO

0621 - Promover, preservar e difundir o patrimônio e as expressões culturais afro-brasileiras.

INICIATIVA

NOVA - Ampliação do apoio técnico e financeiro às organizações que preservam e promovem a cultura afrobrasileira, indígena e cigana.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2	01/01/2012	31/12/2015	1	1

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 572 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Edson Santos

EMENDA

25010003

EMENTA

Apoio e acompanhamento de medidas de assistência às famílias...

PROGRAMA

2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

OBJETIVO

0255 - Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.

INICIATIVA

NOVA - Apoio e acompanhamento de medidas de assistência às famílias de vítimas da violência contra a população negra.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2	01/01/2012	31/12/2015	1	1

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 573 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Edson Santos

EMENDA

25010004

EMENTA

Capacitação de representantes de fóruns, conselhos, comissões...

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0862 - Democratizar as relações de trabalho no país, por meio da consolidação de um modelo de organização sindical baseado em liberdade, autonomia e representatividade, estimulando o diálogo e o tripartismo, a fim de assegurar a justiça social no âmbito das leis trabalhistas, da solução de conflitos e das garantias sindicais.

INICIATIVA

NOVA - Capacitação de representantes de fóruns, conselhos, comissões, bem como de gestores públicos responsáveis pela formulação e implementação de políticas públicas de trabalho, emprego e renda, para a incorporação das dimensões de gênero e raça nessas políticas.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2	01/01/2012	31/12/2015	1	1

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 574 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Edson Santos

EMENDA

25010005

EMENTA

Cooperação com comunidades tradicionais com vistas...

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0721 - Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais de saúde.

INICIATIVA

NOVA - Cooperação com comunidades tradicionais com vistas a incorporar nos procedimentos do Sistema Único de Saúde conhecimentos e práticas derivadas dos saberes de medicina popular utilizados pelas comunidades tradicionais.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2	01/01/2012	31/12/2015	1	1

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 575 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Edson Santos

EMENDA

25010006

EMENTA

Desenvolvimento de ações específicas que facilitem o acesso das comunidades tradicionais...

PROGRAMA

2061 - Previdência Social

OBJETIVO

0250 - Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária.

INICIATIVA

NOVA - Desenvolvimento de ações específicas que facilitem o acesso das comunidades tradicionais ao sistema previdenciário.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2	01/01/2012	31/12/2015	1	1

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 576 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Edson Santos

EMENDA

25010007

EMENTA

Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos...

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0803 - Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.

INICIATIVA

0390 - Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos, buscando, sobretudo, a cooperação internacional para o fortalecimento Sistema Nacional de Pós-Graduação, utilizando critérios que considerem a pluralidade étnico-racial da sociedade brasileira.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 577 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Edson Santos

EMENDA

25010008

EMENTA

Desenvolver conjunto de ações integradas de provisão de infra-estrutura urbana...

PROGRAMA

2054 - Planejamento Urbano

OBJETIVO

0321 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Desenvolver conjunto de ações integradas de provisão de infra-estrutura urbana voltada prioritariamente para territórios urbanos territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 578 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Edson Santos

EMENDA

25010009

EMENTA

Desenvolver ferramentas de gestão que adequem...

PROGRAMA

2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

OBJETIVO

0977 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Desenvolver ferramentas de gestão que adequem as políticas para territórios rurais às especificidades das comunidades quilombolas e tradicionais.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 579 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Edson Santos

EMENDA

25010010

EMENTA

Efetivar a Política Nacional de Saúde Integral...

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0714 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Efetivar a Política Nacional de Saúde Integral para a População Negra.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 580 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Edson Santos

EMENDA

25010011

EMENTA

Fomentar instalação de centrais de atendimento nas Defensorias Públicas Estaduais.

PROGRAMA

2020 - Cidadania e Justiça

OBJETIVO

0878 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Fomentar instalação de centrais de atendimento nas Defensorias Públicas Estaduais.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Edson Santos

EMENDA

25010012

EMENTA

Fomentar, nas 27 Unidades da Federação, iniciativas...

PROGRAMA

2070 - Segurança Pública com Cidadania

OBJETIVO

0830 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Fomentar, nas 27 Unidades da Federação, iniciativas no âmbito das corporações de segurança pública de implantação e fortalecimento de ouvidorias independentes.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 582 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Edson Santos

EMENDA

25010013

EMENTA

Garantir que os instrumentos de avaliação...

PROGRAMA

2030 - Educação Básica

OBJETIVO

0599 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Garantir que os instrumentos de avaliação da qualidade da educação básica contemplem as especificidades da educação nas diferentes localidades, em comunidades indígenas e comunidades tradicionais.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 583 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Edson Santos

EMENDA

25010014

EMENTA

Garantir que os instrumentos de avaliação da qualidade...

PROGRAMA

2030 - Educação Básica

OBJETIVO

0599 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Garantir que os instrumentos de avaliação da qualidade da educação básica contemplem as especificidades da educação nas diferentes localidades, em comunidades indígenas e comunidades tradicionais.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 584 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Edson Santos

EMENDA

25010015

EMENTA

Implantar núcleos de inclusão digital em comunidades quilombolas...

PROGRAMA

2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

OBJETIVO

0751 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Implantar núcleos de inclusão digital em comunidades quilombolas, comunidades de terreiro, em comunidades ciganas sedentárias e outras comunidades tradicionais que apresentem interesse.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 585 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Edson Santos

EMENDA

25010016

EMENTA

Implementar as normas legais que instituem na rede...

PROGRAMA

2031 - Educação Profissional e Tecnológica

OBJETIVO

0582 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Implementar as normas legais que instituem na rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena - Leis 10.639/03 e 11645/08 - nos marcos do Plano Nacional.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 586 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Edson Santos

EMENDA

25010017

EMENTA

Implementar as normas legais que instituem na rede de ensino...

PROGRAMA

2030 - Educação Básica

OBJETIVO

0598 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Implementar as normas legais que instituem na rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena - Leis 10.639/03 e 11645/08 - nos marcos do Plano Nacional.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 587 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Edson Santos

EMENDA

25010018

EMENTA

Implementar as normas legais que instituem na rede de ensino a obrigatoriedade...

PROGRAMA

2031 - Educação Profissional e Tecnológica

OBJETIVO

0582 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Implementar as normas legais que instituem na rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena - Leis 10.639/03 e 11645/08 - nos marcos do Plano Nacional.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 588 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Edson Santos

EMENDA

25010019

EMENTA

Incluir nas diretrizes dos programas relacionados ao esporte, lazer...

PROGRAMA

2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

OBJETIVO

0669 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Incluir nas diretrizes dos projetos de esporte, lazer e atividade física a equidade de gênero.	Incluir nas diretrizes dos programas relacionados ao esporte, lazer e atividade física a equidade de gênero e raça.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 589 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Eduardo Amorim

EMENDA: 29080001

EMENTA: Aeroporto de Aracaju

PROGRAMA: 2017 - Aviação Civil

OBJETIVO: 0083 - Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.

INICIATIVA: NOVA - Adequação da capacidade do Aeroporto de Aracaju

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/01/2012	31/12/2015	50.000.000	450.000.000

JUSTIFICATIVA

A reivindicação para construção de um novo e moderno aeroporto em Aracaju é um anseio de toda a comunidade uma vez que a cidade tem recebido cada vez mais turistas. Aracaju, por ser uma cidade costeira, localizada na região Nordeste do Brasil, carece de um moderno aeroporto a fim de possibilitar as condições mínimas necessárias ao incremento da atividade turística que é de grande importância, não somente para Aracaju, mas para todo Estado de Sergipe, passando assim a atender com conforto e dignidade a todos os passageiros que embarcarem ou desembarcarem naquela capital.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Eduardo Amorim

EMENDA: 29080002

EMENTA

Aeroporto de Canindé de São Francisco - SE

PROGRAMA

2017 - Aviação Civil

OBJETIVO

0083 - Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.

INICIATIVA

NOVA - Adequação da capacidade do Aeroporto de Canindé de São Francisco - SE

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/01/2012	31/12/2015	50.000.000	450.000.000

JUSTIFICATIVA

A reivindicação para construção deste aeroporto é um anseio de toda a comunidade sergipana uma vez que a cidade de Canindé de São Francisco é o segundo maior destino turistíco do Estado. O acesso ao principal ponto turístico de Canindé é o "Canyon de Xingó" que nasce pela rota do sertão distante de Aracaju 200 km. Apesar das boas condições da estrada, um bom número de turistas deixam de visitar um dos locais mais belos do Estado em face da inexistência de alternativa de transporte aéreo. O Estado de Sergipe já desapropriou uma área no Povoado Capim Grosso destinado para construção deste aeroporto.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Eduardo Amorim

EMENDA: 29080003

EMENTA: Canal Xingó

PROGRAMA: 2013 - Agricultura Irrigada

OBJETIVO: 0544 - Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado.

INICIATIVA: NOVA - Implantação do Canal Xingó

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2.430.000.000	15/02/2013	30/12/2017	500.000.000	1.930.000.000

JUSTIFICATIVA

O Canal de Xingó, a ser instalado em região semiárida, deverá atender de forma integral a população e as empresas estabelecidas naquela área: Perímetros irrigados, destacando-se neste grupo o Perímetro Manoel Dionísio, a ser implantado com aproximadamente 4.700 ha irrigados, localizado nas imediações do reservatório da UHE Xingó; 54 assentamentos de reforma agrária que totalizam mais de 50 mil hectares e beneficiam mais de 2.800 famílias de pequenos produtores; Sistemas de abastecimento d'água de diversas cidades ao longo do traçado do Canal, inclusive para a Região Metropolitana de Aracaju, cujas fontes atuais serão insuficientes no prazo de 15 anos; Aglomerados populacionais e populações difusas, em áreas semiurbanizadas e rurais, a serem atendidos por sistemas simplificados de abastecimento d'água e, em última instância, por chafarizes e caminhões-pipa, recorrendo-se quando indicado à reservação por meio de cisternas; Dessedentação de criatórios bovino leiteiro e ovino caprinocultura; A pequena indústria, complementar à atividade agrícola. O canal alterará substancialmente o quadro natural de oferta de água, promovendo o suprimento às múltiplas demandas hídricas. O projeto beneficiará o desenvolvimento das atividades produtivas na área de agricultura irrigada, pecuária e agricultura de sequeiro, com possibilidade de renda líquida total anual superior a R$ 300 milhões. Estima-se que cerca de 90 mil novos empregos serão gerados pelo empreendimento, sendo 69 mil empregos diretos, previstos para serem ocupados pela população da zona rural dos municípios, e 21 mil empregos indiretos relacionados com atividades a serem desenvolvidas nas áreas urbanas. O Projeto Xingó deverá fomentar um aumento de 23% no PIB regional, quando alcançar a estabilização da produção.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 592 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Amorim

EMENDA

29080004

EMENTA

Construção da Ponte sobre o Rio São Francisco

PROGRAMA

2076 - Turismo

OBJETIVO

0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro.

INICIATIVA

NOVA - Construção da Ponte sobre o Rio São Francisco

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
320.000.000	15/02/2012	30/12/2014	100.000.000	220.000.000

JUSTIFICATIVA

A nova ponte promoverá a ligação litorânea e a integração turística entre os estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. O Estudo de Viabilidade Técnica e Socioeconômica foi favorável à obra, uma vez que ela possibilitará a geração de ocupação e renda, trazendo sustentabilidade à região. A ponte estimulará o desenvolvimento em uma região de elevado potencial turístico, mas de baixa qualidade de vida e renda (baixo IDH). Existe projeto no Ministério dos Transportes para a construção de ponte sobre o Rio São Francisco próximo a sua foz, na altura dos municípios de Brejo Grande, em Sergipe, e Piaçabuçu, em Alagoas. A ponte terá 1.720 metros de extensão e prazo previsto de execução é de três anos.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 593 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Amorim

EMENDA

29080005

EMENTA

Construção de Canais de Drenagem e Obras Complementares na Zona de Expansão da Cidade de Aracaju

PROGRAMA

2068 - Saneamento Básico

OBJETIVO

0610 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.

INICIATIVA

NOVA - Construção de Canais de Drenagem e Obras Complementares na Zona de Expansão da Cidade de Aracaju

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
350.000.000	15/02/2012	30/12/2015	100.000.000	250.000.000

JUSTIFICATIVA

O Município de Aracaju tem um território pequeno e toda sua área é urbana, não tendo, praticamente, espaços vazios para ocupações, exceto a Zona de Expansão, que é uma área de planície, próxima a Zona de praia, entretanto não tem uma infraestrutura, que suporte o seu adensamento intenso. Essa área de planície marinha com baixas altitudes e forte influência das marés vem sendo ocupada com a implantação de loteamentos, conjuntos e condomínios residenciais. Devido à ausência de drenagem na área e a ocupação do solo, com a sua impermeabilização, tem provocado inundações em épocas de chuvas. O projeto permite resolver os sérios problemas de macro drenagem da região, pois permite a canalização da micro drenagem e pavimentação do sistema viário das vias secundárias, desenvolvendo a região e impulsionando a economia local e de toda a Cidade.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 594 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Amorim

EMENDA

29080006

EMENTA

Construção do Hospital do Câncer de Sergipe em Aracaju.

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

INICIATIVA

NOVA - Construção do Hospital de Oncologia de Sergipe.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	01/01/2012	31/12/2015	25.000.000	75.000.000

JUSTIFICATIVA

Reforçar a dotação de forma a viabilizar a construção do Hospital de Oncologia de Sergipe em Aracaju. A constituição de 1988, conhecida com a 'Constituição Cidadã', institui dignidade da pessoa humana, como princípio fundamental da República Federativa do Brasil, essencial para nortear todos os demais princípios e normas do nosso ordenamento jurídico. Partindo de uma interpretação sistemática do texto constitucional podemos concluir que a saúde é elemento primordial para o exercício de uma vida digna. Segundo dados do Instituto Nacional do Câncer (INCA), em 2012 serão registrados 5 mil novos casos em Sergipe. Já no Brasil, devem morrer 120 a 150 mil pessoas em consequência do câncer. Existe a informação de que 40% dessas pessoas poderiam ter suas vidas prolongadas. O câncer é a segunda doença que mais mata no país. O Estado de Sergipe enfrenta um enorme problema de Saúde Pública relacionada a oferta de tratamento para o câncer. São criadas enormes filas de espera pra o diagnóstico e tratamento destas neplasias. O serviço de oncologia atualmente encontra-se dentro do Hospital de Urgência Gov. João Alves Filho, a instituição de referência em alta complexidade no Estado. Neste Hospital os pacientes que necessitam de atendimento nas unidades de terapia intensiva e centro cirúrgico acabam concorrendo às vagas com os pacientes da urgência, dos politraumtizados e dos neurocirúrgicos. Existe a necessidade urgente de uma Unidade Hospitlar específica para proporcionar o aumento da sobrevida através de agilidade no diagnóstico e tratamentos imediatos com a realização de aplicações de radioterapia, quimioterapia, braquiterapia e as cirurgias oncológicas. O Hospital do Câncer de Sergipe prestará assitência tanto em níveis ambulatóriais de especialidades, como em centro de diagnóstico, e serviço de urgência para acolhimento destes de forma digna e prioritária. Com a implantação do Hospital do Câncer em Sergipe todos os pacientes oncológicos do nosso Estado poderão ser referendados a ele e terão acesso ao atendimento especializado como prevê a legislação vigente.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Amorim

EMENDA

29080007

EMENTA

Duplicação da BR 235 - Entroncamento da BR 101 até a Divisa SE/BA - Km 8,3 a 114,8

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - Duplicação da BR 235 - Entroncamento da BR 101 até a Divisa SE/BA - Km 8,3 a 114,8

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
600.000.000	15/02/2012	30/12/2015	150.000.000	450.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa aumentar 106,5 km na meta para adequação de rodovias federais para viabilizar a possibilidade de duplicação da BR 235 no Estado de Sergipe. Essa duplicação já era necessária há mais de 10 anos devido ao grande fluxo de carros que transitam por essa rodovia. A obra vai melhorar a qualidade de vida da população que mora às margens dessa rodovia, trará aos comerciantes mais lucro com a parada segura dos carros nessas localidades, escoará a produção agrícola da região com mais rapidez. Será uma rodovia segura que contará com redutores de velocidades, uma adequada e moderna sinalização e trará enormes benefícios para todos que moram principalmente na região Agreste do Estado. A rodovia BR 235 no Estado de Sergipe, interliga a BR 101, no km 8,3 até a divisa com o Estado da Bahia no km 114,8, passando pelos municípios de Areia Branca, Itabaiana (que é um dos maiores municípios sergipanos sendo grande produtor agrícola, de comercio pujante, tendo como referencia uma das cidades do Brasil com uma das maiores frotas de caminhões, sendo também uma dos grandes centros regionais do Estado), Ribeirópolis, Frei Paulo e Carira (que é o maior produtor de milho do Estado, contribuindo para que Sergipe atinja uma produção de 1.000.000 de toneladas desse grão, passando a ser o maior produtor do Nordeste), sendo também uma das vias de acesso ao município de Lagarto (que é outro centro regional, que foi recentemente contemplada com um novo campos da Universidade Federal de Sergipe), como também aos municípios de Nossa Sra da Glória (que é outro grande centro regional, principalmente na produção de Leite), Canindé do São Francisco (cidade onde se localiza a Hidroelétrica de Xingó, e onde está localizado no Rio São Francisco o quinto maior cânion do mundo, tornando a cidade como o segundo maior destino turístico do Estado). No contexto nacional a BR 235 interliga o Estado de Sergipe ao Estado da Bahia, passando por Juazeiro, chegando a Pernambuco no município de Petrolina(pólo produtor de Frutas). Esta Rodovia é também de grande importância para escoamento da produção de fertilizantes nitrogenados, potássio, cimento, álcool, açúcar e milho do estado de Sergipe para os interiores dos estados da Bahia, Pernambuco, etc..., como também futuramente poderá ser utilizada no transporte da produção de frutas da Região de Petrolina para o Porto de Sergipe, por ser o menor percurso entre a citada região e qualquer outro porto do Nordeste. A rodovia a ser duplicada possui uma extensão de 106,5 km, com custo estimado de R$ 600.000.000,00.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 596 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Amorim

EMENDA

29080008

EMENTA

Implantação da infraestrutura de Wi-Fi

PROGRAMA

2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

OBJETIVO

0751 - Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.

INICIATIVA

NOVA - Implantação da infraestrutura de Wi-Fi nos municípios do estado de

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	01/01/2012	31/12/2015	25.000.000	75.000.000

JUSTIFICATIVA

A referida emenda visa facilitar o acesso da população sergipana à internet e assim promover a inclusão social, através da inclusão digital. A internet será oferecida pela tecnologia Wi-Fi, que viabiliza o sinal por meio de ondas de rádio e disponibilizará internet gratuita para usuários em locais públicos, como praças, pontos turísticos e aeroportos. O público poderá acessar a rede em computadores ou qualquer dispositivo móvel com essa tecnologia como celulares, tablets e ipads, que permitirá o acesso a informações, utilizando-a para estudo, pesquisa, execução de serviços, transferência bancária.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 597 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Amorim

EMENDA

29080009

EMENTA

Implantação de Nova Via de Acesso à Capital - Via Vermelha

PROGRAMA

2054 - Planejamento Urbano

OBJETIVO

0321 - Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados.

INICIATIVA

NOVA - Implantação de Nova Via de Acesso à Capital do Estado de Sergipe - Via Vermelha

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
250.000.000	15/02/2012	30/12/2015	50.000.000	200.000.000

JUSTIFICATIVA

A via estruturante pretendida se localiza no Aglomerado Urbano da Grande Aracaju e interligará os municípios de Aracaju, São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros, a partir da Rodovia BR-235 à Rodovia Estadual dos Náufragos e a SE-100 Sul, beneficiando um população de mais de 800(oitocentos) mil habitantes, por diversos núcleos urbanos ao longo de seu traçado, criando um corredor de tráfego para transporte de alta velocidade e trechos de ciclovias. Essa via será de vital importância para o Desenvolvimento, Econômico, Industrial, social e Turístico da região metropolitana de Aracaju. Com a construção das pontes Joel Silveira e Gilberto Amado, haverá a necessidade de uma nova alternativa de acesso entre as BRs 101 e 235 ao litoral sul Aracajuano sem a utilização das vias existentes.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 598 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Amorim

EMENDA

29080010

EMENTA

Implantação de Projeto de Substituição de Habitações Subnormais

PROGRAMA

2049 - Moradia Digna

OBJETIVO

0383 - Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

INICIATIVA

NOVA - Implantação de Projeto de Substituição de Habitações Subnormais

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
300.000.000	15/02/2012	30/12/2015	100.000.000	200.000.000

JUSTIFICATIVA

O Programa Estadual de Habitação de Interesse Social deverá contemplar as ações e metas apontadas pelo Plano Estadual de Habitação de Interesse Social - PHEIS. A meta de redução do déficit habitacional prevista pelo PHEIS considera todo o estado e o planejamento abrange um período de 11 anos. Dentre as ações previstas para os próximos 4 anos, encontra-se a melhoria de habitações precárias construídas em taipa, utilizadas por famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Dessa forma, o Governo do Estado estará combatendo os principais focos de doenças e mortalidade nas regiões em que há maior número desse tipo de habitação subnormal. A forma de intervenção do projeto prevê avaliação da necessidade de demolição da casa de taipa para construção de uma nova unidade ou a possibilidade de reforma das casas que apresentarem melhores condições físicas. Para a execução das ações serão envolvidas as equipes da Secretarias de Estado de Inclusão e Desenvolvimento Social-SEIDES e de Desenvolvimento Urbano-SEDURB, contando com a participação dos municípios contemplados.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 599 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Amorim

EMENDA

29080011

EMENTA

Construção do Hospital do Câncer em Sergipe

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

INICIATIVA

02PO - Implantação de complexos integrados do Instituto Nacional de Câncer - INCA

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA
561.500.000	01/12/2012	31/12/2013

JUSTIFICATIVA

Reforçar a dotação de forma a viabilizar a construção do Hospital de Oncologia de Sergipe em Aracaju. A constituição de 1988, conhecida com a 'Constituição Cidadã', institui dignidade da pessoa humana, como princípio fundamental da República Federativa do Brasil, essencial para nortear todos os demais princípios e normas do nosso ordenamento jurídico. Partindo de uma interpretação sistemática do texto constitucional podemos concluir que a saúde é elemento primordial para o exercício de uma vida digna. Segundo dados do Instituto Nacional do Câncer (INCA), em 2012 serão registrados 5 mil novos casos em Sergipe. Já no Brasil, devem morrer 120 a 150 mil pessoas em consequência do câncer. Existe a informação de que 40% dessas pessoas poderiam ter suas vidas prolongadas. O câncer é a segunda doença que mais mata no país. O Estado de Sergipe enfrenta um enorme problema de Saúde Pública relacionada a oferta de tratamento para o câncer. São criadas enormes filas de espera pra o diagnóstico e tratamento destas neplasias. O serviço de oncologia atualmente encontra-se dentro do Hospital de Urgência Gov. João Alves Filho, a instituição de referência em alta complexidade no Estado. Neste Hospital os pacientes que necessitam de atendimento nas unidades de terapia intensiva e centro cirúrgico acabam concorrendo às vagas com os pacientes da urgência, dos politraumtizados e dos neurocirúrgicos. Existe a necessidade urgente de uma Unidade Hospitlar específica para proporcionar o aumento da sobrevida através de agilidade no diagnóstico e tratamentos imediatos com a realização de aplicações de radioterapia, quimioterapia, braquiterapia e as cirurgias oncológicas. O Hospital do Câncer de Sergipe prestará assitência tanto em níveis ambulatóriais de especialidades, como em centro de diagnóstico, e serviço de urgência para acolhimento destes de forma digna e prioritária. Com a implantação do Hospital do Câncer em Sergipe todos os pacientes oncológicos do nosso Estado poderão ser referendados a ele e terão acesso ao atendimento especializado como prevê a legislação vigente.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Amorim

EMENDA

29080012

EMENTA

Expansão da UFS - N.S. da Glória - Estância - Propriá

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Elevar o número de campi da Rede Federal de Educação Superior para 321	Elevar o número de campi da Rede Federal de Educação Superior para 324

JUSTIFICATIVA

O objetivo da alteração dessa emenda é assegurar a expansão da Universidade Federal de Sergipe com a criação de três novos campus nos municípios de Nossa Senhora da Glória,"Coração do Sertão", Estância - Região Sul e Propriá - Região do Baixo São Francisco. Essas expansões ajudarão a impulsionar o desenvolvimento das regiões, abrindo vagas para novos professores, criando novos cursos, com o propósito de atender novas demandas e exigências do mercado de trabalho em relação ao domínio de novos conhecimentos que atrairão mais e mais jovens para o ensino superior, beneficiando pessoas que antes tinham que se deslocar quilômetros e lutar muito para não desistir do sonho de seguir um curso universitário.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Barbosa

EMENDA

31860001

EMENTA

Inclusão de Iniciativa no Ministério da Educação

PROGRAMA

2030 - Educação Básica

OBJETIVO

0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.

INICIATIVA

NOVA - Fomento a ações que garantam a integridade física, psíquica e emocional da criança e do adolescente no ambiente escolar, por meio do estímulo a atividades de prevenção às ocorrências de acidentes.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
6.000.000	01/04/2012	30/11/2015	800.000	5.200.000

JUSTIFICATIVA

De acordo com o Ministério da Saúde, os acidentes são a principal causa de mortes de crianças e adolescentes entre 1 e 14 anos. Pesquisas indicam que 90% destas mortes poderiam ter sido evitadas por meio da adoção de comportamentos seguros, difusão de informação e ações multidisciplinares de prevenção. Além do custo social incalculável, em 2007, nesta faixa etária, gastou-se R$53 milhões, somente no atendimento público aos acidentes. As estatísticas indicam ainda que, para cada morte, há em média 4 crianças que convivem com graves seqüelas físicas e emocionais. Mais do que fatalidades, os acidentes são previsíveis e evitáveis. Entendemos que a prevenção de acidentes deva ser tema presente no âmbito da escola e os profissionais da educação podem ser peça-chave enquanto possíveis multiplicadores na promoção da prevenção às lesões não intencionais.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 602 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Barbosa

EMENDA

31860002

EMENTA

Inclusão de Iniciativa no Ministério da Saúde

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.

INICIATIVA

NOVA - Fomento a ações de prevenção em crianças por lesões não intencionais (acidentes)

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
16.000.000	01/04/2012	30/11/2015	2.000.000	14.000.000

JUSTIFICATIVA

De acordo com o Ministério da Saúde, os acidentes são a principal causa de mortes de crianças e adolescentes entre 1 e 14 anos. Pesquisas indicam que 90% destas mortes poderiam ter sido evitadas por meio da adoção de comportamentos seguros, difusão de informação e ações multidisciplinares de prevenção. Além do custo social incalculável, em 2007, nesta faixa etária, gastou-se R$53 milhões, somente no atendimento público aos acidentes. As estatísticas indicam ainda que, para cada morte, há em média 4 crianças que convivem com graves seqüelas físicas e emocionais. Mais do que fatalidades, os acidentes são previsíveis e evitáveis. Entendemos que a prevenção de acidentes deva ser um valor a ser fomentado no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 603 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Barbosa

EMENDA

31860003

EMENTA

Educação - Prevenção integridade educando

PROGRAMA

2030 - Educação Básica

OBJETIVO

0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia da sua integridade física, psíquica e emocional,
e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

JUSTIFICATIVA

Manter os demais atributos do Objetivo 0598 original, incluindo o imprescindível apoio à garantia da integridade física, psíquica e emocial do educando. De acordo com o Ministério da Saúde, os acidentes são a principal causa de mortes de crianças e adolescentes entre 1 e 14 anos. Pesquisas indicam que 90% destas mortes poderiam ter sido evitadas por meio da adoção de comportamentos seguros, difusão de informação e ações multidisciplinares de prevenção. Além do custo social incalculável, em 2007, nesta faixa etária, gastou-se R$53 milhões, somente no atendimento público aos acidentes. As estatísticas indicam ainda que, para cada morte, há em média 4 crianças que convivem com graves seqüelas físicas e emocionais. Mais do que fatalidades, os acidentes são previsíveis e evitáveis. Entendemos que a prevenção de acidentes deva ser tema presente no âmbito da escola e os profissionais da educação podem ser peça-chave enquanto possíveis multiplicadores na promoção da prevenção às lesões não intencionais.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 604 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Braga

EMENDA

29090001

EMENTA

Aeroportos na Região Amazônica

PROGRAMA

2017 - Aviação Civil

OBJETIVO

0083 - Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.

INICIATIVA

NOVA - Construção, reforma, ampliação de aeroportos e aeródromos na regiãao amazônica

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/01/2012	31/12/2015	150.000.000	350.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente proposta ora apresentada ao Projeto de Lei n.029/2011-CN objetiva garantir iniciativa que possa promover a readequação do modal para receber a elevada demanda de paasageiros na região amazônica em decorrência do fortalecimetno da ativieda turistiva e da proximidades com a realização da copa do mundo de futebol. Se faz premente a necessidade de o governo federal apoioar a ampliação e modernizar a infra-estrutura aeroportuária do país, principalmente na região amazônica. A capacidade atual dos aeroportos brasileiros, mesmo com as obras de reforma já projetadas pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), não será suficiente para atender a demanda durante a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. O transporte aéreo no Brasil encontra-se em situação precaríssima e requer medidas urgentes, tanto para dar um mínimo de conforto aos passageiros quanto para assegurar as condições básicas e indispensáveis de segurança aos usuários.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Braga

EMENDA

29090002

EMENTA

Agricultura Familiar - REDD+

PROGRAMA

2012 - Agricultura Familiar

OBJETIVO

0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.

INICIATIVA

NOVA - Incentivo aos produtores da agricultura familiar para o fortalecimento da preservação ambiental, com recursos financeiros do pagamento por serviços ambientais via REDD+ e Mecanismo de Desenvolv. Limpo

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
4.000.000.000	01/01/2012	31/12/2012	1.000.000.000	3.000.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente proposta apresentada ao projeto de lei nº 029/2011-CN (PPA) objetiva a inclusão de iniciativa pretende criar incentivos econômicos para as pequenas propriedades da agricultura familiar, que receberiam uma ajuda financeira como incentivo à preservação da vegetação existente em sua área. Tal incentivo se daria nos moldes do bolsa floresta e de acordo com as atividades desenvolvidas em cada propriedade. Seria uma forma de estimular que as propriedades tenham um percentual de área preservada além do previsto na legislação.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 606 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Braga

EMENDA

29090003

EMENTA

Centros Vocacionais Tecnológicos na Região Norte

PROGRAMA

2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

OBJETIVO

0499 - Promover a popularização da ciência, tecnologia e inovação e a melhoria da educação científica.

INICIATIVA

NOVA - Expansão da implantação da rede de Centros Vocacionais Tecnológicos na região norte

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
400.000.000	01/01/2012	31/12/2015	150.000.000	250.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente proposta ao Projeto de lei n 029/11-CN, tem como foco promover o fortalecimento da infraestrutura de tecnologia na região norte, com a expansão da rede de Centros Vocacionais voltados para a difusão do acesso ao conhecimento científico e tecnológico, conhecimentos práticos na área de serviços técnicos, além da transferência de conhecimentos tecnológicos na área de processo produtivo. Como estão direcionados para a capacitação tecnológica da população, como uma unidade de formação profissional básica, de experimentação científica, de investigação da realidade e prestação de serviços especializados, os Centros Tecnológicos são ferramenta imprescindivel para levar desenvolvimento associado ao uso das novas tecnologias, além do incentivo à pesquisa.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Braga

EMENDA

29090004

EMENTA

Expansão e Fortalecimento do Programa Nacional de Banda Larga na Região Amazônica

PROGRAMA

2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

OBJETIVO

0751 - Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.

INICIATIVA

NOVA - Expansão e fortalecimento da Rede Nacional de banda Larga na Região Amazônica

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
280.000.000	01/01/2012	31/12/2012	70.000.000	210.000.000

JUSTIFICATIVA

A região norte do país e possuidora de peculiaridades que dificultam o seu pleno desenvolvimento, devemos, Senhor Relator, lançar um olhar diferenciado sobre essa parte do país. Ao regionalizar a expansão do PNLB, oferecemos a oportunidade de criar, de acelerar o desenvolvimento econômico e social, promover a inclusão digital, reduzir as desigualdades sociais, promovendo a geração de emprego e renda, ampliando a atenção do governo ao cidadão através de serviços mais otimizados, auxiliando a capacitação da população para o uso das tecnologias de informação e aumentar a autonomia tecnológica e a competitividade da região. O início do caminho para se alcançarem esses objetivos é a expansão da cobertura do serviço, a elevação da velocidade disponível e a redução do seu preço, portanto, a difusão do acesso em banda larga representa uma série de benefícios e melhorias no dia a dia dos cidadãos, governos e empresas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 608 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Braga

EMENDA

29090005

EMENTA

Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - PROSAMIM - Na região metropolitana de Manaus

PROGRAMA

2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

OBJETIVO

0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

INICIATIVA

NOVA - Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - PROSAMIM - Na região metropolitana de Manaus - AM

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
1.500.000.000	01/01/2012	31/12/2015	600.000.000	900.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente proposta ao projeto de lei 029/2011-CN objetiva fortalecer com recursos financeiros oriundos do Orçamento Geral da União o Programa Social e Ambiental de Manaus - PROSAMIM, a ser desenvolvido na região Metropolitana de Manaus. Trata-se transformação ambiental, social e urbanística, que muda o cenário nas margens dos igarapés e também o destino de toda a população em sua volta. Com obras que preveêm remoção e acompanhamento de famílias que moram em áreas de intervenção, obras de urbanização e recuperação dos igarapés, além de um amplo sistema de esgotamento sanitário, obedecendo aos padrões internacionais estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde - OMS, com eficiência de 90% na remoção das águas residuárias, sem comprometimento nas características naturais do rio. Um programa que já foi responsável pelo trabalho de reassentamento de mais de sete mil famílias, e que já representou um número significativo na melhora de vida para mais de 50 mil pessoas no Estado.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Braga

EMENDA

29090006

EMENTA

Rede Nacional de Pesquisa

PROGRAMA

2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

OBJETIVO

0403 - Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCT e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso.

INICIATIVA

NOVA - Fortalecimento da Nova Rede Nacional de Pequisa para aplicações em pesquisa e serviços inovadores na região amazônica

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/01/2012	31/12/2015	200.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente proposta ao Projeto de Lie n29/2011-CN (PPA), busca assesgurar dentro de um planejamento de governo meios que levem á plena realização do objetivo da nova rede nacional de pesquisa que é melhorar a infraestrutura de redes em níveis nacional, metropolitano e local (redes de campus); atender, com aplicações e serviços inovadores, as demandas de comunidades específicas (telemedicina, biodiversidade, astronomia etc.); e promover a capacitação de recursos humanos em tecnologias da informação e comunicação.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 610 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Braga

EMENDA

29090007

EMENTA

Regionalização de Centros Integrados de Emergência

PROGRAMA

2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

OBJETIVO

0173 - Promover a estruturação de sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais.

INICIATIVA

NOVA - Fortalecimento da infra-estrutura observacional através da regionalização de Centros Integrados de Emergência

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
700.000.000	01/01/2012	31/12/2015	200.000.000	500.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente proposta apresentada ao projeto de lei nº 029/2011-CN (PPA) objetiva a inclusão de iniciativa que garanta o fortalecimento da rede de informações para prevenções de desastres, tendo como principal atividade aa prevenção, para antecipar crises e minimizar os esforços de recuperação. Com a integração de diversos serviços com tecnologia de ponta, a exemplo de sensores implantados em vias públicas, radares meteorológicos, sensores pluviométricos, circuitos fechados de TV e aplicações móveis.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Eduardo da Fonte

EMENDA: 24560001

EMENTA

Apoio a prevenção de desastre no município de Recife

PROGRAMA

2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

OBJETIVO

0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

INICIATIVA

NOVA - Executar obras de prevenção evitando deslizamento de encostas e morros.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
300.000.000	01/01/2012	31/12/2012	100.000.000	200.000.000

JUSTIFICATIVA

Aprimoramento/implantação do sistema de proteção de morros e encostas, canalização de córregos, ampliação do sistema de águas pluviais, reurbanização/remoção de bairros em áreas de risco.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo da Fonte

EMENDA

24560002

EMENTA

Enfrentamento ao Crack e outras drogas

PROGRAMA

2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas

OBJETIVO

0912 - Promover e articular ações continuadas de prevenção do uso de drogas, de forma a informar, desestimular o uso inicial, incentivar a diminuição do consumo e diminuir os riscos e danos associados ao seu uso indevido.

INICIATIVA

NOVA - Prevenir o uso do crack e outras drogas na sociedade brasileira

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
60.000.000	01/01/2012	31/12/2015	30.000.000	30.000.000

JUSTIFICATIVA

Disseminar informações à sociedade brasileira sobre o uso de drogas. Elaboração de campanhas preventivas e mobilização na rede pública de ensino, conforme propostas da Pauta Brasil de Combate às Drogas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 613 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo da Fonte

EMENDA

24560003

EMENTA

Enfrentamento ao crack e outras drogas

PROGRAMA

2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

OBJETIVO

0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

INICIATIVA

NOVA - Ampliar a cobertura de proteção social a famílias em situação de risco

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	01/01/2012	31/12/2015	50.000.000	50.000.000

JUSTIFICATIVA

Aperfeiçoamento das ações de assistência social a dependentes químicos, reaparelhamento dos serviços públicos especializados e ampliação das ações capacitação e reinserção social de famílias e indivíduos em situação de risco social, conforme propostas da Pauta Brasil de Combate às Drogas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 614 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo da Fonte

EMENDA

24560004

EMENTA

Implantação de escolas profissionalizantes na cidade do Recife

PROGRAMA

2031 - Educação Profissional e Tecnológica

OBJETIVO

0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.

INICIATIVA

NOVA - Fomentar a qualificação profissional na rede de educação do município

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
200.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	100.000.000

JUSTIFICATIVA

Ampliação, reaparelhamento e modernização da rede de escolas profissionalizantes. Ampliação do número de vagas. Interiorização da rede, conforme proposta da Pauta Brasil de Combate às Drogas para o estabelecimento de uma política de enfrentamento ao problema das drogas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo da Fonte

EMENDA

24560005

EMENTA

Implantação e modernização do sistema de mobilidade urbana em Recife

PROGRAMA

2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

OBJETIVO

0577 - Dotar as cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol 2014 de sistemas de mobilidade urbana que conectem os polos geradores de viagens do evento, com ênfase no legado e na integração entre aeroportos, estádios, áreas centrais e de hotelaria.

INICIATIVA

NOVA - Modernização de vias urbanas para apoio do sistema de transporte público em Recife

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
700.000.000	01/01/2012	31/12/2015	300.000.000	400.000.000

JUSTIFICATIVA

Modernização, ampliação e integração do sistema de transporte coletivo da capital Recife. Ampliação do sistema de trens/metrô. Alargamento e complementação de vias urbanas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Eduardo da Fonte

EMENDA: 24560006

EMENTA

Implantação e reaparelhamento de unidades especializadas em saúde

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

INICIATIVA

NOVA - Reaparelhar e adequar as unidades especializadas de saúde

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
200.000.000	01/01/2012	31/12/2015	50.000.000	150.000.000

JUSTIFICATIVA

Ampliação e readequação do sistema Único de Saúde (SUS) para tratamento e desintoxicação de dependentes químicos em unidades com serviço especializado, conforme propostas da Pauta Brasil de Combate às Drogas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo da Fonte

EMENDA

24560007

EMENTA

Implantação e restruturação de unidades de segurança pública em faixa de fronteira

PROGRAMA

2070 - Segurança Pública com Cidadania

OBJETIVO

0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.

INICIATIVA

NOVA - Ampliação, reaparelhamento e modernização do sistema público de segurança antidrogas em região de fronteira

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
200.000.000	01/01/2012	31/12/2015	80.000.000	120.000.000

JUSTIFICATIVA

Ampliação das ações policiais integradas de fiscalização em regiões de fronteira. Fortalecimento das políticas públicas de repressão do tráfico de drogas e ílicitos em região de fronteira. Reaparelhamento da polícia especializada, conforme propostas elaboradas na Pauta Brasil de Combate às Drogas elaborada com apoio da FENAPEF.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 618 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo da Fonte

EMENDA

24560008

EMENTA

Implantação do sistema metroferroviário trecho Jaboatão- PE/Porto de Suape - PE

PROGRAMA

2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

OBJETIVO

0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

INICIATIVA

NOVA - Implantação do sistema de metroferroviário trecho Jaboatão- PE/Porto de Suape - PE

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
600.000.000	01/01/2012	31/12/2012	200.000.000	400.000.000

JUSTIFICATIVA

O metrô do recife é operado pela Companhia Brasileira de Trens Urbano, transporta certa de 200.000 passageiros por dia. A oferta de transporte público coletivo é deficitária. Esta proposta visa integração do ramal metroviário ligando Jaboatão ao maior porto do Nordeste, Porto de Suape - PE.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Gomes

EMENDA

12010001

EMENTA

ADEQUAÇÃO DE RODOVIAS

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - ADEQUAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS NO ESTADO DO TOCANTINS

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2.400.000.000	01/01/2012	31/12/2015	400.000.000	2.000.000.000

JUSTIFICATIVA

A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO AGRICOLA E MINERAL, EM ESPECIAL NAS REGIÕES CENTRO-OESTE E NORTE DO PAÍS, ASSOCIADA À CRESCENTE DEMANDA INTERNACIONAL POR BENS PRIMÁRIOS, TEM AUMENTADO AS PRESSÕES SOBRE A INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES RELACIONADA AO COMÉRCIO EXTERIOR: RODOVIAS, FERROVIAS E PORTOS. A PRÓPRIA RETOMADA DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS EM INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, COM FOCO EM MODAIS MAIS EFICIENTES, TAMBÉM AMPLIA A DEMANDA POR TRANSPORTE DE CARGA NAS NOSSAS RODOVIAS. A LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO ESTADO DO TOCANTINS, ALIADA AO FORTE CRESCIMENTO ECONÔMICO IMPULSIONADO PELA EXPANSÃO DA EXPLORAÇÃO MINERAL E DA ATIVIDADE AGRÍCOLA EXTENSIVA TORNOU A BR-153 (RODOVIA BELÉM-BRASÍLIA) O PRINCIPAL EIXO DE LIGAÇÃO DO CENTRO DO PAÍS COM O NORTE E O NORDESTE DO BRASIL, OCASIONANDO O ESGOTAMENTO DA SUA CAPACIDADE DE TRÁFEGO. DESTA FORMA, OS CUSTOS EXCESSIVOS COM SUA MANUTENÇÃO E OS INÚMEROS ACIDENTES GRAVES REGISTRADOS DIARIAMENTE, ALÉM DOS DIVERSOS PONTOS CRÍTICOS QUE PRECISAM SER ELIMINADOS, VISANDO DAR MAIOR SEGURANÇA E FLUIDEZ AO TRÁFEGO, EXIGEM UMA ESPECIAL ATENÇÃO DAS AUTORIDADES DO SETOR. PENSANDO NISSO, POR INICIATIVA DA BANCADA FEDERAL DO TOCANTINS, FOI PRIORIZADA JUNTO AO DNIT A ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO PARA A DUPLICAÇÃO DESSA IMPORTANTE RODOVIA. ESTA EMENDA VISA, PORTANTO, ALOCAR RECURSOS NO PPA 2012/2015 PARA A EXECUÇÃO DESSAS OBRAS DE DUPLICAÇÃO, ASSIM QUE ESTIVER DISPONÍVEL O PROJETO EXECUTIVO SUPRAMENCIONADO.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 620 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Gomes

EMENDA

12010002

EMENTA

APOIO A PROJETOS DE AGRICULTURA IRRIGADA

PROGRAMA

2013 - Agricultura Irrigada

OBJETIVO

0544 - Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado.

INICIATIVA

NOVA - APOIO A PROJETOS DE AGRICULTURA IRRIGADA EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO TOCANTINS

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
400.000.000	01/01/2012	31/12/2015	110.000.000	290.000.000

JUSTIFICATIVA

DURANTE OS ÚLTIMOS DEZ ANOS, FOI NÍTIDO O DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS, ENTRETANTO, AS ENTIDADES FEDERAIS QUE DETÊM RESPONSABILIDADE NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS NESSA ÁREA DEVEM FOMENTAR E APERFEIÇOAR MECANISMOS DE ARTICULAÇÃO E COOPERAÇÃO COM AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, FORTALECENDO AS PARCERIAS COM OS ESTADOS, VISANDO A IMPLEMENTAÇÃO DE NOVOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA SUSTENTÁVEIS. O TOCANTINS, COM SUA ECONOMIA ESTRIBADA NA AGRICULTURA E NA PECUÁRIA TEM NOS PROJETOS DE IRRIGAÇÃO, CONSTRUÍDOS EM PARCERIA COM O GOVERNO FEDERAL, EXPERIÊNCIAS BEM SUCEDIDAS NA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA DE FORMA SUSTENTADA. DESTA FORMA, A BANCADA DO ESTADO DO TOCANTINS, CONSCIENTE DO POTENCIAL DE AGRICULTURA IRRIGADA NO TERRITÓRIO TOCANTINENSE, DECIDIU PELA APRESENTAÇÃO DESTA EMENDA AO PPA 2012/2015, COMO INICIATIVA INDIVIDUALIZADA, DE MODO A VIABILIZAR A ALOCAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS PARA A EXECUÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA NO PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PPA.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Gomes

EMENDA

12010003

EMENTA

APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA

PROGRAMA

2076 - Turismo

OBJETIVO

0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro.

INICIATIVA

NOVA - APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO TOCANTINS

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
400.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa assegurar a possibilidade de inclusão de ações de apoio à infraestrutura turística nos municípios do estado do Tocantins. Alguns desses municípios integram a região do Jalapão, que oferece grandes riquezas naturais e necessita de recursos para melhorar a infraestrutura e, consequentemente, a melhoria da qualidade de vida das populações compreendidas, principalmente com a possibilidade de melhoria da geração de renda e viabilização do desenvolvimento sustentável dos municípios atendidos.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 622 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Gomes

EMENDA

12010004

EMENTA

APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA URBANA EM MUNICÍPIOS DO ESTADO TOCANTINS

PROGRAMA

2054 - Planejamento Urbano

OBJETIVO

0322 - Promover a implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento urbano sustentável com redução de desigualdades sociais.

INICIATIVA

NOVA - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Ações de Infraestrutura Urbana em Municípios do Estado do Tocantins

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
400.000.000	01/01/2012	31/12/2015	110.000.000	290.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa incluir no PPA 2012/2015 a ação que contempla a possibilidade de alocação de recursos destinados a Ações de Infra-Estrutura Urbana nos Municípios do Estado do Tocantins. Conscientes dessa situação, os parlamentares da Bancada do Tocantins estão propondo a presente emenda, para que sejam garantidas as condições para a execução das obras de implantação da infra-estrutura nos municipios, compreendendo serviços de pavimentação urbana, drenagem de águas pluviais, urbanização, criação de áreas de lazer, iluminação pública e execução de outros serviços que ampliem as melhorias do setor habitacional e que possam elevar a qualidade de vida das populações locais.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Gomes

EMENDA

12010005

EMENTA

Construção da BR-235/TO - Trecho Travessia do Rio Preto - Divisa TO/MA

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0137 - Promover a expansão da malha rodoviária federal buscando a integração regional e interestadual e o atendimento aos fluxos de transporte de grande relevância econômica.

INICIATIVA

NOVA - Construção da BR-235/TO - Trecho Travessia do Rio Preto - Divisa TO/MA

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
200.000.000	01/01/2012	31/12/2015	50.000.000	150.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem a finalidade de incluir no PLPPA 2012/2015 como Iniciativa Individualizada a Construção do Trecho compreendido entre Travessia do Rio Preto, no Estado do Tocantins, à Divisa do Estado do Tocantins com o Estado do Maranhão, numa extensão de 69 km. O trecho proposto cruza a região centro-leste do Estado do Tocantins, atravessando região de relevo, de forma geral, de plano ondulado. O projeto prevê a implantação, execução de pavimentação e construção de dispositivos de drenagem e obras complementares. As principais características geométricas da rodovia projetada são: ¿ Largura da pista de rolamento: 7,00 m (2 faixas de tráfego com 3,50 m cada); ¿ Largura do acostamento: 2,50m; ¿ Largura das faixas de drenagem (sarjetas): 0,40m cada; ¿ Largura total da plataforma de terraplenagem: 14,00m; ¿ Abaulamento transversal: 3%; ¿ Superelevação máxima: 8%; ¿ Velocidade diretriz adotada: 80,00 Km/h; ¿ Raio mínimo adotado: 130,00m; ¿ Rampa máxima de greide: 9,03% No ano de abertura ao tráfego sobre a rodovia pavimentada (2009) está previsto um tráfego de 616 veículos por dia (rodovia classe III). A terraplenagem necessária à implantação da rodovia compreenderá uma escavação de 4.137.062,51 m3, entre materiais de primeira, segunda e terceira categoria, com execução de 1.696.606,29 m3 de aterros compactado. O pavimento será composto por: ¿ Regularização do subleito; ¿ Execução de sub-base de Solo, espessura de 20,0 cm; ¿ Execução de base de Solo Melhorado com 2% de cimento, espessura de 20,0 cm; ¿ Imprimação; ¿ Pintura de Ligação; ¿ Execução de 5,0 cm de CBUQ faixa ¿C¿ na Pista e Acostamentos; ¿ Foram projetados dispositivos de drenagem superficial, de grota e profunda, dispositivos de sinalização, obras complementares e serviços de proteção ambiental; o Estado do Tocantins é um estado eminentemente voltado para a produção agropecuária. Para impulsionar esta atividade, o governo tem priorizado a construção de rodovias, de forma a garantir o escoamento da produção e permitir a interligação dos municípios entre si, à capital do estado e aos estados vizinhos, promovendo uma integração nacional. Nesse contexto, insere-se a execução das obras da BR-235, no trecho entre Travessia do Rio Preto e a Divisa TO/MA, segmento deste importante corredor rodoviário que ligará toda a região nordeste do Estado, maior pólo produtor de soja estadual, com a Belém-Brasília e com a Ferrovia Norte-Sul, facilitando o escoamento da produção, a preços mais competitivos e gerando mais riqueza para toda a população tocantinense, além de possibilitar a interligação leste-oeste do País. É importante frisar que o trecho da BR-235/TO entre Pedro Afonso e a Divisa Tocantins/Maranhão já recebeu o licenciamento prévio do IBAMA. São essas as razões de estarmos propondo a presente emenda ao PLPPA 2012/2015

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 624 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Gomes

EMENDA

12010006

EMENTA

CONSTRUÇÃO DA PONTE DE PORTO NACIONAL

PROGRAMA

2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

OBJETIVO

0840 - Estruturar e adensar Arranjos Produtivos Locais e cadeias produtivas em múltiplas escalas, com vistas ao desenvolvimento sustentável, à competitividade e à superação das desigualdades regionais e da pobreza extrema, por meio da dinamização econômica e da inclusão produtiva.

INICIATIVA

NOVA - CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO TOCANTINS EM PORTO NACIONAL - TO

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
350.000.000	01/01/2012	01/01/2014	150.000.000	200.000.000

JUSTIFICATIVA

O Município de Porto Nacional, no Estado do Tocantins, apresenta extraordinário potencial de desenvolvimento econômico. Localizado às margens do Rio Tocantins, teve parte do seu território alagado pelo barramento do rio com vistas ao seu aproveitamento hidrelétrico para a Construção da Usina de Lajeado. As áreas próximas ao Lago de Lajeado estão ainda mais propícias às atividades agrícolas com a utilização de sistemas de irrigação. Projetos de agricultura irrigada para a produção de grãos, especialmente soja e milho, e de fruticultura, ganharam maior relevância. O Projeto São João, por exemplo, apoiado pelo Ministério da Integração Nacional, localiza-se no Município de Porto Nacional às margens do Lago de Lajeado, utilizando o potencial hídrico do lago para o fortalecimento da produção agrícola. A localização estratégica de Porto Nacional e a sua importância econômica fazem do município um pólo na região central do Tocantins. A proximidade com a capital Palmas e a influência que exerce em vários municípios circunvizinhos proporcionam crescente fluxo migratório em direção a Porto Nacional. A população de 50 mil habitantes cresce acima da média nacional, em razão também de a cidade oferecer cursos de graduação como Medicina que atraem jovens de diversas partes do Estado e do País. A construção da Ponte sobre o Rio Tocantins é obra considerada prioritária por integrar regiões que possuem alto índice de produção agropecuária. A rodovia estadual TO-050, que serve ao Município de Porto Nacional e região, parte da BR-153, Belém-Brasília, e se configura no principal acesso para a Capital Palmas e para a Região do Jalapão, destino turístico que tem se consolidado em nível mundial. A ponte hoje existente está condenada. Após a realização de perícias técnicas, constatou-se que os materiais utilizados na construção, realizada em 1978, como o "seixo rolado", cederam à alcalinidade, comprometendo totalmente a estrutura, conforme diagnóstico estrutural elaborado por empresa especializada. A ponte hoje existente tem comprimento de 900m. Na perícia realizada, foram extraídas amostras e realizados testes que confirmaram a excessiva deformabilidade da superestrutura e do sistemático panorama de fissuração, que, somadas às deficiências localizadas nas fundações resultam na condenação da estrutura, recomendando a imediata redução do tráfego, controle de veículos pesados e realização de programa de inspeção e monitoramente constante. Assim, com o propósito de incluir como iniciativa individualizada no PPA 2012/2015 a construção da nova Ponte de Porto Nacional, estamos apresentando a presente emenda no programa de desenvolvimento regional do Ministério da Integração Nacional, de modo a possibilitar a integração de importantes regiões produtivas do Tocantins e ensejar o transporte de pessoas e de cargas com a utilização, inclusive, de outros modais de transportes, como a Ferrovia Norte-Sul e a Hidrovia Tocantins-Araguaia.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Eduardo Gomes

EMENDA: 12010007

EMENTA

CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL GERAL DE ARAGUAÍNA

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

INICIATIVA

NOVA - Construção e Aquisição de Equipamentos para o Hospital Geral de Araguaína

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	01/01/2012	31/12/2013	75.000.000	75.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa incluir como iniciativa individualizada no PPA 2012/2015 a Construção e Aquisição de Equipamentos para o Hospital Geral de Araguaína. Localizada no extremo norte do Tocantins, Araguaína se constitui em importante pólo econômico, com influência em toda a região do Bico do Papagaio, no Tocantins, e no sul dos Estados do Maranhão e do Pará. Segundo município mais populoso do Tocantins, Araguaína integra o Programa Estadual de Implantação de novas unidades hospitalares, de modo a ampliar e melhorar a qualidade dos serviços de atendimento médico-hospitalares oferecidos à população. Propõe-se a implantação de hospital de média e alta complexidade, contendo serviços e procedimentos amplos, que vão desde variados tipos de cirurgias, passam pela maior disponibilidade de leitos de unidade de tratamento intensivo, até a oferta de tratamento ondontológico. A importância geográfica, política e econômica de Araguaína a torna referência macro e microrregional do Estado com uma população usuária de cerca de 546.275 habitantes em 69 municípios tocantinenses para atendimento de média/alta complexidade hospitalar de urgência e emergência, além de conceder atendimento a populações do Pará e Maranhão. Essas características fazem com que a população flutuante de Araguaína gire em torno de 1.500.000 habitantes, realidade que se reflete na crescente demanda por serviços de saúde. Para atender essa demanda crescente, é preciso investir na ampliação e adequação dos serviços de estrutura física de suas unidades hospitalares. Com capacidade total de 400 leitos, o Hospital Geral de Araguaína poderá concentrar o atendimento à população residente e flutuante de Araguaína, evitando-se, assim, longos deslocamentos até a Capital Palmas e a outros Estados da Federação. A estrutura hoje existente em Araguaína é absolutamente precária, apenas 202 leitos do Hospital Regional, 64 leitos do Pronto Atendimento que funciona em prédio alugado, além de outros serviços de Ginecologia, Obstetrícia e Pediatria, terceirizados por um hospital filantrópico. O Hospital Geral atual foi construído em módulos, de forma desordenada e inadequada para as necessidades atuais. Após a conclusão do novo hospital, o antigo será reformado e adaptado para servir como pronto-socorro, deixando de ter leitos para internação. Com o propósito de viabilizar os recursos necessários no PPA 2012/2015 e na LOA/2012 é que estamos apresentando esta proposta, de modo a garantir melhorias significativas nos serviços de saúde oferecidos à população de Araguaína e região.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 626 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Gomes

EMENDA

12010008

EMENTA

IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA

PROGRAMA

2051 - Oferta de Água

OBJETIVO

0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.

INICIATIVA

NOVA - IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO TOCANTINS

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
300.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	200.000.000

JUSTIFICATIVA

As causas das secas enquadram-se nas anomalias da circulação geral da atmosfera, a que correspondem flutuações do clima numa escala local ou regional, gerando condições meteorológicas desfavoráveis, com situações de nula ou fraca pluviosidade, durante períodos mais ou menos prolongados. As condições para que uma seca se instale estão também relacionadas com outros fatores como, por exemplo, o incorreto ordenamento do território, insuficientes infra-estruturas de armazenamento de água, sobre-utilização das reservas hídricas subterrâneas, gestão incorreta do consumo de água, e até a desflorestação incontrolada do território. Tais condições estão presentes também no Estado do Tocantins, especialmente na sua região sudeste, exigindo aadoção de providências que visem minimizar as dificuldades enfrentadas pelas populações que habitam tais regiões. A PRESENTE EMENDA VISA ASSEGURAR AS CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO TOCANTINS.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 627 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Gomes

EMENDA

12010009

EMENTA

IMPLANTAÇAO DE OBRAS DE MACRODRENAGEM

PROGRAMA

2068 - Saneamento Básico

OBJETIVO

0610 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.

INICIATIVA

NOVA - IMPLANTAÇAO DE OBRAS DE MACRODRENAGEM EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO TOCANTINS

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
400.000.000	01/01/2012	31/12/2015	180.000.000	220.000.000

JUSTIFICATIVA

O modelo de urbanização brasileiro produziu nas últimas décadas cidades caracterizadas pela fragmentação do espaço e pela exclusão social e territorial. O desordenamento do crescimento periférico associado à profunda desigualdade entre áreas pobres, desprovidas de toda a urbanidade, e áreas ricas, nas quais os equipamentos urbanos e infra-estruturas se concentram, aprofunda essas características, reforçando a injustiça social de nossas cidades e inviabilizando a cidade para todos. Grande parcela das cidades brasileiras abriga algum tipo de assentamento precário, normalmente distante, sem acesso, desprovido de infra-estruturas e equipamentos mínimos. Na totalidade das grandes cidades essa é a realidade de milhares de brasileiros, entre eles os excluídos dos sistemas financeiros formais da habitação e do acesso à terra regularizada e urbanizada, brasileiros que acabam ocupando as chamadas áreas de risco, como encostas e locais inundáveis. Tais problemas também têm aflorado nos diversos municípios do Estado do Tocantins, exigindo a adoção de providências que permitam minimizá-los. A PRESENTE EMENDA VISA ASSEGURAR AS CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE PEQUENO VULTO DE MACRODRENAGEM EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO TOCANTINS.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 628 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Gomes

EMENDA

12010010

EMENTA

PONTE SOBRE O RIO ARAGUAIA

PROGRAMA

2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

OBJETIVO

0840 - Estruturar e adensar Arranjos Produtivos Locais e cadeias produtivas em múltiplas escalas, com vistas ao desenvolvimento sustentável, à competitividade e à superação das desigualdades regionais e da pobreza extrema, por meio da dinamização econômica e da inclusão produtiva.

INICIATIVA

NOVA - Construção da Ponte sobre o Rio Araguaia - Trecho PA-411 (Santana do Araguaia) - TO-080 (Caseara).

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
400.000.000	11/03/2012	31/12/2014	30.000.000	370.000.000

JUSTIFICATIVA

A execução da obra rodoviária estadual em como objetivo a integração de modais de transportes rodoviários, ligando as BRs 155; 158; 222 e a BR - 230 com o Porto Fluvial de Marabá/PA e a ferrovia Norte-Sul na Região de Parauapebas/PA, através da construção da Ponte que ligará o Estado de Tocantis (TO - 080 - Município de Caseara) com o Estado do Pará (PA - 411 - Município de Santana do Araguaia), beneficiando os dois Estados com o transporte de soja, madeira, carvão; além de gerar empregos às populações.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Eduardo Sciarra

EMENDA: 19670001

EMENTA: Adequação da BR-163/PR

PROGRAMA: 2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO: 0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA: NOVA - Adequação da BR-163/PR

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
600.000.000	01/01/2012	31/12/2015	50.000.000	550.000.000

JUSTIFICATIVA

Pretende-se com essa iniciativa possibilitar a adequação da BR-163/PR no trecho entre a BR-277 até a Divisa com Santa Catarina com extensão de aproximadamente 195 km, onde prioritariamente deve-se executar a duplicação de 75 km compreendidos entre a BR-277 até o Trevo de Marmelandia, onde o tráfico de veículos é intenso, principalmente os de cargas pesadas, o que aumenta e muito a periculosidade da estrada, uma vez que este trecho corta várias cidades e vilas, e tem uma geografia extremamente acidentada. O restante do trecho de aproximadamente 120 km necessita de terceiras faixas, contornos entre outras melhorias. O DNIT tem uma estimativa de custo para esta região em torno de R$ 4 milhões o km adequado no trecho com duplicação e R$ 2,5 milhões o km para o restante, perfazendo um custo total em torno de R$ 600 milhões. Um valor relativamente baixo dado à importância da estrada e o grande fluxo de veículos o qual foi medido pelo DNIT no dia 28/09/2011 em torno de 8219 veículos por dia, sendo que 49% é de veículos de carga, com projeção para o ano que vem de um aumento em cerca de 13% chegando em torno de 9300 veículos por dia o que dá próximo de 400 veículos hora.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 630 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Sciarra

EMENDA

19670002

EMENTA

Adequação da Capacidade do Aeroporto Afonso Pena

PROGRAMA

2017 - Aviação Civil

OBJETIVO

0083 - Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.

INICIATIVA

NOVA - Adequação da capacidade do Aeroporto Afonso Pena

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
580.000.000	02/04/2012	30/12/2015	111.000.000	469.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa incluir no PPA a iniciativa para adequação da capacidade do Aeroporto Afonso Pena, no Estado do Paraná. A capacidade desse aeroporto será ampliada para 14,6 milhões de passageiros. Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil Meta: Aumentar a capacidade da rede de aeroportos do Brasil de modo a possibilitar o processamento de 310 milhões de passageiros, observadas as normas regulamentares de prestação de serviço adequado expedidas pela ANAC Regionalização da Meta: Região Sul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Sciarra

EMENDA

19670003

EMENTA

Adequação e Modernização do Porto de Paranaguá

PROGRAMA

2074 - Transporte Marítimo

OBJETIVO

0183 - Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros.

INICIATIVA

NOVA - Adequação e Modernização do Porto de Paranaguá

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
317.000.000	06/06/2012	31/12/2015	100.000.000	217.000.000

JUSTIFICATIVA

Adequar e modernizar o Porto de Paranaguá para fazer face à crescente demanda dos serviços portuários do País, sendo o principal porto de exportação da produção agrícola brasileira. Além disso, serve de escoamento para a crescente produção industrial do Paraná. Órgão Responsável: Secretaria de Portos Metas 2012-2015 - Vetor Logístico Sul - 5,00 - unidade

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 632 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Sciarra

EMENDA

19670004

EMENTA

Construção do Arco Rodoviário Norte - BR 369

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0137 - Promover a expansão da malha rodoviária federal buscando a integração regional e interestadual e o atendimento aos fluxos de transporte de grande relevância econômica.

INICIATIVA

NOVA - Construção do Arco Rodoviário Norte - BR 369

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
575.000.000	01/06/2012	31/12/2015	50.000.000	525.000.000

JUSTIFICATIVA

A Presente emenda ao PPA tem por objetivo a construção de uma Rodovia Federal de aproximadamente 32Km que deverá ser construída, interligando a rodovia BR 369 no município de Arapongas, seguindo com mais 21 km que interligará novamente com a BR 369 no município de Ibiporã, com uma variante para o município de Assai. Uma nova rodovia também deverá ser construída saindo da BR 369 na altura de Cambé em direção ao município de Apucarana. Essas novas rodovias deverão passar ao lado do novo aeroporto e integrarão o novo parque industrial regional. o Projeto Arco Norte (Arco = Associação Regional de Cooperação Operacional) visa a integração dos municípios que abrangem a região norte do Estado do Paraná. Entre seus objetivos está promover o desenvolvimento integrado de maneira sustentável, objetivando os arranjos institucionais e produtivos e a criação de facilidades para captação de recursos e investimentos públicos e privados. Para isso deverão ser projetados espaços, equipamentos e organizações dos serviços relacionados à produção agropecuária, comercialização, transporte (aéreo, rodoviário, ferroviário e de massa). A região conta ainda com rodovias que interligam os municípios, destacando entre as principais a BR-369 entre Apucarana e Jataizinho, estendendo-se até o Estado de São Paulo. A PR-445 que liga a BR-376 ao município de Londrina, estendendo-se ao norte do Estado do Paraná até o município de Primeiro de Maio. Ainda a PR-444 que liga a região ao Noroeste do Estado, a PR-170 com ligação ao Norte do Estado, e também a PR-323 e PR-090. Quanto a infra-estrutura de transporte ferroviário conta com uma ferrovia que interliga os municípios da região, acompanhando o traçado da BR-369 estendendo-se ao litoral do Paraná e ao Estado de São Paulo. Importante ainda ressaltar que o Município de Londrina já disponibilizou área como Utilidade Pública para a Construção do Novo Aeroporto, que será construído através de "Parceria Público Privada" e que essa construção já está devidamente autorizada pela ANAC - Agência Nacional de Viação Civil. Toda essa área ainda inclui, os instrumentos de natureza pública volvidos à racionalização e operacionalização dos resíduos sólidos (coleta seletiva, reciclagem do lixo, detritos industriais, lixo hospitalar, embalagem de agrotóxicos e lixos especiais), dos recursos hídricos e naturais, da habitação de interesse social, de saneamento básico, do turismo, de procedimentos fiscais e outros necessários para fomentar as atividades referidas. Deve ainda estimular a polinucleação e a suficiência das cidades envolvidas. Vale ressaltar que as infra-estruturas viárias de acesso à região do projeto deverão ser contempladas no Plano Diretor dos municípios de Ibiporã, Londrina, Cambé, Rolândia, Arapongas e Apucarana e deverão integrar o Plano Diretor regional.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Sciarra

EMENDA

19670005

EMENTA

Investimentos do Governo Federal em Ensino Superior Não Federal - no Estado do Paraná

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

INICIATIVA

NOVA - Ampliação e expansão da rede de ensino superior não federal, por meio do apoio do governo federal ao Estado do Paraná

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
600.000.000	01/01/2012	31/12/2015	150.000.000	450.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa especificar o apoio do Ministério da Educação para melhorar o ensino superior público no Estado do Paraná. Órgão Responsável: Ministério da Educação Meta: Expandir a rede de ensino superior não federal no Estado do Paraná Indicador: taxa bruta de matrícula na educação superior Unidade de medida: % Referência: 01/01/2009 Índice: 30,00

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 634 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Sciarra

EMENDA

19670006

EMENTA

Metrô de Curitiba - Nova.

PROGRAMA

2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

OBJETIVO

0577 - Dotar as cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol 2014 de sistemas de mobilidade urbana que conectem os polos geradores de viagens do evento, com ênfase no legado e na integração entre aeroportos, estádios, áreas centrais e de hotelaria.

INICIATIVA

NOVA - Implantação da Primeira Etapa do Metrô de Curitiba - Trecho: CIC/Sul - Centro de Curitiba

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/01/2012	31/12/2015	150.000.000	350.000.000

JUSTIFICATIVA

A emenda tem com objetivo a implantação da primeira etapa do metrô de Curitiba, interligando o CIC/Sul ao Centro de Curitiba, compreendendo aproximadamente 14 quilômetros, integrando 13 estações de ônibus e também beneficiará municípios da Região Metropolitana.O metrô vai ter condições de transportar 400 mil passageiros por dia num sistema rápido, seguro, sem interferências, não poluente e com menos ruído. Curitiba necessita implantar urgentemente um sistema de alta capacidade e pouco poluente para atender a população que segundo o censo realizado pelo IBGE em 2010 somava 1.870.000 habitantes e possui um agravante de frota de veículos muito elevado , congestionando assim o trânsito da capital. Com a implantação do metrô, além de viabilizar o trânsito da Capital muitos outros benefícios são esperados pela população usuária do transporte coletivo, inclusive no orçamento familiar, em função do menor custo. Há duas décadas a implantação do metrô já era uma necessidade. Com a aprovação desta emenda, essa grande aspiração de Curitiba e região pode tornar-se, finalmente, uma realidade. NO primeiro trecho, na região da CIC, o metrô será em sistema elevado numa extensão de 2,2 quilômetros. Em seguida, 7,3 quilômetros serão construídos pelo sistema de Túnel Raso, com profundidade de até 17 metros. Esse sistema segue até perto da estação Água Verde. O primeiro nível dessas estações, além do acesso dos passageiros, contará com um amplo estacionamento para veículos e bicicletas. O objetivo é criar atrativo de integração para atrair motoristas de carros para o novo modal. O projeto contará com contrapartida do município. O método construtivo, na maior parte do sistema consiste da execução das paredes laterais, seguida da remoção da terra e só então a construção das estruturas definitivas, como paredes, lajes e pilares. As canaletas serão transformadas num calçadão de pedestre, ciclovia, paisagismo especial com flores e arborização e implantação de equipamentos de lazer.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Sciarra

EMENDA

19670007

EMENTA

CÓPIA DE CÓPIA DE Paraná Seguros - Viaturas

PROGRAMA

2070 - Segurança Pública com Cidadania

OBJETIVO

0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.

INICIATIVA

NOVA - Fortalecimento e aprimoramento da capacidade de enfrentamento à criminalidade por meio da aquisição de viaturas e de aeronaves para o Estado do Paraná

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
280.000.000	01/05/2012	30/12/2015	80.000.000	200.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa incluir iniciativa resguardar a aquisição de viaturas e aeronaves no Estado do Paraná. Meta de apoio a 20 agências já incluída em outra emenda de inclusão de meta.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Sciarra

EMENDA

19670008

EMENTA

CÓPIA DE Paraná Seguros - Equipamentos de Inteligência e Instrução

PROGRAMA

2070 - Segurança Pública com Cidadania

OBJETIVO

0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.

INICIATIVA

NOVA - Fortalecimento e aprimoramento da capacidade de enfrentamento à criminalidade por meio da aquisição de equipamentos de inteligência e instrução no Estado do Paraná

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
168.000.000	01/05/2012	30/12/2015	42.000.000	126.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa incluir iniciativa resguardar a aquisição de equipamentos de inteligência e instrução no Estado do Paraná, entre os quais a passagem do sistema analógica para digital. Meta de apoio a 200 projetos já incluída em outra emenda de inclusão de meta.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Sciarra

EMENDA

19670009

EMENTA

Paraná Seguros - Equipamentos de Inteligência e Instrução

PROGRAMA

2070 - Segurança Pública com Cidadania

OBJETIVO

0830 - Apoiar a modernizaçao organizacional e tecnológica, o reaparelhamento, a construçao e reformas das instituiçoes de segurança pública e de controle externo e interno (ouvidoria e corregedoria) dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e da Força Nacional de Segurança Pública, incluindo o desenvolvimento da Rede Infoseg, do SINISP e do SISP

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

30000 - Ministério da Justiça

Descrição do PL	Descrição Proposta
Integrar e modernizar as agências que integram o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP) nos estados e no Distrito Federal	

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sul	20	unidade

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa incluir a meta de apoiar 20 agências que integram o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP) no Estado do Paraná, por meio da aquisição de equipamentos de inteligência e instrução.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 638 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Eduardo Sciarra

EMENDA

19670010

EMENTA

Paraná Seguros - Viaturas

PROGRAMA

2070 - Segurança Pública com Cidadania

OBJETIVO

0830 - Apoiar a modernizaçao organizacional e tecnológica, o reaparelhamento, a construçao e reformas das instituiçoes de segurança pública e de controle externo e interno (ouvidoria e corregedoria) dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e da Força Nacional de Segurança Pública, incluindo o desenvolvimento da Rede Infoseg, do SINISP e do SISP

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

30000 - Ministério da Justiça

Descrição do PL	Descrição Proposta
Integrar e modernizar as agências que integram o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP) nos estados e no Distrito Federal	

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sul	20	unidade

Descrição do PL	Descrição Proposta
Apoiar 400 projetos de reaparelhamento nos órgãos e instituições de segurança pública nos estados, Distrito Federal e municípios	

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sul	200	unidade

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa incluir a meta de apoiar 20 projetos destinados a adquirir equipamentos de inteligência e instrução para modernizar as agências que integram o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP) no Estado do Paraná.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 639 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Efraim Filho

EMENDA

24490001

EMENTA

ADEQUAÇÃO DA RODOVIA BR-230/PB - TRECHO CAMPINA GRANDE-DIVISA PB/CE -

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - Adequação da Rodovia BR-230/PB - Trecho Campina Grande-Divisa PB/CE

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
1.599.443.000	01/01/2012	31/12/2015	200.000.000	1.399.443.000

JUSTIFICATIVA

Pretende-se com a presente emenda incluir iniciativa destinada à duplicação do trecho da BR-230 compreendido entre o município de Campina Grande e a divisa com o estado do Ceará, no extremo oeste paraibano. Principal rodovia federal na Paraíba, a BR-230 interliga desde a Capital João Pessoa, no litoral, até Cajazeiras, na divisa com o Ceará, passando pelos principais municípios economicamente relevantes, tais como Campina Grande, Patos e Sousa. Atualmente, apenas o trecho entre João Pessoa e Campina Grande está duplicado, sendo fundamental propiciar a continuidade das obras de adequação daquela importante rodovia. Importa salientar que a iniciativa ora proposta foi incluída no PPA 2008-2011 por intermédio da Lei nº 12.018/2009 (Projeto 7N98).

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Efraim Filho

EMENDA: 24490002

EMENTA

CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS RODOVIÁRIOS BR 230 NO ESTADO DA PARAÍBA (PB)

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - Construção de Contornos Rodoviários na BR 230 (Km 150 ao Km 521,1) no Estado da Paraíba

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
90.000.000	30/03/2012	30/12/2015	18.000.000	72.000.000

JUSTIFICATIVA

Com a construção de contornos rodoviários, visamos diminuir o fluxo de veículos, por dentro dos municípios cortados pela BR 230 no Estado da Paraíba, evitando assim acidentes e degradação da sua infraestrutura urbana no Estado.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Efraim Filho

EMENDA: 24490003

EMENTA

CONSTRUÇÃO DE PONTE INTERLIGANDO OS MUNICÍPIOS DE CABEDELO E LUCENA (PB)

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0129 - Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais, por meio da manutenção das vias e da adequação e recuperação da capacidade estrutural das pontes.

INICIATIVA

NOVA - Construção de Ponte Interligando os Municípios de Cabedelo e Lucena, no Estado da Paraíba

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
850.000.000	01/01/2012	31/12/2015	150.000.000	700.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta iniciativa visa interligar o Município de Lucena ao Município de Cabedelo, por intermédio da construção de ponte, visando assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais no Estado da Paraíba.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 642 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Efraim Filho

EMENDA

24490004

EMENTA

EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO SERTÃO NO ESTADO DA PARAÍBA (PB)

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

INICIATIVA

NOVA - Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, e Implantação da Universidade Federal do Sertão da Paraíba (UFSPB)

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
800.000.000	30/03/2012	31/12/2015	160.000.000	640.000.000

JUSTIFICATIVA

Essa emenda é para garantir que a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) possa continuar seu processo de expansão e assim instalar novos Campi nos municipios de Guarabira, Pedras de Fogo, Itabaiana e Conceição além de outras localidades que venham a ser planejadas. Servirá também para que a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) possa realizar seu processo de expansão e implantar novos Campi no Estado da Paraíba. Além das metas retromencionadas, a bancada paraibana pretende contemplar a população do interior paraibano que há anos demanda a implantação da Universidade Federal do Sertão (UFSPB), com mobilização nas ruas, nas redes sociais, com abaixo-assinados na internet e outras ações que demonstram a carência da população sertanejo por oferta de ensino superior. Com a criação da UFSPB, mais de um milhão de pessoas serão beneficiadas, sobretudo em municípios populosos como Patos, Pombal, Sousa e Cajazeiras, no sertão paraibano, bem como centenas de municípios vizinhos, inclusive, dos Estados de Pernanbuco e do Rio Grande do Norte. A expansão do ensino superior planejada pelos atuais Governos poderá proporcionar à Paraíba novo patamar do ensino superior, promovendo um marco histórico para aquele Estado.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Efraim Filho

EMENDA

24490005

EMENTA

EXPANSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IFPB) NO ESTADO DA PARAÍBA (PB)

PROGRAMA

2031 - Educação Profissional e Tecnológica

OBJETIVO

0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.

INICIATIVA

NOVA - Implantação de novos Campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Estado da Paraíba

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
400.000.000	30/03/2012	31/12/2015	80.000.000	320.000.000

JUSTIFICATIVA

É sabido que a educação técnica, ou profissional, procura a transposição de conhecimentos de um indivíduo ao outro visando o ajustamento ao trabalho e aos modos de produção. Neste sentido, a educação cientifica e tecnológica pode ser conceituada como o ajustamento do indivíduo ao período histórico no qual vive, não somente no sentido de proporcionar-lhe conhecimentos para utilizar os instrumentos e as tecnologias existentes, mas também de posicionar-se e entendê-las de forma crítica. Nesse sentido a Bancada da Paraíba visa possibilitar a implantação de novos Campi do Instituro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Estado da Paraíba e com isso efetivamente melhorar a qualidade de vida do cidadão paraibano. Os institutos de educação, ciência e tecnologia ocupam posição de referência educacional e se integram com a sociedade nas regiões em que estão localizadas. Dispõem de ampla infraestrutura física, laboratórios, equipamentos, bibliotecas, salas de aula e parques desportivos. Atendem os níveis básico, técnico e tecnológico de educação profissional, o nível médio, o ensino superior e a pós-graduação tecnológica. Destacam-se ainda pela autonomia na pesquisa aplicada e no desenvolvimento de parceria com a comunidade e com o setor produtivo.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 644 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Efraim Filho

EMENDA

24490006

EMENTA

IMPLANTAÇÃO DA ZPE DO SEMIÁRIDO NORDESTINO - PARAÍBA (PB)

PROGRAMA

2024 - Comércio Exterior

OBJETIVO

0817 - Promover a efetiva implantação e funcionamento das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), integrando ações públicas e privadas, com vistas ao crescimento das exportações e ao equilibrado desenvolvimento econômico e social do país.

INICIATIVA

NOVA - Criação e Implantação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE), do Semiárido Nordestino, no Estado da Paraíba

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	400.000.000

JUSTIFICATIVA

Pretende-se com a presente emendar promover a implantação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) da região do Semiárido Nordestino, que compreende os Estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Esta iniciativa a cargo da Bancada Parlamentar Federal da Paraíba justifica-se por este o Estado central do Semiárido Nordestino, colocando-se como ponto estratégico de convergência das produções agropecuária e industrial. É certo que as áreas de livre comércio, destinam-se à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados no exterior, e para atrair investimentos em regiões menos favorecidas e com isso promover seu desenvolvimento. A instalação da ZPE do Semiárido Nordestino, a ser sediada na Paraíba, servirá efetivamente como instrumento de desenvolvimento regional, atraindo investimentos nacionais e estrangeiros.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Efraim Filho

EMENDA

24490007

EMENTA

IMPLANTAÇÃO DE ADUTORAS PARA DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA NO ESTADO DA PARAÍBA (PB)

PROGRAMA

2051 - Oferta de Água

OBJETIVO

0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.

INICIATIVA

NOVA - Implantação de 1200 km de Adutoras para distribuição das águas provenientes do PISF (Eixo Leste) nas regiões do Cariri, Brejo e Seridó

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
250.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	150.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa possibilitar a implantação de 1200 km de Adutoras para distribuição das águas provenientes do PISF (Eixo Leste) nas regiões do Cariri, Brejo e Seridó, no Estado da Paraíba.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 646 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Efraim Filho

EMENDA

24490008

EMENTA

IMPLANTAÇÃO DE MERCADOS PÚBLICOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE JOÃO PESSOA -

PROGRAMA

2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

OBJETIVO

0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.

INICIATIVA

NOVA - IMPLANTAÇÃO DE MERCADOS PÚBLICOS PARA APOIO À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE JOÃO PESSOA

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
75.000.000	01/01/2012	31/12/2014	25.000.000	50.000.000

JUSTIFICATIVA

Pretende-se com a presente emenda incluir iniciativa visando promover a implantação de infraestrutura de apoio à produção agropecuário no Estado da Paraíba, por intermédio da construção de mercados públicos na Região Metropolitana de João Pessoa, compreendendo os municípios de Bayeux, Alhandra, Santa Rita, Mamanguape, Cabedelo, Lucena, Caaporã, Conde, Cruz do Espírito Santo, Pitimbu, Rio Tinto e João Pessoa.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Efraim Filho

EMENDA

24490009

EMENTA

IMPLANTAÇÃO DE PARQUES EÓLICOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DA PARAÍBA -

PROGRAMA

2033 - Energia Elétrica

OBJETIVO

0025 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis.

INICIATIVA

NOVA - IMPLANTAÇÃO DE PARQUES EÓLICOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DA PARAÍBA

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/01/2012	31/12/2015	50.000.000	450.000.000

JUSTIFICATIVA

Pretende-se com a presente emenda incluir iniciativa objetivando implantar Parques Eólicos de Geração de Energia Elétrica no Estado da Paraíba, objetivando aproveitar o potencial de fontes alternativas e renováveis, solução que se mostra eficiente no enfrentamento da crise energética mundial. A geração de energia eólica também contribui sobremaneira para a preservação do meio ambiente, haja vista se tratar de fonte limpa, praticamente sem causar impácto à natureza.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 648 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Efraim Filho

EMENDA

24490010

EMENTA

REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY - UFPB -

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

INICIATIVA

NOVA - REESTRUTURAÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY - UFPB

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	01/12/2012	31/12/2014	50.000.000	100.000.000

JUSTIFICATIVA

Pretende-se com a presente emenda revitalizar e fortalecer a infraestrutura física do Hospital Universitário Lauro Wanderley, vinculado à Universidade Federal da Paraíba, por intermédio de ações objetivando a reestruturação, reforma e ampliação daquela importante instituição hospitalar. Os investimentos ora propostos concorrerão para garantir acesso da população da Região Metropolitana de João Pessoa, bem como dos demais municípios paraibanos, a serviços de qualidade, com o adequado atendimento das necessidades de saúde pública, aprimorando a política nacional de atenção básica e especializada.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Elcione Barbalho

EMENDA: 31880001

EMENTA: Adequação da BR - 316/PA

PROGRAMA: 2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO: 0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA: NOVA - Adequação de Trecho Rodoviário - Belém (KM 0) - Castanhal - Santa Maria - Cachoeira Pirai - Divisa PA/MA - na BR - 316/PA - No Estado do Pará.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	09/03/2012	31/12/2014	40.000.000	460.000.000

JUSTIFICATIVA

Trata-se de uma Rodovia Federal de extrema importância para economia de Belém, pois é por meio da mesma que ocorre toda a trafegabilidade de mercadorias e passageiros terrestres para a Região Metropolitana de Belém. Portanto, sua inclusão no PPA, justifica-se, como também sua duplicação no Trecho de Castanhal até o entrocamento da PA para o Município de Salinópolis.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Elcione Barbalho

EMENDA

31880002

EMENTA

Construção do Hospital de Alta Complexidade de Ananindeua -PA

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

INICIATIVA

NOVA - Estruturação de Unidade de Atenção Especializada em Saúde -Castanhal - No Estado do Pará

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	15/03/2012	31/12/2014	34.000.000	116.000.000

JUSTIFICATIVA

Ananindeua, fica localizada na Região Metropolitana de Belém, e possui uma população de mais de 500.000 habitantes,portanto por ser próximo a outros municípios com população inferior, Ananindeua tambem realiza atendimento aos pacientes provenientes deste municípios. A construção do Hospital de Alta Complexidade de Ananindeua, irá permitir a correção de de uma distorção de atendimento da Saúde á população local e de municípios vizinhos, reduzindo a necessidade de deslocamento para Belém e até mesmo para outras Unidades da Federação.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Elcione Barbalho

EMENDA

31880003

EMENTA

Derrocagem e Dragagem do Rio Tocantins

PROGRAMA

2073 - Transporte Hidroviário

OBJETIVO

0234 - Fortalecer os corredores hidroviários garantindo condições de navegabilidade.

INICIATIVA

NOVA - Derrocagem e Dragagem do Rio Tocantins

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
225.000.000	05/03/2012	31/12/2014	50.000.000	175.000.000

JUSTIFICATIVA

A RETOMADA DA NAVEGABILIDADE DO RIO TOCANTINS PARA USO COMERCIAL, DEPENDE EXCLUSIVAMENTE DA EFETIVAÇÃO DA DERROCAGEM E DRAGAGEM EM SEU LEITO, PORTANTO TENDO EM VISTA QUE CONFORME ESTABELECIDO PELO PARECER PRELIMINAR APROVADO AS INICIATIVAS QUE VISAM A GERAÇÃO DE DIVISAS AO PAÍS TERÃO PRIORIDADE EM SEU ACOLHIMENTO É QUE APRESENTAMOS ESTA INICIATIVA PARA MELHOR APROVEITAMENTO DA HIDROVIA E DAS ECLUSAS DE TUCURUÍ CUJO INVESTIMENTO CHEGOU NA ORDEM DE 1,2 BILHÃO.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Elcione Barbalho

EMENDA

31880004

EMENTA

Hospital de Castanhal

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

INICIATIVA

NOVA - Estruturação de Unidade de Atenção Especializada em Saúde - Castanhal/PA - No Estado do Pará.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	09/03/2012	31/12/2014	24.000.000	76.000.000

JUSTIFICATIVA

A Construção do Hospital Regional da Região Nordeste do Estado do Pará, vem corrigir uma distorção do atendimento da Saúde da população local, que atualmente concentra seu atendimento através do 3º, 4º e 5º Centros Regionais de Saúde, dos quais nem sempre conseque absorver a demanda do atendimento da população. Esta iniciativa permitirá a inclusão da MAC - média e alta complexidade da Região, reduzindo a necessidade de deslocamento para a cidade de Belém.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 653 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Elcione Barbalho

EMENDA

31880005

EMENTA

Implantação das Varas Especias de Atendimento à Mulher

PROGRAMA

2020 - Cidadania e Justiça

OBJETIVO

0875 - Tornar o sistema de Justiça mais moderno, efetivo e democrático, com ênfase na garantia do direito ao acesso à Justiça, por meio da integração e aperfeiçoamento das instituições que compõem o sistema e da implementação de políticas públicas que enfoquem formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos.

INICIATIVA

NOVA - Implantação de Varas Especiais de Atendimento à Mulher

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	05/03/2012	31/12/2014	150.000.000	350.000.000

JUSTIFICATIVA

A PRESENTE EMENDA VISA GARANTIR A IMPLANTAÇÃO DE VARAS JUDICIAS PARA O ATENDIMENTO AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA, POIS O BRASIL TEM ALTÍSSIMO INDICE DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E TENDO EM VISTA QUE NA MAIOR PARTE DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS ESTAS VARAS AINDA NÃO FORAM IMPLANTADAS, PREJUDICANDO ASSIM AS MULHERES VÍTIMAS DESTE CRIME É QUE PROPOMOS ESTA INICIATIVA PARA CONTRIBUIR AINDA MAIS COM O CUMPRIMENTO DA LEI MARIA DA PENHA COM A REDUÇÃO DESTES TIPOS DE CRIME.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 654 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Elcione Barbalho

EMENDA

31880006

EMENTA

Implantação de Casas de Abrigo para Acolhimento as Mulheres Vítimas de Violência

PROGRAMA

2016 - Políticas para as Mulheres: Enfrentamento à Violência e Autonomia

OBJETIVO

0998 - Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.

INICIATIVA

NOVA - Implantação de Casas de Abrigo para Acolhimento as Mulheres Vítimas de Violência em Municípios com População Superior a 200.000 Habitantes

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	05/03/2012	05/12/2015	100.000.000	400.000.000

JUSTIFICATIVA

AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA ATUALMENTE NÃO DISPÕEM DE LOCAIS ADEQUADOS E SEGURO PARA SE ABRIGAREM APÓS TEREM SIDO VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA, AUMENTANDO AINDA MAIS SUA VULNERABILIDADE QUANTO A OUTROS TIPOS DE CRIME E COM A IMPLANTAÇÃO DAS REFERIDAS CASAS DE ABRIGO IREMOS MINIMIZAR O SOFRIMENTO DESTAS MULHERES QUANTO A POSSIBLIDADE DE SEREM NOVAMENTE VIOLENTADAS.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Elcione Barbalho

EMENDA: 31880007

EMENTA: Parque da Utinga

PROGRAMA: 2018 - Biodiversidade

OBJETIVO: 0510 - Promover a conservação e o uso sustentável de ambientes singulares e de alta relevância para a biodiversidade e garantir a representatividade dos ecossistemas brasileiros por meio da ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de outras áreas protegidas.

INICIATIVA: NOVA - Construção do Parque da Utinga na Região Metropolitana de Belém - No Estado do Pará.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	09/03/2012	31/12/2014	20.000.000	80.000.000

JUSTIFICATIVA

IMPLANTAÇÃO DO PARK DO UTINGA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 656 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Elcione Barbalho

EMENDA

31880008

EMENTA

Porto Fluvial Intermodal de Marabá

PROGRAMA

2073 - Transporte Hidroviário

OBJETIVO

0798 - Desenvolver rede de instalações portuárias de navegação interior para transporte de carga considerando a integração multimodal.

INICIATIVA

NOVA - Construção do Porto Fluvial Intermodal no Rio Tocantins, no Município de Marabá - No Estado do Pará.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
200.000.000	08/01/2012	31/12/2014	40.000.000	160.000.000

JUSTIFICATIVA

O projeto da Plataforma Logística Intermodal de Transportes de Marabá, será um passo importante da consolidação da Hidrovia do Tocantins, que interligará os Estados de Tocantins, Maranhão e Pará, num futuro próximo. Os investimentos em logística naquela região, que inclui a recuperação e revitalização do Distrito Industrial de Marabá, além da conexão com as eclusas de Tucuruí e com o novo píer do Porto de Vila do Conde, transformando minério de ferro em emprego, geração de renda e qualidade de vida. Competitividade - A liberação dos recursos para a construção do porto de Marabá, vai tornar os produtos paraenses ainda mais competitivos, uma vez que as cargas escoadas por esse modal custam U$ 23 a menos, por tonelada, em relação ao transporte rodoviário. O terminal se viabilizou com a conclusão das eclusas de Tucuruí. O porto será construído à margem esquerda do rio Tocantins, na altura do Km 14 da BR - 230, na área de influência do parque industrial e deverá ocupar uma área estimada de 370 mil m2, incluindo o pátio multimodal que será integrado pela rodovia e no futuro deverá constar de um ramal ferroviário.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Elcione Barbalho

EMENDA

31880009

EMENTA

Rodovia BR - 308

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0139 - Ampliar a malha rodoviária federal, de forma a promover a ligação entre todos os estados brasileiros, rompendo com o isolamento regional.

INICIATIVA

NOVA - Construção do Trecho Rodoviário - Trecho Viseu - Bragança - na BR - 308/PA - No Estado do Pará.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	09/03/2012	31/12/2014	5.000.000	495.000.000

JUSTIFICATIVA

A implementação da Rodovia cria uma alternativa de redução da trafegabilidade da BR - 316/PA, na Região Metropolitana de Belém, além de beneficiar o desenvolvimento da Região e melhoria na qualidade de vida populacional.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Elcione Barbalho

EMENDA

31880010

EMENTA

Rodovia Independência

PROGRAMA

2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

OBJETIVO

0840 - Estruturar e adensar Arranjos Produtivos Locais e cadeias produtivas em múltiplas escalas, com vistas ao desenvolvimento sustentável, à competitividade e à superação das desigualdades regionais e da pobreza extrema, por meio da dinamização econômica e da inclusão produtiva.

INICIATIVA

NOVA - Construção do Trecho Rodoviário da Rodovia Independência, com viaduto de interligação da Rodovia Independência com a BR-316/PA, na Região Metropolitana de Belém - No Estado do Pará.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
200.000.000	08/01/2012	31/12/2014	87.000.000	113.000.000

JUSTIFICATIVA

A execução da obra rodoviária estadual tem como objetivo a integração de modais de transportes aéreos através do Aeroporto Internacional de Belém ¿ Van de Cans, fluviais através dos portos de Belém, Barcarena e Vila do Conde e terrestres através da rodovia Federal Br-316/PA ¿ Federal e a interligação com a Alça Viária ¿ PA-150.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Elcione Barbalho

EMENDA

31880011

EMENTA

Modifica a iniciativa 00XS do objetivo 0289 do programa 2071

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0289 - Estimular a geração de emprego, trabalho e renda, por meio da democratização e ampliação do crédito produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

INICIATIVA

00XS - (...) manutenção de trabalho e renda, com prioridade para as formadas majoritariamente por mulheres.

JUSTIFICATIVA

Segundo o II PNPM é no espaço do trabalho onde as discriminações e as desigualdades étcnico-raciais e de gênero se tornam ainda mais evidentes. "Às desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros. Destaque-se, ainda, que são as mulheres negras que sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça/etnia. Esta interseccionalidade contribui para criar um ordenamento social que coloca no topo os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras. Dentre todos, são elas que vivenciam na escala inferior da pirâmide social as piores condições de trabalho, as que recebem os menores rendimentos, as que mais sofrem com o desemprego e as que mais estabelecem relações informais (e sua conseqüente ausência de proteção social, tanto presente quanto futura) e as que ocupam posições de menor prestígio na hierarquia profissional." Assim, é imprescindível que o as políticas vinculadas ao crédito produtivo contribuam para a igualdade de gênero, raça e etnia no mundo do trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 660 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Elcione Barbalho

EMENDA

31880012

EMENTA

Modifica a iniciativa 00XT no objetivo 0289 do programa 2071

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0289 - Estimular a geração de emprego, trabalho e renda, por meio da democratização e ampliação do crédito produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

INICIATIVA

00XT - (...) manutenção de trabalho e renda com prioridade para as sob a responsabilidade de mulheres.

JUSTIFICATIVA

Segundo o II PNPM é no espaço do trabalho onde as discriminações e as desigualdades étcnico-raciais e de gênero se tornam ainda mais evidentes. "Às desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros. Destaque-se, ainda, que são as mulheres negras que sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça/etnia. Esta interseccionalidade contribui para criar um ordenamento social que coloca no topo os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras. Dentre todos, são elas que vivenciam na escala inferior da pirâmide social as piores condições de trabalho, as que recebem os menores rendimentos, as que mais sofrem com o desemprego e as que mais estabelecem relações informais (e sua conseqüente ausência de proteção social, tanto presente quanto futura) e as que ocupam posições de menor prestígio na hierarquia profissional." Assim, é imprescindível que o as políticas vinculadas ao crédito produtivo contribuam para a igualdade de gênero, raça e etnia no mundo do trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Elcione Barbalho

EMENDA

31880013

EMENTA

Modifica a iniciativa 00XU no objetivo 0289 do programa 2071

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0289 - Estimular a geração de emprego, trabalho e renda, por meio da democratização e ampliação do crédito produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

INICIATIVA

00XU - Concessão de financiamento a atividades produtivas de auto-emprego e trabalho não assalariado, visando à geração e manutenção de trabalho e renda, com prioridade para mulheres e população negra.

JUSTIFICATIVA

Segundo o II PNPM é no espaço do trabalho onde as discriminações e as desigualdades étcnico-raciais e de gênero se tornam ainda mais evidentes. "Às desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros. Destaque-se, ainda, que são as mulheres negras que sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça/etnia. Esta interseccionalidade contribui para criar um ordenamento social que coloca no topo os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras. Dentre todos, são elas que vivenciam na escala inferior da pirâmide social as piores condições de trabalho, as que recebem os menores rendimentos, as que mais sofrem com o desemprego e as que mais estabelecem relações informais (e sua conseqüente ausência de proteção social, tanto presente quanto futura) e as que ocupam posições de menor prestígio na hierarquia profissional." Assim, é imprescindível que o as políticas vinculadas ao crédito produtivo contribuam para a igualdade de gênero, raça e etnia no mundo do trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 662 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Elcione Barbalho

EMENDA

31880014

EMENTA

Modifica iniciativa 02QO do objetivo 0715 do programa 2015

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.

INICIATIVA

02QO - (...) - com destaque com destaque para a violência sexual e doméstica, a distribuição de anticoncepcionais de emergência - e sofrimento psicossocial.

JUSTIFICATIVA

A gravidez indesejada e o abortamento continuam sendo uma das principais causa de mortalidade materna. As metas propostas estão previstas no II PNPM (Prioridades 3.3.1 e 3.3.2). O acesso fácil e gratuito do medicamento para contracepção de emergência contribuirá na redução da morte evitável das mulheres. Consta no Dossiê de Morte Materna da RedeSaúde: "A morte materna é um dos mais sensíveis indicadores das condições de vida de uma população e reflete, principalmente, a desarticulação, desorganização e qualidade inadequada da assistência de saúde prestada à mulher durante o ciclo gravídico-puerperal, pois a assistência pronta, oportuna e adequada pode evitar a maioria dessas mortes". De acordo com o Ministério da Saúde (DATASUS, 2001), as mortes maternas correspondem a cerca de 6% dos óbitos de mulheres de 10 a 49 anos no Brasil. Em 1998, a razão de mortalidade materna foi de 63,4 por 100.000 nascidos vivos. Aplicando o fator de correção por subnotificação, no ano referido, tivemos aproximadamente 127 por cem mil nascidos vivos. Este valor nos aproxima dos países mais pobres da América Latina. Diz ainda o Dossiê da Rede Nacional de Saúde: "Entre as causas obstétricas diretas, o aborto é a quarta causa de óbito materno no país, o que demonstra a completa falência da assistência à população, visto que o planejamento familiar é um direito garantido na Constituição de 1988. A morte de mulheres por aborto indica que as ações de planejamento familiar não estão funcionando adequadamente. Associada a isso, existe a questão da criminalização do aborto, que contribui para agravar ainda mais o problema, ao obrigar as mulheres a realizar a interrupção da gravidez na clandestinidade, sob condições precárias de assistência".

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 663 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Elcione Barbalho

EMENDA

31880015

EMENTA

Modifica iniciativa 02QR do objetivo 0715 do programa 2015

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.

INICIATIVA

02QR - (...) crianças e adolescentes mais vulneráveis e viabilizar a distribuição de anticoncepcionais de emergência através da Rede.

JUSTIFICATIVA

A gravidez indesejada e o abortamento continuam sendo uma das principais causa de mortalidade materna. As metas propostas estão previstas no II PNPM (Prioridades 3.3.1 e 3.3.2). O acesso fácil e gratuito do medicamento para contracepção de emergência contribuirá na redução da morte evitável das mulheres. Consta no Dossiê de Morte Materna da RedeSaúde: "A morte materna é um dos mais sensíveis indicadores das condições de vida de uma população e reflete, principalmente, a desarticulação, desorganização e qualidade inadequada da assistência de saúde prestada à mulher durante o ciclo gravídico-puerperal, pois a assistência pronta, oportuna e adequada pode evitar a maioria dessas mortes". De acordo com o Ministério da Saúde (DATASUS, 2001), as mortes maternas correspondem a cerca de 6% dos óbitos de mulheres de 10 a 49 anos no Brasil. Em 1998, a razão de mortalidade materna foi de 63,4 por 100.000 nascidos vivos. Aplicando o fator de correção por subnotificação, no ano referido, tivemos aproximadamente 127 por cem mil nascidos vivos. Este valor nos aproxima dos países mais pobres da América Latina. Diz ainda o Dossiê da Rede Nacional de Saúde: "Entre as causas obstétricas diretas, o aborto é a quarta causa de óbito materno no país, o que demonstra a completa falência da assistência à população, visto que o planejamento familiar é um direito garantido na Constituição de 1988. A morte de mulheres por aborto indica que as ações de planejamento familiar não estão funcionando adequadamente. Associada a isso, existe a questão da criminalização do aborto, que contribui para agravar ainda mais o problema, ao obrigar as mulheres a realizar a interrupção da gravidez na clandestinidade, sob condições precárias de assistência".

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Elcione Barbalho

EMENDA

31880016

EMENTA

Modifica iniciativa 02W3 do programa 2076

PROGRAMA

2076 - Turismo

OBJETIVO

0740 - Divulgar no exterior a imagem do país, seus produtos, destinos e serviços turísticos, bem como apoiar a internacionalização das empresas brasileiras do segmento.

INICIATIVA

02W3 - Promoção, marketing e apoio a comercialização para a divulgação do turismo brasileiro no mercado internacional, inclusive vinculadas ao combate ao turismo sexual - Plano Aquarela

JUSTIFICATIVA

A expectativa do Ministério do Turismo é passar de 5 milhões para 8 milhões de turistas estrangeiros em nosso país até 2011. O combate ao turismo sexual é uma prática que deve ser adotada por todos aqueles que atuam direta e indiretamente no setor turístico, bem como por toda a sociedade brasileira. Assim, a emenda pretende deixar explicito as ações vinculadas ao combate ao turismo sexual

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 665 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Elcione Barbalho

EMENDA

31880025

EMENTA

Alteração de indicador para identificar sexo e cor/etnia no acesso ao serviço jurídico gratuito do programa 2020

PROGRAMA

2020 - ALTERAÇÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Modifica o seguinte INDICADOR: INDICADOR ATUAL: Cidadão assistido com prestação jurídica gratuita INDICADOR PROPOSTO: Pessoa assistida com prestação jurídica gratuita, por sexo, cor/etnia, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2011". Ao especificar o sexo, cor/etnia e a área geográfica, se terá informações mais qualificadas que poderão melhor orientar a aplicação dos recursos e efetividade da política pública. Além do mais, apesar dos avanços relativos a redução da pobreza, o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo, onde os 20% de brasileiros/as mais ricos ficam com 60% da renda nacional e os 20% mais pobres, ficam com 2,85% de nossas riquezas. "A concentração de renda impede que grande parcela da população usufrua direitos constitucionalmente assegurados e universalmente reconhecidos como indispensáveis para promoção da dignidade humana. As desigualdades ainda são acentuadas num contexto permeado pela discriminação racial, de gênero, geracional e de orientação sexual, entre outras. Além do mais, as formas de distribuição e concentração do espaço territorial também estruturam as desigualdades no Brasil". É necessário pois, garantir a essa população excluída do desenvolvimento, o acesso gratuito à justiça para efetivar seus direitos.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 666 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Elcione Barbalho

EMENDA

31880026

EMENTA

Inclui indicador para moradia coletiva para pessoas idosas, por sexo e cor/etnia no programa 2049

PROGRAMA

2049 - INCLUSÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Acrescentar INDICADOR: Percentual de pessoas atendidas em domicílios coletivos, por sexo e cor/raça, para o Brasil e segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação, Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". Em estudo do CFEMEA (Indicadores de Gênero e Raça no PPA 2008-2011, Capitulo 7 , autores: José Eustáquio Diniz Alves e Suzana Cavenaghi , Programa Habitação de Interesse Social) os pesquisadores José Eustáquio Diniz Alves e Suzana Cavenaghi sugeriram como cálculo para esse indicador: Cálculo: Número de mulheres (e homens) atendidos em domicílios coletivos particulares ou públicos dividido pelo total de pessoas idosas (60 anos ou mais) na categoria correspondente, por cor/raça (por cem). Ainda segundo os autores, o conceito desse indicador com periodiciade anual, é permitir: (...) monitorar se, ao longo dos anos cobertos pelo PPA, está havendo desigualdades no atendimento do programa às pessoas idosas com necessidades de habitação. Especialmente para as mulheres da terceira idade, que são a grande maioria das pessoas com mais de 60 anos, ¿ e principalmente entre a população mais pobre - o atendimento em instituições de longa permanência para idosos é de fundamental importância para a qualidade de vida destas pessoas e famílias.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 667 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Elcione Barbalho

EMENDA

31880027

EMENTA

Inclui indicadores ao programa 2019 explicitando atendimento às mulheres, por grupo de cor/raça

PROGRAMA

2019 - INCLUSÃO DE INDICADORES - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Inclusão dos Indicadores: - Percentual de mulheres responsáveis legais pelo beneficio, por grupos de cor/raça, segundo grandes regiões. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". - Percentual de mulheres que são responsáveis legais pelo benefício e sem cônjuge/companheiro(a) por grupos de cor/raça, segundo grandes regiões. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". A inclusão dos indicadores propostos pretende garantir visibilidade aos grupos beneficiários do programa, permitindo ao Poder Público a formulação e implementação de políticas específicas e complementares, que possam contribuir para a redução das vulnerabilidades sociais e desenvolvimento de suas potencialidades. Os indicadores propostos são viáveis, na medida em que os dados primários estão disponíveis no Cadastro Único para Programas Sociais, que é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 668 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Elcione Barbalho

EMENDA

31880028

EMENTA

Incluir indicador com número de creches e período de funcionamento no programa 2030

PROGRAMA

2030 - INCLUSÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Acrescenta o seguinte INDICADOR: - Número de creches existentes, por Grandes Regiões, Estados e Municípios e por período de funcionamento. Unidade de Medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2011". No jornal FEMEA, produzido pelo CFEMEA, de dezembro de 2009, foi publicada a matéria Falta de creches públicas sobrecarrega e empobrece as mulheres trabalhadoras que diz o seguinte: "O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM) tem como meta aumentar em 12% o número de crianças de zero a seis anos de idade freqüentando creche ou pré-escola na rede pública e construir 1.714 creches, entre 2008 e 2011. Mas, nesses dois últimos anos, foi feito muito pouco para cumprir a meta. Em 2009, foram gastos apenas 4,5% dos recursos previstos para a construção de creches (R$ 535 milhões). Nesse ritmo, o governo federal vai ficar muito longe de cumprir o compromisso firmado com as mulheres por meio do PNPM. Para 2010, está previsto cerca de R$ 1 bilhão. Nas famílias onde as crianças com até seis anos de idade estão em creche ou na pré-escola, a renda familiar por pessoa é 50% maior do que naquelas que não contam com essa opção, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001." Nas famílias mais pobres é que o impacto da oferta de creches e escolas é maior, segundo artigo da professora Bila Sorj, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nessas famílias, o salário das mães é 35% maior quando elas contam com educação para seus filhos, por causa da liberação de tempo (até duas horas diárias) para o trabalho remunerado. Nas famílias mais ricas, o aumento no salário cai para cerca de 14% e a jornada permanece igual. "Assim, podemos concluir que o grupo de renda que mais se beneficia do acesso à educação infantil são os pobres", diz Bila em seu artigo, para concluir: "Dessa maneira, a ampliação dos investimentos públicos na educação infantil deve ser considerada uma prioridade na agenda das políticas públicas voltadas à promoção de equidade de gênero". A meta no PPA 2012-2015 de 6.000 creches é quatro vezes ao que se tinha previsto no II PNPM, mas é preciso garantir que essa meta será cumprida. Esse ano de 2011 quantas creches foram inauguradas? Quantas estão em funcionamento em tempo integral, inclusive nas férias escolares? Quantas creches funcionam no

período noturno? Essas seis mil serão realizadas a média de 1500 por ano? A Ação orçamentária 09CW - APOIO A REESTRUTURACAO DA REDE FISICA PUBLICA DA EDUCACAO BASICA do Programa: 1448 - QUALIDADE NA ESCOLA que tem autorizado na LOA 2011, R$ 657,6 milhões até o dia 22/09/2011, empenhou só 61,9% (R$406,8 milhões) e liquidou apenas R$104.4 milhões, que representam 15,9% dos recursos autorizados para o corrente ano. Para que a sociedade possa melhor monitorar a realização dessa meta de 6000 creches é que se propõe o indicador com divulgação trimestral.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 670 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Elcione Barbalho

EMENDA

31880029

EMENTA

Incluir indicadores para identificar a particip de mulheres e pop negra no acesso ao crédito e ATER

PROGRAMA

2012 - INCLUSÃO DE INDICADORES - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Incluam-se os seguintes INDICADORES - Taxa de atendimento a beneficiários do Programa, por sexo, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". - Taxa de atendimento aos beneficiários do Programa, por cor/raça e enquadramento, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". - Percentual de egressos das ações de ATER, por sexo, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". - Número de pessoas com acesso ao crédito agrícola, por volume de recursos, por sexo, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de Medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2011". As metas do Programa de Agricultura Familiar bem como seus objetivos especificam claramente o opção de incluir a população feminina em suas ações. Entretanto os indicadores que servirão de base para a avaliação do Programa não trazem nenhuma indicação do sexo ou cor de seus beneficiários, daí a proposta de acréscimo desses três indicadores que permitirão, respectivamente: a. identificar a participação das mulheres na distribuição dos recursos do Programa, seja como principal beneficiária do Programa, seja na condição de cônjuge (2º titular); b. avaliar a distribuição dos recursos do Programa segundo a cor/raça dos beneficiários e sua representatividade em cada grupo de acesso do PRONAF; c. Medir a participação dos agricultores familiares homens e mulheres nas ações de ATER. O outro indicador proposto visa avaliar se as metas (que especificam o atendimento às mulheres rurais em 30 e 35%) previstas nos objetivos: ¿ OBJETIVO: 0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços. ¿ OBJETIVO: 0759 - Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar foram alcançadas como previsto no Programa. O valor de referência do indicador Disponibilização de recursos pelo Plano Safra da Agricultura Familiar é de R$16 bilhões de reais e,

observada a orientação geral das metas do Programa que estimam a participação das mulheres de 30% a 35% nas ações, nesses recursos então se teria R$5 bilhões a serem destinados preferencialmente as mulheres rurais.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 672 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Elcione Barbalho

EMENDA

31880030

EMENTA

Inclusão de indicador ao programa 2069

PROGRAMA

2069 - INCLUSÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Inclusão de Indicador: - População residente, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, por tipo de insegurança alimentar, segundo sexo, grupos de idade, cor ou raça. Unidade de Medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2011". O indicador proposto possibilita a identificação dos grupos populacionais mais vulneráveis relativamente a dimensão da segurança alimentar e nutricional e assim a adoção de políticas públicas que considerem tais especificidades. Ressalte-se que o IBGE tem realizado periodicamente, no âmbito da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios pesquisas que possibilitam o acompanhamento do indicador proposto, como em 2004 e 2009.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 673 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Elcione Barbalho

EMENDA

31880031

EMENTA

Inclusão de indicadores no programa 2016

PROGRAMA

2016 - INCLUSÃO DE INDICADORES - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Incluam-se os seguintes INDICADORES: - Taxa de Homicídio de Mulheres, por cor/etnia, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de Medida %, Data de Referência 01/01/2011. - Participação das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA). Unidade de medida %, Data de Referência 01/01/2011. Nos últimos anos o Governo federal aumentou ano a ano o gasto com o seu programa de combate à violência contra as mulheres. Em 1998 liquidou R$362 648,00 e em 2008 esse valor foi de R$ 25 378 902,00, mas a taxa de homicídios femininos continuou inalterada (de 4,27 para 4,17) no período. A alocação de recursos financeiros dos governos e a criação de mecanismos de combate à violência contra as mulheres e de normas legais específicas, como a Lei Maria da Penha, que já tem 5 anos, não foram suficientes para diminuir os homicídio de mulheres. Conforme registra o Mapa da Violência, no período entre 1998 e 2008, foram assassinadas no país 42 mil mulheres em um ritmo que acompanhou quase estritamente o crescimento da população feminina, de forma tal que as taxas anuais do período rondaram sempre os 4,25 homicídios para cada 100 mil mulheres. Número e taxas de homicídio feminino.Brasil. 1998/2008. Ano Homicídios Taxa 1998 3.503 4,27 1999 3.536 4,26 2000 3.743 4,34 2001 3.851 4,40 2002 3.867 4,36 2003 3.937 4,38 2004 3.830 4,21 2005 3.884 4,15 2006 4.022 4,24 2007 3.772 3,92 2008 4.023 4,17 Total 41.968 4,25 Fonte: SIM/SVS/MS O Mapa traz ainda as informações dos homicídios por Estado: Número e taxas de homicídios femininos. Brasil, 1998-2008 UF/Região Número de homicídios Taxas de homicídio Var % 1998 2008 1998 2008 Acre 12 14 4,7 4,1 -12,1 Amapá 12 13 5,7 4,3 -25,9 Amazonas 54 63 4,3 3,8 -11,9 Pará 66 164 2,3 4,5 95,4 Rondônia 45 39 7,3 5,3 -27,1 Roraima 12 15 9,5 7,7 -19,3 Tocantins 19 21 3,5 3,3 -5,3 Norte 220 329 3,8 4,4 16,9 Alagoas 44 83 3,2 5,2 62,4 Bahia 100 308 1,5 4,2 173,9 Ceará 56 118 1,6 2,7 75,3 Maranhão 29 81 1,1 2,6 137,6 Paraíba 41 85 2,4 4,4 87,1 Pernambuco 277 298 7,1 6,6 -7,1 Piauí 20 40 1,4 2,5 75,5 R G Norte 20 60 1,5 3,8 154,0 Sergipe 14 35 1,6 3,4 110,8 Nordeste 601 1.108 2,6 4,1 59,6 Espírito Santo 165 191 11,3 10,9 -3,6 Minas Gerais 195 372 2,3 3,7 64,1 Rio de Janeiro 563 372 7,9 4,5 -43,3 São Paulo 1.036 666 5,8 3,2 -45,3 Sudeste 1.959 1.601 5,6 3,9 -30,2

Paraná 179 307 3,8 5,7 49,2 R G Sul 181 216 3,6 3,9 8,1 Sta Catarina 67 86 2,7 2,8 6,0 Sul 427 609 3,5 4,4 24,7 Distr Federal 59 72 5,9 5,4 -8,6 Goiás 72 161 3,0 5,5 79,6 Mato Grosso 94 84 8,3 5,8 -30,5 Mato G do Sul 71 59 7,2 5,0 -29,6 Centro-Oeste 296 376 5,4 5,4 1,0 Brasil 3.503 4.023 4,3 4,2 -2,4 Fonte: SIM/SVS/MS Em recente estudo publicado, o CFEMEA alerta para as diferenças de homicídios das mulheres brancas e negras. A pedido do CFEMEA, o pesquisador Julio Jacobo Waiselfisz elaborou informações que mostram que, desde 2003, o número de homicídios de mulheres brancas vem caindo, enquanto o de mulheres negras aumenta: Taxas (em 100 mil) Vitimização (Indica em que proporção morreram mais mulheres negras do que brancas) (%) Brancas Negras 3,2 4,7 45,7 Fonte: SIM/SVS/MS. Elaboração: Julio Jacobo Waiselfis Diz Ana Claudia Pereira, Consultora do CFEMEA: Isso quer dizer que morreram, somente em 2008, 45,7% mais mulheres negras do que brancas. Essa diferença, além de muito preocupante, sugere que a aplicação de leis e políticas públicas para acabar com a violência de forma diferente para brancas e negras. É necessário que o poder público e a academia investiguem essas desigualdades para explicar melhor porque ela ocorre dessa forma e criar mecanismos para que as mulheres negras também tenham seus direitos garantidos. A apuração do indicador proposto auxiliará no diagnóstico da situação e indicará medidas regionais e locais a serem adotadas pelos governos para reduzir os homicípios femininos que na maioria das vezes é praticado no próprio domicílio da vítima. O outro indicador proposto, medirá a eficácia das medidas do Plano Mais Brasil a para a autonomia econômica as mulheres. A análise da participação das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA) mostrará se as medidas de criação de infra-estrutura social colocadas no PPA tiveram as consequencias esperadas de aumentar a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 675 de 2315

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Elcione Barbalho	31880032

EMENTA TEXTO

Acrescenta parágrafos ao Art. 16

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Modificativa	Artigo 16

TEXTO PROPOSTO

Art. 16. O Poder Executivo promoverá a participação da sociedade no processo de monitoramento dos Programas do PPA2012-2015.
§ 1º. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão coordenará o Sistema Público de Monitoramento do PPA que terá efetiva participação social e transparência das informações
§ 2º. Caberá ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão disponibilizar, na internet, a execução orçamentária dos Programas do PPA e anualmente, o quantitativo alcançado de cada meta prevista, inclusive a posição das metas qualitativas especificadas, e a evolução dos indicadores, quando couber.
§ 3º. Caberá à Secretaria Geral da Presidência da República coordenar e viabilizar a divulgação, no Sistema Público de Monitoramento do PPA, das informações dos Conselhos de Controle Social e as deliberações das Conferências Nacionais e sua interface, no que couber, com os Programas Temáticos e Metas do PPA.
§ 4º O Fórum Interconselhos deverá compor o Sistema Público de Monitoramento do PPA, devendo se reunir no mínimo uma vez a cada semestre para monitorar a execução do PPA 2012-2015.

JUSTIFICATIVA

O Governo Federal realizou em maio último o Fórum Interconselhos, do qual participaram 400 pessoas: 285 representantes vinculados a 34 conselhos nacionais, dois comissões e CDES; 85 representantes de entidades regionais não representadas nos conselhos setoriais e representantes do Ministério do Planejamento, da Secretaria Geral e da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. Na oportunidade foi distribuída a Cartilha de Orientação para as Consultas à Sociedade sobre o Ciclo de Gestão do PPA 2012-2015 que traz a seguinte afirmação: "O PPA 2012-2015 será orientado, dentre outras características, por um amplo processo participativo, cuja finalidade é a de que o Plano seja um importante instrumento de interação entre o Estado e o cidadão, com vistas à efetividade das políticas públicas." Esse novo espaço de debate proposto pelo Governo federal, chamado de Fórum Inter Conselhos, para não repetir as experiências frustradas de participação social que ocorreram nos dois últimos PPAs (2004-2007 e 2008-2011), necessitará de informações oficiais e atualizadas sobre o gasto público e a execução das metas definidas pelo governo para cada Programa do PPA 2011-2015 - Plano Mais Brasil O Art 16 do Projeto de Lei 29/2011-CN não especifica quais órgãos do Executivo serão os responsáveis pela divulgação e transparência das informações indispensáveis para que a sociedade possa participar do processo e nem tão pouco define os meios de divulgação desses dados. Também os mecanismos para garantir a participação social no monitoramento do PPA e execução da LOA, não estão citados. Os acréscimos dos parágrafos ao artigo 16 vêm suprir essas deficiências ao definir os órgãos do Poder Executivo responsáveis pela sistematização e divulgação das informações (MPOG) e que garantirão (SG/PR) que os mecanismos hoje existentes: conselhos de controle social e conferências nacionais tenham suas decisões melhor incorporadas às peças orçamentárias da União. O Sistema Público de Monitoramento, contando pelo menos com o Fórum Interconselhos para monitoramento periódico e sistemático do PPA, além da divulgação ampla de informações pela internet sobre a execução das políticas governamentais previstas no PPA vai fornecer as condições básicas para uma efetiva participação social no monitoramento das políticas públicas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 676 de 2315

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Elcione Barbalho	31880033

EMENTA TEXTO

Altera a redação do inciso I do art. 4º

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Modificativa	Artigo 4 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

Art. 4º O PPA 2012-2015 terá como diretrizes:
I - a redução das desigualdades sociais, de gênero, étnico-racial e regionais;

JUSTIFICATIVA

A emenda pretende incorporar entre as diretrizes do Plano Plurianual 2012-2015 a redução das desigualdades de gênero e étnico-racial, que conforme dados constantes na Mensagem Presidencial que o encaminha, ainda são persistentes e estruturantes da exclusão social no Brasil "Nos últimos anos, o processo de inclusão social e redução das desigualdades retirou milhões de brasileiros da pobreza. Todavia, o perfil daqueles que ainda se encontram em situação de extrema pobreza indica que há segmentos mais vulneráveis, como a populações feminina e negra." Vale lembrar que nos dois últimos Planos, tal diretriz esteve explicita de forma enfática. No Plano Plurianual 2004-2007 as desigualdades manifestadas nas dimensões raciais e de gênero foram incorporadas como fatores que aumentam a injustiça e a exclusão social: "Tal registro é necessário para rompermos com a visão que nega a existência do racismo e discriminação da mulher como fator que aumenta a injustiça e a exclusão social." A incorporação da garantia da transversalidade de gênero, raça/etnia na formulação e implementação do conjunto das políticas públicas era uma das diretrizes gerais presentes no PPA 2004/2007. Dois desafios estavam colocados: Desafio 8: Promover a Redução das Desigualdades Raciais, com Ênfase na Valorização Cultural das Etnias Desafio 9: Promover a Redução das Desigualdades de Gênero, com Ênfase na Valorização das Diferentes Identidades No PPA 2008-2011 tais dimensões estão presentes no desafio "Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos", sendo explicitado "... a perspectiva de promoção da igualdade de gênero e raça deve estar presente na elaboração, execução e monitoramento de todas as políticas de governo, incorporada como princípio gerador de democracia, desenvolvimento e paz social." A emenda, portanto, vem resgatar tais dimensões estruturantes das desigualdades e da injustiça social no Brasil, entre as diretrizes do Plano Plurianual 2012-2015.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 677 de 2315

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Elcione Barbalho	31880034

EMENTA TEXTO

Suprime o inciso III, do § 5º, do art. 19, renumerando-se os demais

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Supressiva	Artigo 19 Parágrafo 5 Inciso III

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de lei do PPA 2012-2015 autoriza o Poder Executivo a alterar alguns atributos dos programas no decorrer do processo de implementação do Plano Plurianual. De fato, é preciso garantir algum grau de flexibilidade, na medida em que o Plano tem uma duração de 4 anos e a dinâmica de mudanças nos cenários e nos processos de execução das políticas públicas, requerem, para além da possibilidade de revisão anual, algum grau de autonomia do Poder Executivo, que viabilize uma adequação da sua programação. Mas, é preciso também que o Poder Legislativo garanta, nas alterações que envolvam mérito, a sua autorização específica. É o caso do atributo META. Assim, a presente emenda visa excluir a autorização para sua alteração no âmbito do Poder Executivo.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 678 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Elcione Barbalho

EMENDA

31880017

EMENTA

Alteração de meta no programa 2029 para incluir prioridade para mulheres e população negra

PROGRAMA

2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

OBJETIVO

0983 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Promover a formação e capacitação social e profissional de 10.000 trabalhadores para a economia solidária	Promover a formação e capacitação social e profissional de 10.000 trabalhadores para a economia solidária com prioridade para mulheres e população negra

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Centro-Oeste		
Região Nordeste		
Região Norte		
Região Sudeste		
Região Sul		

JUSTIFICATIVA

Segundo o II PNPM é no espaço do trabalho onde as discriminações e as desigualdades étcnico-raciais e de gênero se tornam ainda mais evidentes. "Às desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros. Destaque-se, ainda, que são as mulheres negras que sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça/etnia. Esta interseccionalidade contribui para criar um ordenamento social que coloca no topo os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras. Dentre todos, são elas que vivenciam na escala inferior da pirâmide social as piores condições de trabalho, as que recebem os menores rendimentos, as que mais sofrem com o desemprego e as que mais estabelecem relações informais (e sua conseqüente ausência de proteção social, tanto presente quanto futura) e as que ocupam posições de menor prestígio na hierarquia profissional." Assim, é imprescindível que o as políticas vinculadas a capacitação social e profissionais dos trabalhadores para a economia solidária contribuam para a igualdade de gênero, raça e etnia no mundo do trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 679 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Elcione Barbalho

EMENDA

31880018

EMENTA

Inclui e modifica metas e altera o texto do objetivo 0287 do programa 2071

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0287 - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho, na perspectiva da igualdade de gênero, raça e etnia.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Adoção de critérios para oferecimento de cursos que considerem a perspectiva da igualdade de gênero no mundo do trabalho

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Incluir na metodologia de 100% dos cursos de qualificação social e profissional ofertados a perspectiva de gênero, raça e etnia

Descrição do PL	Descrição Proposta
Ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional e a orientação profissional associadas à concessão de crédito produtivo para o autoemprego e para empreendimentos econômicos solidários	No mínimo dobrar a oferta de vagas em cursos de qualificação (...) solidários, garantindo estrutura de suporte que possibilitem especialmente a participação das mulheres chefes de família

JUSTIFICATIVA

A alteração de meta visa garantir que no mínimo o governo federal dobre a oferta de vagas, garantindo suporte que possibilitem as mulheres chefes de família acessarem tal política, como creches, brinquedotecas, transporte, lanche, entre outros. A inclusão das metas visam promover a igualdade de gênero e etnico-racial nas relações de trabalho e na definição dos processos de qualificação social e profissional.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Elcione Barbalho

EMENDA

31880019

EMENTA

Inclui metas ao objetivo 0715 do programa 2015

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0715 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

36000 - Ministério da Saúde

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Adquirir e distribuir em toda rede de Farmácia Popular, métodos anticoncepcionais reversíveis, incluindo anticoncepcionais de emergência.

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Ampliar a rede de distribuição de anticoncepcionais de emergência para o "Aqui tem Farmácia Popular" e efetivar a distribuição nos locais da Rede Cegonha com as equipes do PSF

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Veicular ampla campanha publicitária com os locais de distribuição de anticoncepcionais

JUSTIFICATIVA

A gravidez indesejada e o abortamento continuam sendo uma das principais causa de mortalidade materna. As metas propostas estão previstas no II PNPM (Prioridades 3.3.1 e 3.3.2). O acesso fácil e gratuito do medicamento para contracepção de emergência contribuirá na redução da morte evitável das mulheres. Consta no Dossiê de Morte Materna da Rede Saúde: "A morte materna é um dos mais sensíveis indicadores das condições de vida de uma população e reflete, principalmente, a desarticulação, desorganização e qualidade inadequada da assistência de saúde prestada à mulher durante o ciclo gravídico-puerperal, pois a assistência pronta, oportuna e adequada pode evitar a maioria dessas mortes". De acordo com o Ministério da Saúde (DATASUS, 2001), as mortes maternas correspondem a cerca de 6% dos óbitos de mulheres de 10 a 49 anos no Brasil. Em 1998, a razão de mortalidade materna foi de 63,4 por 100.000 nascidos vivos. Aplicando o fator de correção por subnotificação, no ano referido, tivemos aproximadamente 127 por cem mil nascidos vivos. Este valor nos aproxima dos países mais pobres da América Latina. Diz ainda o Dossiê da Rede Nacional de Saúde: "Entre as causas obstétricas diretas, o aborto é a quarta causa de óbito materno no país, o que demonstra a completa falência da assistência à população, visto que o planejamento familiar é um direito garantido na Constituição de 1988. A morte de mulheres por aborto indica que as ações de planejamento familiar não estão funcionando adequadamente. Associada a isso, existe a questão da criminalização do aborto, que contribui para agravar ainda mais o problema, ao obrigar as mulheres a realizar a interrupção da gravidez na clandestinidade, sob condições precárias de assistência".

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 681 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Elcione Barbalho

EMENDA

31880020

EMENTA

Inclui metas no programa 2037

PROGRAMA

2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

OBJETIVO

0282 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Induzir os municípios com mais de 100 mil habitantes e estados a ampliarem a oferta de serviços de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos(as) e suas famílias

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Induzir os municípios com mais de 100 mil habitantes e estados a ampliarem a rede pública de serviços de acolhimento

JUSTIFICATIVA

A inclusão das metas relativas à ampliação dos serviços de proteção social especial, está vinculado a garantia dos direitos de cidadania no campo da política pública de assistência social, conforme estabelece a Constituição Federal. As novas metas dialogam também com a prioridade estratégica do movimento de mulheres de garantir que o Estado cumpra seu papel no oferecimento de infraestrutura social, particularmente da infraestrutura para a economia do cuidado. Estudo da CEPAL indica que o ponto cego das políticas públicas na America Latina está na redistribuição das tarefas de cuidado entre o Estado, o mercado e as famílias. E nesse ponto as desigualdades de gênero são evidentes. Segundo jornal Fêmea jul/set/2011, "O cuidado no Brasil ainda é um problema de esfera privada, cuja solução recai, quando não exclusivamente, no mínimo desproporcionalmente, sobre as mulheres". Na mesma edição, Alícia Bárcena, Secretária Executiva da CEPAL, afirma que não será possível conseguir igualdade para as mulheres enquanto não for resolvida a carga de trabalho não remunerado e de cuidados que recai historicamente sobre as mulheres.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Elcione Barbalho

EMENDA

31880021

EMENTA

Insere meta no objetivo 0738 do programa 2076

PROGRAMA

2076 - Turismo

OBJETIVO

0738 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

54000 - Ministério do Turismo

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Qualificar 186.750 gestores e profissionais da cadeia produtiva do turismo, com prioridade para mulheres e população negra

JUSTIFICATIVA

O turismo é um segmento econômico com grande potencial de crescimento, inclusive pelos impulsos advindos da realização de grandes eventos internacionais como a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016. Nesse sentido, seu crescimento deve estar afinado com a perspectiva da igualdade de gênero e raça e etnia. Por isso é fundamental que seja garantida a prioridade para mulheres e população negra, fazendo do turismo um ¿importante indutor da inclusão social. Uma inclusão que pode ser alcançada por duas vias: a da produção, por meio da criação de novos postos de trabalho, ocupação e renda, e a do consumo, com a absorção de novos turistas no mercado interno¿, conforme estabelece o Plano Nacional de Turismo. È preciso ampliar a presença das mulheres, negros e negras nas atividades econômicas dos megaeventos esportivos, iniciativas de empreendedorismo, incentivo ao turismo e ao artesanato, enfim, o acesso à toda cadeia produtiva do turismo.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 683 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Elcione Barbalho

EMENDA

31880022

EMENTA

Modifica o objetivo 0289 do programa 2071

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0289 - Estimular a geração de emprego, trabalho e renda, por meio da democratização e ampliação do crédito produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e para a igualdade de gênero, raça e etnia.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

JUSTIFICATIVA

Segundo o II PNPM é no espaço do trabalho onde as discriminações e as desigualdades étcnico-raciais e de gênero se tornam ainda mais evidentes. "Às desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros. Destaque-se, ainda, que são as mulheres negras que sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça/etnia. Esta interseccionalidade contribui para criar um ordenamento social que coloca no topo os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras. Dentre todos, são elas que vivenciam na escala inferior da pirâmide social as piores condições de trabalho, as que recebem os menores rendimentos, as que mais sofrem com o desemprego e as que mais estabelecem relações informais (e sua conseqüente ausência de proteção social, tanto presente quanto futura) e as que ocupam posições de menor prestígio na hierarquia profissional." Assim, é imprescindível que o as políticas vinculadas ao crédito produtivo contribuam para a igualdade de gênero, raça e etnia no mundo do trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Elcione Barbalho

EMENDA

31880023

EMENTA

Modifica o objetivo 0619 do programa 2019

PROGRAMA

2019 - Bolsa Família

OBJETIVO

0619 - Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e da articulação com outras políticas promotoras de emancipação.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Ampliar a Articulação do Programa Bolsa Família com outras Políticas Públicas Promotoras de Emancipação

JUSTIFICATIVA

A emenda visa garantir a ampliação da articulação do Programa Bolsa Família com outras políticas promotoras de emancipação. Nas palavras de José Eustáquio Diniz Alves: "Se o Programa Bolsa Família quiser realmente reduzir as situações de pobreza terá que garantir a autonomia feminina criando mecanismos de apoio público à família (como creches, restaurantes populares, etc.) e de promoção à educação e à emancipação profissional das mulheres, reduzindo a violência social e doméstica, fortalecendo a convivência comunitária, além de incentivar uma divisão de tarefas e responsabilidades mais igualitárias entre os cônjuges e demais membros da família."(Autonomia Feminina e o Bolsa Família).

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 685 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Elcione Barbalho

EMENDA

31880024

EMENTA

Modifica texto e metas do objetivo 0291 do programa 2071

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0291 - Fortalecer a política de microcrédito produtivo orientado, promovendo a universalização do acesso a essa modalidade de crédito por meio do apoio às instituições do setor, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo, na perspectiva da igualdade de gênero, raça e etnia.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Elevar os valores do volume de crédito concedido, do número de operações de microcrédito, bem como a quantidade de clientes atendidos e o volume da carteira ativa	(...) da carteira ativa com prioridade para mulheres e população negra

JUSTIFICATIVA

A alteração das metas pretende garantir prioridade as mulheres e a população negra nas operações de microcrédito, contribuindo para a promoção de sua autonomia econômica e financeira. A especificação de sexo, raça/cor nos indicadores vinculados ao microcrédito produtivo orientado é fundamental para a formulação e implementação das políticas públicas orientadas à igualdade de gênero, raça/etnia no mundo do trabalho. Por isso, é necessário que os registros administrativos dos agentes operadores dos processos de qualificação e concessão de crédito também viabilizem tal desagregação das informações.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Esperidião Amin

EMENDA

28500001

EMENTA

Desassoreamento do Rio Tubarão

PROGRAMA

2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

OBJETIVO

0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

INICIATIVA

NOVA - Desassoreamento do Rio Tubarão

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
900.000.000	15/02/2012	30/12/2015	250.000.000	650.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo o desassoreamento do Rio Tubarão no Estado de Santa Catarina para promover a prevenção de desastres, inundações, enxurradas e deslizamentos com foco em municípios que fazem limites com esta bacia hidrográfica. O Rio Tubarão nasce na encosta da Serra Geral, no município de Lauro Müller. Seus principais afluentes são os rios Braço do Norte e Capivari. A área de drenagem do rio Tubarão abrange 4.728 km², percorrendo 120 km desde suas nascentes, até desembocar na Lagoa de Santo Antônio. A bacia hidrográfica do rio Tubarão localiza-se na Região Sul do Estado de Santa Catarina e pertence à vertente de drenagem Atlântica. Apresenta um conjunto lagunar composto pelas lagoas Santo Antônio dos Anjos, Imaruí e Mirim. É formada pelos rios Rocinha, Bonito, Oratório, Capivaras e Hipólito. Faz limite com a vertente do interior através da Serra Geral, tendo as seguintes coordenadas geográficas como limites: 27º 48' 00" e 28º 48' 08" de latitude sul, 48º 38' 18" e 48º 31' 48" de longitude oeste. É a mais expressiva bacia hidrográfica da Região Sul de Santa Catarina, e tem uma área de 5923 km², aproximadamente. Os limites da Bacia Hidrográfica do rio Tubarão englobam 18 municípios: Lauro Müller, Orleans, São Ludgero, Braço do Norte, Grão Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, Anitápolis, São Bonifácio, São Martinho, Armazém, Gravatal, Capivari de Baixo, Tubarão, Pedras Grandes, Treze de Maio, Jaguaruna e Sangão.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Esperidião Amin

EMENDA

28500002

EMENTA

Empreendimento para conter as cheias do rio Itajai-açu

PROGRAMA

2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

OBJETIVO

0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

INICIATIVA

NOVA - Empreendimento para conter as cheais do rio Itajai-açu

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
900.000.000	15/02/2012	30/12/2015	250.000.000	650.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo realizar empreendimentos de prevenção de desastres, inundações, enxurradas e deslizamentos decorrentes do Rio Itajai-açu em Santa Catarina. O rio Itajaí-Açu é o rio mais importante do Vale do Itajaí. Forma-se no município de Rio do Sul, pela confluência do rio Itajaí do Sul com rio Itajaí do Oeste. Seus maiores afluentes pela margem esquerda são o rio Itajaí do Norte (na divisa de Lontras e Ibirama), o rio Benedito (em Indaial) e o rio Luís Alves (em Ilhota). No município de Itajaí, pouco antes da foz do Oceano Atlântico - mais precisamente 8 km - o rio Itajaí-Açú recebe as águas do principal afluente pela margem direita: o rio Itajaí-Mirim. Passa, a partir daí, a chamar-se rio Itajaí. O território da bacia divide-se em três grandes compartimentos naturais - o alto, o médio e o baixo vale - em função das suas características geológicas e geomorfológicas. O alto vale compreende toda a área de drenagem à montante da confluência do rio Hercílio com o rio Itajaí-Açu, incluindo ainda as cabeceiras do rio Itajaí. Os limites do Rio Itajai-açu englobam 12 municípios: Nagevantes, Rio do Sul, Lontras, Ibirama, Indaial, Blumenau, Gaspar, Ilhota, Itajai, Apiúna, Ascurra e Rodeio.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 688 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Esperidião Amin

EMENDA

28500003

EMENTA

Implantação da Universidade Federal de Blumenau - FURB

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

INICIATIVA

NOVA - Implantação da Universidade Federal de Blumenau - FURB

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	15/02/2012	30/12/2015	100.000.000	400.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo a implantação da Universidade Federal de Blumenau - FURB no município de Blumenau no Estado de Santa Catarina.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Esperidião Amin

EMENDA

28500010

EMENTA

Implantação da Rodovia SC 100 - Interpraias

PROGRAMA

2076 -

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**747.319.487**	**2.099.531.719**
- Despesas Correntes	374.993.000	1.250.370.167
- Despesas de Capital	372.326.487	849.161.552
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**1.786.056.633**	**7.906.884.042**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	2.533.376.120	**10.006.415.761**
	12.539.791.881	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	50.000.000
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo a contemplação do projeto da Interpraias no Estado de Santa Catarina que tem uma extensão de 138,9km (ligará Passo de Torres a Laguna/SC), com um Investimento total previsto de R$ 200 milhões. A obra está dividida em lotes, com o Lote 1 de Passo de Torres até a SC-485 em Balneário Gaivota, lote 2 de Balneário Gaivota até a SC-449 em Balneário Arroio do Silva, lote 3 de Arroio do Silva até a rodovia SC-444 na localidade de Pedreiras em Içara, lote 4: de Pedreiras - Içara até o Balneário Arroio Corrente em Jaguaruna e lote 5 do Balneário Arroio Corrente em Jaguaruna até a ponta da barra em Laguna.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Esperidião Amin

EMENDA

28500004

EMENTA

Ampliar o sistema ferroviário nacional

PROGRAMA

2072 - Transporte Ferroviário

OBJETIVO

0141 - Ampliar o sistema ferroviário nacional em bitola de maior capacidade, de forma integrada com os demais modos de transportes.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

39000 - Ministério dos Transportes

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Expandir em 4.546 km a malha ferroviária do país	Expandir em 8.946 km a malha ferroviária do país

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Vetor Logístico Sul	4.000	km
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	1.828	km
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1.122	km
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1.041	km
Vetor Logístico Centro-Norte	955	km

Descrição do PL	Descrição Proposta
Realizar estudos de implantação de 8.651 km da malha ferroviária do país	Realizar estudos de implantação de 11.431 km da malha ferroviária do país

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Vetor Logístico Amazônico	2.671	km
Vetor Logístico Centro-Norte	1.176	km
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2.556	km
Vetor Logístico Leste	1.028	km
Vetor Logístico Sul	4.000	km

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo aumentar para a Região Sul: a expansão da quilometragem da malha ferroviária e a realização de estudos de implantação da malha ferroviária visto que a quantidade proposta no Projeto de Lei não supre as necessidades na área do transporte ferroviário da região.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Esperidião Amin

EMENDA

28500005

EMENTA

dequar a capacidade dos eixos rodoviários federais

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais. garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

39000 - Ministério dos Transportes

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Adequar 4.561,6 km de rodovias federais	Adequar 8.198,6 km de rodovias federais

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Vetor Logístico Amazônico	462	km
Vetor Logístico Centro-Norte	126	km
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1.124	km
Vetor Logístico Leste	645	km
Vetor Logístico Nordeste Meridional	919	km
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	920	km
Vetor Logístico Sul	4.000	km

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo aumentar para a Região Sul: a adequação de rodovias federais, visto que a quantidade proposta no Projeto de Lei não supre as necessidades na área rodoviária da região

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Esperidião Amin

EMENDA

28500006

EMENTA

Estruturação de unidades de atenção especializada em saúde

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimoramento a política de atenção básica e a atenção especializada.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

36000 - Ministério da Saúde

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Estruturar 122 unidades de atenção especializada em Saúde até 2015

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo a inclusão de meta para 2012-2015 para estruturação de unidades de atenção especializada em Saúde.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 693 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Esperidião Amin

EMENDA

28500007

EMENTA

Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento

PROGRAMA

2068 - Saneamento Básico

OBJETIVO

0610 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio de implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomeração urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

56000 - Ministério das Cidades

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Beneficiar 30 municípios com a implantação e melhorias de serviços de drenagem	Beneficiar 45 municipios com a implantação e melhorias de serviços de drenagem

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sul	15	projeto

Descrição do PL	Descrição Proposta
Beneficiar 400 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com implantação ou ampliação de sistema de resíduos sólidos urbanos	Beneficiar 500 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com implantação ou ampliação de sistema de resíduos sólidos urbanos

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sul	100	projeto

Descrição do PL	Descrição Proposta
Beneficiar 500 municípios com a implantação de melhorias sanitárias domiciliares	Beneficiar 650 municípios com a implantação de melhorias sanitárias domiciliares

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sul	150	projeto

Descrição do PL	Descrição Proposta
Contratar R$ 12,5 bilhões, por meio de seleções públicas, para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com baixos índices de acesso aos serviços ou tratamento insuficiente	Contratar R$ 14,5 bilhões, por meio de seleções públicas, para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com baixos índices de acesso aos serviços ou tratamento insuficie

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sul	2.000.000.0	R$ (reais)

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo aumentar para a Região Sul: o número de municípios beneficiados que possuem menos que 50 mil habitantes com implantação ou ampliação de sistema de resíduos sólidos urbanos; o número de municípios com a implantação e melhorias de serviços de drenagem; o número de municípios com implantação de melhorias sanitárias domiciliares; encaminhar R$ 2 bilhões por meio de seleções públicas, para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com baixos índices de acesso aos serviços ou tratamento insuficiente e encaminhar R$ 800 milhões com a finalidade de execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com a população abaixo de 50 mil habitantes visto que a quantidade proposta no Projeto de Lei não supre as necessidades na área de saneamento básico.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 694 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Esperidião Amin

EMENDA

28500008

EMENTA

Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural

PROGRAMA

2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

OBJETIVO

0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Apoiar a recuperação de 50.000 Km da malha de estradas vicinais	Apoiar a recuperação de 65.400 Km da malha de estradas vicinais

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sul	20.000	km
Região Sudeste	10.100	km
Região Norte	8.100	km
Região Nordeste	7.100	km
Região Centro-Oeste	20.100	km

Descrição do PL	Descrição Proposta
Adquirir 8.500 patrulhas mecanizadas, mediante parcerias com as prefeituras municipais	Adquirir 10.400 patrulhas mecanizadas, mediante parcerias com as prefeituras municipais

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sul	3.285	unidade
Região Sudeste	2.140	unidade
Região Norte	1.035	unidade
Região Nordeste	1.375	unidade
Região Centro-Oeste	2.565	unidade

Descrição do PL	Descrição Proposta
Apoiar 10.000 Projetos de Desenvolvimento do setor agropecuário	Apoiar 15.400 Projetos de Desenvolvimento do setor agropecuário

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Centro-Oeste	1.600	projeto
Região Nordeste	1.900	projeto
Região Norte	1.600	projeto
Região Sudeste	2.100	projeto
Região Sul	8.200	projeto

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo aumentar para a Região Sul: a aquisição de patrulhas mecanizadas, o número de projetos apoiados e a recuperação da malha de estradas vicinais visto que a quantidade proposto no Projeto de Lei não supre as necessidades do setor agropecuário da Região Sul do Brasil.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Esperidião Amin

EMENDA

28500009

EMENTA

Fortalecer os corredores hidroviários

PROGRAMA

2073 - Transporte Hidroviário

OBJETIVO

0234 - Fortalecer os corredores hideroviários garantindo condições de navegabilidade

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

39000 - Ministério dos Transportes

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Garantir manutenção e melhorias nos corredores hidroviários em 9.785 km	Garantir manutenção e melhorias nos corredores hidroviários em 13.413km

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Vetor Logístico Amazônico	4.634	km
Vetor Logístico Centro-Norte	600	km
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2.708	km
Vetor Logístico Leste	655	km
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1.015	km
Vetor Logístico Sul	4.000	km

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo aumentar para a Região Sul: a manutenção e as melhorias nos corredores hidroviários visto que a quantidade proposta no Projeto de Lei não supre as necessidades na área hidroviária da região.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 696 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Evandro Milhomen

EMENDA

34850001

EMENTA

Cidades - Obras de interligação Urbana da Avenida Norte/Sul em Mcapá-AP

PROGRAMA

2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

OBJETIVO

0578 - Pavimentar e qualificar vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente.

INICIATIVA

NOVA - Obras de interligação Urbana da Avenida Norte/Sul em Mcapá-AP

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/03/2012	31/12/2015	125.000.000	375.000.000

JUSTIFICATIVA

A construção da Avenida Norte/Sul, é uma obra já iniciada e de ação continuada, que visa a beneficiar a população por interligar a zona norte à zona sul, facilitando o acesso dos moradores de diversos bairros da Zona Norte, como Infraero I e II, Brasil Novo, Açaí, Liberdade e outros, com as zonas central e sul, da cidade de Macapá/AP.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 697 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Evandro Milhomen

EMENDA

34850002

EMENTA

Implantação e Modernização de Infraestrutura do Complexo Poliesportivo Zerão em Macapá-AP

PROGRAMA

2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

OBJETIVO

0676 - Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.

INICIATIVA

NOVA - 02I0 - Implantação de Ações de Esporte e Lazer como legado social dos grandes eventos

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
200.000.000	01/03/2012	31/12/2015	50.000.000	150.000.000

JUSTIFICATIVA

O Governo Federal incentiva e apoia o esporte de participação e de lazer, o que possibilita investimentos nas atividades amadoras e nas práticas desportivas, seja nas escolas ou nas comunidades de um modo geral, principalmente aquelas localizadas nas periferias dos grandes centros e nas comunidades mais isoladas do país, inclusive na Amazônia. Considerando os grandes eventos esportivos que o Brasil irá sediar: a Copa do Mundo em 2014, as Olimpíadas e as Paraolimpíadas de 2016, torna-se necessário um maior aporte de investimentos não só na infraestrutura esportiva, mas também na infraestrutura urbana das cidades sedes desses eventos, de modo a beneficiar outros setores de atividades econômicas, como o turismo, a indústria e o comércio. Há uma proposta do Governo do Estado do Amapá, de tornar a cidade de Macapá subsede da Copa de 2014, o que possibilitaria investimentos na capital e no seu principal estádio, o Zerão, transformado em Complexo Poliesportivo, devendo abrigar uma proposta integrada com Centro de Treinamento, Estádio de Futebol, Pista de Atletismo, Piscinas Olímpicas, Ginásio Poliesportivo e obras de urbanização das vias de acesso ao Compexo. O Projeto é para que Macapá seja um dos locais de apoio para treinamento e hospedagem das seleções participantes de jogos a serem sediados em Manaus-AM. Ou, ainda, abrigar a base da Seleção Francesa, em razão da proximidade do Amapá com a Guiana Francesa. As obras do Complexo Poliesportivo do Estádio Zerão foram recentemente retomadas e somam, na fase inicial, investimentos com recursos do Governo do Estado e do Ministério do Esporte. Os recursos disponíveis recuperam parte da atual estrutura do estádio - que se encontra em precárias condições, bem como implanta um novo gramado e uma moderna pista de atletismo, além de inciar o processo de construção de um amplo Complexo Poliesportivo. As obras serão adequadas as normas do Comitê Olímpico Internacional (COI), permitindo a prática de várias modalidades esportivas de alto rendimento, tornando-se um polo de formação de atletas no Norte do país com capacidade para participação das Olimpíadas de 2014.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Fabio Trad

EMENDA: 28360001

EMENTA: DEFESA AGROPECUÁRIA

PROGRAMA: 2028 - Defesa Agropecuária

OBJETIVO: 0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.

INICIATIVA: NOVA - Promoção de Defesa Agropecuária no Estado de Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
400.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

As ações de defesa sanitária animal e vegetal constituem parte fundamental de uma necessária política de Estado, tendo por objetivo assegurar a produção agropecuária, a segurança alimentar e a saúde da população. A história registra que, em diversas partes do mundo e no Brasil, em particular, a agricultura e a pecuária já sofreram grandes perdas, em razão da ocorrência de doenças e do ataque de insetos e outros organismos nocivos. Na atualidade, questões sanitárias constituem aspectos importantíssimos do comércio internacional, podendo constituir barreiras instransponíveis ante a suspeita de contaminação dos produtos por agentes patogênicos. Ainda estão presentes na memória e repercutem negativamente nas finanças do pecuarista brasileiro os embargos aos produtos cárneos provenientes do Brasil, promovidos por vários países importadores, após a irrupção de surtos de febre aftosa no sul País, no ano de 2005. A suspensão do embargo foi difícil e paulatina, mesmo após o reconhecimento, pela Organização Internacional de Saúde Animal (OIE), de vários estados brasileiros como livres da doença, com ou sem vacinação. A manutenção da condição de ¿livres de febre aftosa com vacinação¿, vigente em quatorze estados brasileiros, no Distrito Federal e em alguns municípios de outros estados, depende da execução precisa dos planos da vacinação. Todavia, a liberação tempestiva de recursos orçamentários vem constituindo um grande desafio, a cada exercício financeiro, ameaçando prejudicar a vacinação dos rebanhos contra a febre aftosa e várias outras ações de defesa agropecuária. Esta emenda visa assegurar para os próximos quatro anos, recursos para ações efetivas na defesa sanitária anima e vegetal no estado de Mato Grosso do Sul e no Brasil.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 699 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Fabio Trad

EMENDA

28360002

EMENTA

Implantação e Modernização Agropecuária

PROGRAMA

2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

OBJETIVO

0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.

INICIATIVA

NOVA - Implantação e Modernização da Infraestrutura de Apoio a Produção Agropecuária no Estado de Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
400.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul empreendeu nos últimos anos grande esforço investindo em infraestrutura para minimizar os diversos problemas estruturais da produção. Dentre suas maiores carências, destacam-se as redes de transporte e de energia. Apesar de raros, existem, ainda hoje, alguns municípios de MS que não é possuem acesso por estradas pavimentadas. Este quadro está finalmente ficando para o passado da história, graças aos propósitos firmes do Governo de Estado, que investe forte na pavimentação de várias rodovias. Não obstante os esforços empregados, e em razão da base econômica de Mato Grosso do Sul ser alicerçada no setor agropecuário, necessário se faz a alocação de mais recursos para se evitar alguns gargalos que contribuem para reduzir a rentabilidade da atividade rural. Dentre eles se destaca a questão da trafegabilidade das estradas rurais de produção, comprometida pela péssima qualidade de seus revestimentos e das suas pontes, por onde são escoados mais de 8,0 milhões de toneladas de grãos, em especial soja, algodão, arroz e milho, e as milhares de toneladas de carnes bovina, suína, ovina e de aves produzidas em MS, anualmente. A produção agrícola do Estado é reconhecidamente de alto nível tecnológico, com excelentes produtividades, tendo, entretanto, boa parte dos seus lucros perdida, pelas dificuldades de escoamento devidas às condições da malha viária estadual, principalmente no período chuvoso, comprometendo sua competitividade, pelas altas quotas de perda física e pelos elevados custos do frete. Este rosário de perdas no transporte afeta os custos de produção, desde o custo dos insumos até o dos produtos, refletindo substancialmente na arrecadação dos tributos, com enormes prejuízos sociais. Enfim, o produtor perde, o Estado perde o Brasil perde. Desta feita, é de fundamental que os produtores, municípios e Governo do Estado se unam para solucionar estes problemas que impedem o desenvolvimento do setor agrícola de MS. O associativismo e o cooperativismo entre os produtores rurais é um importante instrumento que contribuirá para a superação destas dificuldades, que em parceria com o Poder Público Municipal e Estadual, otimizarão as capacidades disponíveis e inerentes a estes atores sociais e políticos. Alguns regiões do Estado com disponibilidade e aptidão para o desenvolvimento de atividades agrícolas consideradas nobres são impossibilitadas de expansão destes cultivos por não permitirem a passagem de carretas carregadas de calcário, por exemplo, com 40,0 toneladas de peso, pelo fato das pontes de madeira não suportarem o peso, inviabilizando a produção, por vezes, em milhares de hectares com alto potencial produtivo. Esta ocorrência é bastante comum em nosso Estado. O trabalho de melhoria de pontes e adequação/manutenção de estradas de produção em harmonia e integrado com um trabalho de Microbacias Hidrográficas, indubitavelmente, proporcionará ao agronegócio estadual o salto de qualidade capaz de torná-lo mais competitivo. Algumas medidas que venham contribuir para a modernização da infraestrutura de transporte e logística que darão suporte ao setor produtivo rural, certamente, permitirá uma alavancagem da agricultura sustentável em MS, uma vez que a melhoria da rentabilidade agrícola através da modernização da infraestrutura trará aos produtores rurais uma maior capacidade de investimento na atividade tornando-a mais eficaz e sustentável social, econômica e ambientalmente.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Fabio Trad

EMENDA: 28360003

EMENTA

Recuperação de Áreas Degradadas

PROGRAMA

2042 - Inovações para a Agropecuária

OBJETIVO

0842 - Pesquisar, desenvolver e transferir tecnologias para aumentar a competitividade e a produtividade da agropecuária brasileira, contribuir para a inclusão social dos produtores de base familiar e disseminar práticas ambientalmente sustentáveis, com foco em compromissos como a redução da emissão de carbono, no desenvolvimento sustentável e no uso racional dos recursos naturais.

INICIATIVA

NOVA - Recuperação de Áreas Degradadas no Estado de Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	01/01/2012	31/12/2015	37.500.000	112.500.000

JUSTIFICATIVA

As Mudanças climáticas e as limitações da produção mundial de alimentos constituem duas das maiores preocupações mundiais da atualidade. Neste cenário, o Brasil tem sido colocado como estratégico para a busca e o encaminhamento de soluções. Estas duas questões passam necessariamente pela melhor gestão das áreas convertidas para uso alternativo do solo com atividades agropecuárias, como forma de reduzir as pressões para desmatamento de novas áreas e aumentar a produtividade das áreas já desmatadas. A degradação das pastagens é um dos maiores problemas da pecuária brasileira. Estima-se que 80% dos 50 a 60 milhões de hectares de pastagens cultivadas do Brasil Central, que respondem por 55% da produção de carne nacional, encontram-se em algum estado de degradação. Degradação de pastagens é um processo evolutivo de perda de vigor e produtividade forrageira, sem possibilidade de recuperação natural, que afeta a produção e o desempenho animal e culmina com a degradação do solo e dos recursos naturais. Além da queda da produtividade, a degradação provoca a perda dos solos que, por processos de lixiviação são arrastados para os cursos d¿águas que, assoreados, deixam de cumprir suas funções ambientais mais básicas, gerando novos e diversos danos. Como se não bastasse, para compensar a perda da produtividade, é comum que novas áreas sejam buscadas para incorporação ao processo produtivo, o que leva a novos desmatamentos e novas perdas de biodiversidade. Causada por diversos fatores decorrentes de manejos inadequados, a degradação precisa ser revertida para garantir e melhorar a produtividade, a viabilidade econômica da pecuária e a melhor conservação dos recursos naturais . Mato Grosso do Sul possui cerca de 18 milhões de hectares de pastagens, dos quais 9 milhões estão de alguma forma degradados. É preciso intervir não só de forma preventiva mas, principalmente, de forma corretiva nas áreas com solo descoberto, com presença de erosão laminar, sulcos e voçorocas. A correção dos solos, a construção de terraços em nível, a construção de açudes/bacias para contenção de águas pluviais e dessedentação animal, a contenção de voçorocas, a correção de traçados e forma de caminhos internos e de estradas vicinais, a recuperação da cobertura vegetal e mesmo o isolamento de Áreas de Preservação Permanente, dentre outros, são alguns exemplos de intervenções que, caso adotadas, repercutirão positivamente no combate às causas das mudanças climáticas e da fome mundial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Fabio Trad

EMENDA: 28360004

EMENTA: Sul Fronteira

PROGRAMA

---- - Programa do novo Objetivo

OBJETIVO

NOVO - Adequar as condições de tráfego, fortalecendo a integração da Bacia do Prata e do continente sul-americano

INICIATIVA

NOVA - Apoio à Implantação de Infra-Estrutura Social e Produtiva Complementar em Espaços Sub-Regionais na Faixa de Fronteira - Trecho Ponta Porã/Sete Quedas - No Estado do Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	01/01/2012	31/12/2015	50.000.000	100.000.000

JUSTIFICATIVA

A viabilização desse pleito, que se integra plenamente ao espírito do PAC, principalmente com o PAC das Fronteiras, tem o apoio do Governo, de toda a Bancada Federal e do povo sul-matogrossense e reveste-se de especial urgência, tendo em vista o grave problema de fluxo que já compromete o tráfego naquela área, pois a rodovia em questão consolida a infra-estrutura de transportes de Mato Grosso do Sul e fortalece a integração da Bacia do Prata e do continente sul-americano. Por meio da Sul-Fronteira é feito o escoamento de significativa produção agropecuária do Estado, e a interligação da produção local, baseada na agricultura familiar e na criação de gado, com importante acesso à hidrovia Tietê-Paraná. Desde 2008 a mesma emenda vem sendo apresentada nos OGU´s 2008/2009/2010/2011 - MInistério da Integração Nacional - Funcional-Programática: 15.244.0120.6553.0220 - Apoio à Implantação de Infra-Estrutura Social e Produtiva Complementar em Espaços Sub-Regionais - Trecho Ponta Porã/Sete Quedas - No Estado do Mato Grosso do Sul - Inicialmente Projeto Integração.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 702 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Fabio Trad

EMENDA

28360005

EMENTA

UEMS

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

INICIATIVA

NOVA - Modernização dos Campus da UEMS no Estado de Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
200.000.000	01/01/2012	31/12/2012	50.000.000	150.000.000

JUSTIFICATIVA

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS - tem como missão gerar e disseminar o conhecimento, com vistas ao desenvolvimento das potencialidades humanas, dos aspectos político, econômico e social do Estado e com compromisso democrático de acesso à educação superior e o fortalecimento de outros níveis de ensino, contribuindo, dessa forma, para a consolidação da democracia. A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul criada em 1993 já colocou no mercado até o ano de 2010 9.050 novos profissionais graduados para atender o mercado de trabalho, e vem investindo na qualificação do corpo docente para a criação de cursos de pós-graduação para melhorar ainda mais na qualificação dos profissionais do Estado de Mato Grosso do Sul. Desde a sua implantação vem cumprindo seus objetivos com a interiorização do ensino superior e atendendo alunos com baixa renda monetária, e avança na questão da pesquisa e da extensão ampliando a sua capacidade de captação de recursos externos atendendo a comunidade de Mato Grosso do Sul. A necessidade de novos espaços atendem aos anseios da comunidade interna e das comissões de avaliações externas que colocam a infra-estrutura como um dos requisitos fundamentais no desenvolvimento da UEMS, porém com a priorização na qualificação dos corpo docente para atingir os objetivos de criação de cursos de pós-graduação e na captação de recursos externos a Universidade tem tido dificuldades em investir na construção de espaços novos. Além disso, a expansão da UEMS vem de encontro com as políticas nacionais de educação superior para atender a demanda reprimida na capacitação de recursos humanos ainda defasada no Estado de Mato Grosso do Sul que continua importando profissionais de outros Estados. A necessidade de uma nova estrutura de informática se faz necessária uma vez que com a modernização os alunos e professores necessitam cada vez mais de acesso a informação, hoje disponibilizada na rede de internet. O volume de informações aumenta a cada ano e os equipamentos passam a ficar obsoletos uma vez que não conseguem mais utilizar os softwares modernos e com isso a formação dos alunos e a produção de novos conhecimentos vão ficando mais difíceis. O acesso gratuito a todos os usuários da Universidade se faz necessária caso queiramos possibilitar uma capacitação ampla. Com isso esta mudança atende os anseios da comunidade interna e das comissões de avaliações externas que colocam a informatização como um dos requisitos fundamentais no desenvolvimento da UEMS, porém com a priorização na qualificação dos corpo docente para atingir os objetivos de criação de cursos de pós-graduação e na captação de recursos externos a Universidade tem tido dificuldades em investir neste aspecto. A aquisição de novos livros se faz necessária uma vez que com a crescente produção de novos conhecimentos assim como na rede digital as publicações impressas estão sendo atualizadas muito rapidamente. Muitas obras atuais estão apenas disponíveis no meio impresso e os altos custos ainda tornam este meio inviável aos nossos alunos de baixa renda. A leitura é fundamental na formação de cidadão autônomos e críticos em relação ao meio, mas para isso é necessário disponibilizar o acesso, e para isso é necessário adquirir títulos diversificados e em quantidade suficiente para todos. A modernização, e aquisição de equipamentos são fundamentais na formação dos alunos pois o mercado de trabalho em seu sistema são obrigados a atualizar frente à competição existente no mercado e nosso alunos necessitam aprender e aplicar os conhecimentos adquiridos em equipamentos atualizados para poder competir por uma colocação profissional. É muito comum nas Universidades Públicas o uso de equipamentos que já não são utilizados nas empresas privadas e isso muitas vezes causam um afastamento do que é ensinado em prática na Universidade com a prática nas empresas. Muitos cursos são novos e com os recursos disponíveis não foi possível a aquisição de todos os equipamentos necessários para equipar os laboratórios. Com a implantação dos novos projetos pedagógicos dos cursos orientados pelas diretrizes curriculares nacionais, faz-se presente cada vez mais a necessidade dos alunos vivenciarem na prática os ensinamentos adquiridos em sala de aula, com aulas de campo, visitas

técnicas e didáticas como forma de complemento às atividades de sala de aula. As maiores dificuldades surgem uma vez que com o processo de licitação existem diversos entraves burocráticos que muitas vezes dificultam a contratação de empresas. Com a aquisição de um ônibus pela Universidade poderá ser atendido o deslocamento em curtos trajetos de forma mais ágil sem a insegurança da viagem ser realizada. O Centro de Alfabetização Científica e Tecnológica de Dourados (CEATEC) tem por objetivo aproximar o cidadão, especialmente de áreas marginalizadas, das conquistas realizadas pela Ciência e Tecnologia a partir de uma visão multicultural e histórica, com o fim de permitir às crianças, jovens e adultos uma nova leitura do mundo a partir da apropriação individual desse suporte indispensável para os dias atuais e para construção de uma coletividade mais harmoniosa e com valorização da pessoa humana. Essa leitura do mundo a partir de conceitos Científicos e Tecnológicos tem implicações profundas, pois permite a construção de uma cidadania mais critica em relação ao uso e consumo de bens, serviços, tanto quanto acerca de nossa relação com o meio ambiente e sua sustentabilidade, a importância do aprimoramento profissional e de novas oportunidades que se abrem mediante a aquisição do conhecimento. Finalmente, o Centro reunirá experiências construídas ao longo dos últimos 18 (dezoito) anos através das competências profissionais da UEMS nas áreas de Física, Química, Matemática, Biologia, Pedagogia e Letras, bem como a inserção de futuras contribuições de outras instituições de Ensino Superior de Dourados. Dessa forma, as ações ora apresentadas frente à Proposta de Emenda Parlamentar ao Orçamento da União, tem como principal objetivo a consolidação da UEMS, enquanto instituição geradora e socializadora do conhecimento e fomentadora do avanço científico e tecnológico, em direção ao desenvolvimento da sociedade sul-mato-grossense. Ações a serem financiadas: ¿ Reformas, construção e adequação de espaços físicos relacionados com salas de aula, laboratórios, salas de reuniões e anfiteatros. ¿ Ampliação da infraestrutura de informática, computadores, impressoras e projetores multimídia. ¿ Ampliação modernização do acervo bibliográfico para atender as necessidades dos alunos e professores aos novos conhecimentos disponibilizados através do meio impresso. ¿ Aquisição de equipamentos laboratoriais e outros materiais permanentes para modernizar, e ampliar os equipamentos nos diversos cursos de graduação e pós-graduação, melhorando a qualidade e aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula. ¿ Aquisição de ônibus para o transporte de alunos para a realização de atividades de campo no Estado e participação de congressos e eventos didáticos, científicos e técnicos. ¿ Construção do espaço ¿Casa da Ciência¿ - CENTRO DE ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DE DOURADOS - CEATEC

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 704 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Fabio Trad

EMENDA

28360006

EMENTA

Sul-Fronteira - BANC/INDIVIDUAL

PROGRAMA

2043 - Integração Sul-Americana

OBJETIVO

NOVO - Adequar as condições de tráfego, fortalecendo a integração da Bacia do Prata e do continente sul-americano

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

53000 - Ministério da Integração Nacional

JUSTIFICATIVA

A viabilização desse pleito, que se integra plenamente ao espírito do PAC, principalmente com o PAC das Fronteiras, tem o apoio do Governo, de toda a Bancada Federal e do povo sul-matogrossense e reveste-se de especial urgência, tendo em vista o grave problema de fluxo que já compromete o tráfego naquela área, pois a rodovia em questão consolida a infra-estrutura de transportes de Mato Grosso do Sul e fortalece a integração da Bacia do Prata e do continente sul-americano. Por meio da Sul-Fronteira é feito o escoamento de significativa produção agropecuária do Estado, e a interligação da produção local, baseada na agricultura familiar e na criação de gado, com importante acesso à hidrovia Tietê-Paraná. Desde 2008 a mesma emenda vem sendo apresentada nos OGU´s 2008/2009/2010/2011 - MInistério da Integração Nacional - Funcional-Programática: 15.244.0120.6553.0220 - Apoio à Implantação de Infra-Estrutura Social e Produtiva Complementar em Espaços Sub-Regionais - Trecho Ponta Porã/Sete Quedas - Etapa IV - No Estado do Mato Grosso do Sul - Inicialmente Projeto Integração.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Fátima Bezerra

EMENDA

12550001

EMENTA

1 - Sistema de Trens Urbanos da Região Metropolitana de Natal

PROGRAMA

2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

OBJETIVO

0577 - Dotar as cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol 2014 de sistemas de mobilidade urbana que conectem os polos geradores de viagens do evento, com ênfase no legado e na integração entre aeroportos, estádios, áreas centrais e de hotelaria.

INICIATIVA

NOVA - Sistema de Trens Urbanos da Região Metropolitana de Natal

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
510.000.000	13/03/2012	31/12/2015	10.000.000	500.000.000

JUSTIFICATIVA

A emenda visa a MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO DO SISTEMA FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL, a partir do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Natal, do Plano Diretor de Transportes Metropolitanos e do Plano de Mobilidade Urbana de Natal, que pensa a Região Metropolitana, no sentido de mobilidade e a acessibilidade na cidade, reduzindo tempos de viagem, contaminação ambiental e acidentes. A emenda beneficiará Natal e os municípios da Região Metropolitana , com o Sistema de Trem-Veículo Leve Sobre Trilhos VLT e deve direcionar a ampliação do acesso a serviços sociais públicos de educação, saúde, assistência social e habitação, nos pontos de circulações da cidade, visando o desenvolvimento e a inclusão social. A importância do investimento em transportes de massa, está no fato de ser fundamental para se ter uma base de sustentabilidade urbana e de qualidade de vida da população das áreas em questão, constituindo-se num dos elementos essenciais para a implementação do processo integrado de desenvolvimento social e econômico.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Fátima Bezerra

EMENDA

12550002

EMENTA

3 - Construção do Viaduto na BR 101, em Parnamirim

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0140 - Adequar as interseções das rodovias federais pavimentadas que apresentem travessias fluviais ou cruzamento de vias, de forma a garantir a continuidade do tráfego.

INICIATIVA

NOVA - Construção do Viaduto na BR 101, em Parnamirim

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
510.000.000	13/03/2012	31/12/2015	10.000.000	500.000.000

JUSTIFICATIVA

Recentemente, o censo de 2010, calculado pelo IBGE, aponta um processo acelerado de crescimento populacional na Região Metropolitana de Natal, com em crescimento no período de 2000 a 2010 de 20,12%, com destaque para o município de Parnamirim, que obteve uma elevação 62,37% na sua população, em apenas 10 anos. A emenda para a Construção do Viaduto na BR 101, objetiva o enfrentamento de problemas como segregação espacial, dificuldades de mobilidade e acessibilidade urbana, exclusão de acesso a serviços públicos, deve ser colocado como prioridade na Região Metropolitana de Natal, uma vez que a ausência de uma intervenção de impacto potencializa a deteriorização da qualidade de vida dos cidadãos e contribui para uma redução do crescimento da economia local. O pleito, portanto, não visa soluções pontuais, mas constitui-se num instrumento de planejamento estratégico que se propõe a gerar soluções integradas e estruturantes que buscam combater a exclusão e promover a inclusão social nos municípios da Região Metropolitana de Natal que hoje formam cidades urbanizadas continuadas e que precisão com urgência de uma intervenção pautada no futuro.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 707 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Fátima Bezerra

EMENDA

12550003

EMENTA

4 - Apoiar a Construção de 12 mil Creches e pré-escolas

PROGRAMA

2030 - Educação Básica

OBJETIVO

0596 - Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física. Apoiar a Construção de 12 mil Creches e pré-escolas.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Apoiar a construção de 6 mil creches e pré-escolas	Apoiar a Construção de 12 mil Creches e pré-escolas

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Nacional	12.000	unidade

JUSTIFICATIVA

O ser humano, como todos os seres vivos, nasce, cresce, envelhece e morre. Mas como ser humano a criança, o jovem e o adulto tem a possibilidade de sonhar e mudar o rumo de sua vida, através da educação e do trabalho, nossa emenda abre a possibilidade de mudarmos uma realidade das mulheres do Rio Grande do Norte, transformando o sonho em realidade, construindo uma nova forma de viver a vida, com solidariedade, trabalho e luta. Em recente pesquisa divulgada pelo DIEESE, em pleno século XXI, a mulher trabalhadora, permanece com baixo poder aquisitivo, mesmo com maior escolaridade e acumula as tarefas tradicionais reconhecidas como femininas (cuidar da casa, das crianças, dos idosos e dos doentes), assumindo, assim, uma tripla jornada de trabalho. No Rio Grande do Norte, nos anos de 2001 e de 2009, a participação feminina no mercado de trabalho aumentou de 42,6% para 48,7%, respectivamente. Como ocorreu também a taxa de desocupação, que passou de 8,6% para 12,8%, em igual período. Mais de 1/3 das mulheres do Rio Grande do Norte são responsáveis pela família, muitas vivem na solidão e na pobreza. São as consideradas famílias partidas, conduzidas por mulheres separadas, solteiras ou viúvas que têm filhos, solteiras sem filhos, morando sozinhas... E silenciosamente enfrentando o preconceito social. Nossa emenda objetiva a criação a duplicação das creches e pré-escolas do texto original enviado pelo Poder Executivo e acreditamos que na como um direito e um dever do estado educação e as mulheres tem o direito ao trabalho e vida, porque mais do que direito a educação e ao trabalho, o ser humano tem direito a uma vida digna.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 708 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Fátima Bezerra

EMENDA

12550004

EMENTA

5 -Apoiar a cobertura de 100% das quadras esportivas escolares

PROGRAMA

2030 - Educação Básica

OBJETIVO

0596 - Apoiar a cobertura de 8 mil quadras esportivas escolares.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

26000 - Ministério da Educação

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Apoiar a cobertura de 4000 quadras esportivas escolares	Apoiar a cobertura de 8 mil quadras esportivas escolares.

JUSTIFICATIVA

Quem é nordestino sabe do que estou pleiteando. Fazer esporte no sol de 40°C, em pleno sertão? Acredito investir na educação de qualidade, passa pelo esporte. É construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Não há como construir uma sociedade livre, justa e solidária sem uma educação republicana, pautada pela construção da autonomia, pela inclusão e pelo respeito à diversidade. Só é possível garantir o desenvolvimento nacional se a educação for alçada à condição de eixo estruturante da ação do Estado de forma a potencializar seus efeitos. Reduzir desigualdades sociais e regionais se traduz na equalização das oportunidades de acesso à educação de qualidade. E o esporte faz parte da educação.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 709 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Fátima Bezerra

EMENDA

12550005

EMENTA

6 - Elevar o número de escolas da rede de IF para 570

PROGRAMA

2031 - Educação Profissional e Tecnológica

OBJETIVO

0582 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Elevar o número de escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica para 562	Elevar o número de escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica para 570

JUSTIFICATIVA

No período recente as demandas por mão de obra qualificada vem centralizando o debate sobre as precondições para o desenvolvimento do país, postulando a necessidade de operar com uma força de trabalho capacitada nos termos de uma demanda social e produtiva, diversificada e de caráter universal, que venham a atender as necessidades conjunturais e perspectivas futuras da economia brasileira. Dessa forma, nos coloca os desafios que tem caracterizado a educação profissional, modalidade de educação que trata da preparação para o trabalho e exercício de uma profissão e também como uma estratégia de desenvolvimento econômico e sustentável que se pretende levar adiante no Brasil e consequentemente no Rio Grande do Norte. Isto posto, as instituições federais se viram diante de uma política educacional, que além de investir nas questões formativas apontou para a importância de promover o desenvolvimento local e regional com vistas à melhoria da vida da população. A ampliação da educação profissional passou a atuar integrada ao ideário da educação como direito. Assim, propunha-se que a educação profissional se articulasse com as ações do desenvolvimento territorial sustentável, orientando-as para a formação de cidadãos e cidadãs emancipados. Daí a emenda que apresentamos é de ampliar os Institutos Federais existentes no estado do Rio Grande do Norte, que passaria a dispor de mais 8 Unidades.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Fátima Bezerra

EMENDA

12550006

EMENTA

7 - Implantação de 27 escolas técnicas de cultura

PROGRAMA

2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

OBJETIVO

0780 - Implantação de 27 escolas técnicas de cultura

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

42000 - Ministério da Cultura

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Implantação de 10 escolas técnicas de cultura	Implantação de 27 escolas técnicas de cultura

JUSTIFICATIVA

As construções das unidades dos sistemas educacionais como um sistema nacional e nossa emenda passe a ser que: as 10 escolas técnicas de cultura previstas no Projeto original do Poder Executivo, seja estendida para todos os estados da federação, incluindo o Distrito Federal, porque consideramos que não basta somente educar os novos, é preciso reeducar os que já estão há mais tempo na dinâmica social. Não basta somente capacitar tecnicamente ou profissionalizar um cidadão; é preciso construir com ele novas práticas/iniciativas, desta vez mais conscientes, humanitárias e emancipatórias. A educação deve ser entendida como um ato político voltado para a realidade de todos, haja vista que as realidades não são estáticas. Ao contrário, estão todas no limiar da transformação e a sociedade precisa compreender sua própria dinâmica, sua própria realidade para poder transformá-la. Entendemos que a educação, sozinha, não pode promover as mudanças necessárias, sem ela, tais mudanças são impossíveis. A educação contribui para o exercício pleno da cidadania ampliando o poder de interferência nos rumos do país. Ela agrega valor ao trabalho e à produção e atua na busca do equilíbrio ambiental e acesso aos direitos sociais. É imperativo criar as condições para que alunos de todas as idades aprendam a aprender, aprendam a ser, aprendam a fazer e aprendam a viver juntos, como sugere o debate mundial em pauta sobre a educação para o século XXI. E a cultura vem aliar-se a educação como componente fundamental nessa luta pela vida digna e soberana.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Fátima Bezerra

EMENDA

12550007

EMENTA

8 - Expandir em 40% o total de salas do circuito comercial de cinema nas regiões Norte e Nordeste

PROGRAMA

2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

OBJETIVO

0785 - Expandir em 40% o total de salas do circuito comercial de cinema nas regiões Norte e Nordeste.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

42000 - Ministério da Cultura

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Expandir em 10% o total de salas do circuito comercial de cinema nas regiões Norte e Nordeste	Expandir em 40% o total de salas do circuito comercial de cinema nas regiões Norte e Nordeste.

JUSTIFICATIVA

A importância do cinema na educação, na transmissão do conhecimento e valores é de suma importância na construção de novas práticas sociais. O poder público e a sociedade podem, mas sobretudo devem dialogar mais facilmente; a participação popular pode (e devem) alcançar maiores e melhores resultados, desde que seja garantida a existência e funcionalidade de espaços democráticos na exposição de filmes para jovens e que complementem a formação intelectual e escolar. A emenda que apresentamos visa cumprir uma meta de 10% ao ano, totalizando durante os próximos quatro anos um aumento de salas do circuito comercial de cinema nas regiões Norte e Nordeste de 40%, que representa uma oportunidade de lazer e formação educacional e cultural.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 712 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Fátima Bezerra

EMENDA

12550008

EMENTA

9 - Implantar e induzir a gestão 400 Espaços Mais Cultura

PROGRAMA

2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

OBJETIVO

0787 - Implantar e induzir a gestão 400 Espaços Mais Cultura

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

42000 - Ministério da Cultura

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Implantar e induzir a gestão de 200 Espaços Mais Cultura	Implantar e induzir a gestão 400 Espaços Mais Cultura

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Nacional		

JUSTIFICATIVA

Implantar e induzir a gestão 400 Espaços Mais Cultura.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 713 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Fátima Bezerra

EMENDA

12550009

EMENTA

10 - Implantar e induzir a gestão de 2400 Praças dos Esportes e da Cultura

PROGRAMA

2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

OBJETIVO

0787 - Implantar e induzir a gestão de 2400 Praças dos Esportes e da Cultura em municípios caracterizados pela baixa
presença de equipamentos e pela alta vulnerabilidade social

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

42000 - Ministério da Cultura

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Implantar e induzir a gestão de 800 Praças dos Esportes e da Cultura em municípios caracterizados pela baixa presença de equipamentos e pela alta vulnerabilidade social	Implantar e induzir a gestão de 2400 Praças dos Esportes e da Cultura em municípios caracterizados pela baixa

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Nacional		

JUSTIFICATIVA

Trabalhar a superação dos problemas sociais de populações de baixa renda requer, a partir de uma perspectiva sustentável, um trabalho integrado entre agentes institucionais capazes de colocar em prática ações transformadoras da realidade. Unir poder público, sociedade civil organizada e demais parceiros é o mote de toda iniciativa pública que pretende integrar para desenvolver. Assim, a construção de um Espaço Cultural, com equipamentos e mobiliário adequados ao seu pleno funcionamento, visando contribuir com a qualificação do ambiente social local e com a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social das crianças e adolescentes, se apresenta como um processo de atitudes afirmativas, no sentido de inserir, num contexto mais amplo, todos aqueles grupos ou populações marginalizadas. O trabalho integrado considera importante a articulação entre as áreas estratégicas da educação, da justiça, da cultura, do lazer e do meio ambiente, haja vista a relevância dessas áreas para a valorização da cidadania e da capacidade que a relação entre elas tem de proporcionar uma efetiva inclusão social. Nesse contexto, e consideramos que o direito das crianças e dos adolescentes é um valor consagrado da sociedade que pensa o futuro. Uma sociedade que cuida de suas crianças e adolescentes garante a eles acesso a educação de qualidade, saúde, moradia, lazer e, consequentemente, à vida, deve construir alicerces para a justiça social. Nosso mandato apresenta uma ampliação das metas dos Espaços mais Cultura.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 714 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Fátima Bezerra

EMENDA

12550010

EMENTA

11 - Apoiar 520 pontos projetos sociais de leitura

PROGRAMA

2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

OBJETIVO

0782 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

42000 - Ministério da Cultura

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Apoiar 130 projetos sociais de leitura	Apoiar 520 pontos projetos sociais de leitura

JUSTIFICATIVA

Apoiar 520 pontos projetos sociais de leitura. Nosso mandato pretende ampliar as metas propostas no Objetivo que promova o acesso a leitura, por compreendermos a importância da Leitura na formação escolar. Ler é pensar, viajar, discutir, trocar opiniões, fazer amizades, refletir, posicionar-se, tornar-se consciente e tornar-se cidadão e cidadã. Como Educadora e Presidente da Comissão de Educação da Câmara Federal, venho junto a meus pares apresentar essa emenda e solicitar a colaboração de todos e todas pela sua aprovação, pela educação de qualidade e pela contribuição que o Projeto dará ao combate do analfabetismo funcional.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 715 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Fátima Bezerra

EMENDA

12550011

EMENTA

12 - Apoiar 1.200 bibliotecas comunitárias

PROGRAMA

2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

OBJETIVO

0782 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

42000 - Ministério da Cultura

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Apoiar 400 bibliotecas comunitárias	Apoiar 1.200 bibliotecas comunitárias

JUSTIFICATIVA

Apoiar 1.200 bibliotecas comunitárias. Nosso mandato pretende ampliar as metas propostas no Objetivo que promova o acesso a leitura, por compreendermos a importância da Leitura na formação escolar. Ler é pensar, viajar, discutir, trocar opiniões, fazer amizades, refletir, posicionar-se, tornar-se consciente e tornar-se cidadão e cidadã. Como Educadora e Presidente da Comissão de Educação da Câmara Federal, venho junto a meus pares apresentar essa emenda e solicitar a colaboração de todos e todas pela sua aprovação, pela educação de qualidade e pela contribuição que o Projeto dará ao combate do analfabetismo funcional.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Fátima Bezerra

EMENDA

12550012

EMENTA

13 - Conceder 1.600 bolsas de incentivo à criação, formação, produção, difusão e intercâmbio literário

PROGRAMA

2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

OBJETIVO

0782 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

42000 - Ministério da Cultura

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Conceder 400 bolsas de incentivo à criação, formação, produção, difusão e intercâmbio literário	Conceder 1.600 bolsas de incentivo à criação, formação, produção, difusão e intercâmbio literário

JUSTIFICATIVA

Conceder 1.600 bolsas de incentivo à criação, formação, produção, difusão e intercâmbio literário. Nosso mandato pretende ampliar as metas propostas no Objetivo que promova o acesso a leitura, por compreendermos a importância da Leitura na formação escolar. Ler é pensar, viajar, discutir, trocar opiniões, fazer amizades, refletir, posicionar-se, tornar-se consciente e tornar-se cidadão e cidadã. Como Educadora e Presidente da Comissão de Educação da Câmara Federal, venho junto a meus pares apresentar essa emenda e solicitar a colaboração de todos e todas pela sua aprovação, pela educação de qualidade e pela contribuição que o Projeto dará ao combate do analfabetismo funcional.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 717 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Fátima Bezerra

EMENDA

12550013

EMENTA

14 - Apoio a formação de 48.000 agentes de leitura

PROGRAMA

2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

OBJETIVO

0782 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

42000 - Ministério da Cultura

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Apoio a formação de 12.000 agentes de leitura	Apoio a formação de 48.000 agentes de leitura

JUSTIFICATIVA

Apoio a formação de 48.000 agentes de leitura. Nosso mandato pretende ampliar as metas propostas no Objetivo que promova o acesso a leitura, por compreendermos a importância da Leitura na formação escolar. Ler é pensar, viajar, discutir, trocar opiniões, fazer amizades, refletir, posicionar-se, tornar-se consciente e tornar-se cidadão e cidadã. Como Educadora e Presidente da Comissão de Educação da Câmara Federal, venho junto a meus pares apresentar essa emenda e solicitar a colaboração de todos e todas pela sua aprovação, pela educação de qualidade e pela contribuição que o Projeto dará ao combate do analfabetismo funcional.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Fátima Pelaes

EMENDA: 19070001

EMENTA

Ampliação da Rede Elétrica de Distribuição Urbana em Macapá e Santana.

PROGRAMA

2033 - Energia Elétrica

OBJETIVO

0436 - Ampliar, reforçar e manter os sistemas de distribuição de energia elétrica, incluindo a geração nos sistemas isolados.

INICIATIVA

NOVA - Ampliação da Rede Elétrica de Distribuição Urbana em Macapá e Santana.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
50.000.000	25/09/2012	30/11/2015	12.500.000	37.500.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem a finalidade de Ampliar a Rede Elétrica de Distribuição Urbana em Macapá e Santana, de forma a oferecer melhor qualidade de vida a população dessas regiões. COm certeza vai oferecer melhores condições aos que dependem da energia em lugares onde, atualmente, tem muita carência.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Fátima Pelaes

EMENDA

19070002

EMENTA

Construção do Aeroporto de Macapá.

PROGRAMA

2017 - Aviação Civil

OBJETIVO

0083 - Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.

INICIATIVA

NOVA - Construção do Aeroporto de Macapá.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/09/2012	01/11/2015	125.000.000	375.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem o objetivo da Construção do Aeroporto de Macapá. Esta obra vai beneficiar a população do Amapá, assim como os turistas em geral e profissionais que visitam o nosso Estado, que tem grande potencial turístico. Sendo assim, a referida obra, vai modernizar as dependências do local, melhorando o atendimento ao público em geral, gerando emprego e renda.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Fátima Pelaes

EMENDA

19070003

EMENTA

Construção do Hospital de Emergência de Macapá, no Estado do Amapá.

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

INICIATIVA

NOVA - Construção do Hospital de Emergência de Macapá, no Estado do Amapá.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	25/10/2012	31/12/2015	25.000.000	75.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem o objetivo de Construir o Hospital de Emergência de Macapá, no Estado do Amapá, capital do Estado do Amapá.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Fátima Pelaes

EMENDA

19070004

EMENTA

Construção e Pavimentação da BR 210 - Perimetral Norte, no Estado do Amapá.

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0137 - Promover a expansão da malha rodoviária federal buscando a integração regional e interestadual e o atendimento aos fluxos de transporte de grande relevância econômica.

INICIATIVA

NOVA - Construção e Pavimentação da BR 210 - Perimetral Norte no Estado do Amapá.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/10/2012	01/08/2015	125.000.000	375.000.000

JUSTIFICATIVA

A emenda tem o objetivo de executar a obra de Construção da BR 210 - Perimetral Norte, melhorando o escoamente da produção do Estado, melhorando a vida da população que necessita de usar a Rodovia, causando assim, o desenvolvimento economico do Estado do Amapá.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 722 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Fátima Pelaes

EMENDA

19070005

EMENTA

Modernização do Porto Organizado de Santana.

PROGRAMA

2073 - Transporte Hidroviário

OBJETIVO

0278 - Desenvolver o transporte aquaviário de passageiros e misto (passageiros e cargas) na Região Norte.

INICIATIVA

NOVA - Modernização do Porto Organizado de Santana.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	01/06/2012	01/06/2015	25.000.000	75.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem a finalidade a Modernização do Porto Organizado de Santana, no Estado do Amapá. O Porto de Santana, o maior do Estado, e um dos maiores do País, gera emprego e renda noa região, desenvolve o Estado do Ampá e consequentemente, gera turismo através do volume enorme de navios estrangeiros que desembarcam e embarcam no Porto.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Fátima Pelaes

EMENDA

19070006

EMENTA

Pavimentação da BR 156 - Trecho Sul, no Estado do Amapá.

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0137 - Promover a expansão da malha rodoviária federal buscando a integração regional e interestadual e o atendimento aos fluxos de transporte de grande relevância econômica.

INICIATIVA

NOVA - Pavimentação da BR 156 - Trecho Sul, no Estado do Amapá.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	30/09/2012	01/12/2015	125.000.000	375.000.000

JUSTIFICATIVA

A referida emenda tem por objetivo a Pavimentação da BR 156 - Trecho Sul, no Estado do Amapá, afim de garantir maior segurança para os motoristas e pessoas que a utilizam. Será uma melhora relevante no escoamento da produção, ajudando no desenvolvimento econômico do nosso Estado.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Fátima Pelaes

EMENDA

19070007

EMENTA

Regularização Fundiária no Estado do Amapá.

PROGRAMA

2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

OBJETIVO

0420 - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

INICIATIVA

NOVA - Regularização Fundiária no Estado do Amapá.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
50.000.000	01/09/2012	30/11/2015	12.500.000	37.500.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo a regularização fudiária em todo o Estado do Amapá. O Amapá, em seu pleno desenvolvimento econômico e sustentável, será beneficiado com investimentos em imóveis urbanos e rurais. O processo de regularização fundiária viabiliza e garante as famílias a permanência nas terras, por meio da segurança, jurídica, da posse do imóvel.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Felipe Maia

EMENDA

24480001

EMENTA

Duplicação da BR-304 - Natal - Mossoro

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0129 - Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais, por meio da manutenção das vias e da adequação e recuperação da capacidade estrutural das pontes.

INICIATIVA

NOVA - Duplicação da Rodovia BR304/RN

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
1.500.000.000.000	06/06/2012	06/12/2015	300.000.000	1.200.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por finalidade inserir no PPA 2012/2015 a duplicação da BR 304 em toda sua extensão no Estado do RN. Justifica-se diante das razões que segue: 1) crescimento dos distrios industriais na cidades de Macaíba/RN e Mossoró/RN ambas as margens desta BR 304, que serve como principal rota de escoamento dos produtos ali produzidos; 2) Surgimento do Polo cimenteiro e de cerâmica na região de Mossoró/RN; 3) Ligação direta com o novo aeroporto de São Gonçalo do Amarante/RN, maior aeroporto de cargas da America Latina, já em fase de construção, com previsão de ser concluido em 2013, antes da Copa do Mundo; 4) Implantação das ZPE´s nos municípios de Macaíba/RN e Açú/RN, ambas as margens da mencionada rodovia; 5) Natal/RN, cidade sede da Copa 2014

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 726 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Félix Mendonça Júnior

EMENDA

27420001

EMENTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO NOROESTE DA BAHIA COM SEDE NO MUNICÍPIO DE IRECÊ - BA

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

INICIATIVA

NOVA - Implantação da Universidade Federal do Noroeste da Bahia com sede no Município de Irecê - Ba

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
350.000.000	01/01/2013	29/12/2015		350.000.000

JUSTIFICATIVA

A universidade Federal do Noroeste com sede no Município de Irecê deverá ter extensão para outros municípios, dentre eles, Xique-Xique, Canarana, Lapão, Presidente Dutra e Uibaí. A despeito de sua grande extensão territorial e de sua importância econômica e cultura, o Estado da Bahia dispõe de poucos centros de ensino superior. Essa carência deságua na baixa quantidade de recursos intelectuais empreendidos na pesquisa e desenvolvimento. A região noroeste da Bahia, onde reside significativa parcela do povo baiano, necessita ampliar o atendimento de suas demandas de formação de recursos humanos, indispensáveis para o desenvolvimento sustentável da região e de suas vizinhanças. A criação de uma nova instituição de ensino superior na região noroeste, com sede em Irecê, terá impacto e produzirá benefícios diretos a, pleo menos, vinte e dois municípios da região, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista social e cultural. Em face da relevância dessa proposição e por sua sintonia com a política de interiorização das oportunidades educacionais, tramita na Câmara dos Deputados o PROJETO DE LEI Nº 2050, de 2011, de minha autoria, que dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Noroeste da Bahia com sede no município de Irecê/Ba.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 727 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Flávia Morais

EMENDA

28330001

EMENTA

Implantação, Ampliação e Adequação dos sistemas metroferroviários na região do entorno do DF

PROGRAMA

2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

OBJETIVO

0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

INICIATIVA

NOVA - Implantação, Ampliação e Adequação dos sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
625.430.000	01/02/2012	31/12/2015	185.136.000	440.294.000

JUSTIFICATIVA

Essa emenda atende uma justa e urgente reinvidiação da população residente nos municípios do entorno do DF. A solução apresentada, consubstanciada, neste intrumento, virá ao encontro das necessidades dos trabalhadores de 22 municípios desta região carente de transporte público. A atual matriz de transporte é, além de onerosa, antiga, poluente e desconfortável. Os valores por nós sugeridos é da ordem de R$ 625.430.000,00 (seiscentos e vinte e cinco milhões, quatrocentos e trinta mil reais) a serem aplicados no quadriênio 2012-2015, exatamente a duração do mandato da Presidenta Dilma Roussef. Os estudos preliminares exigidos para este empreendimento indicarão, a necessidade real dos investimentos nessa matriz ferroviária. Queremos uma tarifa justa, um transporte alto sustentável, eficaz, rápido e moderno, que dê dignidade à população deste importante perimetro.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 728 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Flávia Morais

EMENDA

28330007

EMENTA

ACESSIBILIDADE

PROGRAMA

2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**4.000.000**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	4.000.000
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**4.000.000**
	4.000.000	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

A PRESENTE EMENDA VISA ALTERAR A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, AUMENTANDO A DESPESA DE CAPITAL, DO PROGRAMA 2063 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. COM O OBJETIVO DE EXPANDIR E GARANTIR A ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU COM MOBILIDADE REDUZIDA, GARANTINDO A UTILIZAÇÃO DOS AMBIENTES COM SEGURANÇA E AUTONOMIA. E FAZER VALER O DIREITO DE IR E VIM A TODOS. IMPLEMENTAR A ARTICULAÇÃO PARA INCENTIVAR A PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE NA CULTURA, NO ESPORTE E NO LAZER NO MUNICÍPIO DE TRINDADE - GO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Flávia Morais

EMENDA

28330008

EMENTA

Centros de convivência do Idoso

PROGRAMA

2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**5.000.000**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	5.000.000
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**5.000.000**
	5.000.000	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa alterar a dotação orçamentária, aumentando a Despesa de Capital, do Programa 2037 - Fortalecimento dos Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Para contemplar os municípios com a implantação, ampliação, qualificação e manutenção dos serviços e estruturação da Rede de Proteção Social Básica. Construção de Centros de Convivência do Idoso, no Estado de Goiás.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 730 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Flávia Morais

EMENDA

28330009

EMENTA

IMPLANTAÇÃO DE PARQUES

PROGRAMA

2054 - Planejamento Urbano

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**5.000.000**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	5.000.000
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**5.000.000**
	5.000.000	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa alterar a dotação orçamentária, aumentando a Despesa de Capital do Programa 2054 ¿ Planejamento urbano, para o período entre 2013-2015. Com intuito da implantação de parques, áreas verdes em áreas urbanas de preservação permanente. Com o objetivo de promover as funções sociais da cidade por meio de projetos urbanos integrados e planejados, agregando a melhoria de qualidade de vida, a preservação ambiental e a dinamização da economia urbana por meio das atividades de lazer, esporte, cultura e turismo no município de Trindade ¿ GO.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Flávia Morais

EMENDA

28330010

EMENTA

IMPLANTAÇÃO DE PRAÇA DA JUVENTUDE

PROGRAMA

2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**4.000.000**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	4.000.000
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**4.000.000**
	4.000.000	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa alterar a dotação orçamentária, aumentando a Despesa de Capital do Programa 2035 ¿ Esporte e Grandes Eventos Esportivos. Destinado a implantação de espaços de lazer e esporte garantindo políticas de acessibilidade a infraestrutura (Praça da Juventude). Com o objetivo de ampliar o acesso da população ao esporte e ao lazer, promovendo a inclusão social, a qualidade de vida, no município de Trindade ¿ GO.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 732 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Flávia Morais

EMENDA

28330011

EMENTA

IMPLANTAÇÃO DO CAMINHO DO PAI ETERNO

PROGRAMA

2076 - Turismo

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**20.000.000**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	20.000.000
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**20.000.000**
	20.000.000	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa alterar a dotação orçamentária, aumentando a Despesa de Capital, do Programa 2076 ¿ Turismo, para o período entre 2013-2015. Com intuito da adequação da infraestrutura turística pública para o desenvolvimento sustentável do turismo. O objetivo é promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro. O município de Trindade, no estado de Goiás é limítrofe dos municípios de Goiânia, Abadia de Goiás, Campestre de Goiás, Caturaí, Goianira, Guapó, Santa Bárbara de Goiás. Sua população é de 104 506 habitantes, conforme censo 2010 do IBGE. O referido município surgiu da romaria a imagem do Divino Pai Eterno e continua seguindo sua vocação religiosa até hoje, sendo considerada a Capital católica do Estado. A economia local tem como principal atividade o turismo, com a romaria de centenas de milhares de turistas, que por devoção ao Divino Pai Eterno, percorrem a pé o percurso de aproximadamente 18,8 km (entre o município de Goiânia ¿ GO e o Santuário do Divino Pai Eterno, no município de Trindade ¿ GO). Esse trecho percorrido pelos fiéis não possui nenhuma infraestrutura. A proposta é estruturar o referido percurso, denominado como o ¿Caminho do Pai Eterno¿: com um projeto de 14 (quatorze) pontos de apoio contendo infraestrutura física de pavimentação, paisagismo, sanitários, restaurante, posto médico e policial, praças internas, pontos de descanso e uma ciclovia em todo o percurso.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Flávia Morais

EMENDA

28330012

EMENTA

IMPLANTAÇÃO DO CENTRO CULTURAL

PROGRAMA

2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**4.500.000**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	4.500.000
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**4.500.000**
	4.500.000	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa aumentar a dotação orçamentária, da Despesa de Capital, do Programa 2027 ¿ Cultura: Preservação, Promoção e Acesso, para o período entre 2013-2015. Com intuito da promoção do acesso, ampliação, modernização, implantação e indução da gestão e do uso dos ¿Equipamentos e Espaços Mais Cultura e de outros equipamentos e espaços com acesso público para a prática cultural.. O objetivo é implantar, ampliar, modernizar recuperar e articular a gestão e o uso de espaços destinados a atividades culturais, esportivas e de lazer, com ênfase em áreas de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras. A proposta é vincular a referida iniciativa a contrução de um Centro Cultural no município de Trindade ¿ GO. Para promover a economia local, o acesso a cultura e a qualidade de vida da população por meio da opção de lazer.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 734 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Flávia Morais

EMENDA

28330013

EMENTA

IMPLANTAÇÃO DO ESTÁDIO

PROGRAMA

2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**9.000.000**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	9.000.000
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**9.000.000**
	9.000.000	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa alterar a dotação orçamentária de recursos, aumentando a Despesa de Capital, do Programa 2035 ¿ Esporte e Grandes Eventos Esportivos. Destinado a implantação de espaços de lazer e esporte garantindo políticas de acessibilidade a infraestrutura (Construção de Estádio). Com o objetivo de ampliar o acesso da população ao esporte e ao lazer, promovendo a inclusão social, a qualidade de vida. aumentando a diversidade turística, esportiva, de lazer e cultural no município de Trindade ¿ GO.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Flávia Morais

EMENDA

28330014

EMENTA

Resíduos solidos

PROGRAMA

2068 - Saneamento Básico

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**5.000.000**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	5.000.000
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**5.000.000**
	5.000.000	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa alterar a dotação orçamentária, aumentando a Despesa de Capital, do Programa 2068 ¿ Saneamento Básico. Com intuito de garantir a manutenção de sistema de resíduos sólidos urbanos (aterro sanitário) no município de Trindade ¿ GO.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 736 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Flávia Morais

EMENDA

28330002

EMENTA

Altera Meta do Programa 2015

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0714 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

36000 - Ministério da Saúde

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Implantar as academias de saúde, chegando a 4000 academias em 2015	Implantar as academias de saúde, chegando a 6000 academias em 2015

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Municípios com população menor que 50 mil habitantes	2.000	unidade

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa implantar 2000 academias de saúde, em municípios de pequeno porte com até 50 mil habitantes, localizados na Região do Centro-Oeste. Com objetivo de Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Flávia Morais

EMENDA

28330003

EMENTA

Alteração da meta 0260 do programa 2062

PROGRAMA

2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

OBJETIVO

0260 - Estruturar os conselhos tutelares, fomentando condições adequadas de funcionamento e infraestrutura, com foco em áreas de maior vulnerabilidade

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

20121 - Secretaria de Direitos Humanos

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Equipar 100% dos Conselhos Tutelares dos 1.000 municípios com menor IDI e IDH, localizados nas regiões Norte e Nordeste, com sede, computador, telefone e meio de transporte	Equipar 100% dos Conselhos Tutelares dos 1.000 municípios com menos IDI e IDH, localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, com sede, computador, telefone e meio de transporte

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Centro-Oeste	300	unidade

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa atende aos Conselhos Tutelares, em municípios com baixo índice de IDI e IDH, localizados na Região do Centro-Oeste. Com a implantação de sede e aquisição de equipamentos e meio de transporte. A Região Centro-Oeste está na rota internacional do tráfico de seres humanos, principalmente crianças e jovens. Conforme diagnostico da "Pesquisa Nacional sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes- PESTRAF, o Estado de Goiás, e principalmente a região do entorno do Distrito Federal, que é uma área de alta vulnerabilidade, é um dos principais locais de origem da rota do tráfico humano. A estruturação dos conselhos tutelares, com a adequação de funcionamento e infraestrutura, vem como uma poderosa alternativa para erradicar a referida prática, na Região Centro-Oeste.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Flávia Morais

EMENDA

28330004

EMENTA

Altera a meta 0935 do Programa 2016

PROGRAMA

2016 - Políticas para as Mulheres: Enfrentamento à Violência e Autonomia

OBJETIVO

0935 - Promover a gestão transversal da Política Nacional para as Mulheres, por meio da articulação intragovernamental, intergovernamental e do fomento à participação social, garantindo o monitoramento e avaliação das políticas públicas, a produução de estudos e pesquisas e o fortalecimento dos instrumentos e canais de diálogo nacionais e internacionais

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

20122 - Secretaria de Políticas para as Mulheres

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Ampliar em 30% a Cobertura Municipal dos Conselhos de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres	Ampliar em 50% a Cobertura Municipal dos Conselhos de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Nacional	50	%

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa ampliar para 50% a Cobertura Municipal dos Conselhos de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Flávia Morais

EMENDA

28330005

EMENTA

Alteração da Meta 0260 do Programa 2062

PROGRAMA

2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

OBJETIVO

0260 - Estruturar os conselhos tutelares, fomentando condições adequadas de funcionamento e infraestrutura, com foco em áreas de maior vulnerabilidade

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

20121 - Secretaria de Direitos Humanos

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Equipar os Conselhos Tutelares em municípios, com até 50 mil habitantes, com sede, computador, telefone e meio de transporte

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Municípios com população menor que 50 mil habitantes	30	%

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa atende aos Conselhos Tutelares, em municípios de pequeno porte com até 50 mil habitantes, localizados na Região do Centro-Oeste. Com a implantação de sede e aquisição de equipamentos e meio de transporte. A Região Centro-Oeste está na rota internacional do tráfico de seres humanos, principalmente crianças e jovens. Conforme diagnostico da "Pesquisa Nacional sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes- PESTRAF, o Estado de Goiás, é um dos principais pontos de origem da rota internacional do tráfico humano. E que a incidência em pequenos municípios é bem maior, por se tratar de uma área de alta vulnerabilidade. A garantia mínima de infraestrutura e funcionamento dos conselhos tutelares vêm como uma poderosa alternativa para erradicar ou pelo menos dificultar a prática dos aliciadores do Tráfico de Seres Humanos, nos pequenos municípios da Região Centro-Oeste.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 740 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Flávia Morais

EMENDA

28330006

EMENTA

Altera objetivo 0715 do Programa 2015

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

36000 - Ministério da Saúde

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Implantar complexo assistencial de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Centro-Oeste	1	unidade

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa a implantação do complexo assistencial de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia, no Estado de Goiás. Com o objetivo de promover atenção integral à saúde da mulher e da criança.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Flexa Ribeiro

EMENDA

20910001

EMENTA

Adequação BR -155

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - Adequação do Trecho Rodoviário - Trecho Redenção - Marabá - na BR - 155/PA - No Estado do Pará.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	09/03/2012	31/12/2014	10.000.000	490.000.000

JUSTIFICATIVA

A BR - 155 é uma Rodovia Federal que atualmente estende-se pela seção sudeste do Estado do Pará, ligando as Cidades entre Redenção e Marabá, nos quais fazem parte o entroncamento da BR-158 (Redenção) - Rio Maria; Rio Maria - Entroncamento da PA-279 (Xinguara); Xinguara - PA-477; PA-477 - Entroncamento da PA-275 (Eldorado dos Carajás) e Eldorado dos Carajas - Entroncamento da BR-222 (Marabá), totalizando-se 344 Km de extensão. No ano de 2010, a então parte sul da Rodovia Estadual Paulo Fontelles, foi federalizada tornando-se a BR - 155. A PA-150 é considerada a estrada-tronco do Pará, pois esta forma um importante eixo de integração com outras rodovias que interligam o Pará ao restante do Território Nacional.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 742 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Flexa Ribeiro

EMENDA: 20910002

EMENTA: Adequação da BR - 316/PA

PROGRAMA: 2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO: 0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA: NOVA - Adequação de Trecho Rodoviário - Belém (KM 0) - Castanhal - Santa Maria - Cachoeira Pirai - Divisa PA/MA - na BR - 316/PA - No Estado do Pará.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	09/03/2012	31/12/2014	40.000.000	460.000.000

JUSTIFICATIVA

Trata-se de uma Rodovia Federal de extrema importância para economia de Belém, pois é por meio da mesma que ocorre toda a trafegabilidade de mercadorias e passageiros terrestres para a Região Metropolitana de Belém. Portanto, sua inclusão no PPA, justifica-se, como também sua duplicação no Trecho de Castanhal até o entrocamento da PA para o Município de Salinópolis.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Flexa Ribeiro

EMENDA

20910003

EMENTA

Hospital de Castanhal

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

INICIATIVA

NOVA - Estruturação de Unidade de Atenção Especializada em Saúde - Castanhal/PA - No Estado do Pará.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	09/03/2012	31/12/2014	24.000.000	76.000.000

JUSTIFICATIVA

A Construção do Hospital Regional da Região Nordeste do Estado do Pará, vem corrigir uma distorção do atendimento da Saúde da população local, que atualmente concentra seu atendimento através do 3º, 4º e 5º Centros Regionais de Saúde, dos quais nem sempre conseque absorver a demanda do atendimento da população. Esta iniciativa permitirá a inclusão da MAC - média e alta complexidade da Região, reduzindo a necessidade de deslocamento para a cidade de Belém.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 744 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Flexa Ribeiro

EMENDA

20910004

EMENTA

Muro de Arrimo Rio Guamá

PROGRAMA

2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

OBJETIVO

0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

INICIATIVA

NOVA - Construção de Muro de Arrimo do Portal da Amazônia no Município de Belém - No Estado do Pará.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
125.000.000	08/03/2012	31/12/2014	40.000.000	85.000.000

JUSTIFICATIVA

A margem direita do Rio Guamá se situa no trecho do Bairro Juruna até o Bairro Guamá, onde se situa o campus da Universidade Federal do Pará. O Rio Guamá é composto dos Rios Acará, Capim e Moju, além de receber 11 córregos contaminados pelo descarte irregular de dejetos urbanos, já que somente 4,5% da rede domiciliar da Capital paraense está conectada à rede coletora, o que justifica uma vazão de 2.745 mm/ano, acarretando em alagamentos diários aos Bairros de Jurunas até o Bairro de Guamá.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Flexa Ribeiro

EMENDA: 20910005

EMENTA: Parque da Utinga

PROGRAMA: 2018 - Biodiversidade

OBJETIVO: 0510 - Promover a conservação e o uso sustentável de ambientes singulares e de alta relevância para a biodiversidade e garantir a representatividade dos ecossistemas brasileiros por meio da ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de outras áreas protegidas.

INICIATIVA: NOVA - Construção do Parque da Utinga na Região Metropolitana de Belém - No Estado do Pará.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	09/03/2012	31/12/2014	20.000.000	80.000.000

JUSTIFICATIVA

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 746 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Flexa Ribeiro

EMENDA

20910006

EMENTA

Porto Fluvial Intermodal de Marabá

PROGRAMA

2073 - Transporte Hidroviário

OBJETIVO

0798 - Desenvolver rede de instalações portuárias de navegação interior para transporte de carga considerando a integração multimodal.

INICIATIVA

NOVA - Construção do Porto Fluvial Intermodal no Rio Tocantins, no Município de Marabá - No Estado do Pará.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
200.000.000	08/01/2012	31/12/2014	40.000.000	160.000.000

JUSTIFICATIVA

O projeto da Plataforma Logística Intermodal de Transportes de Marabá, será um passo importante da consolidação da Hidrovia do Tocantins, que interligará os Estados de Tocantins, Maranhão e Pará, num futuro próximo. Os investimentos em logística naquela região, que inclui a recuperação e revitalização do Distrito Industrial de Marabá, além da conexão com as eclusas de Tucuruí e com o novo píer do Porto de Vila do Conde, transformando minério de ferro em emprego, geração de renda e qualidade de vida. Competitividade - A liberação dos recursos para a construção do porto de Marabá, vai tornar os produtos paraenses ainda mais competitivos, uma vez que as cargas escoadas por esse modal custam U$ 23 a menos, por tonelada, em relação ao transporte rodoviário. O terminal se viabilizou com a conclusão das eclusas de Tucuruí. O porto será construído à margem esquerda do rio Tocantins, na altura do Km 14 da BR - 230, na área de influência do parque industrial e deverá ocupar uma área estimada de 370 mil m2, incluindo o pátio multimodal que será integrado pela rodovia e no futuro deverá constar de um ramal ferroviário.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 747 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Flexa Ribeiro

EMENDA: 20910007

EMENTA: Rodovia BR - 308

PROGRAMA: 2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO: 0139 - Ampliar a malha rodoviária federal, de forma a promover a ligação entre todos os estados brasileiros, rompendo com o isolamento regional.

INICIATIVA: NOVA - Construção do Trecho Rodoviário - Trecho Viseu - Bragança - na BR - 308/PA - No Estado do Pará.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	09/03/2012	31/12/2014	5.000.000	495.000.000

JUSTIFICATIVA: A implementação da Rodovia cria uma alternativa de redução da trafegabilidade da BR - 316/PA, na Região Metropolitana de Belém, além de beneficiar o desenvolvimento da Região e melhoria na qualidade de vida populacional.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Flexa Ribeiro

EMENDA: 20910008

EMENTA: Rodovia BR-422/PA

PROGRAMA: 2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO: 0139 - Ampliar a malha rodoviária federal, de forma a promover a ligação entre todos os estados brasileiros, rompendo com o isolamento regional.

INICIATIVA: NOVA - Construção do Trecho Rodoviário - Trecho Tucurui - Cametá - na BR - 422/PA - No Estado do Pará.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	09/03/2012	31/12/2014	40.000.000	460.000.000

JUSTIFICATIVA: Permitir uma nova rota para o tráfego rodoviário entre os Estados de Tocantins e Mata Grosso, utilizando a PA - 150, com a integração da alça viária com a BR - 316/PA, além de interligar as BRs: 230/PA, 155/PA e 158/PA.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Flexa Ribeiro

EMENDA

20910009

EMENTA

Rodovia Independência

PROGRAMA

2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

OBJETIVO

0840 - Estruturar e adensar Arranjos Produtivos Locais e cadeias produtivas em múltiplas escalas, com vistas ao desenvolvimento sustentável, à competitividade e à superação das desigualdades regionais e da pobreza extrema, por meio da dinamização econômica e da inclusão produtiva.

INICIATIVA

NOVA - Construção do Trecho Rodoviário da Rodovia Independência, com viaduto de interligação da Rodovia Independência com a BR-316/PA, na Região Metropolitana de Belém - No Estado do Pará.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
200.000.000	08/01/2012	31/12/2014	87.000.000	113.000.000

JUSTIFICATIVA

A execução da obra rodoviária estadual tem como objetivo a integração de modais de transportes aéreos através do Aeroporto Internacional de Belém ¿ Van de Cans, fluviais através dos portos de Belém, Barcarena e Vila do Conde e terrestres através da rodovia Federal Br-316/PA ¿ Federal e a interligação com a Alça Viária ¿ PA-150.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 750 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Flexa Ribeiro

EMENDA

20910010

EMENTA

Hidrovia Araguaia - Tocantis

PROGRAMA

2073 - Transporte Hidroviário

OBJETIVO

0234 - Fortalecer os corredores hidroviários garantindo condições de navegabilidade.

INICIATIVA

NOVA - Implantação do Sistema Hidroviário Araguaia-Tocantins

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
110.000.000	01/03/2012	31/12/2014	30.000.000	80.000.000

JUSTIFICATIVA

A extensão do complexo hidrográfico Araguaia-Tocantins é um dos maiores do mundo: a Hidrovia do Tocantins, pertencente ao corredor Centro-Norte se divide em dois tramos: o primeiro, de Peixe/TO a Marabá/PA, com 1.021 km de extensão, e o segundo, de Marabá/PA à foz do Tocantins, com 494 km. A Hidrovia do Araguaia, situada na região Centro-Oeste corta o o planalto central no sentido norte-sul, esta via com seus 1.254 km de Baliza/GO a Conceição do Araguaia/PA, se apresenta com um imenso potencial para o escoamento da produção de grãos e os mais diverso tipos de produtos do Mato Grosso, Goiás, Pará e Tocantins. Os rios Araguai e Tocantis apresentam potencial de corredor hidrográfico de alta importância para a economia da região, contudo a sua utilização está aquem da sua potencialidade, podendo tornar-se canias perenes de navegação após o EIA-RIMA. A política pública governamental já prevê o uso do complexo hidrográfico da região com a construção das usina hidrelétricas e implantação de eclusa, o que favorece e possibilita a navegabilidade dos rios. A hidrovia conectada a outros modais de transportes como ferrovias e rodovias podem perfeitamente mudar o panorama positivamente da economia nacional minimizando os custos da produção local.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 751 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Francisco Araújo

EMENDA

29330001

EMENTA

EMENDA INDIVIDUAL - PPA 2012-2015 - OBJETIVO - PRESTADORES DE SERVIÇOS TURÍSTICO

PROGRAMA

2076 - Turismo

OBJETIVO

0737 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Descrição do PL	Descrição Proposta
Cadastrar 33.852 prestadores de serviços turístico	

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Norte	2.536	unidade
Região Sudeste	13.615	unidade
Região Centro-Oeste		
Região Nordeste		
Região Sul		

Descrição do PL	Descrição Proposta
Classificar 4.000 empreendimentos turísticos	

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Centro-Oeste	990	unidade
Região Nordeste	946	unidade
Região Norte	627	unidade
Região Sudeste		
Região Sul		

JUSTIFICATIVA

O Brasil, a partir da sua diversidade, apresenta um dos maiores potenciais turísticos do mundo, despertando o interesse dos visitantes e de empreendedores nacionais e internacionais. Observa-se uma tendência mundial de crescimento significativo da procura por destinos turísticos com apelos pela preservação e conservação da natureza. A Região Norte tem especial vocação no eco-turismo, por abrigar a maior parte da Floresta Amazônica ¿ tendo em seu pacote sua vasta flora, fauna, corredeiras, contatos com comunidades tradicionais e trilhas; abrange ainda os maiores rios do mundo, em especial o rio Amazonas, que chega a alcançar cinqüenta quilômetros de largura durante o período chuvoso. O ecoturismo praticado no Brasil, em muitos casos, no entanto, é uma atividade desordenada, impulsionada, pela oportunidade mercadológica, comprometendo os recursos existentes. Os conceitos de desenvolvimento turístico sustentável e ecoturismo são bem claros quanto à necessidade de preservação das áreas naturais e benefícios às comunidades receptivas. O Brasil já investe em ações que fortaleçam o ecoturismo na Região Norte que devem ter continuidade até que se consiga equilibrar a atuação dos empreendimentos turísticos no uso dos recursos naturais da região. Nesse sentido, o cadastro destes prestadores de serviços, e a classificação destes se torna um primeiro passo para se ter um controle da atuação dos mesmos e tirá-los da informalidade junto ao Ministério do Turismo, podendo este investir em infra-estrutura e capacitação como estratégia de promoção da sustentabilidade, elevação da qualidade e nivelamento das oportunidades para uma melhor relação de competitividade destes empreendimentos. Diante do exposto, justificam-se os remanejamentos propostos.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 752 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Francisco Dornelles

EMENDA

23750001

EMENTA

Emenda de alteração da Iniciativa 01HR - Desen. Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 ton.(Projeto KC-X).

PROGRAMA

2058 - Política Nacional de Defesa

OBJETIVO

0463 - Promover o desenvolvimento e capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial nacional, visando a ampliação da capacidade de defesa aérea.

INICIATIVA

01HR - Acréscimo ao valor previsto no PPA-2012/2015 de R$1.225.386.000,00.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA
4.253.386.000	29/06/2009	29/06/2016

JUSTIFICATIVA

A proposição em tela tem por objetivo possibilitar o desenvolvimento e industrialização de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 toneladas (Projeto KC-X), denominado KC-390, em parceria com a EMBRAER, para substituição, a partir de 2016, das aeronaves Lockheed C-130H/Hércules da FAB, que executam as missões de Transporte Aéreo Logístico, SAR (busca e salvamento), reabastecimento em voo, evacuação médica e ressuprimento aéreo, por meio do complemento de R$ 1.225.386.000,00 (um bilhão, duzentos e vinte e cinco milhões, trezentos e oitenta e seis mil reais) à dotação de R$ 3.028.000.000,00 (três bilhões, vinte e oito milhões de reais), constante no Projeto de Lei do Plano Plurianual 2012-2015 para o Programa 2058/Iniciativa 01HR ¿ Desenvolvimento do Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 toneladas (Projeto KC-X), totalizando R$ 4.253.386.000,00 (quatro bilhões, duzentos e cinquenta e três milhões, trezentos e oitenta e seis mil reais). Desde o início do desenvolvimento do projeto, a EMBRAER S.A. buscou empresas que concordassem em fornecer as partes da aeronave que ela, EMBRAER S.A., não produz, tais como motores e aviônicos, sem custos durante a fase de desenvolvimento. Tais despesas seriam amortizadas na produção das primeiras 120 (cento e vinte) aeronaves de série. Todavia, o contrato com a EMBRAER prevê que, se não fossem encontradas empresas dispostas a assumir o risco do projeto sem repassar os custos das citadas partes, esses custos seriam repassados ao COMAER, como representante do Governo Federal, pela celebração de um instrumento contratual específico para tais despesas. Ocorre que, em função da evolução do cenário internacional, ficou evidente, ao final dos processos de procura por empresas, que os fornecedores dos principais sistemas não puderam acolher os custos de desenvolvimento e fornecimento dos conjuntos de componentes para os protótipos, razão pela qual foi celebrado um segundo contrato para a aquisição dos citados equipamentos e sistemas, cuja publicação encontra-se no Diário Oficial da União nº 169, de 1º de setembro de 2011, devidamente autorizado pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Defesa, que deu conhecimento à Exma. Sra. Presidente da República, conforme ofício nº 8049/MD, de 19 de julho de 2011. Cabe ressaltar que não houve tempo hábil para a inclusão do citado valor adicional referente aos motores e aviônica no presente PLPPA/2012-2015 pelo fato de, com a posição dos fornecedores, terem sido iniciados os processos de busca de orçamentos e negociação de valores ¿a posteriori¿, que resultou nos custos finais ora especificados. São consequências do não atendimento ao pleito: a impossibilidade de definição da Especificação Técnica Preliminar, base para as revisões de projeto e início da industrialização; atraso no cronograma de voo e ensaios do protótipo; atraso na opção da contratação da produção; atraso na entrada em serviço da aeronave de série e prejuízos operacionais para a FAB pela impossibilidade de provimento tempestivo de tais equipamentos, tendo em vista a desativação das aeronaves C-130/Hércules em serviço por mais de 45 anos; e a perda de ¿janela¿ de mercado internacional, com a consequente extinção dos benefícios previstos com o desenvolvimento do avião, uma vez que o cenário internacional atual é favorável à comercialização desse tipo de aeronave pela indústria nacional. Ainda, na existência de um atraso de pagamento, além do período definido no cronograma físico-financeiro, para cada etapa do contrato, a União ficará sujeita ao pagamento de encargos moratórios a partir do 31º dia após a data de apresentação da nota fiscal até a data do efetivo pagamento. Os encargos moratórios serão calculados proporcionalmente aos dias decorridos. Ressalta-se que, por ocasião da elaboração do PPA 2012-2015, a Ação 123B ¿ Desenvolvimento do Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 toneladas (Projeto KC-X) passou a ter o código 01HR (Iniciativa) gerado automaticamente pelo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 753 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Francisco Praciano

EMENDA

24170001

EMENTA

Individual - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística

PROGRAMA

2076 - Turismo

OBJETIVO

0738 - Estruturar, qualificar e promover os destinos turísticos brasileiros para os megaeventos esportivos.

INICIATIVA

NOVA - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	400.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo incluir no PPA para 2012-2015 a iniciativa Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística, e visa desenvolver ações como implantação, ampliação ou recuperação de infraestrutura urbana em municípios turísticos; construção, ampliação ou reforma de: aeroportos, heliportos, marinas, píer, atracadouros e terminais marítimos, fluviais, rodoviários e ferroviários; acampamentos turísticos públicos; centros de eventos (convenções, lazer, exposições, feiras, etc.); praças públicas; parques de exposições; parques públicos ecológicos, de lazer, de estâncias climáticas, hidrominerais e termais, terminais de turismo social e de lazer; casas e centros de cultura e museus; centro de comercialização de produtos artesanais e de outros produtos associados ao turismo; pórticos e portais de cidades; centros e quiosques de informações turísticas e de apoio ao turista, dentre outros projetos de infraestrutura turística, pois a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016 no país funcionam como uma grande vitrine do Brasil no exterior, se fazendo necessária a promoção de uma verdadeira revolução da imagem brasileira como destino turístico internacional.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 754 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Francisco Praciano

EMENDA

24170002

EMENTA

Individual - Construção e Manutenção de Estradas Vicinais

PROGRAMA

2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

OBJETIVO

0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.

INICIATIVA

NOVA - Construção e Manutenção de Estradas Vicinais

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
200.000.000	01/01/2012	31/12/2015	50.000.000	150.000.000

JUSTIFICATIVA

A agricultura familiar tem crescido muito nos últimos anos no Brasil. Pórém a falta de infraestrutura tem sido a maior causa de perda de produção no campo. Incluir a Iniciativa Construção e Manutenção de Estradas Vicinais é de fundamental importância para escoar a produção dos assentamentos rurais.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Francisco Praciano

EMENDA

24170003

EMENTA

Individual - Rede de Serviços de Atendimento às Mulheres em situação de Violência

PROGRAMA

2016 - Políticas para as Mulheres: Enfrentamento à Violência e Autonomia

OBJETIVO

0935 - Promover a gestão transversal da Política Nacional para as Mulheres, por meio da articulação intragovernamental, intergovernamental e do fomento à participação social, garantindo o monitoramento e avaliação das políticas públicas, a produção de estudos e pesquisas e o fortalecimento dos instrumentos e canais de diálogo nacionais e internacionais.

INICIATIVA

NOVA - Ampliação e Consolidação da Rede de Serviços de Atendimento às Mulheres em situação de Violência

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
350.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	250.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo incluir no PPA para 2012-2015 a iniciativa Ampliação e Consolidação da Rede de Serviços de Atendimento às Mulheres em situação de Violência, e visa o fortalecimento da rede de atendimento por meio da capacitação de profissionais; de ações e campanhas educativas de prevenção e combate à violência contra as mulheres, assim como de assistência às mulheres em situação de violência, conforme normas e instrumentos internacionais de direitos humanos e legislação nacional.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 756 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Francisco Praciano

EMENDA

24170004

EMENTA

Garantir o Acesso à Água para populações Rurais no Estado do Amazonas

PROGRAMA

2069 - Segurança Alimentar e Nutricional

OBJETIVO

0614 - Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.

INICIATIVA

02E5 - Incluir no PPA para 2012 - 2015 R$ 10.000.000,00 para Região Norte

JUSTIFICATIVA

Na Amazônia, a água é um dos componentes principais da paisagem, da vida e das características da região, Entretanto, apesar da abundância de água da região, a qualidade dos ecossistemas aquáticos vem se constituindo em grave problema ambiental devido à falta de infra-estrutura sanitária básica, que, aliado às cheias cíclicas, secas, destruição das reservas ecológicas, poluição do ambiente aquático por despejos domésticos, industriais e resíduos sólidos, diminuem a qualidade de vida da população do estado do Amazonas. Nesse sentido, a presente emenda objetiva garantir às populações ribeirinhas do estado do Amazonas o acesso à água potável em todos os meses do ano, de maneira que possamos garantir a sua subsistência, através de construção de cisternas ou poços artesianos que armazenem as águas de chuvas abundantes na região.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Francisco Praciano

EMENDA

24170005

EMENTA

Apoio as ações da Controladoria-Geral da União

PROGRAMA

2101 - AÇÃO 2D58 - FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS - CUSTEIO

Tipo: Gestão e Manutenção

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**38.500.000**	**131.500.000**
- Despesas Correntes	38.500.000	131.500.000
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	38.500.000	**131.500.000**
	170.000.000	

JUSTIFICATIVA

Essa emenda propõe a recomposição do orçamento da Controladoria-Geral da União (CGU) em R$170 milhões nos próximos 4 anos, de modo a evitar riscos de enfraquecimento do controle interno e das ações de prevenção e combate da corrupção em curso no país. A Controladoria Geral da União tem evoluído drasticamente seu papel institucional, que compreende o controle interno da Administração Pública Federal, o desenvolvimento de ações de prevenção da Corrupção, de Correição e Coordenação do sistema de ouvidoria no âmbito do Poder Executivo Federal. Sua atuação é reconhecida pela sociedade como crucial nas ações de Prevenção e Combate da Corrupção no Brasil, bem como suas iniciativas inovadoras no campo da transparência, controle social e de produção de informações estratégicas tem adquirido destaque internacional. A CGU é também órgão de coordenação da implementação das convenções internacionais de combate da corrupção da OCDE, OEA e ONU. A Controladoria passou a protagonizar iniciativas internacionais de transparência como o Open Governament Partnership (OGP) e a exercer papel de órgão estruturante da nova Lei de acesso à informação, com novas atribuições permanentes relacionadas a esse novo regramento, que modifica substancialmente as relações do cidadão com o serviço público. Apesar de atuar em todos 5.564 os municípios brasileiros onde a aplicação de recursos federais, dessas diversas e complexas atribuições que assumiu e da constante inovação, a CGU teve seu orçamento reduzido em cerca de 30% de 2011 para 2012, o que seguramente prejudica sua perspectiva de desempenho e inovação contínua. Diante desse cenário, urge promover a recomposição orçamentária da CGU ao patamar mínimo para condução de suas atribuições de modo a evitar os prejuízos à qualidade e abrangência das fiscalizações realizadas pela Controladoria e das demais atribuições, bem como à positiva imagem do País no cenário internacional em relação ao comprometimento com o combate e prevenção da corrupção.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 758 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Gabriel Guimarães

EMENDA

27600001

EMENTA

Construção de 3 Pontes sobre o rio São Francisco - No Estado de Minas Gerais

PROGRAMA

2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

OBJETIVO

0790 - Criar e aperfeiçoar instrumentos econômicos e financeiros com vistas à promoção do desenvolvimento regional sustentável.

INICIATIVA

NOVA - Construção de Pontes sobre o rio São Francisco - No Estado de Minas Gerais

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
600.000.000	01/10/2012	31/12/2015	20.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa construir 3 pontes entre estes importantes Municípios Mineiros: Município de São Francisco e Pintópolis, Município de Manga e Matias Cardoso e Município de Itacarambi e Jaíba. A população destes município vem sofrendo históricamente pois dependem de balsas para atravessar entre um município e outro. Isso dificulta o transporte, o desenvolvimento econômico, dada a dificuldade de se chegar até esses destinos. Esse clamor dessa população precisa urgentemente ser atendido, para se promover o desenvolvimento regional e social.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:35
Página: 759 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Gabriel Guimarães

EMENDA

27600002

EMENTA

Construção do Campus de Governador Valadares da Universidade Federal de Juiz de Fora

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

INICIATIVA

NOVA - Construção do Campus de Governador Valadares da Universidade Federal de Juiz de Fora

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	01/03/2012	31/12/2014	50.000.000	100.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa promover adequadamente de infraestrutura física o Campus de Governador Valadares, da Universidade Federal de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais. O campus será implantado, através do plano de expansão da educação superior do Governo Federal, e até a construção do prédio próprio, funcionará em prédio cedido pela Prefeitura Municipal de Governador Valadares, que para melhora na qualidade do curso e com a possibilidade de crescimento em numero de cursos e alunos, será necessária uma estrutura mais adequada. Já existe um terreno de propriedade da Universidade para construção do referido campus. Com as novas instalações, serão abertos novos cursos, com a ampliação do número de alunos, promovendo o desenvolvimento humano da região, com profissionais capacidados para o mercado de trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Geraldo Resende

EMENDA

14450001

EMENTA

Sul Fronteira - BANC/INDIVIDUAL

PROGRAMA

---- - Programa do novo Objetivo

OBJETIVO

NOVO - Adequar as condições de tráfego, fortalecendo a integração da Bacia do Prata e do continente sul-americano

INICIATIVA

NOVA - Apoio à Implantação de Infra-Estrutura Social e Produtiva Complementar em Espaços Sub-Regionais na Faixa de Fronteira - Trecho Ponta Porã/Sete Quedas - No Estado do Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	01/01/2012	31/12/2015	50.000.000	100.000.000

JUSTIFICATIVA

A viabilização desse pleito, que se integra plenamente ao espírito do PAC, principalmente com o PAC das Fronteiras, tem o apoio do Governo, de toda a Bancada Federal e do povo sul-matogrossense e reveste-se de especial urgência, tendo em vista o grave problema de fluxo que já compromete o tráfego naquela área, pois a rodovia em questão consolida a infra-estrutura de transportes de Mato Grosso do Sul e fortalece a integração da Bacia do Prata e do continente sul-americano. Por meio da Sul-Fronteira é feito o escoamento de significativa produção agropecuária do Estado, e a interligação da produção local, baseada na agricultura familiar e na criação de gado, com importante acesso à hidrovia Tietê-Paraná. Desde 2008 a mesma emenda vem sendo apresentada nos OGU´s 2008/2009/2010/2011 - MInistério da Integração Nacional - Funcional-Programática: 15.244.0120.6553.0220 - Apoio à Implantação de Infra-Estrutura Social e Produtiva Complementar em Espaços Sub-Regionais - Trecho Ponta Porã/Sete Quedas - No Estado do Mato Grosso do Sul - Inicialmente Projeto Integração.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Geraldo Resende

EMENDA

14450002

EMENTA

UEMS - BANC/INDIVIDUAL

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

INICIATIVA

NOVA - Modernização dos Campus da UEMS no Estado de Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
200.000.000	01/01/2012	31/12/2012	50.000.000	150.000.000

JUSTIFICATIVA

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS - tem como missão gerar e disseminar o conhecimento, com vistas ao desenvolvimento das potencialidades humanas, dos aspectos político, econômico e social do Estado e com compromisso democrático de acesso à educação superior e o fortalecimento de outros níveis de ensino, contribuindo, dessa forma, para a consolidação da democracia. A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul criada em 1993 já colocou no mercado até o ano de 2010 9.050 novos profissionais graduados para atender o mercado de trabalho, e vem investindo na qualificação do corpo docente para a criação de cursos de pós-graduação para melhorar ainda mais na qualificação dos profissionais do Estado de Mato Grosso do Sul. Desde a sua implantação vem cumprindo seus objetivos com a interiorização do ensino superior e atendendo alunos com baixa renda monetária, e avança na questão da pesquisa e da extensão ampliando a sua capacidade de captação de recursos externos atendendo a comunidade de Mato Grosso do Sul. A necessidade de novos espaços atendem aos anseios da comunidade interna e das comissões de avaliações externas que colocam a infra-estrutura como um dos requisitos fundamentais no desenvolvimento da UEMS, porém com a priorização na qualificação dos corpo docente para atingir os objetivos de criação de cursos de pós-graduação e na captação de recursos externos a Universidade tem tido dificuldades em investir na construção de espaços novos. Além disso, a expansão da UEMS vem de encontro com as políticas nacionais de educação superior para atender a demanda reprimida na capacitação de recursos humanos ainda defasada no Estado de Mato Grosso do Sul que continua importando profissionais de outros Estados. A necessidade de uma nova estrutura de informática se faz necessária uma vez que com a modernização os alunos e professores necessitam cada vez mais de acesso a informação, hoje disponibilizada na rede de internet. O volume de informações aumenta a cada ano e os equipamentos passam a ficar obsoletos uma vez que não conseguem mais utilizar os softwares modernos e com isso a formação dos alunos e a produção de novos conhecimentos vão ficando mais difíceis. O acesso gratuito a todos os usuários da Universidade se faz necessária caso queiramos possibilitar uma capacitação ampla. Com isso esta mudança atende os anseios da comunidade interna e das comissões de avaliações externas que colocam a informatização como um dos requisitos fundamentais no desenvolvimento da UEMS, porém com a priorização na qualificação dos corpo docente para atingir os objetivos de criação de cursos de pós-graduação e na captação de recursos externos a Universidade tem tido dificuldades em investir neste aspecto. A aquisição de novos livros se faz necessária uma vez que com a crescente produção de novos conhecimentos assim como na rede digital as publicações impressas estão sendo atualizadas muito rapidamente. Muitas obras atuais estão apenas disponíveis no meio impresso e os altos custos ainda tornam este meio inviável aos nossos alunos de baixa renda. A leitura é fundamental na formação de cidadão autônomos e críticos em relação ao meio, mas para isso é necessário disponibilizar o acesso, e para isso é necessário adquirir títulos diversificados e em quantidade suficiente para todos. A modernização, e aquisição de equipamentos são fundamentais na formação dos alunos pois o mercado de trabalho em seu sistema são obrigados a atualizar frente à competição existente no mercado e nosso alunos necessitam aprender e aplicar os conhecimentos adquiridos em equipamentos atualizados para poder competir por uma colocação profissional. É muito comum nas Universidades Públicas o uso de equipamentos que já não são utilizados nas empresas privadas e isso muitas vezes causam um afastamento do que é ensinado em prática na Universidade com a prática nas empresas. Muitos cursos são novos e com os recursos disponíveis não foi possível a aquisição de todos os equipamentos necessários para equipar os laboratórios. Com a implantação dos novos projetos pedagógicos dos cursos orientados pelas diretrizes curriculares nacionais, faz-se presente cada vez mais a necessidade dos alunos vivenciarem na prática os ensinamentos adquiridos em sala de aula, com aulas de campo, visitas

técnicas e didáticas como forma de complemento às atividades de sala de aula. As maiores dificuldades surgem uma vez que com o processo de licitação existem diversos entraves burocráticos que muitas vezes dificultam a contratação de empresas. Com a aquisição de um ônibus pela Universidade poderá ser atendido o deslocamento em curtos trajetos de forma mais ágil sem a insegurança da viagem ser realizada. O Centro de Alfabetização Científica e Tecnológica de Dourados (CEATEC) tem por objetivo aproximar o cidadão, especialmente de áreas marginalizadas, das conquistas realizadas pela Ciência e Tecnologia a partir de uma visão multicultural e histórica, com o fim de permitir às crianças, jovens e adultos uma nova leitura do mundo a partir da apropriação individual desse suporte indispensável para os dias atuais e para construção de uma coletividade mais harmoniosa e com valorização da pessoa humana. Essa leitura do mundo a partir de conceitos Científicos e Tecnológicos tem implicações profundas, pois permite a construção de uma cidadania mais critica em relação ao uso e consumo de bens, serviços, tanto quanto acerca de nossa relação com o meio ambiente e sua sustentabilidade, a importância do aprimoramento profissional e de novas oportunidades que se abrem mediante a aquisição do conhecimento. Finalmente, o Centro reunirá experiências construídas ao longo dos últimos 18 (dezoito) anos através das competências profissionais da UEMS nas áreas de Física, Química, Matemática, Biologia, Pedagogia e Letras, bem como a inserção de futuras contribuições de outras instituições de Ensino Superior de Dourados. Dessa forma, as ações ora apresentadas frente à Proposta de Emenda Parlamentar ao Orçamento da União, tem como principal objetivo a consolidação da UEMS, enquanto instituição geradora e socializadora do conhecimento e fomentadora do avanço científico e tecnológico, em direção ao desenvolvimento da sociedade sul-mato-grossense. Ações a serem financiadas: ¿ Reformas, construção e adequação de espaços físicos relacionados com salas de aula, laboratórios, salas de reuniões e anfiteatros. ¿ Ampliação da infraestrutura de informática, computadores, impressoras e projetores multimídia. ¿ Ampliação modernização do acervo bibliográfico para atender as necessidades dos alunos e professores aos novos conhecimentos disponibilizados através do meio impresso. ¿ Aquisição de equipamentos laboratoriais e outros materiais permanentes para modernizar, e ampliar os equipamentos nos diversos cursos de graduação e pós-graduação, melhorando a qualidade e aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula. ¿ Aquisição de ônibus para o transporte de alunos para a realização de atividades de campo no Estado e participação de congressos e eventos didáticos, científicos e técnicos. ¿ Construção do espaço ¿Casa da Ciência¿ - CENTRO DE ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DE DOURADOS - CEATEC

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 763 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Geraldo Resende

EMENDA

14450003

EMENTA

Aeroporto de CGR - BANC/INDIVIDUAL

PROGRAMA

2017 - Aviação Civil

OBJETIVO

0083 - Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.

INICIATIVA

NOVA - Adequação da Infra-Estrutura Aeroportuária e Sistema de Pistas do Aeroporto Internacional de Campo Grande

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/01/2012	31/12/2015	200.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

O aeroporto Internacional de Campo Grande concentra a demanda de 100% dos vôos comerciais para o Estado. Suas condições físicas são, sob o ponto de vista para o atendimento da grande demanda, precários. Com visível falta de estrutura, o aeroporto conta com apenas uma esteira para bagagens, o que por várias vezes já causou transtornos aos usuários sul-mato-grossenses e turistas que buscam o Estado, especialmente, os pontos turísticos do Pantanal, Bonito e Serra da Bodoquena. A presente emenda então, se justifica pela inegável necessidade de ampliação do aeroporto Internacional de Campo Grande. Por outro lado, nota-se que no PPA2012-2015, o Estado de Mato Grosso do Sul, sobretudo no que diz respeito aos projetos de grande vulto do Governo Federal não foi contemplado dentro de iniciativas que o Governo do Estado, bem como a Bancada Federal, de maneira unânime, entendem como primordial para garantir condições de vida melhor para a população , especialmente no que diz respeito à garantia de desenvolvimento econômico e social.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 764 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Geraldo Resende

EMENDA

14450004

EMENTA

BR163 - BANCADA

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - Adequação da Rodovia BR 163/MS

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
1.200.000.000	01/01/2011	31/12/2015	300.000.000	900.000.000

JUSTIFICATIVA

A BR-163 corta todo o Estado do Mato Grosso do Sul e faz a ligação entre o Norte do País até o Porto de Santos, em São Paulo. O trecho conhecido como o mais perigoso reúne em 200 quilômetros de extensão as cidades de Pedro Gomes, Coxim e Rio Verde, no Norte do Estado. Vai de Mundo Novo a Sonora. A Rodovia leva o nome de Rodovia da Morte. Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais e garantir condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego. A BR-163 é uma Rodovia Longitudinal do Brasil. Ao todo, tem 1780 km de extensão, sendo que só no Mato Grosso do Sul são 845,3 km. É a espinha dorsal do sistema rodoviário sul-mato-grossense cortando o Estado de Norte a Sul, sendo o principal corredor de exportação da produção agropecuária do Estado, atendendo ainda aos demais estados da Região Centro-Oeste. Cabe ressaltar que a BR-163 é a rodovia que dá acesso também ao Norte do país, sendo de vital importância para a economia, vez que contribui para que a produção dos Estados cortados pela rodovia possam atingir os portos dos estados do Paraná e Santa Catarina. Os investimentos realizados no contorno rodoviário de Campo Grande visam possibilitar a retirada dos veículos pesados do perímetro urbano e reduzir o desgaste do pavimento das vias que dão acesso às rodovias que demandam para Corumbá, Porto Murtinho e fronteiras do Brasil com o Paraguai e Bolívia. A restauração e duplicação da BR-163 na travessia de Dourados tem proporcionado mais conforto e segurança aos usuários da rodovia, atendendo aos anseios da população da cidade e seu entorno. Porém os investimentos ainda não foram suficientes para assegurar toda a adequação necessária. Tendo em vista que a obra de Construção do Anel Rodoviário da BR-262, no município de Corumbá, foi finalizada com os recursos já transferidos, é dispensável o aporte dos recursos previstos no PLOA/2011, justificando o pedido de remanejamento para a BR-163, ainda carente de investimentos.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Geraldo Resende

EMENDA

14450005

EMENTA

DEFESA AGROPECUÁRIA - BANC/INDIVIDUAL

PROGRAMA

2028 - Defesa Agropecuária

OBJETIVO

0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.

INICIATIVA

NOVA - Promoção de Defesa Agropecuária no Estado de Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
400.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

As ações de defesa sanitária animal e vegetal constituem parte fundamental de uma necessária política de Estado, tendo por objetivo assegurar a produção agropecuária, a segurança alimentar e a saúde da população. A história registra que, em diversas partes do mundo e no Brasil, em particular, a agricultura e a pecuária já sofreram grandes perdas, em razão da ocorrência de doenças e do ataque de insetos e outros organismos nocivos. Na atualidade, questões sanitárias constituem aspectos importantíssimos do comércio internacional, podendo constituir barreiras instransponíveis ante a suspeita de contaminação dos produtos por agentes patogênicos. Ainda estão presentes na memória e repercutem negativamente nas finanças do pecuarista brasileiro os embargos aos produtos cárneos provenientes do Brasil, promovidos por vários países importadores, após a irrupção de surtos de febre aftosa no sul País, no ano de 2005. A suspensão do embargo foi difícil e paulatina, mesmo após o reconhecimento, pela Organização Internacional de Saúde Animal (OIE), de vários estados brasileiros como livres da doença, com ou sem vacinação. A manutenção da condição de ¿livres de febre aftosa com vacinação¿, vigente em quatorze estados brasileiros, no Distrito Federal e em alguns municípios de outros estados, depende da execução precisa dos planos da vacinação. Todavia, a liberação tempestiva de recursos orçamentários vem constituindo um grande desafio, a cada exercício financeiro, ameaçando prejudicar a vacinação dos rebanhos contra a febre aftosa e várias outras ações de defesa agropecuária. Esta emenda visa assegurar para os próximos quatro anos, recursos para ações efetivas na defesa sanitária anima e vegetal no estado de Mato Grosso do Sul e no Brasil.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Geraldo Resende

EMENDA: 14450006

EMENTA: Ferroeste - BANCADA

PROGRAMA: 2072 - Transporte Ferroviário

OBJETIVO: 0141 - Ampliar o sistema ferroviário nacional em bitola de maior capacidade, de forma integrada com os demais modos de transportes.

INICIATIVA: NOVA - Construção de Ferrovia - EF 484 - Ferroeste - (00C4)

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2.500.000.000	01/01/2012	31/12/2015	500.000.000	2.000.000.000

JUSTIFICATIVA

A Ferrovia Ferroeste encontra-se inserida no PLPPA 2012/2015, no Programa 2072 - Objetivo 0141 e Iniciativa 00C4 - Anexo I; porém não aparece no Anexo III, no qual o Custo da obra / Data de início e término são indicados, desta forma, fez-se necessário a apresentação da emenda como INICIATIVA NOVA ao invês de Iniciativa existente, para que a janela de custos e datas ficasse disponível para inserção de valores. Esta ferrovia faz a ligação de Estados importantes produtores de grãos - Paraná e Mato Grosso do Sul, além do Rio Grande do Sul e São Paulo. Ajudará no transporte e escoamento da produção pois fará a junção da ferrovia com a Hidrovia Tietê-Paraná, isso servirá para desafogar o tráfego intenso da BR 163, principal rota de pesados caminhões de carga. Vale ressaltar, que esta ferrovia se transformará no principal tronco de escoamento para exportação com acesso ao Porto de Paranaguá/PR. A construção desta ferrovia vem sendo pleiteada em conjunto entre os Governos do Estado de Mato Grosso do Sul e Paraná. Estudos de viabilidade e projetos executivos já estão em andamento. Importante lembrar, que a mesma emenda foi apresentada perante a Comissão durante a tramitação do PPA vigente 2008/2011 e obteve sua aprovação por unanimadade, motivo pelo qual, apelo aos meus pares pela coerência na aprovação desta emenda.A construção da Ferroeste se insere plenamente nos objetivos do Governo e também está prevista no PNV - Plano Nacional de Viação. A importância do projeto é tão evidente que foram anunciados estudos visando re-inclusão no PAC. - Principais cargas transportadas são: soja em grão, farelo de soja, óleo de soja, milho, cimento, adubos, fertilizantes, trigo e cargas frigoríficas. A expansão da Ferroeste é estratégica para a região Sul, para o Centro-Oeste, para o Brasil e para a América do Sul. Os atuais trilhos, entre Guarapuava e Cascavel, com 248 km de extensão, serão multiplicados. Por cinco. O desafio está à altura do Paraná e do Brasil e será vencido com um projeto audacioso. A Ferroeste vai construir 1.200 km de estrada de ferro interligando três Estados: Paraná, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. O papel estratégico da Ferroeste, porém, é bem maior. As novas linhas serão fundamentais na integração da América do Sul. A chegada dos trilhos a Foz do Iguaçu e ao Paraguai permitirá a consolidação do sonhado corredor ferroviário bioceânico que unirá os portos paranaenses e chilenos, especialmente Paranaguá e Antofagasta. Um novo porto público de águas profundas, aliás, será construído pelo Governo do Paraná, na Ponta do Poço, município de Pontal do Paraná. O Porto do Mercosul, como está sendo chamado, integrará o complexo portuário do Porto de Paranaguá, terá capacidade para receber grandes navios e vai operar, sobretudo, com contêineres. A Ferroeste não está só nesta empreitada. Múltiplos agentes, públicos e privados, cooperam para viabilizar a obra. Governos e sociedade civil. O projeto mobiliza importantes setores econômicos e políticos da sociedade. Os primeiros a se alinharem foram os governos do Paraná, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, no âmbito do Codesul ¿ Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul. Com a união da Região Sul o projeto conquistou o apoio do Governo Federal, através da Casa Civil, do Ministério do Planejamento, Ministério dos Transportes e Ministério das Relações Exteriores, e foi incluído no PAC ¿ Programa de Aceleração do Crescimento. Além disso, em 2008, uma aliança suprapartidária no Congresso Nacional abriu as portas do orçamento da União para o projeto da Ferroeste. O apoio à expansão da ferrovia paranaense é geral, porque o Brasil precisa reduzir os custos de transporte. A indústria, o comércio e o setor de serviços querem a ampliação da ferrovia. As cooperativas, o agronegócio, os exportadores, os pequenos e médios produtores e os trabalhadores apóiam a construção dos novos ramais. Os municípios das regiões que serão atendidas pelo projeto estão mobilizados. Os órgãos e entidades ambientais manifestam sua adesão, porque o trem é um meio de transporte de menor custo ecológico. O projeto também encontrou acolhida em organismos internacionais como a Associação Latino-Americana de Ferrovias (Alaf) e Fórum Consultivo de Cidades e Regiões do Mercosul. Estudos realizados, em conjunto, pela Ferroeste e Petrobrás Transportes S/A ¿ Transpetro demonstram que a expansão da ferrovia ao Mato Grosso do Sul e ao Porto de Paranaguá é fundamental para a competitividade da logística da exportação do etanol brasileiro. O mesmo vale para o transporte dos derivados de petróleo desde a Refinaria de Araucária até o Oeste do Paraná,

Mato Grosso do Sul e Paraguai. A expansão da Ferroeste, em suma, é irreversível. O Ministério dos Transportes já aprovou o essencial do projeto e os estudos técnicos, econômicos e ambientais do Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento (Lactec) demonstram a viabilidade da construção dos novos ramais. A Ferroeste já está em linha com o futuro. A capacidade de transporte da companhia, atualmente, chega a 5 milhões de toneladas ao ano. A demanda anual em toda a área de influência da empresa (Paraná, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Paraguai), no entanto, é estimada em 20 milhões de toneladas ao ano. Apenas o Estado do Paraná tem capacidade potencial de movimentar até 12 milhões de toneladas/ano. O ramal que sairá de Cascavel até Guaíra, com 170 km, às margens do Rio Paraná, na divisa com o Mato Grosso do Sul, no município de Mundo Novo seguirá a Maracaju, passando por Dourados, num percurso de mais 270 km. Para isso, será construída uma ponte ferroviária que vai unir Guaíra a Mundo Novo sobre o Rio Paraná. Para viabilizar este projeto os governos do Paraná, do Mato Grosso do Sul e o Governo Federal criaram a Comissão para a Consolidação do Projeto da Ferroeste.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 768 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Geraldo Resende

EMENDA

14450007

EMENTA

Implantação e Modernização Agropecuária - BANC/INDIVIDUAL/COM JUSTIFICATIVA

PROGRAMA

2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

OBJETIVO

0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.

INICIATIVA

NOVA - Implantação e Modernização da Infraestrutura de Apoio a Produção Agropecuária no Estado de Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
400.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul empreendeu nos últimos anos grande esforço investindo em infraestrutura para minimizar os diversos problemas estruturais da produção. Dentre suas maiores carências, destacam-se as redes de transporte e de energia. Apesar de raros, existem, ainda hoje, alguns municípios de MS que não é possuem acesso por estradas pavimentadas. Este quadro está finalmente ficando para o passado da história, graças aos propósitos firmes do Governo de Estado, que investe forte na pavimentação de várias rodovias. Não obstante os esforços empregados, e em razão da base econômica de Mato Grosso do Sul ser alicerçada no setor agropecuário, necessário se faz a alocação de mais recursos para se evitar alguns gargalos que contribuem para reduzir a rentabilidade da atividade rural. Dentre eles se destaca a questão da trafegabilidade das estradas rurais de produção, comprometida pela péssima qualidade de seus revestimentos e das suas pontes, por onde são escoados mais de 8,0 milhões de toneladas de grãos, em especial soja, algodão, arroz e milho, e as milhares de toneladas de carnes bovina, suína, ovina e de aves produzidas em MS, anualmente. A produção agrícola do Estado é reconhecidamente de alto nível tecnológico, com excelentes produtividades, tendo, entretanto, boa parte dos seus lucros perdida, pelas dificuldades de escoamento devidas às condições da malha viária estadual, principalmente no período chuvoso, comprometendo sua competitividade, pelas altas quotas de perda física e pelos elevados custos do frete. Este rosário de perdas no transporte afeta os custos de produção, desde o custo dos insumos até o dos produtos, refletindo substancialmente na arrecadação dos tributos, com enormes prejuízos sociais. Enfim, o produtor perde, o Estado perde o Brasil perde. Desta feita, é de fundamental que os produtores, municípios e Governo do Estado se unam para solucionar estes problemas que impedem o desenvolvimento do setor agrícola de MS. O associativismo e o cooperativismo entre os produtores rurais é um importante instrumento que contribuirá para a superação destas dificuldades, que em parceria com o Poder Público Municipal e Estadual, otimizarão as capacidades disponíveis e inerentes a estes atores sociais e políticos. Alguns regiões do Estado com disponibilidade e aptidão para o desenvolvimento de atividades agrícolas consideradas nobres são impossibilitadas de expansão destes cultivos por não permitirem a passagem de carretas carregadas de calcário, por exemplo, com 40,0 toneladas de peso, pelo fato das pontes de madeira não suportarem o peso, inviabilizando a produção, por vezes, em milhares de hectares com alto potencial produtivo. Esta ocorrência é bastante comum em nosso Estado. O trabalho de melhoria de pontes e adequação/manutenção de estradas de produção em harmonia e integrado com um trabalho de Microbacias Hidrográficas, indubitavelmente, proporcionará ao agronegócio estadual o salto de qualidade capaz de torná-lo mais competitivo. Algumas medidas que venham contribuir para a modernização da infraestrutura de transporte e logística que darão suporte ao setor produtivo rural, certamente, permitirá uma alavancagem da agricultura sustentável em MS, uma vez que a melhoria da rentabilidade agrícola através da modernização da infraestrutura trará aos produtores rurais uma maior capacidade de investimento na atividade tornando-a mais eficaz e sustentável social, econômica e ambientalmente.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Geraldo Resende

EMENDA: 14450008

EMENTA

Projetos integrados de reabilitação urbana em Municípios do Mato Grosso do Sul - BANCADA

PROGRAMA

2054 - Planejamento Urbano

OBJETIVO

0321 - Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados.

INICIATIVA

NOVA - Projetos integrados de reabilitação urbana em Municípios do Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
300.000.000	01/01/2012	31/12/2015	80.000.000	220.000.000

JUSTIFICATIVA

Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados. Desenvolvimento de projetos de parques e áreas verdes de domínio público ou projetos urbanos em áreas de preservação permanente (APP) ou áreas urbanas de valor histórico, paisagístico e cultural em municípios pertencentes aos Grupos 1 e 2 do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e em municípios que possuam áreas de expansão urbana e/ou de mananciais, bem como áreas de preservação permanente (APP's) ameaçadas de ocupação irregular Desenvolvimento de projetos integrados de reabilitação urbana que promovam o desenvolvimento social e econômico em municípios que integrem o Grupo 1 do PAC, possuam conjunto ou sítios históricos protegidos no âmbito do Patrimônio Cultural, estejam em área de influência de empreendimentos com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional ou estejam localizados em costas marítimas ou fluviais Implementação de ações de ordenamento territorial em municípios da orla marítima e municípios da orla de rios

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Geraldo Resende

EMENDA: 14450009

EMENTA

Recuperação de Áreas Degradadas - BANC/INDIVIDUAL

PROGRAMA

2042 - Inovações para a Agropecuária

OBJETIVO

0842 - Pesquisar, desenvolver e transferir tecnologias para aumentar a competitividade e a produtividade da agropecuária brasileira, contribuir para a inclusão social dos produtores de base familiar e disseminar práticas ambientalmente sustentáveis, com foco em compromissos como a redução da emissão de carbono, no desenvolvimento sustentável e no uso racional dos recursos naturais.

INICIATIVA

NOVA - Recuperação de Áreas Degradadas no Estado de Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	01/01/2012	31/12/2015	37.500.000	112.500.000

JUSTIFICATIVA

As Mudanças climáticas e as limitações da produção mundial de alimentos constituem duas das maiores preocupações mundiais da atualidade. Neste cenário, o Brasil tem sido colocado como estratégico para a busca e o encaminhamento de soluções. Estas duas questões passam necessariamente pela melhor gestão das áreas convertidas para uso alternativo do solo com atividades agropecuárias, como forma de reduzir as pressões para desmatamento de novas áreas e aumentar a produtividade das áreas já desmatadas. A degradação das pastagens é um dos maiores problemas da pecuária brasileira. Estima-se que 80% dos 50 a 60 milhões de hectares de pastagens cultivadas do Brasil Central, que respondem por 55% da produção de carne nacional, encontram-se em algum estado de degradação. Degradação de pastagens é um processo evolutivo de perda de vigor e produtividade forrageira, sem possibilidade de recuperação natural, que afeta a produção e o desempenho animal e culmina com a degradação do solo e dos recursos naturais. Além da queda da produtividade, a degradação provoca a perda dos solos que, por processos de lixiviação são arrastados para os cursos dáguas que, assoreados, deixam de cumprir suas funções ambientais mais básicas, gerando novos e diversos danos. Como se não bastasse, para compensar a perda da produtividade, é comum que novas áreas sejam buscadas para incorporação ao processo produtivo, o que leva a novos desmatamentos e novas perdas de biodiversidade. Causada por diversos fatores decorrentes de manejos inadequados, a degradação precisa ser revertida para garantir e melhorar a produtividade, a viabilidade econômica da pecuária e a melhor conservação dos recursos naturais . Mato Grosso do Sul possui cerca de 18 milhões de hectares de pastagens, dos quais 9 milhões estão de alguma forma degradados. É preciso intervir não só de forma preventiva mas, principalmente, de forma corretiva nas áreas com solo descoberto, com presença de erosão laminar, sulcos e voçorocas. A correção dos solos, a construção de terraços em nível, a construção de açudes/bacias para contenção de águas pluviais e dessedentação animal, a contenção de voçorocas, a correção de traçados e forma de caminhos internos e de estradas vicinais, a recuperação da cobertura vegetal e mesmo o isolamento de Áreas de Preservação Permanente, dentre outros, são alguns exemplos de intervenções que, caso adotadas, repercutirão positivamente no combate às causas das mudanças climáticas e da fome mundial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Geraldo Resende

EMENDA: 14450010

EMENTA: SAÚDE - BANCADA

PROGRAMA: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO: 0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

INICIATIVA: NOVA - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Baixa, Média e Alta Complexidade - No estado de Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
400.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

Mato Grosso do Sul foi o primeiro estado brasileiro onde 100% dos municípios aderiram ao Pacto pela Saúde. O Termo de Compromisso de Gestão norteou nos últimos 04 anos as ações de saúde pública no estado. Em 2011, iniciou-se a 2ª gestão do governo atual que traz como diretriz central o fortalecimento regional. No final de 2010 começou o diagnóstico da situação de saúde que foi realizado por uma equipe multidisciplinar e multisetorial nas 11 microrregiões de saúde do estado. Este diagnóstico apontou para a necessidade de organização dos serviços de saúde em redes regionais de atenção, assim em fevereiro de 2011 teve início a construção dos Planos Diretores de Atenção à Saúde na macrorregião de Dourados, atualmente estamos na de Três Lagoas e em abril de 2012 em Campo Grande, assim teremos as 03 macrorregiões do estado com Plano Diretor de Assistência, tendo as mesmas, 5 eixos: fortalecimento da atenção básica, atuação e integração em redes, inserção dos serviços nos respectivos territórios em especial os hospitais, fortalecimento da gestão regional e local e fortalecimento do controle social. Isto veio de encontro aos movimentos nacionais de saúde, no que diz respeito ao decreto federal 7.508 de junho de 2011 e, principalmente, à definição das redes prioritárias de atenção em saúde: Materno-infantil; urgência/emergência; atenção psicossocial; atenção às doenças crônico-degenerativas e as infecto-contagiosas. Os desafios atuais estão em colocar em prática os encaminhamentos resultantes dos debates descritos acima, conseguindo estruturar e qualificar as redes de serviços básicos, ambulatoriais especializados e hospitalares, tendo assim resolutividade e qualidade na atenção, através do fortalecimento regional dos serviços.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Geraldo Resende

EMENDA: 14450011

EMENTA: Travessia Dourados

PROGRAMA: 2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO: 0136 - Ordenar o tráfego rodoviário de passagem nos trechos de perímetro urbano que possuam nível de serviço inadequado ou alto índice de acidentes, por meio de intervenções nas rodovias federais.

INICIATIVA: 00B4 - Adequação de Travessia Urbana - No município de Dourados - na BR-153 - No Estado de Mato Grosso do Sul

JUSTIFICATIVA

A BR-163/MS corta o Estado do Mato Grosso do Sul de norte a sul sendo o seu principal corredor de exportação para atingir os Portos dos Estados do Paraná e Santa Catarina. A conclusão da ponte sobre o Rio Paraná em Guairá, tornou a rota de exportação via BR-163/MS mais atrativa promovendo significativo aumento no volume de tráfego da rodovia. O incremento de tráfego gerou sérios problemas na travessia da BR-163/MS pela cidade de Dourados, causando transtornos para os usuários da rodovia e o trânsito urbano. A restauração e duplicação da BR-163/MS na Travessia Urbana de Dourados foi iniciada em 1995 e concluída no ano de 2010 devido a atuação do Governo Federal que não mediu esforços para incluir a obra no PAC e aportar os recursos necessários para o seu término. Os benefícios deste empreendimento foram grandes entretanto a demora na execução do projeto, mais de 15 anos, prejudicou o resultado final da obra que não contemplou todas as atuais necessidades. A inclusão dessa obra no PPA 2012-2015 representa a continuidade das ações que visam a melhoria do tráfego na rodovia.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 773 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Geraldo Resende

EMENDA

14450012

EMENTA

INDIVIDUAL - Sul-Fronteira

PROGRAMA

2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

OBJETIVO

NOVO - Adequar as condições de tráfego, fortalecendo a integração nacional

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

53000 - Ministério da Integração Nacional

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Fortalecer a integração do continente sul-americanopropiciando o escoamento da produção agropecuária

JUSTIFICATIVA

A viabilização desse pleito, que se integra plenamente ao espírito do PAC, principalmente com o PAC das Fronteiras, tem o apoio do Governo, de toda a Bancada Federal e do povo sul-matogrossense e reveste-se de especial urgência, tendo em vista o grave problema de fluxo que já compromete o tráfego naquela área, pois a rodovia em questão consolida a infra-estrutura de transportes de Mato Grosso do Sul e fortalece a integração da Bacia do Prata e do continente sul-americano. Por meio da Sul-Fronteira é feito o escoamento de significativa produção agropecuária do Estado, e a interligação da produção local, baseada na agricultura familiar e na criação de gado, com importante acesso à hidrovia Tietê-Paraná. Desde 2008 a mesma emenda vem sendo apresentada nos OGU´s 2008/2009/2010/2011 - MInistério da Integração Nacional - Funcional-Programática: 15.244.0120.6553.0220 - Apoio à Implantação de Infra-Estrutura Social e Produtiva Complementar em Espaços Sub-Regionais - Trecho Ponta Porã/Sete Quedas - Etapa IV - No Estado do Mato Grosso do Sul - Inicialmente Projeto Integração. A obra vem sendo executada e tem importância primordial para o desenvolvimento econômico da região, includive se encaixando perfeitamente no desenvolvimento regional, além de auxiliar na chegada de turistas e na corrente de comércio entre o Brasil e outros países.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 774 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Geraldo Simões

EMENDA

35570001

EMENTA

Estimular a agroindustria da economia familiar regional.

PROGRAMA

2012 - Agricultura Familiar

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**32.232.994.660**	**13.529.420.530**
- Despesas Correntes	31.645.694.367	11.583.972.501
- Despesas de Capital	587.300.293	1.945.448.029
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**17.500.000.000**	**59.000.000.000**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	49.732.994.660	**72.529.420.530**
	122.262.415.190	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Construçao de unidade de produção para agroindustria da agricultura familiar com o objetivo agregar valor à produção regional, melhorando as condições de vida da população rural.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Geraldo Simões

EMENDA

35570002

EMENTA

Fomento a atividades de desenvolvimento sustentável com base na agrobiodiversidade.

PROGRAMA

2018 - Biodiversidade

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**230.532.301**	**776.850.752**
- Despesas Correntes	195.071.333	720.068.172
- Despesas de Capital	35.460.968	56.782.580
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	230.532.301	**776.850.752**
	1.007.383.053	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Ações de estímulo do uso produtivo da agrobiodiversidade, para possibilitar o desenvolvimento sustentável, garantindo produção e preservação ambiental.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 776 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Geraldo Simões

EMENDA

35570003

EMENTA

Implantar unidade terapêutica temporária.

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema ùnico de Saúde (SUS)

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**68.003.357.227**	**249.047.116.050**
- Despesas Correntes	64.945.183.097	239.905.755.288
- Despesas de Capital	3.058.174.130	9.141.360.762
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	68.003.357.227	**249.047.116.050**
	317.050.473.277	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Implantação de unidades terapêuticas para fazer frente à expansão do uso do crack no país, possibilitando o tratamento adequado aos usuários, atendendo adequadamente às vítimas desta enfermidade social que ameaça transformar-se em epidemia.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 777 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Geraldo Simões

EMENDA

35570004

EMENTA

Obras de adquação de profundidade nos portos do vetor Logístico Nordeste Meridional

PROGRAMA

2074 - Transporte Marítimo

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**415.690.000**	**1.894.467.447**
- Despesas Correntes	136.090.000	298.958.864
- Despesas de Capital	279.600.000	1.595.508.583
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**1.070.245.704**	**1.676.074.917**
Outras Fontes	**1.257.305.000**	**2.448.000.000**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	2.743.240.704	**6.018.542.364**
	8.761.783.068	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Emenda destinada a assegurar as condições adequadas de profundidade aos portos marítimos do Vetor Logístico Nordeste Meridional, particularmente da Bahia e do Porto de Ilhéus, para garantir as condições de operação e evitar estrangulamentos derivados da demanda provocada pelo crescimento econômico.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Gilmar Machado

EMENDA: 35900001

EMENTA

Anel Rodoviário de Uberaba (BR 050/153/262/354/364/365)

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0136 - Ordenar o tráfego rodoviário de passagem nos trechos de perímetro urbano que possuam nível de serviço inadequado ou alto índice de acidentes, por meio de intervenções nas rodovias federais.

INICIATIVA

NOVA - Construção e adequação de contornos ou anéis rodoviários em Uberaba - MG (BR 050/153/262/354/364/365).

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
590.000.000	10/01/2012	30/12/2015	147.500.000	442.500.000

JUSTIFICATIVA

As Rodovias BR-050 e BR-262 foram implantadas na década de 60, que se entroncam no perímetro urbano de Uberaba, não interferiam com o tráfego urbano de Uberaba. Hoje com cerca de 300 mil habitantes, o município ultrapassou os limites impostos pelo cruzamento das duas rodovias com volume médio de oito mil veículos por dia. Estão entre as rodovias mais movimentadas do país, pois atravessam todo o Estado e interligam diversas cidades importantes. Com a expansão urbana promovida pelo aceleramento econômico havido na região, o tráfego gerado por essa nova estrutura urbana passou a interferir diretamente com o tráfego rodoviário. Neste sentido, o convênio firmado entre a Prefeitura e o DNIT, visando a implantação do Anel Viário de Uberaba neste município, é de grande interesse da comunidade, pois dentro das obras necessárias é a que promoverá alívio, diferenciará e ordenará o tráfego urbano do tráfego rodoviário. Ressalto que o citado projeto através de seu Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental ¿ EVTEA, apresenta o conjunto de estudos necessários à verificação da existência de viabilidade técnica, econômica e ambiental para a execução da obra nos segmentos considerados, dentre as alternativas propostas, consubstanciado, principalmente nos estudos de tráfego, capacidade da rodovia e seu nível de serviço, aliados às pesquisas complementares e outras similares, bem como aos demais trabalhos e estudos de engenharia, sócio-econômicos e ambientais necessários Em resumo podemos afirmar: Do ponto de vista econômico: é plenamente justificável a presente proposta de investimento na construção do Anel. A Taxa Interna de Retorno (TIR) do Projeto é de 13,8 % a.a situando-se acima da TJLP de 6,0% a.a. Do ponto de vista social: a construção do Anel Rodoviário de Uberaba irá apresentar vários benefícios caracterizados, principalmente, pelas vantagens que ocorrerão durante a fase de operação do Anel, podendo-se destacar: a redução do número de acidentes com ou sem vítimas; a diminuição do tempo de viagem com seus efeitos positivos sobre redução do stress e menores danos a saúde dos usuários, o aumento da segurança no tráfego, a melhoria no fluxo e a velocidade de tráfego com efeitos sobre a diminuição no consumo de combustível com a menor emissão de poluentes atmosféricos, e incentivos ao desenvolvimento de outras atividades econômicas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Gilmar Machado

EMENDA

35900002

EMENTA

Construção de Hospitais de Média e Alta Complexidade

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

INICIATIVA

NOVA - Implantar centros de média e alta complexidade no estado de Minas Gerais.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
600.000.000	10/01/2012	30/12/2015	200.000.000	400.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa destinar recursos para construção de Hospitais de Média e Alta Complexidade nas cidades de Araguari, Ituiutaba, Monte Carmelo e Patrocínio todas no estado de Minas Gerais. ¿ Araguari - O município de Araguari conta hoje com aproximadamente 120 (cento e vinte)mil habitantes, sendo atualmente pólo Microrregional perfazendo um total de aproximadamente 180 mil habitantes, uma vez que atende munícipes de Cascalho Rico,Indianópolis, Estrela do Sul, Grupiara, incluindo cidades de outros Estados devido à proximidade geográfica junto a nossa cidade, sendo Caldas Novas/GO, Cumari/GO, entre outras. Tal demanda tem obrigado aos cidadãos de Araguari a buscar atendimento no Município de Uberlândia, que já se encontra superlotado, ocasionado aos pacientes filas intermináveis. Ressalta-se que na maioria das vezes, o tratamento não chega oportunamente, deixando seqüelas irreparáveis. ¿ Ituiutaba - O município de Ituiutaba conta hoje com aproximadamente 100 (cem) mil habitantes. É pólo regional responsável pela saúde de 10 (dez) municípios vizinhos e necessita de atendimento pelo SUS de qualidade. Alem disso o não atendimento secundário adequado sobrecarrega o hospital da Universidade Federal de Uberlândia, razão pela qual se faz necessária construção e manutenção do hospital regional de nível secundário na cidade de Ituiutaba. ¿ Monte Carmelo - O município de Monte Carmelo conta hoje com uma população de aproximadamente 47 (quarenta e sete) mil habitantes e recebemos pacientes vindo de toda a região, a saber: Abadia do Dourados-MG, Douradoquara-MG, Grupiara-MG, Estrela do Sul-MG, Romaria-MG, Iraí de Minas-MG. Apesar desta demanda não há hospital público, as internações de baixa complexidade são feitas em hospitais particulares e as de médias e alta complexidade são encaminhadas para outros municípios, sendo eles: Uberlândia-MG, Patrocínio-MG ou Patos de Minas-MG, quando há vagas. Ressalta-se que muitas internações que só acontecem depois da ação do Ministério Público e alguns óbitos já ocorreram por falta de um atendimento mais especializado. A realização de exames e de algumas cirurgias demora anos, pois não temos um laboratório municipal, para os casos mais graves não temos CTI ou UTI, muito menos um UTI Neo-Natal. Ademais a construção do Hospital de Alta Complexidade desafogará o Hospital de Clínicas de Uberlândia-MG, e garantirá uma melhor condição de vida para a população de nossa região. ¿ Patrocínio - O município de Patrocínio atendemos os municípios de conta hoje com uma população de aproximadamente 83 (oitenta e três) mil habitantes e recebemos pacientes vindo de toda a região, a saber: Abadia dos Dourados (6.417), Coromandel (29.017), Cruzeiro da Fortaleza (4.128), Guimarânea (6.788), Iraí de Minas (6.797), Monte Carmelo (49.659), Serra do Salitre (10.271) totalizando atendimento a aproximadamente 196 (cento e noventa e seis) mil pacientes. Vale ressaltar que estima-se que 85% da população procura o SUS em algum momento para atendimento. Com efeito, os procedimentos que não são atendidos pelo município de Patrocínio atualmente, como exames ou algumas especialidades, são encaminhados para Uberlândia, com uma cota muito escassa de atendimentos que não consegue suprir a demanda.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Gilmar Machado

EMENDA

35900003

EMENTA

DUPLICAÇÃO DA BR-153 no trecho compreendido o Trevão a divisa de Minas com São Paulo

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - Adequação de capacidade dos eixos rodoviários da BR 153 entre o KM 58 até o KM 246,5.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
700.000.000	10/01/2012	30/12/2015	250.000.000	450.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa destinar recursos para duplicação de BR-153 no trecho compreendido entre o KM 58, local conhecido como Trevão, até o KM 246,5, na divisa dos estados de Minas Gerais com São Paulo. A importância da concretização deste pedido não só para o Município de Frutal, mas para toda a região é inegável. O trecho da rodovia reivindicado possui 188,5 km, sendo o gargalo para o escoamento dos produtos transportados no norte do país para os estados do sul, os quais trafegam até o km 58 (Trevão) em Monte Alegre de Minas em pista dupla. Daí por diante estes passam a trafegar numa pista simples (faixa de 7,0 m) com trechos extremamente perigosos, considerando outros fatores restritivos ao tráfego como pontes estreitas e com problemas estruturais, devido ao excesso de peso e à construção bastante antiga (mais de40 anos), além de inúmeros trechos sem acostamento. O volume de tráfego diário em 2009 foi de aproximadamente 6.000 veículos, sendo 80% destes pesados. É preciso ressaltar o grande número de acidentes ali ocorridos de 2001 a 2009 (segundo relatório da Polícia Rodoviária Federal), com um total de 3.128 acidentes, onde 257 vidas foram prematuramente ceifadas, e 2.019 pessoas se feriram, num total de 4.782 veículos envolvidos. Da mesma forma, não se pode deixar de acrescentar que o pleito em questão foi definido como prioritário pela Diretoria de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) onde foi proposta a elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental e concluido processo licitatório.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Gilmar Machado

EMENDA

35900004

EMENTA

DUPLICAÇÃO DA BR-365 no trecho compreendido entre Uberlândia a Patos de Minas.

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - Adequação de capacidade dos eixos rodoviários na BR 365 entre Uberlândia a Patos de Minas.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
700.000.000	10/01/2012	30/12/2015	200.000.000	500.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa destinar recursos para duplicação de BR-365 no trecho compreendido entre Uberlândia a Patos de Minas. A BR 365 possui com 878,70 km de extensão e é detentora da importante função de interligar as regiões do Norte de Minas, Noroeste de Minas, Central Mineira e Triângulo/Alto Paranaíba. Cumpre-se ressaltar a importância desta rodovia no escoamento da produção agropecuária do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Noroeste e Norte de Minas para as regiões Centro Oeste e Nordeste do Brasil, além de interligar estas regiões ao Porto de Santos através do entroncamento com a BR-050 em Uberlândia (MG). Os maiores atacadistas da América Latina, localizados em Uberlândia, servem a toda a região Nordeste através da BR-365 que, por sua vez, é passagem obrigatória para o fluxo de veículos que provém de outras regiões em direção ao sul da Bahia. Da mesma forma, o Centro Oeste brasileiro depende da rodovia para receber o tráfego de veículos, contendo os víveres necessários ao seu desenvolvimento. O subtrecho em destaque (Uberlândia/Patos de Minas), construído entre 1973 e 1974, com pista de rolamento de 7,20 m e acostamentos com 2,0 m de largura, não foi submetido, desde então, a nenhuma obra de adequação da capacidade de tráfego ehoje se apresenta aquém do volume médio diário ao qual está submetido. Além do que, as condições do pavimento das faixas de rolamento e a precárias condições dos acostamentos constituem-se num entrave ao grande potencial de desenvolvimento da região.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 782 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Gilmar Machado

EMENDA

35900005

EMENTA

Implantação do Campi da UFTM em Iturama

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

INICIATIVA

NOVA - Elevar o número de campi da Rede Federal de Educação Superior para cidade de Iturama-MG.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	10/01/2012	30/12/2015	50.000.000	100.000.000

JUSTIFICATIVA

A instalação de um campus universitário da UFTM em Iturama é muito importânte para o Município, pois o mesmo não está assistido por nenhuma instituição federal de nível superior, na qual a mais próxima é na cidade de Uberaba a uma distancia de 300 Km. Cabe destacar que em um raio de 150 km de Iturama-MG temos uma População mais ou menos de 150 a 200 Mil Habitantes, onde os alunos desta região vão para outras cidades estudar todos os dias, em faculdades particulares. A dificuldade é muito grande, pois Iturama-MG transporta todos os dias para outras cidades mais ou menos 700 Universitários e as outras cidades vizinhas como Carneirinho-MG, União de Minas-MG, Limeira do Oeste-MG, São Francisco de Sales-MG, Campina Verde-MG, Itapagipe-MG, Frutal-MG, etc, também transportam mais de 1500 Universitários, e ainda fica restrito pois as prefeituras não dão conta de pagar o transporte para todos os Jovens que pretendem ter curso superior. Enfim, esse plano de expansão da Universidade Federal em Iturama é fundamental para consolidar uma presença mais firme do ensino público superior em toda a região do Triângulo Mineiro, que poderá resultar em maior número de vagas, abertura de novos cursos e ampliação dos serviços prestados á população, com isso, certamente um número maior de jovens poderá ter acesso ao ensino superior e gratuito promovendo desenvolvimento socioeconômico para o interior de Minas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 783 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Gilmar Machado

EMENDA

35900006

EMENTA

Implantação do Campi da UFU para Araguari

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

INICIATIVA

NOVA - Elevar o número de campi da Rede Federal de Educação Superior para cidade de Araguari - MG.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	10/01/2012	30/12/2015	50.000.000	100.000.000

JUSTIFICATIVA

Construção do Campus da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) na cidade de Araguari é de interesse do governo municipal, bem como antiga solicitação dos moradores, pois além de realizar um antigo sonho, atender uma demanda de estudantes do município, doTriângulo Mineiro e Alto Paranaíba e de outras regiões oriundos de diferentes camadas sociais, dando continuidade ao processo de democratização e acesso ao ensino superior. Com uma população de cerca de 110 (cento e dez) mil habitantes, o município tem todas as condições de se preparar para bem atender à nova população estudantil, fortalecendo a infraestrutura necessária, seja através de construção, reforma ou ampliação. Araguari possui um comércio competitivo, lojas de departamento, bom sistema de saúde hospitalar, um sistema operante de transporte coletivo, além de áreas de lazer. O Campus Araguari pode ser um pólo de atração através de seus cursos iniciais, o que facilitaria o trânsito de jovens que desbravariam e explorariam um novo mundo. Tal medida aumentará a porcentagem de alunos que tem o privilégio de estudar numa Instituição Superior Federal; apoiando a produção de pesquisas em todas as áreas do conhecimento e favorecendo uma melhor conscientização política e de cidadania dos estudantes.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 784 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Gilmar Machado

EMENDA

35900007

EMENTA

Reformulação completa do Aeroporto de Uberlândia

PROGRAMA

2017 - Aviação Civil

OBJETIVO

0083 - Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.

INICIATIVA

NOVA - Construção, reforma, ampliação e adequação de aeroportos e aeródromos de interesse estadual e regional para cidade de Uberlândia - MG.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	10/01/2012	30/12/2015	200.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa garantir recurso ao Termo de cooperação assinado pela INFRAERO/ Superintendencia Regional do sudeste - SRSE e o município de Uberlandia - MG. O objetivo é a a reformulação completa do Aeroporto Tenente Coronel Aviador César Bombonato estimada em R$ 177 milhões em investimentos do governo federal nos próximos cinco anos, de acordo com o Plano Plurianual de Investimentos do governo federal destinado à Infraero, empresa pública responsável pela administração dos terminais aeroportos no país. As obras devem contemplar: construção de novo pátio, torre de controle e ampliação da pista; terminal moderno de passageiros com fingers , terminal de cargas, além de projeto de fiscalização para os novos terminais.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 785 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Gilmar Machado

EMENDA

35900008

EMENTA

Apoio ao Desenvolvimetno Rural através da estruturação da agricultura familiar em MG

PROGRAMA

2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

OBJETIVO

0980 - Ampliar e qualificar a oferta de bens e serviços para a melhoria da infraestrutura territorial, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.

INICIATIVA

NOVA - Apoio a agricultura familiar através dos municípios por maeio de aquisição de maquinas e equipamentos para a agricultura familiar em MG

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	400.000.000

JUSTIFICATIVA

Segundo Dom Mauro, a agricultura familiar na produção de alimentos saudáveis e adequados para a saúde do povo consagra o binômio alimentação - educação como fundamento de um país formado por gente saudável, inteligente, criativa e bem humorada,.A importância dessa atividade é reconhecida em números. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar em Minas Gerais corresponde a 11% da área total ocupada por este segmento no país, sendo que 79% dos estabelecimentos agropecuários do Estado são da agricultura familiar, ocupando uma área de 27% do total das propriedades rurais. Ainda segundo o Censo, Minas Gerais possui uma área total de 58.652.800 hectares, sendo 15% deste espaço ocupados pela agricultura familiar. O Estado conta com 10% do total de estabelecimentos rurais da agricultura familiar do Brasil. O número de agricultores familiares representa 62% das pessoas ocupadas em estabelecimentos rurais mineiros. No Estado, cerca de 84% dos agricultores familiares são proprietários de suas terras, representando 373.053 estabelecimentos. No Brasil, essa parcela é de 75%.O segmento tem participação efetiva na produção dos principais produtos mineiros: leite (45%); milho (47%); café (32%); mandioca (84%); arroz em casca (44%), além de responder por 62% da geração de empregos no campo, empregando 1,2 milhão de trabalhadores. Para desenvolver esta atividade e dar o apoio necessário é de fundamental importância que o Governo Federal possa garantir meios de apoiar a estruturação da agricultura familiar através da parceria com estado e município para a aquisição de máquinas e equipamentos.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 786 de 2315

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Gilmar Machado	35900009

EMENTA TEXTO

Reestruturação da Carreira dos Fiscais Agropecuários

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Aditiva	Artigo 20

TEXTO PROPOSTO

Inclua-se onde couber o seguinte dispositivo:

Reestruturação da remuneração por subsídio da carreira de que trata a Lei N. 10.883/2004 de Fiscal Federal Agropecuário com despesa de R$ 50.0000.000,00(cinqüenta milhões de reais)

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo criar as condições, inclusive com a reserva de recursos no orçamento para 2012, para a reestruturação da carreira de Fiscal Federal Agropecuário, em processo de negociação no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, consoante os termos das regras de autorização para alteração de qualquer natureza remuneratória, em atendimento ao art. 169 da Constituição. Nos últimos anos, o Brasil deixou de ser um país castigado pela fome e importador de alimentos e transformou-se em um Estado auto-suficiente na produção de alimentos, sendo destaque internacional na exportação de matérias primas e comodites no mundo, fato comprovado pelo PIB. A diversificação nas várias cadeias produtivas, é resultado que o setor quebrou os ciclos históricos de monoculturas. Os avanços sociais no campo são verificados na ampliação da renda, na geração de empregos e na organização da agricultura familiar, que criaram uma redução importante dos conflitos agrários. Outro fator de destaque foi à redução do êxodo rural, que gera os dispendiosos problemas demográficos para as grandes cidades. O crescimento das exportações agropecuárias fez do agronegócio brasileiro o principal sustentáculo da balança comercial, que, por sua vez, é o principal fator de estabilidade econômica do país, do controle da inflação e, portanto, dos avanços sociais da última década. A presença, neste contexto, dos Fiscais Federais Agropecuários aponta que o Brasil está trilhando o caminho certo, com uma carreira voltada para questões inerentes a agropecuária. Inegáveis são as conquistas para a Carreira, com a criação de 8 (oito) postos de adidos agrícolas, que demonstram sua importância e comprometimento com o País. A Constituição não limita ou cria óbice que impeça a adoção da remuneração pela modalidade de subsídio aos servidores organizados em carreira. Muito pelo contrário, o parágrafo oitavo do artigo 39, expresso, quando estabelece que a remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do § 4o. Cabe destacar que o voto do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Britto, no julgamento da Ação Cautelar na ADIn n. 3923-7, considera ser o subsídio uma forma de remuneração excepcional, associada à natureza das Carreiras que exercem funções estratégicas de Estado, sendo a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário organizada e estruturada pela Lei n. 10.883, de 16 de junho de 2004.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 787 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Gim Argello

EMENDA

25900001

EMENTA

Transporte Ferroviário

PROGRAMA

2072 - Transporte Ferroviário

OBJETIVO

0141 - Ampliar o sistema ferroviário nacional em bitola de maior capacidade, de forma integrada com os demais modos de transportes.

INICIATIVA

NOVA - Construir ramal ferroviário no DF, interligando a Ferrovia Norte/Sul de Anápolis/GO.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
600.000.000	01/01/2012	31/12/2015	250.000.000	350.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa a implantação de ramal ferroviário interligando o Distrito Federal a Anápolis, sendo um braço da ferrovia Norte-Sul. A implantação do referido trecho tem como objetivo o transporte de cargas e passageiros, promovendo assim a escoação de produções do ramo de agronegócio, automobilísticos e indústriais em geral, dos estados do Distrito Federal e Goiás. Lembrando que o município de Anápolis é o principal polo de escoamento da ferrovia Norte-Sul. Vales ressaltar, que a Valec já está promovendo o estudo ambiental para a definição do traçado que abrange a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno-RIDE, passando pelos municípios de Abadiânia e Alexânia, daí a grande necessidade de assegurar no PPA alocação de recursos suficientes para apoiar o referido ramal ferroviário.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 788 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Gim Argello

EMENDA

25900002

EMENTA

Mobilidade Urbana e Trânsito-Metrô

PROGRAMA

2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

OBJETIVO

0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

INICIATIVA

NOVA - Apoio a modernização e ampliação do sistema de trens urbanos de Brasília-Distrito Federal

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/01/2012	31/12/2015	150.000.000	350.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa promover a expansão do metrô em Taguatinga Norte/DF, implantando os trechos nas avenidas Sandu Norte-Hélio Prates-Centro de Ceilândia, interligando e expandindo o trecho com Samambaia-Recanto das Emas-Santa Maria, objetivando a melhoria na mobilidade urbana, de forma sustentável, favorecendo os usuários de transporte público, contribuindo para a melhoria da prestação dos serviços de transporte metro-ferroviários.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 789 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Gim Argello

EMENDA

25900003

EMENTA

Mobilidade Urbana e Trânsito-VLT

PROGRAMA

2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

OBJETIVO

0580 - Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal.

INICIATIVA

NOVA - Implantação do VLT-1,Trecho Aeroporto-Asa Sul-no Distrito Federal

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
3.000.000.000	01/01/2012	31/12/2014	1.000.000.000	2.000.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa a implantação do Veículo Leve sobre Trilho-VLT, trecho-, Aeroporto-Asa Sul (6,5 km), Terminal Asa Sul-502 Norte(8,7 km), 502 Norte-Terminal Asa Norte (7,4 km), no Distrito Federal, objetivando proporcionar maior acessibilidade e mobilidade à população do Distrito Federal por meio de uma modalidade de transporte segura, rápida, confiável e pontual, ressaltando ainda, que Brasília é sede da Copa de 2014.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Gim Argello

EMENDA: 25900004

EMENTA

Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

PROGRAMA

2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

OBJETIVO

0751 - Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.

INICIATIVA

NOVA - Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica no DF.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	01/01/2012	31/12/2015	30.000.000	70.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa proporcionar o acesso à Internet em banda larga aos cidadãos, instituições, Governo, entidades da sociedade civil e empresas, objetivando expandir a cobertura do serviço e massificar o acesso à Internet em banda larga para os cidadãos, visando a melhoria da infraestrutura de rede do governo, de modo a criar oportunidades, acelerar o desenvolvimento econômico e social, promover a inclusão digital, reduzir as desigualdades social e regional, promover a geração de emprego e renda, no Distrito Federal.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Gim Argello

EMENDA

25900005

EMENTA

Planejamento Urbano

PROGRAMA

2054 - Planejamento Urbano

OBJETIVO

0589 - Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social.

INICIATIVA

NOVA - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano na RIDE no DF e Entorno.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
40.000.000	01/01/2012	31/12/2012	15.000.000	25.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa o desenvolvimento urbano, objetivando a ampliação do atendimento à população aos serviços de saneamento, abastecimento de água, coleta de esgosto e lixo, transporte público, acesso a moradia e urbanização na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico no Distrito Federal e Entorno- RIDE, constituída pelo Distrito Federal e pelos municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa, no Estado de Goiás, e de Unaí, Buritis e Cabeceira Grande, no Estado de Minas Gerais, objetivando proporcionar melhor qualidade de vida a população.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 792 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Gim Argello

EMENDA

25900006

EMENTA

Transporte Rodoviário

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - Adequação de Trechos Rodoviários na RIDE no DF e Entorno.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
700.000.000	01/01/2012	31/12/2015	300.000.000	400.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa promover a adequação de trechos rodoviários na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico - RIDE, constituída pelo Distrito Federal e pelos municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa, no Estado de Goiás, e de Unaí, Buritis e Cabeceira Grande, no Estado de Minas Gerais, objetivando a duplicação das BRs 040 (trecho Luziânia/GO-Cristalina/GO), BR 080 (trecho Distrito Federal- Padre Bernardo/GO), BR 020 (trecho Planaltina/DF-Formosa/GO), BR 070 (trecho Águas Lindas de Goiás - Pirenópolis), BR 251 (Trecho Brasília-Unaí), proporcionando maior segurança na trafegabilidade dos usuários.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Gim Argello

EMENDA

25900007

EMENTA

Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

PROGRAMA

2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

OBJETIVO

0983 - Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário.

INICIATIVA

NOVA - Desenvolver a Economia na RIDE no Distrito Federal e Entorno

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
60.000.000	01/01/2012	31/12/2015	20.000.000	40.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa apoiar e estimular iniciativas que apresentem alternativas para a geração de trabalho e renda em territórios vulnerabilizados pela pobreza e pela a ausência de infraestrutura básica, na perspectiva da economia solidária na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico no Distrito Federal e Entorno- RIDE, constituída pelo Distrito Federal e pelos municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa, no Estado de Goiás, e de Unaí, Buritis e Cabeceira Grande, no Estado de Minas Gerais.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Gim Argello

EMENDA

25900008

EMENTA

Segurança Pública com Cidadania

PROGRAMA

2070 - Segurança Pública com Cidadania

OBJETIVO

0834 - Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.

INICIATIVA

NOVA - Ampliar a Segurança na RIDE no Distrito Federal e Entorno.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	01/01/2012	31/12/2015	30.000.000	70.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa erradicar a violência na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico no Distrito Federal e Entorno - RIDE, constituída pelo Distrito Federal e pelos municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa, no Estado de Goiás, e de Unaí, Buritis e Cabeceira Grande, no Estado de Minas Gerais, objetivando implantar a infraestrutura necessária para fornecer suporte às ações de segurança pública, bem como a modernização, aparelhamento e reaparelhamento dos setores de segurança e da justiça, planejar, pactuar, implementar, coordenar e apoiar junto a RIDE, a elaboração e implementação de projetos multisetoriais e interdisciplinares de prevenção à violência e criminalidade, especialmente voltados a grupos em situação de vulnerabilidade, em razão do credo, faixa etária, gênero, raça, orientação sexual, situação de rua, visando proporcionar maior segurança a toda comunidade.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 795 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Gim Argello

EMENDA

25900009

EMENTA

Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0289 - Estimular a geração de emprego, trabalho e renda, por meio da democratização e ampliação do crédito produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

INICIATIVA

NOVA - Estimular a geração de emprego na RIDE no DF e Entorno.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
60.000.000	01/01/2012	31/12/2015	25.000.000	35.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa desenvolver ações de qualificação social, profissional e ocupacional para trabalhadores e trabalhadoras visando aprimorar sua produtividade e inserção cidadã no mercado de trabalho da população na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico no Distrito Federal e Entorno- RIDE, constituída pelo Distrito Federal e pelos municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa, no Estado de Goiás, e de Unaí, Buritis e Cabeceira Grande, no Estado de Minas Gerais.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 796 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Gim Argello

EMENDA

25900010

EMENTA

Educação Superior-Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

INICIATIVA

NOVA - Ampliação e Expansão das Universidades Federais-Nacional

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	01/01/2012	31/12/2015	50.000.000	100.000.000

JUSTIFICATIVA

O objetivo da presente emenda visa promover a ampliação e expansão das Universidades Federais em todo o Brasil, e, principalmente a Universidade de Brasília, bem como os Campus nas cidades satélites de Planaltina, Novo Gama, e Ceilândia, além da ampliação do Instituto de Artes e do Centro Integrado de Pesquisa em Artes no Campus Plano Piloto, continuação das obras do Centro de Estudos Avançados do Cerrado na UNB, e continuação das de obras de recuperação do Centro Olímpico da UNB, visando também equipar os laboratórios dos respectivos campus, com intuito de ofertar mais vagas e cursos, aém de proporcionar um ensino com qualidade e conforto para os alunos.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 797 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Giroto

EMENDA

28370001

EMENTA

Aeroporto de Campo Grande

PROGRAMA

2017 - Aviação Civil

OBJETIVO

0083 - Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.

INICIATIVA

NOVA - Adequação da Infra-Estrutura Aeroportuária e Sistema de Pistas do Aeroporto Internacional de Campo Grande

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/01/2012	31/12/2015	200.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

O aeroporto Internacional de Campo Grande concentra a demanda de 100% dos vôos comerciais para o Estado. Suas condições físicas são, sob o ponto de vista para o atendimento da grande demanda, precários. Com visível falta de estrutura, o aeroporto conta com apenas uma esteira para bagagens, o que por várias vezes já causou transtornos aos usuários sul-mato-grossenses e turistas que buscam o Estado, especialmente, os pontos turísticos do Pantanal, Bonito e Serra da Bodoquena. A presente emenda então, se justifica pela inegável necessidade de ampliação do aeroporto Internacional de Campo Grande. Por outro lado, nota-se que no PPA2012-2015, o Estado de Mato Grosso do Sul, sobretudo no que diz respeito aos projetos de grande vulto do Governo Federal não foi contemplado dentro de iniciativas que o Governo do Estado, bem como a Bancada Federal, de maneira unânime, entendem como primordial para garantir condições de vida melhor para a população , especialmente no que diz respeito à garantia de desenvolvimento econômico e social.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Giroto

EMENDA: 28370002

EMENTA: BR-163 - Adequação

PROGRAMA: 2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO: 0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA: NOVA - Adequação da Rodovia BR 163/MS

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
1.200.000.000	01/01/2011	31/12/2015	300.000.000	900.000.000

JUSTIFICATIVA

A BR-163 corta todo o Estado do Mato Grosso do Sul e faz a ligação entre o Norte do País até o Porto de Santos, em São Paulo. O trecho conhecido como o mais perigoso reúne em 200 quilômetros de extensão as cidades de Pedro Gomes, Coxim e Rio Verde, no Norte do Estado. Vai de Mundo Novo a Sonora. A Rodovia leva o nome de Rodovia da Morte. Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais e garantir condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego. A BR-163 é uma Rodovia Longitudinal do Brasil. Ao todo, tem 1780 km de extensão, sendo que só no Mato Grosso do Sul são 845,3 km. É a espinha dorsal do sistema rodoviário sul-mato-grossense cortando o Estado de Norte a Sul, sendo o principal corredor de exportação da produção agropecuária do Estado, atendendo ainda aos demais estados da Região Centro-Oeste. Cabe ressaltar que a BR-163 é a rodovia que dá acesso também ao Norte do país, sendo de vital importância para a economia, vez que contribui para que a produção dos Estados cortados pela rodovia possam atingir os portos dos estados do Paraná e Santa Catarina. Os investimentos realizados no contorno rodoviário de Campo Grande visam possibilitar a retirada dos veículos pesados do perímetro urbano e reduzir o desgaste do pavimento das vias que dão acesso às rodovias que demandam para Corumbá, Porto Murtinho e fronteiras do Brasil com o Paraguai e Bolívia. A restauração e duplicação da BR-163 na travessia de Dourados tem proporcionado mais conforto e segurança aos usuários da rodovia, atendendo aos anseios da população da cidade e seu entorno. Porém os investimentos ainda não foram suficientes para assegurar toda a adequação necessária. Tendo em vista que a obra de Construção do Anel Rodoviário da BR-262, no município de Corumbá, foi finalizada com os recursos já transferidos, é dispensável o aporte dos recursos previstos no PLOA/2011, justificando o pedido de remanejamento para a BR-163, ainda carente de investimentos.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Giroto

EMENDA

28370003

EMENTA

Construção da BR-419 -Trecho da BR-163 (Rio Verde do Mato Grosso à BR-262 (Aquidauana) no MS

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0137 - Promover a expansão da malha rodoviária federal buscando a integração regional e interestadual e o atendimento aos fluxos de transporte de grande relevância econômica.

INICIATIVA

NOVA - Construção da BR-419/MS Trecho da BR-163 (Rio Verde de Mato Grosso) à BR-262 (Aquidauana).

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
700.000.000	01/01/2012	31/12/2015	175.000.000	525.000.000

JUSTIFICATIVA

A BR-419, trecho: Entr. BR-163(B)/MS-080(A) ¿ Rio Negrinho ¿ Perdigão ¿ Entr. MS-080(B)/228(A) ¿ Entr. MS-228(B) ¿ Fazenda Santana ¿ Fazenda Taboco ¿ Entr. MS-170/345(A)/450 (Aquidauana) ¿ Anastácio ¿ Entr. BR-262, Segmento: Km 11,3 a Km 244,3 (PNV 419BMS0012, 419BMS0014, 419BMS0030, 419BMS0050, 419BMS0060, 419BMS0070, 419BMS0080, 419BMS0082, 419BMS0084), atravessa os municípios de Rio Verde de Mato Grosso, Rio Negro, Aquidauana e Anastácio numa extensão de 233,0 km. Este projeto tem como objetivo a redução dos custos de transportes, a reconversão de áreas degradadas e a melhoria da competitividade da produção como um todo, de outro lado, viabiliza a mobilidade entre os centros de comércio e serviços, promovendo a integração e a formação de pólos de desenvolvimento, o que melhora a dinâmica produtiva da região. Diretamente irá aliviar o tráfego da BR-163, ligando também o norte do Brasil com Porto Murtinho, importante pólo de distribuição da produção, as obras previstas são: a construção de 33 pontes, 2 viadutos, 330 obras de drenagem (bueiros e galerias) além da pavimentação asfáltica de toda a extensão.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 800 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Giroto

EMENDA

28370004

EMENTA

Construção da Ferrovia - Ferroeste/Ferrosul

PROGRAMA

2072 - Transporte Ferroviário

OBJETIVO

0141 - Ampliar o sistema ferroviário nacional em bitola de maior capacidade, de forma integrada com os demais modos de transportes.

INICIATIVA

NOVA - Construção de Ferrovia - EF 484 - Ferroeste - (00C4)-Ferrosul Construção da Ferrovia EF 484 (Trecho Maracajú/MS, Rio Grande/RS - Nacional)

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2.500.000.000	01/01/2012	31/12/2015	500.000.000	2.000.000.000

JUSTIFICATIVA

A Ferrovia Ferroeste encontra-se inserida no PLPPA 2012/2015, no Programa 2072 - Objetivo 0141 e Iniciativa 00C4 - Anexo I; porém não aparece no Anexo III, no qual o Custo da obra / Data de início e término são indicados, desta forma, fez-se necessário a apresentação da emenda como INICIATIVA NOVA ao invês de Iniciativa existente, para que a janela de custos e datas ficasse disponível para inserção de valores. Esta ferrovia faz a ligação de Estados importantes produtores de grãos - Paraná e Mato Grosso do Sul, além do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Ajudará no transporte e escoamento da produção pois fará a integração da ferrovia com a Hidrovia Tietê-Paraná, isso servirá para aliviar o tráfego intenso da BR 163, principal rota de pesados caminhões de carga. Vale ressaltar, que esta ferrovia se transformará no principal tronco de escoamento da exportação através do Porto de Paranaguá/PR. A construção desta ferrovia vem sendo pleiteada em conjunto entre os Governos do Estado de Mato Grosso do Sul e Paraná. Estudos de viabilidade e projetos executivos já estão em andamento. Importante lembrar, que a mesma emenda foi apresentada perante a Comissão durante a tramitação do PPA vigente 2008/2011 e obteve sua aprovação por unanimadade, motivo pelo qual, apelo aos meus pares pela coerência na aprovação desta emenda. A construção da Ferroeste se insere plenamente nos objetivos do Governo e também está prevista no PNV - Plano Nacional de Viação. A importância do projeto é tão evidente que foram anunciados estudos visando re-inclusão no PAC. - Principais cargas transportadas são: soja em grão, farelo de soja, óleo de soja, milho, cimento, adubos, fertilizantes, trigo, cargas frigoríficas, alcool e açúcar. A expansão da Ferroeste é estratégica para a região Sul, para o Centro-Oeste, para o Brasil . Os atuais trilhos, entre Guarapuava e Cascavel, com 248 km de extensão, encontran-se executados. Será construído 1.200 km de estrada de ferro interligando quatro Estados: Paraná, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O papel estratégico da Ferroeste, porém, é bem maior. As novas linhas serão fundamentais na integração da América do Sul. A chegada dos trilhos a Foz do Iguaçu e ao Paraguai permitirá a consolidação do sonhado corredor ferroviário bioceânico que unirá os portos do sul aos chilenos, . Um novo porto público de águas profundas, aliás, será construído pelo Governo do Paraná, na Ponta do Poço, município de Pontal do Paraná. O Porto do Mercosul, como está sendo chamado, integrará o complexo portuário do Porto de Paranaguá, terá capacidade para receber grandes navios e vai operar, sobretudo, com contêineres. A Ferroeste não está só nesta empreitada. Múltiplos agentes, públicos e privados, cooperam para viabilizar a obra. Governos e sociedade civil. O projeto mobiliza importantes setores econômicos e políticos da sociedade. Os primeiros a se alinharem foram os governos do Paraná, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul no âmbito do Codesul - Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul. Com a união da Região Sul o projeto conquistou o apoio do Governo Federal, através da Casa Civil, do Ministério do Planejamento, Ministério dos Transportes e Ministério das Relações Exteriores, e foi incluído no PAC - Programa de Aceleração do Crescimento. Além disso, em 2008, uma aliança suprapartidária no Congresso Nacional abriu as portas do orçamento da União para o projeto da Ferroeste. O apoio à expansão da ferrovia paranaense é geral, porque o Brasil precisa reduzir os custos de transporte. A indústria, o comércio e o setor de serviços querem a ampliação da ferrovia. As cooperativas, o agronegócio, os exportadores, os pequenos e médios produtores e os trabalhadores apóiam a construção dos novos ramais. Os municípios das regiões que serão atendidas pelo projeto estão mobilizados. Os órgãos e entidades ambientais manifestam sua adesão, porque o trem é um meio de transporte de menor custo ecológico. O projeto também encontrou acolhida em organismos internacionais como a Associação Latino-Americana de Ferrovias (Alaf) e Fórum Consultivo de Cidades e Regiões do Mercosul. Estudos realizados, em conjunto, pela Ferroeste e Petrobrás Transportes S/A - Transpetro demonstram que a expansão da ferrovia ao Mato Grosso do Sul e ao Porto de Paranaguá é fundamental para a competitividade da logística da exportação do etanol brasileiro. O mesmo vale para o transporte dos derivados de petróleo desde a Refinaria de Araucária até o Oeste do Paraná,

Mato Grosso do Sul e Paraguai. A expansão da Ferroeste, em suma, é irreversível. O Ministério dos Transportes já aprovou o essencial do projeto e os estudos técnicos, econômicos e ambientais do Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento (Lactec) demonstram a viabilidade da construção dos novos ramais. A Ferroeste já está em linha com o futuro. A capacidade de transporte da companhia, atualmente, chega a 5 milhões de toneladas ao ano. A demanda anual em toda a área de influência da empresa (Paraná, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Gr ande do Sul), no entanto, é estimada em 20 milhões de toneladas ao ano. Apenas o Estado do Paraná tem capacidade potencial de movimentar até 12 milhões de toneladas/ano. O ramal que sairá de Cascavel até Guaíra, com 170 km, às margens do Rio Paraná, na divisa com o Mato Grosso do Sul, no município de Mundo Novo seguirá a Maracaju, passando por Dourados, num percurso de mais 270 km. Para isso, será construída uma ponte ferroviária que vai unir Guaíra a Mundo Novo sobre o Rio Paraná. Para viabilizar este projeto o governos do Paraná, do Mato Grosso do Sul e o Governo Federal criaram a Comissão para a Consolidação do Projeto da Ferroeste. Salientamos que esta Ferrovia se interligará com a grande Ferrovia Brasileira Norte-Sul.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 802 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Giroto

EMENDA

28370005

EMENTA

Desenvolvimento de Museus e Centros de Ciência e Tecnologia no MS

PROGRAMA

2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

OBJETIVO

0499 - Promover a popularização da ciência, tecnologia e inovação e a melhoria da educação científica.

INICIATIVA

NOVA - Apoio à Criação e Desenvolvimento de Museus e Centros de Ciência e Tecnologia - Museu e Aquário do Pantanal do Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	01/01/2012	31/12/2015	30.000.000	70.000.000

JUSTIFICATIVA

Promover a popularização da ciência, tecnologia e inovação e a melhoria da educação científica. O projeto está em fase de terraplanagem. Ao lado da obra, ja em fase de conclusão, um centro receptivo do Aquário do Pantanal, que será aberto para visitação pública para apresentar a estrutura do aquário. No local será apresentado projeções da fauna do rio pantaneiro, entre outras espécies de peixes de Bonito. O espaço irá abrigar um centro de conferências, laboratórios e biblioteca para livros e teses sobre o Pantanal, instalações que foram desenhadas lado a lado com os 24 tanques de peixes, jacarés, sucuris, entre outras espécies. Além do ambiente interno, que inclui um túnel de 180 graus, o aquário terá cinco tanques externos, que poderão ser percorridos a pé ou em um trajeto aquaviário em barco com fundo de vidro. O Aquário se tornará um centro de referência em pesquisa da ictiofauna pantaneira, desenvolvendo pesquisas científicas e tecnológicas visando ao conhecimento da fauna aquática para sua preservação, bem como para o seu uso econômico de forma segura e sustentável.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 803 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Giroto

EMENDA

28370006

EMENTA

Implantação e Modernização da Infraestrutura de Apoio a Produção Agropecuária no MS

PROGRAMA

2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

OBJETIVO

0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.

INICIATIVA

NOVA - Implantação e Modernização da Infraestrutura de Apoio a Produção Agropecuária no Estado de Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
400.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul empreendeu nos últimos anos grande esforço investindo em infraestrutura para minimizar os diversos problemas estruturais da produção. Dentre suas maiores carências, destacam-se as redes de transporte e de energia. Apesar de raros, existem, ainda hoje, alguns municípios de MS que não é possuem acesso por estradas pavimentadas. Este quadro está finalmente ficando para o passado da história, graças aos propósitos firmes do Governo de Estado, que investe forte na pavimentação de várias rodovias. Não obstante os esforços empregados, e em razão da base econômica de Mato Grosso do Sul ser alicerçada no setor agropecuário, necessário se faz a alocação de mais recursos para se evitar alguns gargalos que contribuem para reduzir a rentabilidade da atividade rural. Dentre eles se destaca a questão da trafegabilidade das estradas rurais de produção, comprometida pela péssima qualidade de seus revestimentos e das suas pontes, por onde são escoados mais de 8,0 milhões de toneladas de grãos, em especial soja, algodão, arroz e milho, e as milhares de toneladas de carnes bovina, suína, ovina e de aves produzidas em MS, anualmente. A produção agrícola do Estado é reconhecidamente de alto nível tecnológico, com excelentes produtividades, tendo, entretanto, boa parte dos seus lucros perdida, pelas dificuldades de escoamento devidas às condições da malha viária estadual, principalmente no período chuvoso, comprometendo sua competitividade, pelas altas quotas de perda física e pelos elevados custos do frete. Este rosário de perdas no transporte afeta os custos de produção, desde o custo dos insumos até o dos produtos, refletindo substancialmente na arrecadação dos tributos, com enormes prejuízos sociais. Enfim, o produtor perde, o Estado perde o Brasil perde. Desta feita, é de fundamental que os produtores, municípios e Governo do Estado se unam para solucionar estes problemas que impedem o desenvolvimento do setor agrícola de MS. O associativismo e o cooperativismo entre os produtores rurais é um importante instrumento que contribuirá para a superação destas dificuldades, que em parceria com o Poder Público Municipal e Estadual, otimizarão as capacidades disponíveis e inerentes a estes atores sociais e políticos. Alguns regiões do Estado com disponibilidade e aptidão para o desenvolvimento de atividades agrícolas consideradas nobres são impossibilitadas de expansão destes cultivos por não permitirem a passagem de carretas carregadas de calcário, por exemplo, com 40,0 toneladas de peso, pelo fato das pontes de madeira não suportarem o peso, inviabilizando a produção, por vezes, em milhares de hectares com alto potencial produtivo. Esta ocorrência é bastante comum em nosso Estado. O trabalho de melhoria de pontes e adequação/manutenção de estradas de produção em harmonia e integrado com um trabalho de Microbacias Hidrográficas, indubitavelmente, proporcionará ao agronegócio estadual o salto de qualidade capaz de torná-lo mais competitivo. Algumas medidas que venham contribuir para a modernização da infraestrutura de transporte e logística que darão suporte ao setor produtivo rural, certamente, permitirá uma alavancagem da agricultura sustentável em MS, uma vez que a melhoria da rentabilidade agrícola através da modernização da infraestrutura trará aos produtores rurais uma maior capacidade de investimento na atividade tornando-a mais eficaz e sustentável social, econômica e ambientalmente.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Giroto

EMENDA: 28370007

EMENTA

Modernização do Campus da UEMS no Estado do Mato Grosso do Sul

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

INICIATIVA

NOVA - Modernização dos Campus da UEMS no Estado de Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
200.000.000	01/01/2012	31/12/2012	50.000.000	150.000.000

JUSTIFICATIVA

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS - tem como missão gerar e disseminar o conhecimento, com vistas ao desenvolvimento das potencialidades humanas, dos aspectos político, econômico e social do Estado e com compromisso democrático de acesso à educação superior e o fortalecimento de outros níveis de ensino, contribuindo, dessa forma, para a consolidação da democracia. A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul criada em 1993 já colocou no mercado até o ano de 2010 9.050 novos profissionais graduados para atender o mercado de trabalho, e vem investindo na qualificação do corpo docente para a criação de cursos de pós-graduação para melhorar ainda mais na qualificação dos profissionais do Estado de Mato Grosso do Sul. Desde a sua implantação vem cumprindo seus objetivos com a interiorização do ensino superior e atendendo alunos com baixa renda monetária, e avança na questão da pesquisa e da extensão ampliando a sua capacidade de captação de recursos externos atendendo a comunidade de Mato Grosso do Sul. A necessidade de novos espaços atendem aos anseios da comunidade interna e das comissões de avaliações externas que colocam a infra-estrutura como um dos requisitos fundamentais no desenvolvimento da UEMS, porém com a priorização na qualificação dos corpo docente para atingir os objetivos de criação de cursos de pós-graduação e na captação de recursos externos a Universidade tem tido dificuldades em investir na construção de espaços novos. Além disso, a expansão da UEMS vem de encontro com as políticas nacionais de educação superior para atender a demanda reprimida na capacitação de recursos humanos ainda defasada no Estado de Mato Grosso do Sul que continua importando profissionais de outros Estados. A necessidade de uma nova estrutura de informática se faz necessária uma vez que com a modernização os alunos e professores necessitam cada vez mais de acesso a informação, hoje disponibilizada na rede de internet. O volume de informações aumenta a cada ano e os equipamentos passam a ficar obsoletos uma vez que não conseguem mais utilizar os softwares modernos e com isso a formação dos alunos e a produção de novos conhecimentos vão ficando mais difíceis. O acesso gratuito a todos os usuários da Universidade se faz necessária caso queiramos possibilitar uma capacitação ampla. Com isso esta mudança atende os anseios da comunidade interna e das comissões de avaliações externas que colocam a informatização como um dos requisitos fundamentais no desenvolvimento da UEMS, porém com a priorização na qualificação dos corpo docente para atingir os objetivos de criação de cursos de pós-graduação e na captação de recursos externos a Universidade tem tido dificuldades em investir neste aspecto. A aquisição de novos livros se faz necessária uma vez que com a crescente produção de novos conhecimentos assim como na rede digital as publicações impressas estão sendo atualizadas muito rapidamente. Muitas obras atuais estão apenas disponíveis no meio impresso e os altos custos ainda tornam este meio inviável aos nossos alunos de baixa renda. A leitura é fundamental na formação de cidadão autônomos e críticos em relação ao meio, mas para isso é necessário disponibilizar o acesso, e para isso é necessário adquirir títulos diversificados e em quantidade suficiente para todos. A modernização, e aquisição de equipamentos são fundamentais na formação dos alunos pois o mercado de trabalho em seu sistema são obrigados a atualizar frente à competição existente no mercado e nosso alunos necessitam aprender e aplicar os conhecimentos adquiridos em equipamentos atualizados para poder competir por uma colocação profissional. É muito comum nas Universidades Públicas o uso de equipamentos que já não são utilizados nas empresas privadas e isso muitas vezes causam um afastamento do que é ensinado em prática na Universidade com a prática nas empresas. Muitos cursos são novos e com os recursos disponíveis não foi possível a aquisição de todos os equipamentos necessários para equipar os laboratórios. Com a implantação dos novos projetos pedagógicos dos cursos orientados pelas diretrizes curriculares nacionais, faz-se presente cada vez mais a necessidade dos alunos vivenciarem na prática os ensinamentos adquiridos em sala de aula, com aulas de campo, visitas

técnicas e didáticas como forma de complemento às atividades de sala de aula. As maiores dificuldades surgem uma vez que com o processo de licitação existem diversos entraves burocráticos que muitas vezes dificultam a contratação de empresas. Com a aquisição de um ônibus pela Universidade poderá ser atendido o deslocamento em curtos trajetos de forma mais ágil sem a insegurança da viagem ser realizada. O Centro de Alfabetização Científica e Tecnológica de Dourados (CEATEC) tem por objetivo aproximar o cidadão, especialmente de áreas marginalizadas, das conquistas realizadas pela Ciência e Tecnologia a partir de uma visão multicultural e histórica, com o fim de permitir às crianças, jovens e adultos uma nova leitura do mundo a partir da apropriação individual desse suporte indispensável para os dias atuais e para construção de uma coletividade mais harmoniosa e com valorização da pessoa humana. Essa leitura do mundo a partir de conceitos Científicos e Tecnológicos tem implicações profundas, pois permite a construção de uma cidadania mais critica em relação ao uso e consumo de bens, serviços, tanto quanto acerca de nossa relação com o meio ambiente e sua sustentabilidade, a importância do aprimoramento profissional e de novas oportunidades que se abrem mediante a aquisição do conhecimento. Finalmente, o Centro reunirá experiências construídas ao longo dos últimos 18 (dezoito) anos através das competências profissionais da UEMS nas áreas de Física, Química, Matemática, Biologia, Pedagogia e Letras, bem como a inserção de futuras contribuições de outras instituições de Ensino Superior de Dourados. Dessa forma, as ações ora apresentadas frente à Proposta de Emenda Parlamentar ao Orçamento da União, tem como principal objetivo a consolidação da UEMS, enquanto instituição geradora e socializadora do conhecimento e fomentadora do avanço científico e tecnológico, em direção ao desenvolvimento da sociedade sul-mato-grossense. Ações a serem financiadas: ¿ Reformas, construção e adequação de espaços físicos relacionados com salas de aula, laboratórios, salas de reuniões e anfiteatros. ¿ Ampliação da infraestrutura de informática, computadores, impressoras e projetores multimídia. ¿ Ampliação modernização do acervo bibliográfico para atender as necessidades dos alunos e professores aos novos conhecimentos disponibilizados através do meio impresso. ¿ Aquisição de equipamentos laboratoriais e outros materiais permanentes para modernizar, e ampliar os equipamentos nos diversos cursos de graduação e pós-graduação, melhorando a qualidade e aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula. ¿ Aquisição de ônibus para o transporte de alunos para a realização de atividades de campo no Estado e participação de congressos e eventos didáticos, científicos e técnicos. ¿ Construção do espaço ¿Casa da Ciência¿ - CENTRO DE ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DE DOURADOS - CEATEC

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Giroto

EMENDA: 28370008

EMENTA

Projetos integrados de reabilitação urbana em Municípios do Mato Grosso do Sul

PROGRAMA

2054 - Planejamento Urbano

OBJETIVO

0321 - Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados.

INICIATIVA

NOVA - Projetos integrados de reabilitação urbana em Municípios do Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
300.000.000	01/01/2012	31/12/2015	80.000.000	220.000.000

JUSTIFICATIVA

Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados. Desenvolvimento de projetos de parques e áreas verdes de domínio público ou projetos urbanos em áreas de preservação permanente (APP) ou áreas urbanas de valor histórico, paisagístico e cultural em municípios pertencentes aos Grupos 1 e 2 do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e em municípios que possuam áreas de expansão urbana e/ou de mananciais, bem como áreas de preservação permanente (APP's) ameaçadas de ocupação irregular Desenvolvimento de projetos integrados de reabilitação urbana que promovam o desenvolvimento social e econômico em municípios que integrem o Grupo 1 do PAC, possuam conjunto ou sítios históricos protegidos no âmbito do Patrimônio Cultural, estejam em área de influência de empreendimentos com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional ou estejam localizados em costas marítimas ou fluviais Implementação de ações de ordenamento territorial em municípios da orla marítima e municípios da orla de rios

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Giroto

EMENDA: 28370009

EMENTA

Promoção de Defesa Agropecuária no Estado do Mato Grosso do Sul

PROGRAMA

2028 - Defesa Agropecuária

OBJETIVO

0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.

INICIATIVA

NOVA - Promoção de Defesa Agropecuária no Estado de Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
400.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

As ações de defesa sanitária animal e vegetal constituem parte fundamental de uma necessária política de Estado, tendo por objetivo assegurar a produção agropecuária, a segurança alimentar e a saúde da população. A história registra que, em diversas partes do mundo e no Brasil, em particular, a agricultura e a pecuária já sofreram grandes perdas, em razão da ocorrência de doenças e do ataque de insetos e outros organismos nocivos. Na atualidade, questões sanitárias constituem aspectos importantíssimos do comércio internacional, podendo constituir barreiras instransponíveis ante a suspeita de contaminação dos produtos por agentes patogênicos. Ainda estão presentes na memória e repercutem negativamente nas finanças do pecuarista brasileiro os embargos aos produtos cárneos provenientes do Brasil, promovidos por vários países importadores, após a irrupção de surtos de febre aftosa no sul País, no ano de 2005. A suspensão do embargo foi difícil e paulatina, mesmo após o reconhecimento, pela Organização Internacional de Saúde Animal (OIE), de vários estados brasileiros como livres da doença, com ou sem vacinação. A manutenção da condição de ¿livres de febre aftosa com vacinação¿, vigente em quatorze estados brasileiros, no Distrito Federal e em alguns municípios de outros estados, depende da execução precisa dos planos da vacinação. Todavia, a liberação tempestiva de recursos orçamentários vem constituindo um grande desafio, a cada exercício financeiro, ameaçando prejudicar a vacinação dos rebanhos contra a febre aftosa e várias outras ações de defesa agropecuária. Esta emenda visa assegurar para os próximos quatro anos, recursos para ações efetivas na defesa sanitária anima e vegetal no estado de Mato Grosso do Sul e no Brasil.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Giroto

EMENDA

28370010

EMENTA

Recuperação de Áreas Degradadas - no Estado do Mato Grosso do Sul

PROGRAMA

2042 - Inovações para a Agropecuária

OBJETIVO

0842 - Pesquisar, desenvolver e transferir tecnologias para aumentar a competitividade e a produtividade da agropecuária brasileira, contribuir para a inclusão social dos produtores de base familiar e disseminar práticas ambientalmente sustentáveis, com foco em compromissos como a redução da emissão de carbono, no desenvolvimento sustentável e no uso racional dos recursos naturais.

INICIATIVA

NOVA - Recuperação de Áreas Degradadas no Estado de Mato Grosso do Sul

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	01/01/2012	31/12/2015	37.500.000	112.500.000

JUSTIFICATIVA

As Mudanças climáticas e as limitações da produção mundial de alimentos constituem duas das maiores preocupações mundiais da atualidade. Neste cenário, o Brasil tem sido colocado como estratégico para a busca e o encaminhamento de soluções. Estas duas questões passam necessariamente pela melhor gestão das áreas convertidas para uso alternativo do solo com atividades agropecuárias, como forma de reduzir as pressões para desmatamento de novas áreas e aumentar a produtividade das áreas já desmatadas. A degradação das pastagens é um dos maiores problemas da pecuária brasileira. Estima-se que 80% dos 50 a 60 milhões de hectares de pastagens cultivadas do Brasil Central, que respondem por 55% da produção de carne nacional, encontram-se em algum estado de degradação. Degradação de pastagens é um processo evolutivo de perda de vigor e produtividade forrageira, sem possibilidade de recuperação natural, que afeta a produção e o desempenho animal e culmina com a degradação do solo e dos recursos naturais. Além da queda da produtividade, a degradação provoca a perda dos solos que, por processos de lixiviação são arrastados para os cursos d¿águas que, assoreados, deixam de cumprir suas funções ambientais mais básicas, gerando novos e diversos danos. Como se não bastasse, para compensar a perda da produtividade, é comum que novas áreas sejam buscadas para incorporação ao processo produtivo, o que leva a novos desmatamentos e novas perdas de biodiversidade. Causada por diversos fatores decorrentes de manejos inadequados, a degradação precisa ser revertida para garantir e melhorar a produtividade, a viabilidade econômica da pecuária e a melhor conservação dos recursos naturais . Mato Grosso do Sul possui cerca de 18 milhões de hectares de pastagens, dos quais 9 milhões estão de alguma forma degradados. É preciso intervir não só de forma preventiva mas, principalmente, de forma corretiva nas áreas com solo descoberto, com presença de erosão laminar, sulcos e voçorocas. A correção dos solos, a construção de terraços em nível, a construção de açudes/bacias para contenção de águas pluviais e dessedentação animal, a contenção de voçorocas, a correção de traçados e forma de caminhos internos e de estradas vicinais, a recuperação da cobertura vegetal e mesmo o isolamento de Áreas de Preservação Permanente, dentre outros, são alguns exemplos de intervenções que, caso adotadas, repercutirão positivamente no combate às causas das mudanças climáticas e da fome mundial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Gonzaga Patriota

EMENDA

12180001

EMENTA

Construção da Sede da Superintendência da PRF na Região Metropolitana de Recife - PE

PROGRAMA

2070 - Segurança Pública com Cidadania

OBJETIVO

0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.

INICIATIVA

NOVA - Construção do edifício Sede da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal na Região Metropolitana do Recife - PE

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
60.000.000	02/03/2012	02/12/2015	20.000.000	40.000.000

JUSTIFICATIVA

Este Pleito decorre da falta de uma Sede no Estado de Pernambuco e da necessidade de trabalho da força policial rodoviária para atendimento da organização e atenção a sociedade naquilo que compete os dispositivos legais inseridos na Constituição Federal.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 810 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Gorete Pereira

EMENDA

20700001

EMENTA

Estruturação dos Acessos as Áreas de Megaeventos

PROGRAMA

2076 - Turismo

OBJETIVO

0738 - Estruturar, qualificar e promover os destinos turísticos brasileiros para os megaeventos esportivos.

INICIATIVA

NOVA - Estruturação dos Acessos as Áreas de Megaeventos

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
1.500.000.000	05/01/2012	31/12/2015	750.000.000	750.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa atender o Estado do Ceará com dotação possibilitando estruturar seus espaços turisticos e aos acessos aos seus principais pontos turísticos e aos locais onde aconteceram os megaeventos dentre os quais a copa de 2014.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Gorete Pereira

EMENDA: 20700002

EMENTA: Perímetro Irrigados do Estado do Ceará

PROGRAMA: 2013 - Agricultura Irrigada

OBJETIVO: 0543 - Viabilizar a produção dos perímetros de interesse eminentemente social visando garantir sua gestão operacional.

INICIATIVA: NOVA - Perímetro Irrigados do Estado do Ceará

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
300.000.000	01/01/2012	31/12/2015	150.000.000	150.000.000

JUSTIFICATIVA: Dotar o Estado do Ceará para que viabilize a produção dos perímetros de interesse eminentemente social visando garantir sua gestão operacional.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 812 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Gorete Pereira

EMENDA

20700003

EMENTA

Construção de Estádios para a Copa de 2014

PROGRAMA

2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

OBJETIVO

0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.

INICIATIVA

02I2 - Construção de Estádios Municipais nas Regiões Metropolitanas das Capitais Sedes da Copa do Mundo de 2014

JUSTIFICATIVA

Como nosso País está se preparando para sediar a copa do mundo de 2014, é valido pensarmos em construir nos municípios das regiões metropolitanas das capitais onde haverá os jogos da copa estádios que possibilite abrigar os treinos das seleções.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Gorete Pereira

EMENDA: 20700004

EMENTA: FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA EÓLICA

PROGRAMA: 2033 - Energia Elétrica

OBJETIVO: 0025 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis.

INICIATIVA: 000X - ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL - AMPLIAÇÃO DAS FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA EÓLICA - NO ESTADO DO CEARÁ

JUSTIFICATIVA

A energia eólica é a energia obtida pelo movimento do ar (vento). É uma abundante fonte de energia, renovável, limpa e disponível em todos os lugares Na crise energética atual, as perspectivas da utilização da energia eólica são cada vez maiores no panorama energético geral, pois apresentam um custo reduzido em relação a outras opções de energia. No âmbito nacional, o Estado do Ceará destaca-se por ter sido um dos primeiros locais a realizar um programa de levantamento do potencial eólico, que já é consumido por muitos cearenses principalmente em nosso litoral. A energia eólica é considerada a energia mais limpa do planeta, disponível em diversos lugares e em diferentes intensidades, uma boa alternativa às energias não-renováveis.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 814 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Gorete Pereira

EMENDA

20700005

EMENTA

Modifica iniciativa 02QR do objetivo 0715 do programa 2015

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.

INICIATIVA

02QR - (...) crianças e adolescentes mais vulneráveis e viabilizar a distribuição de anticoncepcionais de emergência através da Rede.

JUSTIFICATIVA

A gravidez indesejada e o abortamento continuam sendo uma das principais causa de mortalidade materna. As metas propostas estão previstas no II PNPM (Prioridades 3.3.1 e 3.3.2). O acesso fácil e gratuito do medicamento para contracepção de emergência contribuirá na redução da morte evitável das mulheres. Consta no Dossiê de Morte Materna da RedeSaúde: "A morte materna é um dos mais sensíveis indicadores das condições de vida de uma população e reflete, principalmente, a desarticulação, desorganização e qualidade inadequada da assistência de saúde prestada à mulher durante o ciclo gravídico-puerperal, pois a assistência pronta, oportuna e adequada pode evitar a maioria dessas mortes". De acordo com o Ministério da Saúde (DATASUS, 2001), as mortes maternas correspondem a cerca de 6% dos óbitos de mulheres de 10 a 49 anos no Brasil. Em 1998, a razão de mortalidade materna foi de 63,4 por 100.000 nascidos vivos. Aplicando o fator de correção por subnotificação, no ano referido, tivemos aproximadamente 127 por cem mil nascidos vivos. Este valor nos aproxima dos países mais pobres da América Latina. Diz ainda o Dossiê da Rede Nacional de Saúde: "Entre as causas obstétricas diretas, o aborto é a quarta causa de óbito materno no país, o que demonstra a completa falência da assistência à população, visto que o planejamento familiar é um direito garantido na Constituição de 1988. A morte de mulheres por aborto indica que as ações de planejamento familiar não estão funcionando adequadamente. Associada a isso, existe a questão da criminalização do aborto, que contribui para agravar ainda mais o problema, ao obrigar as mulheres a realizar a interrupção da gravidez na clandestinidade, sob condições precárias de assistência".

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Gorete Pereira

EMENDA

20700007

EMENTA

Incluir indicador com número de creches e período de funcionamento no programa 2030

PROGRAMA

2030 - INCLUSÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Acrescenta o seguinte INDICADOR: - Número de creches existentes, por Grandes Regiões, Estados e Municípios e por período de funcionamento. Unidade de Medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2011". No jornal FEMEA, produzido pelo CFEMEA, de dezembro de 2009, foi publicada a matéria Falta de creches públicas sobrecarrega e empobrece as mulheres trabalhadoras que diz o seguinte: "O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM) tem como meta aumentar em 12% o número de crianças de zero a seis anos de idade freqüentando creche ou pré-escola na rede pública e construir 1.714 creches, entre 2008 e 2011. Mas, nesses dois últimos anos, foi feito muito pouco para cumprir a meta. Em 2009, foram gastos apenas 4,5% dos recursos previstos para a construção de creches (R$ 535 milhões). Nesse ritmo, o governo federal vai ficar muito longe de cumprir o compromisso firmado com as mulheres por meio do PNPM. Para 2010, está previsto cerca de R$ 1 bilhão. Nas famílias onde as crianças com até seis anos de idade estão em creche ou na pré-escola, a renda familiar por pessoa é 50% maior do que naquelas que não contam com essa opção, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001." Nas famílias mais pobres é que o impacto da oferta de creches e escolas é maior, segundo artigo da professora Bila Sorj, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nessas famílias, o salário das mães é 35% maior quando elas contam com educação para seus filhos, por causa da liberação de tempo (até duas horas diárias) para o trabalho remunerado. Nas famílias mais ricas, o aumento no salário cai para cerca de 14% e a jornada permanece igual. "Assim, podemos concluir que o grupo de renda que mais se beneficia do acesso à educação infantil são os pobres", diz Bila em seu artigo, para concluir: "Dessa maneira, a ampliação dos investimentos públicos na educação infantil deve ser considerada uma prioridade na agenda das políticas públicas voltadas à promoção de equidade de gênero". A meta no PPA 2012-2015 de 6.000 creches é quatro vezes ao que se tinha previsto no II PNPM, mas é preciso garantir que essa meta será cumprida. Esse ano de 2011 quantas creches foram inauguradas? Quantas estão em funcionamento em tempo integral, inclusive nas férias escolares? Quantas creches funcionam no

período noturno? Essas seis mil serão realizadas a média de 1500 por ano? A Ação orçamentária 09CW - APOIO A REESTRUTURACAO DA REDE FISICA PUBLICA DA EDUCACAO BASICA do Programa: 1448 - QUALIDADE NA ESCOLA que tem autorizado na LOA 2011, R$ 657,6 milhões até o dia 22/09/2011, empenhou só 61,9% (R$406,8 milhões) e liquidou apenas R$104.4 milhões, que representam 15,9% dos recursos autorizados para o corrente ano. Para que a sociedade possa melhor monitorar a realização dessa meta de 6000 creches é que se propõe o indicador com divulgação trimestral.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 817 de 2315

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Gorete Pereira	20700008

EMENTA TEXTO

Acrescenta parágrafos ao Art. 16

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Modificativa	Artigo 16

TEXTO PROPOSTO

Art. 16. O Poder Executivo promoverá a participação da sociedade no processo de monitoramento dos Programas do PPA2012-2015.
§ 1º. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão coordenará o Sistema Público de Monitoramento do PPA que terá efetiva participação social e transparência das informações
§ 2º. Caberá ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão disponibilizar, na internet, a execução orçamentária dos Programas do PPA e anualmente, o quantitativo alcançado de cada meta prevista, inclusive a posição das metas qualitativas especificadas, e a evolução dos indicadores, quando couber.
§ 3º. Caberá à Secretaria Geral da Presidência da República coordenar e viabilizar a divulgação, no Sistema Público de Monitoramento do PPA, das informações dos Conselhos de Controle Social e as deliberações das Conferências Nacionais e sua interface, no que couber, com os Programas Temáticos e Metas do PPA.
§ 4º O Fórum Interconselhos deverá compor o Sistema Público de Monitoramento do PPA, devendo se reunir no mínimo uma vez a cada semestre para monitorar a execução do PPA 2012-2015.

JUSTIFICATIVA

O Governo Federal realizou em maio último o Fórum Interconselhos, do qual participaram 400 pessoas: 285 representantes vinculados a 34 conselhos nacionais, dois comissões e CDES; 85 representantes de entidades regionais não representadas nos conselhos setoriais e representantes do Ministério do Planejamento, da Secretaria Geral e da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. Na oportunidade foi distribuída a Cartilha de Orientação para as Consultas à Sociedade sobre o Ciclo de Gestão do PPA 2012-2015 que traz a seguinte afirmação: "O PPA 2012-2015 será orientado, dentre outras características, por um amplo processo participativo, cuja finalidade é a de que o Plano seja um importante instrumento de interação entre o Estado e o cidadão, com vistas à efetividade das políticas públicas." Esse novo espaço de debate proposto pelo Governo federal, chamado de Fórum Inter Conselhos, para não repetir as experiências frustradas de participação social que ocorreram nos dois últimos PPAs (2004-2007 e 2008-2011), necessitará de informações oficiais e atualizadas sobre o gasto público e a execução das metas definidas pelo governo para cada Programa do PPA 2011-2015 - Plano Mais Brasil O Art 16 do Projeto de Lei 29/2011-CN não especifica quais órgãos do Executivo serão os responsáveis pela divulgação e transparência das informações indispensáveis para que a sociedade possa participar do processo e nem tão pouco define os meios de divulgação desses dados. Também os mecanismos para garantir a participação social no monitoramento do PPA e execução da LOA, não estão citados. Os acréscimos dos parágrafos ao artigo 16 vêm suprir essas deficiências ao definir os órgãos do Poder Executivo responsáveis pela sistematização e divulgação das informações (MPOG) e que garantirão (SG/PR) que os mecanismos hoje existentes: conselhos de controle social e conferências nacionais tenham suas decisões melhor incorporadas às peças orçamentárias da União. O Sistema Público de Monitoramento, contando pelo menos com o Fórum Interconselhos para monitoramento periódico e sistemático do PPA, além da divulgação ampla de informações pela internet sobre a execução das políticas governamentais previstas no PPA vai fornecer as condições básicas para uma efetiva participação social no monitoramento das políticas públicas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 818 de 2315

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Gorete Pereira	20700009

EMENTA TEXTO

Altera a redação do inciso I do art. 4º

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Modificativa	Artigo 4 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

Art. 4º O PPA 2012-2015 terá como diretrizes:
I - a redução das desigualdades sociais, de gênero, étnico-racial e regionais;

JUSTIFICATIVA

A emenda pretende incorporar entre as diretrizes do Plano Plurianual 2012-2015 a redução das desigualdades de gênero e étnico-racial, que conforme dados constantes na Mensagem Presidencial que o encaminha, ainda são persistentes e estruturantes da exclusão social no Brasil "Nos últimos anos, o processo de inclusão social e redução das desigualdades retirou milhões de brasileiros da pobreza. Todavia, o perfil daqueles que ainda se encontram em situação de extrema pobreza indica que há segmentos mais vulneráveis, como a populações feminina e negra." Vale lembrar que nos dois últimos Planos, tal diretriz esteve explicita de forma enfática. No Plano Plurianual 2004-2007 as desigualdades manifestadas nas dimensões raciais e de gênero foram incorporadas como fatores que aumentam a injustiça e a exclusão social: "Tal registro é necessário para rompermos com a visão que nega a existência do racismo e discriminação da mulher como fator que aumenta a injustiça e a exclusão social." A incorporação da garantia da transversalidade de gênero, raça/etnia na formulação e implementação do conjunto das políticas públicas era uma das diretrizes gerais presentes no PPA 2004/2007. Dois desafios estavam colocados: Desafio 8: Promover a Redução das Desigualdades Raciais, com Ênfase na Valorização Cultural das Etnias Desafio 9: Promover a Redução das Desigualdades de Gênero, com Ênfase na Valorização das Diferentes Identidades No PPA 2008-2011 tais dimensões estão presentes no desafio "Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos", sendo explicitado "... a perspectiva de promoção da igualdade de gênero e raça deve estar presente na elaboração, execução e monitoramento de todas as políticas de governo, incorporada como princípio gerador de democracia, desenvolvimento e paz social." A emenda, portanto, vem resgatar tais dimensões estruturantes das desigualdades e da injustiça social no Brasil, entre as diretrizes do Plano Plurianual 2012-2015.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Gorete Pereira

EMENDA

20700006

EMENTA

Inclui metas ao objetivo 0715 do programa 2015

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0715 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

36000 - Ministério da Saúde

JUSTIFICATIVA

A gravidez indesejada e o abortamento continuam sendo uma das principais causa de mortalidade materna. As metas propostas estão previstas no II PNPM (Prioridades 3.3.1 e 3.3.2). O acesso fácil e gratuito do medicamento para contracepção de emergência contribuirá na redução da morte evitável das mulheres. Consta no Dossiê de Morte Materna da Rede Saúde: "A morte materna é um dos mais sensíveis indicadores das condições de vida de uma população e reflete, principalmente, a desarticulação, desorganização e qualidade inadequada da assistência de saúde prestada à mulher durante o ciclo gravídico-puerperal, pois a assistência pronta, oportuna e adequada pode evitar a maioria dessas mortes". De acordo com o Ministério da Saúde (DATASUS, 2001), as mortes maternas correspondem a cerca de 6% dos óbitos de mulheres de 10 a 49 anos no Brasil. Em 1998, a razão de mortalidade materna foi de 63,4 por 100.000 nascidos vivos. Aplicando o fator de correção por subnotificação, no ano referido, tivemos aproximadamente 127 por cem mil nascidos vivos. Este valor nos aproxima dos países mais pobres da América Latina. Diz ainda o Dossiê da Rede Nacional de Saúde: "Entre as causas obstétricas diretas, o aborto é a quarta causa de óbito materno no país, o que demonstra a completa falência da assistência à população, visto que o planejamento familiar é um direito garantido na Constituição de 1988. A morte de mulheres por aborto indica que as ações de planejamento familiar não estão funcionando adequadamente. Associada a isso, existe a questão da criminalização do aborto, que contribui para agravar ainda mais o problema, ao obrigar as mulheres a realizar a interrupção da gravidez na clandestinidade, sob condições precárias de assistência".

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 820 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Heleno Silva

EMENDA: 13160001

EMENTA: Canal Xingó

PROGRAMA: 2013 - Agricultura Irrigada

OBJETIVO: 0544 - Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado.

INICIATIVA: NOVA - Implantação do Canal Xingó

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2.430.000.000	15/02/2013	30/12/2017	500.000.000	1.930.000.000

JUSTIFICATIVA

O Canal de Xingó, a ser instalado em região semiárida, deverá atender de forma integral a população e as empresas estabelecidas naquela área: Perímetros irrigados, destacando-se neste grupo o Perímetro Manoel Dionísio, a ser implantado com aproximadamente 4.700 ha irrigados, localizado nas imediações do reservatório da UHE Xingó; 54 assentamentos de reforma agrária que totalizam mais de 50 mil hectares e beneficiam mais de 2.800 famílias de pequenos produtores; Sistemas de abastecimento d'água de diversas cidades ao longo do traçado do Canal, inclusive para a Região Metropolitana de Aracaju, cujas fontes atuais serão insuficientes no prazo de 15 anos; Aglomerados populacionais e populações difusas, em áreas semiurbanizadas e rurais, a serem atendidos por sistemas simplificados de abastecimento d'água e, em última instância, por chafarizes e caminhões-pipa, recorrendo-se quando indicado à reservação por meio de cisternas; Dessedentação de criatórios bovino leiteiro e ovino caprinocultura; A pequena indústria, complementar à atividade agrícola. O canal alterará substancialmente o quadro natural de oferta de água, promovendo o suprimento às múltiplas demandas hídricas. O projeto beneficiará o desenvolvimento das atividades produtivas na área de agricultura irrigada, pecuária e agricultura de sequeiro, com possibilidade de renda líquida total anual superior a R$ 300 milhões. Estima-se que cerca de 90 mil novos empregos serão gerados pelo empreendimento, sendo 69 mil empregos diretos, previstos para serem ocupados pela população da zona rural dos municípios, e 21 mil empregos indiretos relacionados com atividades a serem desenvolvidas nas áreas urbanas. O Projeto Xingó deverá fomentar um aumento de 23% no PIB regional, quando alcançar a estabilização da produção.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Heleno Silva

EMENDA

13160002

EMENTA

Construção de Canais de Drenagem e Obras Complementares na Zona de Expansão da Cidade de Aracaju

PROGRAMA

2068 - Saneamento Básico

OBJETIVO

0610 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.

INICIATIVA

NOVA - Construção de Canais de Drenagem e Obras Complementares na Zona de Expansão da Cidade de Aracaju

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
350.000.000	15/02/2012	30/12/2015	100.000.000	250.000.000

JUSTIFICATIVA

O Município de Aracaju tem um território pequeno e toda sua área é urbana, não tendo, praticamente, espaços vazios para ocupações, exceto a Zona de Expansão, que é uma área de planície, próxima a Zona de praia, entretanto não tem uma infraestrutura, que suporte o seu adensamento intenso. Essa área de planície marinha com baixas altitudes e forte influência das marés vem sendo ocupada com a implantação de loteamentos, conjuntos e condomínios residenciais. Devido à ausência de drenagem na área e a ocupação do solo, com a sua impermeabilização, tem provocado inundações em épocas de chuvas. O projeto permite resolver os sérios problemas de macro drenagem da região, pois permite a canalização da micro drenagem e pavimentação do sistema viário das vias secundárias, desenvolvendo a região e impulsionando a economia local e de toda a Cidade.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 822 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Heleno Silva

EMENDA

13160003

EMENTA

Duplicação da BR 235 - Entroncamento da BR 101 até a Divisa SE/BA - Km 8,3 a 114,8

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - Duplicação da BR 235 - Entroncamento da BR 101 até a Divisa SE/BA - Km 8,3 a 114,8

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
600.000.000	15/02/2012	30/12/2015	150.000.000	450.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa aumentar 106,5 km na meta para adequação de rodovias federais para viabilizar a possibilidade de duplicação da BR 235 no Estado de Sergipe. Essa duplicação já era necessária há mais de 10 anos devido ao grande fluxo de carros que transitam por essa rodovia. A obra vai melhorar a qualidade de vida da população que mora às margens dessa rodovia, trará aos comerciantes mais lucro com a parada segura dos carros nessas localidades, escoará a produção agrícola da região com mais rapidez. Será uma rodovia segura que contará com redutores de velocidades, uma adequada e moderna sinalização e trará enormes benefícios para todos que moram principalmente na região Agreste do Estado. A rodovia BR 235 no Estado de Sergipe, interliga a BR 101, no km 8,3 até a divisa com o Estado da Bahia no km 114,8, passando pelos municípios de Areia Branca, Itabaiana (que é um dos maiores municípios sergipanos sendo grande produtor agrícola, de comercio pujante, tendo como referencia uma das cidades do Brasil com uma das maiores frotas de caminhões, sendo também uma dos grandes centros regionais do Estado), Ribeirópolis, Frei Paulo e Carira (que é o maior produtor de milho do Estado, contribuindo para que Sergipe atinja uma produção de 1.000.000 de toneladas desse grão, passando a ser o maior produtor do Nordeste), sendo também uma das vias de acesso ao município de Lagarto (que é outro centro regional, que foi recentemente contemplada com um novo campos da Universidade Federal de Sergipe), como também aos municípios de Nossa Sra da Glória (que é outro grande centro regional, principalmente na produção de Leite), Canindé do São Francisco (cidade onde se localiza a Hidroelétrica de Xingó, e onde está localizado no Rio São Francisco o quinto maior cânion do mundo, tornando a cidade como o segundo maior destino turístico do Estado). No contexto nacional a BR 235 interliga o Estado de Sergipe ao Estado da Bahia, passando por Juazeiro, chegando a Pernambuco no município de Petrolina(pólo produtor de Frutas). Esta Rodovia é também de grande importância para escoamento da produção de fertilizantes nitrogenados, potássio, cimento, álcool, açúcar e milho do estado de Sergipe para os interiores dos estados da Bahia, Pernambuco, etc..., como também futuramente poderá ser utilizada no transporte da produção de frutas da Região de Petrolina para o Porto de Sergipe, por ser o menor percurso entre a citada região e qualquer outro porto do Nordeste. A rodovia a ser duplicada possui uma extensão de 106,5 km, com custo estimado de R$ 600.000.000,00.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Heleno Silva

EMENDA: 13160004

EMENTA

Implantação de Nova Via de Acesso à Capital - Via Vermelha

PROGRAMA

2054 - Planejamento Urbano

OBJETIVO

0321 - Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados.

INICIATIVA

NOVA - Implantação de Nova Via de Acesso à Capital - Via Vermelha

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
250.000.000	15/02/2012	30/12/2015	50.000.000	200.000.000

JUSTIFICATIVA

A via estruturante pretendida se localiza no Aglomerado Urbano da Grande Aracaju e interligará os municípios de Aracaju, São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros, a partir da Rodovia BR-235 à Rodovia Estadual dos Náufragos e a SE-100 Sul, beneficiando um população de mais de 800(oitocentos) mil habitantes, por diversos núcleos urbanos ao longo de seu traçado, criando um corredor de tráfego para transporte de alta velocidade e trechos de ciclovias. Essa via será de vital importância para o Desenvolvimento, Econômico, Industrial, social e Turístico da região metropolitana de Aracaju. Com a construção das pontes Joel Silveira e Gilberto Amado, haverá a necessidade de uma nova alternativa de acesso entre as BRs 101 e 235 ao litoral sul Aracajuano sem a utilização das vias existentes.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Heleno Silva

EMENDA

13160005

EMENTA

Implantação de Projeto de Substituição de Habitações Subnormais

PROGRAMA

2049 - Moradia Digna

OBJETIVO

0383 - Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

INICIATIVA

NOVA - Implantação de Projeto de Substituição de Habitações Subnormais

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
300.000.000	15/02/2012	30/12/2015	100.000.000	200.000.000

JUSTIFICATIVA

O Programa Estadual de Habitação de Interesse Social deverá contemplar as ações e metas apontadas pelo Plano Estadual de Habitação de Interesse Social - PHEIS. A meta de redução do déficit habitacional prevista pelo PHEIS considera todo o estado e o planejamento abrange um período de 11 anos. Dentre as ações previstas para os próximos 4 anos, encontra-se a melhoria de habitações precárias construídas em taipa, utilizadas por famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Dessa forma, o Governo do Estado estará combatendo os principais focos de doenças e mortalidade nas regiões em que há maior número desse tipo de habitação subnormal. A forma de intervenção do projeto prevê avaliação da necessidade de demolição da casa de taipa para construção de uma nova unidade ou a possibilidade de reforma das casas que apresentarem melhores condições físicas. Para a execução das ações serão envolvidas as equipes da Secretarias de Estado de Inclusão e Desenvolvimento Social-SEIDES e de Desenvolvimento Urbano-SEDURB, contando com a participação dos municípios contemplados.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 825 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Henrique Eduardo Alves

EMENDA

11930001

EMENTA

Construção da Barragem Bujari - no Estado do Rio Grande do Norte

PROGRAMA

2013 - Agricultura Irrigada

OBJETIVO

0175 - Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.

INICIATIVA

NOVA - Construção da Barragem Bujari - no Estado do Rio Grande do Norte

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	01/01/2011	30/12/2015	40.000.000	110.000.000

JUSTIFICATIVA

Essa emenda visa inlcuir no PPA 2012-2015 o projeto de Construção da Barragem Bujari, tendo em vista o custo, a duração e a importância dessa obra para a região.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Henrique Eduardo Alves

EMENDA

11930002

EMENTA

Construção do Açude Pedra Branca - no Estado do Rio Grande do Norte

PROGRAMA

2013 - Agricultura Irrigada

OBJETIVO

0175 - Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.

INICIATIVA

NOVA - Construção do Açude Pedra Branca - no Estado do Rio Grande do Norte

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
115.000.000	01/01/2012	30/12/2015	25.000.000	90.000.000

JUSTIFICATIVA

Essa emenda visa inlcuir no PPA 2012-2015 o projeto de Construção do Açude de Pedra Branca, tendo em vista o custo, a duração e a importância dessa obra para a região.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Henrique Eduardo Alves

EMENDA

11930003

EMENTA

Construção do Açude Poço de Varas - no Estado do Rio Grande do Norte

PROGRAMA

2013 - Agricultura Irrigada

OBJETIVO

0175 - Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.

INICIATIVA

NOVA - Construção do Açude Poço de Varas - no Estado do Rio Grande do Norte

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
110.000.000	01/01/2012	31/12/2015	20.000.000	90.000.000

JUSTIFICATIVA

Essa emenda visa incluir o projeto de Construção do Açude Poço de Varas no PPA 2012/2015, tendo em vista a importância dessa obra para região.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 828 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Hugo Leal

EMENDA

23970001

EMENTA

Aprimoramento dos mecanismos de estímulo a aplicação da Lei de Cotas

PROGRAMA

2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência

OBJETIVO

0268 - Expandir a fiscalização do cumprimento das cotas legais para pessoas com deficiência e aprimorar mecanismos de estímulo à inserção desse público no mercado de trabalho.

INICIATIVA

NOVA - Criar mecanismos de incentivo à formação de uma cultura empresarial que invista na capacitação social, tanto das estruturas internas das empresas como dos candidatos e funcionários - pessoas com deficiência - de forma a promover a sua inserção sustentada (colocação e permanência) no mercado de trabalho, promovendo-lhes vida produtiva e o cumprimento da cota legal reservada a pessoas com deficiência.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
200.000.000	01/01/2012	31/12/2015	50.000.000	150.000.000

JUSTIFICATIVA

O grande desafio da sociedade brasileira para a efetiva inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e para a aplicação da cota legal reservada a pessoas com deficiência, reside na necessidade de capacitação social das pessoas com deficiência, ao serem preparadas para atuarem de forma autônoma e independente nos papeis de funcionários, e, principalmente, das próprias empresas e suas estruturas internas (Departamentos de Relações Humanas e do Trabalho e congêneres) de forma a desenvolver relações de trabalho produtivas, sustentadas e vantajosas para todos os atores. Cumpre ao Estado estimular a formação destas novas relações através de incentivos.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Hugo Leal

EMENDA

23970002

EMENTA

Monitoramento das metas da Década Mundial

PROGRAMA

2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

OBJETIVO

0584 - Fomentar ações estruturantes para o fortalecimento institucional, promovendo a regulação do setor, a pesquisa, a implantação de sistemas de informação, a elaboração de projetos e planos de Transporte, de Mobilidade Urbana e Trânsito e a capacitação institucional dos agentes públicos e sociais para os sistemas de mobilidade urbana, de forma integrada e sustentável.

INICIATIVA

NOVA - Promover o monitoramento das metas da Década Mundial para a Redução dos Acidentes no Transito ¿ 2011 / 2020 no Brasil através da produção e disseminação sistemática de estatísticas na área segurança no trânsito e acidentes, bem como de conhecimentos e técnicas impactantes para a redução de eventos fatais.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	01/01/2012	31/12/2015	25.000.000	75.000.000

JUSTIFICATIVA

Anualmente cerca de 1,3 milhões de pessoas morrem como resultado da violência no trânsito. São mais de 3.000 mortes por dia, sendo mais de 50%, entre pedestres, ciclistas e motociclistas, vítimas mais vulneráveis nesse conflito diário. Entre 20 e 50 milhões de pessoas ficam feridas devido a essa violência que também responde massivamente pela imensa maioria de deficientes no mundo. A violência no trânsito está entre as três principais causas de morte de pessoas na faixa etária dos 5 aos 44 anos de idade, matando mais do que a doenças epidêmicas. A continuarmos sem investimentos na área de educação e prevenção a acidentes, prevê-se que a violência no trânsito responderá como a quinta principal causa de morte no mundo, resultando em uma estimativa de 2,4 milhões de mortes por ano. As conseqüências econômicas pela falta de segurança nas vias de circulação têm sido estimadas entre 1% e 3% dos respectivos PIB mundial. No Brasil os números são preocupantes: ¿A violência no trânsito já é a terceira causa de morte no país; ¿A cada 13 minutos, ocorre uma morte por acidente de trânsito; ¿A cada 7 minutos, ocorre um atropelamento; ¿30 mil pessoas morrem vítimas de acidentes de trânsito a cada ano; ¿500 mil pessoas são feridas nesses acidentes; ¿200 mil desses feridos ficam com lesões permanentes; ¿Estudos do IPEA apontam em quase R$ 30 bilhões os custos da violência no trânsito nas rodovias e nas vias urbanas do país.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 830 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Hugo Leal

EMENDA

23970003

EMENTA

Promoção de ações de educação e sensibilização para atender os objetivos da Década Mundial

PROGRAMA

2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

OBJETIVO

0592 - Promover a educação, cidadania, princípios e atitudes favoráveis à vida e à democratização do trânsito.

INICIATIVA

NOVA - Promoção de ações de educação e sensibilização pública, através de meios midiáticos disponíveis, campanhas através das redes de ensino públicas e privadas e articulação dos atores sociais sobre as metas para a redução de acidentes no trânsito da DÉCADA MUNDIAL DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRANSITO ¿ 2011-2020, voltadas para princípios e atitudes favoráveis à vida e ao trânsito seguro e cidadão.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	01/01/2012	31/12/2015	25.000.000	75.000.000

JUSTIFICATIVA

Anualmente cerca de 1,3 milhões de pessoas morrem como resultado da violência no trânsito. São mais de 3.000 mortes por dia, sendo mais de 50%, entre pedestres, ciclistas e motociclistas, vítimas mais vulneráveis nesse conflito diário. Entre 20 e 50 milhões de pessoas ficam feridas devido a essa violência que também responde massivamente pela imensa maioria de deficientes no mundo. A violência no trânsito está entre as três principais causas de morte de pessoas na faixa etária dos 5 aos 44 anos de idade, matando mais do que a doenças epidêmicas. A continuarmos sem investimentos na área de educação e prevenção a acidentes, prevê-se que a violência no trânsito responderá como a quinta principal causa de morte no mundo, resultando em uma estimativa de 2,4 milhões de mortes por ano. As conseqüências econômicas pela falta de segurança nas vias de circulação têm sido estimadas entre 1% e 3% dos respectivos PIB mundial. No Brasil os números são preocupantes: ¿A violência no trânsito já é a terceira causa de morte no país; ¿A cada 13 minutos, ocorre uma morte por acidente de trânsito; ¿A cada 7 minutos, ocorre um atropelamento; ¿30 mil pessoas morrem vítimas de acidentes de trânsito a cada ano; ¿500 mil pessoas são feridas nesses acidentes; ¿200 mil desses feridos ficam com lesões permanentes; ¿Estudos do IPEA apontam em quase R$ 30 bilhões os custos da violência no trânsito nas rodovias e nas vias urbanas do país.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Hugo Leal

EMENDA: 23970004

EMENTA: Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão)

PROGRAMA: 2017 - Aviação Civil

OBJETIVO: 0083 - Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.

INICIATIVA: 0075 -

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA
1.588.631.140	30/07/2007	31/05/2014

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista o aumento circunstancial de passageiros no período que abrangerá a realização da Copa do Mundo de 2014, faz-se necessária a conclusão da obra no mínimo um mês antes do início da competição.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Hugo Leal	23970005

EMENTA TEXTO

Art. 10 - Empreendimentos de Grande Porte.

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Modificativa	Artigo 10

TEXTO PROPOSTO

Art. 10º Os empreendimentos cujo valor global seja igual ou superior a trinta milhões são caracterizados de Grande Porte e deverão ser expressos no PPA 2012-2015 como Iniciativas.

§ 1º O Empreendimento de Grande Porte poderá ser desdobrado nas leis orçamentárias em mais de uma ação, para expressar sua regionalização ou seus segmentos.

§ 2º A obrigatoriedade de individualização no PPA 2012-2015 de Iniciativa de que trata o caput não se aplica aos Empreendimentos de Grande Porte financiados com recursos provenientes de transferências da União a Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 3º O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá regulamentar critérios adicionais para individualização de Iniciativas de que trata o caput deste artigo.

JUSTIFICATIVA

Estabelecer o valor em trinta milhões de forma a padronizar o conceito de Empreendimento de Grande Porte, facilitando inclusive a elaboração e a execução do OGU.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Hugo Leal	23970006

EMENTA TEXTO

Art. 11 - Articulação com a LDO.

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Modificativa	Artigo 11

TEXTO PROPOSTO

Art. 11. Os orçamentos anuais, de forma articulada com o PPA 2012-2015 e com as respectivas leis de diretrizes orçamentárias, serão orientados para o alcance dos Objetivos constantes deste Plano.

JUSTIFICATIVA

Faz-se necessária a inclusão das LDOs no texto, uma vez que os orçamentos anuais têm que seguir o PPA e a respectiva LDO.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Hugo Leal	23970007

EMENTA TEXTO

Art. 17 - Ações Prioritárias + Saúde e Educação.

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Aditiva	Artigo 17

TEXTO PROPOSTO

Art. 17. O Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o Plano Brasil Sem Miséria - PBSM e as ações voltadas para Saúde e Educação integram as prioridades da Administração Pública Federal e terão tratamento diferenciado durante a execução do Plano Plurianual.

Parágrafo único. O Poder Executivo definirá os requisitos, os critérios e as condições diferenciadas para o cumprimento do disposto do caput.

JUSTIFICATIVA

Incluir a Educação e a Saúde como prioritárias na Agenda de Governo.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Hugo Leal	23970008

EMENTA TEXTO

Art. 20 - Divulgação.

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Modificativa	Artigo 20

TEXTO PROPOSTO

Art. 20. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão atualizará, na internet, trimestralmente, as informações constantes do Plano Plurianual bem como o divulgará em formato e linguagem acessíveis à sociedade.

JUSTIFICATIVA

Uma vez por ano é muito pouco para atender aos princípios da eficiência e da publicidade que norteiam a administração pública federal, razão pela qual entendemos ser necessária a atualização trimestral.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Hugo Leal	23970009

EMENTA TEXTO

Art. 8º - Lei de Créditos Adicionais.

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Modificativa	Artigo 8

TEXTO PROPOSTO

Art. 8º Os Programas constantes do PPA 2012-2015 estarão expressos nas leis orçamentárias anuais e nas leis de créditos adicionais.

§ 1º As ações orçamentárias de todos os programas serão discriminadas exclusivamente nas leis orçamentárias anuais.

§ 2º Para os Programas Temáticos, cada ação orçamentária estará vinculada a uma única Iniciativa, exceto as ações padronizadas.

§ 3º As vinculações entre ações orçamentárias e Iniciativas constarão nas leis orçamentárias anuais.

JUSTIFICATIVA

Enfatizar que as leis que alteram as LOAs são as de créditos adicionais.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Hugo Leal	23970010

EMENTA TEXTO

HL - Monitoramento das metas da Década Mundial (inclusão de Iniciativa)

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Aditiva	Parágrafo E_INI

TEXTO PROPOSTO

Promover o monitoramento das metas da Década Mundial para a Redução dos Acidentes no Transito ¿ 2011 / 2020 no Brasil através da produção e disseminação sistemática de estatísticas na área segurança no trânsito e acidentes, bem como de conhecimentos e técnicas impactantes para a redução de eventos fatais.

JUSTIFICATIVA

Anualmente cerca de 1,3 milhões de pessoas morrem como resultado da violência no trânsito. São mais de 3.000 mortes por dia, sendo mais de 50%, entre pedestres, ciclistas e motociclistas, vítimas mais vulneráveis nesse conflito diário. Entre 20 e 50 milhões de pessoas ficam feridas devido a essa violência que também responde massivamente pela imensa maioria de deficientes no mundo. A violência no trânsito está entre as três principais causas de morte de pessoas na faixa etária dos 5 aos 44 anos de idade, matando mais do que a doenças epidêmicas. A continuarmos sem investimentos na área de educação e prevenção a acidentes, prevê-se que a violência no trânsito responderá como a quinta principal causa de morte no mundo, resultando em uma estimativa de 2,4 milhões de mortes por ano. As conseqüências econômicas pela falta de segurança nas vias de circulação têm sido estimadas entre 1% e 3% dos respectivos PIB mundial. No Brasil os números são preocupantes: ¿A violência no trânsito já é a terceira causa de morte no país; ¿A cada 13 minutos, ocorre uma morte por acidente de trânsito; ¿A cada 7 minutos, ocorre um atropelamento; ¿30 mil pessoas morrem vítimas de acidentes de trânsito a cada ano; ¿500 mil pessoas são feridas nesses acidentes; ¿200 mil desses feridos ficam com lesões permanentes; ¿Estudos do IPEA apontam em quase R$ 30 bilhões os custos da violência no trânsito nas rodovias e nas vias urbanas do país.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 838 de 2315

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Hugo Leal	23970011

EMENTA TEXTO

HL - Monitoramento dos mecanismos de estimulo à aplicação da Lei de Cotas (inclusão de Iniciativa)

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Aditiva	Parágrafo E_INI

TEXTO PROPOSTO

Criar mecanismos de incentivo à formação de uma cultura empresarial que invista na capacitação social, tanto das estruturas internas das empresas como dos candidatos e funcionários - pessoas com deficiência - de forma a promover a sua inserção sustentada (colocação e permanência) no mercado de trabalho, promovendo-lhes vida produtiva e o cumprimento da cota legal reservada a pessoas com deficiência.

JUSTIFICATIVA

O grande desafio da sociedade brasileira para a efetiva inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e para a aplicação da cota legal reservada a pessoas com deficiência, reside na necessidade de capacitação social das pessoas com deficiência, ao serem preparadas para atuarem de forma autônoma e independente nos papeis de funcionários, e, principalmente, das próprias empresas e suas estruturas internas (Departamentos de Relações Humanas e do Trabalho e congêneres) de forma a desenvolver relações de trabalho produtivas, sustentadas e vantajosas para todos os atores. Cumpre ao Estado estimular a formação destas novas relações através de incentivos.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Hugo Leal	23970012

EMENTA TEXTO

HL - Promoção de ações de educação e sensibilização para atender os objetivos da Década Mundial (inclusão de Iniciativa)

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Aditiva	Parágrafo E_INI

TEXTO PROPOSTO

Promoção de ações de educação e sensibilização pública, através de meios midiáticos disponíveis, campanhas através das redes de ensino públicas e privadas e articulação dos atores sociais sobre as metas para a redução de acidentes no trânsito da DÉCADA MUNDIAL DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRANSITO ¿ 2011-2020, voltadas para princípios e atitudes favoráveis à vida e ao trânsito seguro e cidadão.

JUSTIFICATIVA

Anualmente cerca de 1,3 milhões de pessoas morrem como resultado da violência no trânsito. São mais de 3.000 mortes por dia, sendo mais de 50%, entre pedestres, ciclistas e motociclistas, vítimas mais vulneráveis nesse conflito diário. Entre 20 e 50 milhões de pessoas ficam feridas devido a essa violência que também responde massivamente pela imensa maioria de deficientes no mundo. A violência no trânsito está entre as três principais causas de morte de pessoas na faixa etária dos 5 aos 44 anos de idade, matando mais do que a doenças epidêmicas. A continuarmos sem investimentos na área de educação e prevenção a acidentes, prevê-se que a violência no trânsito responderá como a quinta principal causa de morte no mundo, resultando em uma estimativa de 2,4 milhões de mortes por ano. As conseqüências econômicas pela falta de segurança nas vias de circulação têm sido estimadas entre 1% e 3% dos respectivos PIB mundial. No Brasil os números são preocupantes: ¿A violência no trânsito já é a terceira causa de morte no país; ¿A cada 13 minutos, ocorre uma morte por acidente de trânsito; ¿A cada 7 minutos, ocorre um atropelamento; ¿30 mil pessoas morrem vítimas de acidentes de trânsito a cada ano; ¿500 mil pessoas são feridas nesses acidentes; ¿200 mil desses feridos ficam com lesões permanentes; ¿Estudos do IPEA apontam em quase R$ 30 bilhões os custos da violência no trânsito nas rodovias e nas vias urbanas do país.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 840 de 2315

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Hugo Leal	23970013

EMENTA TEXTO

HL- Aprimoramento dos mecanismos de estimulo a aplicação da Lei de Cotas (inclusão de Iniciativa)

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Aditiva	Parágrafo E_OBJ

TEXTO PROPOSTO

0268 - Expandir a fiscalização do cumprimento das cotas legais para pessoas com deficiência e aprimorar mecanismos de estímulo e promoção das competências das pessoas com deficiência, visando sua autonomia, segurança e dignidade para o exercício da cidadania e inserção no mercado de trabalho.

JUSTIFICATIVA

O grande desafio da sociedade brasileira para a efetiva inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e para a aplicação da cota legal reservada a pessoas com deficiência, reside na necessidade de capacitação social das pessoas com deficiência, ao serem preparadas para atuarem de forma autônoma e independente nos papeis de funcionários, e, principalmente, das próprias empresas e suas estruturas internas (Departamentos de Relações Humanas e do Trabalho e congêneres) de forma a desenvolver relações de trabalho produtivas, sustentadas e vantajosas para todos os atores. Cumpre ao Estado estimular a formação destas novas relações através de incentivos.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Hugo Motta

EMENDA

27120001

EMENTA

Ampliação e Modernização do Aeroporto de Patos-PB

PROGRAMA

2017 - Aviação Civil

OBJETIVO

0084 - Ampliar a oferta de transporte aéreo regular de passageiros e cargas.

INICIATIVA

NOVA - Reforma, ampliação e adequação de aeroportos e aeródramos de interesse estadual e regional no município de Patos-PB

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
30.000.000	01/03/2012	31/12/2015	10.000.000	20.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa incluir no PPA, a reforma e modernização do Aeroporto Regional de Patos - PB, terceira cidade do Estado, com população superior a 100 mil habitantes, que polariza 70 cidade do sertão paraibano, esta a 300 KM da capital, com uma população flutuante diária de 130 mil habitantes que buscam serviços no municipio.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Hugo Motta

EMENDA: 27120002

EMENTA

BR 230 Campina Grande até a divisa do Ceará

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - Adequar 420 KM de rodovias federais, no trecho entre as cidade de Campina Grande até a divisa do Ceará (Duplicação).

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/03/2011	31/12/2015	100.000.000	400.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa atender uma necessidade do Estado da Paraíba, com a duplicação da BR 230 entre Campina Grande - PB até a divisa do Estado do Ceará. O Objetivo da emenda é adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Hugo Motta

EMENDA: 27120003

EMENTA

Inclusão da Paraíba na Transnordestina

PROGRAMA

2072 - Transporte Ferroviário

OBJETIVO

0141 - Ampliar o sistema ferroviário nacional em bitola de maior capacidade, de forma integrada com os demais modos de transportes.

INICIATIVA

NOVA - Requalificar o trecho de ferrovia existente ligando as cidades de Salvador/Aracaju/Macéio/Recife/João Pessoa/Campina Grande possibilitando a conexão com a Transnordestina.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/03/2011	31/12/2015	200.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

A Presente emenda visa requalificar o trecho de ferrovia existente ligando as cidades de Salvado/Aracaju/Maceio/Recife/João Pessoa/Campina Grande possibilitando a conexão com a transnordestina coma inclusão do Estado da Paraíba.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 844 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Hugo Motta

EMENDA

27120004

EMENTA

Fomento a Agricultura Familiar

PROGRAMA

2012 - Agricultura Familiar

OBJETIVO

0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.

INICIATIVA

01AE - e aperfeiçoamento de ferramentas da gestão de riscos.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa fortalecer a agricultura familiar, como apoio ao desenvolvimento, financiamento e disponibilizaçao de novos equipamentos e tecnologias apropriadas para a agricultura familiar no âmbito do Mais Alimentos e aperfeiçoar a gestão de combate aos riscos as diversidades do clima, priorizando as ações no Nordeste.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA: Hugo Motta

EMENDA: 27120005

EMENTA: Atenção Básica e Especializada

PROGRAMA: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO: 0713 - como prioridade o Nordeste

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO: 36000 - Ministério da Saúde

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Ampliar a área física de 15.000 unidades básicas de saúde	Ampliar a área física de 20.000 unidades básicas de saúde, priorizando 5.000 unidades básicas de saúde para o Nordeste

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Nordeste	5.000	unidade

Descrição do PL	Descrição Proposta
Ampliar em 40.000 o número de agentes comunitários de saúde, passando de 245.000 agentes em 2011 para 285.000 até 2015	Ampliar em 50.000 o número de agentes comunitários de saúde, passando de 245.000 agentes em 2011 para 295.000 até 2015

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Nordeste	5.000	unidade

Descrição do PL	Descrição Proposta
Ampliar em 5.300 o número de equipes saúde da família, passando de 31.660 equipes em 2011 para 36.960 até 2015	

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Nordeste	700	unidade

Descrição do PL	Descrição Proposta
Implantar 953 centros de especialidades odontológicas, passando de 950 centros em 2011 para 1.903 até 2015	

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Nordeste	200	unidade

JUSTIFICATIVA

A Presente emenda visa fortalecer as ações de saúde no Nordeste, com o objetivo de combater as desigualdes sociais. O Nordeste sofre com a falta de investimentos e as adversidades do clima, com tantas desigualdes sua população ja carente, carece de serviços de saúde de qualidade, por esse motivo solicitamos priorizar as ações voltadas para saúde no Nordeste, com a construção de Unidades Básicas de saúde, ampliação e reforma de postos de saúde, contratação de agente comunitários de saúde, ampliação do prgrama saúde da familia e a expansão do programa saúde bucal.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Hugo Napoleão

EMENDA: 27060001

EMENTA

AEROPORTO DE TERESINA

PROGRAMA

2017 - Aviação Civil

OBJETIVO

0083 - Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.

INICIATIVA

NOVA - CONSTRUÇÃO DE AEROPORTO EM TERESINA - ESTADO DO PIAUÍ

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/06/2012	31/12/2015	90.000.000	410.000.000

JUSTIFICATIVA

A construção de um novo Aeroporto, na cidade de Teresina-PI se faz necessário, pois o atual Aeroporto Petrônio Portella está encravado em área densamente habitada e sem condições de cumprir as normas exigidas para o bom desempenho do tráfego aéreo em expansão, cuja área da pista não satisfaz às exigências de segurança de uma fatalidade com aeronaves durante um pouso ou decolagem. De acordo com as normas técnicas, a projeção do cone de pouso num raio de 5 Km, está inviabilizado a construção de edifícios, o que pelo planejamento da cidade é imprescindível o aumento da densidade populacional na Região Norte de Teresina para evitar que conjuntos habitacionais se instalem cada vez mais distante da infra-estrutura existente na Cidade de Teresina. Atualmente, a reforma e ampliação programada pela Infraero causou comoção entre os habitantes de Teresina que se organizaram através das Associações Comunitárias do Ministério Público, da OAB, etc. conseguindo adiar a execução do Projeto de Expansão que desapropriava mais de milhar de residências.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 847 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Hugo Napoleão

EMENDA

27060002

EMENTA

BARRAGEM DO CONTRATO

PROGRAMA

2051 - Oferta de Água

OBJETIVO

0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.

INICIATIVA

NOVA - CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DO CONTRATO - ESTADO DO PIAUÍ

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
260.000.000	01/06/2012	31/12/2015	55.000.000	205.000.000

JUSTIFICATIVA

A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DO CONTRATO NO RIO CONTRATO, AFLUENTE DO RIO GURGUÉIA, ESTADO DO PIAUÍ É UMA NECESSIDADE, POIS ELA COMPÕE O SISTEMA DE BARRAGENS DE CONTENÇÃO DE CHEIAS DO RIO GURGUÉIA E CONSEQUENTEMENTE DO RIO PARNAÍBA, JUNTAMENTE COM OUTRAS BARRAGENS DO SUL DO PIAUÍ, COMO A DO RANGEL (PROJETADA), A BARRAGEM DO ATALAIA EM SEBASTIÃO BARROS (EM EXECUÇÃO) A BARRAGEM DE ALGODÕES II (EXECUTADA) VISA ATENDER A DEMANDA DE VÁRIOS MUNICÍPIOS QUE SOFREM COM A FALTA DE ÁGUA TRATADA E ATENUA TAMBÉM OS DESASTRES DECORRENTES DAS ENCHENTES DO RIO GURGUÉIA, CAUSANDO EROSÕES E DESASTRES ECOLÓGICOS NA REGIÃO. SEU PROJETO FOI ELABORADO PELOS DNOCS VISANDO DIMINUIR O EFEITO DA MONOCULTURA DE GRÃOS COMPLEMENTANDO COM A FRUTIFICULTURA IRRIGADA, AMPLIANDO SENSIVELMENTE AS OPORTUNIDADES DE EMPREGO NA REGIÃO. CONTRIBUI PARA A REGULARIZAÇÃO DO SISTEMA DO RIO GURGUÉIA POSSIBILITANDO O APROVEITAMENTO DE, APROXIMADAMENTE 50.000 HA PARA IRRIGAÇÃO.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Hugo Napoleão

EMENDA: 27060003

EMENTA: BARRAGEM DO RANGEL

PROGRAMA: 2051 - Oferta de Água

OBJETIVO: 0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.

INICIATIVA: NOVA - CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DO RANGEL - ESTADO DO PIAUÍ

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
250.000.000	01/06/2012	31/12/2012	50.000.000	200.000.000

JUSTIFICATIVA

A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DO RANGEL NO RIO GUERGUÉIA, AFLUENTE DO RIO PARNAÍBA, CIDADE DE REDENÇÃO DO GURGUÉIA, ESTADO DO PIAUÍ É UMA NECESSIDADE, POIS VISA ATENDER A DEMANDA DE VÁRIOS MUNICÍPIOS QUE SOFREM COM A FALTA DE ÁGUA TRATADA, TAIS COMO: REDENÇÃO, BOM JESUS, PALMEIRA, CRISTINO CASTRO, ALVORADA DO GURGUÉIA, ETC. ATENUA TAMBÉM OS DESASTRES DECORRENTES DAS ENCHENTES DO RIO GURGUÉIA, PRINCIPALMENTE NA CIDADE DE BOM JESUS. ACUMULANDO 1.000.000 DE M³ D¿ÁGUA VIABILIZA A IRRIGAÇÃO DE, APROXIMADAMENTE, 50.000 HA, CONFORME PROJETO ELABORADO PELO DNOCS, QUEBRANDO A MONOCULTURA DE GRÃOS COMPLEMENTANDO COM A FRUTIFICULTURA IRRIGADA. ALÉM DA PERENIZAÇÃO DO RIO GURGUÉIA, ENCRAVADO EM UMA REGIÃO DE CERRADOS CORTADA POR RIOS INTERMITENTES.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 849 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Hugo Napoleão

EMENDA

27060004

EMENTA

BARRAGEM DOS MILAGRES NO ESTADO DO PIAUÍ

PROGRAMA

2051 - Oferta de Água

OBJETIVO

0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.

INICIATIVA

NOVA - CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DOS MILAGRES - ESTADO DO PIAUÍ.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
255.000.000	01/01/2012	31/12/2015	45.000.000	210.000.000

JUSTIFICATIVA

A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DOS MILAGRES NO ESTADO DO PIAUÍ É UMA NECESSIDADE, POIS VISA ATENDER A DEMANDA DE VÁRIOS MUNICÍPIOS QUE SOFREM COM A FALTA DE ÁGUA TRATADA, TAIS COMO: SANTA CRUZ DOS MILAGRES, SÃO JOÃO DA SERRA, SÃO FÉLIX DO PIAUÍ, SÃO MIGUEL DA BAIXA GRANDE E PRATA DO PIAUÍ. ATENUA TAMBÉM OS DESASTRES DECORRENTES DAS ENCHENTES DO RIO POTI NA CAPITAL, TERESINA E DO RIO SÃO NICOLAU EM SANTA CRUZ DOS MILAGRES. A PERENIZAÇÃO DO RIO SÃO NICOLAU, ENCRAVADO EM UMA REGIÃO CORTADA POR RIOS INTERMITENTES NO SEMI ÁRIDO PIAUIENSE, PROPORCIONARÁ A UTILIZAÇÃO DA ÁGUA PARA ABASTECIMENTO URBANO, DEMANDA RURAL, IRRIGAÇÃO RACIONAL DE 6.000 HA, CULTURA DE VAZANTE, CRIAÇÃO DE PEIXE E LAZER AO POVO DAQUELA REGIÃO. A BARRAGEM DOS MILAGRES, EM CONCRETO COMPACTADO A ROLO (CCR), COM VOLUME DE ACUMULAÇÃO DE 492 MILHÕES DE M³ DE ÁGUA E 4.000,00Km² DE ÁREA DA BACIA HIDRÁULICA.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 850 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Hugo Napoleão

EMENDA: 27060005

EMENTA

BR 135 - ESTRADA FEDERAL

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - ADEQUAÇÃO DA BR 135 DE ELIZEU MARTINS A CRISTALÂNDIA DO PIAUÍ - ESTADO DO PIAUÍ

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/06/2012	31/12/2015	100.000.000	400.000.000

JUSTIFICATIVA

Constitui o Alargamento através dos Acostamentos e Contornos desta Rodovia a única opção de ligação, através do Piauí, do Nordeste Ocidental ao Nordeste Oriental e à Região Sudeste, ligando São Luís - MA a Belo Horizonte - MG. Encontra-se asfaltada na mesma plataforma planejada na década de 70, isto é, com 6,40 m, sem acostamentos, passando por dentro de várias cidades (Elizeu Martins, Bom Jesus, Gilbués e Corrente no Piauí, como também Formosa do Rio Preto, Barreiras na Bahia, etc.) com grande expansão urbana causando transtornos, desastres com acidentes mortais, sem contar com o tráfego de carga pesada de grãos dos cerrados baianos e transportes de adubos e calcários, maranhenses, tocantinenses e piauienses, aumentando o tempo de percurso o que significa considerável diminuição dos lucros sem condições de competição nos mercados nacional e internacional. Portanto, sua melhoria através de Acostamentos e Contornos Rodoviários, de aproximadamente 500 Km, sub-trecho, Elizeu Martins -Cristalândia do Piauí, é de suma importância para a melhoria da qualidade de vida dos piauienses.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Hugo Napoleão

EMENDA: 27060006

EMENTA

PORTO SECO EM TERESINA

PROGRAMA

2074 - Transporte Marítimo

OBJETIVO

0218 - Fomentar a implantação de portos secos e de zonas de atividades logísticas em áreas estratégicas, de forma a suprir a deficiência de retroárea e desafogar a zona portuária utilizada para armazenagem.

INICIATIVA

NOVA - IMPLANTAÇÃO DE PORTO SECO EM TERESINA - ESTADO DO PIAUÍ

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
300.000.000	01/06/2012	31/12/2015	60.000.000	240.000.000

JUSTIFICATIVA

Sendo Teresina o ponto estratégico do Estado, de recepção da produção do Norte e do Sul do Estado e com facilidade para organizar e escoar essa mercadoria para os Portos Marítimos de Luís Correa no Piauí (em conclusão), de Itaqui no Maranhão, e os Portos do Ceará, Portos de Pernambuco, e vice-versa, é importante a instalação de um Porto Seco. Este investimento fomenta as atividades logísticas em áreas estratégicas, de forma a suprir a deficiência de retroárea e desafogar a zona portuária utilizada para armazenagem, elevando consideravelmente a arrecadação dos estados vizinhos, promovendo o bem estar social com a geração de emprego e renda, incentivando as atividades industrial e agropecuária.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Inácio Arruda

EMENDA

23570001

EMENTA

Ampliação do Hospital Albert Sabin - 2 º Etapa - Ceará

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

INICIATIVA

NOVA - Ampliação do Hospital Albert Sabin - 2 º Etapa -Fortaleza/CE

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
43.000.000	12/03/2012	23/04/2016	13.000.000	30.000.000

JUSTIFICATIVA

Objetivando atender as necessidades da população pediátrica assistida pelo SUS, no estado do Ceará, esta emenda visa garantir recursos no âmbito do Ministério da Saúde, para viabilizar o projeto de ampliação do hospital infantil Albert Sabin, previsto na segunda etapa do plano diretor, e orçado no valor de R$ 43.000.000,00. A visão de futuro da instituição está focada na melhoria contínua e no reconhecimento, inclusive internacional, como hospital quaternário de excelência em pediatria.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 853 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Inácio Arruda

EMENDA

23570002

EMENTA

Aquisição de equipamentos para o Hospital São José - Fortaleza/Ceará

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

INICIATIVA

NOVA - Aquisição de equipamentos para o Hospital São José - Fortaleza/Ceará

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
20.000.000	12/03/2012	23/04/2016	5.000.000	15.000.000

JUSTIFICATIVA

Objetivando atender as necessidades da população , esta emenda visa garantir recursos para a aquisição de equipamentos para o Hospital São José, localizado em Fortaleza no Estado do Ceará. Criado pela Lei N.º 9.387, nasceu da necessidade de construir um hospital que agregasse as doenças transmissíveis, com 40 anos de história, o Hospital São José funciona como referência em doenças infecciosas , integrante da rede SUS - Sistema Único de Saúde, seu corpo funcional é composto mais de 700 servidores, possui uma área construída de 4.700m2 e uma capacidade de internamento de 115 leitos, contando com sete leitos de UTI. A visão de futuro da instituição está focada na melhoria contínua e no reconhecimento, e dessa forma garantir melhor atendimento a população que necessita.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Inácio Arruda

EMENDA

23570003

EMENTA

Construção de Barragem Melancia - São Luiz do Curú/São Gonçalo do Amarante - Ceará

PROGRAMA

2051 - Oferta de Água

OBJETIVO

0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.

INICIATIVA

NOVA - Construção da Barragem Melancia - São Luiz do Curú/São Gonçalo do Amarante/CE

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
20.000.000	22/04/2012	22/12/2016	5.000.000	15.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa garantir recursos para Construção da Barragem Melancia no município de São Luiz do Curú e São Gonçalo do Amarante - Ceará ,no àmbito do Ministério da Integração. A necessidade em fomentar a oferta de Água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica reduzirá significativamente a grande carência existente na região , atendendo diretamente o consumo humano, animal, psicultura , irrigação entre outros.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Inácio Arruda

EMENDA: 23570004

EMENTA: Construção de barragem no Açude Frecheirinha - Frecheirinha - Ceará

PROGRAMA: 2051 - Oferta de Água

OBJETIVO: 0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.

INICIATIVA: NOVA - Construção de Barragem no Açude Frecheirinha - Ceará

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
51.000.000	12/03/2012	23/04/2016	11.000.000	40.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa construir um açude para barrar o Rio Caiçara, próximo a cidade de Frecheirinha, possibiilitando a criação de um reservatório, que irá constituir-se numa fonte para a irrigação de uma extensa área aluvionar no vale do Rio Caiçara, a jusante da barragem, bem como reforçar o abastecimento de água para as cidades circunvizinhas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Inácio Arruda

EMENDA

23570005

EMENTA

Construção de barragem no Açude Paula Pessoa-Granja - Ceará

PROGRAMA

2051 - Oferta de Água

OBJETIVO

0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.

INICIATIVA

NOVA - Construção de barragem no Açude Paula Pessoa-Granja/CE

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
52.000.000	12/03/2012	23/04/2016	12.000.000	40.000.000

JUSTIFICATIVA

O açude Paula Pessoa barra o rio Itacolomi, afluente do rio Coreau, numa da bacias de maiores índices pluviométricos do estado do Ceará. O lugar onde deve ser construída a barragem é formado por ramificações da Serra Grande, que depois de alagar-se circularmente, desde as encostas da serra, estreita-se no boqueirão por onde rolam as águas do rio Itacolomi. A ação benéfica das águas para as irrigações do vale que se estende abaixo da projetada barragem, existem cerca de 2.000 hectares de terrenos planos de primeira qualidade que podem ser irrigados pelo reservatório de Itacolomi.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Inácio Arruda

EMENDA

23570006

EMENTA

Construção de sistema de barragem no Município de Maranguape no Estado do Ceará

PROGRAMA

2051 - Oferta de Água

OBJETIVO

0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.

INICIATIVA

NOVA - Construção de Sistema de Barragem no Município de Maranguape no Estado do Ceará

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
260.000.000	12/03/2012	23/04/2016	78.000.000	182.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa garantir recursos para Oferta de Água e objetiva aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica. para o projeto de Construção de Sistema Barragem no município de Maranguape no estado do Ceará, atingindo as localidades de Sapupara, Urucará, Gereraú, Ladeira Grande e Tabatinga, todas no município de Maranguape, considerando-se seu porte e características de operação, entende-se que a área de influência direta se limita à área da bacia hidráulica, compreendendo também o limite de 100 metros medidos horizontalmente a partir da cota de máxima inundação, que constituirá a área de preservação permanente. Está área está compreendida na superfície definida no Decreto Nº 26.582 de 22 de abril de 2002, apresentado no anexo 5. Por sua vez, a área de influência indireta compreende a bacia hidrográfica a montante da barragem, incluindo também o município de Maranguape.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Inácio Arruda

EMENDA

23570007

EMENTA

Implantação da Escola de Saberes no Estado do Ceará.

PROGRAMA

2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

OBJETIVO

0783 - Preservar, identificar, proteger e promover o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.

INICIATIVA

NOVA - Implantação da Escola de Saberes no Estado do Ceará.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
10.000.000	22/04/2012	31/12/2016	2.000.000	8.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa destinar recursos para a Escola de Saberes , no âmbito do Ministério da Cultura, garantindo dessa forma a preservação, promoção e acesso à cultura. A destinação dessa emenda atenderá a elaboração de um vídeo documentário e os projetos das Escolas de Saberes no Ceará para transmissão e experimentação de saberes populares e contemporâneos.O projeto saberes reunirá espaços- escolas diversos, deominados Saber, acrescido do nome da destinação cultura ou artisitica. Ex:Saber Maracatu , Saber de Crioula, Saber Tecelão , Saber viola, Saber Reisado , entre outros projetos. O projeto em médio prazo trabalhará com a possibilidade de elaboração de projetos para vinte Escolas de Saberes, em média no estado do Ceará . Esse conjunto de Escola de Saberes formará um viva e vigorosa rede de cultura em construção, de convivência e transmissão de saberes tradicionais e contemporaneos, possibilitando a experimentação de novas possibilidades estéticas e de vivências profundas : a vanguarda encontrando -se com a tradição , as expressões das artes populares encontrando-se com as artes eruditas. Um encontro de povos , etnias e crenças .Uma afirmação da diversidade cultural brasileira.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Inácio Arruda

EMENDA

23570008

EMENTA

Implantação de Pinacoteca no Estado do Ceará.

PROGRAMA

2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

OBJETIVO

0787 - Implantar, ampliar, modernizar, recuperar e articular a gestão e o uso de espaços destinados a atividades culturais, esportivas e de lazer, com ênfase em áreas de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras.

INICIATIVA

NOVA - Implantação de Pinacoteca no Estado do Ceará.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
10.000.000	12/03/2012	23/04/2016	3.000.000	7.000.000

JUSTIFICATIVA

Pinacoteca é um espaço importantíssimo para o artista que necessitam expor seus quadros e pinturas. No Estado do Ceará, não é diferente do restante do País, ou seja, carece desse espaço. Portanto, nada mais oportuno que propor a presente emenda para esse fim: dotar o Ceará de sua primeira pinacoteca pública.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Inácio Arruda

EMENDA

23570009

EMENTA

Implantação do Centro Audiovisual e Digital no Estado do Ceará.

PROGRAMA

2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

OBJETIVO

0785 - Regular, fiscalizar e fomentar a indústria audiovisual, visando ao seu desenvolvimento, ao fortalecimento das empresas nacionais, à ampliação da produção, inovação e difusão das obras e dos serviços audiovisuais brasileiros, assim como à garantia de acesso à população.

INICIATIVA

NOVA - Implantação do Centro Audiovisual e Digital no Estado do Ceará.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
60.000.000	12/03/2012	23/04/2016	10.000.000	50.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa recursos para implantação do Centro Audiovisual e Digital no estado do Ceará com o objetivo de ampliar a produção de conteúdos audiovisuais independentes para as mídias digitais e, por conseqüência, abrir novos nichos no recém criado mercado audiovisual digital.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Inácio Arruda

EMENDA

23570010

EMENTA

Recuperação e preservação da bacia do Rio Cocó - Ceará

PROGRAMA

2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

OBJETIVO

0665 - Promover a revitalização de bacias hidrográficas por meio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade.

INICIATIVA

NOVA - Recuperação e preservação da bacia do Rio Cocó

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
20.000.000	02/04/2012	31/12/2015	5.000.000	15.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa promover a revitalização da bacia hidrográfica do rio cocó por meio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade. O rio cocó nasce na vertente oriental da Serra da Aratanha, na cidade de Pacatuba e nos seus 50 km de percurso passa por Maracanaú, Itaitinga e Fortaleza, para desaguar no Oceano Atlântico, nos limites das praias do Caça e Pesca e de Sabiaguaba. No seu percurso no municípios de Pacatuba e Itaitinga, sua águas são barradas pelo Açude Gavião. O manguezal do rio Cocó em seus trechos preservados formam uma mata de mangues muito bela onde várias espécies de moluscos, crustáceos, peixes, répteis, aves e mamíferos compõem cadeias alimentares com ambientes propícios para reprodução, desova, crescimento e abrigo natural.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Inácio Arruda

EMENDA

23570011

EMENTA

Aeronáutica - Desenvolvimento Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 ton.(Projeto KC-X).

PROGRAMA

2058 - Política Nacional de Defesa

OBJETIVO

0463 - Promover o desenvolvimento e capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial nacional, visando a ampliação da capacidade de defesa aérea.

INICIATIVA

01HR - Acréscimo ao valor previsto no PPA-2012/2015 de R$1.225.386.000,00.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA
4.253.386.000	29/06/2009	29/06/2016

JUSTIFICATIVA

A proposição em tela tem por objetivo possibilitar o desenvolvimento e industrialização de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 toneladas (Projeto KC-X), denominado KC-390, em parceria com a EMBRAER, para substituição, a partir de 2016, das aeronaves Lockheed C-130H/Hércules da FAB, que executam as missões de Transporte Aéreo Logístico, SAR (busca e salvamento), reabastecimento em voo, evacuação médica e ressuprimento aéreo, por meio do complemento de R$ 1.225.386.000,00 (um bilhão, duzentos e vinte e cinco milhões, trezentos e oitenta e seis mil reais) à dotação de R$ 3.028.000.000,00 (três bilhões, vinte e oito milhões de reais), constante no Projeto de Lei do Plano Plurianual 2012-2015 para o Programa 2058/Iniciativa 01HR ¿ Desenvolvimento do Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 toneladas (Projeto KC-X), totalizando R$ 4.253.386.000,00 (quatro bilhões, duzentos e cinquenta e três milhões, trezentos e oitenta e seis mil reais). Desde o início do desenvolvimento do projeto, a EMBRAER S.A. buscou empresas que concordassem em fornecer as partes da aeronave que ela, EMBRAER S.A., não produz, tais como motores e aviônicos, sem custos durante a fase de desenvolvimento. Tais despesas seriam amortizadas na produção das primeiras 120 (cento e vinte) aeronaves de série. Todavia, o contrato com a EMBRAER prevê que, se não fossem encontradas empresas dispostas a assumir o risco do projeto sem repassar os custos das citadas partes, esses custos seriam repassados ao COMAER, como representante do Governo Federal, pela celebração de um instrumento contratual específico para tais despesas. Ocorre que, em função da evolução do cenário internacional, ficou evidente, ao final dos processos de procura por empresas, que os fornecedores dos principais sistemas não puderam acolher os custos de desenvolvimento e fornecimento dos conjuntos de componentes para os protótipos, razão pela qual foi celebrado um segundo contrato para a aquisição dos citados equipamentos e sistemas, cuja publicação encontra-se no Diário Oficial da União nº 169, de 1º de setembro de 2011, devidamente autorizado pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Defesa, que deu conhecimento à Exma. Sra. Presidente da República, conforme ofício nº 8049/MD, de 19 de julho de 2011. Cabe ressaltar que não houve tempo hábil para a inclusão do citado valor adicional referente aos motores e aviônica no presente PLPPA/2012-2015 pelo fato de, com a posição dos fornecedores, terem sido iniciados os processos de busca de orçamentos e negociação de valores ¿a posteriori¿, que resultou nos custos finais ora especificados. São consequências do não atendimento ao pleito: a impossibilidade de definição da Especificação Técnica Preliminar, base para as revisões de projeto e início da industrialização; atraso no cronograma de voo e ensaios do protótipo; atraso na opção da contratação da produção; atraso na entrada em serviço da aeronave de série e prejuízos operacionais para a FAB pela impossibilidade de provimento tempestivo de tais equipamentos, tendo em vista a desativação das aeronaves C-130/Hércules em serviço por mais de 45 anos; e a perda de ¿janela¿ de mercado internacional, com a consequente extinção dos benefícios previstos com o desenvolvimento do avião, uma vez que o cenário internacional atual é favorável à comercialização desse tipo de aeronave pela indústria nacional. Ainda, na existência de um atraso de pagamento, além do período definido no cronograma físico-financeiro, para cada etapa do contrato, a União ficará sujeita ao pagamento de encargos moratórios a partir do 31º dia após a data de apresentação da nota fiscal até a data do efetivo pagamento. Os encargos moratórios serão calculados proporcionalmente aos dias decorridos. Ressalta-se que, por ocasião da elaboração do PPA 2012-2015, a Ação 123B ¿ Desenvolvimento do Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 toneladas (Projeto KC-X) passou a ter o código 01HR (Iniciativa) gerado automaticamente pelo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Inácio Arruda

EMENDA

23570012

EMENTA

Ampliação das metas e criação de novas metas da iniciativa 033U, no objetivo 0780 do programa 2027, para os quatros anos

PROGRAMA

2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

OBJETIVO

0780 - Promover a cidadania e a diversidade das expressões culturais e o acesso ao conhecimento e aos meios de expressão e fruição cultural.

INICIATIVA

033U - ampliação das metas e criação de novas metas para no objetivo 0780 033U

JUSTIFICATIVA

Especificar as metas para promover e ampliar os pontos de cultura

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Inácio Arruda

EMENDA

23570013

EMENTA

Modifica a iniciativa 00XS do objetivo 0289 do programa 2071

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0289 - Estimular a geração de emprego, trabalho e renda, por meio da democratização e ampliação do crédito produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

INICIATIVA

00XS - (...) manutenção de trabalho e renda, com prioridade para as formadas majoritariamente por mulheres.

JUSTIFICATIVA

Segundo o II PNPM é no espaço do trabalho onde as discriminações e as desigualdades étcnico-raciais e de gênero se tornam ainda mais evidentes. "Às desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros. Destaque-se, ainda, que são as mulheres negras que sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça/etnia. Esta interseccionalidade contribui para criar um ordenamento social que coloca no topo os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras. Dentre todos, são elas que vivenciam na escala inferior da pirâmide social as piores condições de trabalho, as que recebem os menores rendimentos, as que mais sofrem com o desemprego e as que mais estabelecem relações informais (e sua conseqüente ausência de proteção social, tanto presente quanto futura) e as que ocupam posições de menor prestígio na hierarquia profissional." Assim, é imprescindível que o as políticas vinculadas ao crédito produtivo contribuam para a igualdade de gênero, raça e etnia no mundo do trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Inácio Arruda

EMENDA

23570014

EMENTA

Modifica a iniciativa 00XT no objetivo 0289 do programa 2071

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0289 - Estimular a geração de emprego, trabalho e renda, por meio da democratização e ampliação do crédito produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

INICIATIVA

00XT - (...) manutenção de trabalho e renda com prioridade para as sob a responsabilidade de mulheres.

JUSTIFICATIVA

Segundo o II PNPM é no espaço do trabalho onde as discriminações e as desigualdades étcnico-raciais e de gênero se tornam ainda mais evidentes. "Às desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros. Destaque-se, ainda, que são as mulheres negras que sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça/etnia. Esta interseccionalidade contribui para criar um ordenamento social que coloca no topo os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras. Dentre todos, são elas que vivenciam na escala inferior da pirâmide social as piores condições de trabalho, as que recebem os menores rendimentos, as que mais sofrem com o desemprego e as que mais estabelecem relações informais (e sua conseqüente ausência de proteção social, tanto presente quanto futura) e as que ocupam posições de menor prestígio na hierarquia profissional." Assim, é imprescindível que o as políticas vinculadas ao crédito produtivo contribuam para a igualdade de gênero, raça e etnia no mundo do trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Inácio Arruda

EMENDA

23570015

EMENTA

Modifica a iniciativa 00XU no objetivo 0289 do programa 2071

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0289 - Estimular a geração de emprego, trabalho e renda, por meio da democratização e ampliação do crédito produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

INICIATIVA

00XU - Concessão de financiamento a atividades produtivas de auto-emprego e trabalho não assalariado, visando à geração e manutenção de trabalho e renda, com prioridade para mulheres e população negra.

JUSTIFICATIVA

Segundo o II PNPM é no espaço do trabalho onde as discriminações e as desigualdades étcnico-raciais e de gênero se tornam ainda mais evidentes. "Às desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros. Destaque-se, ainda, que são as mulheres negras que sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça/etnia. Esta interseccionalidade contribui para criar um ordenamento social que coloca no topo os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras. Dentre todos, são elas que vivenciam na escala inferior da pirâmide social as piores condições de trabalho, as que recebem os menores rendimentos, as que mais sofrem com o desemprego e as que mais estabelecem relações informais (e sua conseqüente ausência de proteção social, tanto presente quanto futura) e as que ocupam posições de menor prestígio na hierarquia profissional." Assim, é imprescindível que o as políticas vinculadas ao crédito produtivo contribuam para a igualdade de gênero, raça e etnia no mundo do trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Inácio Arruda

EMENDA: 23570016

EMENTA

Modifica iniciativa 02QO do objetivo 0715 do programa 2015

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.

INICIATIVA

02QO - (...) - com destaque com destaque para a violência sexual e doméstica, a distribuição de anticoncepcionais de emergência - e sofrimento psicossocial.

JUSTIFICATIVA

A gravidez indesejada e o abortamento continuam sendo uma das principais causa de mortalidade materna. As metas propostas estão previstas no II PNPM (Prioridades 3.3.1 e 3.3.2). O acesso fácil e gratuito do medicamento para contracepção de emergência contribuirá na redução da morte evitável das mulheres. Consta no Dossiê de Morte Materna da RedeSaúde: "A morte materna é um dos mais sensíveis indicadores das condições de vida de uma população e reflete, principalmente, a desarticulação, desorganização e qualidade inadequada da assistência de saúde prestada à mulher durante o ciclo gravídico-puerperal, pois a assistência pronta, oportuna e adequada pode evitar a maioria dessas mortes". De acordo com o Ministério da Saúde (DATASUS, 2001), as mortes maternas correspondem a cerca de 6% dos óbitos de mulheres de 10 a 49 anos no Brasil. Em 1998, a razão de mortalidade materna foi de 63,4 por 100.000 nascidos vivos. Aplicando o fator de correção por subnotificação, no ano referido, tivemos aproximadamente 127 por cem mil nascidos vivos. Este valor nos aproxima dos países mais pobres da América Latina. Diz ainda o Dossiê da Rede Nacional de Saúde: "Entre as causas obstétricas diretas, o aborto é a quarta causa de óbito materno no país, o que demonstra a completa falência da assistência à população, visto que o planejamento familiar é um direito garantido na Constituição de 1988. A morte de mulheres por aborto indica que as ações de planejamento familiar não estão funcionando adequadamente. Associada a isso, existe a questão da criminalização do aborto, que contribui para agravar ainda mais o problema, ao obrigar as mulheres a realizar a interrupção da gravidez na clandestinidade, sob condições precárias de assistência".

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 868 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Inácio Arruda

EMENDA

23570017

EMENTA

Modifica iniciativa 02QR do objetivo 0715 do programa 2015

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.

INICIATIVA

02QR - (...) crianças e adolescentes mais vulneráveis e viabilizar a distribuição de anticoncepcionais de emergência através da Rede.

JUSTIFICATIVA

A gravidez indesejada e o abortamento continuam sendo uma das principais causa de mortalidade materna. As metas propostas estão previstas no II PNPM (Prioridades 3.3.1 e 3.3.2). O acesso fácil e gratuito do medicamento para contracepção de emergência contribuirá na redução da morte evitável das mulheres. Consta no Dossiê de Morte Materna da RedeSaúde: "A morte materna é um dos mais sensíveis indicadores das condições de vida de uma população e reflete, principalmente, a desarticulação, desorganização e qualidade inadequada da assistência de saúde prestada à mulher durante o ciclo gravídico-puerperal, pois a assistência pronta, oportuna e adequada pode evitar a maioria dessas mortes". De acordo com o Ministério da Saúde (DATASUS, 2001), as mortes maternas correspondem a cerca de 6% dos óbitos de mulheres de 10 a 49 anos no Brasil. Em 1998, a razão de mortalidade materna foi de 63,4 por 100.000 nascidos vivos. Aplicando o fator de correção por subnotificação, no ano referido, tivemos aproximadamente 127 por cem mil nascidos vivos. Este valor nos aproxima dos países mais pobres da América Latina. Diz ainda o Dossiê da Rede Nacional de Saúde: "Entre as causas obstétricas diretas, o aborto é a quarta causa de óbito materno no país, o que demonstra a completa falência da assistência à população, visto que o planejamento familiar é um direito garantido na Constituição de 1988. A morte de mulheres por aborto indica que as ações de planejamento familiar não estão funcionando adequadamente. Associada a isso, existe a questão da criminalização do aborto, que contribui para agravar ainda mais o problema, ao obrigar as mulheres a realizar a interrupção da gravidez na clandestinidade, sob condições precárias de assistência".

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Inácio Arruda

EMENDA

23570018

EMENTA

Modifica iniciativa 02W3 do programa 2076

PROGRAMA

2076 - Turismo

OBJETIVO

0740 - Divulgar no exterior a imagem do país, seus produtos, destinos e serviços turísticos, bem como apoiar a internacionalização das empresas brasileiras do segmento.

INICIATIVA

02W3 - Promoção, marketing e apoio a comercialização para a divulgação do turismo brasileiro no mercado internacional, inclusive vinculadas ao combate ao turismo sexual - Plano Aquarela

JUSTIFICATIVA

A expectativa do Ministério do Turismo é passar de 5 milhões para 8 milhões de turistas estrangeiros em nosso país até 2011. O combate ao turismo sexual é uma prática que deve ser adotada por todos aqueles que atuam direta e indiretamente no setor turístico, bem como por toda a sociedade brasileira. Assim, a emenda pretende deixar explicito as ações vinculadas ao combate ao turismo sexual

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 870 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Inácio Arruda

EMENDA

23570027

EMENTA

Alteração de indicador para identificar sexo e cor/etnia no acesso ao serviço jurídico gratuito do programa 2020

PROGRAMA

2020 - ALTERAÇÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Modifica o seguinte INDICADOR: INDICADOR ATUAL: Cidadão assistido com prestação jurídica gratuita INDICADOR PROPOSTO: Pessoa assistida com prestação jurídica gratuita, por sexo, cor/etnia, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2011". Ao especificar o sexo, cor/etnia e a área geográfica, se terá informações mais qualificadas que poderão melhor orientar a aplicação dos recursos e efetividade da política pública. Além do mais, apesar dos avanços relativos a redução da pobreza, o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo, onde os 20% de brasileiros/as mais ricos ficam com 60% da renda nacional e os 20% mais pobres, ficam com 2,85% de nossas riquezas. "A concentração de renda impede que grande parcela da população usufrua direitos constitucionalmente assegurados e universalmente reconhecidos como indispensáveis para promoção da dignidade humana. As desigualdades ainda são acentuadas num contexto permeado pela discriminação racial, de gênero, geracional e de orientação sexual, entre outras. Além do mais, as formas de distribuição e concentração do espaço territorial também estruturam as desigualdades no Brasil". É necessário pois, garantir a essa população excluída do desenvolvimento, o acesso gratuito à justiça para efetivar seus direitos.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 871 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Inácio Arruda

EMENDA

23570028

EMENTA

Inclui indicador para moradia coletiva para pessoas idosas, por sexo e cor/etnia no programa 2049

PROGRAMA

2049 - INCLUSÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Acrescentar INDICADOR: Percentual de pessoas atendidas em domicílios coletivos, por sexo e cor/raça, para o Brasil e segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação, Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". Em estudo do CFEMEA (Indicadores de Gênero e Raça no PPA 2008-2011, Capitulo 7 , autores: José Eustáquio Diniz Alves e Suzana Cavenaghi , Programa Habitação de Interesse Social) os pesquisadores José Eustáquio Diniz Alves e Suzana Cavenaghi sugeriram como cálculo para esse indicador: Cálculo: Número de mulheres (e homens) atendidos em domicílios coletivos particulares ou públicos dividido pelo total de pessoas idosas (60 anos ou mais) na categoria correspondente, por cor/raça (por cem). Ainda segundo os autores, o conceito desse indicador com periodiciade anual, é permitir: (...) monitorar se, ao longo dos anos cobertos pelo PPA, está havendo desigualdades no atendimento do programa às pessoas idosas com necessidades de habitação. Especialmente para as mulheres da terceira idade, que são a grande maioria das pessoas com mais de 60 anos, ¿ e principalmente entre a população mais pobre - o atendimento em instituições de longa permanência para idosos é de fundamental importância para a qualidade de vida destas pessoas e famílias.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 872 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Inácio Arruda

EMENDA

23570029

EMENTA

Inclui indicadores ao programa 2019 explicitando atendimento às mulheres, por grupo de cor/raça

PROGRAMA

2019 - INCLUSÃO DE INDICADORES - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Inclusão dos Indicadores: - Percentual de mulheres responsáveis legais pelo beneficio, por grupos de cor/raça, segundo grandes regiões. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". - Percentual de mulheres que são responsáveis legais pelo benefício e sem cônjuge/companheiro(a) por grupos de cor/raça, segundo grandes regiões. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". A inclusão dos indicadores propostos pretende garantir visibilidade aos grupos beneficiários do programa, permitindo ao Poder Público a formulação e implementação de políticas específicas e complementares, que possam contribuir para a redução das vulnerabilidades sociais e desenvolvimento de suas potencialidades. Os indicadores propostos são viáveis, na medida em que os dados primários estão disponíveis no Cadastro Único para Programas Sociais, que é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Inácio Arruda

EMENDA

23570030

EMENTA

Incluir indicador com número de creches e período de funcionamento no programa 2030

PROGRAMA

2030 - INCLUSÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Acrescenta o seguinte INDICADOR: - Número de creches existentes, por Grandes Regiões, Estados e Municípios e por período de funcionamento. Unidade de Medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2011". No jornal FEMEA, produzido pelo CFEMEA, de dezembro de 2009, foi publicada a matéria Falta de creches públicas sobrecarrega e empobrece as mulheres trabalhadoras que diz o seguinte: "O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM) tem como meta aumentar em 12% o número de crianças de zero a seis anos de idade freqüentando creche ou pré-escola na rede pública e construir 1.714 creches, entre 2008 e 2011. Mas, nesses dois últimos anos, foi feito muito pouco para cumprir a meta. Em 2009, foram gastos apenas 4,5% dos recursos previstos para a construção de creches (R$ 535 milhões). Nesse ritmo, o governo federal vai ficar muito longe de cumprir o compromisso firmado com as mulheres por meio do PNPM. Para 2010, está previsto cerca de R$ 1 bilhão. Nas famílias onde as crianças com até seis anos de idade estão em creche ou na pré-escola, a renda familiar por pessoa é 50% maior do que naquelas que não contam com essa opção, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001." Nas famílias mais pobres é que o impacto da oferta de creches e escolas é maior, segundo artigo da professora Bila Sorj, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nessas famílias, o salário das mães é 35% maior quando elas contam com educação para seus filhos, por causa da liberação de tempo (até duas horas diárias) para o trabalho remunerado. Nas famílias mais ricas, o aumento no salário cai para cerca de 14% e a jornada permanece igual. "Assim, podemos concluir que o grupo de renda que mais se beneficia do acesso à educação infantil são os pobres", diz Bila em seu artigo, para concluir: "Dessa maneira, a ampliação dos investimentos públicos na educação infantil deve ser considerada uma prioridade na agenda das políticas públicas voltadas à promoção de equidade de gênero". A meta no PPA 2012-2015 de 6.000 creches é quatro vezes ao que se tinha previsto no II PNPM, mas é preciso garantir que essa meta será cumprida. Esse ano de 2011 quantas creches foram inauguradas? Quantas estão em funcionamento em tempo integral, inclusive nas férias escolares? Quantas creches funcionam no

período noturno? Essas seis mil serão realizadas a média de 1500 por ano? A Ação orçamentária 09CW - APOIO A REESTRUTURACAO DA REDE FISICA PUBLICA DA EDUCACAO BASICA do Programa: 1448 - QUALIDADE NA ESCOLA que tem autorizado na LOA 2011, R$ 657,6 milhões até o dia 22/09/2011, empenhou só 61,9% (R$406,8 milhões) e liquidou apenas R$104.4 milhões, que representam 15,9% dos recursos autorizados para o corrente ano. Para que a sociedade possa melhor monitorar a realização dessa meta de 6000 creches é que se propõe o indicador com divulgação trimestral.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Inácio Arruda

EMENDA

23570031

EMENTA

Incluir indicadores para identificar a particip de mulheres e pop negra no acesso ao crédito e ATER

PROGRAMA

2012 - INCLUSÃO DE INDICADORES - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Incluam-se os seguintes INDICADORES - Taxa de atendimento a beneficiários do Programa, por sexo, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". - Taxa de atendimento aos beneficiários do Programa, por cor/raça e enquadramento, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". - Percentual de egressos das ações de ATER, por sexo, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". - Número de pessoas com acesso ao crédito agrícola, por volume de recursos, por sexo, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de Medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2011". As metas do Programa de Agricultura Familiar bem como seus objetivos especificam claramente o opção de incluir a população feminina em suas ações. Entretanto os indicadores que servirão de base para a avaliação do Programa não trazem nenhuma indicação do sexo ou cor de seus beneficiários, daí a proposta de acréscimo desses três indicadores que permitirão, respectivamente: a. identificar a participação das mulheres na distribuição dos recursos do Programa, seja como principal beneficiária do Programa, seja na condição de cônjuge (2º titular); b. avaliar a distribuição dos recursos do Programa segundo a cor/raça dos beneficiários e sua representatividade em cada grupo de acesso do PRONAF; c. Medir a participação dos agricultores familiares homens e mulheres nas ações de ATER. O outro indicador proposto visa avaliar se as metas (que especificam o atendimento às mulheres rurais em 30 e 35%) previstas nos objetivos: ¿ OBJETIVO: 0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços. ¿ OBJETIVO: 0759 - Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar foram alcançadas como previsto no Programa. O valor de referência do indicador Disponibilização de recursos pelo Plano Safra da Agricultura Familiar é de R$16 bilhões de reais e,

observada a orientação geral das metas do Programa que estimam a participação das mulheres de 30% a 35% nas ações, nesses recursos então se teria R$5 bilhões a serem destinados preferencialmente as mulheres rurais.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 877 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Inácio Arruda

EMENDA

23570032

EMENTA

Inclusão de indicador ao programa 2069

PROGRAMA

2069 - INCLUSÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Inclusão de Indicador: - População residente, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, por tipo de insegurança alimentar, segundo sexo, grupos de idade, cor ou raça. Unidade de Medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2011". O indicador proposto possibilita a identificação dos grupos populacionais mais vulneráveis relativamente a dimensão da segurança alimentar e nutricional e assim a adoção de políticas públicas que considerem tais especificidades. Ressalte-se que o IBGE tem realizado periodicamente, no âmbito da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios pesquisas que possibilitam o acompanhamento do indicador proposto, como em 2004 e 2009.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 878 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Inácio Arruda

EMENDA

23570033

EMENTA

Inclusão de indicadores no programa 2016

PROGRAMA

2016 - INCLUSÃO DE INDICADORES - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Incluam-se os seguintes INDICADORES: - Taxa de Homicídio de Mulheres, por cor/etnia, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de Medida %, Data de Referência 01/01/2011. - Participação das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA). Unidade de medida %, Data de Referência 01/01/2011. Nos últimos anos o Governo federal aumentou ano a ano o gasto com o seu programa de combate à violência contra as mulheres. Em 1998 liquidou R$362 648,00 e em 2008 esse valor foi de R$ 25 378 902,00, mas a taxa de homicídios femininos continuou inalterada (de 4,27 para 4,17) no período. A alocação de recursos financeiros dos governos e a criação de mecanismos de combate à violência contra as mulheres e de normas legais específicas, como a Lei Maria da Penha, que já tem 5 anos, não foram suficientes para diminuir os homicídio de mulheres. Conforme registra o Mapa da Violência, no período entre 1998 e 2008, foram assassinadas no país 42 mil mulheres em um ritmo que acompanhou quase estritamente o crescimento da população feminina, de forma tal que as taxas anuais do período rondaram sempre os 4,25 homicídios para cada 100 mil mulheres. Número e taxas de homicídio feminino.Brasil. 1998/2008. Ano Homicídios Taxa 1998 3.503 4,27 1999 3.536 4,26 2000 3.743 4,34 2001 3.851 4,40 2002 3.867 4,36 2003 3.937 4,38 2004 3.830 4,21 2005 3.884 4,15 2006 4.022 4,24 2007 3.772 3,92 2008 4.023 4,17 Total 41.968 4,25 Fonte: SIM/SVS/MS O Mapa traz ainda as informações dos homicídios por Estado: Número e taxas de homicídios femininos. Brasil, 1998-2008 UF/Região Número de homicídios Taxas de homicídio Var % 1998 2008 1998 2008 Acre 12 14 4,7 4,1 -12,1 Amapá 12 13 5,7 4,3 -25,9 Amazonas 54 63 4,3 3,8 -11,9 Pará 66 164 2,3 4,5 95,4 Rondônia 45 39 7,3 5,3 -27,1 Roraima 12 15 9,5 7,7 -19,3 Tocantins 19 21 3,5 3,3 -5,3 Norte 220 329 3,8 4,4 16,9 Alagoas 44 83 3,2 5,2 62,4 Bahia 100 308 1,5 4,2 173,9 Ceará 56 118 1,6 2,7 75,3 Maranhão 29 81 1,1 2,6 137,6 Paraíba 41 85 2,4 4,4 87,1 Pernambuco 277 298 7,1 6,6 -7,1 Piauí 20 40 1,4 2,5 75,5 R G Norte 20 60 1,5 3,8 154,0 Sergipe 14 35 1,6 3,4 110,8 Nordeste 601 1.108 2,6 4,1 59,6 Espírito Santo 165 191 11,3 10,9 -3,6 Minas Gerais 195 372 2,3 3,7 64,1 Rio de Janeiro 563 372 7,9 4,5 -43,3 São Paulo 1.036 666 5,8 3,2 -45,3 Sudeste 1.959 1.601 5,6 3,9 -30,2

Paraná 179 307 3,8 5,7 49,2 R G Sul 181 216 3,6 3,9 8,1 Sta Catarina 67 86 2,7 2,8 6,0 Sul 427 609 3,5 4,4 24,7 Distr Federal 59 72 5,9 5,4 -8,6 Goiás 72 161 3,0 5,5 79,6 Mato Grosso 94 84 8,3 5,8 -30,5 Mato G do Sul 71 59 7,2 5,0 -29,6 Centro-Oeste 296 376 5,4 5,4 1,0 Brasil 3.503 4.023 4,3 4,2 -2,4 Fonte: SIM/SVS/MS Em recente estudo publicado, o CFEMEA alerta para as diferenças de homicídios das mulheres brancas e negras. A pedido do CFEMEA, o pesquisador Julio Jacobo Waiselfisz elaborou informações que mostram que, desde 2003, o número de homicídios de mulheres brancas vem caindo, enquanto o de mulheres negras aumenta: Taxas (em 100 mil) Vitimização (Indica em que proporção morreram mais mulheres negras do que brancas) (%) Brancas Negras 3,2 4,7 45,7 Fonte: SIM/SVS/MS. Elaboração: Julio Jacobo Waiselfis Diz Ana Claudia Pereira, Consultora do CFEMEA: Isso quer dizer que morreram, somente em 2008, 45,7% mais mulheres negras do que brancas. Essa diferença, além de muito preocupante, sugere que a aplicação de leis e políticas públicas para acabar com a violência de forma diferente para brancas e negras. É necessário que o poder público e a academia investiguem essas desigualdades para explicar melhor porque ela ocorre dessa forma e criar mecanismos para que as mulheres negras também tenham seus direitos garantidos. A apuração do indicador proposto auxiliará no diagnóstico da situação e indicará medidas regionais e locais a serem adotadas pelos governos para reduzir os homicípios femininos que na maioria das vezes é praticado no próprio domicílio da vítima. O outro indicador proposto, medirá a eficácia das medidas do Plano Mais Brasil a para a autonomia econômica as mulheres. A análise da participação das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA) mostrará se as medidas de criação de infra-estrutura social colocadas no PPA tiveram as consequencias esperadas de aumentar a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Inácio Arruda

EMENDA

23570034

EMENTA

Modifica indicador do programa 2029

PROGRAMA

2029 - ALTERAÇÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

INDICADOR MODIFICADO: - Participantes sócios em empreendimentos econômicos Solidários , segundo sexo, cor/raça. Unidade de Medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2008", Índice de Referência "1.687.035". A especificação de sexo, raça/cor nos indicadores vinculados aos empreendimentos econômicos solidários é fundamental para a formulação e implementação das políticas públicas orientadas à igualdade de gênero, raça/etnia no mundo do trabalho. O indicadores sociais e econômicos disponíveis evidenciam, conforme explicita a própria Mensagem Presidencial as desigualdades de gênero raça e etnia no mundo do trabalho. Segundo II PNPM "as desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros".Para reverter tal quadro de injustiça é preciso acompanhar a partir dos parâmetros propostos a execução das políticas públicas direcionadas aos empreendimentos econômicos solidários.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Inácio Arruda

EMENDA

23570035

EMENTA

Modifica indicadores do programa 2071

PROGRAMA

2071 - ALTERAÇÃO DE INDICADORES - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Modifica os seguintes INDICADORES: - Clientes ativos do microcrédito produtivo orientado, segundo, sexo, raça/cor. Unidade de medida "unidade", Data de Referência "01/01/2011". - Operações realizadas de microcrédito produtivo orientado segundo, sexo, raça/cor. Unidade de medida "unidade" e "R$1,00", Data de Referência "01/01/2011". - Volume de crédito concedido para microcrédito produtivo Orientado, segundo segundo, sexo, raça/cor do responsável ou predominante no grupo. Unidade de medida "R$1,00", Data de Referência "01/01/2011". A especificação de sexo, raça/cor nos indicadores vinculados ao microcrédito produtivo orientado é fundamental para a formulação e implementação das políticas públicas orientadas à igualdade de gênero, raça/etnia no mundo do trabalho. O indicadores sociais e econômicos disponíveis evidenciam, conforme explicita a própria Mensagem Presidencial as desigualdades de gênero raça e etnia no mundo do trabalho. Segundo II PNPM ¿as desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros¿.Para reverter tal quadro de injustiça é preciso acompanhar a partir dos parâmetros propostos a execução das políticas públicas de microcrédito produtivo orientado.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA: Inácio Arruda

EMENDA: 23570036

EMENTA TEXTO

Acrescenta parágrafos ao Art. 16

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Modificativa	Artigo 16

TEXTO PROPOSTO

Art. 16. O Poder Executivo promoverá a participação da sociedade no processo de monitoramento dos Programas do PPA2012-2015.
§ 1º. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão coordenará o Sistema Público de Monitoramento do PPA que terá efetiva participação social e transparência das informações
§ 2º. Caberá ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão disponibilizar, na internet, a execução orçamentária dos Programas do PPA e anualmente, o quantitativo alcançado de cada meta prevista, inclusive a posição das metas qualitativas especificadas, e a evolução dos indicadores, quando couber.
§ 3º. Caberá à Secretaria Geral da Presidência da República coordenar e viabilizar a divulgação, no Sistema Público de Monitoramento do PPA, das informações dos Conselhos de Controle Social e as deliberações das Conferências Nacionais e sua interface, no que couber, com os Programas Temáticos e Metas do PPA.
§ 4º O Fórum Interconselhos deverá compor o Sistema Público de Monitoramento do PPA, devendo se reunir no mínimo uma vez a cada semestre para monitorar a execução do PPA 2012-2015.

JUSTIFICATIVA

O Governo Federal realizou em maio último o Fórum Interconselhos, do qual participaram 400 pessoas: 285 representantes vinculados a 34 conselhos nacionais, dois comissões e CDES; 85 representantes de entidades regionais não representadas nos conselhos setoriais e representantes do Ministério do Planejamento, da Secretaria Geral e da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. Na oportunidade foi distribuída a Cartilha de Orientação para as Consultas à Sociedade sobre o Ciclo de Gestão do PPA 2012-2015 que traz a seguinte afirmação: "O PPA 2012-2015 será orientado, dentre outras características, por um amplo processo participativo, cuja finalidade é a de que o Plano seja um importante instrumento de interação entre o Estado e o cidadão, com vistas à efetividade das políticas públicas." Esse novo espaço de debate proposto pelo Governo federal, chamado de Fórum Inter Conselhos, para não repetir as experiências frustradas de participação social que ocorreram nos dois últimos PPAs (2004-2007 e 2008-2011), necessitará de informações oficiais e atualizadas sobre o gasto público e a execução das metas definidas pelo governo para cada Programa do PPA 2011-2015 - Plano Mais Brasil O Art 16 do Projeto de Lei 29/2011-CN não especifica quais órgãos do Executivo serão os responsáveis pela divulgação e transparência das informações indispensáveis para que a sociedade possa participar do processo e nem tão pouco define os meios de divulgação desses dados. Também os mecanismos para garantir a participação social no monitoramento do PPA e execução da LOA, não estão citados. Os acréscimos dos parágrafos ao artigo 16 vêm suprir essas deficiências ao definir os órgãos do Poder Executivo responsáveis pela sistematização e divulgação das informações (MPOG) e que garantirão (SG/PR) que os mecanismos hoje existentes: conselhos de controle social e conferências nacionais tenham suas decisões melhor incorporadas às peças orçamentárias da União. O Sistema Público de Monitoramento, contando pelo menos com o Fórum Interconselhos para monitoramento periódico e sistemático do PPA, além da divulgação ampla de informações pela internet sobre a execução das políticas governamentais previstas no PPA vai fornecer as condições básicas para uma efetiva participação social no monitoramento das políticas públicas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Inácio Arruda	23570037

EMENTA TEXTO

Altera a redação do inciso I do art. 4º

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Modificativa	Artigo 4 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

Art. 4º O PPA 2012-2015 terá como diretrizes:
I - a redução das desigualdades sociais, de gênero, étnico-racial e regionais;

JUSTIFICATIVA

A emenda pretende incorporar entre as diretrizes do Plano Plurianual 2012-2015 a redução das desigualdades de gênero e étnico-racial, que conforme dados constantes na Mensagem Presidencial que o encaminha, ainda são persistentes e estruturantes da exclusão social no Brasil "Nos últimos anos, o processo de inclusão social e redução das desigualdades retirou milhões de brasileiros da pobreza. Todavia, o perfil daqueles que ainda se encontram em situação de extrema pobreza indica que há segmentos mais vulneráveis, como a populações feminina e negra." Vale lembrar que nos dois últimos Planos, tal diretriz esteve explicita de forma enfática. No Plano Plurianual 2004-2007 as desigualdades manifestadas nas dimensões raciais e de gênero foram incorporadas como fatores que aumentam a injustiça e a exclusão social: "Tal registro é necessário para rompermos com a visão que nega a existência do racismo e discriminação da mulher como fator que aumenta a injustiça e a exclusão social." A incorporação da garantia da transversalidade de gênero, raça/etnia na formulação e implementação do conjunto das políticas públicas era uma das diretrizes gerais presentes no PPA 2004/2007. Dois desafios estavam colocados: Desafio 8: Promover a Redução das Desigualdades Raciais, com Ênfase na Valorização Cultural das Etnias Desafio 9: Promover a Redução das Desigualdades de Gênero, com Ênfase na Valorização das Diferentes Identidades No PPA 2008-2011 tais dimensões estão presentes no desafio "Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos", sendo explicitado "... a perspectiva de promoção da igualdade de gênero e raça deve estar presente na elaboração, execução e monitoramento de todas as políticas de governo, incorporada como princípio gerador de democracia, desenvolvimento e paz social." A emenda, portanto, vem resgatar tais dimensões estruturantes das desigualdades e da injustiça social no Brasil, entre as diretrizes do Plano Plurianual 2012-2015.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 884 de 2315

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Inácio Arruda	23570038

EMENTA TEXTO

Suprime o inciso III, do § 5º, do art. 19, renumerando-se os demais

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Supressiva	Artigo 19 Parágrafo 5 Inciso III

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de lei do PPA 2012-2015 autoriza o Poder Executivo a alterar alguns atributos dos programas no decorrer do processo de implementação do Plano Plurianual. De fato, é preciso garantir algum grau de flexibilidade, na medida em que o Plano tem uma duração de 4 anos e a dinâmica de mudanças nos cenários e nos processos de execução das políticas públicas, requerem, para além da possibilidade de revisão anual, algum grau de autonomia do Poder Executivo, que viabilize uma adequação da sua programação. Mas, é preciso também que o Poder Legislativo garanta, nas alterações que envolvam mérito, a sua autorização específica. É o caso do atributo META. Assim, a presente emenda visa excluir a autorização para sua alteração no âmbito do Poder Executivo.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Inácio Arruda

EMENDA

23570019

EMENTA

Alteração de meta no programa 2029 para incluir prioridade para mulheres e população negra

PROGRAMA

2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

OBJETIVO

0983 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

JUSTIFICATIVA

Segundo o II PNPM é no espaço do trabalho onde as discriminações e as desigualdades étcnico-raciais e de gênero se tornam ainda mais evidentes. "Às desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros. Destaque-se, ainda, que são as mulheres negras que sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça/etnia. Esta interseccionalidade contribui para criar um ordenamento social que coloca no topo os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras. Dentre todos, são elas que vivenciam na escala inferior da pirâmide social as piores condições de trabalho, as que recebem os menores rendimentos, as que mais sofrem com o desemprego e as que mais estabelecem relações informais (e sua conseqüente ausência de proteção social, tanto presente quanto futura) e as que ocupam posições de menor prestígio na hierarquia profissional." Assim, é imprescindível que o as políticas vinculadas a capacitação social e profissionais dos trabalhadores para a economia solidária contribuam para a igualdade de gênero, raça e etnia no mundo do trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Inácio Arruda

EMENDA

23570020

EMENTA

Alteração de metas do Objetivo 0780 na iniciativa 033U - Cultura Viva

PROGRAMA

2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

OBJETIVO

0780 - Promover a Cidadania e a diversidade das expressões culturais e o acesso ao conhecimento e aos meios de expressão e fruição cultural

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

42000 - Ministério da Cultura

JUSTIFICATIVA

Esta emenda objetiva criar meta nova ao objetivo 0780 do programa 2027 do Ministério da Cultura. O atual PPA, que abriga o Programa Nacional Cultura Viva, Educação e Cidadania conhecido como Cultura Viva, que engloba diversos projetos como os Pontos de Cultura (articula trabalhos culturais locais), os Pontos de Mídia Livre (desenvolve novas mídias e ferramentas de comunicação compartilhadas e colaborativas), a Ação Griô (valoriza a tradição oral) e o Cultura Digital (desenvolve plataformas de produção e difusão cultural na internet e suportes audiovisuais. O programa Cultura viva existe desde 2005 e responde pela existência de 4 mil organizações culturais, oportunizando mais de 8 milhões de empregos nos últimos 6 anos em todo o país. Assegurar que essas conquistas não se percam com mudanças de governo é um compromisso que o Congresso Nacional deve primar. O sucesso deste programa o fez ser contemplado na proposta do PPA 2012-2015, na iniciativa 033U, como o mesmo nome. Contudo, as metas para este objetivo não prevê a ampliação da pontos e pontões de cultura, nem o suporte aos atuais pontos. Isto é uma falha no planejamento da ação. Criar uma meta que estabeleça a criação de mais 1mil pontos de cultura e manter os que já existem é permitir a ampliação dos frutos deste programa, que têm atingindo tantos municípios brasileiros permitindo o acesso à cultura e aos recursos da área da cultura, dando cidadania e permitindo a empregabilidade de tantos jovens.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Inácio Arruda

EMENDA

23570021

EMENTA

Inclui metas ao objetivo 0715 do programa 2015

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0715 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

36000 - Ministério da Saúde

JUSTIFICATIVA

A gravidez indesejada e o abortamento continuam sendo uma das principais causa de mortalidade materna. As metas propostas estão previstas no II PNPM (Prioridades 3.3.1 e 3.3.2). O acesso fácil e gratuito do medicamento para contracepção de emergência contribuirá na redução da morte evitável das mulheres. Consta no Dossiê de Morte Materna da Rede Saúde: "A morte materna é um dos mais sensíveis indicadores das condições de vida de uma população e reflete, principalmente, a desarticulação, desorganização e qualidade inadequada da assistência de saúde prestada à mulher durante o ciclo gravídico-puerperal, pois a assistência pronta, oportuna e adequada pode evitar a maioria dessas mortes". De acordo com o Ministério da Saúde (DATASUS, 2001), as mortes maternas correspondem a cerca de 6% dos óbitos de mulheres de 10 a 49 anos no Brasil. Em 1998, a razão de mortalidade materna foi de 63,4 por 100.000 nascidos vivos. Aplicando o fator de correção por subnotificação, no ano referido, tivemos aproximadamente 127 por cem mil nascidos vivos. Este valor nos aproxima dos países mais pobres da América Latina. Diz ainda o Dossiê da Rede Nacional de Saúde: "Entre as causas obstétricas diretas, o aborto é a quarta causa de óbito materno no país, o que demonstra a completa falência da assistência à população, visto que o planejamento familiar é um direito garantido na Constituição de 1988. A morte de mulheres por aborto indica que as ações de planejamento familiar não estão funcionando adequadamente. Associada a isso, existe a questão da criminalização do aborto, que contribui para agravar ainda mais o problema, ao obrigar as mulheres a realizar a interrupção da gravidez na clandestinidade, sob condições precárias de assistência".

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 888 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Inácio Arruda

EMENDA

23570022

EMENTA

Inclui metas no programa 2037

PROGRAMA

2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

OBJETIVO

0282 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

JUSTIFICATIVA

A inclusão das metas relativas à ampliação dos serviços de proteção social especial, está vinculado a garantia dos direitos de cidadania no campo da política pública de assistência social, conforme estabelece a Constituição Federal. As novas metas dialogam também com a prioridade estratégica do movimento de mulheres de garantir que o Estado cumpra seu papel no oferecimento de infraestrutura social, particularmente da infraestrutura para a economia do cuidado. Estudo da CEPAL indica que o ponto cego das políticas públicas na America Latina está na redistribuição das tarefas de cuidado entre o Estado, o mercado e as famílias. E nesse ponto as desigualdades de gênero são evidentes. Segundo jornal Fêmea jul/set/2011, "O cuidado no Brasil ainda é um problema de esfera privada, cuja solução recai, quando não exclusivamente, no mínimo desproporcionalmente, sobre as mulheres". Na mesma edição, Alícia Bárcena, Secretária Executiva da CEPAL, afirma que não será possível conseguir igualdade para as mulheres enquanto não for resolvida a carga de trabalho não remunerado e de cuidados que recai historicamente sobre as mulheres.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 889 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Inácio Arruda

EMENDA

23570023

EMENTA

Insere meta no objetivo 0738 do programa 2076

PROGRAMA

2076 - Turismo

OBJETIVO

0738 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

54000 - Ministério do Turismo

JUSTIFICATIVA

O turismo é um segmento econômico com grande potencial de crescimento, inclusive pelos impulsos advindos da realização de grandes eventos internacionais como a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016. Nesse sentido, seu crescimento deve estar afinado com a perspectiva da igualdade de gênero e raça e etnia. Por isso é fundamental que seja garantida a prioridade para mulheres e população negra, fazendo do turismo um ¿importante indutor da inclusão social. Uma inclusão que pode ser alcançada por duas vias: a da produção, por meio da criação de novos postos de trabalho, ocupação e renda, e a do consumo, com a absorção de novos turistas no mercado interno¿, conforme estabelece o Plano Nacional de Turismo. È preciso ampliar a presença das mulheres, negros e negras nas atividades econômicas dos megaeventos esportivos, iniciativas de empreendedorismo, incentivo ao turismo e ao artesanato, enfim, o acesso à toda cadeia produtiva do turismo.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Inácio Arruda

EMENDA

23570024

EMENTA

Modifica o objetivo 0289 do programa 2071

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0289 - Estimular a geração de emprego, trabalho e renda, por meio da democratização e ampliação do crédito produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e para a igualdade de gênero, raça e etnia.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

JUSTIFICATIVA

Segundo o II PNPM é no espaço do trabalho onde as discriminações e as desigualdades étcnico-raciais e de gênero se tornam ainda mais evidentes. "Às desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros. Destaque-se, ainda, que são as mulheres negras que sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça/etnia. Esta interseccionalidade contribui para criar um ordenamento social que coloca no topo os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras. Dentre todos, são elas que vivenciam na escala inferior da pirâmide social as piores condições de trabalho, as que recebem os menores rendimentos, as que mais sofrem com o desemprego e as que mais estabelecem relações informais (e sua conseqüente ausência de proteção social, tanto presente quanto futura) e as que ocupam posições de menor prestígio na hierarquia profissional." Assim, é imprescindível que o as políticas vinculadas ao crédito produtivo contribuam para a igualdade de gênero, raça e etnia no mundo do trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Inácio Arruda

EMENDA

23570025

EMENTA

Modifica o objetivo 0619 do programa 2019

PROGRAMA

2019 - Bolsa Família

OBJETIVO

0619 - Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e da articulação com outras políticas promotoras de emancipação.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

JUSTIFICATIVA

A emenda visa garantir a ampliação da articulação do Programa Bolsa Família com outras políticas promotoras de emancipação. Nas palavras de José Eustáquio Diniz Alves: "Se o Programa Bolsa Família quiser realmente reduzir as situações de pobreza terá que garantir a autonomia feminina criando mecanismos de apoio público à família (como creches, restaurantes populares, etc.) e de promoção à educação e à emancipação profissional das mulheres, reduzindo a violência social e doméstica, fortalecendo a convivência comunitária, além de incentivar uma divisão de tarefas e responsabilidades mais igualitárias entre os cônjuges e demais membros da família."(Autonomia Feminina e o Bolsa Família).

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Inácio Arruda

EMENDA

23570026

EMENTA

Modifica texto e metas do objetivo 0291 do programa 2071

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0291 - Fortalecer a política de microcrédito produtivo orientado, promovendo a universalização do acesso a essa modalidade de crédito por meio do apoio às instituições do setor, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo, na perspectiva da igualdade de gênero, raça e etnia.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

JUSTIFICATIVA

A alteração das metas pretende garantir prioridade as mulheres e a população negra nas operações de microcrédito, contribuindo para a promoção de sua autonomia econômica e financeira. A especificação de sexo, raça/cor nos indicadores vinculados ao microcrédito produtivo orientado é fundamental para a formulação e implementação das políticas públicas orientadas à igualdade de gênero, raça/etnia no mundo do trabalho. Por isso, é necessário que os registros administrativos dos agentes operadores dos processos de qualificação e concessão de crédito também viabilizem tal desagregação das informações.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 893 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Inocêncio Oliveira

EMENDA

12210001

EMENTA

APOIAR O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS EM MUNICÍPIOS COM ATÉ 50 MIL HABITANTES

PROGRAMA

2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

OBJETIVO

0500 - Promover a ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social.

INICIATIVA

NOVA - APOIAR O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS EM MUNICÍPIOS COM ATÉ 50 MIL HABITANTES

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
50.000.000	01/01/2012	31/12/2015	12.500.000	37.500.000

JUSTIFICATIVA

A PRESENTE EMENDA VISA A PROMOÇÃO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A INCLUSÃO PRODUTIVA E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ATRAVÉS DO DESENVOLVIMENTO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS COM ATÉ 50 MIL HABITANTES.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 894 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Inocêncio Oliveira

EMENDA

12210002

EMENTA

CONCLUSÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO DE SERRINHA/PE

PROGRAMA

2013 - Agricultura Irrigada

OBJETIVO

0175 - Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.

INICIATIVA

NOVA - CONCLUSÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO DE SERRINHA/PE

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	01/01/2012	31/12/2015	25.000.000	75.000.000

JUSTIFICATIVA

A PRESENTE EMENDA VISA A CONCLUSÃO DO PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO DO AÇUDE SERRINHA, NO ESTADO DE PERNAMBUCO, DE FORMA A IMPLANTAR AS ETAPAS NECESSÁRIAS A VIABILIZAÇÃO DE TÃO IMPORTANTE PROJETO QUE MUDARÁ DE SOBREMANEIRA A FISIOGRAFIA SÓCIO-ECONÔMICA DA REGIÃO. RESSALTE-SE QUE JÁ FORAM DESAPROPRIADOS 4.000 HECTARES DE TERRA, O DESMATAMENTO ENCONTRA-SE FEITO, BEM COMO A ESTRADA DO CONTORNO E TODA A ELETRIFICAÇÃO NECESSÁRIA.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Inocêncio Oliveira

EMENDA

12210003

EMENTA

CONSTRUÇÃO DE AÇUDES E POÇOS ARTESIANOS NO SEMI-ÁRIDO NORDESTINO

PROGRAMA

---- - Programa do novo Objetivo

OBJETIVO

NOVO - PROMOÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

INICIATIVA

NOVA - IMPLANTAÇÃO DE AÇUDES E POÇOS ARTESIANOS NO SEMI-ÁRIDO NORDESTINO

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
50.000.000	01/01/2012	31/12/2015	12.500.000	37.500.000

JUSTIFICATIVA

A PRESENTE EMENDA VISA A PROMOÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO DE AÇUDES E POÇOS ARTESIANOS NO SEMI-ÁRIDO NORDESTINO, ONDE HÁ GRANDE ESCASSEZ DE RECURSOS HÍDRICOS E BAIXOS ÍNDICES PLUVIOMÉTRICOS.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Inocêncio Oliveira

EMENDA

12210004

EMENTA

CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE PREVENÇÃO AO CONSUMO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

PROGRAMA

---- - Programa do novo Objetivo

OBJETIVO

NOVO - APOIAR A IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE PREVENÇÃO DE CONSUMO DE DROGAS

INICIATIVA

NOVA - FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS COM ÊNFASE NA CRIAÇÃO DE CENTROS DE PREVENÇÃO

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
20.000.000	01/01/2012	31/01/2015	5.000.000	15.000.000

JUSTIFICATIVA

A PRESENTE EMENDA VISA O FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS ATRAVÉS DA CRIAÇAO DE CENTROS DE PREVENÇÃO AO CONSUMO DE CRACK E OUTRAS DROGAS.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Inocêncio Oliveira

EMENDA

12210005

EMENTA

IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS EM MUNICÍPIOS COM ATÉ 50 MIL HABITANTES

PROGRAMA

2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

OBJETIVO

0782 - Promover o acesso ao livro e à leitura e a formação de mediadores, no âmbito da implementação do Plano Nacional do Livro e Leitura e do fomento à criação de planos correlatos nos estados e municípios.

INICIATIVA

NOVA - Instalação e modernização de bibliotecas públicas, comunitárias e pontos de leitura em municípios com até 50 mil habitantes

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
50.000.000	01/01/2012	31/12/2015	12.500.000	37.500.000

JUSTIFICATIVA

A PRESENTE EMENDA VISA A PROMOÇÃO DO ACESSO AO LIVRO E À LEITURA ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS COMUNITÁRIAS EM MUNICÍPIOS COM ATÉ 50 MIL HABITANTES.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Inocêncio Oliveira

EMENDA

12210006

EMENTA

IMPLANTAÇÃO DE VILAS OLÍMPICAS EM MUNICÍPIOS COM ATÉ 50 MIL HABITANTES

PROGRAMA

2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

OBJETIVO

0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.

INICIATIVA

NOVA - IMPLANTAÇÃO DE VILAS OLÍMPICAS EM MUNICÍPIOS COM ATÉ 50 MIL HABITANTES

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
200.000.000	01/01/2012	31/12/2015	50.000.000	150.000.000

JUSTIFICATIVA

A PRESENTE EMENDA VISA A IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇOS DESTINADOS À PRÁTICA DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO DE VILAS OLÍMPICAS EM MUNICÍPIOS COM ATÉ 50 MIL HABITANTES. TAL AÇÃO PROMOVERÁ A CIDADANIA, A UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO AO ESPORTE E A CONSEQUENTE DIFUSÃO DAS PRÁTICAS DESPORTIVAS, TÃO IMPORTANTES NA FORMAÇÃO DE FUTUROS ATLETAS BRASILEIROS, BEM COMO A INCLUSÃO SOCIAL E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Inocêncio Oliveira

EMENDA

12210007

EMENTA

INFORMATIZAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM MUNICÍPIOS COM ATÉ 50 MIL HABITANTES

PROGRAMA

---- - Programa do novo Objetivo

OBJETIVO

NOVO - IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMÁTICA NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

INICIATIVA

NOVA - IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE INFORMÁTICA NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM MUNICÍPIOS COM ATÉ 50 MIL HABITANTES

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
50.000.000	01/01/2012	31/12/2015	12.500.000	37.500.000

JUSTIFICATIVA

A PRESENTE EMENDA VISA A IMPLANTAÇÃO, O DESENVOLVIMENTO E A CONSOLIDAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMÁTICA NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MUNICÍPIOS COM ATÉ 50 MIL HABITANTES. OBJETIVAMENTE ISSO SIGNIFICARÁ MANTER ESSAS EMPRESAS ATIVAS EM UM MERCADO CADA VEZ MAIS COMPETITIVO, COM TECNOLOGIAS AVANÇADAS E SERVIRÁ TAMBÉM COMO FERRAMENTA DE CONTROLE INTERNO, E PORQUE NÃO DIZER, COMO FERRAMENTA DE CONTROLE GOVERNAMENTAL PARA ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO ECONÔMICO E SOCIAL DE CADA UMA DELAS.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 900 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Iracema Portella

EMENDA

27070001

EMENTA

ACOES DE SANEAMENTO EM CIDADES DE PEQUENO E MEDIO PORTE NO ESTADO DO PIAUI

PROGRAMA

2068 - Saneamento Básico

OBJETIVO

0610 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.

INICIATIVA

NOVA - IMPLANTACAO E MELHORIA DAS CONDICOES DE SANEAMENTO E HABITABILIDADE BASICOS EM CIDADES DE PORTE MEDIO NO ESTADO DO PIAUI

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
300.000.000	01/01/2012	31/12/2015	70.000.000	230.000.000

JUSTIFICATIVA

AS CIDADES DE PEQUENO E MEDIO PORTE DO ESTADO DO PIAUI NÃO DISPOEM DE CONDICOES NECESSARIAS PARA MELHORAR OS SISTEMAS DE SANEAMENTO BASICOS LOCAIS EM FACE DA FALTA DE APOIO FINANCEIRO PROVENIENTES DA UNIAO E DO ESTADO O SEU DESENVOLVIMENTO DESSES MUNICIPIOS EXIGE DOS PODERES PÚBLICOS CONSTITUIDOS ACOES ENERGICAS PARA CONTRIBUICAO E FORTALECIMENTO DA QUALIDADE DE VIDA DE SEUS HABITANTES BEM COMO O APERFEICOAMENTO DO SISTEMA DE SANEAMENTO BASICO CONTEMPLADO NAS ACOES DE ABASTECIMENTO DAGUA ESGOTAMENTO SANITARIO DRENAGEM E MANEJO DE AGUAS PLUVIAS BEM COMO A CONSTRUCAO DE CENTRO DE TRATAMENTO DE RESIDOS SOLIDOS DE FORMA QUE POSSA CONTRIBUIR DE MANEIRA EFICAZ PARA A PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE E A VIDA DE SEUS HABITANTES LOCAIS

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Iracema Portella

EMENDA

27070002

EMENTA

INTEGRACAO NACIONAL

PROGRAMA

2012 - Agricultura Familiar

OBJETIVO

0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.

INICIATIVA

NOVA - IMPLANTACAO E ADEQUACAO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIA EM CIDADES DE MEDIO E PEQUENO PORTE NOE ESTADO DO PIAUI - PI

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
50.000.000	10/01/2012	31/12/2015	10.000.000	40.000.000

JUSTIFICATIVA

A PRESENTE EMENDA ORCAMENTARIA TEM POR FINALIDADE AUMENTAR A PRODUCAO DE ALIMENTOS POR MEIO DO PROGRAMA AGRICULTURA FAMILIAR COM O FIM DE MANTER O HOMEM NO CAMPO E RETIRAR DE LA SEU PROPRIO SUBSISTENCIA E DE SEUS FAMILIARES O APROVEITAMENTO DE AREAS IRRIGAVEIS PARA O MANEJO E IMPLANTACAO DE NOVOS PROJETOS E MEDIDA DE EXTREMA NECESSIDADE EM MUNICIPIOS PIAUIENSES QUE SOFREM COM OS EFEITOS DO LONGO PERIODO DE ESTIAGEM E QUE POSSA DAR GARANTIAS AO HOMEM DO CAMPO PARA MELHORAR A QUALIDADE DOS PRODUTOS AGRICOLAS EM PEQUENAS PROPRIEDADE TAIS COMO MANEJO DO SOLO IRRIGACAO CONTRUCAO DE ADUTORAS E BARRAGENS PARA RETENCAO DE AGUA PARA A AGRICULTURA E O CONSUMO HUMANO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 902 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Iracema Portella

EMENDA

27070003

EMENTA

MORADIA DIGNA

PROGRAMA

2049 - Moradia Digna

OBJETIVO

0382 - Melhorar a condição de vida das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários, desenvolvendo iniciativas necessárias à regularização urbanística e fundiária, à promoção da segurança e salubridade e à melhoria das condições de habitabilidade, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura e inclusão socioambiental.

INICIATIVA

NOVA - IMPLEMENTAR AS ACOES DE MELHORIA HABITACIONAL EM CIDADES DE PEQUENO E MEDIO PORTE NO ESTADO DO PIAUI - PI

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
250.000.000	01/01/2012	31/12/2015	50.000.000	200.000.000

JUSTIFICATIVA

A PRESENTE PROPOSTA LEGISLATIVA TEM POR FINALIDADE A MELHORIA DA QUALIDADE HABITACIONAL DAS PESSOAS DE BAIXA RENDA QUE HABITAM EM AREAS DE RISCO CONSTANTE A IMPLEMENTACAO DE MEIOS ADEQUADOS PARA A URBANIZACAO E O SANEAMENTO NOS MUNICIPIOS CONTEMPLADOS VISANDO O OFERECIMENTO DE UMA MELHOR QUALIADE DE VIDA E PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE COMO FORMA DE VIDA SAUDAVEL DA POPULACAO RESIDENTE

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 903 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Iracema Portella

EMENDA

27070004

EMENTA

SAUDE

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0719 - Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção e prevenção.

INICIATIVA

NOVA - CONSTRUCAO E IMPLANTACAO E EXPANSAO DA REDE INTEGRADA DE CENTROS DE SAUDE EM MUNICIPIOS PIAUIENSES

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
150.000.000	01/01/2012	31/12/2015	50.000.000	100.000.000

JUSTIFICATIVA

A PRESENTE PROPOSTA ORCAMENTARIA TEM POR FINALIDADE PROPICIAR AO POVO PIAUIENSE MELHORES CONDICOES DE ATENDIMENTO A SAUDE A PESSOAS IDOSAS PORTADORAS DE DOENCAS CRONICAS E DEFICIENCICAS FISICAS A AMPLIACAO DOS CENTROS DE SAUDE EM MUNICIPIOS DO PIAUI E DE GRANDE IMPORTANCIA TENDO EM VISTA A CRISE INSTITUCIONAL EM QUE VIVE O SISTEMA DE SAUDE PUBLICA DO BRASIL ESPECIFICAMENTE NA REGIAO NORDESTE POR ESTA RAZAO A CONSTRUCAO E AMPLICACAO DE CENTROS DE ATENDIMENTO PRESTARA A POPULACAO UM SERVICO PUBLICO DE SAUDE DE MELHOR QUALIDADE

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 904 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Iracema Portella

EMENDA

27070005

EMENTA

turismo

PROGRAMA

2076 - Turismo

OBJETIVO

0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro.

INICIATIVA

NOVA - IMPLANTACAO MELHORIA E ADEQUACAO DO SISTEMA TURISTICO EM CIDADES DE PEQUENO E MEDIO PORTE NO ESTADO DO PIAUI - PI

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
80.000.000	01/01/2012	31/12/2015	15.000.000	65.000.000

JUSTIFICATIVA

MELHORAR O SISTEMA TURISTICO MUNICIPAL E AUMENTAR A OFERTA DE EMPREGO E RENDA NA AREA DE PROMOCAO E DIVULGACAO DE EVENTOS BEM COMO A ADEQUACAO DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE VISANDO AUMENTAR O FLUXO TURISTICO NO ESTADO DO PIAUI COM A QUALIFICACAO DE RECURSOS HUMANOS VOLTADOS PARA O SETOR

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Irajá Abreu

EMENDA

26910001

EMENTA

ADEQUAÇÃO DE RODOVIAS NO ESTADO DO TOCANTINS

PROGRAMA

2075 - Transporte Rodoviário

OBJETIVO

0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

INICIATIVA

NOVA - ADEQUAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS NO ESTADO DO TOCANTINS

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2.400.000.000	01/01/2012	31/12/2015	400.000.000	2.000.000.000

JUSTIFICATIVA

A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO AGRICOLA E MINERAL, EM ESPECIAL NAS REGIÕES CENTRO-OESTE E NORTE DO PAÍS, ASSOCIADA À CRESCENTE DEMANDA INTERNACIONAL POR BENS PRIMÁRIOS, TEM AUMENTADO AS PRESSÕES SOBRE A INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES RELACIONADA AO COMÉRCIO EXTERIOR: RODOVIAS, FERROVIAS E PORTOS. A PRÓPRIA RETOMADA DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS EM INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, COM FOCO EM MODAIS MAIS EFICIENTES, TAMBÉM AMPLIA A DEMANDA POR TRANSPORTE DE CARGA NAS NOSSAS RODOVIAS. A LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO ESTADO DO TOCANTINS, ALIADA AO FORTE CRESCIMENTO ECONÔMICO IMPULSIONADO PELA EXPANSÃO DA EXPLORAÇÃO MINERAL E DA ATIVIDADE AGRÍCOLA EXTENSIVA TORNOU A BR-153 (RODOVIA BELÉM-BRASÍLIA) O PRINCIPAL EIXO DE LIGAÇÃO DO CENTRO DO PAÍS COM O NORTE E O NORDESTE DO BRASIL, OCASIONANDO O ESGOTAMENTO DA SUA CAPACIDADE DE TRÁFEGO. DESTA FORMA, OS CUSTOS EXCESSIVOS COM SUA MANUTENÇÃO E OS INÚMEROS ACIDENTES GRAVES REGISTRADOS DIARIAMENTE, ALÉM DOS DIVERSOS PONTOS CRÍTICOS QUE PRECISAM SER ELIMINADOS, VISANDO DAR MAIOR SEGURANÇA E FLUIDEZ AO TRÁFEGO, EXIGEM UMA ESPECIAL ATENÇÃO DAS AUTORIDADES DO SETOR. PENSANDO NISSO, FOI PRIORIZADA JUNTO AO DNIT A ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO PARA A DUPLICAÇÃO DESSA IMPORTANTE RODOVIA. ESTA EMENDA VISA, PORTANTO, ALOCAR RECURSOS NO PPA 2012/2015 PARA A EXECUÇÃO DESSAS OBRAS DE DUPLICAÇÃO, ASSIM QUE ESTIVER DISPONÍVEL O PROJETO EXECUTIVO SUPRAMENCIONADO.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Irajá Abreu

EMENDA

26910002

EMENTA

APOIO A PROJETOS DE AGRICULTURA IRRIGADA NO ESTADO DO TOCANTINS

PROGRAMA

2013 - Agricultura Irrigada

OBJETIVO

0544 - Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado.

INICIATIVA

NOVA - APOIO A PROJETOS DE AGRICULTURA IRRIGADA EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO TOCANTINS

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
400.000.000	01/01/2012	31/12/2015	110.000.000	290.000.000

JUSTIFICATIVA

DURANTE OS ÚLTIMOS DEZ ANOS, FOI NÍTIDO O DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS, ENTRETANTO, AS ENTIDADES FEDERAIS QUE DETÊM RESPONSABILIDADE NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS NESSA ÁREA DEVEM FOMENTAR E APERFEIÇOAR MECANISMOS DE ARTICULAÇÃO E COOPERAÇÃO COM AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, FORTALECENDO AS PARCERIAS COM O ESTADO, VISANDO A IMPLEMENTAÇÃO DE NOVOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA SUSTENTÁVEIS. O ESTADO DO TOCANTINS, COM SUA ECONOMIA ESTRIBADA NA AGRICULTURA E NA PECUÁRIA TEM NOS PROJETOS DE IRRIGAÇÃO, CONSTRUÍDOS EM PARCERIA COM O GOVERNO FEDERAL, EXPERIÊNCIAS BEM SUCEDIDAS NA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA DE FORMA SUSTENTADA. CONSCIENTE DO POTENCIAL DE AGRICULTURA IRRIGADA NO TERRITÓRIO TOCANTINENSE, DECIDI PELA APRESENTAÇÃO DESTA EMENDA AO PPA 2012/2015, COMO INICIATIVA INDIVIDUALIZADA, DE MODO A VIABILIZAR A ALOCAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS PARA A EXECUÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA NO PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PPA.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Irajá Abreu

EMENDA

26910003

EMENTA

APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA

PROGRAMA

2076 - Turismo

OBJETIVO

0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro.

INICIATIVA

NOVA - APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO TOCANTINS

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
400.000.000	01/01/2012	31/12/2015	100.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa assegurar a possibilidade de inclusão de ações de apoio à infraestrutura turística nos municípios do estado do Tocantins. Alguns desses municípios integram a região do Jalapão, que oferece grandes riquezas naturais e necessita de recursos para melhorar a infraestrutura e, consequentemente, a melhoria da qualidade de vida das populações compreendidas, principalmente com a possibilidade de melhoria da geração de renda e viabilização do desenvolvimento sustentável dos municípios atendidos.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Irajá Abreu

EMENDA

26910004

EMENTA

APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA URBANA EM MUNICÍPIOS DO ESTADO TOCANTINS

PROGRAMA

2054 - Planejamento Urbano

OBJETIVO

0322 - Promover a implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento urbano sustentável com redução de desigualdades sociais.

INICIATIVA

NOVA - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Ações de Infraestrutura Urbana em Municípios do Estado do Tocantins

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
400.000.000	01/01/2012	31/12/2015	110.000.000	290.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa incluir no PPA 2012/2015 a ação que contempla a possibilidade de alocação de recursos destinados a Ações de Infra-Estrutura Urbana nos Municípios do Estado do Tocantins. Conscientes dessa situação, propõe-se a presente emenda, para que sejam garantidas as condições para a execução das obras de implantação da infra-estrutura nos municipios, compreendendo serviços de pavimentação urbana, drenagem de águas pluviais, urbanização, criação de áreas de lazer, iluminação pública e execução de outros serviços que ampliem as melhorias do setor habitacional e que possam elevar a qualidade de vida das populações locais.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 909 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Irajá Abreu

EMENDA

26910005

EMENTA

APOIO A PROJETOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

PROGRAMA

2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

OBJETIVO

0419 - Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.

INICIATIVA

NOVA - Apoio a Projetos de Regularização Fundiária no Estado do Tocantins

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	01/01/2012	31/12/2015	25.000.000	75.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa assegurar recursos no PPA 2012/2015 para executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, no Estado do Tocantins, em parceria com os respectivos governos, para agilizar os processoso de georeferenciamento em propriedades rurais para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural. O processo de georeferenciamento passa por várias etapas para fazer o mapeamento geral da propriedade e depois encaminhado para o INCRA, que faz a análise técnica, e se estiver de acordo com as normas será emitido o Certificado de Georeferenciamento. E que por falta de mão de obra as vezes leva vários anos para concluir o processo, que acaba prejudicando a expansão do agronegócio, arrecadação fiscal e a geração de emprego e renda no Estado.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Irajá Abreu

EMENDA

26910006

EMENTA

BIORREFINARIA ECOLÓGICA PARA A PRODUÇÃO DE CARVÃO VETAL

PROGRAMA

2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios

OBJETIVO

0472 - Incentivar a ampliação de florestas plantadas, com vistas ao suprimento da demanda de matéria-prima florestal e à redução da pressão sobre os remanescentes nativos.

INICIATIVA

NOVA - BORREFINARIA ECOLÓGICA PARA PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL, BIOCOMBUSTÍVEIS E ELETRICIDADE

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
110.000.000	01/01/2012	31/12/2015	30.000.000	80.000.000

JUSTIFICATIVA

Modernizar a produção de carvão vegetal para uso doméstico e siderurgia, por meio de um empreendimento industrial que pode ser construído em módulos, denominada EcoCharcoal Refinery, onde além do carvão vegetal serão produzidos compostos químicos derivados da carbonização da madeira bem como eletricidade a partir da queima dos gases do processo de transformação da madeira em carvão vegetal. O ambiente será completamente limpo, obedecendo a todas as normas exigidas pelo ministério do trabalho e da saúde no que diz respeito a segurança e saúde do trabalhador. Não existe no Brasil ou qualquer outro pais do mundo uma EcoCharcoal Refinery nos moldes deste projeto desenvolvido pela RENABIO, pelos Professores Laércio Couto, Daniel Câmara Barcellos e Luiz Carlos Couto. O Estado do Tocantins tem sido um dos grandes fornecedores de carvão vegetal para os polos guseiros de Sete Lagoas em Minas Gerais e Carajás no Pará. Este projeto visa mitigar os efeitos dos gases de efeito estufa emitidos pelo processo usual de produção de carvão vegetal a partir de fornos de alvenaria, os famosos rabos-quentes. Esta emenda visa assegurar recursos no PPA 2012/2015, para a introdução desta nova tecnologia de produção de carvão vegetal no Estado do Tocantins irá gerar benefícios socioambientais para todas as comunidades locais bem como para o meio ambiente.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Irajá Abreu

EMENDA

26910007

EMENTA

CONSTRUÇÃO DA PONTE DE FILADELFIA SOBRE O RIO TOCANTINS

PROGRAMA

2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

OBJETIVO

0840 - Estruturar e adensar Arranjos Produtivos Locais e cadeias produtivas em múltiplas escalas, com vistas ao desenvolvimento sustentável, à competitividade e à superação das desigualdades regionais e da pobreza extrema, por meio da dinamização econômica e da inclusão produtiva.

INICIATIVA

NOVA - CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO TOCANTINS EM PORTO NACIONAL - TO

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
350.000.000	01/01/2012	01/01/2014	150.000.000	200.000.000

JUSTIFICATIVA

O Município de Filadélfia, no Estado do Tocantins, apresenta extraordinário potencial de desenvolvimento econômico. Localizado às margens do Rio Tocantins, teve parte do seu território alagado pelo barramento do rio com vistas ao seu aproveitamento hidrelétrico para a Construção da Usina de Estreito. As áreas próximas ao Lago mais propícias às atividades agrícolas com a utilização de sistemas de irrigação. Projetos de agricultura irrigada para a produção de grãos, especialmente soja e milho, e de fruticultura, ganharam maior relevância. A proximidade com as grandes lavouras da região. A construção da Ponte sobre o Rio Tocantins é obra considerada de elevada importância por integrar regiões que possuem alto índice de produção agropecuaria. A rodovia estadual TO-050, que serve ao Município de Porto Nacional e região, parte da BR-153, Belém-Brasília, e se configura no principal acesso para a Capital Palmas e para a Região do Jalapão, destino turístico que tem se consolidado em nível mundial. Assim, com o propósito de incluir como iniciativa individualizada no PPA 2012/2015 a construção da nova Ponte de Filadélfia, estamos apresentando a presente emenda no programa de desenvolvimento regional do Ministério da Integração Nacional, de modo a possibilitar a integração de importantes regiões produtivas do Tocantins e ensejar o transporte de pessoas e de cargas com a utilização, inclusive, de outros modais de transportes, como a Ferrovia Norte-Sul e a Hidrovia Tocantins-Araguaia.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 912 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Irajá Abreu

EMENDA

26910008

EMENTA

CONSTRUÇÃO DA PONTE DE TOCANTINOPOLIS SOBRE O RIO TOCANTINS

PROGRAMA

2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

OBJETIVO

0840 - Estruturar e adensar Arranjos Produtivos Locais e cadeias produtivas em múltiplas escalas, com vistas ao desenvolvimento sustentável, à competitividade e à superação das desigualdades regionais e da pobreza extrema, por meio da dinamização econômica e da inclusão produtiva.

INICIATIVA

NOVA - CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO TOCANTINS EM TOCANTINOPOLIS - TO

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
350.000.000	01/01/2012	01/01/2014	150.000.000	200.000.000

JUSTIFICATIVA

O Município de Tocantinopolis, no Estado do Tocantins, apresenta extraordinário potencial de desenvolvimento econômico. Localizado às margens do Rio Tocantins, . As áreas próximas ao estão propícias às atividades agrícolas com a utilização de sistemas de irrigação. Projetos de agricultura irrigada para a produção de grãos, especialmente soja e milho, e de fruticultura, ganharam maior relevância. A localização estratégica de Tocantinopolis a sua importância econômica fazem do município um pólo na região Norte do Tocantins. A proximidade com o Município de Porto Franco Estado do Maranhão cidade onde faze-se importantes ligações como a Ferrovia Norte Sul, a BR-153 (Belém - Brasília) dentres outras rodovias. A construção da Ponte sobre o Rio Tocantins é obra considerada importante por integrar regiões que possuem alto índice de produção agropecuária. Assim, com o propósito de incluir como iniciativa individualizada no PPA 2012/2015 a construção da nova Ponte de Tocantinopolis, apresento a presente emenda no programa de desenvolvimento regional do Ministério da Integração Nacional, de modo a possibilitar a integração de importantes regiões produtivas do Tocantins, Maranhão e Pará e ensejar o transporte de pessoas e de cargas com a utilização, inclusive, de outros modais de transportes, como a Ferrovia Norte-Sul.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Irajá Abreu

EMENDA

26910009

EMENTA

CONTROLE AMBIENTAL - VIA VERDE

PROGRAMA

2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios

OBJETIVO

0473 - Prevenir e combater incêndios florestais com enfoque nas áreas remanescentes dos biomas brasileiros.

INICIATIVA

NOVA - PROTEÇÃO DAS FAIXAS DE SERVIDÃO DOS SISTEMAS VIÁRIOS NO ESTADO DO TOCANTINS

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
200.000.000	01/01/2012	31/12/2015	40.000.000	160.000.000

JUSTIFICATIVA

O Projeto VIA VERDE pode ser classificado em rodoVIA VERDE, ferroVIA VERDE, hidroVIA VERDE, quando aplicado respectivamente em em rodovias , ferrovias e hidrivias, todos com o mesmo objetivo. Este projeto poderá começar pelas rodovias federais, como a BR 153 e depois se estender para as rodovias estaduais e municipais. Dentre os inúmeros benefícios advindos do VIA VERDE, pode-se citar: a diminuição dos incêndios rurais e florestais no Estado do Tocantins, a conservação e preservação da biodiversidade local (fauna e flora); a proteção dos manancias e fontes de água; a conservação de material genético; os aspectos sociais com a produção de frutas e produtos não madereiros nas fais de servidão das rodovias que poderão ser utilizadas pela comunidade local; geração de emprego; ecologia da paisagem; diminuição dos acidentes nas rodovias; maior conservação do leito das rodovias; educação ambiental; melhorias das condições climaticas locais; produção de biomassa para energia; estímulo a produção de mudas de espécies nativas e exóticas por viveiros locais, e muitos outros benefícios diretos e indiretos para o Estado do Tocantins. Deve-se observar que o via verde poderá ser aplicado em qualquer Estado do Brasil e que Tocantins deverá ser o percursor de tal empreendimento, tão necessário em regiões onde a infestação das faixas de servidão por gramíneas é constante. Esta emenda visa assegurar recursos no PPA 2012/2015 com o objetivo manter as faixas de servidão das rodovias federais, estaduais e municipais no Estado do Tocantins em situação tal que não sirvam como meio de propagação de incêndios ocasionados pelos usuários das vias, principalmente no período da seca no referidoEstado.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 914 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Irajá Abreu

EMENDA

26910010

EMENTA

PREVENÇÃO E CONTROLE DE INCÊNDIOS FLORESTAIS

PROGRAMA

2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios

OBJETIVO

0473 - Prevenir e combater incêndios florestais com enfoque nas áreas remanescentes dos biomas brasileiros.

INICIATIVA

NOVA - PREVENÇÃO E CONTROLE DAS QUEIMADAS NO ESTADO DO TOCANTINS

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	01/01/2012	31/12/2015	10.000.000	90.000.000

JUSTIFICATIVA

No Estado do Tocantins a situação elevada de aridez no clima decorrente de prolongada estiagem, tem ocasionados graves danos provocados por queimadas e incêndios nas áreas de vegetação seca do cerrado. São enormes os danos inflingido aos parques e áreas de preservação. As precipitações pluviometricas escassas aliada a baixa umidade relativa do ar, se rornam um problema, pois no período seco as vegetações caracteristicas do cerrado, campo e coletivo de pastagens tendem a secar se tornando matéria de fácil combustão. As queimadas de qualquer origem, se transformam facilmente em incêndio de dificil controle e neste caso, observando as condições da massa de vegetação abundante, em condições de seca, devido a estiagem prolongada em algumas regiões associadas à baixa umidade do atmosférico, impulsionado por rajadas de ventos, resulta em incêndios de grandes proporções. Esta emenda visa assegurar recursos no PPA 2012/2015 para prevenir, combater incêndios florestais e preservar o meio ambiente.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Jair Bolsonaro

EMENDA

17730001

EMENTA

Implantação da Segunda Esquadra

PROGRAMA

2058 - Política Nacional de Defesa

OBJETIVO

0524 - Adequar a infraestrutura das instalações terrestres para o suporte aos meios operativos da Marinha.

INICIATIVA

NOVA - Implantação da Segunda Esquadra

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
133.000.000	01/01/2012	31/12/2014	10.000.000	123.000.000

JUSTIFICATIVA

A criação da 2ª Esquadra trata-se de um evento de magnitude estratégica para o País e atende à recomendação constante da Estratégia Nacional de Defesa (END), que prevê o estabelecimento de uma Esquadra na região Norte/Nordeste do país, próximo da foz do Rio Amazonas. Ressalta-se que a criação trará em seu bojo os seguintes benefícios para a região: -Desenvolvimento da região econômico e social da região -Geração de empregos diretos e indiretos; -Incremento da arrecadação de impostos na região; e -Contribuição para a redução do ¿Custo Brasil¿, na medida em que se aumenta a segurança do comércio exterior, por via marítima, na região. A Base Naval da 2ª Esquadra (BN2ªEsq) será a principal Organização Militar (OM) de Apoio Logístico Fixo e sede da 2ª Esquadra, devendo possuir toda infraestrutura de apoio necessária para o funcionamento das OM operativas, proporcionando condições para o estacionamento de navios e submarinos, além de prover a manutenção de 2º e 3º escalão dos meios da 2ª Esquadra. O propósito da 2ª Esquadra consiste na realização de operações e ações de guerra naval no Atlântico, com prioridade para o litoral N/NE, visando a garantir a defesa em profundidade da foz do rio Amazonas. Para a definição do dimensionamento e organograma da 2ª Esquadra foi tomada como referência a estrutura da Esquadra no Rio de Janeiro, a qual deverá ser composta dos seguintes órgãos operativos e de apoio logístico, técnico e administrativo: -Comando-em-Chefe da 2ª Esquadra; -Comando da Força de Superfície; -Comando da Força Aeronaval; -Comando da 1ª Divisão da Esquadra; -Comando da 2ª Divisão da Esquadra; -Base Naval; -Base de Abastecimento; -Centro de Apoio a Sistemas Operativos; -Centro de Manutenção de Sistemas; -Centro de Mísseis e Armas Submarinas; -Serviço de Sinalização Náutica; -Centro de Formação de Oficiais e Centros de Instrução de Praças; -Centro de Manutenção de Embarcações Miúdas; -Hospital Naval; e -Vila de Próprios Nacionais Residenciais de Oficiais e Praças. O detalhamento das instalações das OM e o custo de construção de cada edificação permitirão que os projetos de implantação sejam realizados por fases, de acordo com a disponibilidade de recursos. O custo de elaboração do projeto alcança o valor de R$ 133.000.000,00 (cento e trinta e três milhões de reais) destinados a investigações, levantamentos e projetos, os quais, em face da sua alta complexidade, exigem variada gama de serviços de engenharia e requerem sólida estrutura gerencial. Estimado o prazo de três anos para o delineamento do projeto (2012 - R$ 10 milhões; 2013 - R$ 80 milhões; e 2014 - R$ 43 milhões). DESCRITORES DA AÇÃO ORÇAMENTÁRIA "DELINEAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA 2ª ESQUADRA" BASE LEGAL Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. FINALIDADE Dotar a Marinha do Brasil de um projeto de delineamento para a implantação da 2ª Esquadra na Região Norte/Nordeste. A criação da 2ª Esquadra atende à diretriz constante da Estratégia Nacional de Defesa (END), no tocante à reestruturação das Forças Armadas, que prevê o estabelecimento de uma Esquadra na região Norte/Nordeste do País, próximo da foz do Rio Amazonas. A Base Naval da 2ª Esquadra será a principal Organização Militar (OM) de Apoio Logístico Fixo e sede da 2ª Esquadra, devendo possuir toda infra-estrutura de apoio necessária para o funcionamento das OM operativas, proporcionando condições para o estacionamento de navios e submarinos, além de prover a manutenção de 2º e 3º escalões dos meios da 2ª Esquadra. Para apoio às aeronaves que operarão com os meios de superfície da 2ª Esquadra e com as unidades de fuzileiros navais da 2ª Divisão Anfíbia, será criada a Base Aérea Naval da 2ª Esquadra, que também será a principal OM de Apoio Logístico Fixo para aeronaves de asa fixa e rotativa do Corredor de Manutenção Norte, sendo responsável pela manutenção de 2º e 3º escalões das aeronaves da 2ª Esquadra e dos esquadrões distritais dos 3º, 4º e 9º Distritos Navais. Para o apoio de suprimentos e de serviços administrativos e financeiros às Organizações Militares a serem instaladas no Complexo Naval da 2ª Esquadra, será criada a Base de Abastecimento da Marinha da 2ª Esquadra. DESCRIÇÃO Elaboração do Projeto de Delineamento, contendo os estudos técnicos visando à definição dos locais e custos envolvidos para a construção das instalações militares, Próprios Nacionais Residenciais e demais facilidades que permitam a atracação, manutenção e apoio aos meios navais,

aeronavais e de fuzileiros navais, bem como aos militares e seus dependentes, que constituirão o Complexo Naval da 2ª Esquadra. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO Delineamento da implantação. PRODUTO Sistema estruturado UNIDADE DE MEDIDA % de execução

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Jandira Feghali

EMENDA

17750001

EMENTA

Criaçao de iniciativa nova no objetivo 0781 do programa 2027 do Ministério da Cultura - Design

PROGRAMA

2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

OBJETIVO

0781 - Promover a economia criativa contribuindo para o desenvolvimento econômico e sociocultural sustentável.

INICIATIVA

NOVA - Fomento a Projetos de Cultura Urbana e Cidade Criativa, com ênfase nas áreas de Arquitetura, Design e Moda

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
60.000.000	01/01/2012	31/12/2015	20.000.000	40.000.000

JUSTIFICATIVA

As áreas culturais de arquitetura, design e moda pertencem a setores da economia na sociedade moderna com papel cada vez mais relevante. Constam do Plano Nacional de Cultura (PNC) propostas de metas e políticas públicas bem definidas e específicas para estas áreas. E o tema também está inserido na pauta da Conferência Nacional de Cultura. Por fim, cabe destacar, que na última avaliação do PPA, havia a indicação da criação de programação própria. O PNC estabelece que os recursos para esta programação virão do Fundo Nacional da Cultura, cuja instrução normativa específica criou o programa Cultura Urbana e Cidade Criativa, no qual estas áreas têm grande expressão. A ausência destas areas no Plano Plurianual, portanto, não se justifica. Neste sentido apresentamos a presente emenda como forma de garantir a inclusão neste instrumento de planejamento no PPA 2012-2015.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 918 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Jandira Feghali

EMENDA

17750002

EMENTA

Criação de nova iniciativa no objetivo 0779 do programa 2027 para fiscalização e regulação de orgão de gestão coletiva de direitos autorais

PROGRAMA

2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

OBJETIVO

0779 - Formular e desenvolver política pública de cultura com participação social e articulação intersetorial e federativa.

INICIATIVA

NOVA - Fiscalização e Regulação de orgãos de gestão coletiva de direitos autorais

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
60.000.000	01/01/2012	31/12/2015	10.000.000	50.000.000

JUSTIFICATIVA

Nas inúmeras audiências públicas e seminários promovidos pelas Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, um dos problemas levantados pelos autores no Brasil, é a falta de regulação e fiscalização dos orgãos de gestão coletiva, que atualmente, arrecadam e repassam os recursos advindos do uso das obras autorais. São questionados constantemente os valores arrecadados por estes orgãos e ro que estes repassaão aos autores. Esta emenda tem como propósito criar uma iniciativa nova, ao objetivo 0779 do programa temático 2027, que possibilite ao Ministério da Cultura criar as condições para estabelecer estas políticas públicas com o intuito de fiscalizar e regular tais orgãos de gestão coletivas e a relação do uso da obra e da remuneração de seu autor.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Jandira Feghali

EMENDA

17750003

EMENTA

Modifica a iniciativa 00XU no objetivo 0289 do programa 2071

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0289 - Estimular a geração de emprego, trabalho e renda, por meio da democratização e ampliação do crédito produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

INICIATIVA

00XU - Concessão de financiamento a atividades produtivas de auto-emprego e trabalho não assalariado, visando à geração e manutenção de trabalho e renda, com prioridade para mulheres e população negra.

JUSTIFICATIVA

Segundo o II Plano Nacional de Política para as Mulheres é no espaço do trabalho onde as discriminações e as desigualdades étcnico-raciais e de gênero se tornam ainda mais evidentes. "Às desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros. Destaque-se, ainda, que são as mulheres negras que sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça/etnia. Esta interseccionalidade contribui para criar um ordenamento social que coloca no topo os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras. Dentre todos, são elas que vivenciam na escala inferior da pirâmide social as piores condições de trabalho, as que recebem os menores rendimentos, as que mais sofrem com o desemprego e as que mais estabelecem relações informais (e sua conseqüente ausência de proteção social, tanto presente quanto futura) e as que ocupam posições de menor prestígio na hierarquia profissional." Assim, é imprescindível que o as políticas vinculadas ao crédito produtivo contribuam para a igualdade de gênero, raça e etnia no mundo do trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Jandira Feghali

EMENDA

17750004

EMENTA

Modificação de redação do texto original da iniciativa 035B do objetivo 0786 do programa 2027

PROGRAMA

2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

OBJETIVO

0786 - Fomentar a criação, difusão, intercâmbio e fruição de bens, serviços e expressões artísticas e aperfeiçoar e monitorar os instrumentos de incentivo fiscal à produção e ao consumo cultural.

INICIATIVA

035B - Por falta de espaço para digitação, o texto proposto está na justificativa. (Vide justificativa)

JUSTIFICATIVA

O propósito desta emenda é modificar a redação do texto original da iniciativa 035B do objetivo 0786 do programa 2027 do Ministério da Cultura. A mudança justifica-se na necessidade de definir com clareza as áreas que serão contempladas pelo primeiro propósito da iniciativa 035B, sem contudo alterar seu sentido, nem dos demais propósitos, garantindo o fomento à diversidade de linguagens. Texto original: Fomento a produção, difusão, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos; fomento à qualificação de ambientes, equipamentos e espaços utilizados pela música, circo, dança, teatro, artes digitais e artes visuais; e fomento à fruição cultural e à formação de público. Texto proposto: Fomento a produção, difusão, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos de música, circo, dança, teatro, artes digitais e artes visuais, garantida a diversidade de linguagens; fomento à qualificação de ambientes, equipamentos e espaços utilizados para eventos e atividades; e fomento à fruição cultural e à formação de público.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 921 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Jandira Feghali

EMENDA

17750005

EMENTA

Inclui indicadores ao programa 2019 explicitando atendimento às mulheres, por grupo de cor/raça

PROGRAMA

2019 - INCLUSÃO DE INDICADORES - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Inclusão dos Indicadores: - Percentual de mulheres responsáveis legais pelo beneficio, por grupos de cor/raça, segundo grandes regiões. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". - Percentual de mulheres que são responsáveis legais pelo benefício e sem cônjuge/companheiro(a) por grupos de cor/raça, segundo grandes regiões. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". A inclusão dos indicadores propostos pretende garantir visibilidade aos grupos beneficiários do programa, permitindo ao Poder Público a formulação e implementação de políticas específicas e complementares, que possam contribuir para a redução das vulnerabilidades sociais e desenvolvimento de suas potencialidades. Os indicadores propostos são viáveis, na medida em que os dados primários estão disponíveis no Cadastro Único para Programas Sociais, que é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 922 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Jandira Feghali

EMENDA

17750006

EMENTA

Incluir indicador com número de creches e período de funcionamento no programa 2030

PROGRAMA

2030 - INCLUSÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Acrescenta o seguinte INDICADOR: - Número de creches existentes, por Grandes Regiões, Estados e Municípios e por período de funcionamento. Unidade de Medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2011". No jornal FEMEA, produzido pelo CFEMEA, de dezembro de 2009, foi publicada a matéria Falta de creches públicas sobrecarrega e empobrece as mulheres trabalhadoras que diz o seguinte: "O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM) tem como meta aumentar em 12% o número de crianças de zero a seis anos de idade freqüentando creche ou pré-escola na rede pública e construir 1.714 creches, entre 2008 e 2011. Mas, nesses dois últimos anos, foi feito muito pouco para cumprir a meta. Em 2009, foram gastos apenas 4,5% dos recursos previstos para a construção de creches (R$ 535 milhões). Nesse ritmo, o governo federal vai ficar muito longe de cumprir o compromisso firmado com as mulheres por meio do PNPM. Para 2010, está previsto cerca de R$ 1 bilhão. Nas famílias onde as crianças com até seis anos de idade estão em creche ou na pré-escola, a renda familiar por pessoa é 50% maior do que naquelas que não contam com essa opção, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001." Nas famílias mais pobres é que o impacto da oferta de creches e escolas é maior, segundo artigo da professora Bila Sorj, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nessas famílias, o salário das mães é 35% maior quando elas contam com educação para seus filhos, por causa da liberação de tempo (até duas horas diárias) para o trabalho remunerado. Nas famílias mais ricas, o aumento no salário cai para cerca de 14% e a jornada permanece igual. "Assim, podemos concluir que o grupo de renda que mais se beneficia do acesso à educação infantil são os pobres", diz Bila em seu artigo, para concluir: "Dessa maneira, a ampliação dos investimentos públicos na educação infantil deve ser considerada uma prioridade na agenda das políticas públicas voltadas à promoção de equidade de gênero". A meta no PPA 2012-2015 de 6.000 creches é quatro vezes ao que se tinha previsto no II PNPM, mas é preciso garantir que essa meta será cumprida. Esse ano de 2011 quantas creches foram inauguradas? Quantas estão em funcionamento em tempo integral, inclusive nas férias escolares? Quantas creches funcionam no

período noturno? Essas seis mil serão realizadas a média de 1500 por ano? A Ação orçamentária 09CW - APOIO A REESTRUTURACAO DA REDE FISICA PUBLICA DA EDUCACAO BASICA do Programa: 1448 - QUALIDADE NA ESCOLA que tem autorizado na LOA 2011, R$ 657,6 milhões até o dia 22/09/2011, empenhou só 61,9% (R$406,8 milhões) e liquidou apenas R$104.4 milhões, que representam 15,9% dos recursos autorizados para o corrente ano. Para que a sociedade possa melhor monitorar a realização dessa meta de 6000 creches é que se propõe o indicador com divulgação trimestral.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 924 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Jandira Feghali

EMENDA

17750007

EMENTA

Inclusão de indicadores no programa 2016

PROGRAMA

2016 - INCLUSÃO DE INDICADORES - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Incluam-se os seguintes INDICADORES: - Taxa de Homicídio de Mulheres, por cor/etnia, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de Medida %, Data de Referência 01/01/2011. - Participação das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA). Unidade de medida %, Data de Referência 01/01/2011. Nos últimos anos o Governo federal aumentou ano a ano o gasto com o seu programa de combate à violência contra as mulheres. Em 1998 liquidou R$362 648,00 e em 2008 esse valor foi de R$ 25 378 902,00, mas a taxa de homicídios femininos continuou inalterada (de 4,27 para 4,17) no período. A alocação de recursos financeiros dos governos e a criação de mecanismos de combate à violência contra as mulheres e de normas legais específicas, como a Lei Maria da Penha, que já tem 5 anos, não foram suficientes para diminuir os homicídio de mulheres. Conforme registra o Mapa da Violência, no período entre 1998 e 2008, foram assassinadas no país 42 mil mulheres em um ritmo que acompanhou quase estritamente o crescimento da população feminina, de forma tal que as taxas anuais do período rondaram sempre os 4,25 homicídios para cada 100 mil mulheres. Número e taxas de homicídio feminino.Brasil. 1998/2008. Ano Homicídios Taxa 1998 3.503 4,27 1999 3.536 4,26 2000 3.743 4,34 2001 3.851 4,40 2002 3.867 4,36 2003 3.937 4,38 2004 3.830 4,21 2005 3.884 4,15 2006 4.022 4,24 2007 3.772 3,92 2008 4.023 4,17 Total 41.968 4,25 Fonte: SIM/SVS/MS O Mapa traz ainda as informações dos homicídios por Estado: Número e taxas de homicídios femininos. Brasil, 1998-2008 UF/Região Número de homicídios Taxas de homicídio Var % 1998 2008 1998 2008 Acre 12 14 4,7 4,1 -12,1 Amapá 12 13 5,7 4,3 -25,9 Amazonas 54 63 4,3 3,8 -11,9 Pará 66 164 2,3 4,5 95,4 Rondônia 45 39 7,3 5,3 -27,1 Roraima 12 15 9,5 7,7 -19,3 Tocantins 19 21 3,5 3,3 -5,3 Norte 220 329 3,8 4,4 16,9 Alagoas 44 83 3,2 5,2 62,4 Bahia 100 308 1,5 4,2 173,9 Ceará 56 118 1,6 2,7 75,3 Maranhão 29 81 1,1 2,6 137,6 Paraíba 41 85 2,4 4,4 87,1 Pernambuco 277 298 7,1 6,6 -7,1 Piauí 20 40 1,4 2,5 75,5 R G Norte 20 60 1,5 3,8 154,0 Sergipe 14 35 1,6 3,4 110,8 Nordeste 601 1.108 2,6 4,1 59,6 Espírito Santo 165 191 11,3 10,9 -3,6 Minas Gerais 195 372 2,3 3,7 64,1 Rio de Janeiro 563 372 7,9 4,5 -43,3 São Paulo 1.036 666 5,8 3,2 -45,3 Sudeste 1.959 1.601 5,6 3,9 -30,2 Paraná 179 307 3,8 5,7 49,2 R G Sul 181 216 3,6 3,9 8,1 Sta Catarina 67 86 2,7 2,8 6,0 Sul 427 609

3,5 4,4 24,7 Distr Federal 59 72 5,9 5,4 -8,6 Goiás 72 161 3,0 5,5 79,6 Mato Grosso 94 84 8,3 5,8 -30,5 Mato G do Sul 71 59 7,2 5,0 -29,6 Centro-Oeste 296 376 5,4 5,4 1,0 Brasil 3.503 4.023 4,3 4,2 -2,4 Fonte: SIM/SVS/MS Em recente estudo publicado, o CFEMEA alerta para as diferenças de homicídios das mulheres brancas e negras. A pedido do CFEMEA, o pesquisador Julio Jacobo Waiselfisz elaborou informações que mostram que, desde 2003, o número de homicídios de mulheres brancas vem caindo, enquanto o de mulheres negras aumenta: Taxas (em 100 mil) Vitimização (Indica em que proporção morreram mais mulheres negras do que brancas) (%) Brancas Negras 3,2 4,7 45,7 Fonte: SIM/SVS/MS. Elaboração: Julio Jacobo Waiselfis Diz Ana Claudia Pereira, Consultora do CFEMEA: Isso quer dizer que morreram, somente em 2008, 45,7% mais mulheres negras do que brancas. Essa diferença, além de muito preocupante, sugere que a aplicação de leis e políticas públicas para acabar com a violência de forma diferente para brancas e negras. É necessário que o poder público e a academia investiguem essas desigualdades para explicar melhor porque ela ocorre dessa forma e criar mecanismos para que as mulheres negras também tenham seus direitos garantidos. A apuração do indicador proposto auxiliará no diagnóstico da situação e indicará medidas regionais e locais a serem adotadas pelos governos para reduzir os homicípios femininos que na maioria das vezes é praticado no próprio domicílio da vítima. O outro indicador proposto, medirá a eficácia das medidas do Plano Mais Brasil a para a autonomia econômica as mulheres. A análise da participação das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA) mostrará se as medidas de criação de infra-estrutura social colocadas no PPA tiveram as consequencias esperadas de aumentar a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 926 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Jandira Feghali

EMENDA

17750008

EMENTA

Modifica indicador do programa 2029

PROGRAMA

2029 - ALTERAÇÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

INDICADOR MODIFICADO: - Participantes sócios em empreendimentos econômicos Solidários , segundo sexo, cor/raça. Unidade de Medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2008", Índice de Referência "1.687.035". A especificação de sexo, raça/cor nos indicadores vinculados aos empreendimentos econômicos solidários é fundamental para a formulação e implementação das políticas públicas orientadas à igualdade de gênero, raça/etnia no mundo do trabalho. O indicadores sociais e econômicos disponíveis evidenciam, conforme explicita a própria Mensagem Presidencial as desigualdades de gênero raça e etnia no mundo do trabalho. Segundo II PNPM "as desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros".Para reverter tal quadro de injustiça é preciso acompanhar a partir dos parâmetros propostos a execução das políticas públicas direcionadas aos empreendimentos econômicos solidários.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 927 de 2315

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Jandira Feghali	17750009

EMENTA TEXTO

Altera a redação do inciso I do art. 4º

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Modificativa	Artigo 4 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

Art. 4º O PPA 2012-2015 terá como diretrizes:
I - a redução das desigualdades sociais, de gênero, étnico-racial e regionais;

JUSTIFICATIVA

A emenda pretende incorporar entre as diretrizes do Plano Plurianual 2012-2015 a redução das desigualdades de gênero e étnico-racial que, conforme dados constantes na Mensagem Presidencial que o encaminha, ainda são persistentes e estruturantes da exclusão social no Brasil "Nos últimos anos, o processo de inclusão social e redução das desigualdades retirou milhões de brasileiros da pobreza. Todavia, o perfil daqueles que ainda se encontram em situação de extrema pobreza indica que há segmentos mais vulneráveis, como a populações feminina e negra." Vale lembrar que nos dois últimos Planos, tal diretriz esteve explicita de forma enfática. No Plano Plurianual 2004-2007 as desigualdades manifestadas nas dimensões raciais e de gênero foram incorporadas como fatores que aumentam a injustiça e a exclusão social: "Tal registro é necessário para rompermos com a visão que nega a existência do racismo e discriminação da mulher como fator que aumenta a injustiça e a exclusão social." A incorporação da garantia da transversalidade de gênero, raça/etnia na formulação e implementação do conjunto das políticas públicas era uma das diretrizes gerais presentes no PPA 2004/2007. Dois desafios estavam colocados: Desafio 8: Promover a Redução das Desigualdades Raciais, com Ênfase na Valorização Cultural das Etnias Desafio 9: Promover a Redução das Desigualdades de Gênero, com Ênfase na Valorização das Diferentes Identidades No PPA 2008-2011 tais dimensões estão presentes no desafio "Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos", sendo explicitado "... a perspectiva de promoção da igualdade de gênero e raça deve estar presente na elaboração, execução e monitoramento de todas as políticas de governo, incorporada como princípio gerador de democracia, desenvolvimento e paz social." A emenda, portanto, vem resgatar tais dimensões estruturantes das desigualdades e da injustiça social no Brasil, entre as diretrizes do Plano Plurianual 2012-2015.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Jandira Feghali	17750010

EMENTA TEXTO

Acrescenta parágrafos ao Art. 16

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Modificativa	Artigo 16

TEXTO PROPOSTO

Art. 16. O Poder Executivo promoverá a participação da sociedade no processo de monitoramento dos Programas do PPA2012-2015.
§ 1º. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão coordenará o Sistema Público de Monitoramento do PPA que terá efetiva participação social e transparência das informações
§ 2º. Caberá ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão disponibilizar, na internet, a execução orçamentária dos Programas do PPA e anualmente, o quantitativo alcançado de cada meta prevista, inclusive a posição das metas qualitativas especificadas, e a evolução dos indicadores, quando couber.
§ 3º. Caberá à Secretaria Geral da Presidência da República coordenar e viabilizar a divulgação, no Sistema Público de Monitoramento do PPA, das informações dos Conselhos de Controle Social e as deliberações das Conferências Nacionais e sua interface, no que couber, com os Programas Temáticos e Metas do PPA.
§ 4º O Fórum Interconselhos deverá compor o Sistema Público de Monitoramento do PPA, devendo se reunir no mínimo uma vez a cada semestre para monitorar a execução do PPA 2012-2015.

JUSTIFICATIVA

O Governo Federal realizou em maio último o Fórum Interconselhos, do qual participaram 400 pessoas: 285 representantes vinculados a 34 conselhos nacionais, dois comissões e CDES; 85 representantes de entidades regionais não representadas nos conselhos setoriais e representantes do Ministério do Planejamento, da Secretaria Geral e da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. Na oportunidade foi distribuída a Cartilha de Orientação para as Consultas à Sociedade sobre o Ciclo de Gestão do PPA 2012-2015 que traz a seguinte afirmação: "O PPA 2012-2015 será orientado, dentre outras características, por um amplo processo participativo, cuja finalidade é a de que o Plano seja um importante instrumento de interação entre o Estado e o cidadão, com vistas à efetividade das políticas públicas." Esse novo espaço de debate proposto pelo Governo federal, chamado de Fórum Inter Conselhos, para não repetir as experiências frustradas de participação social que ocorreram nos dois últimos PPAs (2004-2007 e 2008-2011), necessitará de informações oficiais e atualizadas sobre o gasto público e a execução das metas definidas pelo governo para cada Programa do PPA 2011-2015 - Plano Mais Brasil O Art 16 do Projeto de Lei 29/2011-CN não especifica quais órgãos do Executivo serão os responsáveis pela divulgação e transparência das informações indispensáveis para que a sociedade possa participar do processo e nem tão pouco define os meios de divulgação desses dados. Também os mecanismos para garantir a participação social no monitoramento do PPA e execução da LOA, não estão citados. Os acréscimos dos parágrafos ao artigo 16 vêm suprir essas deficiências ao definir os órgãos do Poder Executivo responsáveis pela sistematização e divulgação das informações (MPOG) e que garantirão (SG/PR) que os mecanismos hoje existentes: conselhos de controle social e conferências nacionais tenham suas decisões melhor incorporadas às peças orçamentárias da União. O Sistema Público de Monitoramento, contando pelo menos com o Fórum Interconselhos para monitoramento periódico e sistemático do PPA, além da divulgação ampla de informações pela internet sobre a execução das políticas governamentais previstas no PPA vai fornecer as condições básicas para uma efetiva participação social no monitoramento das políticas públicas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Janete Capiberibe

EMENDA

11350001

EMENTA

Construção do Centro de Convenções do Estado do Amapá

PROGRAMA

2076 - Turismo

OBJETIVO

0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro.

INICIATIVA

NOVA - Construção do Centro de Convenções do Estado do Amapá

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
100.000.000	01/01/2012	31/12/2015	25.000.000	75.000.000

JUSTIFICATIVA

É reconhecida internacionalmente a vocação da Região Amazônica para o desenvolvimento do turismo. Nesse cenário o Amapá tem possibilidades de se constituir num destino bastante promissor no canário turístico brasileiro. Nos últimos anos investimentos públicos e privados tem impulsionando o crescimento de todos os setores do turismo com a ampliação da rede hoteleira, aumento das rotas de voôs, aumento do volume do fluxos de passageiros e de maior oportunidades de negócios. Contudo, o Amapá ainda carece de um espaço para a realização de grandes eventos, possibilitando o estado de receber congressos, seminários, feiras e outras matérias do gênero, bem como oportunizar um espaço promotor de atividades de cultura e entretenimento para a população local, com estrutura adequada e ambiente moderno e acolhedor.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Janete Capiberibe

EMENDA

11350002

EMENTA

Regularização Fundiária no Amapá

PROGRAMA

2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

OBJETIVO

0418 - Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.

INICIATIVA

NOVA - Implantação de Rede Cartográfica e Georreferenciamento de Glebas no Estado do Amapá

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
50.000.000	01/01/2012	31/12/2015	12.500.000	37.500.000

JUSTIFICATIVA

A necessidade de se implementar políticas de desenvolvimento econômico e social, a partir de ações de ordenamento e gestão territorial, visando à regularização fundiária dirigida aos ocupantes de posse de terras, que nela vivem e tiram o seu sustento, transformando-os em cidadãos plenos, a partir do acesso e titulação da terra, adquirindo a condição de proprietários e lhes propiciando acesso a créditos e demais benefícios sociais.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA: Janete Capiberibe

EMENDA: 11350003

EMENTA: Urbanização da Orla de Macapá

PROGRAMA: 2076 - Turismo

OBJETIVO: 0739 - Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil.

INICIATIVA: NOVA - Revitalização e Urbanização da Orla de Macapá

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
200.000.000	01/01/2012	31/12/2015	50.000.000	150.000.000

JUSTIFICATIVA

O município de Macapá tem se consolidado como um destino turístico na Região Amazônica, por gozar de roteiros turísticos atrativos para o turismo emissivo e receptivo. Entretando solidificar um destino turístico requqer amplos investimentos em infraestrutura, como é o caso da orla de Macapá, a qual é banhada pelo Rio Amazonas, necessitando de investimentos na sua revitalização de sua orla para constituir mais um produto turístico na cidade de Macapá-AP.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960001

EMENTA

Ampliação do apoio técnico e financeiro às organizações...

PROGRAMA

2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

OBJETIVO

0621 - Promover, preservar e difundir o patrimônio e as expressões culturais afro-brasileiras.

INICIATIVA

NOVA - Ampliação do apoio técnico e financeiro às organizações que preservam e promovem a cultura afrobrasileira, indígena e cigana.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2	01/01/2012	31/12/2015	1	1

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 933 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960002

EMENTA

Apoio as obras do complexo viário Jacu-Pêssego

PROGRAMA

2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

OBJETIVO

0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

INICIATIVA

NOVA - Apoio a Projetos de Corredores Estruturais de Transportes Coletivos nas Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo - Ligações das Rodovias Ayrton Senna e Via Dutra; Da Via Dutra com Av. João Paulo; e da Av. João Paulo com Av. Marginal do Baquirivu

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
500.000.000	01/01/2012	31/12/2015	200.000.000	300.000.000

JUSTIFICATIVA

O empreendimento em estudo, que faz parte da obra do complexo Jacú-Pêssego ¿ trecho 1 consiste na implantação de uma avenida que ligará a Av. Santos Dumont ao trevo da Av. Jacú-Pêssego, junto à Rodovia Ayrton Senna. Na extremidade que ligará a Avenida Santos Dumont à Av. Hugo Fumagalli, estas se conectarão através de uma rotatória, já existente, na altura da Av. Guinle. Neste trecho da Av. Hugo Fumagalli, serão executados os alargamentos das pistas existentes com três faixas de rolamento em cada sentido. No término da Av. Hugo Fumagalli, será implantado um viaduto sobre a Av. Orlanda Bérgamo, acessando a Rua Dr. Wagner Antônio Albuquerque, que será também alargada e possuirá 3 faixas de rolamento em cada sentido. Neste local do viaduto, será necessária a canalização do córrego Popuca, para possibilitar a execução dos ramos de acesso dos veículos que estão trafegando na Av. Orlanda Bérgamo e desejam acessar a Via de Ligação e vice-versa. A continuação da Rua Dr. Wagner Antônio de Albuquerque conectará ao trevo existente da Av. Jacú-Pêssego sobre a Rodovia Ayrton Senna. Será executada também uma alça para os veículos que circulam na rodovia Ayrton Senna e desejam acessar a Avenida de Ligação sentido Av. Santos Dumont. Haverá também uma alça no sentido inverso para aqueles que estão na Avenida de Ligação e desejam acessar a Rodovia no sentido São Paulo. Será alargada e pavimentada a Avenida Maria Garcia Utrilla que tem a função de integrar as indústrias neste novo projeto e garantir o acesso à Avenida de Ligação Santos Dumont ¿ Jacu-Pêssego e à Avenida Orlanda Bérgamo. O trecho 1, compreendido entre a Av. Santos Dumont e Trevo da Av. Jacú-Pêssego com a Rodovia Ayrton Senna, possuirá três faixas de rolamento em cada sentido, sendo duas faixas de 3,50m para automóveis e uma faixa de 3,50m exclusiva para ônibus, formando um corredor de circulação expressa. Serão executadas também as drenagens superficiais de pista, e o calçamento de pedestres com largura de 2,50m ao longo de toda a avenida de ligação. Para execução do empreendimento será necessária a desapropriação de algumas casas e terrenos que interferem com o traçado das pistas. Haverá a necessidade da canalização do Córrego Popuca em galerias celulares para a implantação dos ramos de acessos e retornos em níveis, com isso deverá ser emitida a outorga do DAEE e posterior Licença Ambiental. A implantação da Avenida de Ligação entre a Av. Santos Dumont e o Trevo da Av. Jacú- Pêssego com a Rodovia Ayrton Senna, trará inúmeros benefícios ao município de Guarulhos e região, impactando positivamente em uma melhoria na mobilidade urbana e conseqüentemente na qualidade de vida dos cidadãos. Será aliviado o trânsito na região e modernizada a infra-estrutura local, como podemos destacar nos principais aspectos relacionados abaixo: ¿ Facilidade no acesso das pessoas que vêm do Vale do Paraíba, como São José dos Campos e região, bem como os usuários que estão em São Paulo e desejam entrar nos bairros limítrofes de Guarulhos; ¿ Melhoria do desempenho da intersecção situada no Km 26 da Rodovia Ayrton Senna, no bairro dos Pimentas em Guarulhos. Esse trevo representa a única opção aos usuários da Rodovia que desejam acessar o bairro de São Miguel Paulista, em São Paulo, visto que o acesso pelo viaduto da Avenida Santos Dumont não existe. Isto ¿ possibilitará também, a redução do tráfego de passagem pela área central do bairro, cuja estrutura viária é constituída de vias estreitas; ¿ A Avenida Jacú-Pêssego é um importante viário que conecta a região leste da cidade de São Paulo aos municípios do sul da grande São Paulo, como Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema. Esta ligação promoverá uma conexão perimetral (sem passar pelas movimentadas avenidas de São Paulo em que há restrição de caminhões) ligando os municípios sul da grande São Paulo e baixada Santista, até a região leste no município de Guarulhos. Isto facilitará a ligação do Porto de Santos ao Aeroporto Internacional de Guarulhos, facilitando a logística de transporte das inúmeras empresas que dependem dos portos marítimos e aeroportos. Será uma opção mais ágil e ampla de ligação, servindo como caminho para escoamento da produção destes pólos de investimento estadual e nacional; ¿ Haverá uma nova opção para os veículos que seguem pela Avenida Santos Dumont com

destino a rodovia Ayrton Senna, redistribuindo os fluxos e reduzindo os congestionamentos hoje existentes; ¿ O trecho a ser executado complementará o trevo existente entre a Rodovia Ayrton Senna e a ligação com Avenida Jacú-Pêssego, acrescentando uma opção de fluxo destas duas com a Avenida Santos Dumont e daí posteriormente para a Rodovia Presidente Dutra. Este trecho remodelará as Avenidas Hugo Fumagalli e Doutor Wagner Antônio Albuquerque transformando-as em vias expressas e de rápido deslocamento. Contará com um corredor de ônibus que facilitará e tornará mais ágil o transporte coletivo da região. ¿ Com os eventos esportivos que ocorrerão em 2014 e 2016, o fluxo de passageiros no Aeroporto Internacional de Guarulhos aumentará. A implantação deste empreendimento servirá como mais uma opção de acesso para os usuários que se deslocarão de outras cidades ao aeroporto ou que desembarcarão no aeroporto e se deslocarão para outras cidades, melhorando assim a fluidez do trânsito na cidade de Guarulhos. Atualmente encontra-se em execução, com licença ambiental de instalação emitida, as obras do trecho 4 do complexo Jacú-Pêssego, que é a avenida que faz a ligação entre a Rodovia Presidente Dutra e a Av. Papa João Paulo I. A avenida projetada contará com três faixas de rolamento em cada sentido e canal central em aduelas pré-moldadas de concreto para a drenagem. Haverão alças de acesso à rodovia Presidente Dutra para os veículos oriundos desta e para àqueles que se encaminham à rodovia. Da mesma forma, existirão alças para acesso dos veículos à avenida Papa João Paulo I e próximo desta última, um retorno a ser implantado. Este trecho inclui um viaduto no alinhamento da Rodovia Presidente Dutra que terá a avenida do complexo passando sob este, além de um retorno da própria rodovia para os veículos que circulam no sentido SP-RJ retornarem para o sentido RJ-SP. A Avenida Marginal Baquirivu fara ligação entre os municípios de Guarulhos, Arujá e São Paulo. O custo previsto da obra é de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais). O cronograma, tendo em vista o período de duração do PPA, deverá obedecer as seguintes metas físicas de execução: 35% em 2012; 30% em 2013; 20% em 2014; e 15% em 2015.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960003

EMENTA

Cooperação com comunidades tradicionais com vistas...

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0721 - Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais de saúde.

INICIATIVA

NOVA - Cooperação com comunidades tradicionais com vistas a incorporar nos procedimentos do Sistema Único de Saúde conhecimentos e práticas derivadas dos saberes de medicina popular utilizados pelas comunidades tradicionais.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2	01/01/2012	31/12/2015	1	1

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960004

EMENTA

Desenvolvimento de ações específicas que facilitem o acesso das comunidades tradicionais...

PROGRAMA

2061 - Previdência Social

OBJETIVO

0250 - Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária.

INICIATIVA

NOVA - Desenvolvimento de ações específicas que facilitem o acesso das comunidades tradicionais ao sistema previdenciário.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2	01/01/2012	31/12/2015	1	1

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 937 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960005

EMENTA

Expansão do CadÚnico e da gestão de condicionalidades...

PROGRAMA

2019 - Bolsa Família

OBJETIVO

0376 - Localizar e caracterizar as famílias consideradas como público-alvo dos programas de transferência de renda e dos programas sociais do Governo Federal voltados à população de baixa renda, e realizar a gestão e manutenção de suas informações socioeconômicas, por meio do desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias, instrumentos e sistemas de informações, com objetivo de subsidiar o planejamento e a implementação de políticas de combate à pobreza e à desigualdade social.

INICIATIVA

NOVA - Expansão do CadÚnico e da gestão de condicionalidades e fomento ao seu uso para integração com programas complementares, observando uma estratégia diferenciada para a inclusão de quilombolas e comunidades tradicionais nesse cadastro.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2	01/01/2012	31/12/2015	1	1

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 938 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960006

EMENTA

Fomentar a cooperação entre os Centros de Referência em Assistência Social...

PROGRAMA

2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

OBJETIVO

0282 - Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

INICIATIVA

NOVA - Fomentar a cooperação entre os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e as comunidades de terreiro que prestam assistência voluntária às comunidades onde estão inseridos.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2	01/01/2012	31/12/2015	1	1

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 939 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960007

EMENTA

Implantação de infra-estrutura básica e de acessibilidade...

PROGRAMA

2054 - Planejamento Urbano

OBJETIVO

0321 - Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados.

INICIATIVA

NOVA - Implantação de infra-estrutura básica e de acessibilidade nas comunidades remanescentes de quilombos.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2	01/01/2012	31/12/2015	1	1

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 940 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960008

EMENTA

Inclusão dos temas de Combate à Discriminação de Gênero, Raça e Orientação Sexual

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0721 - Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais de saúde.

INICIATIVA

NOVA - Inclusão dos temas de Combate à Discriminação de Gênero, Raça e Orientação Sexual, com destaque para as intersecções com a saúde da população negra, nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde no exercício do controle social.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2	01/01/2012	31/12/2015	1	1

JUSTIFICATIVA

"No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial."

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960009

EMENTA

Prevenção à violência racial que incide sobre crianças e adolescentes negros...

PROGRAMA

2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

OBJETIVO

0435 - Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos.

INICIATIVA

NOVA - Prevenção à violência racial que incide sobre crianças e adolescentes negros, considerando ser o aspecto racial um fator determinante dessa violência.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2	01/01/2012	31/12/2015	1	1

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 942 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960010

EMENTA

Prioridade em ações voltadas ao cumprimento da obrigatoriedade...

PROGRAMA

2061 - Previdência Social

OBJETIVO

0250 - Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária.

INICIATIVA

NOVA - Prioridade em ações voltadas ao cumprimento da obrigatoriedade do pagamento das contribuições previdenciárias das trabalhadoras domésticas.

CUSTO TOTAL PROPOSTO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA TÉRMINO PROPOSTA	VALOR CUSTO PRIMEIRO ANO	VALOR CUSTO DEMAIS ANOS
2	01/01/2012	31/12/2015	1	1

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 943 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960011

EMENTA

Modifica a iniciativa 00XS do objetivo 0289 do programa 2071

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0289 - Estimular a geração de emprego, trabalho e renda, por meio da democratização e ampliação do crédito produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

INICIATIVA

00XS - (...) manutenção de trabalho e renda, com prioridade para as formadas majoritariamente por mulheres.

JUSTIFICATIVA

Segundo o II PNPM é no espaço do trabalho onde as discriminações e as desigualdades étcnico-raciais e de gênero se tornam ainda mais evidentes. "Às desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros. Destaque-se, ainda, que são as mulheres negras que sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça/etnia. Esta interseccionalidade contribui para criar um ordenamento social que coloca no topo os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras. Dentre todos, são elas que vivenciam na escala inferior da pirâmide social as piores condições de trabalho, as que recebem os menores rendimentos, as que mais sofrem com o desemprego e as que mais estabelecem relações informais (e sua conseqüente ausência de proteção social, tanto presente quanto futura) e as que ocupam posições de menor prestígio na hierarquia profissional." Assim, é imprescindível que o as políticas vinculadas ao crédito produtivo contribuam para a igualdade de gênero, raça e etnia no mundo do trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 944 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960012

EMENTA

Modifica a iniciativa 00XT no objetivo 0289 do programa 2071

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0289 - Estimular a geração de emprego, trabalho e renda, por meio da democratização e ampliação do crédito produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

INICIATIVA

00XT - (...) manutenção de trabalho e renda com prioridade para as sob a responsabilidade de mulheres.

JUSTIFICATIVA

Segundo o II PNPM é no espaço do trabalho onde as discriminações e as desigualdades étcnico-raciais e de gênero se tornam ainda mais evidentes. "Às desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros. Destaque-se, ainda, que são as mulheres negras que sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça/etnia. Esta interseccionalidade contribui para criar um ordenamento social que coloca no topo os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras. Dentre todos, são elas que vivenciam na escala inferior da pirâmide social as piores condições de trabalho, as que recebem os menores rendimentos, as que mais sofrem com o desemprego e as que mais estabelecem relações informais (e sua conseqüente ausência de proteção social, tanto presente quanto futura) e as que ocupam posições de menor prestígio na hierarquia profissional." Assim, é imprescindível que o as políticas vinculadas ao crédito produtivo contribuam para a igualdade de gênero, raça e etnia no mundo do trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960013

EMENTA

Modifica a iniciativa 00XU no objetivo 0289 do programa 2071

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0289 - Estimular a geração de emprego, trabalho e renda, por meio da democratização e ampliação do crédito produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

INICIATIVA

00XU - Concessão de financiamento a atividades produtivas de auto-emprego e trabalho não assalariado, visando à geração e manutenção de trabalho e renda, com prioridade para mulheres e população negra.

JUSTIFICATIVA

Segundo o II PNPM é no espaço do trabalho onde as discriminações e as desigualdades étcnico-raciais e de gênero se tornam ainda mais evidentes. "Às desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros. Destaque-se, ainda, que são as mulheres negras que sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça/etnia. Esta interseccionalidade contribui para criar um ordenamento social que coloca no topo os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras. Dentre todos, são elas que vivenciam na escala inferior da pirâmide social as piores condições de trabalho, as que recebem os menores rendimentos, as que mais sofrem com o desemprego e as que mais estabelecem relações informais (e sua conseqüente ausência de proteção social, tanto presente quanto futura) e as que ocupam posições de menor prestígio na hierarquia profissional." Assim, é imprescindível que o as políticas vinculadas ao crédito produtivo contribuam para a igualdade de gênero, raça e etnia no mundo do trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 946 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960014

EMENTA

Modifica iniciativa 02QO do objetivo 0715 do programa 2015

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.

INICIATIVA

02QO - (...) - com destaque com destaque para a violência sexual e doméstica, a distribuição de anticoncepcionais de emergência - e sofrimento psicossocial.

JUSTIFICATIVA

A gravidez indesejada e o abortamento continuam sendo uma das principais causa de mortalidade materna. As metas propostas estão previstas no II PNPM (Prioridades 3.3.1 e 3.3.2). O acesso fácil e gratuito do medicamento para contracepção de emergência contribuirá na redução da morte evitável das mulheres. Consta no Dossiê de Morte Materna da RedeSaúde: "A morte materna é um dos mais sensíveis indicadores das condições de vida de uma população e reflete, principalmente, a desarticulação, desorganização e qualidade inadequada da assistência de saúde prestada à mulher durante o ciclo gravídico-puerperal, pois a assistência pronta, oportuna e adequada pode evitar a maioria dessas mortes". De acordo com o Ministério da Saúde (DATASUS, 2001), as mortes maternas correspondem a cerca de 6% dos óbitos de mulheres de 10 a 49 anos no Brasil. Em 1998, a razão de mortalidade materna foi de 63,4 por 100.000 nascidos vivos. Aplicando o fator de correção por subnotificação, no ano referido, tivemos aproximadamente 127 por cem mil nascidos vivos. Este valor nos aproxima dos países mais pobres da América Latina. Diz ainda o Dossiê da Rede Nacional de Saúde: "Entre as causas obstétricas diretas, o aborto é a quarta causa de óbito materno no país, o que demonstra a completa falência da assistência à população, visto que o planejamento familiar é um direito garantido na Constituição de 1988. A morte de mulheres por aborto indica que as ações de planejamento familiar não estão funcionando adequadamente. Associada a isso, existe a questão da criminalização do aborto, que contribui para agravar ainda mais o problema, ao obrigar as mulheres a realizar a interrupção da gravidez na clandestinidade, sob condições precárias de assistência".

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 947 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960015

EMENTA

Modifica iniciativa 02QR do objetivo 0715 do programa 2015

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.

INICIATIVA

02QR - (...) crianças e adolescentes mais vulneráveis e viabilizar a distribuição de anticoncepcionais de emergência através da Rede.

JUSTIFICATIVA

A gravidez indesejada e o abortamento continuam sendo uma das principais causa de mortalidade materna. As metas propostas estão previstas no II PNPM (Prioridades 3.3.1 e 3.3.2). O acesso fácil e gratuito do medicamento para contracepção de emergência contribuirá na redução da morte evitável das mulheres. Consta no Dossiê de Morte Materna da RedeSaúde: "A morte materna é um dos mais sensíveis indicadores das condições de vida de uma população e reflete, principalmente, a desarticulação, desorganização e qualidade inadequada da assistência de saúde prestada à mulher durante o ciclo gravídico-puerperal, pois a assistência pronta, oportuna e adequada pode evitar a maioria dessas mortes". De acordo com o Ministério da Saúde (DATASUS, 2001), as mortes maternas correspondem a cerca de 6% dos óbitos de mulheres de 10 a 49 anos no Brasil. Em 1998, a razão de mortalidade materna foi de 63,4 por 100.000 nascidos vivos. Aplicando o fator de correção por subnotificação, no ano referido, tivemos aproximadamente 127 por cem mil nascidos vivos. Este valor nos aproxima dos países mais pobres da América Latina. Diz ainda o Dossiê da Rede Nacional de Saúde: "Entre as causas obstétricas diretas, o aborto é a quarta causa de óbito materno no país, o que demonstra a completa falência da assistência à população, visto que o planejamento familiar é um direito garantido na Constituição de 1988. A morte de mulheres por aborto indica que as ações de planejamento familiar não estão funcionando adequadamente. Associada a isso, existe a questão da criminalização do aborto, que contribui para agravar ainda mais o problema, ao obrigar as mulheres a realizar a interrupção da gravidez na clandestinidade, sob condições precárias de assistência".

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960016

EMENTA

Modifica iniciativa 02W3 do programa 2076

PROGRAMA

2076 - Turismo

OBJETIVO

0740 - Divulgar no exterior a imagem do país, seus produtos, destinos e serviços turísticos, bem como apoiar a internacionalização das empresas brasileiras do segmento.

INICIATIVA

02W3 - Promoção, marketing e apoio a comercialização para a divulgação do turismo brasileiro no mercado internacional, inclusive vinculadas ao combate ao turismo sexual - Plano Aquarela

JUSTIFICATIVA

A expectativa do Ministério do Turismo é passar de 5 milhões para 8 milhões de turistas estrangeiros em nosso país até 2011. O combate ao turismo sexual é uma prática que deve ser adotada por todos aqueles que atuam direta e indiretamente no setor turístico, bem como por toda a sociedade brasileira. Assim, a emenda pretende deixar explicito as ações vinculadas ao combate ao turismo sexual

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960017

EMENTA

Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos...

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0803 - Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.

INICIATIVA

0390 - Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos, buscando, sobretudo, a cooperação internacional para o fortalecimento Sistema Nacional de Pós-Graduação, utilizando critérios que considerem a pluralidade étnico-racial da sociedade brasileira.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960018

EMENTA

Sociedade civil - Educação 11

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

INICIATIVA

03GB - Apoio à cooperação internacional das universidades e à ampliação da mobilidade acadêmica em âmbito nacional e internacional, promovendo o intercâmbio científico e tecnológico, a inovação e o enriquecimento da formação de nível superior garantida equidade étnico racial e de gênero.

JUSTIFICATIVA

Na Carta de Durban/2001, marco fundamental da questão racial no Século XXI, adotada pelos países membro do Sistema ONU, a escravidão é considerada crime contra a humanidade. Considerando que o sistema escravocrata e o pós abolição foram fatores estruturantes para as desigualdades sociais alicerçadas pelas desigualdade racial, deve ser garantida de condições equalizadas com vistas a corrigir as discrepância reestruturadas historicamente pela desvantagem social da população Afrodescendente, especialmente as Mulheres Negras.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960019

EMENTA

Sociedade civil - Educação 13

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0803 - Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.

INICIATIVA

0390 - Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores garantida equidade étnico racial e de gênero.

JUSTIFICATIVA

Na Carta de Durban/2001, marco fundamental da questão racial no Século XXI, adotada pelos países membro do Sistema ONU, a escravidão é considerada crime contra a humanidade. Considerando que o sistema escravocrata e o pós abolição foram fatores estruturantes para as desigualdades sociais alicerçadas pelas desigualdade racial, deve ser garantida de condições equalizadas considerando a discrepância de histórica de desvantagem social da população Afrodescendente, especialmente as Mulheres Negras.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 952 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960020

EMENTA

Sociedade civil - Educação 2

PROGRAMA

2030 - Educação Básica

OBJETIVO

0596 - Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.

INICIATIVA

02BP - Apoio técnico, pedagógico e financeiro à rede física escolar pública para construções, reformas, ampliações e aquisições de equipamentos e mobiliário, inclusive para a formação dos profissionais da educação, garantindo acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência: físicas e crônicas, e classe hospitalar, a educação de jovens e adultos e a ampliação gradativa da educação em tempo integral

JUSTIFICATIVA

Mesmo observando que sua existência é garantida segundo orientações da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, é mais comum observar a adoção de medidas que garantam a classe hospitalar, em hospitais específicos de atendimento de crianças e adolescentes, toda via há casos em que crianças passam por processos de internação longos em que este direito, garantidos pelo ECA nos art. 4º, Art. 53º, Art. 57º e especialmente no Art. 54 (...É dever do Estado..) não esta assegurado, por uma lado por fala de mapeamento por parte do sistema de controle de internações e solicitação a secretarias de educação, por outro por falta de direcionamento de profissionais capacitados para atuarem neste contexto. Justificativa: Pessoas com doenças crônicas necessitam freqüentemente se ausentar do ambiente escolar para tratamento gerando, por tanto, faz-se mister a este apoio visando o desenvolvimento de novas estratégias de garantia deste direito.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 953 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960021

EMENTA

Sociedade civil - educação 4

PROGRAMA

2030 - Educação Básica

OBJETIVO

0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.

INICIATIVA

02BW - Consolidação das diretrizes curriculares nacionais da educação básica que contemplem a pluralidade com ênfase na questão dos Afro-Descendentes , os direitos humanos, as especificidades regionais e locais e a elaboração das expectativas de aprendizagem, que subsidiem os sistemas de ensino na elaboração de suas propostas curriculares.

JUSTIFICATIVA

Considerando a Carta de Durban/2001, as deliberações II Conferência Nacional de Igualdade Racial, e a última Conferencia Nacional de Educação e ainda, considerando que apesar da LDB preconize a garantia da educação que reflita a diversidade cultural oriunda dos grupos étnicos que compõe a população brasileira, a história e cultura dos Afrodescendentes tem sido relegado a condição subalternizada, estereotipada ou esquecida. Em especial na área de Educação, o Movimento Negro Brasileiro conquistou importante avanço na sua luta com a aprovação da Lei 10.639/2003 que altera a LDB e forte apoiada pela Resolução CP/CNE nº 1, de 17 de junho de 2004, que instituiu diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Isto posto enfatizamos que, em todas as metas e iniciativas estabelecidas para o PPA 1012 - 1015 na área de Educação deva se garantir esta justificativa para as alterações propostas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 954 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960022

EMENTA

Sociedade civil - educação 6

PROGRAMA

2030 - Educação Básica

OBJETIVO

0599 - Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações.

INICIATIVA

02C2 - Articulação intersetorial da escola no seu território, considerando ações nas áreas de saúde, trabalho e emprego, assistência social, direitos humanos, justiça, meio ambiente, esporte, cultura e desenvolvimento regional; formação para a gestão escolar com controle social e integração escola e comunidade com registro de observância do perfil étnico racial escola/território.

JUSTIFICATIVA

Considerando que o quesito cor é importante instrumento para consolidação de dados que visem a garantia de políticas públicas especificas para grupos étnico raciais historicamente discriminados, a articulação intersetorial promoverá constatações relevante para garantia de equidade entre grupos populacionais com especificidades diferenciadas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960023

EMENTA

Sociedade civil - Educação 7

PROGRAMA

2031 - Educação Profissional e Tecnológica

OBJETIVO

0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.

INICIATIVA

02A0 - Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e dos recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade étnico racial e de gênero.

JUSTIFICATIVA

Na Carta de Durban/2001, marco fundamental da questão racial no Século XXI, adotada pelos países membro do Sistema ONU, a escravidão é considerada crime contra a humanidade. Considerando que o sistema escravocrata e o pós abolição foram fatores estruturantes para as desigualdades sociais alicerçadas pelas desigualdade racial, deve ser garantida o acesso e a permanência, em equipamentos educacionais profissionalizantes e tecnológicos de qualidade e que observe as especificidades desta população historicamente desprovida de iniciativas de políticas públicas que lhes garanta seus direitos.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 956 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960024

EMENTA

Sociedade civil - Educação 8

PROGRAMA

2031 - Educação Profissional e Tecnológica

OBJETIVO

0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.

INICIATIVA

02A2 - Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático inclusive o recorte étnico racial, incluindo capacitação de docentes e técnicos administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio a pesquisa, inovação e extensão.

JUSTIFICATIVA

Considerando que apesar da LDB preconizar a garantia da educação que reflita a diversidade cultural oriunda dos grupos étnicos que compõe a população brasileira, a história e cultura dos Afrodescendentes tem sido relegado a condição subalternizada, estereotipada ou esquecida nos livros didáticos e para didáticos, assim sendo a presente proposta orienta que cumpra-se a Lei 10.639/2003 orientada nesta questão especifica pela Resolução CP/CNE nº 1, de 17 de junho de 2004, que instituiu diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 957 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960025

EMENTA

Sociedade civil - educação 9

PROGRAMA

2031 - Educação Profissional e Tecnológica

OBJETIVO

0588 - Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.

INICIATIVA

02B3 - Ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e técnico de nível médio articulada com educação de jovens e adultos (EJA), de ensino fundamental e médio, e do acesso do trabalhador a processo de reconhecimento de saberes, nas redes de educação profissional e tecnológica, possibilitando, inclusive, recorte étnico racial e de gênero e atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante.

JUSTIFICATIVA

Na Carta de Durban/2001, marco fundamental da questão racial no Século XXI, adotada pelos países membro do Sistema ONU, a escravidão é considerada crime contra a humanidade. Considerando que o sistema escravocrata e o pós abolição foram fatores estruturantes para as desigualdades sociais alicerçadas pelas desigualdade racial, deve ser garantida de condições equalizadas com vistas a corrigir as discrepância reestruturadas historicamente pela desvantagem social da população Afrodescendente, especialmente as Mulheres Negras.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 958 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960026

EMENTA

Sociedade civil - Saúde 4

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

INICIATIVA

02PR - Implementação da Política Nacional para a Pessoa com Deficiência e Doença Crônica.

JUSTIFICATIVA

A população com Doença Crônica tem as mesmas necessidades especiais do Deficiente, ressalvadas as proporções podem ser até mais graves.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960027

EMENTA

Sociedade civil - Saúde 6

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0714 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

INICIATIVA

02Q5 - Fortalecimento da promoção da Saúde da População em geral, dando ênfase a Saúde da População Negra e a Saúde da Mulher.

JUSTIFICATIVA

A população brasileira é consideravelmente negra. Somos o segundo maior país de população negra do mundo. O Brasil neste sentido só perde para a Nigéria. Assim sendo, urge que tenhamos uma política nacional que envolva estudos, pesquisas e ações eficazes para a redução dos riscos e agravos à saúde da população, sobretudo a saúde da população negra.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 960 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960028

EMENTA

Sociedade civil - saúde 7

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0714 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

INICIATIVA

02QD - Publicidade de Utilidade Pública para Ações de Vigilância Sanitária e Conscientização da Doença Falciforme.

JUSTIFICATIVA

Por considerarmos que a Doença Falciforme e o Traço Falcêmico ainda é uma incógnita no que tange a falta de um cadastro nacional. Com o agravante de que o relacionamento íntimo das pessoas Traço poderá gerar novos Doentes Falciforme. Urge que sejam empenhados esforços publicitários de divulgação da Doença, a fim de minimizar ou conscientizar a população da sua responsabilidade com o nascimento de mais Doentes.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 961 de 2315

ESPELHO DE EMENDA INICIATIVA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960029

EMENTA

Sociedade civil - saúde 9

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.

INICIATIVA

02QO - Fortalecimento, ampliação e qualificação das Redes de Atenção Integral às Mulheres, Crianças e Adolescentes em situação de violências - com destaque para a violência sexual e doméstica - e sofrimento psicossocial, observando a proximidade junto as Comunidades em estado de maior vulnerabilidade.

JUSTIFICATIVA

A população residente nas Comunidades de maior vulnerabilidade tem maior dificuldade de locomoção e maior incidência de violências e, consequentemente é quem necessita de maior atendimento de saúde. Isto por conta das carências provocadas em função da baixa qualidade alimentar, da falta de saneamento básico adequado e da precariedade do ambiente residencial, resumindo assim, BAIXA QUALIDADE DE VIDA. Assim sendo é preciso que tenhamos a preocupação com o fortalecimento, ampliação e qualificação das Redes de Atenção Integral às Mulheres, Crianças e Adolescentes em situação de violências, o mais próximo possível destas Comunidades.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 962 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960089

EMENTA

Alteração de indicador para identificar sexo e cor/etnia no acesso ao serviço jurídico gratuito do programa 2020

PROGRAMA

2020 - ALTERAÇÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Modifica o seguinte INDICADOR: INDICADOR ATUAL: Cidadão assistido com prestação jurídica gratuita INDICADOR PROPOSTO: Pessoa assistida com prestação jurídica gratuita, por sexo, cor/etnia, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2011". Ao especificar o sexo, cor/etnia e a área geográfica, se terá informações mais qualificadas que poderão melhor orientar a aplicação dos recursos e efetividade da política pública. Além do mais, apesar dos avanços relativos a redução da pobreza, o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo, onde os 20% de brasileiros/as mais ricos ficam com 60% da renda nacional e os 20% mais pobres, ficam com 2,85% de nossas riquezas. "A concentração de renda impede que grande parcela da população usufrua direitos constitucionalmente assegurados e universalmente reconhecidos como indispensáveis para promoção da dignidade humana. As desigualdades ainda são acentuadas num contexto permeado pela discriminação racial, de gênero, geracional e de orientação sexual, entre outras. Além do mais, as formas de distribuição e concentração do espaço territorial também estruturam as desigualdades no Brasil". É necessário pois, garantir a essa população excluída do desenvolvimento, o acesso gratuito à justiça para efetivar seus direitos.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 963 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960090

EMENTA

Inclui indicador para moradia coletiva para pessoas idosas, por sexo e cor/etnia no programa 2049

PROGRAMA

2049 - INCLUSÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Acrescentar INDICADOR: Percentual de pessoas atendidas em domicílios coletivos, por sexo e cor/raça, para o Brasil e segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação, Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". Em estudo do CFEMEA (Indicadores de Gênero e Raça no PPA 2008-2011, Capitulo 7 , autores: José Eustáquio Diniz Alves e Suzana Cavenaghi , Programa Habitação de Interesse Social) os pesquisadores José Eustáquio Diniz Alves e Suzana Cavenaghi sugeriram como cálculo para esse indicador: Cálculo: Número de mulheres (e homens) atendidos em domicílios coletivos particulares ou públicos dividido pelo total de pessoas idosas (60 anos ou mais) na categoria correspondente, por cor/raça (por cem). Ainda segundo os autores, o conceito desse indicador com periodiciade anual, é permitir: (...) monitorar se, ao longo dos anos cobertos pelo PPA, está havendo desigualdades no atendimento do programa às pessoas idosas com necessidades de habitação. Especialmente para as mulheres da terceira idade, que são a grande maioria das pessoas com mais de 60 anos, ¿ e principalmente entre a população mais pobre - o atendimento em instituições de longa permanência para idosos é de fundamental importância para a qualidade de vida destas pessoas e famílias.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 964 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960091

EMENTA

Inclui indicadores ao programa 2019 explicitando atendimento às mulheres, por grupo de cor/raça

PROGRAMA

2019 - INCLUSÃO DE INDICADORES - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Inclusão dos Indicadores: - Percentual de mulheres responsáveis legais pelo beneficio, por grupos de cor/raça, segundo grandes regiões. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". - Percentual de mulheres que são responsáveis legais pelo benefício e sem cônjuge/companheiro(a) por grupos de cor/raça, segundo grandes regiões. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". A inclusão dos indicadores propostos pretende garantir visibilidade aos grupos beneficiários do programa, permitindo ao Poder Público a formulação e implementação de políticas específicas e complementares, que possam contribuir para a redução das vulnerabilidades sociais e desenvolvimento de suas potencialidades. Os indicadores propostos são viáveis, na medida em que os dados primários estão disponíveis no Cadastro Único para Programas Sociais, que é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960092

EMENTA

Incluir indicador com número de creches e período de funcionamento no programa 2030

PROGRAMA

2030 - INCLUSÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Acrescenta o seguinte INDICADOR: - Número de creches existentes, por Grandes Regiões, Estados e Municípios e por período de funcionamento. Unidade de Medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2011". No jornal FEMEA, produzido pelo CFEMEA, de dezembro de 2009, foi publicada a matéria Falta de creches públicas sobrecarrega e empobrece as mulheres trabalhadoras que diz o seguinte: "O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM) tem como meta aumentar em 12% o número de crianças de zero a seis anos de idade freqüentando creche ou pré-escola na rede pública e construir 1.714 creches, entre 2008 e 2011. Mas, nesses dois últimos anos, foi feito muito pouco para cumprir a meta. Em 2009, foram gastos apenas 4,5% dos recursos previstos para a construção de creches (R$ 535 milhões). Nesse ritmo, o governo federal vai ficar muito longe de cumprir o compromisso firmado com as mulheres por meio do PNPM. Para 2010, está previsto cerca de R$ 1 bilhão. Nas famílias onde as crianças com até seis anos de idade estão em creche ou na pré-escola, a renda familiar por pessoa é 50% maior do que naquelas que não contam com essa opção, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001." Nas famílias mais pobres é que o impacto da oferta de creches e escolas é maior, segundo artigo da professora Bila Sorj, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nessas famílias, o salário das mães é 35% maior quando elas contam com educação para seus filhos, por causa da liberação de tempo (até duas horas diárias) para o trabalho remunerado. Nas famílias mais ricas, o aumento no salário cai para cerca de 14% e a jornada permanece igual. "Assim, podemos concluir que o grupo de renda que mais se beneficia do acesso à educação infantil são os pobres", diz Bila em seu artigo, para concluir: "Dessa maneira, a ampliação dos investimentos públicos na educação infantil deve ser considerada uma prioridade na agenda das políticas públicas voltadas à promoção de equidade de gênero". A meta no PPA 2012-2015 de 6.000 creches é quatro vezes ao que se tinha previsto no II PNPM, mas é preciso garantir que essa meta será cumprida. Esse ano de 2011 quantas creches foram inauguradas? Quantas estão em funcionamento em tempo integral, inclusive nas férias escolares? Quantas creches funcionam no

período noturno? Essas seis mil serão realizadas a média de 1500 por ano? A Ação orçamentária 09CW - APOIO A REESTRUTURACAO DA REDE FISICA PUBLICA DA EDUCACAO BASICA do Programa: 1448 - QUALIDADE NA ESCOLA que tem autorizado na LOA 2011, R$ 657,6 milhões até o dia 22/09/2011, empenhou só 61,9% (R$406,8 milhões) e liquidou apenas R$104.4 milhões, que representam 15,9% dos recursos autorizados para o corrente ano. Para que a sociedade possa melhor monitorar a realização dessa meta de 6000 creches é que se propõe o indicador com divulgação trimestral.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960093

EMENTA

Incluir indicadores para identificar a particip de mulheres e pop negra no acesso ao crédito e ATER

PROGRAMA

2012 - INCLUSÃO DE INDICADORES - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Incluam-se os seguintes INDICADORES - Taxa de atendimento a beneficiários do Programa, por sexo, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". - Taxa de atendimento aos beneficiários do Programa, por cor/raça e enquadramento, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". - Percentual de egressos das ações de ATER, por sexo, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de Medida "%", Data de Referência "01/01/2011". - Número de pessoas com acesso ao crédito agrícola, por volume de recursos, por sexo, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de Medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2011". As metas do Programa de Agricultura Familiar bem como seus objetivos especificam claramente o opção de incluir a população feminina em suas ações. Entretanto os indicadores que servirão de base para a avaliação do Programa não trazem nenhuma indicação do sexo ou cor de seus beneficiários, daí a proposta de acréscimo desses três indicadores que permitirão, respectivamente: a. identificar a participação das mulheres na distribuição dos recursos do Programa, seja como principal beneficiária do Programa, seja na condição de cônjuge (2º titular); b. avaliar a distribuição dos recursos do Programa segundo a cor/raça dos beneficiários e sua representatividade em cada grupo de acesso do PRONAF; c. Medir a participação dos agricultores familiares homens e mulheres nas ações de ATER. O outro indicador proposto visa avaliar se as metas (que especificam o atendimento às mulheres rurais em 30 e 35%) previstas nos objetivos: ¿ OBJETIVO: 0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços. ¿ OBJETIVO: 0759 - Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar foram alcançadas como previsto no Programa. O valor de referência do indicador Disponibilização de recursos pelo Plano Safra da Agricultura Familiar é de R$16 bilhões de reais e,

observada a orientação geral das metas do Programa que estimam a participação das mulheres de 30% a 35% nas ações, nesses recursos então se teria R$5 bilhões a serem destinados preferencialmente as mulheres rurais.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 969 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960094

EMENTA

Inclusão de indicador ao programa 2069

PROGRAMA

2069 - INCLUSÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**

Valores Globais	Total Proposto 2012	Total Proposto 2013-2015
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Inclusão de Indicador: - População residente, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, por tipo de insegurança alimentar, segundo sexo, grupos de idade, cor ou raça. Unidade de Medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2011". O indicador proposto possibilita a identificação dos grupos populacionais mais vulneráveis relativamente a dimensão da segurança alimentar e nutricional e assim a adoção de políticas públicas que considerem tais especificidades. Ressalte-se que o IBGE tem realizado periodicamente, no âmbito da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios pesquisas que possibilitam o acompanhamento do indicador proposto, como em 2004 e 2009.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 970 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960095

EMENTA

Inclusão de indicadores no programa 2016

PROGRAMA

2016 - INCLUSÃO DE INDICADORES - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Incluam-se os seguintes INDICADORES: - Taxa de Homicídio de Mulheres, por cor/etnia, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de Medida %, Data de Referência 01/01/2011. - Participação das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA). Unidade de medida %, Data de Referência 01/01/2011. Nos últimos anos o Governo federal aumentou ano a ano o gasto com o seu programa de combate à violência contra as mulheres. Em 1998 liquidou R$362 648,00 e em 2008 esse valor foi de R$ 25 378 902,00, mas a taxa de homicídios femininos continuou inalterada (de 4,27 para 4,17) no período. A alocação de recursos financeiros dos governos e a criação de mecanismos de combate à violência contra as mulheres e de normas legais específicas, como a Lei Maria da Penha, que já tem 5 anos, não foram suficientes para diminuir os homicídio de mulheres. Conforme registra o Mapa da Violência, no período entre 1998 e 2008, foram assassinadas no país 42 mil mulheres em um ritmo que acompanhou quase estritamente o crescimento da população feminina, de forma tal que as taxas anuais do período rondaram sempre os 4,25 homicídios para cada 100 mil mulheres. Número e taxas de homicídio feminino.Brasil. 1998/2008. Ano Homicídios Taxa 1998 3.503 4,27 1999 3.536 4,26 2000 3.743 4,34 2001 3.851 4,40 2002 3.867 4,36 2003 3.937 4,38 2004 3.830 4,21 2005 3.884 4,15 2006 4.022 4,24 2007 3.772 3,92 2008 4.023 4,17 Total 41.968 4,25 Fonte: SIM/SVS/MS O Mapa traz ainda as informações dos homicídios por Estado: Número e taxas de homicídios femininos. Brasil, 1998-2008 UF/Região Número de homicídios Taxas de homicídio Var % 1998 2008 1998 2008 Acre 12 14 4,7 4,1 -12,1 Amapá 12 13 5,7 4,3 -25,9 Amazonas 54 63 4,3 3,8 -11,9 Pará 66 164 2,3 4,5 95,4 Rondônia 45 39 7,3 5,3 -27,1 Roraima 12 15 9,5 7,7 -19,3 Tocantins 19 21 3,5 3,3 -5,3 Norte 220 329 3,8 4,4 16,9 Alagoas 44 83 3,2 5,2 62,4 Bahia 100 308 1,5 4,2 173,9 Ceará 56 118 1,6 2,7 75,3 Maranhão 29 81 1,1 2,6 137,6 Paraíba 41 85 2,4 4,4 87,1 Pernambuco 277 298 7,1 6,6 -7,1 Piauí 20 40 1,4 2,5 75,5 R G Norte 20 60 1,5 3,8 154,0 Sergipe 14 35 1,6 3,4 110,8 Nordeste 601 1.108 2,6 4,1 59,6 Espírito Santo 165 191 11,3 10,9 -3,6 Minas Gerais 195 372 2,3 3,7 64,1 Rio de Janeiro 563 372 7,9 4,5 -43,3 São Paulo 1.036 666 5,8 3,2 -45,3 Sudeste 1.959 1.601 5,6 3,9 -30,2

Paraná 179 307 3,8 5,7 49,2 R G Sul 181 216 3,6 3,9 8,1 Sta Catarina 67 86 2,7 2,8 6,0 Sul 427 609 3,5 4,4 24,7 Distr Federal 59 72 5,9 5,4 -8,6 Goiás 72 161 3,0 5,5 79,6 Mato Grosso 94 84 8,3 5,8 -30,5 Mato G do Sul 71 59 7,2 5,0 -29,6 Centro-Oeste 296 376 5,4 5,4 1,0 Brasil 3.503 4.023 4,3 4,2 -2,4 Fonte: SIM/SVS/MS Em recente estudo publicado, o CFEMEA alerta para as diferenças de homicídios das mulheres brancas e negras. A pedido do CFEMEA, o pesquisador Julio Jacobo Waiselfisz elaborou informações que mostram que, desde 2003, o número de homicídios de mulheres brancas vem caindo, enquanto o de mulheres negras aumenta: Taxas (em 100 mil) Vitimização (Indica em que proporção morreram mais mulheres negras do que brancas) (%) Brancas Negras 3,2 4,7 45,7 Fonte: SIM/SVS/MS. Elaboração: Julio Jacobo Waiselfis Diz Ana Claudia Pereira, Consultora do CFEMEA: Isso quer dizer que morreram, somente em 2008, 45,7% mais mulheres negras do que brancas. Essa diferença, além de muito preocupante, sugere que a aplicação de leis e políticas públicas para acabar com a violência de forma diferente para brancas e negras. É necessário que o poder público e a academia investiguem essas desigualdades para explicar melhor porque ela ocorre dessa forma e criar mecanismos para que as mulheres negras também tenham seus direitos garantidos. A apuração do indicador proposto auxiliará no diagnóstico da situação e indicará medidas regionais e locais a serem adotadas pelos governos para reduzir os homicípios femininos que na maioria das vezes é praticado no próprio domicílio da vítima. O outro indicador proposto, medirá a eficácia das medidas do Plano Mais Brasil a para a autonomia econômica as mulheres. A análise da participação das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA) mostrará se as medidas de criação de infra-estrutura social colocadas no PPA tiveram as consequencias esperadas de aumentar a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 972 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960096

EMENTA

Modifica indicador do programa 2029

PROGRAMA

2029 - ALTERAÇÃO DE INDICADOR - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

INDICADOR MODIFICADO: - Participantes sócios em empreendimentos econômicos Solidários , segundo sexo, cor/raça. Unidade de Medida "Unidade", Data de Referência "01/01/2008", Índice de Referência "1.687.035". A especificação de sexo, raça/cor nos indicadores vinculados aos empreendimentos econômicos solidários é fundamental para a formulação e implementação das políticas públicas orientadas à igualdade de gênero, raça/etnia no mundo do trabalho. O indicadores sociais e econômicos disponíveis evidenciam, conforme explicita a própria Mensagem Presidencial as desigualdades de gênero raça e etnia no mundo do trabalho. Segundo II PNPM "as desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros".Para reverter tal quadro de injustiça é preciso acompanhar a partir dos parâmetros propostos a execução das políticas públicas direcionadas aos empreendimentos econômicos solidários.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960097

EMENTA

Modifica indicadores do programa 2071

PROGRAMA

2071 - ALTERAÇÃO DE INDICADORES - VER JUSTIFICATIVA

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Modifica os seguintes INDICADORES: - Clientes ativos do microcrédito produtivo orientado, segundo, sexo, raça/cor. Unidade de medida "unidade", Data de Referência "01/01/2011". - Operações realizadas de microcrédito produtivo orientado segundo, sexo, raça/cor. Unidade de medida "unidade" e "R$1,00", Data de Referência "01/01/2011". - Volume de crédito concedido para microcrédito produtivo Orientado, segundo segundo, sexo, raça/cor do responsável ou predominante no grupo. Unidade de medida "R$1,00", Data de Referência "01/01/2011". A especificação de sexo, raça/cor nos indicadores vinculados ao microcrédito produtivo orientado é fundamental para a formulação e implementação das políticas públicas orientadas à igualdade de gênero, raça/etnia no mundo do trabalho. O indicadores sociais e econômicos disponíveis evidenciam, conforme explicita a própria Mensagem Presidencial as desigualdades de gênero raça e etnia no mundo do trabalho. Segundo II PNPM ¿as desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros¿.Para reverter tal quadro de injustiça é preciso acompanhar a partir dos parâmetros propostos a execução das políticas públicas de microcrédito produtivo orientado.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 974 de 2315

ESPELHO DE EMENDA PROGRAMA

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960098

EMENTA

Inclusão de indicador - taxa de homicídios de brancos...

PROGRAMA

2070 -

Tipo: Temático

Valores Globais:

Esfera	Valor 2012 (R$)	Valor 2013 - 2015 (R$)
	Proposto	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	**0**	**0**
- Despesas Correntes	0	0
- Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**
Outras Fontes	**0**	**0**
Valores Globais	**Total Proposto 2012**	**Total Proposto 2013-2015**
	0	**0**
	0	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas

Esfera	Valor Proposto (R$)
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0

JUSTIFICATIVA

Inclusão de Indicador: Taxa de homicídio de pessoas brancas do sexo masculino com idade de 15 a 29 anos = 55,97 homícidios/100 mil habitantes (Fonte: Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM - Dados preliminares) Justificativa: No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Janete Rocha Pietá	23960099

EMENTA TEXTO

Acrescenta parágrafos ao Art. 16

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Modificativa	Artigo 16

TEXTO PROPOSTO

Art. 16. O Poder Executivo promoverá a participação da sociedade no processo de monitoramento dos Programas do PPA2012-2015.
§ 1º. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão coordenará o Sistema Público de Monitoramento do PPA que terá efetiva participação social e transparência das informações
§ 2º. Caberá ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão disponibilizar, na internet, a execução orçamentária dos Programas do PPA e anualmente, o quantitativo alcançado de cada meta prevista, inclusive a posição das metas qualitativas especificadas, e a evolução dos indicadores, quando couber.
§ 3º. Caberá à Secretaria Geral da Presidência da República coordenar e viabilizar a divulgação, no Sistema Público de Monitoramento do PPA, das informações dos Conselhos de Controle Social e as deliberações das Conferências Nacionais e sua interface, no que couber, com os Programas Temáticos e Metas do PPA.
§ 4º O Fórum Interconselhos deverá compor o Sistema Público de Monitoramento do PPA, devendo se reunir no mínimo uma vez a cada semestre para monitorar a execução do PPA 2012-2015.

JUSTIFICATIVA

O Governo Federal realizou em maio último o Fórum Interconselhos, do qual participaram 400 pessoas: 285 representantes vinculados a 34 conselhos nacionais, dois comissões e CDES; 85 representantes de entidades regionais não representadas nos conselhos setoriais e representantes do Ministério do Planejamento, da Secretaria Geral e da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. Na oportunidade foi distribuída a Cartilha de Orientação para as Consultas à Sociedade sobre o Ciclo de Gestão do PPA 2012-2015 que traz a seguinte afirmação: "O PPA 2012-2015 será orientado, dentre outras características, por um amplo processo participativo, cuja finalidade é a de que o Plano seja um importante instrumento de interação entre o Estado e o cidadão, com vistas à efetividade das políticas públicas." Esse novo espaço de debate proposto pelo Governo federal, chamado de Fórum Inter Conselhos, para não repetir as experiências frustradas de participação social que ocorreram nos dois últimos PPAs (2004-2007 e 2008-2011), necessitará de informações oficiais e atualizadas sobre o gasto público e a execução das metas definidas pelo governo para cada Programa do PPA 2011-2015 - Plano Mais Brasil O Art 16 do Projeto de Lei 29/2011-CN não especifica quais órgãos do Executivo serão os responsáveis pela divulgação e transparência das informações indispensáveis para que a sociedade possa participar do processo e nem tão pouco define os meios de divulgação desses dados. Também os mecanismos para garantir a participação social no monitoramento do PPA e execução da LOA, não estão citados. Os acréscimos dos parágrafos ao artigo 16 vêm suprir essas deficiências ao definir os órgãos do Poder Executivo responsáveis pela sistematização e divulgação das informações (MPOG) e que garantirão (SG/PR) que os mecanismos hoje existentes: conselhos de controle social e conferências nacionais tenham suas decisões melhor incorporadas às peças orçamentárias da União. O Sistema Público de Monitoramento, contando pelo menos com o Fórum Interconselhos para monitoramento periódico e sistemático do PPA, além da divulgação ampla de informações pela internet sobre a execução das políticas governamentais previstas no PPA vai fornecer as condições básicas para uma efetiva participação social no monitoramento das políticas públicas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 976 de 2315

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Janete Rocha Pietá	23960100

EMENTA TEXTO

Altera a redação do inciso I do art. 4º

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Modificativa	Artigo 4 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

Art. 4º O PPA 2012-2015 terá como diretrizes:
I - a redução das desigualdades sociais, de gênero, étnico-racial e regionais;

JUSTIFICATIVA

A emenda pretende incorporar entre as diretrizes do Plano Plurianual 2012-2015 a redução das desigualdades de gênero e étnico-racial, que conforme dados constantes na Mensagem Presidencial que o encaminha, ainda são persistentes e estruturantes da exclusão social no Brasil "Nos últimos anos, o processo de inclusão social e redução das desigualdades retirou milhões de brasileiros da pobreza. Todavia, o perfil daqueles que ainda se encontram em situação de extrema pobreza indica que há segmentos mais vulneráveis, como a populações feminina e negra." Vale lembrar que nos dois últimos Planos, tal diretriz esteve explicita de forma enfática. No Plano Plurianual 2004-2007 as desigualdades manifestadas nas dimensões raciais e de gênero foram incorporadas como fatores que aumentam a injustiça e a exclusão social: "Tal registro é necessário para rompermos com a visão que nega a existência do racismo e discriminação da mulher como fator que aumenta a injustiça e a exclusão social." A incorporação da garantia da transversalidade de gênero, raça/etnia na formulação e implementação do conjunto das políticas públicas era uma das diretrizes gerais presentes no PPA 2004/2007. Dois desafios estavam colocados: Desafio 8: Promover a Redução das Desigualdades Raciais, com Ênfase na Valorização Cultural das Etnias Desafio 9: Promover a Redução das Desigualdades de Gênero, com Ênfase na Valorização das Diferentes Identidades No PPA 2008-2011 tais dimensões estão presentes no desafio "Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos", sendo explicitado "... a perspectiva de promoção da igualdade de gênero e raça deve estar presente na elaboração, execução e monitoramento de todas as políticas de governo, incorporada como princípio gerador de democracia, desenvolvimento e paz social." A emenda, portanto, vem resgatar tais dimensões estruturantes das desigualdades e da injustiça social no Brasil, entre as diretrizes do Plano Plurianual 2012-2015.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 977 de 2315

ESPELHO DE EMENDA TEXTO

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
Janete Rocha Pietá	23960101

EMENTA TEXTO

Suprime o inciso III, do § 5º, do art. 19, renumerando-se os demais

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Individual	Supressiva	Artigo 19 Parágrafo 5 Inciso III

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de lei do PPA 2012-2015 autoriza o Poder Executivo a alterar alguns atributos dos programas no decorrer do processo de implementação do Plano Plurianual. De fato, é preciso garantir algum grau de flexibilidade, na medida em que o Plano tem uma duração de 4 anos e a dinâmica de mudanças nos cenários e nos processos de execução das políticas públicas, requerem, para além da possibilidade de revisão anual, algum grau de autonomia do Poder Executivo, que viabilize uma adequação da sua programação. Mas, é preciso também que o Poder Legislativo garanta, nas alterações que envolvam mérito, a sua autorização específica. É o caso do atributo META. Assim, a presente emenda visa excluir a autorização para sua alteração no âmbito do Poder Executivo.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 978 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960030

EMENTA

Alteração de meta no programa 2029 para incluir prioridade para mulheres e população negra

PROGRAMA

2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

OBJETIVO

0983 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

JUSTIFICATIVA

Segundo o II PNPM é no espaço do trabalho onde as discriminações e as desigualdades étcnico-raciais e de gênero se tornam ainda mais evidentes. "Às desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros. Destaque-se, ainda, que são as mulheres negras que sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça/etnia. Esta interseccionalidade contribui para criar um ordenamento social que coloca no topo os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras. Dentre todos, são elas que vivenciam na escala inferior da pirâmide social as piores condições de trabalho, as que recebem os menores rendimentos, as que mais sofrem com o desemprego e as que mais estabelecem relações informais (e sua conseqüente ausência de proteção social, tanto presente quanto futura) e as que ocupam posições de menor prestígio na hierarquia profissional." Assim, é imprescindível que o as políticas vinculadas a capacitação social e profissionais dos trabalhadores para a economia solidária contribuam para a igualdade de gênero, raça e etnia no mundo do trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960031

EMENTA

Inclui e modifica metas e altera o texto do objetivo 0287 do programa 2071

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0287 - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho, na perspectiva da igualdade de gênero, raça e etnia.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

01000 - Câmara dos Deputados

JUSTIFICATIVA

A alteração de meta visa garantir que no mínimo o governo federal dobre a oferta de vagas, garantindo suporte que possibilitem as mulheres chefes de família acessarem tal política, como creches, brinquedotecas, transporte, lanche, entre outros. A inclusão das metas visam promover a igualdade de gênero e etnico-racial nas relações de trabalho e na definição dos processos de qualificação social e profissional.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960032

EMENTA

Inclui metas ao objetivo 0715 do programa 2015

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0715 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

36000 - Ministério da Saúde

JUSTIFICATIVA

A gravidez indesejada e o abortamento continuam sendo uma das principais causa de mortalidade materna. As metas propostas estão previstas no II PNPM (Prioridades 3.3.1 e 3.3.2). O acesso fácil e gratuito do medicamento para contracepção de emergência contribuirá na redução da morte evitável das mulheres. Consta no Dossiê de Morte Materna da Rede Saúde: "A morte materna é um dos mais sensíveis indicadores das condições de vida de uma população e reflete, principalmente, a desarticulação, desorganização e qualidade inadequada da assistência de saúde prestada à mulher durante o ciclo gravídico-puerperal, pois a assistência pronta, oportuna e adequada pode evitar a maioria dessas mortes". De acordo com o Ministério da Saúde (DATASUS, 2001), as mortes maternas correspondem a cerca de 6% dos óbitos de mulheres de 10 a 49 anos no Brasil. Em 1998, a razão de mortalidade materna foi de 63,4 por 100.000 nascidos vivos. Aplicando o fator de correção por subnotificação, no ano referido, tivemos aproximadamente 127 por cem mil nascidos vivos. Este valor nos aproxima dos países mais pobres da América Latina. Diz ainda o Dossiê da Rede Nacional de Saúde: "Entre as causas obstétricas diretas, o aborto é a quarta causa de óbito materno no país, o que demonstra a completa falência da assistência à população, visto que o planejamento familiar é um direito garantido na Constituição de 1988. A morte de mulheres por aborto indica que as ações de planejamento familiar não estão funcionando adequadamente. Associada a isso, existe a questão da criminalização do aborto, que contribui para agravar ainda mais o problema, ao obrigar as mulheres a realizar a interrupção da gravidez na clandestinidade, sob condições precárias de assistência".

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960033

EMENTA

Inclui metas no programa 2037

PROGRAMA

2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

OBJETIVO

0282 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

JUSTIFICATIVA

A inclusão das metas relativas à ampliação dos serviços de proteção social especial, está vinculado a garantia dos direitos de cidadania no campo da política pública de assistência social, conforme estabelece a Constituição Federal. As novas metas dialogam também com a prioridade estratégica do movimento de mulheres de garantir que o Estado cumpra seu papel no oferecimento de infraestrutura social, particularmente da infraestrutura para a economia do cuidado. Estudo da CEPAL indica que o ponto cego das políticas públicas na America Latina está na redistribuição das tarefas de cuidado entre o Estado, o mercado e as famílias. E nesse ponto as desigualdades de gênero são evidentes. Segundo jornal Fêmea jul/set/2011, "O cuidado no Brasil ainda é um problema de esfera privada, cuja solução recai, quando não exclusivamente, no mínimo desproporcionalmente, sobre as mulheres". Na mesma edição, Alícia Bárcena, Secretária Executiva da CEPAL, afirma que não será possível conseguir igualdade para as mulheres enquanto não for resolvida a carga de trabalho não remunerado e de cuidados que recai historicamente sobre as mulheres.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960034

EMENTA

Incluir meta no objetivo 0934 do programa 2016

PROGRAMA

2016 - Políticas para as Mulheres: Enfrentamento à Violência e Autonomia

OBJETIVO

0934 - Inserir o tema da igualdade entre mulheres e homens na agenda nacional e internacional para ampliação dos direitos das mulheres e efetivação da cidadania, por meio de ações de diversas áreas do governo e da sociedade sobre tráfico internacional de pessoas, sobretudo das mulheres.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

20122 - Secretaria de Políticas para as Mulheres

JUSTIFICATIVA

A emenda pretende estabelecer como Meta a promoção de articulação com empresas estatais visando a incorporação e seu comprometimento com o tema da igualdade entre mulheres e homens, ampliação dos direitos das mulheres e efetivação da cidadania e tráfico internacional de pessoas, sobretudo das mulheres. Estudo recente demonstra a ausência ou baixo grau de comprometimento das Empresas Estatais, com raras exceções, com o e enfrentamento das desigualdades de gênero, raça e etnia no Brasil. Em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM é bom lembrar que se aproxima o ano de 2015 prazo para o alcance das metas propostas pelo Brasil. O Relatório Nacional de Acompanhamento 2010 "Os resultados globais demonstram que, apesar dos importantes avanços conquistados, ainda há muito a ser feito... No entanto, os avanços são desiguais. O gênero, a raça, a etnia e o local de nascimento de uma criança brasileira ainda determinam, em grande parte, suas oportunidades futuras". Na mesma direção, o capítulo dedicado ao ODM 3 Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, tem como título INDICADORES CONFIRMAM PERSISTÊNCIA DA DESIGUALDADE DE GÊNERO EM DIVERSAS ÁREAS, que ilustra a distância de alcançarmos as metas propostas pelo Brasil nesse campo. Destaque para os resultados pouco satisfatórios relativos a escolarização das mulheres negras, indígenas, das moradoras de áreas rurais e as mulheres mais velhas. Os dados demonstram que mesmo para a boa parte das mulheres que apresentam posições mais vantajosas que os homens no campo educacional, tais vantagens não se refletem no mercado de trabalho. A presença de mulheres em espaços de poder e decisão é outro tema em que os avanços foram muito tênues. Destaque também para a persistência das desigualdades no âmbito da família e os elevados níveis de violência doméstica. É bom lembrar também a meta do 5º Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que o Brasil deverá apresentar Razão de Mortalidade Materna -RMM igual ou inferior a 35 óbitos por 100 mil NV até 2015, o que corresponde a uma redução de três quartos em relação ao valor estimado para 1990. Mas, até 2007 a RMM declinou para 75 óbitos por 100 mil NV. Nesse sentido, é fundamental que empresas estatais intensifiquem esforços na direção apresentada pelos indicadores das Nações Unidas e pelos indicadores brasileiros, na busca pela redução das desigualdades de gênero. Não se constata pelas informações coletadas engajamento efetivo das empresas estatais na direção desse compromisso com o povo brasileiro e com a comunidade internacional.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 983 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960035

EMENTA

Insere meta no objetivo 0738 do programa 2076

PROGRAMA

2076 - Turismo

OBJETIVO

0738 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

54000 - Ministério do Turismo

JUSTIFICATIVA

O turismo é um segmento econômico com grande potencial de crescimento, inclusive pelos impulsos advindos da realização de grandes eventos internacionais como a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016. Nesse sentido, seu crescimento deve estar afinado com a perspectiva da igualdade de gênero e raça e etnia. Por isso é fundamental que seja garantida a prioridade para mulheres e população negra, fazendo do turismo um ¿importante indutor da inclusão social. Uma inclusão que pode ser alcançada por duas vias: a da produção, por meio da criação de novos postos de trabalho, ocupação e renda, e a do consumo, com a absorção de novos turistas no mercado interno¿, conforme estabelece o Plano Nacional de Turismo. È preciso ampliar a presença das mulheres, negros e negras nas atividades econômicas dos megaeventos esportivos, iniciativas de empreendedorismo, incentivo ao turismo e ao artesanato, enfim, o acesso à toda cadeia produtiva do turismo.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 984 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960036

EMENTA

Modifica o objetivo 0289 do programa 2071

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0289 - Estimular a geração de emprego, trabalho e renda, por meio da democratização e ampliação do crédito produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e para a igualdade de gênero, raça e etnia.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

JUSTIFICATIVA

Segundo o II PNPM é no espaço do trabalho onde as discriminações e as desigualdades étcnico-raciais e de gênero se tornam ainda mais evidentes. "Às desigualdades sociais somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros. Destaque-se, ainda, que são as mulheres negras que sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça/etnia. Esta interseccionalidade contribui para criar um ordenamento social que coloca no topo os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras. Dentre todos, são elas que vivenciam na escala inferior da pirâmide social as piores condições de trabalho, as que recebem os menores rendimentos, as que mais sofrem com o desemprego e as que mais estabelecem relações informais (e sua conseqüente ausência de proteção social, tanto presente quanto futura) e as que ocupam posições de menor prestígio na hierarquia profissional." Assim, é imprescindível que o as políticas vinculadas ao crédito produtivo contribuam para a igualdade de gênero, raça e etnia no mundo do trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 985 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960037

EMENTA

Modifica o objetivo 0619 do programa 2019

PROGRAMA

2019 - Bolsa Família

OBJETIVO

0619 - Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e da articulação com outras políticas promotoras de emancipação.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

JUSTIFICATIVA

A emenda visa garantir a ampliação da articulação do Programa Bolsa Família com outras políticas promotoras de emancipação. Nas palavras de José Eustáquio Diniz Alves: "Se o Programa Bolsa Família quiser realmente reduzir as situações de pobreza terá que garantir a autonomia feminina criando mecanismos de apoio público à família (como creches, restaurantes populares, etc.) e de promoção à educação e à emancipação profissional das mulheres, reduzindo a violência social e doméstica, fortalecendo a convivência comunitária, além de incentivar uma divisão de tarefas e responsabilidades mais igualitárias entre os cônjuges e demais membros da família."(Autonomia Feminina e o Bolsa Família).

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960038

EMENTA

Modifica texto e metas do objetivo 0291 do programa 2071

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0291 - Fortalecer a política de microcrédito produtivo orientado, promovendo a universalização do acesso a essa modalidade de crédito por meio do apoio às instituições do setor, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo, na perspectiva da igualdade de gênero, raça e etnia.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

JUSTIFICATIVA

A alteração das metas pretende garantir prioridade as mulheres e a população negra nas operações de microcrédito, contribuindo para a promoção de sua autonomia econômica e financeira. A especificação de sexo, raça/cor nos indicadores vinculados ao microcrédito produtivo orientado é fundamental para a formulação e implementação das políticas públicas orientadas à igualdade de gênero, raça/etnia no mundo do trabalho. Por isso, é necessário que os registros administrativos dos agentes operadores dos processos de qualificação e concessão de crédito também viabilizem tal desagregação das informações.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 987 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960039

EMENTA

Acompanhar e produzir relatório nacional...

PROGRAMA

2070 - Segurança Pública com Cidadania

OBJETIVO

0830 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Acompanhar e produzir relatório nacional sobre homicídios cometidos por agentes de segurança pública.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960040

EMENTA

Ampliar as ações de comunicação e inclusão digital...

PROGRAMA

2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

OBJETIVO

0751 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Ampliar as ações de comunicação e inclusão digital voltadas para as comunidades tradicionais, considerando as suas especificidades históricas e culturais.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 989 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960041

EMENTA

Apoiar a consolidação de redes de jovens

PROGRAMA

2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude

OBJETIVO

0960 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Apoiar a consolidação de redes de jovens para desenvolvimento de ações que visem à superação da cultura da violência.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960042

EMENTA

Aumentar significativamente a taxa líquida de matrícula...

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Aumentar significativamente a taxa líquida de matrícula no ensino superior na população negra de modo a aproximar à taxa líquida de matrícula no ensino superior na população branca.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960043

EMENTA

Capacitar 2.000 profissionais...

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0713 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Capacitar 2.000 profissionais que atuam em áreas estratégicas em Metodologia de Identificação e Combate ao Racismo e ao Sexismo Institucional, como estratégia para promoção da equidade no SUS.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 992 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960044

EMENTA

Capacitar 2.000 profissionais que ...

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0714 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Capacitar 2.000 profissionais que atuam em áreas estratégicas em Metodologia de Inclusão do Quesito Cor/Raça, para aperfeiçoar os processos de monitoramento das iniquidades raciais e de gênero no SUS.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 993 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960045

EMENTA

Combater a impunidade dos homicídios...

PROGRAMA

2070 - Segurança Pública com Cidadania

OBJETIVO

0830 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Combater a impunidade dos homicídios, cujas principais vítimas são jovens negros, por meio do fortalecimento da Perícia Criminal.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960046

EMENTA

Consolidar programas de ofertas de bolsas na graduação e pós-graduação...

PROGRAMA

2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

OBJETIVO

0498 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Consolidar programas de ofertas de bolsas na graduação e pós-graduação para estudantes negros e negras.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960047

EMENTA

Consolidar rede de segurança alimentar e nutricional das comunidades quilombolas...

PROGRAMA

2069 - Segurança Alimentar e Nutricional

OBJETIVO

0380 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Consolidar rede de segurança alimentar e nutricional das comunidades quilombolas, com equipamentos, serviços, mecanismos de abastecimento e distribuição de alimentos em pelo menos 700 comunidades.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 996 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960048

EMENTA

Construir salas de aulas em no mínimo 200 comunidades quilombolas...

PROGRAMA

2030 - Educação Básica

OBJETIVO

0596 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Construir salas de aulas em no mínimo 200 comunidades quilombolas e garantir o provimento da infra-estrutura necessária para o bom funcionamento das escolas já existentes nessas comunidades.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 997 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960049

EMENTA

Definir indicadores de monitoramento dos resultados de universalização...

PROGRAMA

2033 - Energia Elétrica

OBJETIVO

0045 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Definir indicadores de monitoramento dos resultados de universalização do acesso à energia elétrica tendo como unidade de análise as comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 998 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960050

EMENTA

Desenvolver ações para que as forças federais...

PROGRAMA

2070 - Segurança Pública com Cidadania

OBJETIVO

0830 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Desenvolver ações para que as forças federais de segurança pública atuem no combate e na apuração dos crimes contra os direitos humanos, relacionados em especial a milícias e grupos de extermínio.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 999 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960051

EMENTA

Desenvolver conjunto de ações integradas de provisão de infra-estrutura urbana...

PROGRAMA

2054 - Planejamento Urbano

OBJETIVO

0321 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Desenvolver conjunto de ações integradas de provisão de infra-estrutura urbana voltada prioritariamente para territórios urbanos territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960052

EMENTA

Desenvolver ferramentas de gestão que adequem...

PROGRAMA

2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

OBJETIVO

0977 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Desenvolver ferramentas de gestão que adequem as políticas para territórios rurais às especificidades das comunidades quilombolas e tradicionais.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 1001 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960053

EMENTA

Efetivar a Política Nacional de Saúde Integral...

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0714 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Efetivar a Política Nacional de Saúde Integral para a População Negra.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960054

EMENTA

Fomentar instalação de centrais de atendimento nas Defensorias Públicas Estaduais.

PROGRAMA

2020 - Cidadania e Justiça

OBJETIVO

0878 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Fomentar instalação de centrais de atendimento nas Defensorias Públicas Estaduais.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960055

EMENTA

Fomentar, nas 27 Unidades da Federação, iniciativas...

PROGRAMA

2070 - Segurança Pública com Cidadania

OBJETIVO

0830 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Fomentar, nas 27 Unidades da Federação, iniciativas no âmbito das corporações de segurança pública de implantação e fortalecimento de ouvidorias independentes.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 1004 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960056

EMENTA

Garantir que os instrumentos de avaliação...

PROGRAMA

2030 - Educação Básica

OBJETIVO

0599 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Garantir que os instrumentos de avaliação da qualidade da educação básica contemplem as especificidades da educação nas diferentes localidades, em comunidades indígenas e comunidades tradicionais.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 1005 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960057

EMENTA

Garantir que os instrumentos de avaliação da qualidade...

PROGRAMA

2030 - Educação Básica

OBJETIVO

0599 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Garantir que os instrumentos de avaliação da qualidade da educação básica contemplem as especificidades da educação nas diferentes localidades, em comunidades indígenas e comunidades tradicionais.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 1006 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960058

EMENTA

Implantar núcleos de inclusão digital em comunidades quilombolas...

PROGRAMA

2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

OBJETIVO

0751 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Implantar núcleos de inclusão digital em comunidades quilombolas, comunidades de terreiro, em comunidades ciganas sedentárias e outras comunidades tradicionais que apresentem interesse.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 1007 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960059

EMENTA

Implementar as normas legais que instituem na rede...

PROGRAMA

2031 - Educação Profissional e Tecnológica

OBJETIVO

0582 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Implementar as normas legais que instituem na rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena - Leis 10.639/03 e 11645/08 - nos marcos do Plano Nacional.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 1008 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960060

EMENTA

Implementar as normas legais que instituem na rede de ensino...

PROGRAMA

2030 - Educação Básica

OBJETIVO

0598 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Implementar as normas legais que instituem na rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena - Leis 10.639/03 e 11645/08 - nos marcos do Plano Nacional.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 1009 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960061

EMENTA

Implementar as normas legais que instituem na rede de ensino a obrigatoriedade...

PROGRAMA

2031 - Educação Profissional e Tecnológica

OBJETIVO

0582 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Implementar as normas legais que instituem na rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena - Leis 10.639/03 e 11645/08 - nos marcos do Plano Nacional.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960062

EMENTA

Incluir nas diretrizes dos programas relacionados ao esporte, lazer...

PROGRAMA

2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

OBJETIVO

0669 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Incluir nas diretrizes dos projetos de esporte, lazer e atividade física a equidade de gênero.	Incluir nas diretrizes dos programas relacionados ao esporte, lazer e atividade física a equidade de gênero e raça.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 1011 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960063

EMENTA

Incorporar a temática racial na formação...

PROGRAMA

2070 - Segurança Pública com Cidadania

OBJETIVO

0828 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Incorporar a temática racial na formação de agentes de segurança pública e privada.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 1012 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960064

EMENTA

Inserir a perspectiva étnico-racial nos programas voltados para os territórios rurais.

PROGRAMA

2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

OBJETIVO

0977 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Inserir a perspectiva étnico-racial nos programas voltados para os territórios rurais.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 1013 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960065

EMENTA

Integrar pelo menos 700 comunidades quilombolas no Programa de Aquisição de Alimentos.

PROGRAMA

2069 - Segurança Alimentar e Nutricional

OBJETIVO

0615 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Integrar pelo menos 700 comunidades quilombolas no Programa de Aquisição de Alimentos.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960066

EMENTA

Obras de Macrodrenagem e Controle de Erosão Marítima e Fluvial

PROGRAMA

2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

OBJETIVO

0587 - Expandir o mapeamento de áreas de risco com foco em municípios recorrentemente afetados por inundações, Erosões Marítimas e Fluviais, enxurradas e deslizamentos, para orientar as ações de defesa civil.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Mapear áreas sujeitas a inundações, enxurradas e deslizamentos em municípios	Mapear áreas sujeitas a inundações, enxurradas e deslizamentos em municípios

Regionalização	Total Proposto	Unidade Proposta
Região Sudeste	167	município
Região Centro-Oeste		
Região Nordeste		
Região Norte		
Região Sul		

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa aumentar em 100 Municípios a meta do Objetivo 0587, regionalizando para o sudeste, no Estado de São Paulo, específicamente para os municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Osasco, Guarulhos, entre outros, atendendo a demanda em promover a prevenção de desastres em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos, por meio de instrumentos de intervenções estruturais e emergenciais.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 1015 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960067

EMENTA

Pactuar com as diversas instâncias do Sistema de Justiça Criminal...

PROGRAMA

2020 - Cidadania e Justiça

OBJETIVO

0878 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Pactuar com as instâncias do Sistema de Justiça Criminal a implementação de linhas de ação de enfrentamento de qualquer atuação discriminatória e de reforço de estigma em relação a jovens negros.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960068

EMENTA

Priorizar os territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal...

PROGRAMA

2020 - Cidadania e Justiça

OBJETIVO

0878 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Priorizar os territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal na atuação das Defensorias Públicas Estaduais.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 1017 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960069

EMENTA

Produzir relatórios de acompanhamento e divulgação do impacto social...

PROGRAMA

2033 - Energia Elétrica

OBJETIVO

0439 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Produzir relatórios de acompanhamento e divulgação do impacto social e ambiental de grandes obras no setor energético junto a comunidades indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960070

EMENTA

Ratificar a Convenção Nº 189 e da Recomendação Nº 201...

PROGRAMA

2071 - Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO

0869 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Ratificar a Convenção Nº 189 e da Recomendação Nº 201 da OIT, que tratam do trabalho decente para as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 1019 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960071

EMENTA

Realizar cursos de capacitação voltadas...

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0724 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Realizar cursos de capacitação voltadas a trabalhadores da área de saúde que enfoquem o combate ao racismo institucional.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 1020 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960072

EMENTA

Reduzir o índice de reincidência de adolescentes atendidos por medidas sócio-educativas.

PROGRAMA

2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

OBJETIVO

0435 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Reduzir o índice de reincidência de adolescentes atendidos por medidas sócio-educativas.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 1021 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960073

EMENTA

Reduzir os altos índices de morbidade/mortalidade...

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0715 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Reduzir os altos índices de morbidade/mortalidade entre as mulheres negras em relação às mulheres brancas

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 1022 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960074

EMENTA

Reduzir os índices de letalidade nas operações...

PROGRAMA

2070 - Segurança Pública com Cidadania

OBJETIVO

0834 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	Reduzir os índices de letalidade na atuação dos profissionais de segurança pública e privada, desenvolvidas principalmente nos territórios pobres e de maioria negra, visando à eliminação da letalidade

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960075

EMENTA

Sociedade civil - Educação 10

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0841 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

26000 - Ministério da Educação

JUSTIFICATIVA

Na Carta de Durban/2001, marco fundamental da questão racial no Século XXI, adotada pelos países membro do Sistema ONU, a escravidão é considerada crime contra a humanidade. Considerando que o sistema escravocrata e o pós abolição foram fatores estruturantes para as desigualdades sociais alicerçadas na desigualdade racial, deve ser garantida de condições equalizadas com vistas a corrigir as discrepância reestruturadas historicamente pela desvantagem social da população Afrodescendente, especialmente as Mulheres Negras.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960076

EMENTA

Sociedade civil - educação 12

PROGRAMA

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO

0803 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

26000 - Ministério da Educação

JUSTIFICATIVA

Na Carta de Durban/2001, marco fundamental da questão racial no Século XXI, adotada pelos países membro do Sistema ONU, a escravidão é considerada crime contra a humanidade. Considerando que o sistema escravocrata e o pós abolição foram fatores estruturantes para as desigualdades sociais alicerçadas pelas desigualdade racial, deve ser garantida de condições equalizadas considerando a discrepância de histórica de desvantagem social da população Afrodescendente, especialmente as Mulheres Negras.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 1025 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960077

EMENTA

Sociedade civil - Educação 3

PROGRAMA

2030 - Educação Básica

OBJETIVO

0598 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

26000 - Ministério da Educação

JUSTIFICATIVA

aproximar tende a idéia de colocar perto, equiparar reafirma igualar em condições ou em benefícios.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 1026 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960078

EMENTA

Sociedade civil - Educação 5

PROGRAMA

2030 - Educação Básica

OBJETIVO

0599 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

26000 - Ministério da Educação

JUSTIFICATIVA

Considerando a Carta de Durban/2001, as deliberações II Conferência Nacional de Igualdade Racial, e a última Conferencia Nacional de Educação e ainda, considerando que apesar da LDB preconize a garantia da educação que reflita a diversidade cultural oriunda dos grupos étnicos que compõe a população brasileira, a história e cultura dos Afrodescendentes tem sido relegado a condição subalternizada, estereotipada ou esquecida. Em especial na área de Educação, o Movimento Negro Brasileiro conquistou importante avanço na sua luta com a aprovação da Lei 10.639/2003 que altera a LDB e forte apoiada pela Resolução CP/CNE nº 1, de 17 de junho de 2004, que instituiu diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Isto posto enfatizamos que, em todas as metas e iniciativas estabelecidas para o PPA 1012 - 1015 na área de Educação deva se garantir esta justificativa para as alterações propostas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 1027 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960079

EMENTA

Sociedade civil - Saúde 1

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0713 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

36000 - Ministério da Saúde

JUSTIFICATIVA

A população residente nas Comunidades de maior vulnerabilidade tem maior dificuldade de locomoção e maior incidência de doenças e, consequentemente é quem necessita de maior atendimento de saúde. Isto por conta das doenças provocadas em função da baixa qualidade alimentar, da falta de saneamento básico adequado e da precariedade do ambiente residencial, resumindo assim, BAIXA QUALIDADE DE VIDA. Assim sendo é preciso que tenhamos a preocupação com a instalação de Unidades Básicas de Saúde e atendimento emergencial 24hs, o mais próximo possível destas Comunidades.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960080

EMENTA

Sociedade civil - Saúde 10

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0717 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

36000 - Ministério da Saúde

JUSTIFICATIVA

A população residente nas Comunidades de maior vulnerabilidade tem maior dificuldade de locomoção e maior incidência de doenças e, consequentemente é quem necessita de maior atendimento de saúde. Isto por conta das doenças provocadas em função da baixa qualidade alimentar, da falta de saneamento básico adequado e da precariedade do ambiente residencial, resumindo assim, BAIXA QUALIDADE DE VIDA. Assim sendo é preciso que tenhamos a preocupação com a instalação de Unidades de pronto atendimento , em caráter emergencial 24hs, o mais próximo possível destas Comunidades.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 1029 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960081

EMENTA

Sociedade civil - Saúde 11

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0719 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

36000 - Ministério da Saúde

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Capacitar 5.000 profissionais em saúde do idoso e envelhecimento na modalidade de ensino à distância até 2015	observando vagas para profissionais nos locais de maior vulnerabilidade e baixa qualidade de vida.

JUSTIFICATIVA

A população residente nas Comunidades de maior vulnerabilidade tem maior dificuldade de locomoção e maior incidência de doenças e, consequentemente é quem necessita de maior atendimento de saúde. Isto por conta das doenças provocadas em função da baixa qualidade alimentar, da falta de saneamento básico adequado e da precariedade do ambiente residencial, resumindo assim, BAIXA QUALIDADE DE VIDA. Assim sendo é preciso que tenhamos a preocupação com a instalação de Unidades de pronto atendimento , em caráter emergencial 24hs, o mais próximo possível destas Comunidades.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 1030 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960082

EMENTA

Sociedade civil - Saúde 12

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0721 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

36000 - Ministério da Saúde

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
Ampliar em 4 mil o número de residentes em saúde em todas as especialidades prioritárias do SUS em todas as regiões do país, passando de 2.600 para 6.600 residentes até 2015, com especial atenção a residentes em saúde da família	saúde da mulher e saúde da população negra

JUSTIFICATIVA

Diante das Políticas implantadas na área de saúde e Pactos Interministeriais assumidos publicamente. Urge que sejam estabelecidos critérios para vagas de residência médica na área de saúde da Mulher e Saúde da população negra. Acreditamos que a reserva destas vagas possam incentivar a ampliação dos estudos e pesquisas nas áreas específicas por parte das academias.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960083

EMENTA

Sociedade civil - Saúde 13

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0721 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

36000 - Ministério da Saúde

JUSTIFICATIVA

Diante das Políticas implantadas na área de saúde e Pactos Interministeriais assumidos publicamente. Urge que sejam estabelecidos critérios para vagas de residência médica na área de saúde da Mulher e Saúde da população negra. Acreditamos que a reserva destas vagas possam incentivar a ampliação dos estudos e pesquisas nas áreas específicas por parte das academias.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960084

EMENTA

Sociedade civil - saúde 2

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0713 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

36000 - Ministério da Saúde

JUSTIFICATIVA

A população residente nas Comunidades de maior vulnerabilidade tem maior dificuldade de locomoção e maior incidência de doenças bucal e, consequentemente é quem necessita de maior atendimento especializado odonto-hematológico. Isto por conta das doenças provocadas em função da baixa qualidade alimentar, da falta de saneamento básico adequado e da precariedade do ambiente residencial (qualidade de vida, em todos os aspectos). Assim sendo é preciso que tenhamos a preocupação com a instalação de Unidades Odontológicas capacitadas, o mais próximo possível destas Comunidades.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

Data: 01/12/2011
Hora: 17:36
Página: 1033 de 2315

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960085

EMENTA

Sociedade civil - Saúde 3

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0713 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

36000 - Ministério da Saúde

JUSTIFICATIVA

O Brasil é o segundo maior país de população negra do mundo. O IBGE já arrisca dizer que a população brasileira já é constituída de 88 % de afro-descendentes. A Doença Falciforme é uma das doenças hereditárias mais comuns no Mundo. A causa da doença é uma mutação no gene que produz a hemoglobina A originando outra mutante denominada hemoglobina S, que é uma herança recessiva. Existem outras hemoglobinas mutantes como, por exemplo: C, D, E, etc., que em par com a S constituem-se num grupo denominado de Doença Falciforme: Anemia Falciforme (HbSS), S/Beta Talassemia (S/¿ Tal.), as doenças SC, SD, SE e outras Hemoglobinapatias. Apesar das particularidades que distinguem as Doenças Falciformes e de graus variados de gravidade, todas essas Doenças têm manifestações clínicas e hematológicas semelhantes. Dentre as Doenças Falciformes a de maior significado clínico é a Anemia Falciforme determinada pela presença da Hb S em homozigose (HbSS), ou seja, a criança recebe de cada um dos pais um gene para hemoglobina S. A presença de apenas um gene para hemoglobina S, combinado com outro gene para hemoglobina A possui um padrão genético AS (heterozigose) que não produz manifestações da doença e é identificado como Portador do Traço Falciforme. Essa mutação teve origem no continente africano e pode ser encontrada em várias populações de diversas partes do mundo. Apresenta altas incidências na África, Arábia Saudita e Índia. No Brasil, devido ao grande contingente da população africana desenraizada de seus países e trazidas para o trabalho escravo, a Doença Falciforme faz parte de um grupo de doenças e agravos relevantes que afetam a população negra. Por esta razão, a Doença Falciforme foi incluída nas ações da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra, e tem como subsídio o Regulamento do SUS a Portaria GM/MS Nº 2048 nos artigos 187 e 188 de 23 de setembro de 2010, que define as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). As pessoas com Doença Falciforme apresentam anemia crônica e episódios de dor severa (crises álgicas), decorrentes do processo de vaso oclusão causado pela forma de foice que as hemácias assumem, em situações de crise, impedindo que elas circulem adequadamente podendo haver interrupção de fluxo sanguíneo e morte de tecidos e órgãos. A vulnerabilidade a infecções, o seqüestro esplênico, a síndrome toráxica aguda, o priapismo são algumas das intercorrências freqüentes nessas pessoas O diagnóstico precoce na primeira semana de vida (definido inicialmente na Portaria GM/MS Nº 822, de 06 de junho de 2001 e incluída na portaria do Regulamento do SUS anteriormente citada, cria o Programa Nacional de Triagem Neonatal) é fundamental para a identificação precoce , quantificação e acompanhamento dos casos, bem como para o planejamento e organização da rede de atenção integral . Deve ser realizada nos postos de saúde do SUS na primeira semana de vida e tem metodologia específica . A eletroforese comum de hemoglobina, exame realizado na atenção básica é utilizado para o diagnóstico da Doença Falciforme a partir dos 04 meses de vida. Os medicamentos que compõem a rotina do tratamento da Doença Falciforme e integram a Farmácia Básica são: ácido fólico (de uso contínuo), penicilina oral ou injetável (obrigatoriamente até os 5 anos de idade), antibióticos, analgésicos e antiinflamatórios (nas intercorrências). A hidroxiuréia, os quelantes de ferro , o Doplller Transcraniano e transfusões sanguíneas integram a assistência farmacêutica e de procedimentos para atenção na média e alta complexidade. Outro importante fator de redução da mortalidade por infecções, pois as crianças com Doença Falciforme possuem um risco aumentado em 400 vezes em relação à população em geral, é um rigoroso programa de vacinação que alie o estabelecido, no calendário nacional, ao programa especial para Haemophilus Influenzae; Hepatite B (recombinante); Streptococcus Pneumoniae (polissacáride e heptavalente) associado à profilaxia com Penicilina Benzatina. Historicamente, os hemocentros e hospitais especializados em hematologia têm sido referência para o tratamento das doenças hematológicas o que inclui as pessoas diagnosticadas com Doença Falciforme. Dados do Programa Nacional de Triagem Neonatal apresentam a magnitude da questão de saúde púbica a ser enfrentada no Brasil sobre a proporção de nascidos vivos diagnosticados com Doença e Traço Falciforme. A Doença Falciforme é oriunda da população negra, mas, dentro do Brasil, pluriétnico, podemos afirmar que já se encontra, respeitadas as proporções, espalhada em toda a população brasileira, seja na qualidade de doente ou traço, ou seja: a Doença Falciforme tem origem na

população negra mais hoje não é exclusiva desta população, pois a existência da miscigenação se faz presente, principalmente em alguns Estados do Sudeste e Sul (descendentes da Raça Ariana), sendo a Doença Falciforme a de maior incidência na população brasileira. Estima-se que hoje no Brasil 2% da população brasileira (quase 4.000.000 de pessoas) tenham a Doença Falciforme, e que 20% da população (quase 40.000.000 de pessoas) tenham o Traço. Hoje no Brasil nascem por ano cerca de 3.500 crianças com Doença Falciforme. As pessoas com Traço Falciforme necessitam de orientação e informação genética que deve ser prestada na atenção básica por equipe qualificada. As pessoas com Doença Falciforme necessitam de assistência contínua de equipe multiprofissional qualificada é de fundamental importância tanto na orientação e informação genética quanto no acompanhamento e tratamento clínico. Ações destinadas à qualificação, ampliação e estruturação da rede: 1. Capacitação de trabalhadores da Atenção Básica para inclusão das pessoas diagnosticadas nos programas já constituídos; 2. Qualificação e ampliação da hemorrede/hospitais para atenção de média e alta complexidade, assistindo as pessoas nos protocolos de hidroxiuréia, quelação de ferro e uso contínuo do Doplller Transcraniano ; 3. Capacitação dos profissionais de saúde dos serviços de emergência para crises álgicas ou quaisquer outras intercorrências. 4. Elaboração de material didático informativo para capacitação e divulgação; Produção atual: Manuais, folders e cartazes num total de 11 (onze); 5. Celebração de convênios com Estados, Municípios, Universidades, Centros de Referência e Pesquisa, Eventos (Seminários e Encontros), para ampliação e divulgação do conhecimento para qualificação da Atenção Básica e Emergencial e Especializada em Doença Falciforme; 6. Construção de um Portal e um Sistema de Cadastro para as Pessoas com Doença Falciforme; 7. Elaboração de protocolos; Protocolos publicados: Atualização do Uso de Hidroxiuréia em Doença Falciforme Portaria GM nº55 de 29/01/2010 Em elaboração: Protocolo de Quelação de Ferro em Doença Falciforme e uso do Doplller Transcraniaano em Doença Falciforme (em todas as idades). Desta feita, entendemos que se faz mister a implantação e implementação da Política em todo o Brasil. E, quatro anos serão suficientes, diante de recursos e vontade política.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960086

EMENTA

Sociedade Civil - Saúde 5

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0714 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde, dando atenção especial a saúde da população negra

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

36000 - Ministério da Saúde

JUSTIFICATIVA

A população brasileira é consideravelmente negra. Somos o segundo maior país de população negra do mundo. O Brasil neste sentido só perdemos para a Nigéria. Assim sendo, urge que tenhamos uma política nacional que envolva estudos, pesquisas e ações eficazes para a redução dos riscos e agravos à saúde da população, sobretudo a saúde da população negra.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960087

EMENTA

Sociedade civil - Saúde 8

PROGRAMA

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO

0715 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

36000 - Ministério da Saúde

JUSTIFICATIVA

A educação de crianças com necessidades educacionais especiais vem recebendo grande impulso na atualidade. A partir dos movimentos internacionais, a implantação de uma política de inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino, tornou-se um compromisso universal. Nesse contexto, o Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Especial, elaborou um documento com o objetivo de estruturar ações políticas de organização do sistema de atendimento educacional em ambientes hospitalares e domicilares. O que precisamos neste momento é levar ao conhecimento da população a existência desta política, a fim de que a população faça valer os seus direitos. E desta forma, entendemos que a Caderneta de Saúde da Criança é o seu primeiro documento de identificação e contato do estado para com a criança e seus progenitores.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
0029 / 2011 - Plano Plurianual

ESPELHO DE EMENDA OBJETIVO

AUTOR DA EMENDA

Janete Rocha Pietá

EMENDA

23960088

EMENTA

100% das comunidades quilombolas certificadas cadastradas...

PROGRAMA

2019 - Bolsa Família

OBJETIVO

0376 -

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PROPOSTO

-

Meta

Descrição do PL	Descrição Proposta
-	100% das comunidades quilombolas certificadas cadastradas no CadÚnico e no Programa Bolsa Família.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, embora a ordem jurídica assegure a igualdade étnico-racial e a cor da pele não possa legalmente ser utilizada como critério para distribuição desigual de oportunidades, o fato é que raça (ou cor), sem reconhecimento legal ou científico, tem papel determinante na trajetória dos descendentes de africanos. O racismo é um eficiente mecanismo de dominação e controle, que se fundamenta em distorções históricas e biológicas, de natureza francamente ideológica. O desafio que temos de enfrentar é garantir o pluralismo de modo a assegurar o exercício dos direitos em igualdade de condições. A questão racial passou a ser incorporada de maneira mais consistente na agenda do Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O PPA 2012-2015 constitui um momento histórico para aprofundar o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial.

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

.

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**	**COD. – 70815-1**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://www.tesouro.fazenda.gov.br código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053** Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 1.042 páginas

(OS: 16496/2011)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL